

Diego Rivera



princípios 161

teoria, política e cultura

ISSN 1415-7888 E-ISSN 2675-6609

MAR./JUN. 2021
ANO 40 – R\$ 30,00

DOSSIÊ

METAMORFOSES DO PODER POLÍTICO

Danilo Enrico Martuscelli

Nicos Poulantzas e a teoria do fascismo

Marcelo Fernandes

A atualidade do conceito de imperialismo



Anita Garibaldi

Aspectos da política habitacional brasileira

Do golpe de 2016 à atualidade

ISSN 14157888



9 771415 788005



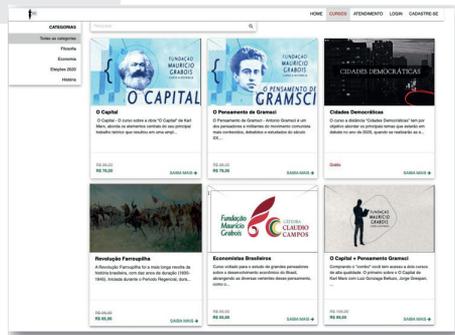
PORTAL GRABOIS

O portal da Fundação Maurício Grabois é um espaço de convergência e difusão do pensamento marxista e progressista, de debate sobre as alternativas à crise do capitalismo e fortalecimento da luta dos trabalhadores e dos movimentos sociais.

Visite: www.grabois.org.br

CURSOS

A Fundação Maurício Grabois criou uma plataforma de cursos on-line com módulos sobre Filosofia, Economia, História e eleições. Entre os cursos, um sobre *O Capital*, de Karl Marx, que aborda os elementos centrais do seu principal trabalho teórico. Há também cursos sobre Gramsci e os economistas brasileiros.

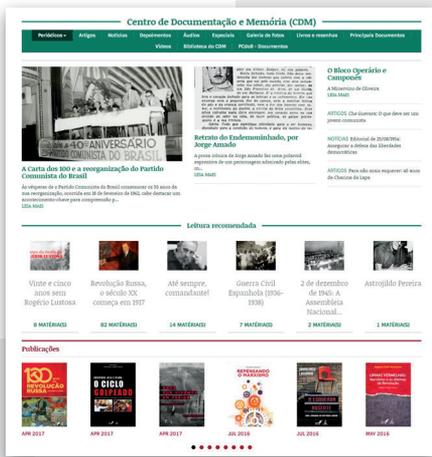


CDM

O Centro de Documentação e Memória comporta uma biblioteca especializada na história do Partido Comunista do Brasil, coleções de periódicos, documentos partidários, vídeos, depoimentos, fotos e cartazes.

EVENTOS

Debates on-line reunindo pesquisadores e especialistas em temas importantes da atualidade, promovidos pela Grabois ou em parceria com o Observatório da Democracia.



LIVROS

Em parceria com a editora Anita Garibaldi e outras, a Fundação Maurício Grabois disponibiliza ao público obras das mais variadas áreas, contribuindo para a formação e difusão do pensamento de intelectuais marxistas.



EDITORIAL

- 4 **O poder em mutação**
The changing dynamics of power

DOSSIÊ

Metamorfoses do poder político

- 9 **O Estado, o poder, o socialismo: um livro "reformista"?**

State, power, socialism: a "reformist" book?

LUIZ EDUARDO MOTTA

- 41 **Nicos Poulantzas e a teoria política do fascismo: 50 anos depois**

Nicos Poulantzas and the political theory of fascism: 50 years later

DANILO ENRICO MARTUSCELLI

- 61 **Sobre a atualidade do conceito de imperialismo nas relações interestatais**

On the topicality of the concept of imperialism concerning the relations among States

MARCELO PEREIRA FERNANDES

- 81 **O objeto obscuro do fascismo**

The obscene object of fascism

SAULO PINTO

- 114 **Notas para uma compreensão ampliada do conceito de ideologia dominante**

Theoretical remarks for an expanded understanding of dominant ideology

LEONARDO BACHER MEDEIROS
LEONARDO GRANATO

- 140 **Metamorfoses do poder político nas cidades: a disputa hegemônica entre a cidade-mercado e a cidade-direito**

Metamorphoses of political power in the cities: The hegemonic struggle between market-city and rights-city

RENATO BARBOSA FONTES

168 **Metamorfoses políticas: da social-democracia aos partidos-movimento**

Political metamorphoses: from social democracy to movement parties

THEÓFILO CODEÇO MACHADO RODRIGUES

197 **Entre golpes brandos e rígidos: uma análise crítica do livro *Guerras híbridas*, de Andrew Korybko**

Amid soft and hard coups: a critical analysis of the book *Hybrid Wars*, by Andrew Korybko

JOÃO PAULO SANTOS
ANTÔNIA MARA VIEIRA LOGUÉRCIO
MARCIO ORTIZ MEINBERG
RODRIGO DUARTE MAIA
GUILHERME DA HORA PEREIRA

ARTIGOS

Educação

220 **Contribuições do interacionismo simbólico para uma reflexão sobre educação a distância e ensino remoto emergencial em tempos de pandemia e isolamento social**

Contributions of symbolic interaction school to a reflection about distance education and emergency remote teaching in times of pandemic and social isolation

ANDRÉA VETTORASSI

245 **Poder político e ação política do MST por educação do campo no Brasil em tempos de negacionismo dos direitos sociais**

Political power and political action of the Landless Rural Workers Movement (MST) for rural education in Brazil in times of negation of social rights

MICHELLE SENA ROSA DE ARAÚJO

Políticas Públicas

270 **Aspectos habitacionais no Brasil: resumo histórico e estudo de caso da cidade de Uberlândia (MG)**

Housing aspects in Brazil: historical summary and case study of the city of Uberlândia (MG)

RAPHAELLA KARLA PORTES BESERRA | PEDRO LUIZ TEIXEIRA DE CAMARGO | CARMEM LÚCIA COSTA

298 **Os impactos da covid-19 nas pequenas pousadas do litoral do Paraná: reflexões, desafios e oportunidades pós-pandemia**

The impacts of covid-19 in small inns on the coast of Paraná: post-pandemic reflections, challenges and opportunities

LUCIANE SCHEUER | ADILSON ANACLETO | JULIANE RODRIGUES XAVIER

ENSAIO

316

Política

Do golpe à atualidade: o antipetismo de esquerda e de direita e a correlação de forças políticas

From the coup to the current times: left-wing and right-wing opposition to Worker's Party and the relation of political forces

CÉSAR MANGOLIN

RESENHA

340

A atualidade do nacional-desenvolvimentismo

On the topicality of national-developmentalism

FERNANDO GARCIA

345

LIVROS QUE RECOMENDAMOS

EXPEDIENTE 352

O poder em mutação

The changing dynamics of power

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.001>

Em seu desenvolvimento, o capitalismo passa por inúmeras transformações no plano econômico. Tão ou mais dinâmicas são as mudanças políticas e ideológicas que o singularizam em sua forma financeirizada atual. As últimas décadas têm sido pródigas em sinalizar a incorporação, pelo sistema, de novos institutos, práticas e modos de funcionamento, que tornam ainda mais complexa a dimensão que o marxismo clássico chamou de superestrutural.

A virada do milênio havia trazido mais dúvidas do que certezas. Distintamente do início dos anos 1990, quando pontificaram os postulados peremptórios do pensamento único – entre eles o de um suposto “fim da história” –, o que se viu no início do novo século não foi um campo aberto e desimpedido para a implementação do chamado Consenso de Washington. Já em 1998 a vitória de Hugo Chávez na Venezuela representou uma primeira contestação à ortodoxia neoliberal. Outras viriam no Brasil, no Uruguai, na Bolívia, na Argentina, no Equador, no Paraguai e em outros países. A despeito de suas distintas fenomenologias, todas essas experiências tinham ideias e projetos convergentes, que rejeitavam a ausência de alternativas e propunham novos modelos de desenvolvimento soberano e democrático, comprometidos com a valorização do trabalho e o combate às injustiças sociais.

A reação a esses projetos não tardaria a vir. Presenciamos, no período mais recente, o recrudescimento do neoliberalismo. Ideias gastas ressurgem sob novas vestes políticas e ideológicas — seja no Novo, seja no Velho Mundo. Essa reconfiguração tem sido alvo da reflexão de cientistas sociais das mais diversas áreas. Eles identificam e buscam compreender fenômenos como a atualidade do imperialismo (em oposição a uma noção anódina de “globalização” que assolou o meio acadêmico nos anos 1990); o estatismo autoritário e as novas formas de Estado de exceção, entre elas o que tem sido chamado de neofascismo; as mutações nos instrumentos da ação política, incluindo partidos e movimentos sociais; os inéditos modelos táticos e abordagens padrão fundados no uso de técnicas ideológicas, psicológicas e informacionais, a exemplo daqueles que hoje se veem codificados em termos como guerras híbridas, golpes brancos e revoluções coloridas.

Essa realidade inclui novos campos de conflito e resistência que reconfiguram seja o campo dos instrumentos de ação política e coerção estatal, seja a esfera da fabricação de consensos e liderança pelo discurso. Vivemos um tempo de metamorfoses nas instituições e gramáticas do poder. O caudal marxista — que nasce no século

O dossiê *Metamorfoses do poder político* reúne os resultados de pesquisas e reflexões teóricas inéditas que contribuem para o conhecimento das novas tendências e formas de exercício do poder político no âmbito de sociedades do capitalismo avançado

XIX e atravessa o século seguinte, chegando ao momento presente como teoria viva e atual — tem muito a dizer sobre este novo momento e suas tendências inéditas. É o que mostram os textos reunidos nesta edição de *Princípios*. Por meio deles, a revista dá vazão àquela que é uma das diretrizes de seu novo projeto editorial: promover um “acerto de contas” com o(s) marxismo(s) das gerações mais recentes, sempre em diálogo com os grandes temas da atualidade — que incluem, com destaque, os fenômenos do capitalismo contemporâneo.

É assim que, como verá o leitor, os textos desta edição detalham e aplicam a problemas da atualidade as contribuições de autores como Althusser, Adorno, Gramsci e Poulantzas, entre outros — alguns deles mais contemporâneos — que contribuíram, ao longo das últimas décadas, para o desenvolvimento e a renovação da teoria marxista. Os artigos aqui publicados revisitam conceitos caros a essa tradição de pensamento, como os de Estado, ideologia e hegemonia, e se debruçam sobre o entendimento de fenômenos como o fascismo — que, hoje o constatamos, está longe de ser objeto circunscrito ao século XX —, bem como sobre as novas formas de controle e repressão do Estado capitalista (incluindo sua forma democrática liberal), as crises dos partidos tradicionais (incluindo os de esquerda), a emergência de novos atores e movimentos e as novas táticas por meio das quais a agenda neoliberal impõe sua hegemonia.

O dossiê *Metamorfoses do poder político* reúne os resultados de pesquisas e reflexões teóricas inéditas que contribuem para o conhecimento das novas tendências e formas de exercício do poder político no âmbito de sociedades do capitalismo avançado. As reflexões perfazem tanto o diagnóstico da situação atual quanto os cenários

emergentes. Reconhecendo neste um objeto complexo, com interfaces em diferentes campos do saber, o dossiê reúne contribuições de distintas áreas, especialmente Ciência Política, Sociologia, Filosofia, História e Economia, a fim de compor um quadro multifacetado sobre o tema das mutações por que passa a política neste primeiro quarto do século XXI.

A edição traz ainda artigos e ensaios que abordam temáticas relacionadas à educação, à conjuntura política e à elaboração de políticas públicas em áreas como habitação, inovação e geração de emprego e renda. Uma resenha sobre o livro *Pensamento nacional-desenvolvimentista*, organizado por Nilson Araújo de Sousa e Rosanita Campos, além de indicações de leituras, fecham esta edição de *Princípios*, a terceira sob um novo projeto editorial — um passo a mais no esforço de consolidação da revista no cenário editorial como periódico científico multidisciplinar, de orientação marxista, que busca o avanço do conhecimento e da compreensão sobre o socialismo e o desenvolvimento nacional.

Boa leitura!

Os editores

Foto: Diane Wildowsky / Flickr



RIVERA, Diego. *O homem controlador do universo*. 1934. Afresco sobre bastidor metálico. 4,80m x 11,45m. Palacio de Bellas Artes, Cidade do México

Esta magnífica obra foi encomendada ao muralista mexicano Diego Rivera (1886-1957) pela Rockefeller Corp. em 1932 para o empreendimento conhecido como Rockefeller Center, em Nova York. Rivera criou esse mural para o andar térreo de um dos edifícios da empresa. No entanto, à medida que o mural crescia, Rivera começou a acrescentar personagens políticos, como Lênin, Trotsky, Marx e Engels. Rockefeller não gostou. Rivera recusou-se a alterá-lo e a corporação resolveu então pintar por cima da obra, destruindo-a. A obra foi refeita em 1934 e agora é exibida no Palácio de Belas Artes da Cidade do México.

DOSSIÊ

Metamorfoses do poder político

Organizador:
Luiz Eduardo Motta
(Ciência Política/UFRJ)



O Estado, o poder, o socialismo: um livro “reformista”?

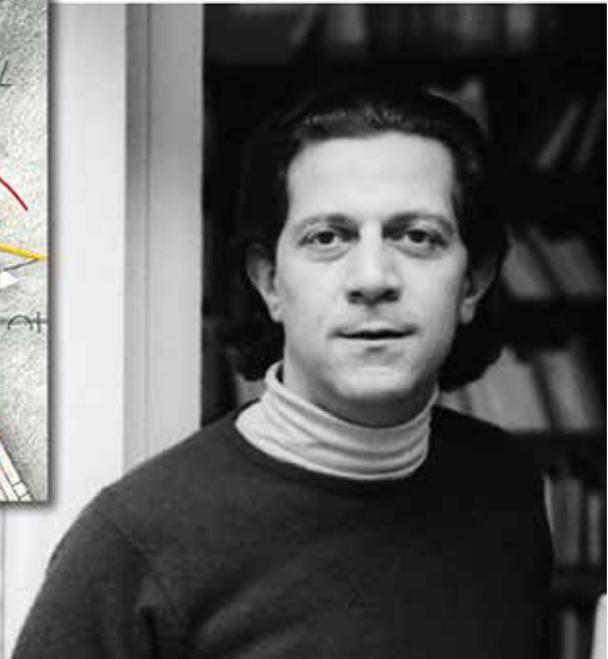
*State, power, socialism:
a “reformist” book?*

Luiz Eduardo Motta*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.002>



Capa da quarta edição brasileira de *O Estado, o poder, o socialismo* (Graau, 1985) de Nicos Poulantzas (foto)



RESUMO

O artigo visa apontar a originalidade do conceito de Estado relacional e, por desdobramento, do conceito de estatismo autoritário, ambos abordados nas últimas obras de Nicos Poulantzas, especialmente no seu último livro, *O Estado, o poder, o socialismo*, de 1978. Distintamente do que sustentam algumas posições críticas a esse livro, Poulantzas não rompe com o arcabouço teórico althusseriano, e nem toma uma posição em defesa do reformismo político. Sua posição nessa sua obra derradeira é a defesa da via democrática para o socialismo, mas que não seria gradualista, pois incorporaria uma sucessão de rupturas e transformações num longo caminho para o comunismo e o fim do Estado.

Palavras-chave: Poulantzas. Eurocomunismo. Estado relacional.

ABSTRACT

The article aims to point out the originality of the concept of relational State and, consequently, of the concept of authoritarian statism, both addressed in the latest works by Nicos Poulantzas, especially in his latest book, *State, power, socialism*, written in 1978. Contrary to what some critics of this book claim, Poulantzas does not break with the Althusserian theoretical framework, nor does he take a position in defense of political reformism. His position in his final work is the defense of the democratic path towards socialism, but which would not be gradualist, since it would incorporate a succession of ruptures and transformations in a long road towards communism and the end of the State.

Keywords: Poulantzas. Eurocommunism. Relational state.

1. INTRODUÇÃO

Há pouco mais de 50 anos, Poulantzas sacudia o campo da ciência política, e do marxismo em particular, ao publicar a sua primeira grande obra, *Poder político e classes sociais*, na qual sistematizou os conceitos de Estado capitalista e de classes sociais, e gerou um intenso debate, não apenas com as correntes marxistas, mas também com a ciência política e a sociologia política, não somente com os clássicos, mas também com o que havia de mais contemporâneo naquele contexto. Dez anos depois, em 1978, ao publicar a sua derradeira obra, um ano antes de seu falecimento e de sua breve carreira intelectual, Poulantzas despertou uma avalanche de críticas e incertezas em sua última obra, *O Estado, o poder, o socialismo*. Nesse livro, com efeito, apontava novas direções conceituais na sua obra ao definir o Estado como uma condensação de relações de forças entre as classes sociais, e também como uma arena de lutas entre as classes sociais dominantes e dominadas. Além disso, Poulantzas lançou luzes sobre novas questões com o conceito de estatismo autoritário, o rechaço ao conceito de ditadura do proletariado e a defesa de um programa caracterizado pela defesa de uma transição democrática para o socialismo, ou, como ele mesmo definia, uma defesa do socialismo democrático.

Essas novidades de caráter conceitual na sua obra e a defesa do socialismo democrático tiveram grande impacto naquele contexto, o que resultou no afastamento de parte de seus seguidores, que apontava uma mudança radical em relação a seu primeiro livro *Poder político e classes sociais*, além de rotulá-lo de “eurocomunista”. Poulantzas, portanto, estaria rompendo com as suas posições teóricas e

O termo eurocomunista não foi constituído pelas organizações comunistas da Europa Ocidental, mas sim pela imprensa daquela época. E tampouco a perspectiva dita “eurocomunista” se limitou à Europa Ocidental, vide a sua incorporação pelo Partido Comunista Japonês, ou mesmo o impacto que gerou no Brasil por meio de alguns intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro, sobretudo Carlos Nelson Coutinho

políticas iniciais, baseadas em Lênin, Mao e Althusser, e indo ao encontro das teses eurocomunistas e das leituras de caráter reformista da obra de Gramsci¹.

O termo *eurocomunista* não foi constituído pelas organizações comunistas da Europa Ocidental, mas sim pela imprensa daquela época². E tampouco a perspectiva dita “eurocomunista” se limitou à Europa Ocidental, *vide* a sua incorporação pelo Partido Comunista Japonês, ou mesmo o impacto que gerou no Brasil por meio de alguns intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro, sobretudo Carlos Nelson Coutinho³. E muitos interlocutores, favoráveis ou não à perspectiva eurocomunista, demarcaram as suas posições, como Jean Elleinstein, Lucio Lombardo Radice, Norberto Bobbio, Luciano Gruppi, Louis Althusser, Ernest Mandel e dirigentes comunistas do porte de Enrico Berlinguer, Santiago Carrillo, Pietro Ingrao e mesmo o dirigente albanês Enver Hoxha.

O fato é que a palavra *eurocomunismo* está longe de ser um conceito científico, mas expressa sim, no contexto da segunda metade dos anos 1970, a crise pela qual os partidos comunistas europeus estavam passando, primeiramente, em relação a seu alinhamento à URSS; em segundo lugar, por conta da crise das organizações leninistas, e, por fim, em razão da crise pela qual passava o marxismo em suas diversas correntes e interpretações no solo europeu. Poulantzas foi um dos intelectuais europeus que melhor compreenderam essa crise, e a sua obra dos anos 1970 apontou ao longo desse período essa crise em livros e artigos, particularmente na segunda metade dessa década. No entanto, distintamente da posição de alguns de seus intérpretes, que defendem a tese de uma mudança radical na obra de Poulantzas⁴, considero que o livro *O Estado, o poder, o socialismo* é um acúmulo — e resultado — teórico e político de trabalhos precedentes, cujas ideias Poulantzas foi aprimorando ao longo dos anos até culminarem nesse livro. Não obstante haja diferenças conceituais de *O Estado, o poder, o socialismo* em relação a *Poder político e classes sociais*, há uma produção intermediária de Poulantzas que já apontava essas mudanças. E mais, foi em *Poder político e classes sociais* que Poulantzas citou pela primeira vez a questão relacional do Estado, embora em situação completamente larvar.

- 1 Paradigmática disso é a apresentação da revista *Teoria & Política*, nº 4, publicada em 1982, a qual continha uma entrevista de Nicos Poulantzas a Henri Weber, quando este ainda estava vinculado ao Secretariado da IV Internacional, antes de migrar para o Partido Socialista Francês durante os anos 1980. De acordo com a apresentação, “nessa entrevista, de 1977, [Poulantzas] abandona as teses sobre o Estado que defendera em suas primeiras obras. Nega que o Estado burguês seja um *aparelho material* e avança na noção de que o Estado é uma *relação social*. Com base nessa revisão da teoria marxista, procura fundamentar a proposta eurocomunista segundo a qual o proletariado poderia conquistar o *poder* sem destruir o *aparelho* de Estado burguês. Suas novas concepções são refutadas em diversos pontos pelo entrevistador Henri Weber. O resultado é uma discussão viva das teses reformistas do eurocomunismo, o que propicia, por isso mesmo, um excelente material para o leitor vislumbrar as debilidades teóricas da concepção eurocomunista de Estado.” (POULANTZAS; WEBER, 2008, p. 8, tradução nossa)
- 2 *Vide* o livro de Fernando Claudín *Eurocomunismo y socialismo* (CLAUDÍN, 1977, p. 1). O impacto do eurocomunismo na política europeia foi tratado em outros livros publicados nesse contexto, como o de Annie Kriegel, *Um comunismo diferente?* (1977), e o de Patrick Meney, *A Itália de Berlinguer* (1976).
- 3 *Vide* o artigo mais famoso dele, “A democracia como valor universal”, publicado pela primeira vez na revista *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 9, em 1979.
- 4 Aqui no Brasil compartilham dessa visão alguns estudiosos da obra de Poulantzas, *vide* Boito Jr. (2007, p. 26), Saes (2001, p. 49), Almeida (2014, p. 51, 55, 87) e Lazagna e Martuscelli (2018, p. 1).

Classificar Poulantzas como “eurocomunista” simplesmente congela a análise de sua rica obra, em particular um livro complexo como *O Estado, o poder, o socialismo*. O próprio Poulantzas nunca se definiu enquanto tal, pois a sua abdicação de algumas questões leninistas, como a da organização partidária e a da transição socialista pela dualidade de poderes, não o tornou um adepto das teses reformistas da II Internacional, a exemplo de Kautsky, mas — como veremos mais adiante — das críticas de Rosa Luxemburgo aos anos iniciais da Revolução Russa. Ademais, a (des)classificação pura e simples de “reformista” é imprecisa, à medida que Poulantzas não abdicou da defesa do comunismo, e muito menos apostava numa estratégia meramente gradualista. Por isso, na primeira parte deste texto, exporei algumas das teses clássicas do chamado “eurocomunismo”, ou, mais precisamente, da perspectiva gradualista e reformista presente em Berlinguer e Carrillo, e, como contraponto a essa corrente, da versão mais à esquerda, de Pietro Ingrao e Fernando Claudín. Na segunda parte, mostrarei os avanços de Poulantzas na sua obra em direção à perspectiva relacional do Estado e à estratégia do que ele define como “socialismo democrático”, e a incompatibilidade teórica e política de Poulantzas com a posição institucionalista do reformismo e gradualismo dos dirigentes “eurocomunistas”, oferecendo como exemplo o seu conceito de *estatismo autoritário*.

2. O “EUROCOMUNISMO” DE DIREITA E DE ESQUERDA

Como foi dito acima, *eurocomunismo* é um termo externo aos partidos comunistas europeus, sendo criado pela imprensa. Mas, com efeito, expressava nos anos 1970 uma guinada dos principais partidos (particularmente os partidos comunistas italiano — PCI —, francês — PCF — e espanhol — PCE) em busca de uma renovação de seus programas quanto à autonomia em relação à URSS, a defesa de um programa de transição democrática e pacífica, a desvinculação do modelo leninista de partido e a exclusão do conceito de ditadura do proletariado. Na falta de um termo mais preciso, vou manter o termo consagrado *eurocomunista*, por sua identificação imediata com os partidos comunistas da Europa mediterrânea.

Mas isso tampouco significava uma homogeneidade desse movimento. Percebe-se nos escritos e nas falas dos dirigentes e intelectuais comunistas europeus afinados com a perspectiva “eurocomunista” uma pluralidade e diversidade de posições, o que levou a se diferenciar uma “direita eurocomunista” de uma “esquerda eurocomunista”. Poulantzas, em uma entrevista dada no *Marxism Today* a Stuart Hall e Alan Hunt em julho de 1979 (poucos meses antes de seu falecimento), diferenciava a direita da esquerda “eurocomunista”. Para Poulantzas, essa direita “eurocomunista” (e cita Elleinstein como referência) adota a concepção de uma revolução gradual, pacífica e legal, retomando as posições pretéritas de Kautsky durante o debate da II Internacional e a sua crítica à Revolução Russa. Já a ala esquerda do “eurocomunismo” distingue-se por uma defesa intensa da democracia conselhistas dirigida pelos

trabalhadores, visto que isso expressaria verdadeiramente uma democracia de massas. Também essa vertente de esquerda demarca a existência de tipos de ruptura e tipos de transformação no próprio Estado; não obstante não mencione a “destruição do Estado”, a esquerda “eurocomunista” é consciente do problema da necessidade de uma transformação radical, não somente nos aparelhos ideológicos de Estado, mas também nos próprios aparelhos repressivos. Já a direita “eurocomunista” tende a ver esses aparelhos mais ou menos como neutros, e conseqüentemente não dá a mesma importância a essa transformação. A tendência da esquerda “eurocomunista” insiste no momento de ruptura com o próprio Estado, pois não defende uma transformação progressiva do Estado. Essa tendência tem consciência de que isso será um aspecto central para as mudanças radicais, pois embora não apregoe a defesa de uma guerra civil, percebe que com o aprofundamento da crise do Estado poderá haver uma mudança no balanço de forças dentro do próprio Estado. A tendência da vertente de direita fica bem expressa nas posições de Carrillo, enquanto a da esquerda tem nas figuras de Ingrao e Cardín a sua melhor representação político-teórica⁵ (POULANTZAS, 2008a, p. 391).

Mas a personificação principal do chamado “eurocomunista” (e muitas vezes tratado como uma “metonímia” desse movimento) de fato foi o dirigente comunista italiano Enrico Berlinguer. Em suas diversas intervenções, Berlinguer deixa claro que seria no jogo democrático, e na aceitação de suas regras, que o socialismo superaria o capitalismo por uma via pacífica e gradualista. Embora nas suas posições iniciais no final dos anos 1960 defendesse a democracia de base articulada com a democracia representativa — e essa posição foi perdendo força em meados dos anos 1970 —, a questão da luta de classes aparece de modo secundário, e por vezes inexistente, quando ele trata dos aparatos estatais. Ele mesmo afirmava que nesse jogo sairia fortalecido o papel da cidadania, indicando assim uma crença nas instituições políticas modernas e na democracia como valor universal:

O desenvolvimento da democracia de base é concebida por nós, em contrapartida, como algo que por um lado contribui para resolver os problemas com a participação e a iniciativa mais ampla dos cidadãos e, por outro lado, pode oferecer alicerces mais sólidos às instituições representativas e ao Estado democrático. [...] Somos partidários de uma democracia profundamente articulada, mas também demasiado forte: forte, porque apoiada com a confiança e a iniciativa dos cidadãos e das suas diversas organizações, mas forte também porque os órgãos de poder político a que corresponde a orientação geral do país devem saber tomar com oportunidade, eficiência e clareza as decisões que lhes competem e saber fazê-las respeitadas por toda a gente (BERLINGUER, 1977, p. 91).

5 Bob Jessop retoma essas diferenças estabelecidas por Poulantzas em seu excelente estudo sobre o marxista grego (JESSOP, 1985, p. 297-298)

Há em Berlinguer uma plena defesa do Estado democrático, pois isso comporta a mais ampla afirmação da democracia. Com efeito, ele reitera que o Estado democrático pode ser forte e vital se assentar na confiança e na iniciativa das grandes massas de cidadãos e das suas organizações (BERLINGUER, 1977, p. 148). É clara a bandeira da luta pelas reformas no Estado e na sociedade italiana para Berlinguer (ele não fala de rupturas). Como ele mesmo afirma,

a luta pelas reformas deve assumir agora o seu mais amplo significado, que é aquele de mudar radicalmente justamente a linha e os fins gerais do desenvolvimento do país. Como consequência deve hoje levar ao primeiro plano as questões que são decisivas aos fins da transformação do tipo de desenvolvimento econômico e civil do país, ou seja, a reforma da escola, as questões da agricultura e do Mezzogiorno (BERLINGUER, 2009, p. 70).

Essa luta pelas reformas seria conduzida não apenas pelos sindicatos, mas também por todas as organizações de massa e, sobretudo, pelas forças políticas democráticas e pelos partidos operários e populares (BERLINGUER, 2009, p. 71).

As reformas seriam acompanhadas por um “choque de moralidade institucional” na Itália. Como diz Berlinguer, o PCI promoveria um saneamento moral da vida política, social e judiciária, pondo assim um fim à corrupção e às disfunções, seja na administração pública, seja nos partidos (BERLINGUER, 2009, p. 103). A questão da moralidade pública acabaria por solapar o sistema capitalista, que fomenta a própria corrupção nos aparelhos de Estado. A questão moral sobressai às causas determinantes da própria reprodução do capitalismo. Nesse aspecto, Berlinguer passa ao largo de uma perspectiva profunda de ruptura presente na dita esquerda “eurocomunista”. Para esse segmento, a questão não é mais a moralidade no trato das instituições públicas, mas o fim do capitalismo por meio da luta de classes em seus diversos campos.

Não é casual a defesa da democracia como valor universal em Berlinguer. Há nele uma defesa da democracia moderna com modificações, mas não num sentido que aponte para uma ruptura. Como ele mesmo afirma:

E total é também nossa adesão à democracia e às suas regras. Explicamos e repetimos que a assunção da direção política, por parte das classes trabalhadoras, pode e deve se realizar na Itália com total respeito às instituições democráticas, aos princípios de liberdade e às indicações transformadoras inseridas na nossa Constituição (BERLINGUER, 2009, 107).

A despeito da popularidade de Berlinguer como principal liderança do “eurocomunismo” — e certamente não era fortuita, já que o PCI era o maior partido comunista do Ocidente —, o trabalho mais sistemático de defesa dos argumentos do “eurocomunismo” de direita foi o livro do dirigente espanhol Santiago Carrillo “*Eurocomunismo e Estado*”. Nesse livro encontramos a concepção mais clara das teses

“eurocomunistas” sobre o Estado e as relações de força para um projeto de transição socialista. Paradoxalmente, o livro de Carrillo se apoia nas análises de Althusser sobre os aparelhos de Estado (e não nas de Poulantzas); um paradoxo pois, como é notório e sabido, Althusser foi um dos maiores opositores da retirada do conceito de ditadura do proletariado dos programas constituídos pelos PCs europeus⁶.

Carrillo incorpora dos marxistas franceses a crítica ao capital monopolista de Estado, e define o Estado capitalista como um “Estado gerente” do grande capital. Contudo, o Estado não estaria invulnerável à sua contradição com a sociedade, pois essa contradição

pode e deve concretizar cada vez mais uma crise no interior desse aparelho, cujos integrantes provêm, em sua grande maioria, das classes lesadas e estão, na realidade, em uma situação semelhante à destas, e que, ao formarem uma grande massa, não podem ser separados em quartéis ericados de defesas e isolados do conjunto social, como o Exército e a força pública (CARRILLO, 1978, p. 19).

A estratégia “eurocomunista” para Carrillo, tal qual Berlinguer, seria a defesa da democracia, pois esta estaria ameaçada pelo capitalismo, e somente a via socialista poderia garantir a democracia e dar a ela uma nova dimensão. Ademais, acompanhando as posições do PCI, o PCE também demarcaria uma autonomia em relação ao PC soviético. O modelo a ser constituído na transição socialista seria independente, “com um socialismo mais evoluído que terá uma influência positiva na evolução democrática dos socialismos existentes hoje” (CARRILLO, 1978, p. 32). Essa via democrática, segundo Carrillo, abarcaria não somente o proletariado, mas todo o conjunto da sociedade, isto é, também as classes sociais não monopolistas. Como ele mesmo afirma, “a revolução socialista já não é exclusivamente necessária ao proletariado, como também à imensa maioria da população” (CARRILLO, 1978, p. 33).

Há em Carrillo, seguindo Berlinguer, a crença na neutralidade dos aparelhos de Estado. Carrillo destaca o papel do Exército — lembrando-se o contexto, esse livro foi escrito em meio à transição para a democracia liberal, depois de décadas de ditadura franquista. Embora recorra a Althusser para a sua análise dos aparelhos de Estado, destoa completamente do teórico franco-argelino, haja vista que Althusser (como também Poulantzas), ao tratar dos aparelhos de Estado, destaca o papel da luta de classes e da reprodução das relações sociais nesses aparatos. No entanto, não é o que Carrillo compreende em sua observação quanto ao Exército espanhol:

Consideramos a existência do Exército como uma necessidade social. Mas o Exército — e este é um princípio fundamental — tem de ser antes de tudo o instrumento que garanta a independência e a soberania nacional, e não o

⁶ Essa crítica de Althusser encontra-se em seus livros *O 22º Congresso* e *O que não pode durar no Partido Comunista*, no artigo “Marxismo como teoria finita”, na sua conferência sobre a ditadura do proletariado na Espanha, em 1976, e no livro publicado postumamente *Marx dentro de seus limites*. Já Balibar fez a sua crítica ao eurocomunismo no seu livro *Sobre a ditadura do proletariado*.

órgão que assegure a opressão da oligarquia monopolista sobre as demais classes e camadas sociais e a inteligibilidade do *status quo* político-social capitalista. O Exército, seus quadros de comando, deve ser aberto ao acesso das camadas populares. Não deve ser o instrumento de um partido nem de uma facção da sociedade. Dentro do quadro de suas funções específicas — a defesa da integridade territorial —, tem de obedecer às ordens de qualquer governo estatuído como resultado do sufrágio universal. Se um governo qualquer, e menos ainda, se uma facção da sociedade, trata de utilizá-lo em funções que não as suas, ele deve negar-se resolutamente a obedecer (CARRILLO, 1978, p. 57-58).

Noutra passagem, Carrillo deixa clara a sua concepção institucionalista do Estado moderno como representante da soberania popular. Se o marxismo tem como diferencial relativamente ao pensamento moderno precedente a Marx (e mesmo posterior a ele) a definição da ausência da neutralidade política do Estado, concebido em geral como um aparelho repressor das classes dominantes sobre as classes dominadas, a tendência “eurocomunista” de direita afina-se com essas teses de neutralidade e universalidade do Estado. Como veremos adiante, a posição de Poulantzas é completamente distinta, quando trata o Estado como uma arena de lutas e o estatismo autoritário como característica das democracias liberais no contexto do capitalismo monopolista. Se Poulantzas renuncia à concepção leninista de Estado e de organização vanguardista de partido, se apoiando em Rosa Luxemburgo, Carrillo aproxima-se da concepção clássica da social-democracia da II Internacional, que continuou vigorando nos partidos social-democratas, no entendimento de que o Estado é neutro e universal, e a soberania popular determina a condução da política estatal:

Um Estado democrático deve caracterizar-se pela descentralização, de forma que a administração opere com maior flexibilidade, mais perto da, e mais de acordo com a vontade dos governados. Um tipo de Estado desse gênero poderá ser transformado com maior facilidade num Estado apto a chegar ao socialismo por uma via democrática; num Estado mais controlado pelos eleitos pelo povo; e, por conseguinte, num Estado mais protegido ante as contingências de um golpe de força. [...] Trata-se de criar uma democracia viva, em todos os níveis, no país inteiro, na qual o poder efetivo resida nos órgãos do poder popular, de maneira que a vitalidade deste seja tal que não possa ser aniquilada de repente por um grupo instalado em zonas centrais de poder. [...] Essa concepção do Estado implica também a ideia de renunciar a um aparelho do Estado que seja de partido, a um aparelho de Estado controlado por um aparelho de partido; trata-se de criar um aparelho de Estado que obedeça, em qualquer momento, fielmente, aos eleitos pelo povo e que não possa ser manipulado contra a vontade do povo (CARRILLO, 1978, p. 67-68).

Pietro Ingrao, por seu turno, representava a vertente de esquerda do “eurocomunismo”. Ainda que haja pontos convergentes com a direita “eurocomunista” no tocante à importância da democracia moderna e das conquistas obtidas pela classe trabalhadora, e também à superação de seus limites, a análise e as propostas de Ingrao ultrapassam os limites institucionalistas de Berlinguer e de Carrillo e, ao contrário da crença na cidadania abstrata incorporada pela vertente de direita “eurocomunista”, o centro da análise de Ingrao é a luta de classes e a formação de novos campos institucionais de participação. Embora Carrillo e Berlinguer reconheçam a necessidade de novas formas de participação, em Ingrao essa questão ganha uma maior centralidade se comparada à vertente reformista “eurocomunista”.

Há em Ingrao também o afastamento do modelo de partido leninista de vanguarda e a defesa do partido de massas, isto é, um partido que seja uma síntese das massas em termos de conexão e projeções de futuro a partir das contradições existentes, um partido-síntese, que saiba unificar não por meio de uma vanguarda iluminada, mas do protagonismo das massas. Para Ingrao, o Estado liberal estava superado, devido tanto ao advento do capital monopolista quanto pelo advento da sociedade de massas. Há, assim, uma nova articulação entre os diversos momentos do que ele define como uma “dialética democrática”. De acordo com Ingrao, não pode haver um monopólio da política em benefício de organismos predeterminados, mesmo que sejam os partidos.

Ingrao converge com Althusser sobre os riscos de o partido se tornar Estado⁷, o que engessaria o seu papel transformador e criaria a possibilidade de que perca seu caráter antecipatório, de “projeto”: [de que] perca, enfim, a iniciativa, o impulso para o futuro que exprime o momento do “social”, incorporando-o na vida do Estado, rompendo a tendência à cristalização e à formalização exasperada das instituições, em outras palavras, ao burocratismo (INGRAO, 1980, p. 37)⁸.

Os sindicatos também devem ter autonomia em relação ao partido durante o processo de transição, e essa transição socialista para o novo Estado proletário pode realizar-se também por uma pluralidade de forças políticas. Como afirma Ingrao, a unidade de direção política do novo Estado socialista se realiza não por meio de um só partido, mas de uma colaboração (debate e confronto) entre as diversas forças políticas de orientação socialista (INGRAO, 1980, p. 110).

Se em Berlinguer e Carrillo a liberdade tem um teor abstrato formal e se estende às forças políticas não socialistas, Ingrao, embora defenda essa extensão, o faz

7 Vide Althusser (1998).

8 Poulantzas tece uma crítica a essa posição de Ingrao no tocante ao partido político: “Todavia o verdadeiro problema consiste em saber qual deveria ser a forma de presença do partido nesse campo. Mas, também nesse caso, a posição de Ingrao, uma das mais avançadas nesse campo, é problemática: consiste esquematicamente em ver no partido o ‘momento da globalização’ das novas lutas sociais, no sentido de que um partido transformado deveria poder ‘sintetizá-las’, orientá-las, enquadrá-las na forma de uma constelação da qual ele próprio seria o eixo principal. Postura que adota Ingrao no que se refere à relação Estado democratizado/movimento social” (POULANTZAS, 1983, p. 79).

sobre uma base de realismo político, pois a transição não será fácil diante das estruturas de poder constituídas durante o período capitalista. Isso fica nítido neste trecho de seu livro *As massas e o poder*:

Nós sabemos muito bem que, mesmo onde a classe operária conquista o poder e inicia a construção da sociedade socialista, durante longo tempo age em favor do capitalismo o peso da herança histórica, da tradição, da situação internacional etc. Em nenhum momento esquecemos a profunda diferença qualitativa existente entre as forças que atuam para a abolição da exploração e as forças que agem para manter a velha ordem. Nós mantemos integralmente nossa posição de classe e a crítica marxista e leninista às velhas instituições, no exato momento em que projetamos uma gestão do poder na qual determinados direitos de liberdade sejam reconhecidos mesmo para forças não socialistas. Efetivamente, não esquecemos que essas liberdades poderão ser usadas como instrumento de luta por forças conservadoras, as quais já têm a seu favor a vantagem acumulada em séculos de dominação. Devemos saber e dizer isto: para que dessa consciência derive a necessidade de golpear com maior dureza e decisão as velhas estruturas, de demolir todos os privilégios das camadas conservadoras, de realizar a edificação socialista coerentemente. Diria que, quanto mais amplos forem os direitos de liberdade política, tanto mais rigorosa deverá ser a luta para golpear as bases econômicas da velha ordem e a luta — eis um ponto decisivo — para renovar e desenvolver as instituições democráticas, para vinculá-las às massas, para animá-las e torná-las eficazes contra a resistência das forças do passado (INGRAO, 1980, p. III-III2).

Enquanto Berlinguer e Carrillo compartilham da visão de que há uma cidadania plena construída com o advento da sociedade e do Estado moderno, Ingrao vai de encontro a essa perspectiva. Em sua crítica a Bobbio⁹, Ingrao questiona os princípios abstratos da cidadania burguesa sobre sufrágio universal, liberdade e paridade de voto, liberdade de competição entre grupos políticos organizados e opção entre alternativas reais etc. Haveria então a mesma paridade política entre um operário da Fiat e o seu patrão? Essa igualdade somente existe no plano da cidadania abstrata. As decisões de planos econômicos governamentais passam pelas representações empresariais, enquanto, por sua vez, as massas trabalhadoras encontram-se alijadas desses processos decisórios que vão ao encontro dos interesses das frações de classe do capital monopolista.

Sobre o Estado, no qual Carrillo e Berlinguer reconhecem, em última instância, universalidade e neutralidade, Ingrao demarca no livro *As massas e o poder* uma divergência com eles. Com o advento do capital monopolista, o Estado moderno assumiu severas modificações, pois alargou o seu escopo, ampliando o seu corpo buro-

9 Trata-se do texto de Norberto Bobbio “Quais as alternativas para a democracia representativa?”, publicado na coletânea *O marxismo e o Estado*, lançada em 1976 pela Avanti e, no Brasil, em 1979, pela editora Graal.

crático e de técnicos e intervindo nas crises cíclicas do capitalismo. O Estado muda a sua face, indo além do papel de simples “guardião” do quadro político ou de “sustentador” do mecanismo produtivo e se tornando o centro da regulação do processo de acumulação e da relação poupança-investimento, que os instrumentos normais do mercado capitalista não conseguem mais controlar. Para Ingrao, essa nova dimensão ampliada do papel do Estado cria problemas agudos, gerando o deslocamento de massas, setores e profissões em face de um novo horizonte. É um aspecto que, de fato, aproxima Ingrao das posições de Poulantzas sobre o Estado, considerando-o uma condensação material de relações de forças. Para Ingrao, a transformação do Estado vincula-se, assim, ao processo social; o autor foge à concepção de um Estado de face apenas coercitiva, firme e fixa, exercendo sempre o mesmo papel, como se estivesse fora dos desenvolvimentos da luta de classes (INGRAO, 1980, p. 147).

Ingrao afirma peremptoriamente ao longo do seu livro que somente pela ação das massas a democracia moderna será superada, e assim os novos mecanismos de participação serão constituídos. Segundo Ingrao,

as assembleias só disporão de armas contra as oligarquias capitalistas, as forças conservadoras e os “corpos burocráticos” que acabam se contrapondo à vontade popular se seus poderes formais se tornarem poderes reais mediante a presença e a ação organizada das massas. Sem essas armas, as assembleias serão incapazes de exprimir sua autonomia em relação ao sistema, e só poderão administrar as opções dos grupos capitalistas dominantes e realizar “mediações” subalternas em relação a essas opções (INGRAO, 1980, p. 179).

Fernando Claudín é a outra expressão teórico-política representativa da corrente esquerda “eurocomunista”. O seu livro *Eurocomunismo e socialismo*, publicado em 1977, é o estudo mais amplo do fenômeno do eurocomunismo. Na obra, além de analisar as diferenças entre os PCs da Europa mediterrânea, também realiza um mapeamento histórico das causas que levaram esses partidos a adotar essa posição nos anos 1970.

Claudín começa analisando as divergências entre as correntes revolucionárias e reformistas durante a II Internacional, que acarretaram, também por força da Revolução Russa, a formação dos partidos comunistas. Inicialmente os PCs estavam completamente atrelados às decisões do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), o que dificultava a criação de estratégias específicas em suas diferentes formações sociais. Mas, com a formação das frentes amplas diante da ascensão fascista na Europa, os partidos comunistas começam a ter uma maior autonomia, embora ainda se mantivessem atrelados ao PCUS. Com o pós-guerra, a força eleitoral do PCI e do PCF lhes deu maior margem de manobra, ainda que seguissem vinculados às decisões da política externa apregoada pelo PCUS.

A crise húngara de 1956 iniciou certo abalo nas relações desses partidos com o PCUS, mas sobretudo na base desses partidos, e não nas cúpulas dirigentes. Contudo, os anos 1960 foram marcados por uma série de fatos que levaram a inúmeros rachas

e dissidências nos PCs da Europa. Claudín aponta em seu livro os seguintes fatos: 1) o racha sino-soviético, que resultou na formação de vários partidos comunistas dissidentes, de tendência maoísta; 2) as revoluções de libertação nacional e a emergência do chamado Terceiro Mundo como um novo ator político; 3) a revolta de maio de 1968 e a sucessão de revoltas estudantis e de trabalhadores em diversas partes do mundo, tanto nos países centrais como nos periféricos; 4) a invasão soviética na Tchecoslováquia.

O conjunto desses elementos acabara por resultar numa busca de autonomia dos PCs da Europa mediterrânea perante o PCUS durante os anos 1970. Como observa Claudín, dois aspectos, estritamente independentes, destacam-se na ação concreta dos partidos eurocomunistas: 1) o intento de adequar a concepção de socialismo e a estratégia de transição às condições específicas do capitalismo desenvolvido; 2) o divórcio, cada vez mais nítido, entre os ditos partidos e o “comunismo” de Moscou. Com o eurocomunismo, ocorre o “cisma do Ocidente” do movimento comunista internacional, seguindo o “cisma do Oriente” consumado nos anos 1960. É uma nova e transcendental fase da crise geral do dito movimento (CLAUDÍN, 1977, p. 3).

Ao longo do seu livro, particularmente no capítulo 3, “A via democrática do socialismo”, Claudín estabelece as diferenças de perspectiva entre a esquerda “eurocomunista” e a corrente dita de direita. O limite se dá, sobretudo, pela estratégia constituída pelos PCs na sua luta contra o capital monopolista, conforme a qual buscam aliança com o capital não monopolista, e isso constituiria uma etapa precedente à transição socialista. A despeito das distintas denominações, “democracia avançada” para o PCF, “democracia política e social” para o PCE, “nova etapa da revolução democrática” para o PCI, esse conjunto de partidos comunistas se limita à luta política institucional, subordinando a luta social à luta política. Isso os leva a privilegiar na luta política o momento eleitoral, de frear a luta de classes para não obstaculizar as alianças com a “burguesia não monopolista”, de contra-arrestar as tendências autônomas do movimento operário e do movimento popular. Como destaca Claudín: “Nosso propósito é destacar os perigos que essas tendências encerram na atual fase de agudização da luta de classes, quando o problema da alternativa capitalista-monopolista ou democrático-socialista ante a crise se apresenta, cada dia mais, em termos preemptórios” (CLAUDÍN, 1977, p. 132).

Segundo Claudín, a luta contra o capital monopolista implica a agudização extrema da luta de classes, justamente porque a derrota do capital monopolista significa abrir o processo de liquidação do capitalismo e iniciar o processo de transição socialista. Desse modo, Claudín vai de encontro à estratégia institucionalista e reformista da direita “eurocomunista” por considerar irreal essa fase de longa duração da “estabilidade democrática” ou da “democracia avançada”. Como também seria ilusório propor alianças estáveis com a totalidade da burguesia não monopolista ou com as forças políticas que servem aos interesses de umas ou outras frações do capital monopolista, não obstante seja necessário aproveitar as contradições entre elas e, sobretudo, ganhar as massas que são influenciadas por elas (CLAUDÍN, 1977, p. 130).

O chamado “eurocomunismo” comporta diferenças internas; uma tendência claramente defende os pressupostos do Estado moderno e do seu universalismo calcado numa neutralidade axiológica. Do outro lado, expresso por Ingrao e Claudín, há uma aposta na descontinuidade desse Estado moderno com conteúdo de classes

A meu ver, essa posição de Claudín em nada se coaduna com a da chamada direita “eurocomunista” no terreno político institucional. Claudín afirma o primado da luta social sobre a luta política nesse cenário do final dos anos 1970, já que novos elementos e contradições emergiram nesse contexto e a direção dos principais partidos comunistas não tinha conseguido incorporá-las em seu projeto de alianças contra o capital monopolista. Como ele mesmo afirma:

Essa consideração não aponta em absoluto subestimar a luta eleitoral, o papel do sufrágio universal. Pelo contrário. As eleições democráticas para as assembleias representativas em todos os níveis expressam, em cada momento, uma determinada relação de forças, e por sua vez incidem nelas. Enquanto esse indicador essencial não acuse a existência de uma maioria suficientemente sólida e consciente a favor de mudanças radicais, não existe a condição primordial para afrontar batalhas decisivas contra o capital monopolista, tanto nas instituições representativas como na luta de massas. Mas a relação de forças — sobretudo no período de crises — se gesta fundamentalmente no campo social. Aqui é onde a grande maioria da população — constituída nos países capitalistas desenvolvidos pelos trabalhadores assalariados de uma ou outra categoria e pelos pequenos produtores privados — pode elevar a sua consciência, organizar-se e unificar-se, através da experiência prática de sua luta por objetivos realmente alternativos aos do capital. É dizer, objetivos que não só representem soluções substanciais imediatas, embora parciais, aos problemas mais angustiosos (salários, preços, emprego, condições de trabalho, moradia, escola, transportes, saúde etc.), mas que modifiquem as relações de forças em todas as esferas e instituições da sociedade civil (principalmente nos centros de trabalho) e no seio dos corpos e aparatos do Estado, impulsando as correntes democrático-socialistas dos trabalhadores e empregados que os integram, incluindo o pessoal dos aparatos militares e repressivos (CLAUDÍN, 1977, p. 132).

Como vimos nesta seção, o chamado “eurocomunismo” comporta diferenças internas; uma tendência claramente defende os pressupostos do Estado moderno e do seu universalismo calcado numa neutralidade axiológica. Do outro lado, expresso por Ingrao e Claudín, há uma aposta na descontinuidade desse Estado moderno com conteúdo de classes, o que, mais do que isso, possibilita conflitos internos nos aparatos estatais, na medida em que tenha ocorrido o alargamento do Estado e a incorporação de segmentos dos setores subalternos e da classe média na burocracia estatal. Além disso, a perspectiva da esquerda “eurocomunista” percebe a força emergente dos movimentos sociais e dos novos sujeitos políticos e sociais. Vejamos a seguir a posição de Poulantzas sobre a perspectiva relacional do Estado e a sua defesa do socialismo democrático.

3. A PERSPECTIVA RELACIONAL DO ESTADO EM POULANTZAS

O Estado, o poder, o socialismo possivelmente foi o seu livro mais polêmico, pelo menos no tocante à afirmativa de que Poulantzas teria abandonado e rejeitado as suas teses anteriores, e mesmo de que teria abdicado do comunismo e adotado a via reformista socialista¹⁰. Além disso, estaria renunciando à influência de Althusser e teria aderido ora à perspectiva de Gramsci, ora à de Foucault. No que tange aos conceitos empregados nesse livro, é necessário afirmar aqui que um conceito como o de *condensação material de relações de forças* ou a interpretação de que o Estado seria permeado por contradições internas já estavam presentes em obras anteriores. O livro *O Estado, o poder, o socialismo*¹¹ na verdade é resultado dessas mudanças que a obra de Poulantzas vinha sofrendo desde o início dos anos 1970. A sua obra, com efeito, foi dinâmica e apontou ao longo do tempo para a incorporação de novos conceitos, mas também para a manutenção de antigos¹².

Em relação à permanência de conceitos e da presença do marxismo althusseriano na sua obra, podemos listar os seguintes aspectos:

10 Essa leitura equivocada da obra de Poulantzas está presente na apresentação do texto de Bernard Fabrègues (pseudônimo de Bernard Chavance) por Lazagna e Martuscelli (2018, p. 1), quando afirmam a existência de uma ruptura teórica nesse livro. Como irei mostrar nesta seção, as mudanças operadas por Poulantzas em direção ao conceito de Estado relacional se iniciam em obras pretéritas ao livro *O Estado, o poder, o socialismo*. Ademais, o artigo de Fabrègues, além de estar permeado de adjetivações e ironias, equivoca-se ao associar as posições de Poulantzas com as da direção do PCF quando este abandona o conceito de ditadura do proletariado, no XX Congresso, em 1976. Como Claudín e Poulantzas apontam, a esquerda “eurocomunista” não coincidia com a posição estratégica do PCF, baseada na luta antimonopolista e institucionalista, nem convergia para ela.

11 A influência desse livro ampliou-se no decorrer do tempo, alcançando diversos pesquisadores que tratam o tema do Estado capitalista. Cito como exemplos os trabalhos de Bob Jessop, Joachim Hirsch, Clyde Barrow, Paul Thomas, Leo Panitch, Stuart Hall, Razmig Keucheyan, Peter Thomas e Paula Abal Medina, entre outros. Também se devem destacar os livros organizados por Bratsis e Aronowitz (2002) e por Martin (2008) e o editado por Gallas et al. (2011). Jessop (2009) escreveu um artigo no qual sistematizou de forma precisa as principais questões abordadas nesse livro de Poulantzas e cujo título expressa a importância dessa obra no pensamento contemporâneo: “*O Estado, o poder, o socialismo* de Poulantzas como um clássico moderno”.

12 Sobre as mudanças teóricas em Poulantzas, outros trabalhos já abordaram essa questão, como os de Carnoy (1994), Codato (2008) e Motta (2010).



Louis Althusser



Antonio Gramsci

1) Poulantzas não rompe teoricamente com Althusser, embora demarque as suas diferenças políticas quanto à questão da ditadura do proletariado defendida pelo filósofo francês. A tese da descontinuidade entre o jovem Marx e o Marx maduro permanece, como também o primado das relações de produção sobre as forças produtivas;

2) a substituição das instâncias regionais por aparelhos de Estado não foi exclusividade de Poulantzas. Althusser também efetuou essa mudança em seu livro póstumo *Sobre a reprodução* (escrito em 1969), cujo artigo “Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado” fora extraído e publicado em 1970. Poulantzas critica-o, porém, por não ter incluído na sua análise os aparelhos econômicos de Estado e pela excessiva rigidez da distinção que faz entre os aparelhos ideológicos de Estado (AIEs) e os aparelhos repressivos de Estado (AREs). Para Poulantzas, o Exército, apesar de ser um ARE, pode se tornar, de acordo com as circunstâncias, o principal aparelho de organização política, a exemplo do que sucede nas ditaduras militares (POULANTZAS, 1978a, p. 82)¹³;

3) os conceitos de bloco no poder e de autonomia relativa do Estado, criados em *Poder político e classes sociais*, continuaram sendo utilizados ao longo da sua obra, e estão presentes em *O Estado, o poder, o socialismo*;

4) o conceito de *efeito de isolamento*, um dos conceitos centrais do livro *Poder político e classes sociais*, está presente em *O Estado, o poder, o socialismo*, e também ocupa uma posição central no direito capitalista, mas com uma nova denominação, de *efeito de individualização*, talvez sob influência de Foucault, que emprega esse conceito. Mas seu sentido em *Poder político e classes sociais* permanece o mesmo em *O Estado, o poder, o socialismo*.

A ênfase na suposta mudança de Poulantzas em *O Estado, o poder, o socialismo* está relacionada à avaliação de que ele teria abandonado por completo o leninismo e aderido à estratégia eurocomunista. Com relação a Lênin, Poulantzas não abdicou

¹³ A primeira vez que Poulantzas emprega o conceito de aparelhos ideológicos de Estado foi em 1969, no artigo “O problema do Estado capitalista”, no mesmo ano em que Althusser também o utilizou pela primeira vez, no manuscrito *Sobre a reprodução*.

das teses leninistas sobre o imperialismo, embora tenha de fato rompido com as estratégias do duplo poder, da organização de vanguarda e da ditadura do proletariado, apesar de não ter incorporado a estratégia reformista. Como veremos, é Rosa Luxemburgo a sua principal fonte. Quanto à estratégia reformista, notaremos que, não tendo abdicado do comunismo, Poulantzas denomina de socialismo democrático uma via estratégica que não se assemelha à perspectiva meramente gradualista e institucionalista da direita “eurocomunista”.

O conceito de condensação material de relações de forças, e ideias como a do Estado enquanto arena de lutas e a de ser ele ser atravessado por contradições e pela luta de classes, já vinham em franco desenvolvimento nos livros anteriores de Poulantzas. O fato é que a primeira vez que Poulantzas trata da questão da condensação material das relações de forças foi em *Poder político e classes sociais*, por intermédio do conceito de bloco no poder. Esse conceito, central na obra de Poulantzas, já indicava a ausência de uma homogeneidade da classe burguesa, haja vista que há contradições e conflitos entre as frações burguesas, sobretudo das que detêm a hegemonia (representando o capital monopolista) em oposição aos setores médios da burguesia, além dos próprios conflitos internos das frações ligadas ao grande capital.

Essa concepção relacional do Estado tem a sua gênese nesta passagem de *Poder político e classes sociais*:

O Estado está em relação com as contradições próprias dos diversos níveis de uma formação, mas, na medida em que representa o lugar onde se reflete a articulação desses níveis e o ponto de condensação das suas contradições, ele é testemunho da “contradição da sociedade consigo própria” (POULANTZAS, 1977b, p. 46).

Em sua obra seguinte, *Fascismo e ditadura*, que é sem dúvida um dos estudos mais sistemáticos sobre a questão do fascismo italiano e alemão, Poulantzas já identifica a luta de classes no interior dos aparelhos de Estado. Mesmo um Estado de exceção como o fascista não estaria impermeável às contradições de classe. Ele aponta esse problema na terceira parte desse livro, em seu último capítulo: “O Estado fascista”. Como Poulantzas afirma:

As contradições e atritos entre ramos e aparelhos persistem no Estado de exceção, *mas sob uma forma diferente*. Isso está ligado à persistência da luta de classes e das contradições no seio do Estado de exceção. Nunca será demais repeti-lo: o Estado de exceção não consegue, como desejaria, suprimir a luta de classes. [...] No caso do Estado de exceção, verifica-se, pelo contrário, e em diversos graus, *um paralelismo característico das redes de poder e uma superposição constante das suas correias de transmissão, isto é, dos ramos e dos aparelhos de Estado*: as suas relações permanecem, aliás, ocultas. Essa é uma característica particularmente notória no caso do Estado fascista, e que dá origem a uma expressão específica das contradições no seio do sistema estatal: mais do que

com contradições entre ramos e aparelhos, deparamos aqui com contradições agudas no próprio seio de cada ramo e aparelho. O ramo ou aparelho dominante — Exército, partido único, polícia política etc. —, ele próprio atravessado por contradições agudas, estabelece a sua dominância sobretudo pelo controle e pela *penetração* direta dos outros. Trata-se de “contradições internas” — expressão de luta de classes — de um Estado de exceção sob a sua fachada unida e centralizada: elas concretizam-se sob a forma de guerra de bastidores entre “equipes” ou “grupos de pressão” (POULANTZAS, 1978c, p. 351-352).

Temos nesse trecho acima uma clara definição de que a luta de classes e suas contradições se fazem presentes no conjunto dos aparelhos do Estado fascista. Desse modo, há um equívoco dos críticos de Poulantzas que afirmam peremptoriamente que essa problemática estaria presente só nos seus últimos trabalhos.

A definição de Estado relacional fica mais clara em seu livro *As classes sociais no capitalismo de hoje*. O Estado deixa de ser entendido como um instrumento de classes e passa a ser concebido como condensação de relações de forças, tendo também papel chave na reprodução das relações de produção por meio dos aparelhos econômicos de Estado (POULANTZAS, 1978b, p. 104-105)¹⁴.

Embora ainda não tenha incorporado o papel das classes dominadas à sua análise das lutas internas do Estado, Poulantzas já abre uma brecha para essa perspectiva ao abordar as lutas internas entre as frações de classe do bloco no poder. A autonomia relativa do Estado fica clara quando nenhuma fração, mesmo a hegemônica, consegue controlar ao todo os aparatos estatais. O Estado não pertence a este ou àquele grupo monopolista, pois o Estado para Poulantzas não é uma “coisa comum”, visto que é uma relação, mais precisamente a condensação de uma relação de forças. A autonomia relativa do Estado deve ser entendida aqui como relação entre Estado, de um lado, e capital monopolista e conjunto da burguesia, de outro, relação que se mostra sempre em termos de representação e de organização política de classe (POULANTZAS, 1978b, p. 174).

A ausência de plena racionalidade por parte do Estado e de suas políticas, de fundo caótico, foi o ponto de partida do capítulo 2 no livro *As classes sociais no capitalismo de hoje*, que trata das contradições das burguesias e suas relações com o Estado, e foi retomada no livro *O Estado, o poder, o socialismo*. Isso fica explícito no seguinte trecho desse capítulo:

As relações contraditórias entre frações do bloco no poder sob a hegemonia do capital monopolista existem nas relações entre ramos do aparelho repressivo de Estado, entre aparelhos ideológicos de Estado, e nas relações enlaçadas no próprio seio do bloco no poder exprimem-se, enquanto precisamente relações de

14 Noutra passagem desse livro, Poulantzas critica essa concepção instrumentalista de Estado como uma concepção idealista/economicista que predominava na leitura que o PCF fazia do capital monopolista: “Vê-se claramente aqui o duplo aspecto das incidências políticas da concepção instrumentalista do Estado necessariamente ligada a uma concepção idealista/economicista: uma ferramenta ou instrumento possui ao mesmo tempo uma utilidade técnica e neutra, e pode ser, como tal, manipulado à vontade por seu detentor” (POULANTZAS, 1978a, p. 113-114).

A política estatal recorre frequentemente a uma série de medidas contraditórias e pontuais que, se testemunham a lógica do capital monopolista, não revelam menos as fissuras e desarticulações dos aparelhos de Estado, reproduzindo as contradições do bloco no poder

poder, pelas relações contraditórias no próprio seio do Estado e de seus aparelhos, sedes privilegiadas desta ou daquela fração do bloco no poder, e se manifestam igualmente como contradições internas entre as diversas intervenções do Estado atual. A autonomia relativa do Estado não significa também, assim, uma vontade coerente e racional dos agentes do Estado-entidade intrínseca: ela existe concretamente como “jogo” contraditório no seio dos aparelhos de Estado, e mesmo como resultante da relação de forças de que o Estado constitui a condensação (POULANTZAS, 1978b, p. 177).

Assim, para Poulantzas o Estado capitalista não é um simples instrumento dos monopólios, e portanto está apto a desempenhar eficazmente seu papel de organizador da hegemonia. A política estatal recorre frequentemente a uma série de medidas contraditórias e pontuais que, se testemunham a lógica do capital monopolista, não revelam menos as fissuras e desarticulações dos aparelhos de Estado, reproduzindo as contradições do bloco no poder em face do enfraquecimento das capacidades hegemônicas do capital monopolista (POULANTZAS, 1978b, p. 185).

Essa concepção de Estado relacional, isto é, de que o Estado é a condensação de uma relação de forças, avançou mais ainda no livro seguinte, *A crise das ditaduras*. Um dos aspectos mais interessantes desse livro é o fato de Poulantzas, pela primeira e única vez, trabalhar na perspectiva da teoria da dependência ao usar conceitos como *países dependentes* e *superexploração* (embora não cite nenhum autor dessa corrente teórica, notadamente Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, que empregaram o conceito de superexploração).

Poulantzas, nesse livro, pela primeira vez introduz a questão das lutas populares dentro do Estado. O Estado — e mesmo os AREs, como as Forças Armadas — não é impermeável às contradições e às lutas populares, pois estas repercutem dentro dele. Portanto, antes de *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas já vinha desenvolvendo essa ideia naquele seu livro pouco conhecido e citado por seus estudiosos. Trata-se de uma excelente análise de conjuntura sobre as ditaduras militares do Mediterrâneo, e será fundamental para desenvolver esses conceitos, que estarão mais bem sistematizados em *O Estado, o poder, o socialismo*.

Neste trecho, Poulantzas demarca bem essa visão sobre o papel das lutas populares e a sua repercussão dentro dos aparatos estatais:

Essas lutas, propriamente falando, se articulam às contradições das formações sociais nacionais portuguesa e grega e contribuíram para a condensação delas, marcando assim o começo da derrubada do regime, já fortemente minado no próprio “interior”. Portanto, não se pode também superestimar o efeito dessas lutas — e isso é muito importante no caso da Espanha —, e acreditar que nada acontecerá na Espanha por causa da ausência de tais fatores é tão falso como atribuir diretamente a deposição dos regimes português e grego à guerra colonial na África ou à “aventura” dos coronéis gregos no Chipre. [...] Entendo por isso que os fatores que tiveram um papel direto nessa derrubada (as contradições internas dos regimes) foram eles próprios determinados pelas lutas populares (POULANTZAS, 1978a, p. 62).

Nesse livro pela primeira vez Poulantzas incorpora a negação de que o Estado, além de não ser uma “coisa”, tampouco seria um “sujeito”, pois tal qual o *capital*, o Estado é uma relação, uma condensação das relações de forças entre as classes tal como se manifestam de forma específica, no seio dele próprio. As contradições de classe atravessam sempre, de ponta a ponta, o Estado, porque, pela sua natureza de Estado de classe, ele reproduz no seu interior as contradições de classe, o que significa que estas se exprimem sempre, e de forma específica, como contradições internas do Estado, pois ele não é um bloco monolítico, sem fissuras. Interessante notar que Poulantzas ainda empregava nesse texto a máxima de *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, de Marx, de que o Estado deve ser destruído, e não transformado, ao contrário do que passará a sustentar nos seus trabalhos posteriores.

Certamente, existe sempre uma unidade do poder de Estado ligada à representação pelo Estado dos interesses da classe ou da fração hegemônica, e é por essa razão que as classes populares não podem ocupar peça por peça o aparelho estatal, mas devem destruí-lo na passagem para o socialismo — o que, no entanto, não deve levar a crer no Estado como um bloco sem fissuras (POULANTZAS, 1978a, p. 65).

Contudo, Poulantzas não simplifica ao modo dogmático essa máxima de destruição do Estado, sem levar em consideração a transformação radical a qual no processo se faz necessária. Como ele mesmo afirma:

A proposição marxista fundamental segundo a qual a transição para o socialismo não pode ser feita através de uma simples mudança do poder de Estado (a classe operária e seus aliados substituindo a burguesia); ela implica em que os aparelhos de Estado sejam destruídos e que não só sejam substituídos os agentes dirigentes dos aparelhos de Estado, mas transformada radicalmente a própria estrutura organizacional deste. Além do mais, o Estado

burguês não pode, no caso de uma mudança de poder de Estado, engendrar ele próprio um Estado socialista (a ilusão do “socialismo de Estado”), pois o peso específico e o papel próprio desses aparelhos sempre se manifesta, através de sua própria estrutura, como resistência à transformação do Estado (POULANTZAS, 1978a, p. 73)

Essa resistência, ainda que restrita à transição do Estado de exceção para o Estado democrático-parlamentar, e não à transição do capitalismo para o socialismo, Poulantzas voltará a examinar em *O Estado, o poder, o socialismo*, aludindo à existência de clãs e feudos que, por uma divisão interna no interior do Estado capitalista, controlam ramos e aparelhos, prodigiosamente emaranhados, reiterados e hierarquizados nas respectivas funções e esferas de competência. O Estado de exceção em sua forma organizacional acaba por permitir a autonomização relativa particular, sobre uma base de potência própria, das diversas facções e clãs, alguns dos quais, ao defender os seus privilégios, podem criar constantemente obstáculos às eventuais tentativas de “normalizar” e “fazer evoluir” o regime (POULANTZAS, 1978a, p. 74).

Posteriormente ao livro *A crise das ditaduras*, Poulantzas escreveu em 1976 “O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau”, na *New Left Review* (2008b, p. 117-119), e deu entrevistas, em 1977, a David Kaisergruber — “O Estado, o poder e nós”, na revista *Dialectiques* (KAISERGRUBER, 1981, p. 87-88) —, e a Henri Weber — “The state and the transition to socialism”, na revista *Critique Communiste* (POULANTZAS; WEBER, 2008, p. 334, 343-344). Nessas suas intervenções, Poulantzas ratificou os argumentos e conceitos constituídos nos livros citados acima: reafirmou a questão de o Estado ser uma condensação material de forças, permeado por fissuras e atravessado pelas contradições de classe em seu interior. No diálogo com Henri Weber, essas questões tiveram como pano de fundo a discussão sobre a transição socialista, e nesse debate Poulantzas começa a expor o seu projeto sobre o programa do socialismo democrático que será sistematizado em *O Estado, o poder, o socialismo*.

Mas mesmo antes da publicação de *O Estado, o poder, o socialismo*, o conteúdo desse livro foi antecipado numa síntese que Poulantzas apresentou no texto “As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado”, publicado no livro, organizado por ele, *O Estado em crise*. Nesse texto, Poulantzas mais uma vez retoma teses como a de que o Estado é uma condensação material de relações de forças e permeado por fissuras, para além de ser o organizador do bloco no poder e ter como uma de suas funções a desorganização das classes dominadas. Isso substancia ainda mais a tese defendida por Poulantzas de que a luta de classes dominantes-dominados atravessa ela mesma os aparelhos de Estado de parte a parte, na medida em que esses aparelhos materializam e concentram o poder da classe, ou das classes e frações dominantes, em suas contradições com as classes dominadas. Ademais, também ratifica a ausência de uma racionalidade pura no interior do Estado, devido a sua política incoerente resultante das micropolíticas espasmódicas, imediatistas e contraditórias

que minam a materialização de um projeto global por parte do Estado e de suas diversas políticas governamentais (POULANTZAS, 1977a, p. 27-41).

Uma das contribuições que Poulantzas dá nesse texto é separar a crise política da crise do Estado e da crise econômica. A crise política pode ou não estar articulada com a crise do Estado e com a econômica, na mesma temporalidade em relação a ambas. Poulantzas demarca tanto uma crítica às posições economicistas que se encontram no marxismo como também às teorias sistêmicas (como as de David Easton¹⁵), que consideram a crise política um momento ou instante “disfuncional”, que rompe abruptamente os equilíbrios naturais de um “sistema político” harmonioso e autorregulado. Um dos fundamentos dessa teoria é a ocultação da luta de classes em benefício da concepção de uma sociedade integrada, do pluralismo de “poderes” e “contrapoderes”, de “institucionalização dos conflitos sociais” etc. Para Poulantzas, é necessário reservar para o conceito de crise política o campo de uma situação particular de condensação das contradições. Ou seja, a crise política consiste em uma série de traços particulares resultantes dessa condensação das contradições no domínio político, que afetam tanto as relações de classe em sua luta política como os aparelhos de Estado (POULANTZAS, 1977a, p. 7-9).

Como se pode perceber, o livro *O Estado, o poder, o socialismo* é resultado de mudanças de posicionamento precedentes, e não o ponto de partida de uma guinada teórico-política de Poulantzas. Ao publicar esse livro, Poulantzas retoma a questão da condensação material de uma relação de forças, na qual o Estado relacional é uma arena de lutas entre as classes dominantes e dominadas, permeada de fissuras e de contradições, além da presença das micropolíticas.

É importante delimitar aqui que a presença das classes dominadas não significa que haveria por si só uma transformação interna no Estado por meio de uma mudança nas relações de forças dentro do Estado. Poulantzas não compartilha da visão institucionalista da direita “eurocomunista”, a qual acredita que com base nas regras do jogo democrático haveria a possibilidade dessa mudança interna. Distintamente dessa afirmativa, Poulantzas afirma que se essas lutas populares atravessam de ponta a ponta o Estado é porque estão desde já inscritas na trama do Estado do qual elas esboçam a configuração estratégica. Isso significa que se as lutas populares estão inscritas no Estado, é porque o Estado está imerso nas lutas em que o submergem constantemente; significa que estão sempre inscritas nos aparelhos de poder que as materializam, e que também condensam uma relação de forças (POULANTZAS, 1978d, p. 155).

Nesta passagem de *O Estado, o poder, o socialismo* — dirigida a Gruppi (1981), por ter este defendido a tese de uma “dualidade de poderes” entre as classes dominantes e dominadas dentro do Estado —, Poulantzas deixa claro não ter incorporado em nenhum momento a crença na transformação pela via institucional:

Seria falso concluir que a presença das classes populares no Estado significaria que elas aí detenham poder, ou que o poderiam a longo prazo deter, sem

15 Vide Motta (2009).

Uma mera mudança de governo para o campo da esquerda não mudaria as relações de forças intestinas nos aparelhos de Estado

transformação radical desse Estado. [...] Se esse poder das classes populares no seio de um Estado capitalista inalterado é impossível, isso acontece não apenas em razão da unidade do poder de Estado das classes dominantes, que deslocam o centro do poder real de um aparelho para outro tão logo a relação de forças no seio de um deles pareça oscilar para o lado das massas populares, mas também em razão do arcabouço material do Estado. Esse arcabouço consiste em mecanismos internos de reprodução da relação dominação-subordinação: ela assegura a presença de classes dominadas em seu seio, embora exatamente como classes dominadas. Mesmo no caso de uma mudança da relação de forças e da modificação do poder de Estado em favor das classes populares, o Estado tende, a curto prazo, a restabelecer sob nova forma, algumas vezes, a relação de forças em favor da burguesia. [...] As classes populares sempre estiveram presentes no Estado, sem que isso tenha modificado jamais alguma coisa no núcleo essencial desse Estado. A ação das massas populares no seio do Estado é a condição necessária para sua transformação, mas não seria o suficiente (POULANTZAS, 1978d, p. 156-157)¹⁶.

Assim, embora as classes dominadas se apresentem como um foco de resistência¹⁷ dentro do Estado (por exemplo, nas greves dos trabalhadores da administração pública ou das empresas estatais), Poulantzas afirma que isso por si só é insuficiente, tal qual uma mera mudança de governo para o campo da esquerda não mudaria as relações de forças intestinas nos aparelhos de Estado. Somente uma transformação radical afetaria as relações de poder existentes nos aparelhos de Estado. Poulantzas também destaca que a repercussão das lutas populares no interior do Estado, espe-

16 Noutra passagem desse livro, Poulantzas ratifica essa posição numa crítica dirigida ao PCF, particularmente a François Hincker: "É a relação do Estado com as relações de produção e a divisão social do trabalho, concentrada na separação capitalista do Estado e dessas relações, que constitui a ossatura material de suas instituições [...]. O Estado não se reduz à relação de forças, ele apresenta uma opacidade e uma resistência próprias. Uma mudança na relação de forças entre classes certamente tem efeitos no Estado, mas não se expressa de maneira direta e imediata: ela esgota a materialidade de seus diversos aparelhos e só cristaliza no Estado sob sua forma refratada e diferencial segundo seus aparelhos. Uma mudança de poder do Estado não basta nunca para transformar a materialidade do aparelho de Estado: essa transformação assinala, como se sabe, de uma operação e ação específicas." (POULANTZAS, 1978d, p. 143)

17 Como observa Alex Demirovic, as classes dominadas estão presentes no Estado como centros de resistência, e não como detentoras do controle dos aparelhos de Estado, isto é, permanecem na condição de subordinadas dentro dos aparelhos de Estado (DEMIROVIC, 2011, p. 266-267, tradução nossa).



cialmente entre os agentes de Estado (membros da Justiça, policiais, integrantes das Forças Armadas, auditores fiscais, diplomatas etc.), não significa que estes se incorporem a essas lutas no sentido de uma mudança ou transformação radical de suas práticas nos aparelhos de Estado. Eles estão limitados à própria ideologia reproduzida nos aparelhos de Estado, que evocam a “neutralidade” dos agentes em relação aos conflitos de classe. Daí as máximas reproduzidas pela administração pública, e o discurso oficial do Estado, sobre a representação da vontade e dos interesses gerais, árbitro da luta entre as classes: a administração ou a Justiça acima das classes, o Exército pilar da nação, a polícia mantedora da ordem republicana e das liberdades do cidadão, a administração como motor da eficiência e do bem-estar geral.

A politização dos agentes do Estado, portanto, encontra-se limitada em seus próprios termos, de acordo com Poulantzas. Como ele próprio observa,

os agentes do pessoal de Estado que pendem para as massas populares vivem comumente suas revoltas nos termos da ideologia dominante, tal como ela se corporifica na ossatura do Estado. [...] Eles interpretam o aspecto, por exemplo, de uma democratização do Estado não como uma intervenção popular nos negócios públicos, mas como uma restauração de seu próprio papel de árbitros acima das classes sociais. Eles reivindicam uma “descolonização” do Estado em relação aos grandes interesses econômicos, o que, a seu ver, significa o retorno a uma virgindade, supostamente possível, do Estado, que lhe permita assumir seu próprio papel de direção política. Assim, mesmo os grupos do pessoal de Estado que se inclinam para as massas populares não apenas colocam em questão a reprodução da divisão social do trabalho

O Estado, o poder, o socialismo é um livro que polemiza abertamente com a esquerda francesa (marxistas-leninistas, autonomistas e “eurocomunistas”), mas também com a pós-modernidade emergente, de Michel Foucault, e com a direita representada pelos “novos filósofos”

no seio do aparelho estatal — a burocratização hierárquica —, mas, além disso, geralmente não dão importância à divisão política dirigentes-dirigidos enraizada no Estado. Ou seja, não levam até as últimas consequências seu próprio papel e lugar diante das massas populares. Nada mais evidente que a profunda desconfiança que as iniciativas das massas de tipo autogestoras ou de democracia direta despertam nesses grupos do pessoal de Estado, aliás favoráveis à sua democratização. Esses limites da politização do pessoal de Estado não passam de efeitos do arcabouço material do Estado sobre ele, e são conseqüentemente consubstanciais do lugar próprio desse pessoal na divisão social do trabalho. Esses limites inerentes às práticas do pessoal de Estado só podem então ser transpostos sob a condição única de uma transformação radical desse arcabouço institucional, e na proporção dessa transformação (POULANTZAS, 1978d, p. 159-160).

A transformação da materialidade dos aparatos estatais não será realizada com a mera troca de agentes estatais por militantes revolucionários “dedicados à causa” das massas populares, mesmo que oriundos das classes trabalhadoras. As práticas precedentes do Estado capitalista podem ser revividas caso a transformação dessa ossatura não tenha um teor radical, de ruptura, com as práticas anteriores.

Essa ruptura/transformação para Poulantzas está exposta na última parte de *O Estado, o poder, o socialismo*, intitulada “Para um socialismo democrático”, embora esse texto tenha ganhado “vida própria” ao ser publicado em forma de artigo na *New Left Review*¹⁸. Nessa parte, Poulantzas faz uma linha de demarcação do programa do socialismo democrático em confronto direto com a perspectiva de duplo poder leninista, característico das organizações marxistas-leninistas, além de refutar o conceito de ditadura do proletariado. Por sinal, *O Estado, o poder, o socialismo* é um livro que polemiza abertamente com a esquerda francesa (marxistas-leninistas, autonomistas e “eurocomunistas”), mas também com a pós-modernidade emergente, de Michel Foucault, e com a direita representada pelos “novos filósofos”¹⁹.

É, sobretudo, com base nessa parte do livro que os críticos de Poulantzas afirmam a adesão dele ao “eurocomunismo”. Uma paradoxal adesão, se observarmos a sua análise sobre o “estatismo autoritário” na primeira parte desse capítulo. Como visto anteriormente, o “eurocomunismo” de direita aceita as regras do jogo institucional da modernidade, o que vai ao encontro da perspectiva institucionalista. Nada mais estranho a uma concepção institucionalista do que o conceito de estatismo autoritário. O estatismo autoritário²⁰ não se confunde com o Estado de exceção (ditaduras militares, ditaduras fascistas), pois está presente nas democracias liberais. Isso significa, para

18 Publicado no n° 109, de 1978.

19 Segundo Hall (2000, p. XV), na introdução da edição inglesa de *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas, apesar de criticar as teses de Foucault em relação à sua “análise do poder”, tenta apreender os conceitos dele, como o de micropoderes e o de panóptico, inseridos na perspectiva do Estado relacional, em oposição à apreensão que os ditos “novos filósofos” faziam da obra de Foucault no campo da direita.

20 Esse conceito também é empregado por Claudín (1977).

Poulantzas, que os AREs ganharam maior sofisticação no controle e vigilância sobre o conjunto de segmentos revolucionários e rebeldes presentes nas formações sociais em que vigora o Estado democrático liberal. Ou seja, ao contrário da concepção “eurocomunista” de direita, que considera a “sociedade política” secundária em relação à “sociedade civil” nas formações sociais ditas “ocidentais”, Poulantzas aponta o fortalecimento de seus aspectos repressivos, inclusive legitimados legalmente por dispositivos constitucionais que nos momentos de crise liberam as ações dos aparelhos de coerção do Estado. Ademais, com a crise dos partidos políticos, cada vez mais a burocracia e a tecnocracia do Executivo ocupam o espaço das iniciativas do Legislativo. Se tomarmos um exemplo atual, podemos citar que o fenômeno da judicialização da política e a politização do Judiciário seriam expressões recentes desse estatismo autoritário, em razão do qual a dita soberania popular tem sido solapada constantemente²¹.

O projeto de socialismo democrático de Poulantzas propõe-se a ser uma alternativa tanto à social-democracia quanto ao stalinismo como correntes teórico-políticas, que apresentam traços em comum, a despeito de suas diferenças: se calcam no estatismo e na profunda desconfiança em relação às iniciativas das massas populares. Um dos eixos de sua crítica ao esquerdismo é a refutação deste à democracia representativa em nome da exclusividade da democracia direta. E sua crítica não se baseia nos pressupostos da direita “eurocomunista”, e muito menos no pensamento liberal: Poulantzas vai se fundamentar em Rosa Luxemburgo, quando esta teceu uma severa reprovação aos anos iniciais da Revolução Russa²². Como destaca Poulantzas:

Ora, o que Rosa Luxemburgo reprova em Lênin não é a sua negligência ou seu despreço com referência à democracia direta na base, mas muito exatamente o contrário: a saber, que ele se apoiou exclusivamente nesta última (exclusivamente, porque para Rosa a democracia conselheira sempre foi essencial) quando eliminava pura e simplesmente a democracia representativa, quando especialmente da suspensão da Assembleia Constituinte, eleita sob o governo bolchevique, em benefício apenas dos soviets. [...] Não é sem dúvida a única questão em relação a Lênin: a concepção do partido em *Que fazer?*, a teoria trazida do “exterior” para a classe operária pelos revolucionários profissionais, desempenham um importante papel no que se seguiu. Mas a questão fundamental é apontada por Rosa Luxemburgo: além das posições de Lênin sobre uma série de outros problemas, além mesmo das particularidades históricas próprias da Rússia, o que resultou, já em vida de Lênin, mas principalmente depois (partido único, burocratização do partido, confusão do partido com o Estado, o estatismo, o fim dos próprios soviets etc.), estava desde já implícito nessa situação de que Rosa Luxemburgo fazia a crítica (POULANTZAS, 1978d, p. 279-280).

21 Sobre esse fortalecimento dos aparelhos de justiça do Estado capitalista, veja Kalyvas (2002, p. 124-126), que emprega o conceito de *legalismo liberal autoritário*.

22 Convergentes com a minha posição sobre a influência de Rosa Luxemburgo são os artigos de Brandt e Heigl (2011) e Medina (2011). Com relação a Medina, o erro dessa autora é afirmar que o “eurocomunismo” (sem diferenciar suas correntes internas) revalorizou o pensamento de Rosa Luxemburgo. A autora deveria esclarecer quais “eurocomunistas” foram influenciados pelo pensamento de Rosa Luxemburgo, o que não fica explícito em seu artigo.



Ao contrário da concepção “eurocomunista” de direita, que considera a “sociedade política” secundária em relação à “sociedade civil” nas formações sociais ditas “ocidentais”, Poulantzas aponta o fortalecimento de seus aspectos repressivos, inclusive legitimados legalmente por dispositivos constitucionais que nos momentos de crise liberam as ações dos aparelhos de coerção do Estado

Poulantzas não limita a estratégia do socialismo democrático à democracia representativa, pois a via do seu projeto implica mudanças mais radicais. A democracia direta não necessariamente precisa excluir a indireta, e vice-versa. Para Poulantzas, deve-se compreender uma transformação radical do Estado articulando a ampliação e o aprofundamento das instituições da democracia representativa e das liberdades (e vai ao encontro de Ingrao nesse aspecto, pois ambos reconhecem que isso também foi uma conquista das massas populares) com o desenvolvimento das formas de democracia direta na base e a proliferação de focos autogestores. Esse é o problema essencial, segundo Poulantzas, de uma via democrática para o socialismo e de um socialismo democrático (POULANTZAS, 1978d, 283).

A defesa da estratégia do socialismo democrático não significa uma convergência de Poulantzas com a guerra de posições de Gramsci, como erroneamente alguns afirmam²³. Segundo Poulantzas, o processo de construção de uma via democrática para o socialismo constitui-se, no essencial, em desenvolver, fortalecer, coordenar e dirigir os centros de resistência difusos de que as massas sempre dispõem no seio das redes estatais, nelas criando e desenvolvendo outras, de tal modo que esses centros tornem-se, no campo estratégico que é o Estado, os efetivos centros de poder. Para Poulantzas, não se trata de uma simples alternativa entre guerra frontal de movimento e guerra de posições, pois esta última, no entender de Gramsci, consiste sempre no cerco ao Estado²⁴.

23 Esse equívoco em classificar Poulantzas de “eurocomunista” e em acusá-lo de “retomar as suas influências de Gramsci” está presente em Coutinho (1987) e é reproduzido recentemente por Braz (2011). Ambos mostram um profundo desconhecimento sobre a obra de Poulantzas, e ignoram (ou omitem) a influência de Rosa Luxemburgo (e não de Togliatti, como afirma Coutinho) na crítica de Poulantzas aos desvios autoritários da Revolução Russa e na articulação que ele faz da democracia direta e autogestionária com a democracia indireta e a pluralidade partidária.

24 Convergente com a minha posição crítica sobre a existência dessa influência de Gramsci em Poulantzas é a de Douet (2016, p. 6).

O fato de a estratégia do socialismo democrático ser distinta da estratégia do duplo poder não significa que Poulantzas tenha aderido ao caminho do reformismo, como ele mesmo frisa neste texto:

O reformismo é um perigo sempre latente: não é um vício intrínseco de toda estratégia que escapa àquela do duplo poder, mesmo se, no caso de uma via democrática para o socialismo, o critério do reformismo não é tão incisivo como na estratégia do duplo poder e os riscos de social-democratização, é inútil negá-lo, se tornem crescentes. Como quer que seja, modificar a relação de forças interna ao Estado não significa reformas sucessivas numa contínua progressividade, conquista peça por peça de uma maquinaria estatal ou simples ocupação de postos ou cúpulas governamentais. Significa exatamente um movimento de rupturas reais, cujo ponto culminante, e certamente existirá um, reside na inclinação da relação de forças em favor das massas populares (POULANTZAS, 1978d, p. 286).

Poulantzas também afirma que a via eleitoral, por mais importância que tenha, é insuficiente para que haja uma ruptura. A mudança da relação de forças dentro do Estado diz respeito ao conjunto de seus aparelhos e seus dispositivos: não se restringe ao Parlamento, e tampouco aos AIEs. Esse processo de ruptura se estende igualmente aos AREs, aqueles que detêm o monopólio da violência física legítima: o Exército e a polícia. Paralelamente a essas transformações internas no Estado capitalista, as lutas e os movimentos populares tornam-se também importantes protagonistas nesse conjunto de mudanças. De acordo com Poulantzas, essas lutas e movimentos, por mais que se situem fora do Estado, não são extra-Estado: eles estão, de qualquer maneira, sempre situados em seu campo estratégico. Não se trata, portanto, de uma “luta interna” ante uma “luta externa”. Nessa via democrática para o socialismo, essas duas formas de luta devem ser combinadas. Só uma articulação entre as duas tentativas, a da transformação da democracia representativa e a do desenvolvimento de formas de democracia direta na base ou movimento autogestor, pode evitar o estatismo autoritário, conforme destaca Poulantzas (1978d, p. 289)²⁵.

Essa estratégia do socialismo democrático busca ser uma alternativa à estratégia reformista reduzida ao jogo eleitoral, como também à estratégia do duplo poder. Ademais, a transformação radical do aparelho de Estado não se confunde com a clássica concepção de “quebrar” o aparelho de Estado. Pois isso implicaria, como

25 Como observam Brandt e Heigl (2011, p. 247-249), Poulantzas estabelece uma nova estratégia de luta a qual articula as resistências e conflitos dentro e fora do Estado. Como eles destacam, em Poulantzas os movimentos sociais não estão externos ao Estado, pois agem dentro de seus aparelhos. Mesmo que os movimentos sociais se constituam fora do Estado, eles sempre afetam sua configuração institucional e tornam-se parte dele. Isso significa afirmar que é sempre possível para os movimentos sociais afetarem a estrutura e a política dos aparatos e agirem na correlação de forças internas no Estado. O Estado para Poulantzas em nada lembra a pirâmide vertical e normativa de Kelsen. Conforme diz Poulantzas, o Estado capitalista se caracteriza pelas lutas internas de cada aparelho, e também inter-aparelhos. Esse modelo estatal se assemelha a um retângulo (e não a uma pirâmide) pontilhado de conflitos e de deslocamentos desses conflitos e contradições nos distintos aparelhos de Estado. Sobre as diferenças entre Poulantzas e Kelsen, veja Motta (2009).

Poulantzas destaca nas experiências históricas de diversas transições socialistas, o fim da democracia representativa e do pluralismo político e ideológico. Outro aspecto de sua estratégia de socialismo democrático que se diferencia de qualquer concepção reformista social-democrata, ou dos “eurocomunistas” de direita, é a sua defesa do fim do Estado, o que mantém Poulantzas no campo político e ideológico revolucionário. Para ele, a transformação radical dos aparelhos de Estado implica o desaparecimento do Estado. E esse movimento rumo ao fim do Estado só se pode apoiar numa intervenção ampla das massas populares no Estado, por meio de suas representações sindicais e políticas, mas também pelo desenvolvimento de suas iniciativas próprias dentro do Estado. Isso também criaria novas formas de democracia direta na base e a proliferação de redes e de focos autogestores²⁶. Contar apenas com a transformação do aparelho de Estado e com um desenvolvimento da democracia representativa não seria suficiente para escapar do estatismo. Contudo, por outro lado, o deslocamento unilateral e unívoco do centro de gravidade para o movimento autogestor não lograria evitar o estatismo tecnoburocrático e o confisco autoritário do poder pelos especialistas. Desse modo, se faria necessária a articulação desses campos de luta e a busca de seu equilíbrio para aprofundar as transformações internas nos aparatos estatais e formar um dique de contenção à ameaça do estatismo autoritário.

4. CONCLUSÃO

Vimos no decorrer deste texto que o termo *eurocomunismo* foi criado externamente aos partidos comunistas europeus, a fim de indicar uma mudança de orientação dos principais PCs europeus em relação à URSS e ao modelo clássico dos partidos marxistas-leninistas. Vimos que a posição dos dirigentes europeus estava longe de ser homogênea. Se, por um lado, a direita “eurocomunista” aceitava as regras constituídas pelas democracias modernas, por seu turno, a esquerda “eurocomunista” denunciava os limites da democracia moderna e apostava em novas formas de participação articuladas com as instituições políticas modernas, contanto que estas também sofressem transformações num processo de transição que se chamou naquele contexto de “socialismo democrático”.

Destarte, por ser impreciso o termo *eurocomunismo*, a interpretação desse fenômeno político tem gerado distintas posições de seus estudiosos quanto a seu conteúdo político, muitas vezes reduzindo-o a uma perspectiva reformista no campo da esquerda marxista. O “eurocomunismo” de direita está claramente no campo do reformismo, enquanto o de esquerda se posiciona numa perspectiva transformadora e revolucionária. O fato de ter rompido com a estratégia leninista de duplo poder e de defender

26 Como observa Poulantzas em seu debate com Henri Weber: “A ruptura pode cruzar o interior do Estado, e penso que atualmente as coisas devem acontecer assim. Haverá enfrentamento, ruptura, mas isso atravessará o Estado. A função dos organismos populares paralelos será a de polarizar uma larga fração dos aparelhos do Estado pelo movimento popular, e estes em aliança enfrentarão os setores reacionários, contrarrevolucionários do aparelho de Estado apoiados pelas classes dominantes.” (POULANTZAS, 2008, p. 341)

um partido de massas articulado aos movimentos sociais não o qualifica como uma tendência reformista no movimento comunista. Se, por um lado, a esquerda “eurocomunista” se afastou de alguns pressupostos leninistas, por outro incorporou Rosa Luxemburgo em seu programa (e Rosa Luxemburgo estava longe de ser reformista!). Ademais, Rosa nunca abdicou do conceito de ditadura do proletariado, pois para ela essa era a forma máxima de democracia dos trabalhadores, mas nem por isso rejeitava a democracia representativa e a pluralidade de ideias no processo de transição²⁷. O “socialismo democrático” pode ser identificado como a ditadura do proletariado em sua acepção conceitual, isto é, uma nova forma de participação política distinta das instituições e práticas políticas modernas. Poulantzas rechaçava esse conceito pelo significado negativo que recebeu em razão das experiências concretas ao longo do século XX. E a própria noção de “socialismo democrático” não é precisa, já que as organizações social-democratas da Internacional Socialista também reivindicavam a designação de representantes do “socialismo democrático”²⁸. Poulantzas e a esquerda “eurocomunista” reivindicavam uma nova forma de democracia participativa, que tinha como escopo a transformação radical das relações de produção, dentro e fora do Estado capitalista. O objetivo da esquerda “eurocomunista” ultrapassa os limites do socialismo, pois vai em direção à construção do comunismo, isto é, do fim do Estado capitalista.

Também mostrei, ao longo da segunda parte, que o conceito de Estado relacional de Poulantzas não emerge apenas no seu último livro, quando teria rompido com a tática e a estratégia leninistas; ao contrário, foi fruto de um longo desenvolvimento desde a sua obra inicial, ao superar a dicotomia do Estado-instrumento e do Estado-sujeito. E como tentei mostrar, Poulantzas não aderiu à perspectiva reformista por ter se afastado dos pressupostos leninistas do partido de vanguarda e da estratégia do duplo poder. Poulantzas enfatizava ao longo desses textos, e especialmente em *O Estado, o poder, o socialismo*, que a via democrática para o socialismo não seria gradualista, pois incorporaria uma sucessão de rupturas e transformações num longo caminho para o comunismo e o fim do Estado.

* Professor associado de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: luizpmotta63@gmail.com

► Texto recebido em março de 2021; aprovado em março de 2021

27 Vide os textos de Rosa Luxemburgo organizados por Loureiro (2011) sobre a Revolução Russa.

28 Exemplos disso são dados no livro de Meyer (1983).

- ALMEIDA, Lúcio Flávio de. **Ideologia nacional e nacionalismo**. São Paulo: Educ, 2014.
- ALTHUSSER, Louis. "Le marxisme comme théorie 'finie'" in **Solitude de Machiavel**. Paris: PUF, 1998.
- BERLINGUER, Enrico. **Democracia, valor universal**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- _____. **Do compromisso histórico ao eurocomunismo**. Lisboa: Antídoto, 1977.
- BOITO JR., Armando. **Estado, política e classes sociais**. São Paulo: Unesp, 2007.
- BRANDT, Ulrich; HEIGL, Miriam. "Inside" and "outside": the state, movements, and "radical transformations" in the work of Nicos Poulantzas. In: GALLAS, Alexander et al. (Ed.). **Reading Poulantzas**. Pontypool: Merlin Press, 2011. p. 246-260.
- BRAZ, Marcelo. **Partido e revolução (1848-1989)**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papirus, 1994.
- CARRILLO, Santiago. **"Eurocomunismo" e Estado**. Rio de Janeiro; São Paulo: Difel, 1978.
- CLAUDÍN, Fernando. **Eurocomunismo y socialismo**. México: Siglo XXI, 1977.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Crítica Marxista**, n. 27, São Paulo, p. 65-85, 2008.
- COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DEMIROVIC, Alex. Rule of the people?: democracy and the capitalist state in the work of Nicos Poulantzas. In: GALLAS, Alexander et al. (Ed.). **Reading Poulantzas**. Pontypool: Merlin Press, 2011. p. 261-276.
- DOUET, Yohann. L'eurocomunisme, Gramsci et les althusseriens. **Decalages**, Los Angeles, v. 2, n. 1, p. 1-16, 29 mai, 2016. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1102&context=decalages>>. Acesso em: 12/01/2018.
- GRUPPI, Luciano. Sobre a relação democracia/socialismo. In: KAISERGRUBER, David. (Org.) **O Estado em discussão**. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 55-78.
- HALL, Stuart. Introduction. In: POULANTZAS, Nicos. **State, power, socialism**. 2. ed. London: Verso, 2000.
- INGRAO, Pietro. **As massas e o poder**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy**. New York: St. Martin's Press, 1985.
- _____. *O Estado, o poder, o socialismo* de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista Sociologia & Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n33/v17n33a10.pdf>. Acesso em: 15/03/2021.
- KALYVAS, Andreas. The stateless theory: Poulantzas's challenge to postmodernism. In: ARONOWITZ, Stanley; BRATSIS, Peter. (Org.). **Paradigm lost: state theory reconsidered**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2002. p. 105-141.
- LAZAGNA, Angela; MARTUSCELLI, Danilo. Presentación a Bernard Fabrègues, Poulantzas, PCF: o reformismo em todos os seus estados. **Demarcaciones**, n. 6, p. 1-4, 2008, Disponível em: <<http://revistademarcaciones.cl>>. Acesso em 20/03/2021
- LOUREIRO, Isabel (Org.). **Rosa Luxemburgo: textos escolhidos**. São Paulo: Unesp, 2011. v. 2.
- MEDINA, Paula Abal. Escritos urgentes: Nikos Poulantzas y el eurocomunismo de izquierda. **Andamios**, v. 8, n. 17, p. 287-322, septiembre-diciembre, 2011. Disponível em: <www.scielo.org.mx/pdf/anda/v8n17/v8n17a13.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- MEYER, Thomas. **Socialismo democrático: uma introdução**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MOTTA, Luiz Eduardo. Direito, Estado e poder: Poulantzas e o seu confronto com Kelsen. **Revista de Sociologia & Política**, Curitiba, v. 19, n. 38, p. 7-25, fev. 2011. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/v19n38/v19n38a02.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2021.

_____. Poulantzas e o direito. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 367-403, 2010.

POULANTZAS, Nicos. **A crise das ditaduras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978a.

_____. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978b.

_____. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: _____. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977a. p. 3-41.

_____. **Fascismo e ditadura**. São Paulo: Martins Fontes, 1978c.

_____. Interview with Nicos Poulantzas. In: MARTIN, James (Org.). **The Poulantzas reader**. New York: Verso, 2008a. p. 387-402.

_____. **L'État, le pouvoir, le socialisme**. Paris: Press Universitaires de France, 1978d.

_____. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. **Crítica Marxista**, São Paulo, n. 27, p. 107-127, 2008b.

_____. O Estado, os movimentos sociais, o partido. **Espaço e Debates**, São Paulo, n. 9, p. 70-79, 1983.

_____. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977b.

_____; WEBER, Henri. The state and the transition to socialism. In: MARTIN, James. (Org.) **The Poulantzas reader**. New York: Verso, 2008a. p. 334-360.

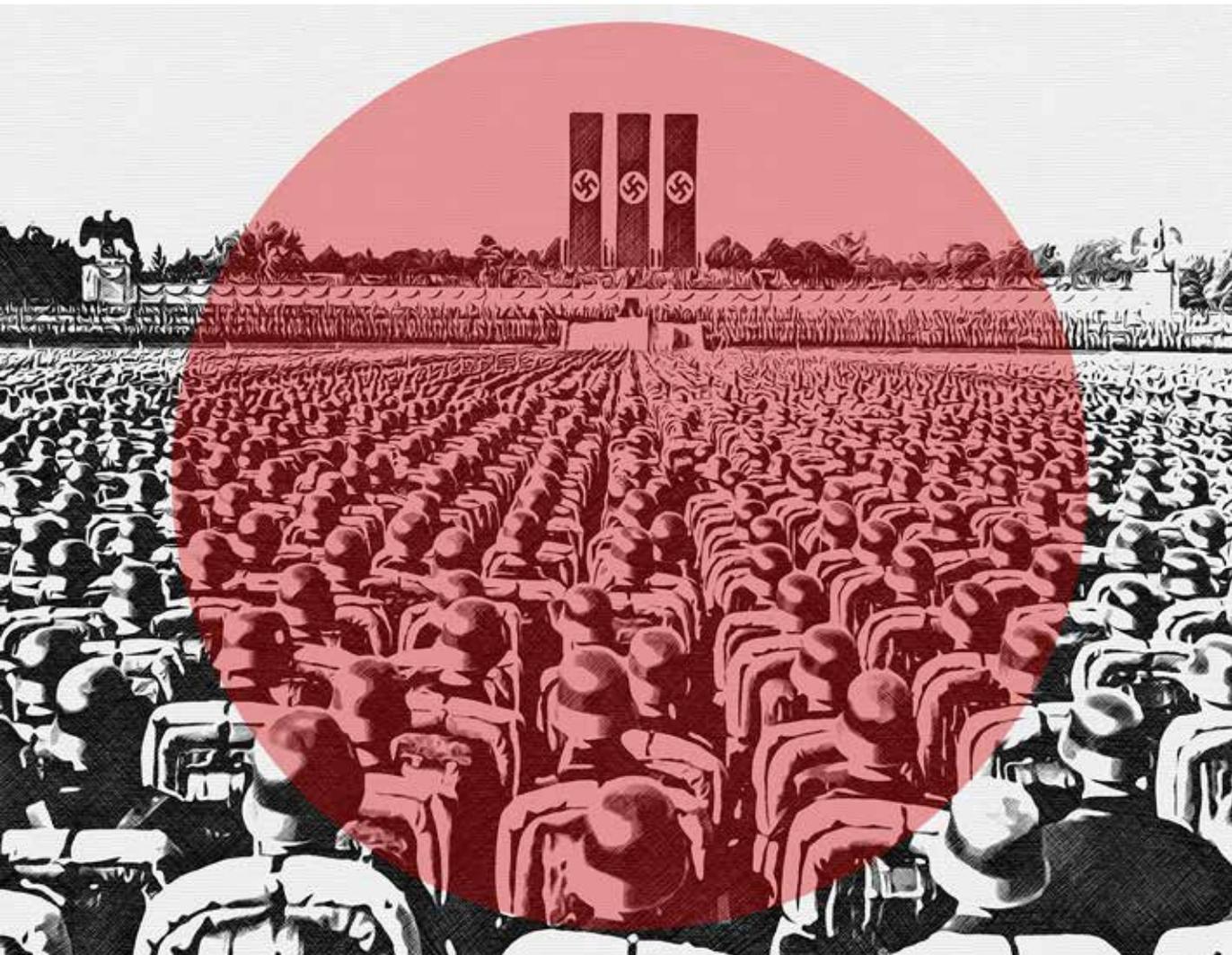
SAES, Décio. **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.

Nicos Poulantzas e a teoria política do fascismo: 50 anos depois

Nicos Poulantzas and the political theory of fascism: 50 years later

DaniLO ENRICO MARTUSCELLI*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.003>



RESUMO

O objetivo deste artigo é realizar um balanço crítico das teses expostas por Nicos Poulantzas na obra *Fascismo e ditadura*. Em linhas gerais, o texto propõe-se a discutir os alcances e limites dessa obra enquanto teoria política do fascismo, o que implica levar em consideração os seguintes aspectos: a) a relação entre teoria política e história e sua contribuição para a elaboração de uma periodização política do fascismo; e b) a caracterização do fascismo como forma de regime específica do “Estado capitalista de exceção”, ou, como preferimos definir: o fascismo como regime político ditatorial particular inscrito no desenvolvimento histórico da forma de Estado capitalista ditatorial.

Palavras-chave: Nicos Poulantzas. Fascismo. Teoria política.

ABSTRACT

The aim of this article is to make a critical assessment of the theses exposed by Nicos Poulantzas in the work *Fascism and dictatorship*. In general, the text proposes to discuss the scope and limits of this work as a political theory of fascism, which implies taking into consideration the following aspects: a) the relationship between political theory and history and its contribution to the elaboration of a political periodization of fascism; and b) the characterization of fascism as a form of specific regime for the “capitalist state of exception”, or as we prefer to define: fascism as a particular dictatorial political regime inscribed in the historical development of the form of dictatorial capitalist state.

Keywords: Nicos Poulantzas. Fascism. Political theory.

1. INTRODUÇÃO

Em 2020, a publicação da primeira edição da obra *Fascisme et dictature: la III^e Internationale face au fascisme* (doravante: *Fascismo e ditadura*), de Nicos Poulantzas, completou 50 anos¹. Trata-se de um livro teoricamente orientado pelo marxismo e que pode ser caracterizado como uma das obras clássicas sobre o fenômeno do fascismo, por conta de seu rigor analítico, de sua originalidade e de sua repercussão no debate intelectual e político internacional².

Diferentemente dos estudos e discussões pioneiros que abordaram o tema do fascismo no calor dos acontecimentos, Poulantzas empreende uma análise *post factum* desse fenômeno, ou seja, empreende um estudo com considerável distanciamento histórico em relação às experiências concretas mais emblemáticas do fascismo: a Alemanha de Hitler e a Itália de Mussolini, o que lhe permitiu: a) articular analiticamente as causas, a dinâmica e os resultados do processo de consolidação dessa experiência; b) observar a relação e as defasagens entre as dimensões econômica, ideológica e político-estatal para abordar o processo de crise correspondente a esse fenômeno; c) tratar do papel das classes e frações de classe nesse processo, orientado por uma problemática teórica que analisa as classes sociais em suas dimensões econômica, política e ideológica; e d) debater um conjunto de reflexões produzidas sobre o tema, por intelectuais marxistas e não marxistas, nos 25 anos posteriores à derrota política do fascismo na Segunda Guerra Mundial.

Como a questão do fascismo vem ganhando cada vez mais espaço nos debates públicos atuais com a emergência de movimentos e governos de extrema-direita em várias partes do mundo, como é o caso do governo Bolsonaro no Brasil, torna-se oportuno realizar um balanço crítico das teses expostas por Nicos Poulantzas na obra *Fascismo e ditadura*³. Nesse sentido, propomo-nos a enfatizar neste artigo a discussão sobre os alcances e limites dessa obra enquanto teoria política do fascismo, o que implica levar em consideração os seguintes aspectos: a) a relação entre teoria política e história

1 A primeira versão do livro foi lançada em francês pela editora François Maspero (Paris, França) em 1970. A segunda versão, publicada pelas editoras Seuil e François Maspero em 1974, sofreu algumas mudanças em relação à versão original. Deixaram de figurar nessa nova edição do livro: o subtítulo *La III^e Internationale face au fascisme*; o anexo "L'URSS et le Komintern"; as análises concretas dos casos alemão e italiano do último capítulo da obra, que abordava a questão do Estado fascista, e os últimos parágrafos das conclusões. Ademais, foram realizados vários ajustes estilísticos na nova publicação do livro. A edição disponível em língua portuguesa foi traduzida por João G. P. Quintela e Maria Fernanda S. Granado, tendo sido publicada pela Portucalense Editora (Porto, Portugal) em dois volumes, em 1972, e reeditada no Brasil com o selo da editora Martins Fontes (São Paulo), em 1978a. Em 2021, uma nova edição dessa obra foi publicada pela editora Enunciado, com tradução de Bethânia Negreiros e revisão do autor deste artigo.

2 Essa obra foi difundida em vários países, tendo sido traduzida para várias línguas, entre as quais mencionamos a alemã, a castelhana, a grega, a inglesa, a italiana, a portuguesa e a turca. No debate sobre as ditaduras latino-americanas nos anos 1970 e início da década de 1980, não foram poucas as referências à análise poulantziana do fascismo. Ver, por exemplo: Cassigoli (1975); Borón (1977); Kelly (1977) e Trindade (1983).

3 Inspirado nos estudos de Poulantzas e de outros intelectuais comunistas como Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e Daniel Guérin sobre o fenômeno do fascismo, Boito Jr. (2020a, 2020b) foi um dos primeiros analistas a formular, de forma consistente, a tese de que Bolsonaro representaria um movimento político e um governo fascistas, ponderando, contudo, que não havia ainda se estabelecido um regime político fascista no Brasil.

e sua contribuição para a elaboração de uma periodização política do fascismo, e b) a caracterização do fascismo como forma de regime específica do “Estado capitalista de exceção”, ou, como preferimos definir: o fascismo como regime político ditatorial particular inscrito no desenvolvimento histórico da forma de Estado capitalista ditatorial.

2. TEORIA POLÍTICA E HISTÓRIA: A PERIODIZAÇÃO POLÍTICA DO FASCISMO

Um dos principais objetos de análise da obra *Fascismo e ditadura* são as teses sobre o fascismo aprovadas no âmbito da III Internacional Comunista, entidade criada em 1919, que congregava organizações e partidos comunistas de várias partes do mundo. É a partir da avaliação crítica dessas teses e de suas variações táticas e estratégicas na conjuntura dos anos 1920 e 1930 que Poulantzas concluirá que a concepção economicista acerca do fascismo, advogada pela III Internacional, contribuiu para desarmar política e ideologicamente o movimento operário e comunista internacional nessa conjuntura histórica por estar marcada pela “ausência de linha de massa” e pelo “abandono do internacionalismo proletário”, elementos considerados relevantes para a eficácia política da luta dos comunistas contra o fascismo.

No entanto, Poulantzas não prioriza em sua análise a discussão sobre a estratégia política e a eficácia de uma dada linha política a ser adotada pelos comunistas contra o fascismo, nem considera que os fatores subjetivos que envolvem a tática e a estratégia políticas dos comunistas por si só explicam as dificuldades da luta antifascista nas décadas de 1920 a 1940. Estratégia e eficácia políticas são concebidas mais como resultado do que como ponto de partida de sua caracterização do fascismo. Ao longo de toda a sua obra, ele se dedica a realizar um trabalho de refutação, incorporação e assimilação crítica de uma ampla gama de estudos e reflexões sobre o fascismo, orientados por diferentes problemáticas teóricas e políticas.

Assim, sua contribuição principal para o exame do fascismo irá se constituir no terreno da teoria política, lugar a partir do qual ele mobiliza e articula uma série de noções e conceitos, tais como: forma de Estado, forma de regime, bloco no poder, cena política, ditadura, democracia, classes e frações de classe, fração hegemônica, fração reinante, classe detentora do aparelho de Estado, aparelhos repressivo e ideológicos de Estado, hegemonia e crise de hegemonia etc.. Ele formula, de maneira original, o conceito de fascismo como uma “forma particular de regime da forma de Estado capitalista de exceção”. Portanto, é possível concordar com Jessop (1985)⁴ quando ele afirma que *Fascismo e ditadura* abriga reflexões sobre estratégia e teoria política, mas consideramos que é a teoria política do fascismo que ocupa o posto de comando nessa obra e orienta o conjunto de suas análises⁵.

4 Jessop (1985) insiste na tese de que Poulantzas não se ajustava muito bem à definição de Perry Anderson acerca do “marxismo ocidental” justamente por conectar em sua obra teoria e estratégia política, ao contrário de outras análises, como as empreendidas pela Escola de Frankfurt, que teriam abandonado a reflexão sobre a estratégia política.

5 Ao fazer um balanço geral sobre a concepção de Estado e revolução no itinerário intelectual de Poulantzas, Codato (2008) defende também que, no conjunto de suas obras principais formuladas a partir de 1968, é possível extrair da caracterização do Estado capitalista uma concepção de estratégia política.

Em geral, as análises historicistas tendem a criar uma relação de identidade entre conceito e fato histórico e a considerar que a validade do conceito de fascismo encontra-se associada ao tempo e lugar em que ele foi produzido. É contra tal tendência que Poulantzas se pronuncia no exame do fascismo. Para ele, o fascismo não é um fenômeno datado das décadas de 1920 a 1940 ou geograficamente confinado a duas formações sociais europeias

Para compreender melhor a originalidade do trabalho de Poulantzas, é preciso nos distanciar de algumas possibilidades de interpretação de sua obra que tomam aquilo que é secundário como principal. Nessa perspectiva, consideramos que a obra *Fascismo e ditadura* não pode ser enquadrada como um trabalho historiográfico. O próprio Poulantzas já havia nos alertado sobre essa questão. De fato, a obra contém análises concretas sobre os casos dos fascismos alemão e italiano, mas, como o autor observa, tais análises são tomadas fundamentalmente como ilustrações históricas do objeto de investigação:

Não se trata aqui de um estudo historiográfico dos fascismos alemão e italiano, mas de um estudo de teoria política: certamente, este estudo só pode ser feito através de uma pesquisa histórica aprofundada. Mas nem o tratamento do material nem, sobretudo, a ordem de exposição podem ser os mesmos nos dois casos. No caso presente, propusemo-nos a esclarecer os traços essenciais do fascismo como fenômeno político específico: os “acontecimentos” históricos e os detalhes concretos são somente aqui retidos e expostos na medida em que permitem ilustrar com pertinência o objeto da pesquisa (POULANTZAS, 1970, p. 9).

Não está em questão colocar em dúvida a necessidade de aprofundar o debate historiográfico sobre o tema, apontando suas lacunas, limites e alcances, mas, diferentemente da crítica historiográfica realizada por Caplan (1977) à interpretação do fascismo feita por Poulantzas, para os propósitos deste artigo, consideramos mais adequado tratar daquilo que é central em sua obra: a teoria política do fascismo. Com

isso, torna-se oportuno debater inicialmente dois aspectos centrais de seu livro que estão relacionados à construção de sua teoria política e à história. Referimo-nos à crítica ao historicismo e à periodização política do fascismo.

Em geral, as análises historicistas tendem a criar uma relação de identidade entre conceito e fato histórico e a considerar que a validade do conceito de fascismo encontra-se associada ao tempo e lugar em que ele foi produzido⁶. É contra tal tendência que Poulantzas se pronuncia no exame do fascismo. Para ele, o fascismo não é um fenômeno datado das décadas de 1920 a 1940 ou geograficamente confinado a duas formações sociais europeias. Como uma das formas de regime do “Estado capitalista de exceção”, o fascismo apresenta-se como fato histórico que pode se manifestar em contextos históricos distintos do original, como é o caso também do bonapartismo e das ditaduras militares.

Ao parafrasear Horkheimer, para quem aqueles que não falam em capitalismo deveriam se calar sobre o fascismo, Poulantzas (1970, p. 13) sustenta que “quem não quiser falar de *imperialismo* é que deveria também se calar em relação ao fascismo”. Ou, ainda, “o fascismo [...] situa-se no *estágio* imperialista do capitalismo”. Portanto, o fascismo é caracterizado como fenômeno histórico típico do estágio imperialista do capitalismo, mais especialmente de suas conjunturas de crise, não tendo surgido em épocas históricas anteriores. Isso não leva o autor a concluir que toda crise imperialista resultaria necessariamente na emergência do fascismo, uma vez que tal fenômeno manifesta-se concretamente como um dos resultados possíveis — nem único, nem inevitável — do processo de crise do imperialismo. Tal assertiva pode ser válida tanto para entender o próprio contexto do fascismo original⁷ como para compreender as possibilidades de ressurgimento desse fenômeno em conjunturas posteriores, afastando, assim, a análise de Poulantzas de uma visão historicista que confinaria o fascismo em um período histórico particular⁸.

Sobre a periodização política, que só pode ser, de maneira consistente, realizada *post factum*, Poulantzas retoma as discussões presentes na obra *Poder políti-*

6 Retomamos aqui as observações críticas feitas por Boito Jr. (s.d.).

7 Sobre o contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, Hobsbawm (1995, p. 116-121) observa que as forças de direita foram as únicas responsáveis pela derrubada dos regimes liberal-democráticos e uniam-se em relação aos seguintes pontos: “Todos eram contra a revolução social, e na verdade uma reação contra a subversão da velha ordem social em 1917-20 estava na raiz de todos eles. Todos eram autoritários e hostis às instituições políticas liberais, embora às vezes mais por motivos pragmáticos do que por princípios [...]. Todos tendiam a ser nacionalistas, em parte por causa do ressentimento contra Estados estrangeiros, guerras perdidas ou impérios insuficientes, e em parte porque agitar bandeiras nacionais era um caminho tanto para a legitimidade quanto para a popularidade.” No entanto, havia diferenças entre essas forças que podem ser observadas nos contrastes de três tipos distintos: 1) “Autoritários ou conservadores anacrônicos [...] [que] não tinham qualquer programa ideológico particular, além do anticomunismo e dos preconceitos tradicionais de sua classe”; 2) o “‘estatismo orgânico’ [...] ou regimes conservadores, não tanto defendendo a ordem tradicional, mas deliberadamente recriando seus princípios como uma forma de resistir ao individualismo liberal e à ameaça do trabalho e do socialismo”, que visavam substituir a democracia liberal pela “representação de grupos de interesse econômico e ocupacional”; e 3) os movimentos fascistas, que eram “os revolucionários da contrarrevolução”, “denunciavam a emancipação liberal” e “desconfiavam da corrosiva influência da cultura moderna”, descrita como “‘bolchevismo cultural’ e degenerada”.

8 Voltaremos à discussão sobre a relação entre fascismo e imperialismo mais adiante.

co e classes sociais, publicada em 1968⁹, em especial as relacionadas à teoria do bloco no poder, para aplicá-las à análise política do fascismo¹⁰. Isso pode ser observado no modo como mobiliza os conceitos de fração hegemônica, cujos interesses preponderam diante da política de Estado sobre os das demais frações que integram o bloco no poder; de fração reinante, cujos interesses reinam no âmbito da cena política ou terreno dos partidos e que exerce o domínio ideológico sobre o conjunto das classes sociais, e de classe detentora do aparelho de Estado, classe que ocupa o alto escalão do Estado. Além disso, a periodização política do processo de fascistização proposta por Poulantzas leva em consideração as viragens que ocorrem nesses três níveis em decorrência das lutas entre classes e frações de classe.

Na análise de Poulantzas, os casos concretos dos fascismos alemão e italiano são vinculados ao processo de transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, mas, como ele salienta: “o fascismo não é, de modo algum, um fenômeno exclusivamente ligado a esse ‘período’”, pois corresponde ao fenômeno geral das crises políticas, resultantes das lutas de classe numa dada conjuntura e que “podem muito bem surgir em períodos diferentes” (POULANTZAS, 1970, p. 53-54).

Para esses mesmos casos concretos, o autor observa certa dinâmica política que se processa por meio das seguintes etapas:

a) um dos fatores principais que cria condições para a emergência do processo de fascistização é a derrota estratégica da classe operária e das massas populares após confrontação com as classes dominantes em um processo de ofensiva política, como foram os casos das experiências revolucionárias que malograram na Alemanha, em 1918-1919, e na Itália, em 1919-1920;

b) o que se observa, na sequência, é um processo em que a burguesia se coloca na ofensiva política e que corresponde a um “*processo de politização declarada da luta de classes* por parte do bloco no poder” (POULANTZAS, 1970, p. 72), mas tal ofensiva ocorre em um contexto de crise de hegemonia que afeta a organização do bloco no poder e permite a emergência de uma força social (a pequena burguesia) que se apresenta na cena política de forma organizada num partido de massas: o partido fascista;

c) tal situação perdura até o “ponto de não retorno” ou de “irreversibilidade”, que se caracteriza como tal por coincidir com a concretização da aliança entre a

9 Recentemente, essa obra foi republicada e recebeu uma nova tradução no Brasil. Ver: Poulantzas (2019a).

10 Bensaïd (1973) afirma que *Fascismo e ditadura* deve ser entendida como obra na qual Poulantzas aplica à análise concreta os conceitos produzidos em *Poder político e classes sociais*. Essa tese só é verossímil se considerarmos os conceitos e noções que se articulam em torno de sua teoria do bloco no poder. O mesmo não se pode dizer de sua caracterização do Estado capitalista como estrutura jurídico-política, formada pelo direito burguês e pelo burocratismo, que marca efetivamente a relação de Poulantzas com as teses expostas por Althusser e seu grupo nas obras *Pour Marx* e *Lire Le Capital*, publicadas em 1965. Tais teses, ligadas à matriz oficial althusseriana e que estão na base do conceito de Estado capitalista formulado em *Poder político e classes sociais*, foram abandonadas por Poulantzas em *Fascismo e ditadura*, que passou a adotar o conceito de Estado capitalista como sendo constituído por um conjunto de aparelhos (repressivo e ideológicos). Para uma crítica do conceito de Estado capitalista desenvolvido em *Fascismo e ditadura*, ver: Martuscelli (s.d.).

pequena burguesia, organizada no partido fascista, e o grande capital monopolista, que confisca a revolta pequeno-burguesa e passa a dirigi-la politicamente, garantindo assim as condições para a chegada do fascismo ao poder;

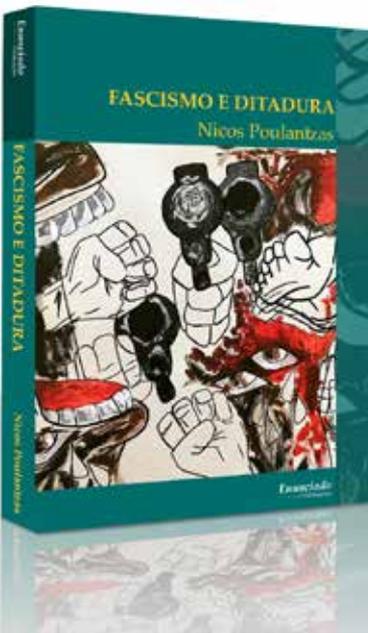
d) no primeiro período do fascismo no poder, a pequena burguesia se estabelece como classe reinante, por conta dos fortes vínculos dessa fração com o partido fascista e da presença maciça desse partido na cena política, e começa a se tornar classe detentora do aparelho de Estado, ao se colocar nos principais postos do alto escalão do Estado. Já o grande capital monopolista projeta-se como fração hegemônica do bloco no poder, pois o Estado fascista passa a cumprir a função de priorizar os interesses materiais daquela fração, colocando fim à crise de hegemonia, assim como de neutralizar as contradições entre a nova fração hegemônica e as demais frações dominantes;

e) na última etapa, que corresponde à estabilização do fascismo no poder, o grande capital monopolista se estabelece como fração hegemônica e desloca a pequena burguesia da condição de fração reinante na cena política, na medida em que a capacidade governativa real é transferida para a polícia política e em que ocorre a subordinação do partido fascista à burocracia de Estado.

Ainda que se tenha de ponderar que a periodização política proposta por Poulantzas toma como referência o fascismo original constituído como forma de regime, chama-nos a atenção o modo sofisticado como ele aborda o processo político, suas distintas dimensões, e as conecta com as lutas travadas entre classes e frações de classe. Dessa periodização política, é possível extrair algumas conclusões que podem orientar a análise da ascensão e consolidação do fascismo em diferentes épocas históricas.

A primeira delas é a de que a ascensão política do fascismo é precedida por um processo de derrota estratégica do movimento operário e popular. Ou seja, a ascensão do movimento fascista está ligada a uma situação em que o movimento operário e popular se encontra na defensiva depois de ter passado por sucessivas derrotas políticas. Tal tese dista de uma série de análises que procuraram identificar a emergência do fascismo como resposta à ofensiva do movimento socialista, como se estivesse na ordem do dia a disjuntiva socialismo ou fascismo.

A segunda delas é a de que o fascismo emerge em uma conjuntura de crise política, ou melhor, de crise de hegemonia, resultante de um acúmulo de contradições, que tem impacto sobre o âmbito da organização do poder político — isto é, nenhuma das frações dominantes consegue impor direção política ao bloco no poder, provocando a oscilação de uma situação de instabilidade para outra de incapacidade hegemônica — e sobre a cena política, observada pela crise de representação política que afeta a relação entre as frações da classe dominante e suas organizações e partidos tradicionais, que passam para a coxia da cena política, para utilizarmos uma metáfora teatral. Nessa etapa, o conjunto do bloco no poder coloca-se na ofensiva política contra os trabalhadores: “a luta política do bloco no poder contra as massas populares detém o papel dominante em relação à luta econômica” (POULANTZAS, 1970, p. 72). Novamente, Poulantzas analisa o fascismo em toda a sua complexidade,



Edição brasileira de
Fascismo e Ditadura:
A III Internacional face
ao fascismo (Enunciado
Publicações, 2021)

Poulantzas analisa o fascismo em toda a sua complexidade, distanciando-se de interpretações sobre esse fenômeno que tendiam (e tendem) a ocultar ou secundarizar as diferenças entre democracia liberal e fascismo ao concebê-los como regimes representativos do grande capital

distanciando-se de interpretações sobre esse fenômeno que tendiam (e tendem) a ocultar ou secundarizar as diferenças entre democracia liberal e fascismo ao concebê-los como regimes representativos do grande capital.

A terceira conclusão que podemos tirar dessa análise é a de que a combinação de derrota estratégica das classes populares, crise de hegemonia política no seio do bloco no poder e crise de representação política das classes dominantes (crise dos partidos tradicionais) abre espaço para a constituição da pequena burguesia como força social organizada na forma de partido de massas. A pequena burguesia, que ocupa uma posição intermediária entre as duas classes sociais fundamentais, se torna a base social ou força motriz principal do movimento fascista.

A quarta conclusão é a de que a aliança da pequena burguesia com a fração dominante que se pretende alçar à condição de fração hegemônica no bloco no poder é fundamental para consolidar o fascismo no poder. Isso quer dizer que a base social do fascismo, oriunda principalmente da massa da pequena burguesia, passa a ser dirigida politicamente pelos interesses do grande capital monopolista, que orienta a revolta pequeno-burguesa para os seus propósitos políticos, e isso permite ao fascismo se estabelecer no poder. Ou, para sermos mais precisos, a chegada do fascismo ao poder está ligada a um processo de redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder e de ruptura institucional que se concretiza com a constituição de um novo ramo do aparelho de Estado como ramo dominante em termos de capacidade governativa: o ramo da polícia política.

A quinta conclusão é a de que o fascismo se constitui em um regime político ditatorial que conta com uma base social de massa organizada e mobilizada, que se diferencia tanto do caráter predominantemente tecnocrático das ditaduras militares — que evitam a politização das massas e tendem a contar, no máximo, com apoio maciço esporádico (ou ocasional) no processo de implementação do novo regime — quanto das ditaduras bonapartistas que possuem base social de massas, mas esse apoio se concretiza passivamente, sem se converter em uma força social organizada e mobilizada na cena política, ou seja, as ditaduras bonapartistas não abrangem a existência de um partido que organize sua base social de apoio. Essas conclusões sobre a comparação das bases sociais das ditaduras fascista, bonapartista e militar não são sistematizadas por Poulantzas na obra *Fascismo e ditadura*.¹¹ O autor apenas aborda a existência do partido fascista de massas como um aspecto definidor do fascismo. Contudo, consideramos fazer esses acréscimos, já que diferenças entre esses três tipos de ditadura não se limitam à configuração de um ramo específico do aparelho estatal como ramo dominante, segundo sugere Poulantzas: a polícia política, no fascismo, a burocracia civil, no bonapartismo, e as Forças Armadas, na ditadura militar. Consideramos que as distintas configurações das bases sociais de apoio nos três casos — bases sociais organizadas e mobilizadas no fascismo, base que oferece apoio passivo no bonapartismo e apoio esporádico (ou ocasional) na ditadura militar — são também aspectos importantes para definir tais regimes.

Por fim, a sexta conclusão é a de que as funções de fração *hegemônica* (quem exerce o poder político?, ou quem tem seus interesses priorizados pelo conteúdo da política estatal?), *reinante* (quem exerce o domínio ideológico na cena política?, ou, no caso específico do fascismo, quem é a força motriz do movimento de massas?) e *detentora do aparelho de Estado* (quem governa?, ou, ainda, qual é o pertencimento de classe de quem executa a política estatal?) sofrem transformações ao longo de todo o processo de fascistização e consolidação do fascismo, vindo a ser ocupadas por diferentes classes e frações de classe.

Diante do exposto, consideramos que esse instrumental teórico manejado

11 Poulantzas desenvolve a discussão sobre o fenômeno do bonapartismo na “Parte IV – A unidade do poder e a autonomia relativa do Estado capitalista” da obra *Poder político e classes sociais*. Aqui se inserem tanto o debate sobre o problema da autonomia relativa do Estado capitalista, quanto a caracterização do bonapartismo como forma política particular situada nos limites do Estado capitalista. Em uma das notas de rodapé dessa obra, Poulantzas (2019a, p. 303-304) aponta para a necessidade de estabelecer uma distinção entre o Estado bonapartista e o Estado fascista, e crítica a posição de Thalheimer de diluir os dois conceitos em um só. Já a referência à ditadura militar aparece, de modo mais sistematizado, em *A crise das ditaduras*, obra na qual Poulantzas (1975) trata das contradições de classe que foram fundamentais para a emergência de uma crise política específica que resultou na queda das ditaduras militares de Portugal, Grécia e Espanha. Em seu último livro, Poulantzas (1978b, p. 231-232) dedica uma reflexão ao fenômeno do “estatismo autoritário” que, na visão dele, “não é nem a forma nova de um Estado de exceção, nem, em si, a forma transitória para tal Estado: ele representa a nova forma democrática da república na fase atual”. A elaboração deste conceito permite ao autor colocar em evidência os limites da forma de Estado democrático que emerge no contexto histórico de crise do Estado de bem-estar social e de ascensão do capitalismo neoliberal em âmbito global, fase histórica que é marcada: a) pelo reforço político do Executivo sobre os processos decisórios fundamentais; b) pelo declínio do Parlamento; c) pela crise dos partidos políticos e d) pela exclusão acentuada das massas populares dos centros de decisão política.

por Poulantzas para analisar o processo de fascistização e de consolidação do fascismo pode ser concebido como uma ferramenta importante para examinar os zigue-zagues conjunturais típicos de uma crise política, os lugares que as diferentes classes e frações de classe ocupam no processo político e os impactos que os conflitos de classe produzem sobre a organização dos ramos do aparelho de Estado, o conteúdo da política estatal e a cena política. Em resumo, no tocante à periodização política, o estudo realizado por Poulantzas oferece elementos para tratar o fenômeno do fascismo a partir de uma perspectiva que não descarta das relações entre classes e instituições estatais/políticas, entre Estado e economia, entre economia, política e ideologia, nem ignora as diferenças entre as classes e frações de classe que exercem o poder político (fração hegemônica), constituem a base social do fascismo (fração reinante) e executam a política estatal (classe detentora do aparelho de Estado)¹².

Enfatizamos ainda que a análise de Poulantzas não se limita a situar o fascismo em uma fase específica do capitalismo (por exemplo, na transição ao capitalismo monopolista), nem a caracterizar o fascismo como um fenômeno típico das formações sociais capitalistas imperialistas. Para ele, o fascismo é um fenômeno político possível nos marcos do tipo de Estado capitalista da etapa imperialista do capitalismo. O enfoque de Poulantzas também não vincula o fascismo a um tipo específico de política econômica e social (keynesiana, desenvolvimentista, neoliberal etc.) ou a uma configuração interna específica do bloco no poder. Esse conjunto de elementos não é concebido por Poulantzas como aspecto fundamental para a caracterização do fascismo. Dito isso, vale a pena responder à pergunta: o que é o fascismo para Poulantzas?

3. O FASCISMO COMO “FORMA DE REGIME DO ESTADO CAPITALISTA DE EXCEÇÃO”

A caracterização do fascismo como “forma de regime do Estado capitalista de exceção” é o aspecto original central da análise desenvolvida em *Fascismo e ditadura*¹³. Nessa obra, Poulantzas não se dedica ao estudo dos tipos de Estado em geral ou do tipo de Estado capitalista em particular, mas enfoca a discussão sobre a variação das formas de Estado das quais se reveste o tipo de Estado capitalista em sua evolu-

12 Extraímos essas conclusões sobre as bases sociais das ditaduras fascistas, bonapartistas e militares da instigante discussão teórica sobre o conceito de fascismo realizada pelo professor Armando Boito Jr. em um seminário organizado pelo Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), da Unicamp, no início de outubro de 2020.

13 Outra questão que mostra originalidade e relevância é a relação que o autor procura estabelecer entre o fascismo e as diferentes classes e frações de classe (classes dominantes, classe operária, pequena burguesia e classes sociais no campo). Em particular, Poulantzas realiza uma análise minuciosa das causas da adesão ou não dessas diferentes classes e frações de classe ao fascismo. Esse debate é retomado pelo próprio Poulantzas (2019b) em um artigo publicado em 1975. Infelizmente, em razão da falta de espaço, não teremos condições de tratar desse assunto no presente trabalho. Basta salientar, contudo, que a análise de Poulantzas sobre a relação entre fascismo e classes sociais é muito mais sofisticada e complexa do que aquelas inspiradas pela teoria das elites, que se centram na noção de homem médio ou comum para definir a base social fascista e ocultam, assim, os fatores econômicos, políticos e ideológicos característicos de cada classe e fração de classe que explicam sua adesão efetiva ou potencial ao fascismo. No fundo, a noção de homem médio se constitui em um obstáculo epistemológico para o exame das bases sociais do fascismo, pois se funda, sobretudo, na ideia abstrata acerca da irracionalidade das massas fascistas.

ção histórica. Em particular, aborda a forma de Estado capitalista de exceção e suas respectivas formas de regime, o que o leva a dar atenção especial ao exame do regime fascista.

Nesse sentido, é possível dizer que Poulantzas refere-se ao conceito de forma de Estado para tratar de duas dimensões analíticas distintas. Numa primeira definição, a forma de Estado alude aos estágios históricos de desenvolvimento capitalista: o capitalismo concorrencial, que corresponde à existência da forma de Estado liberal, e o capitalismo monopolista (imperialismo), que emerge graças à presença da forma de Estado intervencionista.

Para o autor, a forma de Estado intervencionista cumpre um papel importante no processo de transição do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista, estágio este que é marcado economicamente pela concentração e centralização de capitais, pela emergência do capital financeiro, resultante da fusão dos capitais bancário e industrial, pelo predomínio da exportação de capital sobre o comércio de mercadorias, pela busca incessante de colônias por parte dos países imperialistas em função de razões fundamentalmente econômicas etc. Num plano geral, os traços comuns de todas as experiências que se enquadram na forma de Estado intervencionista seriam os seguintes: “um recrudescimento do papel dos aparelhos ideológicos e uma retração da autonomia relativa desses aparelhos, devido à dominação política massiva do capital monopolista” (POULANTZAS, 1970, p. 348). Nesse processo de transição ao capitalismo monopolista, Poulantzas compreende que há, portanto, um reforço do papel do Estado, que, após a Segunda Guerra Mundial, atenua-se.

Nessa primeira definição, a forma de Estado é caracterizada pela relação estabelecida entre o econômico e o político, isto é, a forma de Estado intervencionista diz respeito, como o próprio nome sugere, ao papel intervencionista do Estado na economia com vistas a garantir os interesses do grande capital monopolista. Nos casos alemão e italiano, Poulantzas considera que o reforço do papel intervencionista do Estado pode ser observado em um processo de crescente centralização política que corresponde a uma “unidade nacional vacilante”: “poderia dizer-se que, de alguma forma, tudo se passa como se a Alemanha e a Itália tivessem saltado por cima do estágio do Estado liberal” (POULANTZAS, 1970, p. 32).

Em linhas gerais, Poulantzas identifica dois modos de manifestação dessa forma de Estado intervencionista: um modo que corresponde à existência de uma estabilidade política, na qual não se observa a ocorrência de uma crise de hegemonia, o que ele chama de forma “normal” de Estado capitalista; e outro que se configura em meio a um processo de crise de hegemonia, o que o leva a caracterizá-lo como forma de Estado capitalista “de exceção”. Essa forma de Estado abrigaria três formas de regime: a fascista, a bonapartista e a ditatorial militar.

É justamente a forma de Estado capitalista “de exceção” que ganhará centralidade na análise desenvolvida em *Fascismo e ditadura*. Ao longo do livro, ainda que pontualmente e em passagens isoladas, o autor faz uso de outras nomenclaturas

para caracterizá-la, tais como “forma crítica do Estado” (POULANTZAS, 1970, p. 326) ou “forma de crise [...] do Estado capitalista” (p. 344). Nota-se, portanto, que tal forma de Estado vincula-se à existência de uma crise política, não revolucionária, que, no caso do fascismo original, apresenta três características fundamentais já referidas acima: derrota estratégica e defensiva do movimento operário e popular, crise de hegemonia política no seio do bloco no poder e constituição da pequena burguesia como força social (partido fascista). Aqui, a caracterização da forma de Estado faz referência à autonomia relativa do Estado em relação ao bloco no poder e ao grande capital monopolista, cuja hegemonia política essa forma de Estado procura estabelecer.

Assim, se os conceitos de forma de Estado capitalista “liberal” ou “intervencionista” aludem à relação entre o político e o econômico, os conceitos de forma de Estado capitalista “normal” ou “de exceção” referem-se à relação entre Estado e classes dominantes. Como a forma de Estado capitalista “de exceção” abrange uma situação histórica de crise de hegemonia, o mais apropriado seria tratá-la como “forma de crise” do Estado capitalista, em vez de empregar a ideia de “exceção” para caracterizá-la, mas o limite dessa definição residiria no fato de que a consolidação do fascismo corresponde ao estabelecimento da hegemonia política do grande capital monopolista e, portanto, à superação da situação de crise de hegemonia. Ou seja, a noção de forma de crise corresponderia mais ao processo de fascistização do que à consolidação do fascismo, ao fascismo estabelecido, constituindo-se como uma noção apenas parcialmente válida e adequada.

A crítica elaborada por Boukalas (2018) à noção de “Estado de exceção” formulada pelo filósofo Giorgio Agamben ajuda-nos a problematizar a categoria exceção concebida como algo em oposição à norma ou distinto dela, tal como empregada por Poulantzas: “Sem conteúdo, a norma é corolário implícito da exceção. Mas a exceção deveria estabelecer seu conteúdo de sua relação com a norma. Se a norma estiver vazia, então vazia é a exceção. Como saber qual é qual?” (BOUKALAS, 2018, p. 37). Para os propósitos deste artigo, caberia indagar: como é possível descrever uma determinada forma de Estado capitalista como sendo excepcional, se Poulantzas não define ou descreve rigorosamente o que constitui a normalidade? Como já assinalou Boito Jr. (s.d.), nem a tipicidade da democracia burguesa nem a excepcionalidade da ditadura são caracterizadas por Poulantzas, argumento que só reforça a pertinência da analogia que fizemos da crítica de Boukalas a Agamben.

Para tratar da especificidade do que Poulantzas chama de forma de Estado capitalista “de exceção”, torna-se oportuno não apenas remeter à ideia de crise política correspondente a tal forma de Estado, como é mais adequado substituir o termo *de exceção* por *ditatorial*. Tal operação analítica poderia ser feita retomando as características do Estado capitalista, formuladas em *Poder político e classes sociais*. Assim, seria necessário observar que, no tipo de Estado capitalista, os membros de todas as classes sociais são concebidos como indivíduos-cidadãos no âmbito do direito civil. Se o tipo de Estado capitalista estabelece essa condição básica que o distingue de outros tipos

de Estado (escravista ou feudal) que conferem no plano do direito civil um tratamento desigual aos desiguais socioeconomicamente, é possível distinguir duas formas principais de Estado capitalista: a democrática e a ditatorial. Na forma de Estado capitalista democrática: a cidadania política é garantida aos membros de todas as classes sociais; já na forma de Estado capitalista ditatorial, a “cidadania política é negada aos membros de todas as classes sociais” (SAES, 1987, p. 52).

Nessa perspectiva, na forma de Estado capitalista democrática, a dissimulação dos interesses de classe que o Estado representa é produzida pela ideologia do povo-nação e garantida pela burocracia estatal (civil e militar) automeada e pelos membros dos ramos Executivo e Legislativo, indicados por todas as classes sociais por meio do sufrágio universal. Nessas condições, os membros representantes do povo-nação automeados e eleitos passam a deter capacidade governativa real, ou seja, a eles cabe a responsabilidade de implementar a política de Estado, responsabilidade que pode ser compartilhada de maneira hierarquizada ou equilibrada entre o ramo Executivo e o Legislativo. Já na forma de Estado capitalista ditatorial, é a burocracia estatal automeada que detém exclusivamente tal capacidade governativa, o que implica conferir ao sufrágio universal um papel nulo ou significativamente secundário a ponto de o Parlamento assumir apenas um papel “decorativo” ou de “pura fachada” em relação às ações da burocracia estatal (SAES, 1987).

Portanto, a característica comum a todas as formas de Estado capitalista ditatoriais, que Poulantzas denomina “de exceção”, está ligada ao fato de a burocracia estatal apoderar-se com exclusividade da capacidade decisória antes atribuída constitucionalmente também aos órgãos estatais constituídos por meio de sufrágio universal. Poulantzas apresenta algumas características gerais do que chama de forma de Estado capitalista de exceção, que traduzem bem o que vimos afirmando até aqui. Em relação ao direito, “é o *arbitrário* que reina” (POULANTZAS, 1970, p. 352). Com isso, o Estado passa a contar com certa “liberdade de ação” para reorganizar as relações de forças. Não há limites “juridicamente fixados”: “tudo cai virtualmente na esfera da intervenção estatal” (p. 353). Além disso, ocorre a “suspensão do princípio eleitoral”, resultante da crise ideológica e da crise de representação política pela qual passam os partidos burgueses tradicionais. Isso permite acentuar a burocratização e os mecanismos de cooptação e controle da designação dos membros da burocracia estatal, o que não impede o uso de expedientes como plebiscitos ou referendos para legitimar as ações dessa burocracia.

Feitas essas observações sobre o que preferimos chamar de forma de Estado capitalista ditatorial, passemos ao tratamento do fascismo como forma de regime específica e possível dessa forma de Estado. Como já mencionado, Poulantzas trabalha com a tese de que a forma de Estado capitalista “de exceção” admite três formas principais de regime para as quais ele também emprega o qualificativo “de exceção”: a ditadura fascista, a ditadura bonapartista e a ditadura militar. Em sua análise, tais formas de regime “não são fenômenos limitados no tempo”

(POULANTZAS, 1972, p. 6)¹⁴, podendo ressurgir em outros contextos históricos ainda que não possuindo as mesmas características das formas originais:

Quanto ao próprio fascismo, cujo ressurgimento permanece possível, não deveríamos mais acreditar que ele assumiria inevitavelmente formas idênticas às do passado, nem que o processo de fascistização conduziria às mesmas formas. A história nunca se repete do mesmo modo. Uma mesma forma de regime de exceção e uma mesma espécie de crise política apresentam traços distintos, segundo os períodos históricos no seio dos quais elas surgem (POULANTZAS, 1970, p. 393).

O ponto comum a essas três formas de regime é o apoderamento exclusivo da capacidade governativa real por parte da burocracia estatal, o que Poulantzas (1970, p. 358) identifica como “burocratização’ pronunciada”. O aspecto fundamental para distingui-las é aquilo que o autor chama de “ramo dominante do aparelho de Estado”. Para ele, a diferença entre as três formas de regime situa-se em termos de predomínio da burocracia civil (ditadura bonapartista), do Exército (ditadura militar) ou da polícia política (fascismo) sobre os demais ramos do aparelho de Estado, ou seja, as formas de regime de “exceção” (que chamamos de ditatoriais) correspondem cada uma a um diferente arranjo das relações estabelecidas entre os ramos do aparelho de Estado. Pelo fato de a instauração dessas formas de regime implicar efetivamente uma ruptura institucional com a forma de regime democrática, nos marcos do tipo de Estado capitalista, uma nova hierarquia entre os ramos do aparelho de Estado se estabelecerá, expressando, assim, um processo de emergência de uma nova fração hegemônica no bloco no poder.

Nesse sentido, Poulantzas estabelece uma relação de correspondência entre ruptura institucional, nova hierarquia dos ramos do aparelho de Estado e redefinição da hegemonia política no bloco no poder. Ainda que tais formas de regime não possam ser definidas por uma caracterização particular do bloco no poder e da fração hegemônica, é possível dizer que os processos de instauração desses regimes estão associados a uma crise política (crise de hegemonia) — processo de fascistização — e a uma redefinição dessa hegemonia — consolidação do fascismo no poder. No caso específico do fascismo, é preciso acrescentar a existência de uma base social de massa organizada e mobilizada que se constitui em fração autônoma na cena política e apoia o regime fascista, o que a distingue das bases sociais típicas da ditadura bonapartista (apoio passivo) e da ditadura militar (apoio esporádico ou ocasional).

Poulantzas também distingue a primeira fase do regime fascista da fase do regime estabelecido. Afirma, assim, que são forças exógenas aos aparelhos de Estado que passam a dominar os ramos desse aparelho, exercendo simultaneamente as funções repressiva e ideológica. Na primeira fase do regime fascista, é o partido fascista que assume esse papel dominante e “invade ‘de fora’” o aparelho repressivo

14 Fazemos referência aqui à “Nota à edição portuguesa”.

(POULANTZAS, 1970, p. 364). O diferencial da forma de regime fascista em relação às outras formas de regime ditatoriais é justamente a mobilização permanente das massas populares que o partido fascista procura fomentar primeiramente por fora e depois por dentro dos aparelhos de Estado. Ainda que haja contradições entre o partido fascista e os ramos do aparelho de Estado, seu acesso ao poder se dá também por convivência de tais ramos em um primeiro momento, e, posteriormente, com o regime estabelecido, o partido fascista passa a se subordinar ao aparelho de Estado, sem que chegue a se fundir com ele.

Para Poulantzas, a ideologia fascista que orienta a ação do partido fascista como partido de massas atende, em um processo de “adaptação-torção da ideologia burguesa”, às aspirações da pequena burguesia. Ainda que tais aspirações contenham aspectos genericamente anticapitalistas de crítica à “grande riqueza”, aos monopólios, aos bancos e ao capital de empréstimo, ao analisar a ideologia fascista, o autor destaca uma série de características que podem ser concebidas como sintoma da presença do princípio do burocratismo sob a forma de ideologia do povo-nação. Mais bem dizendo: a ideologia fascista, distante de contradizer o efeito de representação da unidade produzido pelo princípio do burocratismo típico do Estado capitalista, apresenta-se como uma de suas formas possíveis de manifestação, especialmente se considerarmos parte dos aspectos destacados por Poulantzas que constituem essa ideologia, tais como: a estatolatria ou “culto ao Estado”, que corresponde ao “fetichismo do poder” sustentado pela pequena burguesia, expressando-se também por meio do “culto ao chefe” e pela defesa de uma “autoridade hierárquica”; o “culto do ‘arbitrário’”, que concebe os regramentos jurídicos como ordem do chefe, o que permite colocar em evidência a “ideologia moral” que se ancora nas noções de “honra e dever”; o elitismo e o racismo antisemita; o nacionalismo, que está associado ao “culto exacerbado da entidade mística que é a ‘nação’”; o militarismo, que combina nacionalismo, autoritarismo, hierarquia e culto do chefe; e o corporativismo, que se caracteriza como uma forma de assegurar a participação política da pequena burguesia no processo político por intermédio do Estado.

Nessa perspectiva, a ideologia fascista pode ser tratada simultaneamente como expressão das aspirações da pequena burguesia, daí advindo uma das explicações possíveis sobre o caráter de massa do movimento fascista, e como forma de manifestação específica da ideologia do povo-nação. Não é casual, assim, que o partido fascista logre, em um primeiro momento, se acomodar ao aparelho de Estado, na medida em que se desenvolve o processo de fascistização do assim chamado aparelho repressivo. Com o estabelecimento do fascismo, esse mesmo partido fascista passará a se posicionar de maneira subordinada no aparelho de Estado e a atender aos interesses da nova fração hegemônica do bloco no poder: o grande capital monopolista. Com a consolidação do regime fascista, é a polícia política que se torna o ramo dominante e passa a deter o controle sobre o processo decisório estatal. O que caracteriza essa polícia política?

No caso alemão, o fascismo exerce inicialmente influência sobre a base do Exército e sobre as polícias dos governos locais, o que lhe permite contornar o controle que a cúpula do Exército realiza de maneira centralizada sobre o aparelho repressivo

A polícia política define-se como o ramo dominante do aparelho de Estado, mas está submetida diretamente à vontade do chefe supremo. Assume progressivamente um domínio ilimitado de intervenção sobre os ramos principais do aparelho de Estado e o conteúdo da política estatal, traduzido no controle de atividades de segurança, de administração e militares. Passa, assim, a deter um papel simultaneamente repressivo e ideológico. Esse processo se consolida por meio daquilo que Poulantzas chama de “conivências profundas” entre o partido fascista e o aparelho policial, tendo como razão explicativa a luta travada pelo aparelho repressivo de Estado contra as massas populares. Sobre essa questão da conivência, é preciso observar que, distante de perder o monopólio do exercício da força e da violência legítima, o aparelho repressivo exercerá um papel importante diante das milícias privadas, ao armá-las: “trata-se aqui, então, de uma transferência ou de uma delegação de funções, recoberta aliás de legitimidade por intermédio da magistratura” (POULANTZAS, 1970, p. 367).

Além disso, Poulantzas (1970) atenta para o fato de que o fascismo, enquanto movimento inicialmente exógeno ao aparelho de Estado, procura se infiltrar fundamentalmente através da administração civil e da polícia, realizando o que o autor chama de assalto simultâneo na periferia e no centro desse aparelho. Ou seja, no caso alemão, o fascismo exerce inicialmente influência sobre a base do Exército e sobre as polícias dos governos locais, o que lhe permite contornar o controle que a cúpula do Exército realiza de maneira centralizada sobre o aparelho repressivo. Aos poucos, a própria cúpula do Exército recruta milícias privadas para assegurar a defesa das fronteiras. Assim, as forças milicianas privadas que se encontravam fora do aparelho repressivo passam a se infiltrar nele, constituindo, inclusive, uma “rede paralela de poder”, como foi o caso da SS:

O aparelho SS incarna concretamente, para o nacional-socialismo, o deslocamento entre aparelho repressivo de Estado e aparelhos ideológicos de Estado [...] precisamente por causa desse recrutamento massivo e dessa formação ideológica, a polícia política SS não se torna, como é o caso da poli-

cia secreta em outras formas, um “Estado no Estado” no sentido forte: ela permanece estreitamente controlada pelos dirigentes nacional-socialistas (POULANTZAS, 1970, p. 375).

No caso italiano, as milícias fascistas não cumprem o mesmo papel repressivo e ideológico das milícias SS hitlerianas, exercendo menor influência sobre o aparelho repressivo, uma vez que a própria cúpula do Exército foi conquistada pelo fascismo. Em relação à administração civil, a polícia política exerce o controle sobre as intervenções do aparelho de Estado, mas não sobre seu conteúdo. Em suma, a rede paralela de poder é menos desenvolvida do que a existente na Alemanha, mas, mesmo assim, a polícia política assume o papel dominante sobre o conjunto dos ramos e aparelhos de Estado.

4. A ATUALIDADE DE *FASCISMO E DITADURA*: 50 ANOS DEPOIS

Qual seria a atualidade da obra *Fascismo e ditadura*, 50 anos depois? Inicialmente, é preciso salientar a caracterização do fascismo como fenômeno histórico que emerge numa situação de crise política particular no seio do desenvolvimento histórico do tipo de Estado capitalista. Como fenômeno histórico, o fascismo não é concebido como algo datado, mas como uma das formas de regime possíveis que o Estado capitalista pode assumir, ou seja, o fascismo é uma possibilidade histórica para a realidade do Estado capitalista. Tal crise política não se confunde, portanto, com uma crise revolucionária, na qual poderia se configurar uma situação de duplo poder que colocaria em xeque a própria existência do Estado capitalista. Trata-se de uma crise política aguda inscrita na própria dinâmica de reprodução do capitalismo, acarretando a ocorrência de complexos e conflituosos processos de realinhamento político de classe. Poulantzas caracteriza essa crise como crise de hegemonia e a vincula à derrota estratégica prévia do movimento operário e popular, à politização da luta do bloco no poder contra as massas populares, à incapacidade de uma fração das classes dominantes para dar direção política a esse bloco no poder, à existência de uma crise de representação política que atravessa os partidos tradicionais e à emergência da pequena burguesia como força social organizada num partido político de massas (o partido fascista).

A resolução dessa crise de hegemonia está diretamente relacionada com os seguintes processos: constituição da aliança da pequena burguesia com o grande capital monopolista, o que Poulantzas aborda como “ponto de não retorno” da ascensão política do fascismo; redefinição da hegemonia política do bloco no poder, que, com o regime fascista estabelecido, é assegurada pelo grande capital monopolista no contexto das experiências clássicas do fascismo; transformações no domínio ideológico, o que permite que o grande capital monopolista exerça a função de fração reinante antes ocupada pela pequena burguesia — esse processo ocorre quando o partido fascista se integra e passa a se subordinar ao aparelho de Estado; configuração da peque-

na burguesia como classe detentora do aparelho de Estado, o que a torna responsável pela execução da política de Estado do novo regime fascista, e as modificações nas relações dos ramos do aparelho de Estado, abrindo possibilidade para a constituição da polícia política como ramo dominante.

Em termos de teoria política do fascismo, a principal contribuição dada por *Fascismo e ditadura* foi a de caracterizar o fascismo como uma forma de regime da forma de Estado capitalista de exceção, que preferimos definir neste artigo como forma de Estado capitalista ditatorial. Ademais, a partir de sua análise, é possível identificar dois traços fundamentais que caracterizaram a particularidade da ditadura fascista: um traço institucional, isto é, a polícia política como ramo dominante do aparelho de Estado, e um traço social, a saber, a constituição de um regime político que conta com uma base de apoio organizada e mobilizada. Essas especificidades — institucional e social — marcam a caracterização da ditadura fascista quando, como vimos ao longo do texto, se estabelece uma comparação entre tal ditadura e as ditaduras bonapartista e militar. O exame da especificidade da ditadura fascista, longe de ser mero gozo intelectual ou implicância lexical, tem profundas consequências para a luta antifascista. Não levar em consideração essa especificidade pode resultar em erros táticos e estratégicos de grande magnitude, que inclusive foram cometidos pelo movimento comunista internacional no passado. Como nos lembra Poulantzas (1970, p. 394) nas conclusões de seu livro, “se a história tem um sentido, é o de poder servir de lição para o presente”.

* Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e editor do blog marxismo21. E-mail: daniloenrico@gmail.com A maior parte das ideias desenvolvidas neste artigo foi resultante das discussões feitas durante o minicurso “Nicos Poulantzas e a análise sobre o fascismo”, que ministramos conjuntamente com o professor Sávio Cavalcante, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no final de novembro de 2019 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH-Unicamp). Esse mesmo minicurso foi transformado num conjunto de seminários que realizamos junto com o Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente, coordenado pelo professor Adriano Nascimento, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (PPGSS-UFAL), no segundo semestre de 2020. Agradecemos a todos os colegas e todas as colegas com quem pudemos debater a análise poulantziana do fascismo, assim como aos leitores e leitoras de primeira hora deste artigo: André Flores Penha Vale, Angela Lazagna, Caio Navarro de Toledo, Davisson de Souza, Francisco Farias, Francisco Prandi, Paula Marcelino, Santiane Arias e Sávio Cavalcante.

► Texto recebido em janeiro de 2021; aprovado em janeiro de 2021

- ALTHUSSER, Louis. **Pour Marx**. Paris: La Découverte, 2005.
- _____. et al. **Lire Le Capital**. Paris: François Maspero, 1965. 2 t.
- BENSAÏD, Daniel. À propos de "Fascisme et dictature": Poulantzas, la politique de l'ambiguïté. **Critiques de l'Économie Politique**, n. 11-12, p. 267-281, 1973.
- BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Crítica Marxista**, n. 50, p. 111-119, 2020a.
- _____. **Dilma, Temer e Bolsonaro: crise, ruptura e tendências na política brasileira**. Goiânia: Editora Philos Academy, 2020b.
- _____. Apresentação e discussão do conceito poulantziano de fascismo. In: LAZAGNA, Angela e BER-RINGER, Tatiana (Org.). **A atualidade da teoria política de Nicos Poulantzas**. Santo André: Ed. UFABC, [s.d.]. No prelo.
- BORÓN, Atilio. El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en América Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 39, n. 2, p. 481-528, 1977.
- BOUKALAS, Christos. Sem exceções: estatismo autoritário — Agamben, Poulantzas e segurança interna. **Crítica Marxista**, n. 47, p. 27-53, 2018.
- CAPLAN, Jane. Theories of fascism: Nicos Poulantzas as historian. **History Workshop**, n. 3, p. 83-100, 1977.
- CASSIGOLI, Armando. Fascismo y fascismo dependiente. **Estudios Políticos**, v. 1, n. 1, p. 95-127, 1975.
- CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a revolução. **Crítica Marxista**, n. 27, p. 65-85, 2008.
- HOBSBAWM, Eric. A queda do liberalismo. In: **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JESSOP, Bob. **Nicos Poulantzas: Marxist theory and political strategy**. London: Macmillan, 1985.
- KELLY, Maria Patricia Fernandez. Dos Santos and Poulantzas on fascism, imperialism and the State. **Insurgent Sociologist**, v. 7, n. 2, p. 23-34, 1977.
- MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **Nicos Poulantzas e o conceito de Estado capitalista na obra Fascismo e ditadura**, [s.d.]. Mimeografado.
- POULANTZAS, Nicos. **Fascisme et dictature: La III^e Internationale face au fascisme**. Paris: François Maspero, 1970.
- _____. **Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo**. Porto: Portucalense, 1972. 2 v.
- _____. **Fascisme et dictature**. Paris: Seuil; François Maspero, 1974.
- _____. **La crise des dictatures: Portugal, Grèce, Espagne**. Paris: François Maspero, 1975.
- _____. **Fascismo e ditadura: a III Internacional face ao fascismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1978a.
- _____. **L'État, le pouvoir, le socialisme**. Paris: Presses Universitaires de France, 1978b.
- _____. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019a.
- _____. Sobre o impacto popular do fascismo. **Cadernos Cemarx**, n. 12, p. 173-188, 2019b.
- SAES, Décio. **Democracia**. São Paulo: Ática, 1987.
- TRINDADE, Hélgio. La cuestión del fascismo en América Latina. **Desarrollo Económico**, v. 23, n. 91, p. 429-447, 1983.

Sobre a atualidade do conceito de imperialismo nas relações interestatais

On the topicality of the concept of imperialism concerning the relations among States

marcelo pereira fernandes*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.004>



RESUMO

O fim dos anos 1980 marca um momento importante quanto à expansão do capital. Com isso, diversos autores e organismos internacionais adotaram o termo *globalização* para explicar as transformações mundiais ocorridas nas últimas décadas do século XX. Tais transformações teriam como pano de fundo o enfraquecimento do poder do Estado-nação. Certos autores de influência marxista trilharam esse caminho, argumentando que a globalização (neoliberal) marcaria uma transição para uma nova fase histórica. Alguns alegam que a globalização teria superado o imperialismo, ou que a globalização seria uma nova forma de imperialismo, enquanto outros passaram a usar esses dois conceitos quase indistintamente. O objetivo deste artigo é demonstrar a atualidade do conceito de imperialismo para descrever as relações interestatais. O termo *globalização* descreve um mundo capitalista sem fronteiras, unificado e acessível para um capital supostamente apátrida, obscurecendo ou mesmo negando aspectos fundamentais a respeito do funcionamento do sistema internacional. Portanto, suprime a possibilidade de detectar uma série de problemas relacionados ao desenvolvimento histórico das relações de exploração no capitalismo e ao papel do imperialismo como referência teórica e histórica.

Palavras-chave: Imperialismo. Globalização. Cadeia imperialista. Relações interestatais.

ABSTRACT

The late 1980s marked an important moment in terms of capital expansion. Thus, several authors and international organizations adopted the term *globalization* to explain the world transformations that occurred in the last decades of the 20th century. Such transformations would have as a backdrop the weakening of the power of nation-state. Certain authors of Marxist influence followed this path, arguing (neoliberal) globalization would mark a transition to a new historical phase. Some claim that globalization would have overcome imperialism, or that globalization would be a new form of imperialism, while others began to use these two concepts almost indistinctly. The aim of this article is to demonstrate the current explanatory power of the concept of imperialism to describe relations among States. The term *globalization* describes a capitalist world without borders, unified and accessible to a supposedly stateless capital, obscuring or even denying fundamental aspects regarding the functioning of the international system. Therefore, it suppresses the possibility of detecting a series of problems related to the historical development of exploitative relations in capitalism and to the role of imperialism as a theoretical and historical reference.

Keywords: Imperialism. Globalization. Imperialist chain. Relations among States.

1. INTRODUÇÃO

O fim dos anos 1980 marca um momento importante quanto à expansão do capital. Com isso, diversos autores e organismos internacionais adotaram o termo *globalização* para explicar as transformações mundiais ocorridas nas últimas três décadas do século XX. Tais transformações evocariam uma nova ordem mundial que teria como pano de fundo a decadência do Estado-nação. A “globalização” passou a ser pretexto para quase tudo que ocorre (RUCCIO, 2003). Desde o aumento do desemprego e a degradação cultural em países periféricos até o avanço tecnológico e da democracia ocidental, teríamos assim um único fator responsável: a globalização. É um conceito pouco preciso, porém com muita força política no sistema de ideias dominantes (MORAES, 1996): para alcançar os benefícios prometidos, e impedir possíveis danos, governos deveriam se comprometer com políticas neoliberais como abertura comercial e financeira, reformas no mercado de trabalho, privatização de empresas, política monetária rígida, equilíbrio fiscal etc.

Sem endossar tais políticas, alguns autores de influência marxista trilharam caminho semelhante, argumentando que a globalização marcaria uma transição para uma nova fase histórica em que o capital não precisaria mais do Estado. Alguns argumentam que a globalização teria superado o imperialismo, enquanto outros passaram a usar os dois conceitos quase que indistintamente ou ainda que a globalização seria uma nova forma de imperialismo ou neoimperialismo (RUCCIO, 2005).

Há um traço semelhante entre as interpretações daqueles que consideram que o imperialismo não seria mais um conceito válido: o mundo não estaria mais dividido em países exploradores e países explorados, uma vez que as colônias praticamente já não existem e os Estados não possuiriam mais tanta importância no processo de acumulação. O capitalismo teria unificado o mundo nos tempos da globalização e não teríamos os impérios formais, como existiam no começo do século XX.

Grande parte da literatura que trata do fenômeno do imperialismo buscou conceituá-lo como uma forma de exploração dos países pobres pelos países ricos, que bloquearia o desenvolvimento dos primeiros. Esse conceito, amplamente difundido, tem sido usado sobretudo para denunciar o imperialismo “ruim” como o culpado por toda a miséria que aflige o mundo, deixando a análise superficial, como advertem Milios e Sotiropoulos (2009).

Entre os principais proponentes desse conceito de imperialismo está Rosa Luxemburgo, com sua obra *A acumulação de capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo*. O imperialismo seria interpretado como uma luta entre as economias capitalistas desenvolvidas pela dominação dos territórios não capitalistas em razão de uma crise de realização permanente no mercado capitalista. Em outras palavras, o imperialismo se referiria ao processo de colonização pelas potências capitalistas.

Por sua vez, Baran e Sweezy (1978) levantaram a tese de que os investimentos externos das multinacionais dos países centrais teriam a função de sugar o exce-

dente econômico dos países subdesenvolvidos. Na dinâmica do capitalismo monopolista dominado por empresas gigantes, o excedente econômico como proporção do produto nacional tenderia a se elevar. Isso significa que a proporção da renda disponível ao consumo dos trabalhadores seria cada vez menor, o que levaria a economia à estagnação. Aqui entrariam os gastos estatais crescentes, cumprindo um importante papel nas economias centrais. Em particular, os extraordinários dispêndios do Estado vinculados ao militarismo teriam duas funções. Primeiramente, absorveriam parte do excedente econômico crescente, impedindo a estagnação econômica. E em segundo lugar, manteriam o mundo seguro para as operações das multinacionais.

A análise de Baran e Sweezy (1978) teve influência considerável nas chamadas teorias da dependência que foram desenvolvidas principalmente com base em uma visão que elegia a América Latina como objeto principal. Autores como Santos (1973), Wallerstein (1979) e Marini (1977; 1980), entre outros, comungavam da mesma conclusão acerca do imperialismo: a impossibilidade de desenvolvimento na periferia do capitalismo nos marcos da estrutura vigente no sistema internacional.

Desse modo, no fim do século XX o conceito de imperialismo, visto por esse prisma, foi considerado ultrapassado, e mesmo autores da tradição marxista passaram a questionar sua relevância. Robinson (2007, p. 5) representa bem essa visão:

As relações de classe do capitalismo global estão agora tão profundamente internalizadas em cada Estado-nação que a imagem clássica do imperialismo como uma relação de dominação externa está desatualizada. O fim da extensa expansão do capitalismo é o fim da era imperialista do capitalismo mundial (tradução nossa).

Com efeito, não apenas o conceito de globalização parecia ter substituído o de imperialismo, mas até mesmo a própria existência de um modo de produção capitalista passou a ser negligenciada. Pelo menos até o começo dos anos 2000, a palavra *imperialismo* ficou relegada ao segundo plano das pesquisas. Além disso, questões como degradação do meio ambiente, migração, povos indígenas e desigualdade de renda, gênero e desenvolvimento, que antes eram apresentadas no âmbito da discussão sobre imperialismo, passaram a ser tratadas como temas separados ou até autônomos, empobrecendo o debate (HALLIDAY, 2002).

Em contraposição a essas leituras, na análise de Lênin (1979; s.d.), à medida que o capitalismo se desenvolve, a dinâmica internacional é determinada essencialmente pelos conflitos entre as potências capitalistas. Ainda que a relação entre as economias centrais e periféricas tenha importância, não é o cerne da crítica. Conforme pretendemos demonstrar, em contraste com a ideia de globalização, a concepção de imperialismo apresentada por Lênin ainda é uma descrição válida das relações hierárquicas, desiguais e complexas advindas da reprodução do capital no sistema internacional. Em vista disso, ela contribui para esclarecer a atual conjuntura internacional de instabilidade política e econômica originada da crise financeira de 2008,

em que o fracasso das grandes potências em criar alguma nova forma de “governança econômica mundial” é um dos seus aspectos mais reveladores.

De fato, existe um aumento da internacionalização da economia, com maior liberdade ao movimento de capitais quando comparado ao período pós-guerra. Por sua vez, o mundo está cada vez mais parecido com aquele do início do século XX, não apenas em relação ao crescimento dos fluxos de capitais, mas também quanto ao crescimento da desigualdade de renda e riqueza e da competição em todo o mundo. Ademais, conforme Tarso (1996, p. 148) alertava, “a ênfase na globalização, sua enorme divulgação e popularidade, explica-se, também, pela necessidade política de negar validade teórica a textos escritos, no começo do século, por expoentes marxistas”.

O objetivo deste artigo é analisar a atualidade do imperialismo nas relações interestatais. A ideia de globalização (neoliberal) descreve um mundo capitalista com Estados fracos, sem fronteiras, unificado e sustentado por grandes empresas transnacionais, em que as dinâmicas sociais são consequência dessa nova ordem. Embora seja um termo consagrado, geralmente expressando uma nova fase do capitalismo, entendemos que ele dificulta a assimilação de aspectos cruciais quanto ao funcionamento do sistema internacional, suprimindo uma série de problemas relacionados ao desenvolvimento histórico das relações de exploração no sistema capitalista e ao papel do imperialismo como referência teórica e histórica.

Além desta introdução, o artigo está dividido em mais três seções. Na seção seguinte discutiremos o conceito de globalização e as contribuições de autores marxistas em relação à noção de enfraquecimento dos Estados-nação. Na terceira seção faremos uma crítica à globalização por meio do conceito de imperialismo, tendo como base principalmente autores da tradição leninista. Por fim, breves considerações finais encerram o artigo.

2. A “GLOBALIZAÇÃO”

De acordo com o pensamento neoliberal, a globalização é um processo inevitável que estaria modificando os princípios estabelecidos nas últimas décadas sobre a economia, a cultura e a soberania dos Estados nacionais. Em um sentido otimista, esses princípios estariam se dissolvendo em função de um sistema econômico global livre das barreiras aos fluxos de capitais, mercadorias e serviços; isto é, a economia mundial teria encontrado seu “estado natural”¹ (MARQUES, 1996).

Assim, a globalização seria o resultado de um longo processo, no qual o avanço tecnológico e das comunicações exerceu um papel vital na alocação mais eficiente dos recursos produtivos por meio da competição e da divisão internacional do trabalho. As grandes empresas teriam passado a dominar os mercados mundiais. Isso, por sua vez, provocaria o forte declínio da importância do Estado-nação e, ao mesmo tempo, uma melhora generalizada dos padrões de vida em todo o mundo (SCOTT,

1 A livre movimentação da força de trabalho nunca esteve entre as prioridades. Mas esse “detalhe” não é muito lembrado.

2001; DI GIOVANNI et al., 2008). Um modelo a ser seguido por todos os países que desejem usufruir dos benefícios da integração da economia mundial².

Ainda segundo a perspectiva neoliberal, a globalização favoreceria não apenas o crescimento econômico, mas também outros objetivos não ligados diretamente à economia (FRANKEL, 2000). Entre esses objetivos estaria a ampliação dos regimes democráticos liberais numa “nova ordem mundial”, conforme anunciou George Bush em 1991. Essa percepção foi representada por Francis Fukuyama. Segundo ele, o poder da economia de mercado advém da superioridade da democracia liberal ocidental sobre outras formas de governo, como se as instituições do Ocidente tivessem alcançado um nível de perfeição inigualável (FUKUYAMA, 2015).

A ideia de que grandes empresas passariam a dominar o sistema internacional, provocando o enfraquecimento dos Estados nacionais, também foi adotada por vários autores do campo marxista. Entre esses podemos citar Robinson (2007; 2008; 2014), Harris (2012), Sklair (2005; 2017), Sklair e Struna (2013), Patnaik (2014) e Petruciani (2016). Nessa perspectiva, Marx teria analisado o sistema capitalista quando ainda havia uma base nacional para o capital e o trabalho e as relações internacionais tinham como alicerce as mercadorias produzidas em cada país. Atualmente não existiria mais o “*made in USA*”, mas sim o “*made in world*” (HARRIS, 2012). Essa reorganização do capital teria criado algo novo no capitalismo.

De acordo com Robinson (2007; 2008) e Harris (2012), o capitalismo sofreu grandes mudanças desde o período clássico do imperialismo analisado por Hilferding, Lênin e Bukharin, e se encontraria em um novo estágio conhecido como globalização. Segundo esses autores, a globalização seria um produto do capital transnacional, apátrida e disposto à exploração do trabalho em qualquer canto do mundo que lhe proporcione as melhores condições de obter lucro. Na globalização, as economias nacionais seriam um mito.

Assim, atualmente, a dinâmica do sistema capitalista não poderia ser compreendida tendo o Estado-nação como centro. Por isso, o termo *globalização* — “o último estágio do capitalismo” — seria muito coerente com o momento atual (ROBINSON, 2002; HARRIS, 2012). Harris (2012) afirma que a lógica fundamental do capitalismo não mudou em relação ao seu poder de acumulação e exploração de trabalho. Todavia, os métodos pelos quais ela se realiza na globalização seriam novos. A organização das relações de produção já não estaria baseada nas fronteiras nacionais, mas na força de trabalho global, e nos investimentos e ativos em escala mundial, redefinindo a característica da classe capitalista. As empresas seriam obrigadas a adotar estratégias nessa direção. Isso se revelaria na natureza da concorrência monopolista, que emergiu das rivalidades entre Estados-nações para monopolizar a concorrência entre as corporações transnacionais.

2 “O termo *globalização* não serve apenas como descrição e explicação do que está acontecendo. Refere-se ainda mais a uma prescrição — de que certos desenvolvimentos, particularmente ‘a liberalização dos mercados nacionais e globais’, produzirão ‘o melhor resultado para o crescimento e o bem-estar humano’ e são do interesse de todos” (PETRAS; VELTMEYER, 2007, p. 39, tradução nossa).

Robinson (2007; 2008) pressupõe pelo menos quatro mudanças fundamentais que marcaram o sistema capitalista nos dias de hoje: 1) a ascensão de um capital verdadeiramente transnacional e a integração de todos os países em um novo sistema produtivo e financeiro global. Ainda haveria o capital nacional ou regional, porém o capital transnacional, divorciado de qualquer país, seria então dominante; 2) o aparecimento de uma nova classe capitalista transnacional; 3) a ascensão de aparatos estatais transnacionais, como Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Grupo dos Sete (G7), entre outros, resultando no que ele chama de “Estado transnacional”; e 4) o aparecimento de novas relações de poder e desigualdade na sociedade global.

A ideia de Estado transnacional poderia sugerir a formação de um concerto entre as principais nações para que a reprodução do capital ocorresse de maneira pacífica em todo o mundo, sem a necessidade de guerras (ultraimperialismo), como acreditava Kautsky (2004). Entretanto, Robinson (2007) sustenta que a sua teoria pouco ou nada compartilha da tese kautskiana do ultraimperialismo, já que esta assume que o capital permaneceria nacional enquanto se uniria internacionalmente. Na sua interpretação, o conflito entre capitais seria endêmico ao sistema, porém, na globalização, ele se apresentaria sob novas formas, não como guerras entre os Estados. Na realidade já não existiriam empresas nacionais, mas sim conglomerados transnacionais a serviço do capitalismo global. Deve-se frisar, na globalização a competição ocorreria entre as grandes corporações, não mais entre os Estados. “Como os Estados nacionais são capturados por forças capitalistas transnacionais, eles tendem a servir aos interesses dos processos de acumulação globais sobre os processos locais” (ROBINSON, 2007, p. 17, tradução nossa).

Segundo Robinson (2008; 2007), o Estado norte-americano seria um instrumento chave para a reprodução e consolidação de um sistema capitalista global, que atuaria em defesa dos interesses de uma burguesia transnacional. Sua burguesia teria sido a primeira a se tornar transnacional³. Desse modo, “a continuação da existência do Estado nacional é uma condição central não para a ‘hegemonia dos EUA’ ou para um ‘novo império dos EUA’, mas para o poder de classe do capital transnacional” (ROBINSON, 2014, p. 121, tradução nossa). Ao contrário dos primeiros momentos do capitalismo mundial, quando foram criadas zonas exclusivas de exploração, como na Índia, pelos ingleses, e na Indonésia, pela Holanda, na globalização as conquistas permitiriam a exploração global (ROBINSON, 2007, p. 20). Podemos dizer então que para esses autores estaríamos praticamente diante de uma nova “Santa Aliança” das forças transnacionais, a fim de manter o mundo estável para a exploração das grandes empresas.

Assim, o aumento da militarização dos Estados Unidos após o 11 de Setembro não estaria relacionado com uma busca pela hegemonia, nem com o ressurgimento das rivalidades interimperialistas. A militarização seria uma resposta contraditória à crise profunda do capitalismo global iniciada no fim da década de 1990. Essa crise

3 Sunkel e Fuenzalida (1979) já expressavam essa mesma opinião. Cf. também Michalet (1983).

envolveria três dimensões inter-relacionadas: 1) crise de polarização social: o sistema não conseguiria atender às necessidades da maior parte da humanidade, isto é, a sua reprodução social básica; 2) crise estrutural de superacumulação: a polarização social em todo o mundo provocada pela globalização teria restringido a capacidade do mercado mundial em absorver a produção, reduzindo a capacidade de expansão do sistema. A invasão do Iraque, por exemplo, teria criado condições favoráveis para a penetração do capital transnacional e ajudado a integrar a região ao capitalismo global, ajudando a solucionar o problema da insuficiência de demanda (subconsumo); e 3) crise de legitimidade e autoridade: os conflitos entre Estados deveriam ser vistos como conflito entre forças sociais transnacionais (burguesia “global”, proletariado “global”), que operariam por meio de Estados e outras instituições. Isso teria levado a que milhões de pessoas em todo o mundo passassem a questionar a legitimidade do sistema (ROBINSON, 2007).

Ao não observarem essas três dimensões inter-relacionadas, as teorias do novo imperialismo falhariam por permanecer vinculadas às ideias da existência de rivalidade entre economias nacionais, de conflito entre potências capitalistas centrais e da exploração por essas potências de economias periféricas. Essas são características do capitalismo da primeira metade do século XX que não existiriam na globalização (ROBINSON, 2014). Agora, os Estados nacionais promoveriam os interesses do capital global em detrimento das elites locais.

A ideia de classe capitalista transnacional é mais bem desenvolvida por Sklair (2005). Segundo Sklair, essa seria uma classe de pessoas de muitos países que operam de forma transnacional como parte de suas vidas profissionais, e que na maioria das vezes têm mais de um lugar que consideram sua residência. A criação de transportes velozes e confortáveis de longa distância e de meios de comunicação eletrônica teria tornado isso possível como em nenhum outro momento da história. Daí que o conceito de globalização seria o mais apropriado para descrever as condições econômicas, políticas e culturais que prevalecem atualmente. Sklair e Struna (2013) e Sklair (2005) dividem a classe capitalista transnacional em quatro frações: 1) executivos de corporações (fração corporativa); 2) políticos globalizados e burocratas (fração estatal); 3) profissionais globalizados (fração técnica); e 4) comerciantes e mídia (fração consumerista). A fração consumerista é a responsável por transmitir o que esses autores chamam de ideologia consumerista, um conjunto de práticas que levam a sociedade a consumir além de suas necessidades (capitalismo consumerista). Os shoppings centers, os parques temáticos e marcas como Hermès, Ducati, Jeep e Mazda seriam ícones ou objetos da ideologia consumerista (SKLAIR; STRUNA, 2013; SKLAIR, 2017).

Aqueles que lideram a classe capitalista transnacional teriam a missão de organizar as condições sob as quais seus interesses e os interesses do sistema capitalista podem ser promovidos no contexto global e local (SKLAIR; STRUNA, 2013; SKLAIR, 2005). “O conceito implica a existência de uma classe capitalista central que toma decisões em todo o sistema e cujos membros também se conectam com a fração da classe capitalista transna-

O conceito de imperialismo não se tornou obsoleto, porém sofreu mudanças importantes na era da globalização. Atualmente a grande burguesia no então chamado Terceiro Mundo sofreu uma mudança que deveria ser destacada: ela estaria rigorosamente integrada na “globalização do capital”, disputando mercados como qualquer “ator global” do mundo desenvolvido

cional” (SKLAIR, 2005, p. 486, tradução nossa). As quatro frações abordadas seriam categorias analíticas distintas, cada uma com sua função no sistema capitalista global. Porém, as pessoas frequentemente mudam de uma categoria para outra. Sklair (2005) cita o caso comum dessa mobilidade, que ocorre entre negócios e governo e vice-versa, funcionando como “porta giratória” no sistema. Aqui também não existe espaço para discutir imperialismo.

Patnaik (2014) argumenta que o conceito de imperialismo não se tornou obsoleto, porém sofreu mudanças importantes na era da globalização. Atualmente a grande burguesia no então chamado Terceiro Mundo sofreu uma mudança que deveria ser destacada: ela estaria rigorosamente integrada na “globalização do capital”, disputando mercados como qualquer “ator global” do mundo desenvolvido. Nos passos de Rosa Luxemburgo, Patnaik (2014) concebe o imperialismo como a exploração, pelas potências capitalistas, da população trabalhadora dos países ainda não predominantemente capitalistas. E essa situação permanece na globalização, ainda que com diferenças importantes. Atualmente, a exploração de pequenos produtores pré-capitalistas no Terceiro Mundo – que fornecem mercadorias com preços baixos – tem o objetivo de manter o valor do dinheiro estável, preocupação central do capitalismo na era da financeirização.

Embora rejeite a noção de conflito entre economias centrais e periféricas, a teoria do capital transnacional tem em comum com a noção de imperialismo de Luxemburgo, Baran e Sweezy e com a teoria da dependência a ideia de subconsumo dos trabalhadores. Nesse caso, o imperialismo seria resultado de uma crise (superprodução de mercadorias) do capitalismo, que a busca por mercados externos para lançar a produção excedente poderia resolver.

No entanto, essa é uma visão problemática no pensamento marxista. Primeiro, porque reduz o imperialismo a um problema de crise econômica. Segundo, porque afirmar que o capitalismo tem um problema de falta de consumo das massas equivale



Vladimir Ilitch Ulianov, o Lênin, autor de *Imperialismo, fase superior do capitalismo*

a afirmar que o capitalismo produz para as massas (MAZZUCHELLI, 1985). Na realidade, segundo Marx (2013), no modo de produção capitalista a riqueza produzida não serve às necessidades do trabalhador, mas o trabalhador serve às necessidades de valorização do capital. Ora, se o consumo dos trabalhadores fosse um problema crucial, o capitalismo estaria estagnado há décadas, pois uma das peculiaridades do capitalismo é que ele se sustenta justamente na ampliação da produção de forma desmedida. A produção pela produção. Voltaremos a esse ponto mais à frente.

3. IMPERIALISMO E DESENVOLVIMENTO DESIGUAL

O conceito de globalização tem sido criticado por diversos autores. Por exemplo, Halliday (2002); Harman (2010); Petras e Veltmeyer (2007); Ruccio (2003); Milios; Sotiropoulos (2014); e Sakellaropoulos (2009; 2018). De acordo com Sakellaropoulos (2009), a ideia de globalização suprime uma série de questões relacionadas ao desenvolvimento histórico das relações de exploração no sistema capitalista e ao papel do imperialismo como referência teórica e histórica. O imperialismo é o resultado das tendências inerentes ao processo de acumulação de capital e às contradições que surgem da luta de classes no capitalismo. A sua principal característica é justamente a internacionalização do capital em decorrência da concentração e centralização do capital, não a ocupação de territórios como ocorria na era colonial⁴. Esta é uma característica das formações pré-capitalistas, em parte analisada por Marx no capítulo XXIV — “A assim chamada acumulação primitiva” — de *O Capital*. Agora, a dominação acontece fundamentalmente por meio dos imperativos econômicos, como assinalou Wood (2003)⁵, embora ocupações territoriais ainda possam ocorrer, como no caso das guerras do Afeganistão (2001) e do Iraque (2003-2011).

O sistema internacional é composto majoritariamente por Estados capitalistas cujo objetivo é reproduzir o poder de suas próprias burguesias, buscando melhorar suas posições na competição econômica. A ideia de “burguesia nacional” realmente pode não ser a mais adequada, na medida em que os empresários estão muito

4 “Para Lênin, em particular, o imperialismo não se referia especificamente à posse de colônias. Ele reconheceu explicitamente que as fases anteriores do capitalismo também envolviam a expansão colonial, mas por diferentes razões e com resultados diferentes.” (BREWER, 1990, p. 123, tradução nossa)

5 Entretanto, Wood (2003) tem dificuldade de entender que nem sempre os Estados utilizam os imperativos econômicos como coerção. Ainda que não incorporem territórios formalmente, os Estados Unidos, por exemplo, permanecem atuando para desestabilizar governos, inclusive com intervenções militares diretos.

Os Estados utilizam as estruturas de poder desigual a fim de manter e conquistar espaços de acumulação, segundo os interesses dos seus capitalistas. No sistema atual as multinacionais continuam precisando do seu Estado de origem, ainda que novas formas de atuação tenham surgido com o desenvolvimento do capitalismo. Em momentos em que se acirra a competição, o uso do poder por parte dos Estados é sempre bem-vindo

mais preocupados com a taxa de lucro dos seus investimentos, independentemente de onde estes estão localizados, do que com ideias abstratas como o amor à pátria. No entanto, a grande empresa continua tendo um Estado nacional, fornecendo proteção e apoio para enfrentar a concorrência internacional (GONÇALVES, 2005; SAKELLAROPOULOS, 2018).

E, ao contrário daqueles que advogam a existência de um “Estado transnacional”, os organismos multilaterais como a OMC e seu mecanismo de solução de controvérsias são uma forte evidência de como os Estados atuam visando atender primeiramente a suas respectivas burguesias. Isso evidentemente não contradiz o fato de que essas organizações estão comprometidas com o capitalismo. A força de trabalho também se reproduz dentro de cada Estado, com seu próprio sistema de previdência, de saúde, de educação pública e de concessão seguro-desemprego e outros benefícios que influenciam direta ou indiretamente no custo de reprodução da força de trabalho (SAKELLAROPOULOS, 2018, p. 12; BRUNHOFF, 1985). É sob essas condições que os investimentos das multinacionais são incorporados ao processo de acumulação do país hospedeiro.

Assim, se não existe um capital global nem um proletariado global, não faria sentido falar em globalização (SAKELLAROPOULOS, 2009). O capitalismo se reproduz dentro das formações sociais nacionais⁶, que estão interligadas como parceiros desiguais dentro do sistema. O capitalismo para se reproduzir precisa do Estado-nação. É o Estado que busca garantir os interesses de longo prazo do capital, adminis-

6 Sobre a categoria de formação social, cf. Santos (1982). É importante lembrar que Lênin teve um papel fundamental no desenvolvimento dessa categoria no materialismo histórico.

trando a gestão política da força de trabalho⁷, intervindo para assegurar os lucros do capital nacional e promovendo sua expansão no espaço internacional⁸.

Por sua vez, a exportação de capitais acirra a competição entre os Estados-nação, pois estes também têm a função de intermediar os interesses de diferentes classes dominantes numa relação complexa e contraditória. Os monopólios podem se associar em diversas partes do mundo, todavia precisam estar estreitamente ligados aos seus Estados nacionais de origem, nos quais recebem proteção legal ou mesmo fora das regras jurídicas, quando for conveniente (HARMAN, 2003). Nessa perspectiva, os conflitos internacionais (econômicos, políticos e/ou militares) são intrínsecos ao sistema, não obstante momentos de cooperação possam predominar.

Os Estados utilizam as estruturas de poder desigual a fim de manter e conquistar espaços de acumulação, segundo os interesses dos seus capitalistas. No sistema atual as multinacionais continuam precisando do seu Estado de origem, ainda que novas formas de atuação tenham surgido com o desenvolvimento do capitalismo. Em momentos em que se acirra a competição, o uso do poder por parte dos Estados é sempre bem-vindo.

Por sua vez, a internacionalização do capital não decorre da falta de consumo ou de algum limite estrutural que leve à estagnação da economia capitalista, como acreditam várias correntes do marxismo, em especial aquelas de que tratamos na segunda seção. Na visão de Lênin, a internacionalização do capital é a expressão da tendência à expansão agressiva do capital em todas as partes do mundo, independentemente do nível de consumo ou da queda da taxa de lucro. Além disso, o processo de internacionalização está envolto em características sobretudo históricas. No período em que prevaleceram os acordos de Bretton Woods (1944-1971), conhecido como a “era de ouro do capitalismo”, a movimentação de capitais de curto prazo ficou restrita em razão dos controles exercidos pelos países. Firmou-se, naquela época, um consenso a respeito da responsabilidade das finanças internacionais no desencadeamento da Grande Depressão, durante o entreguerras. No período de Bretton Woods as taxas de câmbio ficaram estáveis, contribuindo para a expansão do comércio. Após o rompimento da paridade dólar-ouro, em 1971 — de forma unilateral, pelo governo norte-americano —, a desregulamentação dos mercados financeiros entrou novamente na agenda.

3.1. Cadeia imperialista

Na análise de Lênin (1979; s.d.) já se encontra uma crítica à noção — comum na esquerda nos anos 1910 e 1920 — de “capitalismo global”, segundo a qual o imperialismo era entendido como uma estrutura socioeconômica global uniforme (MILIOS; SOTIROPOULOS, 2014). Nesse sentido, a chamada cadeia imperialista fornecia uma

7 De acordo com Brunhoff (1985, p. 7): “O primeiro eixo principal da intervenção econômica do Estado é a gestão da força de trabalho como mercadoria particular. Essa gestão responde a uma necessidade do capital, que não pode ser diretamente satisfeita pelo próprio capital.”

8 Conforme Poulantzas (1977, p. 32), a luta de classes “se situa sempre, no essencial, no quadro do espaço nacional e se reverte sempre de uma forma nacional por excelência”.

descrição importante das relações hierárquicas desiguais advindas da reprodução do capital no sistema internacional.

A cadeia imperialista⁹ agrega um conjunto de economias capitalistas, cada qual com um nível de desenvolvimento. Isso implica o entrelaçamento das diferentes estruturas econômicas e sociais constituídas, cada uma das quais condicionada pela luta de classes que se materializa dentro do Estado nacional. A internacionalização do capital por meio da exportação de capitais¹⁰ — entendida não somente como investimento em outros países, mas como um meio de expandir as relações sociais do capitalismo — e a criação do mercado internacional, com o surgimento dos grandes monopólios, uniram as diferentes formações sociais capitalistas e produziram conexões complexas e instáveis. Ao mesmo tempo, em seu duplo movimento, o imperialismo forma novas estruturas e subverte antigas (HALLIDAY, 2007), provocando mudanças na política e na ideologia em escala internacional (POULANTZAS, 1979).

Portanto, o processo de internacionalização do capital é um problema relacionado com as condições concretas do desenvolvimento do capitalismo nas diversas nações e em diferentes épocas. Vale destacar, é o próprio desenvolvimento desigual dos ramos industriais, a generalização da produção mercantil e a sua agressiva progressividade que impulsionam o capitalismo em busca de mercados externos.

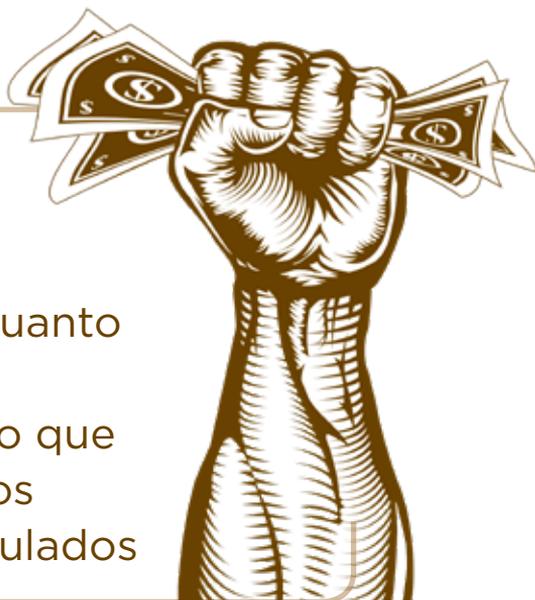
Além disso, a noção de cadeia imperialista conduziria à formulação de duas questões intrinsecamente ligadas: a lei do desenvolvimento desigual e a noção do “elo mais fraco” (MILIOS; SOTIROPOULOS, 2014). Em razão do próprio movimento do capital, os países se desenvolvem em ritmos diferentes. Na visão de Lênin, ao contrário do que se convencionou entender com base na teoria da dependência, existe a tendência estrutural de que os países mais desenvolvidos tenham uma taxa de crescimento econômico menor em relação aos países menos desenvolvidos, no próprio centro capitalista ou na periferia do sistema (FERNANDES, 2016). Assim, ainda segundo Lênin, a estabilidade do sistema é impossível¹¹, pois o desenvolvimento desigual provocaria mudanças na correlação de forças das nações mais avançadas. Como consequência, as contradições entre as potências que compõem a cadeia imperialista se intensificariam. Esse é o resultado necessário da complexa emergência e dominação do capitalismo em diferentes partes do mundo (LÊNIN, (1979; s.d.).

A lei do desenvolvimento desigual é decisiva para explicar as relações entre os países da cadeia imperialista, oferecendo uma base econômica para os conflitos militares. O desenvolvimento desigual também cria a possibilidade de revoluções nos elos relativamente mais fracos da cadeia, e não naqueles Estados em que as forças

9 A formulação do conceito de cadeia imperialista não se encontra de maneira explícita nos principais textos de Lênin sobre o imperialismo. Mas foi desenvolvido por outros autores, entre eles Nicos Poulantzas.

10 Vale lembrar que a exportação de capitais é um traço fundamental do imperialismo. “O que caracterizava o antigo capitalismo, no qual dominava a livre concorrência, era a exportação de *mercadorias*. O que caracteriza o capitalismo moderno, em que impera o monopólio, é a exportação de *capital*.” (LÊNIN, 1979, p. 730, tradução nossa)

11 Ainda que em determinados momentos possam ocorrer acordos temporários entre capitalistas e Estados (LÊNIN, 1974).



A instabilidade econômica e política resultante da crise financeira de 2008 é um dos exemplos mais reveladores quanto à incapacidade das grandes potências em criar um acordo que limite os efeitos deletérios dos mercados financeiros desregulados

produtivas estariam mais avançadas, ao contrário do que Marx inicialmente pensava. É importante destacar que essa é uma posição relativa: os países que fazem parte da cadeia imperialista são mais fracos ou mais fortes em relação aos demais elos da cadeia (POULANTZAS, 1979, p. 23).

3.2. Obstáculos à “governança econômica global”?

Por meio do conceito de imperialismo desenvolvido por Lênin podemos discutir a chamada “governança econômica global”. As instituições multilaterais alcançaram importância significativa nas últimas décadas, sendo consideradas atores importantes no sistema internacional. Entretanto, instituições como o FMI e o Banco Mundial estão a serviço das grandes potências, que não raro apresentam interesses divergentes, como demonstra a dificuldade em realizar qualquer reforma nessas duas instituições.

Portanto, a construção da chamada “governança econômica global” é uma tarefa praticamente inalcançável. Durante os anos 1990, quando os Estados Unidos mantiveram uma expansão econômica excepcional, foi possível manter sua hegemonia sobre as demais potências, impedindo com relativo sucesso estratégias regionais autônomas. Isso não eliminou as contradições do país nem o tornou menos belicoso (FIORI, 2008; SAKELLAROPOULOS; SOTIRIS, 2015). Ocorre que, com o fim da Guerra Fria, alguns meios de intervenção passaram a ser considerados legítimos pelas potências centrais, com base em justificativas como a repressão às violações de direitos humanos, o ataque aos cartéis de drogas na América Latina, o combate à corrupção, a manutenção da segurança internacional e, mais recentemente, a guerra preventiva contra o terrorismo¹² (BANDEIRA, 2014; JOHNSON, 2004).

¹² Conforme Fiori (2014, p. 209), “tudo indica que neste novo universo ampliado e sem a ameaça comunista, as grandes potências ocidentais decidiram transformar a questão do ‘respeito aos direitos humanos’ no novo grande princípio ético legitimador das suas velhas ‘guerras civilizatórias’”.

Todavia, o balanço de forças entre diferentes Estados está em constante mudança. À medida que a lei do desenvolvimento desigual se impõe, novos polos de poder vão surgindo. A cooperação se torna mais problemática com a crescente multipolarização do sistema internacional — como pode ser observado pela formação dos Brics, por exemplo — e, conseqüentemente, com a decomposição relativa do poder dos Estados Unidos, a que se assiste atualmente. Nesses termos é possível entender a reação crescente à política externa norte-americana, que após o 11 de Setembro passou a utilizar uma linguagem claramente belicista e intervencionista. Desde então os Estados Unidos têm fomentado conflitos em diversos territórios em todo o mundo, ignorando a soberania de países como o Afeganistão (2001) e o Iraque (2003-2011).

A instabilidade econômica e política resultante da crise financeira de 2008 é um dos exemplos mais reveladores quanto à incapacidade das grandes potências em criar um acordo que limite os efeitos deletérios dos mercados financeiros desregulados. Ainda em 2009, líderes do Grupo dos 20 (G20) se comprometeram a realizar o que fosse necessário para restaurar a confiança na economia mundial. Os fundos de *hedge*, os paraísos fiscais e as agências de classificação de risco entraram na mira da regulação que deveria acontecer. No entanto, passados os piores momentos da crise, a recuperação econômica permanecia frágil, e as principais potências capitalistas buscaram atender a seus próprios interesses, mesmo que a expensas de outras economias, como foi com a política do *quantitative easing*, levada a cabo pelo FED, banco central dos Estados Unidos. Caminho semelhante trilhou a Alemanha na crise europeia que se seguiu à crise financeira de 2008, quando impôs medidas draconianas de ajustamento aos países que estavam em pior situação, como Portugal e Grécia (BLYTH, 2017).

Mesmo agora que o mundo assiste, por conta da pandemia de covid-19, a uma crise sanitária de proporções ainda não totalmente claras, não se consegue alcançar um plano mundial que unifique os governos em torno de uma saída comum e que impeça a propagação do vírus ou que reduza os efeitos negativos da pandemia na atividade econômica. Pelo contrário, cada país vem buscando suas próprias soluções. Por exemplo, no primeiro semestre de 2020, quando a Europa e depois os Estados Unidos se tornaram o epicentro da crise sanitária, ocorreu uma guerra pela apropriação de máscaras N95 e respiradores, além de ataques do governo norte-americano à Organização Mundial da Saúde (OMS), justamente a principal organização multilateral na área da saúde¹³.

E quando se iniciou a produção das vacinas, a assimetria de poder entre os países se destacou novamente. No fim de 2020, o grupo People's Vaccine Alliance, que reúne organizações como a Oxfam e a Anistia Internacional, denunciou os países ricos por estarem reservando para suas populações mais doses da vacina contra a covid-19 do que realmente precisavam, o que deixaria desamparada a população de países subdesenvolvidos (RICH..., 2020).

13 Os ataques à OMS se deram por conta de uma suposta conivência da organização com a China, que, segundo o então presidente Donald Trump insinuava, teria espalhado propositalmente o coronavírus pelo mundo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se mostrar a atualidade do conceito de imperialismo para o entendimento das relações entre os Estados. Como vimos, no fim do século XX, mesmo autores da tradição marxista passaram a usar o termo *globalização* como forma de explicação do momento atual, por entenderem que a ideia de imperialismo já não seria mais adequada. Autores como Robinson e Sinklair acreditam que o capital já não se vincula aos seus Estados nacionais. Estaríamos na era das empresas transnacionais, em que a principal potência, os Estados Unidos, utilizaria seu poder para a reprodução do sistema capitalista global, atuando como defensora dos interesses do grande capital em qualquer parte do mundo.

Por nossa vez, entendemos que a teoria leninista do imperialismo consegue compreender o sistema internacional de forma mais satisfatória. Conforme observamos, a análise de Lênin sobre o imperialismo não se limita a um olhar estritamente econômico ou político. A ideia de cadeia imperialista ainda é uma maneira de compreender as relações entre as economias capitalistas em distintos níveis de desenvolvimento e de estruturas econômicas e sociais constituídas. Em Lênin observamos que o capitalismo não pode funcionar sem o Estado. Como não existe um governo global, o capital não pode se expandir para além das fronteiras nacionais sem o Estado.

De tal modo, sugerimos que a atual conjuntura está mais próxima da perspectiva de Lênin do que do prisma daqueles que estão vinculados à noção de “globalização”. Observa-se um crescimento da instabilidade econômica e política em várias partes do mundo. Os reflexos da crise de 2008 ainda repercutem, e as reformas aventadas como importantes para uma nova governança econômica global não avançam. Assim sendo, em um momento em que se acirram as contradições do capitalismo, o conceito de imperialismo permanece como um indispensável instrumento para a reflexão política.

* Professor associado II, vice-coordenador do curso de Ciências Econômicas e docente do Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutor em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ). Membro do grupo de pesquisa Padrões Históricos do Desenvolvimento Econômico da América do Sul e do Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Relações Internacionais. Tem interesse nas áreas de economia política, economia política internacional, imperialismo e história econômica geral, economias da América do Sul e economias dos Brics.

► Texto recebido em fevereiro de 2021; aprovado em fevereiro de 2021

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A segunda Guerra Fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos — das rebeliões na Eurásia à África do Norte ao Oriente Médio. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. **Capitalismo monopolista**: ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BLYTH, Mark. **Austeridade**: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- BREWER, Anthony. **Marxist Theories of Imperialism**: a critical survey. 2. edition. London and New York: Routledge, 1990.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **Estado e capital**: uma análise da política econômica. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1985.
- CAMMACK, Paul. Forget the transnational state. **Papers in the Politics of Global Competitiveness**, n. 3, 2007. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1526528>>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- FERNANDES, Luis. Transição global e ruptura institucional: a geopolítica do neologismo no Brasil e na América Latina. **Princípios**, São Paulo, n. 143, p. 30-40, 2016.
- FLORI, José Luís. Geopolítica e ética internacional. In: _____. **História, estratégia e desenvolvimento**: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.p.208-210.
- _____. O sistema interestatal capitalista no início do século XXI. In: _____. MEDEIROS, Carlos; SER-RANO, Franklin. **O mito do colapso do poder americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. p.11-70.
- FRANK, Andre Gunder. **Capitalism and underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FRANKEL, Jeffrey A. Globalization of the economy. **NBER**, working paper 7858, 2000. Disponível em: <www.nber.org/papers/w7858>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. São Paulo: Rocco, 2015.
- GONÇALVES, Reinaldo. **Economia política internacional**: fundamentos teóricos e as relações internacionais do Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- _____. The pertinence of imperialism. In: RUPERT, Mark; SMITH, Hazel (Ed.). **Historical materialism and globalization**. London: Routledge, 2002.p.210-229.
- HARMAN, Chris. Analysing imperialism. **Marxists Internet Archive**, 2003. Disponível em: <www.marxists.org/archive/harman/2003/xx/imperialism.htm>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- _____. **Zombie capitalism**: global crisis and the relevance of Marx. Chicago: Haymarket Books, 2010.
- HARRIS, Jerry. Global monopolies and the transnational capitalist class. **International Critical Thought**, v. 2, n. 1, p. 1-6, 2012.
- DI GIOVANNI, Julian et al. Globalization: a brief overview. **IMF**, 2008. Disponível em: <www.imf.org/external/np/exr/ib/2008/053008.htm>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- KAUTSKY, Karl. Ultra-imperialism. **Marxists Internet Archive**, 2004. Disponível em: <www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. El imperialismo, fase superior del capitalismo. In: _____. **Obras escogidas**. Moscou: Editorial Progreso, 1979. t. 1, p.677-787.
- _____. Imperialism and the split in socialism, **Marxists Internet Archive**, [s.d.]. Disponível em:<www.marxists.org/archive/Lenin/works/1916/oct/x01.htm>. Acesso em: 27 fev. 2021.
- _____. On the slogan for a United States of Europe. In: _____. **Collected works**. Moscow: Progress Publishers, 1974. v. 21, p. 339-343.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital**: estudo sobre a interpretação econômica do imperia-

lismo. Tradução Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARINI, Ruy Mauro. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. Outubro, n. 20, jan.-jun. 2012. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-20-Artigo-02.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2021.

_____. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI, 1980.

MARQUES, Rosa Maria. Globalização e Estados nacionais. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 136-139, 1996.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III – O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZZUCHELLI, Frederico. **A contradição em processo**: o capitalismo e suas crises. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MICHALET, Charles-Albert. **O capitalismo mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MILIOS, John; SOTIROPOULOS Dimitris P. **Rethinking imperialism**: a study of capitalist rule. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2009.

_____. Revisiting the classical theories of imperialism: from underconsumption in global capitalism to the imperialist chain. **Spectrum Journal of Global Studies**, v. 6, n. 1, 2014.

MORAES, João Quartim de. A miragem global e a rearticulação imperialista. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 143-145, 1996.

PATNAIK, Prabhat. Has imperialism become an obsolete concept? In: BAGCHI, Amiya Kumar; CHATTERJEE, Amita. **Marxism with and beyond Marx**. London; New York: Routledge, 2014.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. Globalisation or imperialism?. **Cambridge Review of International Affairs**, v. 14, n. 1, 2007.

PETRUCCIANI, Stefano. Le concept de classe dominante dans la théorie politique marxiste. **Actuel Marx**, n. 60, p. 12-27. 2016.

POULANTZAS, Nicos. As transformações atuais do Estado, a crise política e a crise do Estado. In: _____. **O Estado em crise**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.p.3-41.

_____. **Fascism and dictatorship**: The Third International and the problem of fascism. London: Verso, 1979.

RICH countries hoarding covid vaccines, says People's Vaccine Alliance. **BBC News**, 9 december 2020. Disponível em: <www.bbc.com/news/health-55229894>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ROBINSON, William. Beyond the theory of imperialism: global capitalism and the transnational state. **Societies Without Borders**, v. 2, n. 1, p. 5-26, jan. 2007.

_____. Capitalist globalization and the transnationalization of the state. In: RUPERT, Mark; SMITH, Hazel (Ed.). **Historical materialism and globalization**. London: Routledge, 2002., p.210-229

_____. **Global capitalism and the crisis of humanity**. New York: Cambridge University Press, 2014.

_____. Understanding global capitalism. **The Development Roundtable Series**, jan. 2008. Disponível em: <www.soc.ucsb.edu/faculty/robinson/Assets/pdf/understandingglobalcapitalism.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.

RUCCIO, David. Globalization and imperialism. **Rethinking Marxism**, v. 15, n. 1. p. 75-94, 2003.

_____. Reading Gramsci in an era of globalising capitalism. **Critical Review of International Social and Political Philosophy**, v. 8, n. 4, p. 483-497, dez. 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, Theotônio dos. Imperialismo e dependência na América Latina. In: BONILLA, Frank; GIRLING, Robert (Ed.). **Structures of dependency**. Palo Alto: Stanford-Institute of Political Studies, 1973.

SAKELLAROPOULOS, Spyros. The issue of globalization through the theory of imperialism and the periodization of modes of production. **Critical Sociology**, v. 35, n. 1, p. 57-78, 2009.

_____. The theoretical weakness of theses positing emergence of a transnational bourgeoisie and a transnational state: a critique of the views of William Robinson. **Journal of Labor and Society**, v. 21, n. 4, p. 579-596, 15 dez. 2018.

_____; SOTIRIS, Panagiotis. From territorial to nonterritorial capitalist imperialism: Lênin and the possibility of a Marxist theory of imperialism. **Rethinking Marxism**, v. 27, n. 1, p. 85-106, 2015.

SCOTT, Bruce. The great divide in global village. **Foreign Affairs**, v. 80, n. 1, jan.-fev. 2001.

SKLAIR, Leslie. **The icon project: architecture, cities, and capitalist globalization**. New York: Oxford University Press, 2017.

_____. The transnational capitalist class and contemporary architecture. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 29, n. 3, set. 2005.

_____; STRUNA, Jason. The icon project: the transnational capitalist class in action, **Globalizations**, v. 10, n. 5, p. 747-763, 2013.

SUNKEL, Osvaldo; FUENZALIDA, Edmundo F. Globalizing cities, transnationalization and its national consequences. In: VILLAMIL, José J. (Ed.). **Transnational capitalism and national development: new perspectives on dependence**. Brighton: Harvester Press, 1979.

TASSO, Paulo. Globalização ou imperialismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 146-149, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The capitalist world-economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

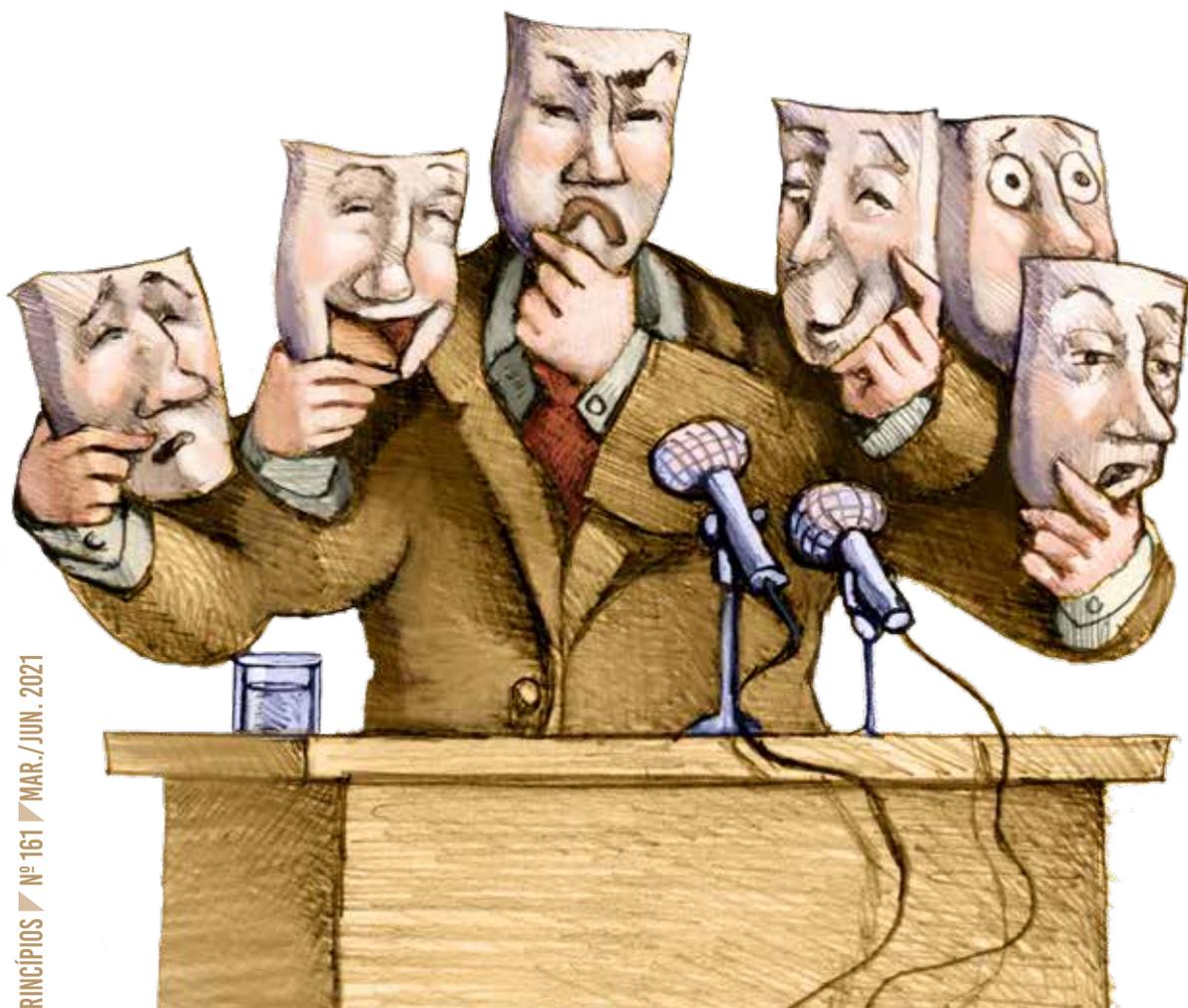
WOOD, Ellen Meiksins. **Empire of capital**. London: Verso, 2003.

O objeto obsceno do fascismo

The obscene object of fascism

saulo pinto*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.005>



RESUMO

O ensaio discute a atualização da noção de fascismo, não como uma anomia para o capitalismo e a democracia, mas pensando sua obscenidade como manifestação das ambiguidades do sistema dominante. Assim, intento formular uma elaboração sobre a relação entre despoliticização, crise da esquerda e ressurgimento do fascismo contemporâneo, combinando aspectos da conjuntura e sua relação substancial com a estrutura. Por fim, enuncio o conceito de *fascismo democrático*, baseado na elaboração do filósofo Alain Badiou, combinado com pequenos apontamentos sobre a instituição de uma orientação alternativa ao ordenamento capitalista e ao fascismo, o que, nesse caso, significaria a produção de um gozo para fora do capitalismo.

Palavras-chave: Capitalismo. Democracia. Fascismo.

ABSTRACT

The idea of my essay is to discuss the updating of the notion of fascism, not as an anomaly within capitalism and democracy, but thinking of its obscenity as a manifestation which reveals ambiguities in the inner of the dominant system. Thus, I try to formulate an elaboration concerning the relationship between depoliticization, the crisis of left-wing and the resurgence of contemporary fascism, combining aspects of the conjuncture and its substantial relationship with the structure. Then, I enunciate the concept of *democratic fascism*, from the elaboration of the philosopher Alain Badiou, combined with brief notes on the institution of an alternative orientation to capitalist order and fascism that, in this case, would mean the production of an enjoyment out of capitalism.

Keywords: Capitalism. Democracy. Fascism.

1. INTRODUÇÃO: O GOZO OBSCENO¹ DA LACUNA

O fascismo é tradicionalmente tratado como uma anomia, ou mesmo traduzido como desequilíbrio, da democracia. No limite, diante da impossibilidade de tratá-lo como algo próprio ao desenvolvimento contraditório da democracia, ele é tratado como um objeto que interdita a vida democrática. É possível que o fascismo seja um bloqueio ao desenvolvimento da democracia? Ou estamos lidando hoje com um tipo de fascismo que não apenas não é antitético à democracia —deixando de funcionar como uma razão interna e insuficiente dela —, como de alguma maneira faz parte do seu momento constitutivo? O objeto *obsceno* do fascismo aparece quando o seu *conteúdo latente* precisa ser realizado no *conteúdo manifesto* da democracia.

No entanto, não é correto tratar fascismo e democracia em um quadro de similitude *sublime*, portanto, completamente impróprio ao excesso ontológico constitutivo que sustenta a lacuna substancial. Temos que pensar que o fascismo é uma reação pseudotransformativa, pois ele busca restaurar a manutenção da desigualdade objetiva (lacuna) existente diante do fracasso da democracia. A questão decisiva é que a democracia é produzida tentando-se preencher, ou substituir, a lacuna ontológica que a política democrática não é capaz de ocupar. Primeiro com Hegel, depois com Marx, a “dessemelhança” é o elemento que tem a capacidade de captar a incompletude da “realidade objetiva”, ou seja, o excesso objetivo produzido não pode ser propriamente realizado na forma-política capitalista. A questão da forma não é menor, pois o desafio é pensar quais são as condições para que o *conteúdo latente* fascista possa aparecer na *forma manifesta* da democracia como política. Nesse sentido, como sugeriu Evguiéni Pachukanis, “temos a obrigação de averiguar o que essa forma particular gerou de novidade” (PACHUKANIS, 2020, p. 26). Não estamos diante desse desafio hoje?

Jacques Rancière fala em “ódio à democracia” pensando o paradoxo da democracia, que não pode sobreviver sem a agitação popular ao mesmo tempo que repele todo excesso propriamente democrático. O paradoxo é que “a política é o fundamento do poder de governar em sua ausência de fundamento”, pois a “democracia ingovernável” somente pode aparecer numa tensão interna explosiva. Assim, “a democracia não é nem uma sociedade a governar nem um governo da sociedade” (RANCIÈRE, 2014, p. 66). Temos de pensar aqui a homologia entre a existência da “democracia ingovernável” e a “realidade objetiva” do capitalismo ingovernável. Com efeito, não se trata de um problema meramente político, mas da existência de uma lacuna objetiva incômoda que não pode ter *solução* duradoura na mudança do controle do metabolismo social.

1 Utilizo a noção de *obscenidade* para caracterizar o objeto do fascismo hoje, quando a relação entre a democracia e o fascismo vem sendo absolutamente obliterada e traduzida ideologicamente como algo repulsivo, sujo, escandaloso, no intuito de manter uma certa distância impermeável entre ambas: a democracia funciona sempre como o avesso e o antídoto ao fascismo. No entanto, o objeto *obsceno* do fascismo só pode funcionar hoje *por dentro* da democracia liberal sob a condição de que essa relação se mantenha sempre não declarada. Slavoj Žižek sugere que “um segredo obsceno” é sempre aquilo que “não deve ser admitido publicamente”, pois “esse segredo absoluto é uma mentira” (ŽIŽEK, 2013, p. 80).

De alguma maneira, o litígio possível hoje é entre as tentativas de politização e as denegações da política

A admissão, por parte dos democratas, de sua cumplicidade com o fascismo é uma impossibilidade que transforma o objeto num segredo obscuro, ou seja, a relação subjacente jamais pode aparecer publicamente. É por isso que o fascismo existe sempre como um espectro atormentando a “normalidade” da democracia. A democracia acusa o fascismo pelo caos antidemocrático, e o fascismo acusa a democracia de ser uma pseudodemocracia das elites. Talvez seja justamente essa falsa simetria que define a cumplicidade objetiva entre ambos. Como diz Slavoj Žižek, “nunca deveríamos subestimar o poder das aparências. Por vezes, quando perturbamos inadvertidamente as aparências, a própria coisa que está por trás delas também se despedaça” (ŽIŽEK, 2010, p. 35-36). Não é assim que deveríamos tratar hoje a aparência (falsa) de antagonismo entre democracia e fascismo?

O objeto obscuro do fascismo é uma tentativa, ainda em elaboração, de pensar o curto-circuito do despedaçamento da (falsa) aparência do antagonismo entre a democracia limitada que temos hoje e o fascismo. A subjetividade regressiva que dá corpo ao fascismo não vem antes da subjetividade artificial que dá corpo à democracia. Na verdade, ela vem depois, como uma espécie de complementação obscena à subjetividade democrática atuante. O resultado é a própria transgressão da obediência (democrática), constituindo um tipo de gozo obscuro (perverso) da lacuna. Nesse caso, o fascismo que experimentamos é resultado da incapacidade da democracia em resolver a lacuna aberta na constituição ontológica do capitalismo. É nesse sentido que Adorno é mobilizado aqui, pois ele foi capaz de perceber — com antecipação notável —, que o verdadeiro perigo não é a existência do fascismo contra a democracia, mas sua constituição e atuação dentro da democracia. O objeto obscuro do fascismo é uma tentativa de atualização de uma teoria crítica do fascismo que pense seu funcionamento dentro (e não fora) da democracia.

Para tanto, discutiremos primeiro (item 2) a construção da antipolítica e da lógica policial que medeiam o desenvolvimento das condições objetivas para que o fascismo surja. Tentaremos demonstrar como a democracia atual interdita a plena representação popular, ou melhor, o capitalismo produz uma parte dos sem parte que não encontra incorporação no pleno funcionamento da democracia e isso é o que cria os distúrbios sociais explosivos que vão ser capturados pelo discurso fascista. Em seguida (item 3), tentaremos apresentar uma interpretação do fascismo contemporâneo, discutindo a noção imanente do fascismo — como um constructo lógico, político e filosófico — até alcançar a noção atualizada de “fascismo democrático” tal

como elaborada por Alain Badiou. Essa noção é decisiva, pois parte da ideia de que o fascismo contra a democracia é uma idealização que não corresponde à forma efetiva do “fascismo democrático” que atua dentro da democracia. Por fim (conclusão), tentaremos esboçar pequenos e provisórios lineamentos teóricos de um gozo para fora do capitalismo como uma modalidade autêntica de enfrentamento do capitalismo e sua democracia oligárquica e (propriamente) de transgressão ao fascismo que existe dentro da democracia.

2. ANTIPOLÍTICA E LÓGICA POLICIAL

Em tempos propriamente obscuros, a questão que marca o impasse estrutural básico é: ainda é possível um acontecimento propriamente político? O capitalismo global, além de ser um modo de produção que produz exploração econômica, traduz a dominação social abstrata em formas concretas e sensíveis de dominação política e humilhação social. É assim que, de alguma maneira, o litígio possível hoje é entre as tentativas de politização e as denegações da política. Não seria esse um conflito decisivo no quadro mais aberto dos conflitos universais? É necessário retomar aqui Jacques Rancière, quando diz que “a instituição da política é idêntica à instituição da luta de classes” (RANCIÈRE, 2018, p. 33).

A questão é que a luta de classes não pode ser tratada como expressão das contradições *objetivas* do capitalismo, mas aparece como a própria forma de existência dessa contradição. A política precisa ser pensada como problema, e não apenas como manifestação aparente de algo que está oculto. Nesse sentido, Žižek comenta a noção de política em Rancière:

O que é, na realidade, para Rancière, a política? Um fenômeno que, pela primeira vez, apareceu na Grécia antiga quando os membros do *demos* (os que não se beneficiavam de qualquer posição claramente determinada no edifício social hierarquizado) não reclamaram apenas que as suas vozes fossem ouvidas contra os que detinham o poder, exerciam o controle social — não protestaram apenas contra a *injustiça* que sofriam e não exigiram apenas que as suas vozes fossem ouvidas, reconhecidas como fazendo parte da esfera pública, em pé de igualdade com a oligarquia e a aristocracia dominantes —, mas, muito mais do que isso, quando os excluídos, que não se beneficiavam de qualquer justo lugar no interior do edifício social, se apresentaram como os representantes, os porta-vozes da sociedade no seu conjunto, em nome de uma autêntica universalidade (“Nós — os ‘sem-parte’ —, que não somos tomados em conta na ordem social, somos o povo; estamos *todos juntos* contra aqueles que não defendem mais do que os seus interesses privilegiados particulares.”) (ŽIŽEK, 2006, p. 33-34).

Dito isso, temos de tratar a política não apenas como a forma aparente das relações *objetivas* subjacentes, mas precisamos pensar a política como o domínio

próprio do conflito. Para os poderes dominantes é necessário que a ordem dos lugares sociais e que o campo simbólico dos falantes se mantenha num certo nível de controle, pois a subjetividade atua imediatamente sobre as condições da objetividade existente. Então, a desigualdade não é apenas um lugar de assimetria objetiva, mas ordena e disciplina o campo propriamente simbólico da imaginação e da subjetividade atuante. É funcional ao campo dominante que o *realismo* seja o limite último do horizonte de expectativas compartilhado. Além disso, é necessário estabelecer a desigualdade como uma espécie de dano *interno* ao ato em si, sem nenhuma relação com o sistema dominante, isto é, as tentativas de despolitização da desigualdade objetivam obliterar o dano, para que ele jamais apareça na forma do incorrigível litígio da luta de classes. Isso significa que o curto-circuito decisivo está sempre entre a particularidade e a universalidade, ou seja, a classe da dominação precisa aparecer como representante direta da universalidade de todos no universo social ideológico dominante.

Lembrando Hegel, o impasse da sociedade burguesa está em equacionar o curto-circuito entre a particularidade e a universalidade, quando cabe “à universalidade o direito de mostrar-se como fundamento e forma necessária da particularidade” (HEGEL, 2010, p.189). Entretanto, a particularidade não pode simular a universalidade, ou seja, a emancipação somente é completa quando dissolve a própria particularidade como alternativa em si mesma. É assim que Marx insiste que “a emancipação política ainda não constitui o modo já efetuado, isento de contradições, da emancipação *humana*” (MARX, 2010, p. 38, grifos originais).

O dano que está na existência objetiva do conflito — ou do litígio, nos termos de Rancière — significa que uma parte substancial do corpo social não pode ser incorporada ao sistema econômico, ao mesmo tempo que não tem lugar plenamente reconhecido na ordem simbólica do mundo. Ou melhor, seu lugar é apenas o de não ter lugar algum que mereça alguma consideração significativa. Hegel elabora uma fecunda caracterização do “desigualitarismo” produzido pelo *sistema de carecimentos*, quando diz que “a queda de uma grande massa [de indivíduos] abaixo da medida de certo modo de subsistência, que se regula por si mesmo como o necessário para um membro da sociedade”, “produz o engendramento da *população*” (HEGEL, 2010, p. 223, grifos originais).

Nesse sentido, a população é o *conteúdo latente* explosivo do capitalismo e de sua democracia política. Para utilizar um termo de empréstimo (e complexo) da psicanálise, a desigualdade é *sintoma* do funcionamento “normal” do capitalismo. Não é que algo vai mal — como uma *anomia* que precisa ser corrigida ou eliminada —, mas é que a desigualdade produzida pelo capitalismo está em pleno acordo com seu funcionamento ontológico, que aparece permanentemente na sua “normalidade”. É necessário perceber que a desigualdade não é reprimida: ela é incorporada ao “realismo capitalista”, pois “ele não é, portanto, um tipo particular de realismo; é o realismo em si” (FISHER, 2020, p. 13).

Assim, ao contrário do credo puramente ideológico que funciona como falsa consciência, a *população* é a corporificação da desigualdade (ou dessemelhança) que

não pode ser eliminada, mas apenas controlada por meio de sua incorporação ideológica no funcionamento da dominação social. O que temos aqui é a tradução política do curto-circuito subjacente ao capitalismo, em que particularidade e universalidade estão em permanente discordância. Para Žižek:

Em resumo, o conflito político designa a tensão entre o corpo social estruturado, dentro do qual cada *parte* ocupa o seu lugar, e a afirmação de que “há uma parte dos sem-parte” que vem abalar essa ordem em razão do princípio de universalidade vazio, daquilo a que Balibar chama de *igualidade*, a igualdade de princípio de todos os homens enquanto seres dotados de palavra. O *próprio* da política induz sempre, portanto, uma espécie de curto-circuito entre o universal e o particular: o paradoxo de um *singular universal*, de um singular que aparece como o substituto do universal, repondo em questão a ordem funcional “natural” das relações no interior do corpo social. Essa identificação dos sem-parte com o todo, da parte da sociedade que é desprovida de lugar verdadeiramente justo dentro dela (ou à qual repugna aceitar o lugar de segunda categoria que dentro dela lhe é concedido) com o universal é o gesto elementar da politização, detectável em todos os grandes acontecimentos democráticos [...] (ŽIŽEK, 2006, p. 34, grifos originais).

Nesse sentido, toda política antidemocrática se caracteriza pela interdição das energias verdadeiramente democráticas, isto é, o desejo *latente* inscrito na política antidemocrática sempre funciona na direção do regresso à ordem normal das coisas. *Grosso modo*, a regressão política e social tem uma dimensão estritamente reacionária. Isso significa que a orientação da política antidemocrática está na tentativa de que os lugares sociais e a ordem dos falantes sejam restabelecidos pela restauração do poder dominante. É assim que o poder dominante atua para que o conflito decisivo seja invisibilizado, ou melhor, deslocado de sua causa autêntica mediante um tipo de distorção ideológica fundamental. Na verdade, a distorção aparece como a nova realidade objetiva. Com efeito, a “normalidade” restituída não pode ser reparada por um espaço simbólico-racional de comunicação, como quer Habermas, pois qualquer legitimidade aqui significa uma luta duradoura de forças antagônicas e hostis.

Contraditando a separação entre “mundo da vida” e “sistema” operada por Habermas, Robert Kurz vai dizer que “os ‘democratas radicais’ de esquerda de diferentes tendências separam as promessas democráticas de sua forma econômica de mercado e opõem externamente as duas faces do processo de modernização”. O resultado é uma ilusão — não no sentido de que o “objeto” em questão não existe, mas de que limita a percepção —, que permite a pressuposição de que “a democracia deveria ser, supostamente, o oposto do capitalismo” (KURZ, 2020, p. 25).

A solução democrática, então, será sempre impotente para a resolução do antagonismo ontológico. Diante do “desigualitarismo” objetivo que está corporificado na existência da *população*, a única ordem possível de reparação do dano se dá median-

A economia é traduzida como um conjunto de relações estranhas ao ordenamento social abrangente, que não podem ser controladas ou mobilizadas pela subjetividade e pela política

te a luta. Todavia, Hegel politiza o conflito, dizendo que a pobreza em sua imanência não transforma ninguém em *população*, pois “esta aparece somente com a disposição que se associa à pobreza, com a íntima indignação contra os ricos, a sociedade, o governo etc.” (HEGEL, 1999, p. 359, tradução nossa). A fórmula política é a seguinte: não é a imanência objetiva que institui a *população*, mas propriamente a disposição do (e para o) conflito. É o desejo em atuação que produz a subjetividade radical.

O que temos de perceber aqui é que a despolitização quer interditar o conflito decisivo antes mesmo que o conflito possa se manifestar como política, ou seja, evitar que a divisão constitutiva do povo possa ser politizada. Nesse sentido, diz Rancière, “a soberania popular é uma maneira de incluir o excesso democrático, transformar em *arché* o princípio anárquico da singularidade política — o governo dos que não têm título para governar” (RANCIÈRE, 2014, p. 97, grifos originais).

A questão que importa é justamente essa. O excesso democrático precisa ser contido pelo poder dominante, pois é necessário combater — no campo da antecipação da imaginação política — a possibilidade de que aqueles “que não têm título para governar” aspirem ao poder de governo. O desejo como política precisa ser reprimido imediatamente. Evidentemente, é a ideologia que tem a capacidade de exercer essa tarefa política fundamental do combate por antecipação, instituindo o desejo na máquina interna do “realismo capitalista”: mais uma vez, o “sistema” e o “mundo da vida” fazem parte da mesma dinâmica global de dominação social. Nesse caso, o “oposto”, ou seja, a democracia, está posto no regime de “normalidade” capitalista.

Todavia, essa equação não diminui a complexidade da relação. A questão difícil ainda é a apreensão da relação entre capitalismo e democracia. Trata-se de uma equação explosiva que implica a reprodução das relações *apolíticas* de dominação, dado que as relações objetivas nunca são tratadas como relações que podem ser objeto da operação política. Na verdade, a economia é traduzida como um conjunto de relações estranhas ao ordenamento social abrangente, que não podem ser controladas ou mobilizadas pela subjetividade e pela política.

O “desigualitarismo”, nesse caso, é destituído de qualquer imagem especular da ordem dominante. Ele precisa ser traduzido permanentemente como um desvio interno da “normalidade” propriamente capitalista. O que precisamos nos perguntar é: existe realmente a possibilidade de termos democracia com a existência do “desigualitarismo” objetivo? Ao contrário da hipótese do “estado de exceção”, que “marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem *logos* pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real” (AGAMBEN, 2004, p. 63, grifos originais), o que temos é a dominação social *determinada*, que se dá por meio do fetichismo do “sistema sem sujeito” (KURZ, 2020, p. 27), que aparece na economia de mercado, mas também na dominância de classe. É importante lembrar aqui Maurizio Lazzarato, para quem “a democracia sempre foi compreendida pelos liberais como democracia dos possesores”. Ele segue insistindo que:

Eles sempre conceberam os direitos como indexados à propriedade. Foram as revoluções que impuseram a igualdade e conquistaram os direitos políticos e sociais “para todos”. Uma vez desfeita a revolução e constatada a incapacidade das forças anticapitalistas de reorganizá-la, a democracia logicamente desapareceu. O capitalismo pode funcionar dentro de diferentes sistemas políticos [...]. A ideia segundo a qual o capital está sempre acompanhado pela democracia é desmentida a cada dia (LAZZARATO, 2019, p. 54-55).

Então, não se trata de um regime político global que é marcado pela “indeterminação entre democracia e absolutismo”, como quer fazer valer Agamben (AGAMBEN, 2004, p. 13): o que temos hoje é o pleno revigoramento do capitalismo em colapso, em detrimento de um capitalismo liberal típico profundamente idealizado. Na verdade, “o liberalismo não precisa de constituição” (RANCIÈRE, 2014, p. 104). A idealização produz uma falsa similitude entre democracia e “normalidade”. O paradoxo desconfortável é que o capitalismo global e sua democracia política mobilizam dialeticamente normalidade e anomia no seu conceito de *realismo*. É a ideologia orientada pela dominação que intenta produzir uma imagem idealizada expressa na contradição entre um capitalismo nocivo e uma democracia pura. A etapa presente do capitalismo mostra que “temos, antes de mais, a brutalidade sem limites, a violência cega do capitalismo atual”: a dimensão objetiva da regressividade histórica está no retorno à essência capitalista, ou seja, “nomeadamente o culto do sucesso levado às costas dos outros, a crença nas desigualdades, o desmantelamento das medidas de proteção social, o combate selvagem de todos contra todos numa luta para conquistar uma posição dominante” (BADIOU, 2020, p. 23). É necessário acrescentar à sumarização de Alain Badiou que experimentamos uma poderosa degeneração moral e uma crise da subjetividade, ou seja, a extinção da humanidade do *humano* é coincidente com o projeto de modernização capitalista: isso significa que a acumulação abstrata de riqueza é proporcional ao desenvolvimento da catástrofe, numa relação permanente de circularidade. Com efeito, a circularidade do colapso é indeterminada e parece não ter limitação.

A pergunta que precisa ser feita é: pode a democracia interditar o colapso? Walter Benjamin não acreditava nessa solução, tanto que imaginava que as revoluções — ou seja, as autênticas subversões da economia, da política e da subjetividade capitalistas — seriam o “freio de emergência” capaz de impedir a continuidade indefinida do inferno da máquina capitalista. Por conseguinte, a questão decisiva é que o capitalismo tem uma relação permeada pela ambiguidade com a democracia, e que está longe de ser simples. A sentença de Rancière é insuspeita:

Não vivemos *em* democracias. Tampouco vivemos em campos, como garantem certos autores que nos veem submetidos à lei da exceção do governo biopolítico. Vivemos em Estados de direito oligárquicos, isto é, em Estados em que o poder da oligarquia é limitado pelo duplo reconhecimento da soberania popular e das liberdades individuais. Conhecemos bem as vantagens desse tipo de Estado, assim como seus limites. As eleições são livres. Em essência, asseguram a reprodução, com legendas intercambiáveis, do mesmo pessoal dominante, mas as urnas não são fraudadas e qualquer um pode se certificar disso sem arriscar a vida. A administração não é corrompida, exceto na questão dos contratos públicos, em que ela se confunde com os interesses dos partidos dominantes. As liberdades dos indivíduos são respeitadas, à custa de notáveis exceções em tudo que diga respeito à proteção das fronteiras e à segurança do território. A imprensa é livre: quem quiser fundar um jornal ou uma emissora de televisão com capacidade para atingir o conjunto da população, sem a ajuda das potências financeiras, terá sérias dificuldades, mas não será preso. Os direitos de associação, reunião e manifestação permitem a organização de uma vida democrática, isto é, uma vida política independente da esfera estatal. Permitir é evidentemente uma palavra ambígua. Essas liberdades não são dádivas dos oligarcas. Foram conquistadas pela ação democrática e sua efetividade somente é mantida por meio dessa ação. Os “direitos do homem e do cidadão” são direitos daqueles que os tornam reais (RANCIÈRE, 2014, p. 94-95, grifos originais).

O que precisamos pensar aqui é a ambiguidade da democracia. É absolutamente verdadeiro dizer que as liberdades democráticas hoje são incrivelmente superiores a tudo que já experimentamos no passado, mas isso não significa que temos uma liberdade verdadeira. O que temos é a reprodução da dominação social mediante o exercício da *liberdade negativa* contemporânea. Na verdade, podemos dizer que o próprio exercício da liberdade contém um certo tipo de propulsão compulsória. A panaceia da liberdade democrática é desmoralizada pelo próprio capitalismo, que não funciona por decisões democráticas. Como podemos escolher livremente quando somos submetidos a decisões que já foram tomadas sem nossa participação? Robert Kurz lembra que “não é difícil decifrar a assim chamada economia de mercado como o núcleo repressivo da dominação democrática” (KURZ, 2020, p. 25).

Então, não é somente a presença do “núcleo repressivo” que define nosso acesso à dinâmica da reprodução individual, mas é necessário considerar que a existência de uma democracia oligárquica define o modelo de participação política e o nosso próprio envolvimento social amplo com o mundo capitalista. Yuval Harari diz que “as pessoas só se sentem ligadas a eleições democráticas quando compartilham uma ligação básica com a maioria dos eleitores”, ou seja, as eleições são mais um problema relacionado à formação das crenças do que um modelo racional pelo qual o litígio decisivo é resolvido. Ademais, “elas constituem um método de resolver desacordos entre pessoas que já concordam quanto ao básico” (HARARI, 2016, p. 255).

É aqui que as coisas ficam mais difíceis, pois a *liberdade negativa* está colapsada quando se pressupõe que a crença compartilhada — seja por razões étnicas, religiosas, ideológicas, comunitárias etc. — é o que define anteriormente o próprio dissenso democrático e suas formas de resolução. Não há processo substancial transformativo pelo processo da democracia liberal oligárquica. Naquilo que realmente importa, as decisões já estão tomadas. Em vez da instituição de processos radicais de transformação, o que temos é a interdição da mudança. Alain Badiou diz que “a ideologia, quando o inconsciente se forma e se fixa nela, é um processo de *repetição*” (BADIOU, 1979, p. 16). O que a democracia liberal oligárquica faz é produzir a repetição do *status quo* por meio da participação distorcida do *demos*.

Como podemos perceber aqui, a despolitização acontece como um fenômeno propriamente ideológico orientado pelos interesses da dominação. Assim, são inúmeros os mecanismos mobilizados — da objetividade inerente à subjetividade atuante — pelos quais a despolitização aparece com o intuito de interditar e sabotar o acontecimento verdadeiramente político. Rancière elabora uma formidável caracterização sobre a dialética do conflito entre a “normalidade” subjacente dos lugares e da ordem dos falantes e as tentativas de resistência e emancipação. Para ele, o sistema dominante mobiliza sua *potência como força* para que a reprodução da “normalidade” existente siga seu curso sem maiores perturbações, mesmo que isso signifique alterar alguns elementos constituintes do seu próprio metabolismo.

Foto: Beto Barata/PR



“O liberalismo não precisa de constituição”, diz Rancière

Com efeito, o capitalismo é propriamente inconsistente, ele se adapta e se transforma para que a substância primordial capitalista permaneça. É por isso que as tentativas de mudança mediante alteração do controle político são impotentes. Robert Kurz diz que o fetichismo e o sistema de produção de mercadorias são, de alguma maneira, indiferentes à mudança do controle político. É daí que Kurz critica o “politicismo” estéril da oposição política ao capitalismo, ou seja, “a alegada ‘vontade de exploração’ não é uma dimensão independente, mas uma função sistêmica totalmente dependente, a pura execução de leis e critérios sistêmicos sem sujeito que são assumidos pelos explorados” (KURZ, 2020, p. 27). O puro *realismo* não pode ser transgredido simplesmente pelo “poder de disposição” da tomada do poder político. A ilusão está justamente na imaginação impotente que pensa “que a extensão dos princípios da democracia política para o ‘setor econômico’ (e para as instituições burocráticas) superaria todos os males, sofrimentos, crises e catástrofes do capitalismo” (KURZ, 2020, p. 26).

Nesse sentido, a tarefa primordial da despolitização é evitar que o *realismo* seja modificado. Enquanto a política é a explosão da “normalidade” existente, Rancière vai chamar de “polícia” as tentativas dominantes de impossibilitar o acontecimento verdadeiramente político, ou seja, a transgressão do *realismo capitalista*: a primeira insiste na partilha do mundo e na instauração de uma forma de vida autêntica, a segunda é a pura legitimação da distribuição desigual dos lugares e da ordem dos falantes. Para Rancière:

A polícia é, na sua essência, a lei, geralmente implícita, que define a parte ou a ausência de parte das “partes”. Mas, para definir isso, é preciso antes definir a configuração do sensível na qual se inscrevem umas e outras. A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as partilhas entre os modos do fazer, os modos de ser e os modos de dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não o seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. É, por exemplo, uma lei de polícia que faz com que tradicionalmente o lugar de trabalho seja um espaço privado não registrado pelos modos do ver e do dizer próprios do que se chama “o espaço público”, e onde o *ter parte* do trabalhador é estritamente definido pela remuneração de seu trabalho. A polícia não é tanto uma “disciplinarização” dos corpos quanto uma regra de seu aparecer, uma configuração das *ocupações* e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas (RANCIÈRE, 2018, p. 42-43, grifos originais).

Estamos diante da discussão da *divisão de classes*, que não apenas é permanente no capitalismo histórico como faz parte do funcionamento inerente de sua ontologia objetiva. A ordem policial, sustenta Rancière, objetiva reproduzir as hierarquias

e antagonismos existentes, já que o funcionamento objetivo do capital não atua sozinho no funcionamento do metabolismo social.

Novamente retomamos as controvérsias e impasses da teoria de Habermas. Não se trata de adotar a lógica pautada pela “colonização do mundo da vida” — como se ele fosse destituído de antagonismos e violência —, mas é necessário pensar que existem questões próprias à esfera da “reprodução” que não obedecem às mesmas regras de enquadramento da esfera da “produção”. A esse respeito Rahel Jaeggi, em diálogo travado com Nancy Frazer, diz que “práticas econômicas não estão só ‘enraizadas’ numa forma de vida ética circundante ou possibilitadora; pelo contrário, são *parte* da própria *forma de vida*, parte da ordem social e de sua respectiva dinâmica” (FRASER; JAECCI, 2020, p. 69, grifos originais). É por isso que “nenhum dos domínios ‘não econômicos’ oferece um ponto de vista inteiramente externo que poderia garantir uma forma absolutamente pura e completamente radical de crítica” (FRASER, 2020, p. 75).

O que temos aqui é a existência de *ontologias* distintas que estão em curto-circuito no metabolismo social amplo. Podemos dizer que injustiça, violência, dominação etc. não acontecem apenas como uma propriedade interna ao funcionamento do “sistema”, mas a própria política reproduz formas brutais de envolvimento pessoal e coletivo. A contradição é despolitizar a economia e, por outro lado, subtrair o potencial violento (e transformativo) da política.

A questão importante aqui a considerar é que há uma parte do corpo social que é pura ausência na ordem simbólica e política do sistema como um todo. Lazzarato chama de “secessão dos possesores” (LAZZARATO, 2019, p. 50) a ordem que sobrevive pela divisão constitutiva básica. Como a economia não é capaz de resolver tudo, a política aparece como necessária na reprodução social do sistema, sobretudo tentando impedir que as consequências do sistema possam ser mobilizadas na forma da política emancipatória. Nesse sentido, a tarefa fundamental da *polícia* é manter e reproduzir o sistema de hierarquias e divisões existentes no metabolismo social. A despolitização é o objeto supremo da *polícia*. Ela tem a capacidade de evitar que o dano produzido pelo sistema possa ser transformado em reclamação autêntica coletiva, ou seja, em *política em estado puro*.

Mas o que seria a política? A ideia da *política* é pensada “para uma atividade bem determinada e antagônica à *polícia*”, ou seja, “aquela atividade que rompe com a configuração sensível em que as ‘partes’ ou sua ausência são definidas com base em um pressuposto que, por definição, não tem lugar: o de uma parte dos que não têm parte” (RANCIÈRE, 2018, p. 43, grifos originais). A nomeação da *população* ou do *proletariado* hoje precisa ser pensada na configuração objetivo-subjetiva de uma localização social e simbólica rigorosa, considerando-se que esse grupo de pessoas está reduzido na ordem social subjacente a “uma parte dos que não têm parte”. O que a *antipolítica* faz aqui é traduzir a insatisfação e ressentimento *daqueles que não têm parte* numa forma política regressiva: *fascismo* é o termo preciso capaz de capturar todo o *circuito dos afetos* da reação da antipolítica à própria democracia.

3. A OBSCENIDADE DO FASCISMO DEMOCRÁTICO

Michela Murgia lembra que o fascismo é corporificado na figura do *chefe*, que, na incapacidade de apresentar uma solução racional e lúcida para o problema da *divisão constitutiva básica*, precisa criar um *inimigo* em que possa ser depositada toda a culpa pelo caos e desordem existentes. Não há fascismo sem que exista uma ordem de insatisfações e frustrações que, a um só tempo, são capturadas pela *fascistização* e atuam mobilizando os afetos das pessoas comuns. É justamente a capacidade de deslocamento da *causa* que possibilita ao discurso fascista ter força para penetração social e inculcação ideológica na subjetividade das pessoas. Não podemos esquecer que todo fascismo é populista², mas nem todo populismo é fascista.

Assim, o fascismo atua como um discurso político de combate à democracia, tentando deslegitimá-la, e se localizando ao lado daqueles que foram rejeitados pelo sistema democrático. Adorno apresenta o fascismo como a corporificação do “novo radicalismo de direita” (ADORNO, 2020). Todo fascismo atua diretamente na restauração dissimulada do *realismo capitalista* por meio de uma radicalidade política importante. O fascismo hoje oferece a revolução como horizonte normativo, pois seu discurso antissistema e antiordem atua como mobilizador do ressentimento e do ódio despolitizado. Ele precisa construir sempre uma oposição sistemática ao comunismo, aparecendo simbolicamente em relação a este como uma alternativa de sinal trocado. É, de fato, uma ambiguidade do fascismo a exponenciação de sua posição antidemocrática. A ideologia fascista sabe que não pode levar a sério demais sua agitação virulenta antidemocrática. Temos aqui uma similitude notável com o populismo:

O populismo de hoje reclama de como suas mãos estão atadas pelo “Estado profundo” e pelo *establishment* financeiro. Sua mensagem é que “se ao menos não estivéssemos de mãos atadas, seríamos capazes de acabar com nossos inimigos de uma vez por todas”. No entanto, em contraste com

2 É fundamental explorar essa equação teórica, pois a noção de populismo é bastante controversa e pouco consensual. A noção adotada aqui incorpora aspectos derivados das interpretações de Slavoj Žižek e Ernesto Laclau. Primeiro, Žižek diz que “a ideologia fascista ‘manipula’ o desejo popular autêntico de verdadeira comunidade e de solidariedade social contra a competição feroz e contra a exploração; sem dúvida ‘deforma’ a expressão desse desejo com o fim de legitimar a perpetuação das relações de dominação e exploração sociais. Seja como for, a fim de ser capaz de levar a bom termo o seu objetivo, nem por isso depara menos com a obrigação de incorporar uma autêntica aspiração popular” (ŽIŽEK, 2006, p. 27). Depois, Laclau diz que “o fascismo, longe de constituir a expressão ideológica típica dos setores mais conservadores e reacionários das classes dominantes, foi, ao contrário, uma das formas possíveis de articulação das interpelações popular-democráticas ao discurso político” (LACLAU, 1979, p. 117). Nesse sentido, *todo fascismo é populista*, no preciso sentido de que sua mobilização ideológica precisa ter incorporado algum tipo de componente popular autêntico na sua ideologia política. Essa posição tem similitude com a análise de Laclau, quando ele insiste que o fascismo articula aspirações populares no discurso político. Por outro lado, é possível deduzir que *nem todo populismo é fascista*, já que como o populismo é uma forma de interpelação das demandas populares, o conteúdo — e inclusive a forma — da *interpelação* não é necessariamente orientado ou mobilizado de maneira distorcida como faz o fascismo. O populismo acaba sendo uma resposta à crise de legitimação do poder político tradicional. É nesse sentido que o fascismo funciona — e se reproduz — graças à colonização da revolta popular. O problema decisivo é quando o populismo aparece como a coluna do meio — populismo de direita e populismo de esquerda — em que o conflito político aparece. Na verdade, o verdadeiro conflito ou antagonismo decisivo é o próprio capitalismo e seus semblantes.

o velho populismo autoritário (como o fascismo), que está disposto a abolir a democracia formal-representativa e realmente tomar o poder para impor uma nova ordem, o populismo de hoje não tem uma visão coerente de alguma nova ordem. O conteúdo positivo de sua ideologia e de sua política é uma *bricolagem* inconsistente de medidas para subornar “os nossos” pobres, reduzir os impostos para os ricos, concentrar o ódio em figuras como imigrantes, minorias, a nossa “elite corrupta que está fazendo com que nossos postos de emprego saiam do país”, e por aí vai... É por isso que os populistas de hoje realmente não querem se livrar da democracia representativa estabelecida e assumir totalmente o poder: livre dos ‘grilhões’ da ordem liberal contra aos quais finge lutar, a nova direita teria realmente de tomar alguma ação real, e isso evidenciaria a vacuidade de seu programa. Os populistas de hoje só podem funcionar na chave do adiamento indefinido de seus objetivos, pois eles só podem funcionar como oposição ao “Estado profundo” do *establishment* liberal: “A nova direita não busca, pelo menos não neste momento, estabelecer um valor supremo — por exemplo, a nação ou o líder — que expressaria plenamente a vontade do povo, e assim permitir e talvez até exigir a abolição dos mecanismos de representação” (ŽIŽEK, 2021, *grifos originais*).

No limite, a democracia é tratada como uma farsa, uma manipulação produzida por uma pequena elite de privilegiados e conspiradores que atuam diretamente contra os interesses da nação, os valores tradicionais arraigados etc. Na incapacidade de abandonar a democracia e tomar realmente o poder, a dissimulação está na construção ideológica de um ponto falso de crítica e atenção que precisa ser compartilhado. A verdade é que o esgotamento da democracia é utilizado oportunamente pelo fascismo para que ele possa se apresentar como ausente da decomposição democrática em curso. Isso faz com que o ponto falso elaborado pelo fascismo distorça a localização dos verdadeiros problemas. É assim que a posição fascista aparece como uma posição *outsider* e capaz de representar o desejo popular contra o sistema dominante. Vladimir Safatle lembra que o fascismo é “a colonização do desejo anti-institucional pela própria ordem” (SAFATLE, 2018, p. 16).

Do ponto de vista da hegemonia, o fascismo tem a potente capacidade de “incorporar uma autêntica aspiração popular” na sua reclamação política, mesmo considerando-se que “a ideologia fascista ‘manipula’ o desejo popular autêntico de verdadeira comunidade e de solidariedade social contra a competição feroz e contra a exploração” (ŽIŽEK, 2006, p. 27). Não é difícil imaginar a capacidade mobilizadora do fascismo — pois apresenta como política a universalidade ideológica do componente popular autêntico da hegemonia dominante — contra o sistema democrático. É assim que o fascismo mobiliza a *divisão constitutiva* a seu favor, dando corpo ao ressentimento, frustração e ódio despolitizado daqueles que não têm parte na criação do *inimigo* comum, que é apenas um ponto falso ideologicamente produzido:

Ninguém se torna fascista sem um inimigo, pois, para o fascismo se impor, ele deve se contrapor. Dirão que isso não é diferente na democracia, porque no final das contas, sempre que as pessoas têm de votar, um vota contra o outro. Não é exatamente assim, porque os democratas não conseguem renunciar à ideia de legitimar as diferenças de pensamento, e continuam a ser inexplicavelmente generosos com aqueles que apresentam dissensos. Eles não chamam seus antagonistas políticos de *inimigos*, mas de *adversários*, uma figura inútil e incômoda que, por mais que possa ter ideias diferentes, permanece, de toda forma, na dialética do reconhecimento (MURGIA, 2019, p. 45, grifos originais).

A ambiguidade da democracia é que ela permite a circulação de formas de pensamento e linguagem regressivas, pois se a democracia é o regime político do dissenso, parece tolerável a suas premissas que os fascistas possam exercer seus direitos políticos democraticamente. Nesse caso, a atuação da antipolítica funciona como um mecanismo de enquadramento que impossibilita a existência plena da democracia, já que ela é reativa e contrapõe à própria democratização da sociedade formas de recuo e interdição. Partindo da ontologia dos afetos, o fascismo mobiliza os afetos negativos — medo, ressentimento, frustração, raiva, ódio etc. — na constituição de sua hegemonia ideológica.

A democracia é o regime ideológico que intenta encobrir a cisão constitutiva que impossibilita que as partes que não têm parte no corpo social possam ser reconhecidas no todo: é assim que os democratas vão insistir na ideia de que, mesmo se tratando de um regime político falho e dotado de incompletude, ainda assim é o melhor sistema político possível. Como precisamos seguir insistindo, o paradoxo é que o “desigualitarismo” *objetivo* produzido no e pelo capitalismo não é corrigido pela democracia. O fascismo se utiliza dessa falha estrutural para impor toda responsabilidade à democracia, deslocando a *causa* autêntica da ontologia de funcionamento do capitalismo para o regime democrático que controlaria a democracia — ou, pelo menos, para a existência fantasmática de uma elite manipuladora e corrupta que a controla —, ou seja, o fascismo aproveita a permissividade democrática do dissenso para aparecer como alternativa ideológica hegemônica:

Essa propensão dos democratas a legitimar tudo é estúpida, sem dúvida, mas muito útil para o fascismo: ao se apresentar para as eleições com o bom senso de evitar dizer explicitamente “Somos fascistas”, há boas chances de que os bobocas democratas deixem a pessoa se candidatar, ganhar votos e até governar, convencidos de que seja simplesmente um adversário com ideias um pouco diferentes. Como em Troia, não adianta tomar nada de assalto: basta construir um cavalo de madeira e serão as próprias instituições democráticas a lhe abrirem as portas. Apresentar-se como adversário é um ótimo cavalo de Troia (MURGIA, 2019, p. 46-47).

Não é justamente isso que podemos aprender com as eleições de Trump e Bolsonaro? A baixa fricção com que a comicidade caricatural dos *chefes* fascistas é apresentada faz dela potencialmente frágil, pouco danosa, até mesmo engraçada, despertando alguma curiosidade na consciência amena. Vladimir Safatle insiste que a colonização do desejo ganha corpo em “uma liderança que parece estar acima da lei, que parece poder falar o que quiser sem culpa, expor seus piores sentimentos sem preocupação com seus efeitos, demonstrar seu desejo mais baixo de violência como expressão de uma liberdade conquistada” (SAFATLE, 2018, p. 16-17).

Nesse sentido, é necessário que os líderes fascistas “pareçam cômicos, sejam uma mistura de militar com palhaço de circo”, ou seja, “só assim, através dessa ironização, tais proposições poderão circular com fricção baixa” (SAFATLE, 2018, p. 16-17). O componente popular autêntico inerente ao fascismo produz capilaridade e dá concretude a sua reprodução social. É por isso que fascismo consegue ter circulação no coração das sociedades democráticas. Na prática, o fascismo é extremamente violento e tem pouca relação orgânica com a soberania popular. Com efeito, os fascistas constituem suas próprias *bolhas* políticas, falando e atuando para elas e em torno delas.

Na verdade, como há a estetização da política sob o fascismo, o que acontece é a substituição mais que perfeita do povo pela base fascista mobilizada. Assim, diferentemente da democracia, que busca encobrir a falha existente na realidade, “o fascismo é de fato tanto menos ‘ideológico’, na medida em que proclama de modo imediato o princípio da dominação que no mais fica oculto” (ADORNO, 2008, p. 104). Aqui temos uma ambiguidade importante, pois o conceito de verdade não existe no fascismo. Como apresenta suas posições como legítimas, desestabilizando todo critério racional mínimo compartilhado em que o dissenso democrático possa ter resolução, a fronteira entre verdade e mentira é eliminada. A verdade assume uma disposição ideológica de força. Michela Murgia elabora o paradoxo da antipolítica fascista nesse quesito:

As pessoas comuns, que na democracia são obrigadas a se interessar, a se informar e a decidir, com o fascismo viverão em paz, tomarão conta da própria vida e de bom grado delegarão todo o resto ao chefe. Por isso, fazê-los entender os detalhes de tudo o que está acontecendo é perda de tempo: é suficiente dizer o necessário para que se permitam confiar em quem está decidindo. Também não é preciso que tudo o que está sendo transmitido seja verdadeiro, porque a verdade em si não existe: é um dado político, não um dado da realidade, e, portanto, quem governa a política sempre governa também a verdade (MURGIA, 2019, p. 40-41).

Uma questão importante é que a própria reação democrática se equivoca ao deslegitimar a existência ideológica (e prática) do fascismo propriamente dito. À ordem democrática, o fascismo aparece como populismo de direita ou extremismo, mas jamais como fascismo. A *verdade* do fascismo é exitosa quando ele é traduzido como *mentira* política. O fascismo é tão mais potente ideologicamente quanto menos ele é

chamado pelo próprio nome; podemos dizer que sua imbricação com a democracia impede que ele apareça em sua forma pura. O erro primordial dos democratas é que “no fundo desejam, com todas as forças, acreditar que o fascismo não existe, que é um fenômeno histórico superado” (MURGIA, 2019, p. 47).

Entretanto, o que podemos nos perguntar agora é: e se o fascismo não tiver forma pura? É possível que estejamos diante de uma experiência de fascismo que pode aparecer somente na democracia? Parafraseando Agamben, o fascismo hoje aparece como uma certa indeterminação entre a pura repressão e a própria democracia. O impasse decisivo é quando o fascismo em funcionamento é refletido como um “ainda não”. O erro da crítica é tomar o fascismo como um *objeto puro*, quando na verdade sua *obscenidade* inerente oblitera seu aparecimento plenamente transparente. A verdadeira barreira ideológica é quando temos dificuldade — ou estaríamos diante de uma impossibilidade? — em dizer que o fascismo é *fascismo*.

Temos de lembrar aqui Adorno, que já havia antecipado de maneira extraordinária o impasse ideológico da democracia com uma sentença aterradora: “Eu considero a sobrevivência do nacional-socialismo dentro da democracia potencialmente mais ameaçadora do que a sobrevivência das tendências fascistas contra a democracia.” (ADORNO apud GORDON, 2021) Não é isso que quer dizer Michela Murgia quando assinala que o sistema democrático incorpora o fascismo ao nomeá-lo como adversário político? A ausência de uma fronteira política inteligível, capaz de definir o espaço comum compartilhado para que o dissenso possa ser estabelecido, é o que permite que o fascismo atue politicamente e seja considerado como uma ideologia política legítima. A crise inerente à democracia (e a suas elites políticas), combinada com a impossibilidade de o “sistema” produzir alguma solução à lacuna subjacente do “desigualitarismo”, é o que explica o ressurgimento do “novo radicalismo de direita”:

Na verdade, a liberdade democrática se revela como um vazio tão evasivo quanto voraz. Assim como Saturno, o totalitarismo monetário de mercado devora seus próprios filhos. A lógica interna de dominação do sistema democrático de mercado expulsa repressivamente e, em seguida, produz como *reação*, em vez de uma nova crítica emancipatória, um eco assassino de si mesma. A democracia e o radicalismo de direita se correspondem como gêmeos siameses, conectados internamente pelo sistema circulatório do processo de valorização abstrato e suas coerções surdas. Toda democracia produz como reação imamente ao fim do processo de modernização, com regularidade lógica, o novo radicalismo de direita em qualquer de suas variações. A máscara hipócrita da liberalidade propõe um pacto, mas é o punho de Fausto da própria essência fetichista que golpeia em delírio cego (KURZ, 2020, p. 34, grifos originais).

Podemos repetir aqui que a dominação democrática produz “um eco assassino de si mesma”, como resultado de um processo em que “expulsa repressivamente” e “produz como *reação*” seu próprio calvário, numa circularidade explosiva. O fascismo

é um processo de alienação imediata à causa, pois se trata de uma distorção fundamental do objeto do dano. Talvez seja por essa razão que fascismo *não* seja operado como fascismo. No entanto, a dificuldade ideológica de nomeação da *coisa em si* do fascismo tem relação direta com o fracasso da democracia. O fascismo é um tipo de ultraliberalismo autoritário: o desejo de exponenciação dos interesses econômicos capitalistas com uma forma política desprovida do dissenso democrático. Nesse caso, a *coisa em si* do fascismo está latente e não é facilmente descoberta.

A assimilação do fascismo pela democracia oblitera ainda mais a distinção entre o que é tolerável como mero dissenso pelo sistema democrático e o que deveria ser reprimido ideologicamente como propriamente repugnante. A questão fundamental é que o “desigualitarismo” repugnante é uma característica incorrigível do capitalismo histórico. O que pode fazer a democracia? Na verdade, a democracia atua como um tipo de regime político que funciona normalizando tudo aquilo que é parte do metabolismo do sistema — ou seja, as formas mais significativas de exploração, rejeição, humilhação etc. —, ao mesmo tempo que expurga, através de fronteiras físicas e simbólicas muito bem definidas, tudo o que está além dos seus limites tácitos.

Donatella Di Cesare classifica de “democracia imunitária” uma forma política que imuniza alguns poucos contra o contágio pela comunidade e suas consequências desumanizadoras. Para ela, “é tudo o que o cidadão exige da democracia: *não me toque*” (DI CESARE, 2020, p. 46, grifos originais). Essa posição é derivada da concepção moderna de *liberdade negativa*, cujo núcleo decisivo é a *alienação da liberdade* em troca da garantia da *segurança* pelo Leviatã, como elabora Hobbes. É curioso pensar que, na *suspensão do mundo* operada pela pandemia global, há um deslocamento decisivo dos contornos da fronteira estabelecida pela “democracia imunitária”: “A nova fronteira é a máscara facial. O ar que respiras deve ser só teu. A nova fronteira é a tua epiderme. A nova Lampedusa é a tua pele.” (PRECIADO, 2020) Temos aqui uma concepção de poder político restrita à garantia da imunidade de seus cidadãos contra espoliações ou invasões externas.

Assim, como a democracia está sempre tensionada pelo curto-circuito entre *aqueles que não têm parte* no corpo social e a plena representação — não apenas política, mas econômica, ideológica, cultural etc. —, todas as formas de exclusão que produzem a *população como disposição para a revolta* precisam ser manipuladas. A *causa autêntica* — o capitalismo global e seu sistema democrático de governos supérfluos — não pode aparecer ideologicamente, mas o inimigo externo comum precisa ocupar o espaço da reclamação contra o dano. A distorção não elimina a realidade subjacente. Ela aparece em substituição à realidade *objetiva*. É assim que a imunização aparece como uma característica intrínseca do funcionamento do próprio capitalismo. Antes mesmo da pandemia global, já estávamos diante de um sistema de imunidade social vigoroso:

A condição de imunidade reservada a alguns, os protegidos, os preservados, os garantidos, é negada a outros, os expostos, os rejeitados, os abandonados.

Esperam-se cuidados, assistências e direitos para todos. Mas o “todos” é uma esfera cada vez mais fechada: tem fronteiras, exclui, abandona sobras e restos. A inclusão é uma miragem ostentada, a igualdade é uma palavra vazia que agora soa como uma afronta. O abismo aumenta, o fosso se aprofunda. Não é mais apenas o *apartheid* dos pobres. A discriminação é precisamente a imunidade, que escava o sulco da separação, já presente no interior das sociedades ocidentais e muito mais intensa do lado de fora, na hinterlândia sem fim da miséria, nas periferias planetárias do desconforto e da desolação. Ali onde sobrevivem os perdedores da globalização não chega o sistema de garantias e de segurança. Internados nos campos, estacionados nos vazios urbanos, descartados e acumulados como lixo, esperam pacientemente uma reciclagem eventual. Mas a sociedade que usa e descarta não sabe o que fazer com seus excedentes. As escórias poluem. É melhor, portanto, manter uma distância segura das pessoas contaminadas, contamináveis, fontes de doenças, causas de contágio (DI CESARE, 2020, p. 47-48, grifos originais).

No capitalismo, o que temos é um tipo de *democracia imunitária* que reserva não apenas acesso limitado ao capitalismo como à própria democracia. Os pobres não têm lugar, são rejeitados como fracassados por não conseguirem ser consumidores, têm sua participação política desqualificada. No limite, em função da existência do *parlamentarismo*, são reduzidos à condição de *apenas* eleitores. Essa situação de desqualificação de sua existência política transforma a *população* no objeto sublime do *contágio*. A secessão produzida pela ideologia política dominante transforma toda comunidade num embaraçoso hiato que se desenvolve na forma do *apartheid* social, cujo objetivo é evitar o contágio pelas classes perigosas — e o envolvimento político decisivo delas. As classes dominantes cada vez mais precisam se valer da violência para seguir mantendo o sistema de dominação social atual.

Maurizio Lazzarato diz que “o controle e a regulação das populações já não se fazem pela *integração* e pela biopolítica, mas pelo *apartheid* social”, pois a “máquina de guerra capitalista” significa o funcionamento do “projeto de secessão política dos ricos” (LAZZARATO, 2019, p. 52-53, grifos originais). A lógica da *imunidade* que está inscrita na secessão é antagônica ao primado do *contágio* que a ideia de comunidade pressupõe. O que a *imunização* — como aparência *apartheid* social — inviabiliza é qualquer possibilidade de comunidade, já que esta significa envolvimento, partilha, solidariedade etc. É o “sistema sem sujeito” que produz a indiferença, desapego e apatia, como características típicas da radicalização do Antropoceno sob o capitalismo. É por isso que podemos dizer que “onde a imunidade prevalece não há mais comunidade” (DI CESARE, 2020, p. 51).

Nesse sentido, a *população* é o verdadeiro *grupo social de risco*, que precisa ser evitado e combatido: a função das classes da dominação — e por isso dominantes — é evitar seu próprio empobrecimento e proletarização, ao mesmo tempo que precisam

Theodor Adorno,
exponente da
chamada Escola
de Frankfurt

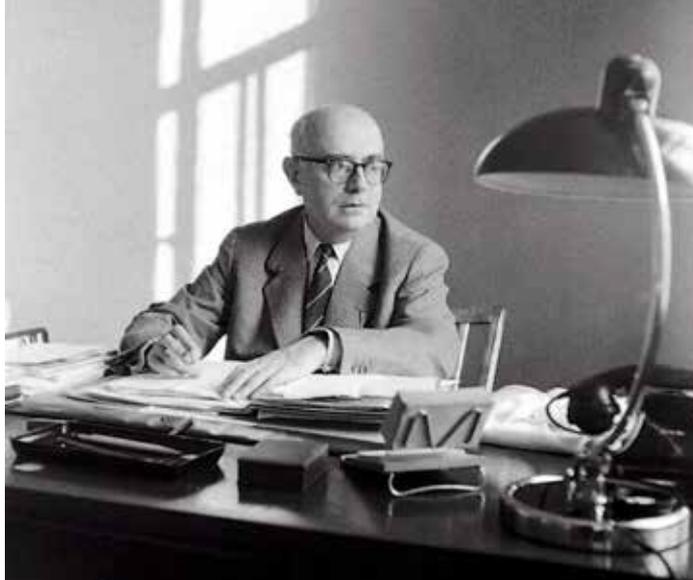


Foto: Adorno Archiv, em: <https://archiv.adk.de>

combater ideologicamente qualquer tipo de reação política na forma de revolta contra o sistema da dominação. O paradoxo é que o sistema democrático aparece como alternativa *impotente* de resolução do conflito estrutural básico. Ademais, a sensação de que a democracia é um jogo oligárquico desloca o *humor político* para posições que atuam como alternativas antissistêmicas:

O chamado sistema majoritário elimina os partidos extremos e dá aos “partidos de governo” o meio de governar em alternâncias; desse modo, permite à maioria — isto é, à minoria mais forte — governar sem oposição durante cinco anos e tomar, para a garantia da estabilidade, todas as medidas que, para o bem comum, o imprevisível das circunstâncias e a previsão de longo prazo exigem. De um lado, essa alternância satisfaz o gosto democrático pela mudança. De outro, como os membros desses partidos de governo estudaram a mesma coisa nas mesmas escolas de onde saem também os especialistas em gestão da coisa comum, tendem a adotar as mesmas soluções que fazem a ciência dos especialistas primar sobre as paixões da multidão. Cria-se assim uma cultura do consenso que repudia os conflitos antigos, habitua a objetivar sem paixão os problemas de curto e longo prazo que as sociedades encontram, a pedir soluções aos especialistas e discuti-las com os representantes qualificados dos grandes interesses sociais. Infelizmente, todas as boas coisas têm sem anverso: a multidão desobrigada da preocupação de governar fica entregue a suas paixões privadas e egoístas. Ou os indivíduos que a compõem se desinteressam do bem público e se absterem de votar nas eleições ou as abordam unicamente do ponto de vista de seus interesses e caprichos de consumidores. Em nome de seus interesses corporativistas imediatos, opõem greves e manifestações à medida que visam garantir o futuro dos sistemas de aposentadoria; em nome de seus caprichos individuais, escolhem nas eleições o candidato que mais lhes agrada, da mesma maneira que escolhem entre os inúmeros tipos de pão que as padarias descoladas oferecem. O resultado é que os “candidatos de protesto” ganham mais votos do que os “candidatos de governo” (RANCIÈRE, 2014, p. 95-96).

É assim que o fascismo emerge por dentro do sistema democrático, ou seja, sua localização política aparente como alternativa de protesto faz com que ele passe paulatinamente a ter penetração e capilaridade social na *população*. Como a política tradicional mostra-se incapaz de representar todos e a igualdade é apenas um simulacro ideológico eleitoral, o fascismo aparece como um tipo de substituto político capaz de acabar com os privilégios oligárquicos das castas parasitárias que atuam por dentro do sistema democrático. Não se trata realmente de acabar com a democracia — como demonstrado convincentemente por Adorno e Kurz —, o objetivo é distorcê-la, esvaziando seu conteúdo explosivo. É a própria ontologia inconsistente do capitalismo que faz com que ele se adapte às variações da política, isto é, “o capitalismo pode funcionar dentro de diferentes sistemas políticos” (LAZZARATO, 2019, p. 55).

Quando a lógica consensual é esgotada — a democracia liberal pura —, o capitalismo pode se valer de formas diretamente autoritárias de domínio político. O cansaço da decisão e da participação alienada esgota o *desejo* de democracia pela maioria silenciada e dominada. O autoritarismo político imediato não é uma necessidade imperativa da dominação social capitalista. Na verdade, a dominação social *sem sujeito* — nos termos de Marx e Kurz — é a forma típica pela qual o capital exerce seu poder. O “novo autoritarismo de direita” é uma solução regressiva perante a crise da democracia em dar conta da lacuna ontológica.

Nesse contexto podemos analisar criticamente o papel ideológico exercido pelo *politicamente correto*. Na verdade, trata-se de uma higienização da linguagem e do comportamento moral que, em grande medida, estabelece um tipo de falsa oposição entre uma elite culta e intelectualizada e a *massa em estado puro*. A ridicularização dos costumes populares e o policiamento moral do comportamento do *outro* funciona apenas como a reprodução habitual das hierarquias subjacentes ao capitalismo. O resultado inesperado é o fortalecimento das fronteiras de classe: preconceito, elitismo e distanciamento social. A solução apresentada pelo fascismo ao ressentimento produzido pelo sistema democrático é uma política antissistema poderosa. A erosão ideológica da política democrática é objetivada com a eficaz interiorização política do populismo fascista. Michela Murgia elabora uma brilhante simulação da reação do fascismo ao *politicamente correto*:

O politicamente correto matou a fresca espontaneidade deste país, obrigando-nos a fingir que não vemos o que realmente temos à frente. Para sermos gentis, acabamos nos tornando mentirosos ao aceitar usar expressões que servem para parecermos mais elegantes do que as pessoas sentadas no balcão da padaria. A política fascista, no entanto, não precisa de falsos intelectualismos para se sentir superior a quem representa: nós não somos superiores ao povo, nós somos o povo e falamos como o povo. Se existe um lugar no mundo onde todos têm de nos entender, esse lugar é exatamente o balcão da padaria, onde aliás há muito mais gente do que na universidade. A linguagem fascista, pensando bem, é mais democrática do que a politicamente correta, pois não deixa

Em substituição à soberania popular inexistente e distante de proporcionar à *população* o acesso à participação, o fascismo impulsiona a *liberdade de tudo dizer*. Não precisamos mais de uma circulação política do dissenso, nem de uma verdade definida exteriormente. A verdade está em cada um

ninguém se sentir inferior, mesmo que, obviamente, muitos dos democratas se sintam superiores. Não tenham raiva deles, pelo contrário, sintam-se gratos, ao menos num primeiro momento. Toda vez que algum deles procurar reivindicar o uso de expressões refinadas ou diplomáticas, chamando-nos talvez de ignorantes ou grosseiros, estará nos oferecendo a possibilidade de mostrar ao povo que os democratas se preocupam muito mais em colocar em suas bocas o subjuntivo do que um pedaço de pão. Deixem que o façam: só assim os radicais chiques aprenderão por conta própria que não existe uma única sociedade no mundo na qual os povos prefiram o subjuntivo (MURGIA, 2019, p. 78-80).

Podemos perceber aqui toda a dimensão do populista fascista, quando organiza sua atuação justamente na *falha* estrutural do sistema dominante. O fascismo fala para “as pessoas sentadas no balcão da padaria”, dando-lhes explicações palatáveis para o “desigualitarismo” — no sentido de que sejam adaptáveis à consciência média das pessoas comuns, pois se trata de buscar sua adesão alienada à *causa* distorcida — e traduzindo suas frustrações e ressentimentos na forma de um ódio despolitizado contra a democracia. Ou seja, é uma forma de interpelação popular regressiva.

Ter isso em conta agora significa considerar que “o fascismo nunca foi realmente derrotado”, como nos faz lembrar Peter Gordon (2021), e que ainda vivemos sob as sombras do espectro do fascismo *autoritário* do século XX. Na verdade, Adorno diz que “os pressupostos dos movimentos fascistas, apesar de seu colapso, ainda perduram socialmente, mesmo se não perduram de forma imediatamente política” (ADORNO, 2020, p. 45). O grande problema é a permanência do fascismo — como ideologia —, mesmo quando experimentamos uma época em que o fascismo parece não ter condições objetivas de aparecer.

Com efeito, o que temos hoje é um tipo de fascismo diferente, que não atua *contra* a democracia, mas funciona *dentro* dela. A regressão fascista hoje esvazia o sentido da política, pois a transformou em mera propaganda ideológica. A democracia que o fascismo oblitera é apenas uma imagem distante de uma democracia que pudesse ser

autêntica. Ademais, o fascismo é uma resposta ideológica à incapacidade da democracia em garantir a plena soberania popular, ou, como sentencia Adorno, “poderíamos caracterizar os movimentos fascistas como as feridas, as cicatrizes de uma democracia que até hoje ainda não faz justiça a seu próprio conceito” (ADORNO, 2020, p. 51). Há aqui um desencontro explosivo entre o *conteúdo latente* da democracia e seu *conteúdo manifesto*, ou seja, temos uma democracia que é incapaz de garantir igualdade, liberdade e felicidade — que é a conjunção do seu *conteúdo econômico objetivo* — quando limitada à sua dimensão meramente formal.

Em substituição à soberania popular inexistente e distante de proporcionar à *população* o acesso à participação, o fascismo impulsiona a *liberdade de tudo dizer*. Não precisamos mais de uma circulação política do dissenso, nem de uma verdade definida exteriormente. A verdade está em cada um, que pode *tudo dizer*. Todos podem falar. A tarefa política do fascismo é permitir que todos possam falar livremente sobre qualquer assunto, mesmo que não tenham especialidade nele. Na verdade, os especialistas são representantes imediatos do sistema oligárquico dominante. Para o fascismo, “a verdade em si não existe: é um dado político, não um dado de realidade, e, portanto, quem governa a política sempre governa também a verdade” (MURGIA, 2019, p. 41).

Não é difícil imaginar que quando não temos mais um parâmetro objetivo seguro para que a verdade seja definida — amparado na realidade material e simbólica existente —, *a mentira como forma ideológica* aparece como solução normalizada para as decisões políticas e ideológicas fundamentais. O resultado desastroso permite que a opinião tenha maior crédito do que a ciência e a verdade. É assim que toda *opinião pessoal* alcança o estatuto de validação universal e, como tal, tem imunidade contra qualquer forma de contestação e refutação. Não temos assim nenhum mecanismo consensual de resolução dos conflitos. A lição que podemos tirar daqui é que todos os instrumentos utilizados de maneira fascista — os meios não são puros e imunes — são absolutamente úteis à reprodução ampliada do fascismo.

Destarte, a manipulação fascista objetiva desqualificar a democracia, enquanto autoriza a *mentira* e a *distorção* como formas de revolta ante o monopólio democrático da produção da *verdade*. Adorno apresenta uma equação importante sobre a validação da *mentira* fascista:

O que está por trás do antiamericanismo, isso é difícil dizer. Provavelmente ele é em parte a ligação com algo que se sente concretamente, a saber, com o fato de que, sob a democracia formal, o sistema de blocos faz as pessoas se crerem — e não somente se crerem — privadas da plena liberdade de decisão política. Talvez eu possa dizer isso *en passant*; eu queria apontar aqui que de modo algum todos os elementos dessa ideologia são simplesmente falsos, mas que também o verdadeiro entra a serviço de uma ideologia não verdadeira e que o truque essencial para resistir a isso consiste em denunciar o abuso da verdade pela inverdade. A técnica mais importante pela qual uma verdade é colocada a serviço da inverdade é a de retirar as observações verdadeiras ou corretas de seu contexto, isolá-las,

A *mentira* funciona como uma poderosa ferramenta ideológica de repetição, mas não só, ela produz um novo conceito de “verdade” sem universalidade efetiva — como Adorno insiste, uma verdade particular está submetida à mentira do fascismo —, embora tenha sentido mobilizador na constituição da identidade e do universo de delírio pessoal experimentado pelo indivíduo desamparado na massa excitada

como por exemplo quando dizem: “Antes de ele ter feito aquela guerra idiota, com o Hitler estava bastante bom para a gente”, sem que se veja que toda essa conjuntura entre 1933 e 1939 só foi possível por meio da frenética economia de guerra, da preparação para a guerra” (ADORNO, 2020, p. 65).

Ou seja, a verdade, que evidentemente possui uma dimensão emancipatória — quando participa diretamente de processos amplos de subjetivação e libertação coletivas —, aqui é esvaziada completamente de sentido, manipulada, até que desapareça em absoluto. O que o fascismo faz é manter um permanente funcionamento da propaganda, cuja função é a agitação constante de sua base social. Ela precisa ser mantida em elevado nível de *excitação*: política, ideológica e simbólica.

Em tempos de *tecnologização* das formas de comunicação, em razão da amplitude da internet, o *trabalho duro* da democracia liberal — que na sua “normalidade” exigiria a passagem por um longo e conturbado processo de convencimento — é substituído por uma (pseudo)democratização da opinião, o que, na verdade, significa a desqualificação da verdade como possibilidade. O que temos é a erosão do sentido de que uma verdade tenha validação universal. É assim que a participação política — que pressupõe o dissenso e a condição de ser minoria em determinados assuntos públicos — é substituída pelo compartilhamento nas redes sociais. Aqui, a disputa de posições e o envolvimento político são dispensáveis e, quase sempre, supérfluos. Senão vejamos:

Diferentemente da democracia, o escopo da comunicação no fascismo não é se fazer entender, mas se fazer repetir, e por isso nós temos sorte em sermos fascistas em tempos de internet: fazemos menos esforço, porque os instrumentos nasceram exatamente para isso. O que mais é o compartilhamento, no fundo, senão uma infinita repetição de uma única mensagem proveniente de uma

única fonte? Usando poucas palavras de ordem e slogans simples, que podem ser transformados em hashtags, acontecerá que todo o trabalho antes realizado por um ministério específico será feito e impulsionado pelos próprios cidadãos, com a vantagem de que eles acreditarão ser a origem da mensagem, e não seu destinatário (MURGIA, 2019, p. 41-42).

A posição de Michela Murgia torna contemporâneo o entendimento elaborado por Adorno, isto é, a intencionalidade da “propaganda serve menos para a disseminação de uma ideologia, que é demasiado pobre, como lhes disse, e mais para tornar as massas engajadas”. Na verdade, acrescenta Adorno de maneira antecipatória ao que temos hoje, “a propaganda é, portanto, sobretudo uma técnica de psicologia das massas” (ADORNO, 2020, p. 67). O engajamento ativo é uma das formas poderosas de mobilização fascista da subjetividade pessoal e de construção da colaboração.

A lógica da *excitação* é interna à economia libidinal que liga as pessoas singulares ao *chefe* fascista. É assim que a *mentira* funciona como uma poderosa ferramenta ideológica de repetição, mas não só, ela produz um novo conceito de “verdade” sem universalidade efetiva — como Adorno insiste, uma verdade particular está submetida à mentira do fascismo —, embora tenha sentido mobilizador na constituição da identidade e do universo de delírio pessoal experimentado pelo indivíduo desamparado na massa excitada. O delírio é produzido pelo descompasso entre as condições *objetivas* e a própria solução fascista. Quando não há ainda uma *objetividade* compatível, ou quando ela já está esgotada, a situação-limite do fascismo é fortalecida. Adorno diz que “com frequência ocorre que convicções e ideologias, justamente quando elas não são mais substanciais devido à situação objetiva, assumem então seu caráter demoníaco, seu caráter verdadeiramente destrutivo” (ADORNO, 2020, p. 48).

A função primordial da propaganda é despertar o “caráter demoníaco” que está latente e que pode se manifestar mediante a excitação política da massa. Seja como for, Adorno interpela a vitalidade do fascismo tendo o capitalismo histórico como condição dele, ou seja, “a concentração dominante de capital” é o pressuposto para as derivações políticas e sociais regressivas. Segundo ele, “essa tendência de concentração ainda significa a possibilidade da desclassificação permanente de camadas que eram completamente burguesas de acordo com sua consciência de classe subjetiva”. Mas qual o objetivo? Na verdade, as camadas burguesas “querem fixar seus privilégios e seu *status* social e possivelmente fortalecê-los” (ADORNO, 2020, p. 45-46).

No limite, temos uma disposição política orientada para a defesa intransigente da dominação social em estado puro. Assim, na incapacidade de encontrar uma solução para os problemas decisivos, ou mesmo na impossibilidade de elaborar uma imagem comum que identifique a *causa* do problema, o fascismo necessita operar uma distorção ideológica da realidade. Michela Murcia diz que “se há uma insatisfação difusa e o chefe ainda não encontrou uma solução, a melhor das banalizações estratégicas é dar ao povo um inimigo a quem atribuir culpa” (MURGIA, 2019, p. 43).

É assim que a criação do *inimigo* como *espectro* é necessária à ideologia do fascismo: a culpa é deslocada da *causa* para o efeito, produzindo um tipo de distorção poderosa e funcional à mobilização fascista:

Esses grupos continuam a tender a um ódio ao socialismo ou àquilo que eles chamam de socialismo, isto é, transferem a culpa de sua própria desclassificação potencial não ao aparato que a causa, mas àqueles que se opuseram criticamente ao sistema no qual outrora eles possuíam *status*, ao menos segundo concepções tradicionais (ADORNO, 2020, p. 46).

Com efeito, não podemos nos enganar, pois a vítima primordial do fascismo não é apenas o judeu. A culpa funciona como deslocamento do *objeto* autêntico para uma distorção que aparece como a verdade ideológica que ocupa diretamente seu lugar. A necessidade dos *meios* é diretamente proporcional à dispensabilidade dos *fins*. O inimigo quase sempre tem uma existência meramente espectral, pois — como prova do caráter delirante do fascismo — sua existência objetiva é irrelevante. Basta que sua existência se materialize no campo estritamente simbólico do imaginário ideológico para que ele tenha força objetiva. É isso que permite ao fascismo *dar corpo* ao inimigo em praticamente qualquer pessoa. Então, “o inimigo, por ter identidade genérica, pode ser confortavelmente acusado de qualquer coisa”, o que possibilita que “as culpas de um único inimigo podem ser transferidas em bloco à categoria de pertencimento inteira” (MURCIA, 2019, p. 52).

A atribuição da culpa pela *desclassificação* social é delirantemente deslocada da *causa* autêntica, ou seja, do capitalismo e sua dinâmica objetiva de funcionamento, para o *efeito*: rejeitados e dissidentes são, prioritariamente, objeto da constituição do *espectro* ideológico. É sua existência *fantasmática* que possibilita a eficácia do discurso de atribuição da culpa e, ao mesmo tempo, possibilita a mobilização de massas em torno do projeto de dominação social fascista. A questão é que o inimigo não é um outro qualquer, ele sempre está perto demais. Adorno e Horkheimer já haviam antecipado essa equação de maneira insuperável:

Só a cegueira do antissemitismo, sua falta de objetivo, confere uma certa verdade à explicação de que ele seria uma válvula de escape. A cólera é descarregada sobre os desamparados que chamam a atenção. E como as vítimas são intercambiáveis segundo a conjuntura: vagabundos, judeus, protestantes, católicos, cada uma delas pode tomar o lugar do assassino, na mesma volúpia cega do homicídio, tão logo se converta na norma e se sinta poderosa enquanto tal. Não existe um genuíno antissemitismo e, certamente, não há nenhum antissemita nato (ADORNO; HORKHEIMER, 2006, p. 142).

A noção ampla de antissemitismo é decisiva na compreensão das alterações ideológicas que ocorrem no momento de uma crise social mais aguda — o curto-circuito entre o *conteúdo latente* e o *conteúdo manifesto* da democracia —, que possibilita mudanças ideológicas radicais e alterações no equilíbrio de poder. O antissemitismo tem

O inimigo quase sempre tem uma existência meramente espectral, pois — como prova do caráter delirante do fascismo — sua existência objetiva é irrelevante. Basta que sua existência se materialize no campo estritamente simbólico do imaginário ideológico para que ele tenha força objetiva

uma permanência indefinida — sem conteúdo concreto definido — na democracia hoje, pois está completamente deslocado do seu *objeto* primordial. Talvez seja esse um dos aspectos que alimentam o *negacionismo* político atual, que rejeita qualquer alusão ao fascismo alegando se tratar de um fenômeno ultrapassado e preso ao passado. Pelo contrário, temos de considerar que “ele sobreviveu aos judeus, pode-se dizer, e daí vem a própria forma fantasmagórica” (ADORNO, 2020, p. 62).

A conclusão que podemos tirar aqui é que a forma *espectral* e *fantasmagórica* do antissemitismo representa a permanência assombrosa do fascismo na democracia. A eficácia do discurso da conspiração como *espectro* se realiza “por-

que o inimigo improvável é muito mais odiável do que aquele que podemos encontrar na padaria toda manhã” (MURGIA, 2019, p. 55). É sempre mais fácil acionar a existência de uma determinada monstruosidade *latente* que nos cerca e nos coloca em perigo permanente, embora jamais apareça inteiramente, do que realmente a identificar naquele sujeito que “podemos encontrar na padaria toda manhã”. É a força do espectro.

Entretanto, o fascismo aparece no quadro mais amplo de crise do capitalismo e da democracia, mas todo acontecimento político se dá em uma conjuntura específica. Podemos dizer que são os interesses econômicos dominantes — obviamente, conjunturais — que definem a reação fascista? O fascismo que temos hoje não está fora da democracia, não está além dela, não pode ser encontrado aquém da dominação democrática, não pode ser sua antítese. Adorno afirma que o fascismo não é um movimento meramente conjuntural, pois seu nexos “com a economia é uma relação estrutural que existe naquela concentração e na tendência à pauperização”, o que significa que “não pode ser imaginado tanto no curto prazo e, quando se equipara simplesmente radicalismo de direita com os movimentos de conjuntura, pode-se chegar a juízos bastante falsos” (ADORNO, 2020, p. 51).

Precisamos considerar que “a conjuntura é antes de mais nada a determinação da instância *dominante*, cuja localização estabelece o *ponto de partida* da análise racional com o todo”, ou seja, a relação entre *conjuntura* e *estrutura* descortina o fundamento real

e objetivo do antagonismo decisivo. Alain Badiou segue dizendo que “a mudança da conjuntura [...] é identificável com a mudança de campo dominante” (BADIOU, 1979, p. 21, grifos originais).

Estamos experimentando hoje uma crise de hegemonia global, que pode ser traduzida pela mudança da conjuntura capaz de tensionar o próprio campo dominante. É o fascismo hoje dominante? Primeiro, precisamos pensar que o fascismo é uma reação virulenta que funciona buscando restaurar o capitalismo do seu fracasso. Badiou diz que o “monstro capitalista” age fundamentalmente “não por cada vez mais liberdade, mas por cada vez mais desigualdade”, e que “o papel do Estado é o mesmo em toda parte: proteger essas desigualdades, proteger o monstro” (BADIOU, 2020, p. 17). Ao campo dominante:

[...] conservar um lugar, pequeno ou grande, no desenvolvimento do monstro, ou seja, ser ou tornar-se um jogador respeitado no frenesi internacional do mercado. Tendo por resultado que, pouco a pouco, a totalidade da oligarquia política, a totalidade da classe dirigente acaba por constituir um único grupo, um grupo de gente que, na verdade, é dividido pela competição pelos melhores lugares, mas que tem todo a mesma ideia quanto ao destino da humanidade. As grandes oposições tradicionais, republicanos contra democratas, direita contra esquerda, conservadores contra trabalhistas, tornaram-se puras abstrações, ligadas a uma época ultrapassada, pois essas pretensas divisões repousam, na verdade, na mesma convicção, na mesma base política e econômica. Todas essas divisões são atravessadas, minadas e finalmente anuladas por esse fato que qualquer político, qualquer governo, subscreve: sempre que está em jogo o futuro da humanidade, há apenas um partido, o do capitalismo (BADIOU, 2020, p. 18).

O campo dominante é a defesa intransigente do capitalismo, em que o imperativo é o aparecimento de pequenas diferenças que estão enquadradas no campo mais amplo da mesma orientação global: a impossibilidade de uma alternativa autêntica ao capitalismo. O exemplo da falsa antinomia substancial entre republicanos e democratas nos Estados Unidos é sintoma do enquadramento da *rua de mão* única instalado pelo capitalismo dominante.



“Temos que considerar que o fascismo nunca foi realmente derrotado”

É isso que fez Nancy Fraser constatar que o antagonismo está entre o “neoliberalismo progressista” e o “neoliberalismo reacionário” (FRASER, 2019, p. 37, 42), ou seja, a solução única é apenas uma variação do próprio capitalismo. Podemos ver aqui que o triunfo do capitalismo é marcado não pelas suas próprias virtudes, mas pela impossibilidade de que uma alternativa realmente factível (e realmente decisiva) se contraponha ao domínio hegemônico do capitalismo.

Nesse sentido, Alain Badiou diz que nos encontramos, “num certo sentido, num consenso”, mas se trata de “um consenso negativo, é verdade, que não é um entusiasmo geral pelo capitalismo, mas o capitalismo não tem necessidade de um consenso afirmativo” (BADIOU, 2020, p. 39-40). A “normalidade” do capitalismo é interrompida por uma forma de regressão brutal, já que não temos hoje a possibilidade factível de uma alternativa emancipatória senão como potência radical transgressiva na forma da “esperança do mundo” (PINTO, 2020). Temos de considerar que o fascismo nunca foi realmente derrotado.

Talvez seja a esse sentido que se referiu Walter Benjamin quando falou na mobilização alemã da “guerra perdida” (BENJAMIN, 2011, p. 64). Na verdade, a derrota histórica do fascismo precisa aparecer como eliminação ideológica, mas, sobretudo, como impossibilidade objetiva. O que temos hoje é o ressurgimento do fascismo na *dominação democrática* capitalista como “fascismo democrático”, uma designação paradoxal, mas realmente decisiva e capaz de capturar o elemento substancial do “novo radicalismo de direita” inscrito no nosso tempo. A caracterização de Badiou sobre Trump é sintomática:

Em Trump encontramos a vulgaridade deliberada, a relação patológica com as mulheres e o exercício calculado do direito de dizer publicamente coisas inaceitáveis para uma larga porção da humanidade. Exatamente como na Hungria, com Orbán, na Índia ou nas Filipinas, na Polônia ou na Turquia, com Erdoğan. Por toda a parte no mundo, somos então testemunhas desse fascismo democrático — intrínseco às práticas parlamentares da “democracia” capitalista moderna — que dá a impressão de uma novidade artificial, de uma linguagem diferente, de promessas violentas e, num certo sentido, de um interior externo, de qualquer coisa que se situa certamente no domínio da via única proposta por todos os governos do mundo, mas que orchestra tudo isso de uma maneira diferente daquela que oferecem os políticos clássicos, os quais se apoiam na burguesia culta. Desse modo, Trump e o seu bando produzem, no próprio interior do consenso capitalista global, um falso efeito de novidade. Ele é um pouco o enunciador alucinante de uma “nova via”, mantendo-se tudo firmemente plantado na via da oligarquia dominante, culta ou não. Trump ocupa, de momento, uma posição que lhe permite proclamar ter qualquer coisa nova, ou seja, *Trump* — o nome e a coisa —, enquanto, se se olhar de perto, os seus propósitos, nacionalistas, sexistas, racistas e violentamente favoráveis à propriedade privada, são tudo menos novos (BADIOU, 2020, p. 21-22).

Ou seja, tem razão Nancy Fraser quando insiste que a variação entre uma posição ideológica reacionária e sua alternativa progressista — embora dentro do mesmo modelo neoliberal — não apenas desgastou o modelo dominante como possibilitou a abertura de uma crise hegemônica complexa. Ela diz que “nossa crise é global”, envolve “um enfraquecimento dramático, se não um simples colapso, da autoridade dos partidos e das classes políticas estabelecidas”. O que temos como resultado imediato é o surgimento de uma certa “melancolização” política e ideológica que faz com que a crença compartilhada no mundo e em suas instituições (políticas e *apolíticas*) derreta rapidamente no imaginário das pessoas comuns. Fraser diz que “na atual rejeição generalizada à política tradicional, uma crise objetiva do sistema como um todo encontrou sua voz política subjetiva” (FRASER, 2019, p. 34-35).

O *fascismo democrático* é a nomeação e o enunciado da “voz política subjetiva” que responde à crise de hegemonia. Alain Badiou diz que há quatro figurações que exprimem a situação do mundo hoje: “o domínio estratégico do capitalismo global”, “a decomposição da oligarquia burguesa tradicional”, “a agitação e a frustração dos povos” e “a falta de uma orientação, a fragilidade — digamos a palavra — da hipótese comunista” (BADIOU, 2020, p. 26). Precisamos dizer que a ausência de uma orientação política de oposição radical ao capitalismo é, na verdade, a preponderância de um tipo de *sujeição* pelo qual o gozo está colonizado. Uma crítica transformativa consistente — que funcionaria como uma forma de transgressão política, social e ideológica — será aquela capaz de produzir uma forma de gozo que nos descolonize da sujeição que nos mantém aprisionados no capitalismo existente, possibilitando a abertura de uma autêntica e nova “voz política subjetiva” emancipatória.

4. CONCLUSÃO: O GOZO PARA FORA DO CAPITALISMO

O ponto fundamental é que a inexistência de outra orientação política é, de alguma maneira, responsável pela produção do fascismo democrático. Na ausência de uma alternativa autêntica, não alienada e libertadora, a crise de hegemonia encontra sua solução na orientação alienada à *causa* dissimulada. Slavoj Žižek é ainda mais impiedoso, pois constata “o desaparecimento da esquerda radical de nossa realidade política e ideológica: os sobreviventes da antiga esquerda radical são como simpáticos mortos-vivos, remanescentes de uma antiga era, estranhos à deriva em um estranho mundo” (ŽIŽEK, 2014, p. 13). De fato, trata-se de uma enunciação dolorosa, pois ele não diz que a esquerda desapareceu empiricamente, mas sugere que o desaparecimento da esquerda como orientação alternativa ao capitalismo e ao fascismo democrático tem como consequência imediata a permanência da nossa forma de vida.

O antagonismo decisivo é aquele que contrapõe formas de vida, ou melhor, mundos alternativos. A questão importante é que a contradição hoje somente é permitida quando representar uma variante do mesmo mundo dominante: a mudança está reduzida ao controle do campo dominante e não à dominação em si, ou seja, é como se

a substituição da personificação do poder dominante alterasse a substância do objeto que constitui o próprio poder da dominação. A luta pelo governo do mundo se realiza por um embate de diferenças que não dão corpo a alternativas opostas entre mundos. Isso significa que o fascismo democrático é uma forma de despolitização, pois não temos vias alternativas, mas apenas variantes do mesmo modelo de mundo. A política é justamente o tipo de ação coletiva capaz de instaurar um acontecimento verdadeiramente político. Ela produz *desentendimento*. Nesse caso, a politização é aquilo que produz processos transformativos duradouros.

Podemos insistir na ideia de que “no capitalismo, é possível dizer que não é possível nada diferente” (BADIOU, 2020, p. 38). É por isso que não podemos permitir que o sistema dominante seja responsável pela criação da “nossa revolução”, dos enunciados da nossa mudança. Já sabemos que o capitalismo (assim como o fascismo democrático) produz formas particulares de *sujeição* e de satisfação na forma do gozo. Não podemos nos contentar em mudar o controle da “objetividade” existente e deixar à deriva a própria “objetividade” (fetichista) intacta. É necessário criar uma outra objetividade e, em consequência, outra forma de subjetividade e de satisfação, na forma de gozo descolonizado. O fascismo democrático hoje atua agindo pela colonização do desejo, sobre suas formas de satisfação e gozo.

No entanto, o que a psicanálise nos ensina — sobretudo a clínica de Lacan — é que “nossa única alternativa é retirar tal gozo para fora do modo de produção que o coloniza” (SAFATLE, 2020, p. 69). Não podemos esquecer que a crítica da economia política deve vir acompanhada de uma crítica da economia libidinal, pois a superação da exploração é impotente quando não está acompanhada da superação da sujeição que coloniza o gozo. Isso não será possível sem que a verdadeira contradição seja restituída mediante a instauração de um processo verdadeiramente criativo e transformativo:

Devemos, se possível, criar um regresso a uma verdadeira contradição. É essa a lição a tirar da coisa horrível que ontem aconteceu na noite profunda. A nossa tarefa é, agora, construir uma orientação política que irá largamente para lá das leis do mundo tal como ele é, e isso assumindo o risco de que na partida as coisas possam não ser claras, e até mesmo se apresentem como impossíveis. É momento de lembrar aqui a fórmula de Lacan segundo a qual “o real é impossível”. Devemos voltar à verdadeira contradição entre política a serviço do capitalismo e política a serviço dos povos [...]. Não é suficiente criticar, negar, resistir. A nossa tarefa é afirmar um novo começo (BADIOU, 2020, p. 30).

Para isso, pois, é necessário que uma orientação política alternativa não seja uma mera política da nomeação e da identificação. Ao contrário, uma política transformativa precisa se pautar pela desnomeação e pela desidentificação com os lugares existentes. O que o fascismo democrático busca reinstaurar é a ordem dos lugares e

suas nomeações regressivas. Podemos aprender com as experiências do fascismo democrático hoje que o colapso não é garantia imediata da produção de processos transformativos, mas abre a possibilidade de uma regressão social ainda mais radical e profunda. Enquanto o fascismo democrático apresenta o que é propriamente *possível* — isto é, a restauração das hierarquias e desigualdades capitalistas —, uma alternativa política transformativa institui a ordem do que é *impossível* no campo simbolizável da ideologia, pois subverte a localização dos lugares e a ordem das nomeações e identificações subjacentes.

É por isso que Vladimir Safatle, seguindo o caminho inaugurado por Lacan, insiste que “a política emancipa quando nos leva a nos identificar com um lugar vazio que permite a consolidação igualitária que dissolve os efeitos do grupo (com suas estereotípias e exclusões), assim como a circulação do poder” (SAFATLE, 2020, p. 54). O fascismo ocupa o lugar vazio do poder, instaurando a *encarnação* de modalidades brutais de exclusão e violência na produção do sujeito que pode ser amparado pelo próprio poder dominante. Paradoxalmente, a alternativa ideológica não é disputarmos a ocupação do vazio do poder com o fascismo, mas permitir que sua própria vacuidade decisiva apareça. Nesse sentido, o vazio é uma resposta possível (e necessária) ao fascismo.

Para uma orientação alternativa, é muito importante compreender os mecanismos complexos de *sujeição*. O gozo está colonizado por um objeto primordial que é produzido pela falta permanente. De alguma maneira, podemos dizer que a economia política e a economia libidinal estão separadas e não podem produzir — pelas suas próprias imanências — nenhuma alternativa ideológica vigorosa. Somente com a unificação das críticas econômica e libidinal, ou melhor, mediante uma crítica libidinal da economia e uma crítica econômica do desejo, é que talvez possamos elaborar uma alternativa global e transformativa ao capitalismo. Com efeito, a indisposição contra o fascismo é uma orientação simbolizável que possibilita a instauração de um gozo que nos empurre para fora do capitalismo. Ou desejamos seguir com nosso gozo colonizado pela delirante fantasmagoria (paranoica) fascista? Talvez seja essa a verdadeira pergunta do nosso tempo. É necessário coragem para fazê-la. É indispensável a tessitura do desejo para encontrar uma solução transgressora e emancipatória. Como diz Badiou, “a nossa tarefa é afirmar um novo começo”.

* Doutor em Políticas Públicas e professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). É autor de *Esperança do mundo: ontologia, futuro e emancipação no século 21*, pela editora Lumen Juris (2020). E-mail: saulo.pinto@ufma.br

► Texto recebido em fevereiro de 2021; aprovado em março de 2021

- ADORNO, Theodor W. **Aspectos do novo radicalismo de direita**. São Paulo: Editora Unesp, 2020.
- _____. **Mínima moralia**. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008.
- _____; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- BADIOU, Alain. **Trump**. Lisboa: VS Editor, 2020.
- _____. O (re) começo do materialismo dialético. In: BADIOU, Alain; ALTHUSSER, Alain. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global, 1979.
- BENJAMIN, Walter. Teorias do fascismo alemão: sobre a coletânea *Guerra e guerreiros*, editada por Ernest Jünger. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2011.
- DI CESARE, Donatella. **Vírus soberano?: a asfixia capitalista**. Belo Horizonte; Veneza: Editora Âyiné, 2020.
- FISHER, Mark. **Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
- _____; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GORDON, Peter E. Adorno e o neofascismo. **A Terra É Redonda**, 10 jan. 2021. Disponível em: <<https://aterraeredonda.com.br/adorno-e-o-neofascismo>>. Acesso em: 30 jan. 2021.
- HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Linhas fundamentais da filosofia do direito ou Direito natural e ciência do estado em compêndio**. São Leopoldo: Unisinos, 2010.
- _____. **Princípios de la filosofía del derecho**. Barcelona: Edhasa, 1999.
- KURZ, Robert. **A democracia devora seus filhos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
- LACLAU, Ernesto. **Política e ideologia na teoria marxista: capitalismo, fascismo e populismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LAZZARATO, Maurizio. **Fascismo ou revolução?: o neoliberalismo em chave estratégica**. São Paulo: N-1 Edições, 2019.
- MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MURGIA, Michela. **Instruções para se tornar um fascista**. Belo Horizonte; Veneza: Editora Âyiné, 2019.
- PACHUKANIS, Evguíeni B. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- PINTO, Saulo. **Esperança do mundo: ontologia, futuro e emancipação no século 21**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.
- PRECIADO, Paul. Aprendendo com o vírus. **Punkto**, 9 abr. 2020. Disponível em: <www.revistapunkto.com/2020/04/aprendendo-com-o-virus-paul-b-preciado.html>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018.
- _____. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos: Lacan, política e emancipação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- _____. **Um dia, esta luta iria ocorrer**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
- ŽIŽEK, Slavoj. **Como ler Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. **Elogio da intolerância**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.
- _____. **Menos que nada: Hegel e a sombra do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- _____. O verdadeiro golpe de Trump. **Blog da Boitempo**, 14 jan. 2021. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2021/01/14/zizek-o-verdadeiro-golpe-de-trump>>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- _____. **Violência: seis reflexões laterais**. São Paulo: Boitempo, 2014.

Notas para uma compreensão ampliada do conceito de ideologia dominante

Theoretical remarks for an expanded
understanding of dominant ideology

Leonardo Bacher Medeiros*

Leonardo Granato**

DOI:<https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.006>



RESUMO

Este artigo tem por finalidade discutir elementos teóricos para uma interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante na formação social capitalista. Para isso, parte do pressuposto de que o conceito de ideologia é um objeto de análise complexo, e que, apesar disso, predomina nos estudos sociais uma abordagem restritiva sobre seu significado (uma acepção negativa ou neutra) em relação ao Estado capitalista, limitando a análise das relações sociais envolvidas no conflito político a ser analisado. Em razão disso, por meio da revisão bibliográfica, este trabalho busca elementos teóricos para uma compreensão ampliada de ideologia dominante, especialmente nas formulações de Karl Marx, Friedrich Engels e Nicos Poulantzas. A abordagem deste artigo é baseada, inicialmente, na interpretação dos sentidos atribuídos ao conceito de ideologia por Marx e Engels. Em seguida, analisa seus significados como estrutura regional e conceito relacional na obra de Poulantzas. Com base nas contribuições desses autores, conclui que há elementos para uma interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante. Particularmente, compreende que essa interpretação se compõe de pelo menos duas dimensões de análise: uma primeira, que aborda seus pressupostos estruturais (efeitos de isolamento e unidade), e uma segunda, que identifica sua característica relacional e suas práticas concretas (o discurso político, as práticas jurídicas, as relações de trabalho etc.) na formação social.

Palavras-chave: Ideologia dominante. Estado capitalista. Ideologia capitalista.

ABSTRACT

This article aims to discuss theoretical elements for an expanded interpretation of the concept of dominant ideology in the capitalist social formation. In order to do this, it starts from the assumption that the concept of ideology is a complex object of analysis and that, nevertheless, a restrictive approach to its meaning (a negative or neutral meaning) prevails in social studies in relation to the capitalist State, limiting the analysis of the social relations involved in the political conflict to be analyzed. Because of that, through a literature review, this paper looks for theoretical elements for an expanded understanding of dominant ideology, especially in the formulations of Karl Marx, Friedrich Engels and Nicos Poulantzas. The approach in this paper is based on the interpretation of the meanings attributed to the concept of ideology by Marx and Engels. Then, it analyzes its meanings as a regional structure and relational concept in the work of Poulantzas. Based on contributions of these authors, it concludes that there are elements for an expanded interpretation of the concept of dominant ideology. In particular, it understands that this interpretation is composed by at least two dimensions of analysis: a first one addresses its structural assumptions (effects of isolation and unity); a second one identifies its relational characteristic and its concrete practices (political discourse, legal practices, labor relations etc.) in the social formation.

Keywords: Dominant ideology. Capitalist state. Capitalist ideology.

1. INTRODUÇÃO

O estudo do poder político e das suas transformações ao longo da história deve ser guiado pelo exame do conjunto das relações complexas que acompanham esse poder, reunindo não apenas as lutas políticas nos campos econômico e político, mas também a sua dimensão ideológica. Esse fator foi introduzido no debate teórico notadamente por Antonio Gramsci com a noção de Estado ampliado, e foi retomado de forma contundente nas sistematizações teóricas sobre o Estado na Europa nas décadas de 1960 e 1970, especialmente no pensamento de autores como Louis Althusser¹ e Nicos Poulantzas².

Este último autor em particular, em sua obra magna *Pouvoir politique et classes sociales*, de 1968³, propõe a articulação entre as ideologias (geral e particulares) e explica seus efeitos para o Estado capitalista. Já em sua última obra, *L'État, le pouvoir, le socialisme*, de 1978, ao enfatizar a problemática da luta de classes no interior do aparelho do Estado⁴, Poulantzas nos fornece subsídios para pensarmos o conceito de ideologia também como um conceito relacional.

Por diferentes gradações e enfoques, ao longo da história da teoria política, o conceito de ideologia se apresenta com maior ou menor ênfase, mas sempre como uma variável particularmente importante para a compreensão do Estado capitalista. Contemporaneamente, predomina nos estudos sociais sobre o tema uma abordagem restritiva sobre seu significado (uma acepção negativa ou neutra) em relação ao Estado capitalista, o que, tendo em conta sua natureza conceitual complexa, limita a abordagem sobre determinada conjuntura política a ser analisada. Entretanto, existem elementos teóricos que entendemos ser possível mobilizar em favor de um conceito ampliado de ideologia dominante, dentre os quais se destacam os elaborados por Karl Marx, Friedrich Engels e Poulantzas. Dessa forma, o objetivo deste artigo é discutir os referidos elementos teóricos.

Este trabalho, baseado em análise bibliográfica, se estrutura em introdução e conclusão, além de outras duas partes. Inicialmente, discutimos os sentidos atribuídos ao conceito de ideologia por Karl Marx e Friedrich Engels. Em seguida, analisamos seus significados como estrutura regional e como conceito relacional na obra de Nicos Poulantzas.

1 Para uma discussão mais detalhada acerca da influência da noção de Estado ampliado e quanto à compreensão de Althusser sobre os aparelhos do Estado capitalista, ver Almeida (2016).

2 Partindo das elaborações de Marx e Engels, que estabelecem as bases teórico-metodológicas iniciais para o debate sobre o tema, Lênin, Gramsci e outros autores marxistas acrescentam novas interpretações sobre a ideologia nos séculos XIX e XX, mas são Althusser (1982; 1999) e Poulantzas (2015; 2019) que estabelecem de forma mais sistemática a relação entre a ideologia dominante e o Estado capitalista. Vejam-se ainda Sampedro (2010), Motta (2014) e Almeida (2016).

3 A referida obra foi lançada no Brasil pela editora Martins Fontes, em 1977, com o título *Poder político e classes sociais*. Em 2019, após 51 anos da primeira edição da referida obra na França, a Editora Unicamp publicou uma nova tradução a cargo de Maria Leonor Loureiro, com a revisão técnica de Danilo Martuscelli.

4 Definido em *O Estado, o poder, o socialismo*, título da obra em língua portuguesa, como uma condensação de relações de forças.

2. O CONCEITO DE IDEOLOGIA EM MARX E ENGELS

Um dos significados mais comuns atribuídos a *ideologia* diz respeito a uma acepção pejorativa ou negativa — que indicaria um conjunto de ideias falsas —, que remonta à disputa política entre Napoleão Bonaparte e os filósofos do Instituto Nacional da França, os quais ele passou a chamar de “ideólogos” como uma forma de desqualificação de seus ideais republicanos. No campo marxista, entretanto, esse sentido negativo está relacionado à obra de Karl Marx e Friedrich Engels, no livro *A ideologia alemã*⁵. Tal significado surge quando da crítica aos filósofos idealistas alemães, os quais, para Marx e Engels, desconsideravam a vida social em detrimento do pensamento, o que comprometia toda a lógica pensada por eles para atingir uma suposta libertação do espírito. Mas o conteúdo dessa obra não se resume a essa crítica. O filósofo venezuelano Luis José Silva Michelena, mais conhecido como Ludovico Silva, questiona parte das interpretações realizadas sobre *A ideologia alemã* e observa que a ênfase que se dá à crítica feita por Marx e Engels aos idealistas pode obscurecer outra grande contribuição dessa obra:

Outra grave consequência decorrente da leitura superficial de Marx tem consistido em crer – e fazer crer – que uma obra como *A ideologia alemã* se esgota na crítica à “ideologia alemã”. O manuscrito de Marx e Engels – que por desgraça foi entregue à “crítica destrutiva dos ratos” durante muito tempo – é muito mais que isso: contém, ainda que imperfeitamente, os elementos básicos da teoria geral da ideologia do ponto de vista do materialismo histórico (SILVA, 2017, p. 178, tradução nossa).

No sentido apontado por Silva, de contribuir para uma teoria da ideologia, devemos atentar para os fundamentos presentes na obra escrita em 1845-1846. Se por um lado naquela obra Marx e Engels estabelecem as bases fundamentais para esse estudo, por outro esses fundamentos não tiveram um posterior desenvolvimento por parte dos autores, pelo menos não da forma sistemática como Marx fez em relação à estrutura material de produção da sociedade. Esse exame constitui, entretanto, um importante subsídio para analisar o papel concreto das formações ideológicas e as determinantes da ideologia capitalista. Ao observarmos as relações de produção, por exemplo, constatamos que elas têm como um dos seus pressupostos o isolamento do sujeito enquanto indivíduo, apartado de sua classe e em “concorrência” com seus pares. Essa constatação permite pensarmos o efeito da ideologia jurídica sobre essas relações e, ao mesmo tempo, verificarmos uma de suas principais funções, que, ao cabo, constitui sua particularidade própria na formação social capitalista. Mesmo assim, ao descreverem os elementos fundamentais para uma teoria da ideologia, Marx e Engels deixaram diversos pontos de reflexão em aberto, razão pela qual ainda persistem múltiplos usos e equívocos sobre o termo *ideologia* (SILVA, 2017). Ludovico Silva entende

5 *A ideologia alemã*, obra escrita entre os anos de 1845 e 1846, foi publicada pela primeira vez somente em 1932, pelo Instituto Marx-Engels de Moscou.

que, a partir de *A ideologia alemã* e de uma releitura sistemática da obra de Marx e Engels como um todo, é possível estabelecer interpretações complementares do conceito de ideologia, já que, segundo ele, “nem Marx nem Engels cunharam uma noção específica de ideologia, mas isso não nos impede de poder extrair uma caracterização precisa o suficiente a partir dos numerosos textos que ambos os autores dedicaram ao assunto” (SILVA, 1978, p. 13, tradução nossa). Essa falta de caracterização ocorreu em razão de seus objetivos de estudo. Em carta escrita a Franz Mehring, em 1893, Engels reconhece que não descreveram suficientemente cada conceito utilizado:

Nós colocávamos — e éramos obrigados a colocar — a ênfase principal, antes de mais nada, em *derivar* dos fatos econômicos fundamentais as ideias políticas, jurídicas e outras noções ideológicas e as ações por elas desencadeadas. Mas o respeito ao conteúdo nos fazia negligenciar a forma, ou seja, o processo de gênese dessas ideias (ENGELS, 1969, p. 408, tradução nossa).

Apesar do que relata Engels, diversos autores reconhecem que ele e Marx representam um marco na utilização do termo (MANNHEIM, 1950; LÖWY, 1991; MÉSZÁROS, 2011; ALTHUSSER, 1999). Ainda assim, contudo, a afirmação de que seria possível uma determinação precisa da ideologia na obra de Marx não é consenso. Thompson (2011, p. 49) ressalta que é possível uma aproximação dos sentidos utilizados para o termo, mas acredita que “as maneiras precisas como ele [Marx] empregou o conceito de ideologia e as maneiras como lidou com os vários assuntos e os vários pressupostos que estavam ligados a seu uso não são nada claros”. Essa ausência de uma definição particular sobre o conceito em tela na obra de Marx nos obriga a coletar os principais aspectos de suas análises e adequar a análise de cada objeto de estudo concreto.

Diante dessa possibilidade e da riqueza de significados com que se apresenta a ideologia como objeto teórico, uma síntese desses significados na obra de Marx e Engels se apresenta necessária para compreendermos o que posteriormente foi incorporado sobre o tema na obra de autores que os seguiram, como Lênin, Gramsci, Althusser, Poulantzas e Pêcheux. Ainda que conscientes dos possíveis “riscos” de toda espécie de recorte acerca de um conceito, mas também considerando as vantagens desse procedimento, buscamos estabelecer as principais características que assume o termo nos diferentes contextos históricos em que foi utilizado. O objetivo dessa proposta é, ao final, acessarmos alguns pontos importantes que compõem as relações entre a ideologia e o Estado na formação social capitalista em suas derivações simbólicas.

Os significados que assume o termo *ideologia* nas obras de Marx apresentam variações, mas também certas continuidades, se os interpretarmos conforme as circunstâncias históricas em que foram pensados. Inicialmente, no contexto de combate aos jovens hegelianos, Marx e Engels se dedicaram à crítica do idealismo, entendido por eles como uma forma de pensamento desconectada das condições da realidade material e a serviço dos detentores dos recursos materiais: “as formações nebulosas

na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94). Em contraponto à abstração idealista, entendiam os autores que o pensamento era uma expressão das condições vividas. Em suas palavras:

Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência como *sua* consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Em razão desse enfrentamento do idealismo, Marx e Engels assumiram o sentido pejorativo do termo, mas, diferentemente do que fez Napoleão⁶, atribuíram a ele um referencial teórico e uma argumentação baseada no materialismo. Afirmaram que nenhuma forma ideológica é autônoma, independentemente de como ela se apresenta — religiosa, moral ou metafísica —, isso porque está ligada a pressupostos materiais, as condições impostas pela forma relacional do modo de produção capitalista. Dessa forma, entendiam que as ideias dominantes eram as ideias da classe dominante; a ideologia dominante então era nada mais do que a expressão ideal das relações sociais que a faziam classe dominante. Por essas razões, Marx e Engels entendiam que era a realidade material que formava a consciência, e não o contrário. O caminho a ser percorrido deveria ser da materialidade às ideias. Dessa forma,

totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso. Parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Para os autores, a própria ideia de autonomia da consciência e, assim, de considerar os indivíduos concretos como produtos das ideias em vez de produtores delas, é uma inversão. Essa idealização da consciência se apresenta, por si só, como resultado de condições e processos históricos particulares, dos quais os homens nem sempre têm consciência (THOMPSON, 2011). Vai nesse sentido um dos trechos mais citados daquela obra:

A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa senão o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo

6 A palavra *ideologia* teria sido criada por Destutt de Tracy, em 1802, na obra *Elementos da ideologia*, para denominar uma nova ciência interessada na análise sistemática das ideias e sensações. Napoleão Bonaparte (1769) apropriou-se do termo, dando-lhe novo sentido ao relacionar a ideologia a um agrupamento de ideias sem lastro na realidade, a um projeto falso ou mentiroso de sociedade. Para uma revisão histórica detalhada do conceito, ver Konder (2002), Larraín (2008) e Žižek (1996).

como numa câmara escura, esse fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

A “inversão dos objetos na retina” resulta em um processo de falseamento da realidade e, dessa forma, o processo ideológico leva à *falsa consciência*, termo que não foi utilizado pelos autores naquela obra, mas pode representar de forma fiel como eles entenderam o efeito da ideologia da época⁷. Esse falseamento, vale lembrar, não foi explorado por eles como uma “mentira”. Por meio de uma leitura atenta, verificamos que *ideologia* no sentido de “falsidade” expressa a inversão, presente na realidade material, de um mundo que se apresenta também dessa forma invertida. Conforme interpretamos a realidade material pelas lentes da ideologia, a primeira passa a ser, assim, simultaneamente prática e representação de si. Por exemplo, ajoelhar-se diante de um sacerdote é, simultaneamente, o ato de ajoelhar-se e o que ele representa. É ação e conteúdo. Então, se compreendermos que a ideologia só existe enquanto prática (ALTHUSSER, 1982) e que a ideologia dominante expressa as relações ideais presentes na sociedade capitalista (MARX; ENGELS, 2007), isso significa que essas relações, a materialidade em si, são por si só uma realidade invertida. Esse aspecto deve ser considerado apenas como um fator, dentre outros que se apresentam a respeito do conceito de ideologia nessa obra. Não há dúvida de que é uma característica fundamental, entretanto não é a única. A esse respeito, Mézáros (2011, p. 142) observa que “as tentativas equivocadamente concebidas de reduzir a ideologia à falsa consciência estão frequentemente associadas a uma visão rígida, fetichista de ciência”. Sendo assim, a variação do conceito de ideologia pode ser melhor compreendida pelo exame da especificidade social e histórica. Quando a ideologia é examinada em suas práticas verificamos que as noções de ideologia e falsa consciência podem ou não coincidir a depender da conjuntura concreta em que são analisadas. Dessa análise, pode-se concluir que se extrai do pensamento uma noção falseada das condições objetivas de classe. Contudo, ainda assim, nesse falseamento, há um lastro de realidade. Larraín (1988, p. 184) afirma que, nesse sentido, o próprio Marx entende que existe uma mediação com substrato na realidade:

A conexão entre “consciência invertida” e “realidade invertida” é mediada por um nível de aparências que é constitutivo da própria realidade. Essa esfera de “formas fenomenais” é constituída pelo funcionamento do mercado e da concorrência nas sociedades capitalistas, e é uma manifestação invertida da esfera da produção, o nível subjacente das “relações reais”.

Nesse aspecto, a ideologia não se expressa como um obstáculo à realidade, nem constitui uma simples mentira. Esse fator importa também na obra de Karl Mannheim

7 De fato, a expressão falsa consciência remete à carta de Engels a Franz Mehring, de 1893. Ao buscar esclarecer o aspecto da consciência no processo ideológico, Engels afirmou: “A ideologia é um processo realizado pelo chamado pensador consciente, é verdade, mas com uma falsa consciência. As verdadeiras forças motrizes que o impulsionam permanecem desconhecidas para ele; caso contrário isso não seria um processo ideológico” (1969, p. 408, tradução nossa).

Ideologia e utopia, de 1950. O autor parte de uma abordagem muito distinta daquela de Marx e Engels acerca da ideologia: quando identifica a “ideologia particular”⁸, explica que ela constitui

disfarces mais ou menos conscientes da natureza real de uma situação, cujo verdadeiro reconhecimento contraria os seus interesses. Essas deformações abrangem uma vasta gama de variações — das mentiras conscientes aos disfarces semiconscientes e mesmo inconscientes; das tentativas calculadas para iludir o próximo às formas mais ingênuas de automistificação (MANNHEIM, 1950, p. 51).

Assim, por questão de método, quando nos deparamos com uma das práticas da ideologia — o discurso político, por exemplo — não devemos considerá-la, a princípio, como mentirosa. O sujeito do discurso não está, necessariamente, sempre mentindo, ou pode não ter plena consciência do que diz.

Esses aspectos são favoráveis a uma interpretação mais ampla e, a nosso juízo, necessária da aceção de ideologia presente na obra de 1845. A ideologia pode ser definida assim como “uma doutrina teórica e uma atividade que olha erroneamente as ideias como autônomas e eficazes e que não consegue compreender as condições reais e as características da vida sócio-histórica” (THOMPSON, 2011, p. 51). Assim, mesmo que a ideologia esteja ou possa estar imersa no problema da falsa consciência, ela é a representação das condições materiais que determinam o pensamento e, assim, dizem respeito também a como essa materialidade concreta é interpretada pelo inconsciente. Nesse sentido, além dos fatores materiais que afetam a consciência, “as verdadeiras forças propulsoras” que movem o pensador permanecem ignoradas por ele, pois, de outro modo, “não seria tal processo ideológico” (SILVA, 2017, p. 197).

Nota-se que *A ideologia alemã* estabelece alguns aspectos conceituais de relevância para os trabalhos posteriores de Marx e Engels sobre o tema. Isso se constata quando pensamos a ideologia, por exemplo, seu sentido negativo, seu caráter ilusório e sua relação com as condições de produção. Essa conotação negativa permanece na relação que os autores fazem posteriormente da ideologia com as condições econômicas e a classe dominante no prefácio a *Contribuição à crítica da economia política*, de 1859. Nesse texto, Marx afirma que as relações de produção são o principal vínculo entre os indivíduos na formação social capitalista, e com isso determinam o ser social e suas práticas. Antes, na obra de 1845, os autores já asseguravam que a ideologia na formação social deve ser entendida tomando-se por base a força material dominante na sociedade:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos da-

8 Essa distinção se opõe a outra espécie de ideologia, aquela que se refere à ideologia de uma época, de um grupo histórico concreto, uma classe específica (MANNHEIM, 1950).

queles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (MARX; ENGELS, 2007, p. 47, grifos nossos).

Ao entenderem que a ideologia resulta de uma relação de dominação da classe burguesa sobre a classe operária, e que por intermédio dela se faz possível a universalização de interesses particulares, os autores lhe reforçam o sentido pejorativo, cunhado por Napoleão, mas dessa vez relacionam expressamente a dominação ideológica à dominação material da burguesia. Dessa concepção, se percebe o vínculo da ideologia com as relações capitalistas, preservadas e transformadas pela imposição de uma visão ilusória dessas relações. O emprego pejorativo desse termo pelos autores denuncia a ilusão e indica uma consciência deformada, desconectada da realidade (LÖWY, 1991). A expressão *falsa consciência*, ainda que não tenha sido utilizada pelos autores na obra de 1845, descreve adequadamente o pensamento deles acerca do termo. Apesar disso, o sentido pejorativo de *ideologia* como “falsificação da realidade”, ou mesmo como “obstáculo a uma consciência real”, predominou nas interpretações de tradição marxista, fato que se modificaria apenas a partir da teoria leninista sobre a organização proletária.



A interpelação a que Althusser se refere, no processo discursivo, cria essa evidência do sentido e apaga seu caráter de classe, criando a ilusão de que o sentido do discurso é algo dado e não algo relacionado à estrutura social

A ideologia, em um segundo momento (1859) da obra de Marx e Engels, pode ser entendida como um sistema de ideias que expressa os interesses da classe dominante por meio de uma representação ilusória das relações econômicas ante as classes populares. Com isso, a consciência do indivíduo e, acrescentamos, suas práticas, não são vistas como autônomas. Ao contrário, devem ser examinadas segundo as condicionantes do modo de produção. Em razão disso, as representações que os indivíduos fazem de si e de suas práticas sociais assumem uma dimensão ideológica que dá sentido à realidade e coesão à forma do Estado (MARX; ENGELS, 2007; ALTHUSSER, 1982; POULANTZAS, 2015; 2019). Esse aspecto é especialmente relevante, pois, nessa lógica, as formas ideológicas de consciência devem ser explicadas pela análise das condições econômicas de produção nos processos de transformação social. É nesse sentido que a análise da ideologia de Estado se reporta também aos aspectos da reconfiguração da luta de classes e dos interesses em conflito.

Os elementos apontados neste último sentido ligam a produção material à produção das ideias, e isso nos traz uma definição de *ideologia* que, de certa maneira, supera o entendimento acerca da falsa consciência, sem, contudo, abandoná-lo. Ocorre nesse aspecto uma reformulação do conceito, que se apresenta de forma mais clara em *A ideologia alemã* e no prefácio a *Contribuição à crítica da economia política* (1859), mas incorpora-se aos escritos de Marx e Engels de forma mais periférica e, até certo ponto, subliminar, a partir do livro *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, a qual podemos designar como concepção “latente” sobre a ideologia. Esse termo é empregado, como se refere Thompson (2011), para designar os fenômenos que constam da obra de Marx, aos quais o autor não se reporta diretamente como fenômenos ideológicos:

Os fenômenos apresentados como sendo essa concepção latente de ideologia não são meros epifenômenos das condições econômicas e das relações de classe; ao contrário, *elas são construções simbólicas que têm certo grau de autonomia e eficácia. Elas se constituem em símbolos e slogans, costumes e tradições* que mobilizam as pessoas ou prendem-nas, empurram-nas para a frente ou constroem-nas, de tal modo que não podemos pensar essas construções simbólicas unicamente como determinadas, ou totalmente explicadas, em termos de condições econômicas de produção (THOMPSON, 2011, p. 58, grifos nossos).

A ideologia apresentada sob forma de construções simbólicas é frequente na prática discursiva, e, por essa razão, tal interpretação deve ser considerada como parte da análise de processos de mudança ou de conservação social, como entendemos que Marx faz nessa obra. Nos contextos em que aparece, essa concepção não é descrita pelo termo *ideologia*. Em vez disso, afirma Thompson (2011, p. 56), ele utiliza “*ilusões, ideias fixas, espíritos ou fantasmas* [...] que andam no meio do povo e procuram despertar suas superstições”.

Podemos encontrar exemplos disso em diversas passagens, nas quais, vale ressaltar, Marx se refere à disputa partidária da época e aos interesses reais que se apresentavam se examinássemos além da aparência:

Um exame mais detido da situação e dos partidos [...] faz desaparecer essa aparência superficial, que mascara a *luta de classes* e a fisionomia peculiar desse período. [...]

E, assim como na vida privada se costuma diferenciar entre o que uma pessoa pensa e diz de si mesma e o que ela realmente é e faz, nas lutas históricas devem-se diferenciar tanto mais *as fraseologias e ilusões nutridas pelos partidos do seu verdadeiro organismo e dos seus reais interesses*, devem-se diferenciar as suas concepções da sua realidade. Na República, orleanistas e legitimistas estavam lado a lado com as mesmas pretensões (MARX, 2011, p. 59-61, grifos nossos).

Em outro trecho célebre o autor se refere à “reedição do 18 de brumário”:

A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem estar empenhados em transformar a si mesmos e às coisas, em criar algo nunca antes visto, exatamente nessas épocas de crise revolucionária, eles conjuram temerosamente a ajuda dos espíritos do passado, tomam emprestados os seus nomes (MARX, 2011, p. 25).

No contexto apresentado por Marx sobre a França de Luís Bonaparte, a ideologia se apresentava como uma forma simbólica de mobilização social, o que, naquele caso, resultou na mobilização para conservação. Isso nos mostra como essas formas simbólicas são também um elemento transmitido pelo passado a ponto de constituírem os costumes, novas tradições, que, no plano da formação social, constituem práticas ideológicas. No plano das transformações sociais, a ideologia incide na realidade como práticas que, dialeticamente, atuam como constituintes e reflexos das relações políticas e econômicas. Nesse sentido, Mészáros afirma que uma das principais características da ideologia é ser:

A consciência prática inevitável das sociedades de classe, preocupada com a articulação e afirmação dos conjuntos rivais de valores e estratégias [...] pelo propósito vital de *levar até o fim o conflito fundamental* na arena social, posto que os conjuntos rivais de valores são inseparáveis de *alternativas hegemônicas* objetivamente identificáveis da situação histórica dada (MÉSZÁROS, 2011, p. 144-145, grifos originais).

De acordo com essa lógica, os aspectos da “concepção latente” de ideologia apresentam, a nosso juízo, uma importante contribuição no exame dos processos de transformação ou conservação de poder. O “aspecto estratégico” da noção da ideologia também pode ser observado na formulação desse conceito por parte de Lênin.

9 No dia 18 de brumário (9 de novembro) de 1799, Napoleão Bonaparte derrubou, mediante um golpe de Estado, o Diretório francês, tornando-se ditador com o título de primeiro-cônsul. Com a “reedição do 18 de brumário”, Marx se refere ao golpe de Estado desferido por Luís Bonaparte no dia 2 de dezembro de 1851.

A principal contribuição que Lênin traz com a sua elaboração teórica sobre a ideologia, em termos teóricos conceituais, é que ele “retira” parte da conotação negativa atribuída ao termo em *A ideologia alemã*

Vale lembrar que Lênin não teve acesso à obra *A ideologia alemã*, escrita entre 1845 e 1846, mas publicada apenas em 1932, oito anos após seu falecimento. Assim, sua concepção de ideologia não continha uma valoração negativa da ideologia, como “falsa consciência”, tal qual formulada na obra citada.

Lênin não se dedicou à sistematização de um conceito acabado de ideologia, pois sua intenção ao utilizar o termo estava ligada aos aspectos práticos da organização do partido e da “luta ideológica”. Por essa razão, em muitos de seus escritos, os conceitos aparecem de forma simplificada, dirigidos para a ação política da classe operária. Ainda assim, é possível, em seus textos, ter uma noção clara do que pensava sobre o tema. Sua definição de ideologia aponta para “um conjunto de crenças que reúne e inspira um grupo ou classe específicos a perseguir interesses políticos considerados desejáveis. E então, com frequência, sinônimo da aceção positiva de *consciência de classe*” (EAGLETON, 2019, p. 50). Essa noção positiva da ideologia só é possível pela oposição que propõe à ideologia burguesa. Entretanto, a ênfase é na possibilidade de emancipação proletária mediante uma estratégia da classe trabalhadora e não no caráter negativo ou pejorativo da formação ideológica burguesa. Ao apontar para a necessidade de uma “luta ideológica”, o autor deixa clara a dicotomia entre a burguesia e o proletariado, apontando para as consequências da existência de “ideologias intermediárias”:

O problema põe-se exclusivamente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há meio-termo (pois a humanidade não elaborou uma “terceira” ideologia; e, além disso, em uma sociedade dilacerada pelos antagonismos de classe, não seria possível existir uma ideologia à margem ou acima dessas classes). Por isso, toda diminuição da ideologia socialista, todo distanciamento dela implica o fortalecimento da ideologia burguesa. Fala-se de espontaneidade. Mas o desenvolvimento espontâneo do movimento operário resulta justamente na subordinação à ideologia burguesa, efetua-se justamente segundo o programa do “credo”, pois o movimento operário espontâneo é o sindicalismo [...] ora, o sindicalismo é justamente a escravidão ideológica dos operários pela burguesia (LÊNIN, 1976, p. 391, tradução nossa).

Com essa referência, não queremos afirmar, de forma simplista, que o autor não compreendia as nuances dos aspectos da ideologia no campo teórico-analítico. Lênin, que tinha claramente uma visão dialética dos processos sociais, compreendia que não havia apenas duas ideologias. Fica claro, nessa passagem, que Lênin estava preocupado com o “espontaneísmo” no campo ideológico, que tinha como consequência o “sindicalismo” na luta operária, o que todos deveriam combater também por meio da ideologia própria. A esse respeito vale lembrar que, em um contexto diferente daquele em que viveu Lênin, o Estado capitalista no Ocidente apresenta diversos subconjuntos ideológicos, os quais são passíveis de incorporação na ideologia dominante. É justamente essa dicotomia que se vê desfeita — em favor da classe dominante — na análise da ideologia do Estado capitalista. A esse ponto retornaremos nas páginas seguintes. Quanto ao caráter dual da “luta ideológica” e a oposição valorativa (negativo-positivo), se fundamenta na existência do que Lênin (1976) designou como uma ideologia transformadora e socialista. Nesse sentido, a ideologia socialista (sentido positivo) estaria em oposição à burguesa (sentido negativo), e o conflito ideológico deveria ser incorporado à estratégia proletária. Uma utilização similar também faz Lukács do termo *ideologia*. Sua reflexão, nos anos 1920, acerca dos problemas e tarefas que os movimentos da classe trabalhadora enfrentavam, menciona a necessidade da consolidação de uma “ideologia do proletariado” para os destinos da revolução. Nossa intenção em pontuar esses aspectos não é, contudo, adentrar no debate acerca da organização da classe proletária da época. O que pretendemos com isso é extrair algumas das características da formulação de Lênin acerca da ideologia e, principalmente, o fator de renovação que traz ao conceito.

A principal contribuição que Lênin traz com a sua elaboração teórica sobre a ideologia, em termos teóricos conceituais, é que ele “retira” parte da conotação negativa atribuída ao termo em *A ideologia alemã*. Isso é possível notar mediante uma comparação retrospectiva que fazemos agora, e que o próprio Lênin não fez, por desconhecer a obra publicada em 1932. Nesse sentido, podemos dizer que ele dá “novo sentido” ao termo, ao associá-lo a uma estratégia da classe trabalhadora, que por si só era considerada positiva, já que se confundia com uma necessária “consciência de classe” (EAGLETON, 2019). Aqui a acepção negativa do termo é minimizada, já que é perceptível somente se a pensarmos em oposição à ideologia burguesa, entendida como um obstáculo à emancipação.

Outra consequência desse novo sentido atribuído ao conceito por Lênin e, também, por Lukács é o que Thompson (2011) chamou de “neutralização implícita do conceito de ideologia”. Para o autor, Lênin e Lukács, ao adaptarem o conceito de ideologia de Marx de 1859, generalizaram essa concepção de tal modo que *ideologia* passou a se referir às ideias que expressam e promovem os respectivos interesses das classes fundamentais. Com essa definição, os autores eliminaram o “aspecto assimétrico” da acepção de Marx, de 1859, e com isso alargaram o conceito, de forma que *ideologia* teria perdido o sentido negativo, bem como sua referência às ideias dominantes. A

essa neutralização, mais tarde, Poulantzas (2015; 2019) se insurge por meio das críticas acerca da corrente “historicista” de marxistas, conforme veremos na próxima subseção. Isso porque, se há algo recorrente na concepção de ideologia em Marx e Engels, é o fato de ela expressar os interesses da classe dominante e não ideais que expressam os interesses das classes como tais. Nesse sentido,

Marx nunca falou da “ideologia socialista” ou da “ideologia proletária”, e ele nunca caracterizou o materialismo histórico como a “ideologia do proletariado” [...] para Marx, era o reino das doutrinas abstratas e das ideias ilusórias que poderia, talvez, confundir o proletariado (THOMPSON, 2011, p. 86).

Dessa forma, a ideologia, para Marx e Engels, não era um instrumento de luta da classe operária, mas um obstáculo ao qual se teria de superar para uma real emancipação.

Essas questões não se apresentam para nós apenas como uma crítica à formulação de Lênin, mas são relevantes para nosso trabalho justamente porque estabelecem uma diferença interpretativa acerca da ideologia, que influencia diretamente no que entendemos por ideologia do Estado. Podemos fazer a seguinte síntese: 1) se entendemos a ideologia como falsa consciência apenas, o discurso na cena política sempre será um dispositivo que leva as classes subalternas ao erro, a uma percepção distorcida da realidade que vivem e, com isso, a uma falsa percepção também do Estado e da política; 2) se entendemos a ideologia como a expressão de um conjunto de crenças e valores de uma classe específica, o discurso na cena política sempre será e expressará a ideologia dessa classe de forma “pura”, uma ideologia de classe linear. Ou seja, esses aspectos do conceito de ideologia, quando examinados em uma formação social concreta, constituem uma determinada compreensão da conjuntura da luta de classes. Esse conhecimento da situação concreta acerca das relações ideológicas determinará não apenas um tipo de análise e exposição teórica, mas também uma estratégia política para a reprodução ou transformação social. Essa é também a consequência apontada por Poulantzas ao problematizar o conceito de ideologia sob o registro do que chamou de ideologia geral e ideologias particulares do Estado. Antes de tratarmos da ideologia enquanto prática social, abordaremos os sentidos do conceito de ideologia na obra de Poulantzas.

3. AS CONTRIBUIÇÕES DE NICOS POULANTZAS PARA UMA COMPREENSÃO AMPLIADA DA IDEOLOGIA

É em sua obra *Poder político e classes sociais* que o autor mais se detém no conceito de ideologia, na forma da ideologia jurídico-política. Nesse momento, Poulantzas estabelece uma relação fundamental da ideologia com o político e o modo de produção, especialmente no que diz respeito à função de coesão da formação social capitalista. A ideologia é vista inicialmente como uma estrutura do modo de produ-

ção¹⁰, e a ideologia jurídico-política, como uma subdivisão específica, que se apresenta ao lado das demais regiões ideológicas (moral, religiosa, filosófica, econômica, estética etc.) e que assume papel dominante nas formações sociais capitalistas. Dessa forma, se apresenta como uma dimensão predominantemente político-econômica, por sua expressão estrutural-regional. A abordagem da ideologia com ênfase na dimensão político-econômica favorece nossa análise da prática ideológica, como a do discurso político. Favorece a análise por compreender o exame da ideologia em relação ao político, entretanto nos lança ao desafio de operacionalizar alternativas para melhor identificar e compreendê-la na prática social em uma conjuntura de luta política específica.

Para Poulantzas (2019), a ideologia do Estado capitalista consistiria em uma ideologia geral de Estado e em diversas ideologias particulares. Uma dessas regiões é a ideologia jurídico-política (o direito), que se apresenta de modo dominante na formação social capitalista. Essa dominância¹¹ se refere a um fenômeno que ocorre especificamente na formação social capitalista, de forma a criar os efeitos específicos — *efeito de isolamento* (o processo de individualização-isolamento dos agentes da produção) e *efeito de unidade* (unificação virtual desses mesmos indivíduos no burocratismo) — que ocultam ou dissimulam os fundamentos das relações de classe presentes na formação social capitalista. No modo de produção capitalista, “a ideologia é mais bem colocada para ocultar o índice real de determinação e de dominância da estrutura [...] [e] também a mais bem colocada para cimentar a coesão das relações sociais, reconstituindo a unidade dessa formação em um plano imaginário” (POULANTZAS, 2019, p. 218). Dessa forma, para o autor grego, uma das regularidades que se apresenta na prática das ideologias capitalistas é a ocultação, a dissimulação, a inversão das relações reais de classe, que ocorre no plano imaginário dos agentes.

Além disso, há também um segundo aspecto determinante do conceito de ideologia que se extrai da obra poulantziana: a ideologia se apresenta, a exemplo do Estado e do capital, como um fenômeno relacional na formação social capitalista. Nesse sentido, primeiramente, mesmo que as ideologias se constituam, em parte, em um conjunto de valores¹², elas não formam qualquer espécie de “consciência” específica, ou “visão de mundo” particular, homogênea, de uma classe. Ao se referir à ideologia dominante em uma formação social concreta, Poulantzas a identifica não como uma ideologia apenas de uma classe, mas também como a ideologia que reflete as

10 A ideologia como um nível estrutural do modo de produção também foi abordada por Althusser, em duas obras anteriores ao livro *Poder político e classes sociais*. Conforme nos lembra Almeida (2016, p. 75-76), “tanto em *Pour Marx* como em *Lire Le Capital*, apesar de a centralidade do foco incidir, no que se refere ao nosso tema, sobre o papel de obstáculo epistemológico da ideologia, esta é também abordada como um nível estrutural de um modo de produção”.

11 Lembramos que Poulantzas (2019) entende que a dominância de uma ideologia particular ocorre na formação social quando esta cumpre com a função de viabilizar a exploração em determinado modo de produção, seja pela ocultação, dissimulação ou legitimação das relações sociais.

12 A expressão *conjunto de valores* aqui pode ser entendida como parte dos “fatores objetivos da estrutura” (POULANTZAS, 1980, p. 49). É, por essa razão, constituinte da prática da ideologia no âmbito da sociedade.

relações específicas entre a classe dominante e a classe dominada:

Ora, de fato, a ideologia dominante não reflete simplesmente as condições de vida da classe dominante, sujeito “puro e simples”, mas também a relação política concreta, em uma formação social, entre as classes dominantes e as classes dominadas. Ela está muitas vezes frequentemente impregnada de elementos decorrentes do “modo de vida” de outras classes e frações que não a classe ou fração dominante (POULANTZAS, 2019, p. 206).

A ideologia dominante, nesse sentido, não é apenas a expressão do modo como a classe ou a fração dominante do bloco no poder vive suas condições de existência, mas é reflexo também do modo como a classe subalterna as vive em relação à institucionalidade do Estado e ao modo de produção. Na formação social capitalista, as classes fundamentais são interdependentes quanto às suas condições de existência, pois, assim como não pode haver classe burguesa sem o proletariado, ou vice-versa, a ideologia típica dessas classes é constituída até as raízes pela ideologia da classe antagonista (EAGLETON, 2019; POULANTZAS, 2019). As ideologias dominantes devem se moldar às experiências vividas pelas classes subalternas, bem como a ideologia das classes populares, em sua relação com a ideologia das classes dominantes, deve absorver suas práticas fundamentais. Poulantzas (2019, p. 206) exemplifica essa integração entre a ideologia dominante e alguns elementos da ideologia das classes subalternas: “é o caso, clássico, por exemplo, de recepção, na ideologia burguesa das formações sociais capitalistas, de ‘elementos’ da ideologia pequeno-burguesa (o ‘jacobinismo’, e o seu sucessor, o ‘radicalismo’)”.

A unidade de uma formação social, para Poulantzas, é determinada por uma questão estrutural, um efeito das superposições de vários “níveis” ou “regiões” da vida social, determinados, em última instância, pelos limites estabelecidos pelo modo de produção. Esse aspecto fundamental — a estrutura — reforça a impossibilidade de conciliação do conceito de ideologia posto pelo autor com aquela interpretação “historicista” das ideologias¹³, segundo a qual a ideologia teria uma natureza homogênea e coesa, e as classes teriam a possibilidade de dispor delas como instrumento puro de dominação de classe.

Esse debate, ainda que cheio de nuances que não abordaremos neste trabalho, reflete uma crítica fundada no argumento estruturalista — apresentado por Poulantzas — de negação de ideologias “puras”, de uma constituição de classes sociais com uma visão de mundo mais ou menos homogênea, e está relacionado, sobretudo, à possibilidade de constituição hegemônica pela imposição da “visão de mundo” de uma classe específica. Essa visão sobre as ideologias supõe uma relação excessivamente orgânica e interna entre um “sujeito de classe” e sua “visão de mundo” (EA-

13 A crítica ao historicismo se dirige, especialmente, a autores como Sartre, Lukács, Korsch e Gramsci, e pode ser encontrada na obra *Ler o Capital*, especialmente no título V, “O Marxismo não é um Historicismo”, de autoria de Althusser (1980). Sob o paradigma althusseriano, Poulantzas (2019) retoma essa crítica na sua obra magna. Tal retomada, especialmente em relação à ideologia, pode ser constatada na Parte III, título II, “O Estado capitalista e as ideologias”.

GLETON, 2019, p. 117). A oposição a essa visão por parte de Poulantzas também é fundamento de Louis Althusser, que trabalha a ideologia não no plano do consciente, mas sim no plano imaginário das relações sociais (MOTTA, 2010). A ideologia, para o autor argelino, é um sistema de representações (não apenas ideias), imagens e conceitos que se impõem aos sujeitos por meio de estruturas e que se materializam por meio de práticas. Nesse sentido, não haveria uma consciência “falsa” ou “verdadeira” sobre as relações sociais, mas apenas uma apreensão imaginária por parte dos sujeitos sobre as relações vividas no mundo¹⁴.

A visão historicista reduziria a ideologia à organização política de classe, e “essa organização política, à constituição de uma concepção do mundo própria, que a erigiria em classe para si, sujeito da história — identificação da consciência política de classe com a função detida pela concepção do mundo” (POULANTZAS, 2019, p. 206). A ideologia dominante, entretanto, não é algo exterior às classes, e as concepções de mundo não estão apartadas do processo imaginário dos sujeitos. Nesse sentido, a classe dominante não teria como dispor da ideologia (conjunto de valores e representações) como um instrumento *a priori*, já que esta constitui para ela, bem como para a classe subalterna, algo que lhe é intrínseco. Em outras palavras, a burguesia vive a ideologia dominante, já que realmente acredita nos valores que fundamentam as relações capitalistas (a liberdade, a igualdade formal, a universalidade do Estado etc.). A classe dominante realmente experimenta na sua ideologia essa relação imaginária com as suas condições reais de existência. Ao expressarem essas relações “imaginárias”, os sujeitos subjagam suas relações reais, levando a uma sobredeterminação do imaginário pelo real (ALTHUSSER, 2015)¹⁵.

Isso não significa, contudo, que não haveria uma ideologia de classe, pois toda ideologia capitalista corresponde a uma ideologia de classe, ou, ainda, a uma situação específica da conjuntura das classes. O argumento que nos trazem Poulantzas e Althusser é o de que essa ideologia — dominante — é composta por diversas outras, correspondentes a outras classes e suas frações. Em outra passagem, o autor sintetiza a problemática que se estabelece entre consciência de classe e ideologia dominante:

14 Em *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Althusser (1982, p. 82) afirma que “na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência de indivíduos, mas as relações imaginárias desses indivíduos com as relações reais em que vivem”. Nesse sentido, o que a ideologia representa “é a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1982, p. 77).

15 O autor também afirma que essa sobredeterminação, que se apresenta pelo acúmulo de contradições originadas das diversas instâncias, pode ser reversa. Tal sobredeterminação reversa remete ao momento em que a ideologia reforça ou modifica a relação dos homens com suas condições de existência, ou seja, quando há sobredeterminação do imaginário pelo real (ALTHUSSER, 2015). Essa modificação é possível justamente porque a ideologia, para Althusser, não representa apenas o falseamento da realidade ou mesmo uma mentira. Ainda que essas relações sejam imaginárias, o são no sentido em que não correspondem à realidade tal qual se apresenta, pois a refletem de forma distorcida; são, assim, também “relações imaginadas”, representações. Tal representação dessas relações vividas constitui uma ilusão que se sobrepõe à realidade material. Esse imaginário faz alusão às condições de realidade e, sendo assim, “basta ‘interpretá-las’ para reencontrar, sob sua representação imaginária do mundo, a própria realidade desse mundo (ideologia = ilusão/alusão)” (ALTHUSSER, 1982, p. 78).

A estrutura — a unidade — da ideologia dominante não pode ser decifrada a partir das suas relações com uma consciência de classe-concepção do mundo, em um compartimento estanque, *mas a partir da unidade do campo da luta de classes*, ou seja, a partir da relação concreta das diversas classes em luta no interior da qual funciona a dominação de classe (POULANTZAS, 2019, p. 213, grifos originais).

A interpretação historicista sobre a ideologia resulta, segundo o autor grego, em diversos equívocos interpretativos em relação ao processo de luta de classes¹⁶, mas seu déficit analítico está em retirar qualquer autonomia da instância ideológica. Particularmente, essa concepção prejudica a identificação da relação concreta entre ideologia dominante e classe ou fração dominante em uma situação historicamente determinada. Na prática, impossibilita a distinção entre hegemonia política e hegemonia ideológica, em suas defasagens em relação à luta de classes em uma conjuntura concreta. Se seguirmos aquela interpretação, sempre coincidiria sob a mesma fração de classe a hegemonia no campo político e no ideológico, ou seja, não haveria defasagens entre os tipos de dominação. Essa visão simplificada do que é a ideologia dominante prejudica a análise da situação histórica concreta e, sendo assim, da estratégia da classe trabalhadora em sua intervenção para a transformação política. Assim, o que é importante destacar é que Poulantzas, ao fazer essa crítica — à qual aderimos — visa à análise da conjuntura. Nesse caso, busca-se a análise das relações ideológicas de modo específico, em maior detalhamento. Ou seja, se pensarmos o modo como se constitui a ideologia dominante, perceberemos que, *grosso modo*, ela expressará os interesses gerais da burguesia — ampliação do capital e reprodução das relações capitalistas. Já em outra camada mais profunda de análise — em uma conjuntura concreta —, notaremos que elementos da ideologia da classe dominada são incorporados para atender a parte de seus interesses. Estabelecer essa particularidade, portanto, responde à necessidade de maior aprofundamento no exame das relações ideológicas. Dessa forma, nossa leitura tanto sobre as classes sociais quanto sobre as ideologias não poderia, portanto, ser tomada conforme uma visão “historicista” de reduzir as ideologias apenas à expressão “pura” do modo de vida de uma classe.

Seguindo essa característica — de fusão das ideologias —, entendemos que outro aspecto pode ser acrescentado. Com base em uma interpretação extensiva dessa fusão, podemos também dizer que as ideologias que não são dominantes na formação social — as ideologias sobredeterminadas — podem também compor a ideologia dominante. Isso porque nem mesmo o modo de produção, na análise da formação social concreta, se apresenta de um modo “puro”. Sabemos que, no exame do modo de produção capitalista, as classes que se apresentam como elementares são a burguesia e o proletariado. A formação social consiste, entretanto, em uma sobreposição de vários modos de produção não dominantes que apresentam, por sua vez, diversas classes ou frações de classe — sobredeterminadas — correspondentes.

16 Ver detalhes em Poulantzas (2019, p. 199-212).

Nessa lógica, as classes sociais não se apresentam de forma homogênea no exame da formação social capitalista. Como consequência, as ideologias também não poderiam apresentar tal homogeneidade. A característica relacional da ideologia capitalista diz respeito ao nível das práticas da formação social em suas sobredeterminações. Dessa forma, estas geram efeitos sobre a ideologia dominante, já que ocorre a inclusão de diversas formações ideológicas que não das classes fundamentais, mas também daquelas classes oriundas dos modos de produção não dominantes.

Os aspectos levantados sobre a ideologia em Poulantzas nos apontam, até aqui, pelo menos duas características importantes para pensarmos a ideologia de Estado. Por um lado, a característica relacional da ideologia, e, por outro, a possibilidade de sua instrumentalização pela dissimulação, ocultação ou inversão das condições materiais. A primeira diz respeito aos valores e práticas que constituem a ideologia, já a segunda se refere à possibilidade “instrumental” da ideologia para a dominação de classe. Nesse sentido, mesmo que o autor entenda a ideologia capitalista por uma perspectiva relacional, ainda persiste a ideia de que ela possibilita a distorção, a dissimulação das relações de classe, que, dessa forma, atribuem sentido às práticas de dominação de classe. Ao tratar da ideologia dominante, particularmente no caso da junção entre a ideologia geral e a particular (a ideologia jurídica), o intelectual indica essa característica de ocultação:

Um dos caracteres particulares da ideologia burguesa dominante consiste no fato de que ela esconde de uma maneira absolutamente específica a exploração de classe, *na medida em que todo traço da dominação de classe está sistematicamente ausente de sua linguagem própria*. É verdade que, **por seu próprio estatuto, nenhuma ideologia se apresenta como ideologia de dominação de classe** (POULANTZAS, 2019, p. 217-218, negritos nossos).

Ainda que Poulantzas entenda que a ideologia tenha essa possibilidade instrumental de classe, há uma distinção importante em relação à teoria marxista clássica da ideologia. Da mesma forma que para Althusser, para Poulantzas a ocultação ou inversão imaginária das relações de classe não parte do pressuposto da existência de uma consciência de classe. Nesse sentido, essa característica da ideologia resulta da sua própria função na formação social capitalista, determinada em “última instância” pelo econômico, que indica, pela própria natureza pela qual se expressa o modo de produção, sua função de inversão imaginária das condições materiais.

Em *O Estado, o poder, o socialismo*, Poulantzas retoma a questão da ideologia como ocultação-inversão quando trata do problema da ação do Estado por meio do binômio repressão-ideologia para definir o domínio do poder sob as massas. Em uma crítica à distinção feita por Althusser entre aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, Poulantzas assegura que as ações do Estado não funcionam apenas de forma negativa (repressão-ocultação), como presume aquela separação, pois essa lógica “supõe que a eficácia do Estado esteja no que proíbe, exclui, impede de fazer, ou, então, *no que engana, mente, oculta ou faz crer*” (POULANTZAS, 2015, p. 28, grifos nossos); diferentemente

Quanto à ação do Estado em favor da ideologia dominante, não se deve supor, portanto, que ela se dê apenas por meio da ocultação-inversão do imaginário das massas, mas, suplementarmente, que ocorra também em sentido positivo, criando condições objetivas para a adesão das classes populares. Acreditar que o Estado só age pela produção de uma ideologia que levaria à “consciência errada” é insuficiente para entendermos a ideologia dominante

dessa noção, entende o autor que “o Estado também age de maneira positiva, *cria, transforma, realiza*” (POULANTZAS, 2015, p. 29).

Particularmente quanto à ação do Estado em favor da ideologia dominante, não se deve supor, portanto, que ela se dê apenas por meio da ocultação-inversão do imaginário das massas, mas, suplementarmente, que ocorra também em sentido positivo, criando condições objetivas para a adesão das classes populares. Acreditar que o Estado só age pela produção de uma ideologia que levaria à “consciência errada” é insuficiente para entendermos a ideologia dominante, o Estado e as relações da classe dominante com as classes populares. Porque “a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de *consenso, possui sempre um substrato material*” (POULANTZAS, 2015, p. 28).

Essa atuação positiva ocorre, entre outros fatores, porque o Estado, trabalhando em favor da hegemonia de classe, atua no campo dos compromissos instáveis que configuram as relações entre as classes dominantes e as dominadas. Essa relação entre a ideologia e as massas implica, invariavelmente, a necessidade do Estado de tomar medidas positivas em relação às classes populares (medidas econômicas de inclusão e de melhoria de vida). Interpretar a ideologia do Estado exclusivamente por conta de sua ação de “encobrimento” nos leva a uma conclusão precária sobre as razões do consentimento: seu exame estaria baseado no campo da ilusão ideológica das massas. Nesse ponto, Poulantzas difere de Althusser, que atribuía à ideologia de Estado uma função claramente mistificadora, composta pelo reagrupamento de

um certo número de temas importantes, extraídos dos diferentes domínios da ideologia (religiosa, jurídica, moral, política etc.), em um sistema que *resume* os “valores” essenciais de que tem necessidade a dominação das

classes que detêm o poder de Estado para “levar na conversa” os explorados e os agentes da exploração e da repressão, assim como os agentes da ideologização, portanto, para garantir a reprodução das relações de produção (ALTHUSSER, 1999, p. 162).

Analisar essa ideologia com base apenas em sua função mistificadora diante das classes subalternas seria, com as devidas adaptações, transportar a lógica da ideologia como representação da falsa consciência e, portanto, do próprio discurso político, como um artifício de indução a erros, e supô-la também como um discurso ideológico apenas no sentido mistificador do termo. Por essa lógica, outras consequências surgem. Porém, a conclusão imediata sobre a estratégia de emancipação subalterna é que dependeria de uma constante luta pela “ilustração das massas” por parte dos revolucionários, sendo que o antagonismo discursivo-ideológico ficaria restrito à mistificação da ideologia burguesa e à enganação das massas. Não se trata, entretanto, de negar o caráter mistificador das ideologias. Como mencionado noutros lugares deste artigo, a ideologia jurídico-política, por exemplo, atua também nesse sentido:

Que o aspecto ideológico-engodo esteja sempre presente, isso não altera o fato de que o Estado também age pela produção do substrato material do consenso das massas em relação ao poder. Se o substrato difere da sua representação ideológica no discurso do Estado, não é, contudo, redutível à mera propaganda (POULANTZAS, 2015, p. 30).

A essa linha de raciocínio se soma o fato de que a representação do Estado pelo binômio repressão-ideologia pode levar a uma confusão muito recorrente acerca da ideologia dominante: a de identificar a ideologia de Estado como “mero encobrimento ou dissimulação das metas do Estado, que produziria um discurso unificado, permanentemente mistificador, que só progrediria envolto em segredo e sempre dissimulado” (POULANTZAS, 2015, p. 30).

Entendemos que, nesse ponto, a confusão se concretizaria ao não se perceber que a ideologia e o discurso têm seu limite na função de organização que o Estado proporciona à classe dominante, função essa que supera o efeito de inversão-encobrimento típico da ideologia capitalista. Quando a função da ideologia assume o papel apenas de obstáculo ao conhecimento da classe subalterna, o Estado abandona uma de suas funções mais importantes, a de organizar a classe dominante, e, com isso, põe em risco a própria dominância daquela classe ou fração de classe. Conforme o autor grego, o papel de organizador em relação às classes dominantes consiste também em “dizer, formular, declarar abertamente as táticas de reprodução de seu poder” (POULANTZAS, 2015, p. 30). Essa declaração aberta, esse discurso, faz parte do que o autor grego chama de “espaço cênico” do Estado e da representação dessas classes (a cena política), mas não configura como um discurso unificado e sim como vários discursos fragmentados, a depender de onde eles se encontram nos diversos aparelhos de

Estado e a que classe ou fração de classe se destinam. Esse discurso é, em relação às classes dominantes e suas frações, e às vezes também às classes de apoio, um “discurso-confissão de organização”.

Nesse sentido, o discurso é dirigido a todas as classes, para cumprir funções distintas, a depender de quem “recebe” o discurso ou os fragmentos discursivos do Estado.

O *índice de ideologização* do discurso e, também, das práticas materiais do Estado é, portanto, flutuante, variável e diversificado segundo as classes e frações de classe às quais se dirige o Estado e sobre as quais age. A verdade do poder escapa frequentemente às massas populares, não porque o Estado a esconda, mascare expressamente; e sim porque, por razões infinitamente mais complexas, as massas não conseguem compreender o discurso do Estado às classes dominantes (POULANTZAS, 2015, p. 31).

Quando um governo social-democrata declara, por exemplo, que o Estado fará uma “aliança entre os trabalhadores e os empresários” para o crescimento econômico, o discurso está sendo dirigido a ambas as classes fundamentais. Uma interpretação que se pode fazer dele é de que o Estado, ao se dirigir aos “empresários” (o capital), está declarando que as condições relativas às relações de trabalho não serão alteradas, e, por outro lado, está declarando à classe trabalhadora que as condições de exploração do trabalho serão postas em um contexto de cooperação e igualdade nas negociações.

Interpretamos que o “índice de ideologização do discurso” a que se refere Poulantzas diz respeito, primeiramente, a quanto o discurso corresponde à ocultação-inversão das relações de produção. Em segundo lugar, diz algo sobre a natureza relacional da ideologia e do próprio discurso político como partes integrantes das práticas de Estado. Ao se reportar a uma ideologia, constituída por meio de elementos de diversas ideologias que não a dominante, o discurso político atua sobre cada classe ou fração de maneira a se reportar àquele aspecto com que cada grupo mais se identifica. Dessa forma, esse processo discursivo implica que cada classe ou fração compreenda o discurso político de forma particular, mesmo que partindo das mesmas bases discursivas. Isso nos remete ao que o autor chama de “razões infinitamente mais complexas” para que as massas não compreendam o discurso de Estado dirigido à classe dominante. Ocorre que, na verdade, nem mesmo a classe dominante poderia compreender o discurso dirigido à classe subalterna. Às razões mencionadas por Poulantzas, entendemos que se deve somar uma última, que diz respeito especialmente ao que Althusser chamou de interpelação ideológica, e que Poulantzas não menciona em seu trabalho. A esse respeito, Laclau (1977) observa:

É estranho que Poulantzas, que opera no quadro geral da problemática althusseriana, não tenha retido a contribuição mais importante e específica de Althusser para o estudo das ideologias: a concepção de que a função básica

de toda ideologia é interpelar/constituir os indivíduos como sujeitos (LACLAU, 1977, p. 100, tradução nossa).

A interpelação ideológica, como formulada por Althusser, corresponde a uma das funções da ideologia, de constituir indivíduos em sujeitos e assim identificá-los em determinada formação ideológica. Conforme o autor, as práticas atuam sobre o sujeito de forma a constituí-lo como tal, de modo que “a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia [...], mas só é constitutiva de toda a ideologia na medida em que toda ideologia tem por função (que a define) ‘constituir’ os indivíduos concretos em sujeitos” (ALTHUSSER, 1982, p. 94). Significa dizer que, com essa interpelação, o sujeito é assujeitado pela ideologia por meio de uma prática e, com isso, se reconhece — e é reconhecido — em determinada posição no mundo. Em palavras de Althusser:

Sugerimos então que a ideologia “age” ou “funciona” de tal forma que “recruta” sujeitos dentre os indivíduos (ela os recruta a todos), ou “transforma” os indivíduos em sujeitos (ela os transforma a todos) através dessa operação muito precisa que chamamos *interpelação*, que pode ser entendida como o tipo mais banal de interpelação policial (ou não) cotidiana: “Ei, você aí!” (ALTHUSSER, 1982, p. 99).

Por essa dinâmica, todo indivíduo recebe como evidente aquilo que vê, o que diz e até mesmo quem “é”, no sentido de sua colocação social. Isso pode ser visualizado em qualquer tipo de interpelação, e muito claramente no discurso (ou discursos) de Estado na cena política. A ideologia atuando sobre os discursos produz os mesmos efeitos que a interpelação aos sujeitos: o efeito da evidência dos sentidos (o que o discurso significa) e dos sujeitos (o que é o sujeito). Em palavras de Althusser (1982, p. 95):

Como todas as evidências, incluindo as que fazem com que uma palavra “designa uma coisa” ou “possua uma significação” (portanto incluindo as evidências da “transparência” da linguagem), essa “evidência” de que eu e você somos sujeitos — e que esse fato não constitui problema — é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar.

Na reação de “evidência” é que reconhecemos, segundo o autor, a função de *reconhecimento ideológico*, que é uma das funções da ideologia. Esse reconhecimento ideológico é que desde sempre nos faz sujeitos. Como nos mostra Pêcheux (1988), na comunicação, a relação que se estabelece entre o “eu” e o “tu” é marcada pela ilusão da evidência do sujeito. Essa ilusão é ideológica na medida em que, para o autor, ambos os sujeitos pensam saber o que são, a quem estão se referindo, e, por consequência, acreditam saber qual é o sentido do discurso. Isso se relaciona, para o autor, à dissolução do caráter material do sentido. A interpelação a que Althusser se refere, no processo discursivo, cria essa evidência do sentido e apaga seu caráter de classe, criando a ilusão de que o sentido do discurso é algo dado e não algo relacionado à estrutura social.

Como nos mostra Pêcheux (1988), na comunicação, a relação que se estabelece entre o “eu” e o “tu” é marcada pela ilusão da evidência do sujeito. Essa ilusão é ideológica na medida em que, para o autor, ambos os sujeitos pensam saber o que são, a quem estão se referindo, e, por consequência, acreditam saber qual é o sentido do discurso

Ainda que Poulantzas não utilize expressamente o conceito althusseriano de interpelação, compreendemos que o autor acaba por o incorporar em sua interpretação, por exemplo, do discurso (ou dos discursos) de Estado, como referimos antes, e, por consequência, na sua visão geral sobre a ideologia. Isso porque, se em sua obra inicial a ideologia opera, no plano do imaginário, em favor da função de coesão do Estado — por meio da ocultação, da dissimulação, da inversão das relações reais de classe —, ela o faz necessariamente por meio do mecanismo de interpelação dos sujeitos.

4. CONCLUSÃO

Neste artigo buscamos discutir elementos teóricos para uma

interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante na formação social capitalista. Por meio dos fundamentos identificados na revisão bibliográfica sobre o tema, procuramos analisar criticamente os sentidos atribuídos à ideologia, particularmente quanto às suas funções e efeitos para a análise da política e do Estado. Além disso, destacamos alguns pontos a serem considerados para uma compreensão ampliada do conceito de ideologia dominante e sua análise na formação social capitalista.

Ao longo do estudo identificamos que, particularmente no campo da política e do Estado — e especialmente a partir das contribuições de Marx, Engels e Poulantzas —, a resignificação do conceito de ideologia permite que o compreendamos de forma ampliada por meio do complexo de características que o compõem e de diferentes níveis analíticos, conforme apresentam os autores estudados.

A compreensão ampliada do conceito de ideologia dominante não se confunde com uma abordagem generalista, com uma simples aglutinação de elementos teórico-conceituais. Pelo contrário, consiste na utilização crítica de algumas características, por vezes com retificações mais ou menos expressivas, necessárias para a análise aprofundada das relações sociais sob as lentes da ideologia. Ela se apresenta ampliada, justamente, por agregar diversas características e efeitos que compreendem sua resignificação ao longo do tempo (dissimulação, inversão, conjunto de prá-

ticas e valores de classe, representações, formas imaginárias, mundo “vivido”, práticas sociais etc.).

A ideologia dominante, para Poulantzas, aparece como uma síntese de suas ressignificações históricas. Isso nos permite pensá-la de forma ampliada, para analisar, compreender e explicar as relações ideológicas como um fenômeno complexo. No plano da análise da região ideológica (jurídica), esse conceito assume certas regularidades na obra de Poulantzas: as funções de ocultação, de dissimulação e de inversão das relações de classe e de universalização de interesses particulares. Já quanto a suas práticas concretas, o autor compreende que a ideologia atende a um critério relacional, ligado à conjuntura da luta de classes.

Entendemos que a ideologia dominante, nos termos em que Poulantzas a analisa, principalmente em suas obras *Poder político e classes sociais* e *O Estado, o poder, o socialismo*, apresenta aspectos fundamentais para uma compreensão ampliada do conceito. Nessa primeira obra, a ideologia se apresenta como um pressuposto estrutural, compreendida por meio de seus efeitos no Estado capitalista. Já na segunda obra mencionada, com a definição do Estado como uma relação social, a ideologia também é apresentada sob uma abordagem ligada à prática social, na conjuntura de classes. Nesse caso, entretanto, a ideologia dominante se apresenta também como um “índice” relacionado à conjuntura da luta política. Nesse sentido, ela está sujeita à ação das classes sociais em luta de forma muito mais clara do que em *Poder político e classes sociais*. No mesmo sentido em que na obra *O Estado, o poder, o socialismo* o Estado é visto como estratégico para a mudança social, também a ideologia assume esse caráter — já está imersa no aparelho do Estado.

Esses elementos, conjugados a outros referentes à ressignificação histórica do conceito, nos possibilitam avançar para uma interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante e nos auxiliam no exame da dimensão ideológica da luta social como um objeto de estudo complexo. Dessa forma, a modo de síntese, compreendemos que para uma interpretação ampliada do conceito de ideologia dominante são necessárias pelo menos duas dimensões de análise. Uma primeira que compreenda seus pressupostos estruturais (efeitos de isolamento e unidade), e outra que identifique e analise suas práticas concretas (o discurso político, as práticas jurídicas, as relações de trabalho etc.) numa formação social determinada.

* Doutor e pós-doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

** Doutor em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor da Escola de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS.

► Texto recebido em fevereiro de 2021; aprovado em fevereiro de 2021

ALMEIDA, Lúcio Flávio R. Ideologia, ideologias, lutas de classes: Althusser e os aparelhos ideológicos (de Estado). In: PINHEIRO, Jair. (Org.). **Ler Althusser**. Marília; São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2016. p. 71-96.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1982.

_____. **Por Marx**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

_____. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. Engels to Franz Mehring. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich; FEUER, Lewis Samuel. **Basic Writings on Politics and Philosophy**. New York: Doubleday, 1969. p. 407-409.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACLAU, Ernesto. **Politics and ideology in Marxist theory: capitalism, fascism, populism**. London: NLB, 1977.

LARRAÍN, Jorge. **El concepto de ideología**. Santiago: LOM Ediciones, 2008.

_____. Ideologia. In: BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 293-297.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Obras completas**. Madrid: Akal, 1976.

LÖWY, Michael. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1991.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia: introdução à sociologia do conhecimento**. Porto Alegre: Globo, 1950.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. Transformações materiais e formas ideológicas. In: _____. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 105-176.

MOTTA, Luiz Eduardo. **A favor de Althusser: revolução e ruptura na teoria marxista**. Rio de Janeiro: Gramma; Faperj, 2014.

_____. Poulantzas e o direito. **Dados**, v. 53, n. 2, p. 367-403, 2010.

PÊCHEUX, Michel. Língua e ideologia. In: _____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Editora Unicamp, 1988. p. 87-94.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

_____. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora Unicamp, 2019.

_____. **Repères, hier et aujourd'hui: textes sur l'État**. Paris: François Maspero, 1980.

SAMPEDRO, Francisco. A teoria da ideologia em Althusser. In: NAVES, Márcio Bilharinho (Org.). **Presença de Althusser**. Campinas: Unicamp; IFCH, 2010. p. 31-52.

SILVA, Ludovico. **La plusvalía ideológica**. Caracas: Fundarte, 2017.

_____. **Teoría y práctica de la ideología**. México: Nuestro Tiempo, 1978.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

ŽIŽEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: _____. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.

Metamorfoses do poder político nas cidades: a disputa hegemônica entre a cidade-mercado e a cidade-direito

Metamorphoses of political power in the cities:
the hegemonic struggle between market-city
and rights-city

RENATO BARBOSA FONTES*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.007>



RESUMO

Este artigo busca compreender a complexa e multifacetada relação de poder político entre espaço urbano, sociedade e Estado na acumulação capitalista. A política urbana no Brasil, especialmente, após aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, apresentou uma possibilidade de instaurar novas práticas de planejamento urbano e de gestão democrática. No entanto, a gestão das políticas urbanas tornou-se alvo de distintos projetos de cidade, especialmente pelo importante papel que o espaço urbano representa para a reprodução do capital e para a vida nas cidades. O presente texto investiga as características dos principais projetos em disputa, identificados sinteticamente como cidade-mercado e cidade-direito, e suas contradições diante do Estado capitalista, cuja discussão se localiza à luz da teoria de tradição marxista.

Palavras-chave: Política urbana. Neoliberalismo. Empreendedorismo urbano. Reforma urbana.

ABSTRACT

This article aims to understand the complex and multifaceted relationship of political power involving urban space, society and the state in capitalist accumulation. Urban policy in Brazil, especially after approval of the City Statute in 2001, brings a possibility of introducing new practices of urban planning and democratic management. However, the management of urban policies has become the target of different city projects, especially due to the important role urban space plays considering the reproduction of capital and life in the cities. This text investigates the characteristics of the main disputed projects, synthetically identified as “market-city” and “rights-city”, and their contradictions with the capitalist state. The Marxist theory shed light in the whole discussion.

Keywords: Urban policy. Neoliberalism. Urban entrepreneurship. Urban reform.

1. INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX foram marcadas pela transição do regime de acumulação fordista para um regime de acumulação flexível e pelo aprofundamento da integração internacional econômica, social e política entre diversos países e continentes, o que, presumivelmente, reorientou o padrão de intervenção dos Estados. As ideias de efetividade do Estado administrativo, de soberania do Estado territorial, de identidade coletiva e de legitimidade democrática, tão caras ao Estado nacional, cederam espaço a uma macropolítica econômica neoliberal que, entre outros efeitos, respaldou a redução da capacidade dos Estados nacionais quanto a suas funções produtivas e a sua estrutura administrativa.

No Brasil, no plano das políticas públicas, o quadro mais recente de difusão das reformas neoliberais tem sido caracterizado por uma inflexão das políticas sociais, pelo crescimento do trabalho desprotegido e sem expressão sindical, pelo agravamento das desigualdades sociais nas cidades — refletindo diretamente na forma de distribuição de bens sociais e de acesso a eles no território —, pelo questionamento do caráter público da política e pela privatização de algumas atividades sob controle do Estado.

Na gestão urbana das cidades, o uso cada vez mais frequente pelo Estado das parcerias público-privadas (PPPs), como estratégia para viabilizar projetos de reestruturação urbana, tem sido questionado por autores brasileiros como Vainer (2013), Maricato (2011) e Santos Junior (2016), e, manifestamente, por distintos segmentos da sociedade civil organizada, que questionam a (re)orientação do planejamento público segundo interesses privados e de alto impacto territorial no que se refere à segregação socioespacial urbana.

Para autores como Harvey (2006) e Theodore, Peck e Brenner (2009), existem evidências de que a aproximação do capital e do Estado na operacionalização da política urbana envolve alterações na legislação e na estrutura institucional do Estado e promove a construção de novos modelos de governança de características neoliberais, com diversas implicações para a dinâmica das cidades.

A análise política da conexão entre capitalismo, Estado e elaboração de políticas públicas exige estar atento a questões que estejam associadas a esses fatores. O Estado não é um elemento insólito, neutro ou meramente técnico, no sentido de indiferença em face do todo social. Nele, estão imbricadas diversas relações históricas e societárias.

Por esse motivo, é importante afastar-se de qualquer perspectiva dogmática ou determinista na interpretação das influências do capital sobre o Estado. Afinal, o Estado não traduz os interesses da classe dominante de modo mecânico; pelo contrário, para se manter no poder em determinados contextos, e dependendo dos interesses em jogo, sua direção hegemônica pode sofrer alterações e necessitar fazer concessões. Além disso, entendemos que segmentos e atores podem alterar seu grau de protagonismo ou passividade dentro de um contexto histórico, influenciando diretamente a forma de uma determinada luta.

Quando tratamos da elaboração e desenvolvimento das políticas urbanas, especialmente aquelas de indução do uso e ocupação do solo, é imprescindível compreender as relações societárias de produção. Isto é, o espaço é sempre um espaço hierarquizado — como já dizia Bourdieu (2007) —, e sua ocupação denota uma função estratégica para a reprodução social da sociedade, pois serve a uma determinada lógica que, ao menos nos dois últimos séculos, tem sido a lógica do capital. O espaço é, desse modo, um meio e não um fim; sobretudo, é meio indispensável para a manutenção de uma hegemonia econômica e, dialeticamente, possibilidade, também, para a resistência e luta contra-hegemônica.

O espaço urbano na sociedade capitalista é, também, uma mercadoria e alvo de disputa, travada entre os que querem dele melhores condições e oportunidades para sua reprodução social e aqueles que o tratam como um grande negócio, do qual objetivam extrair lucros, juros e rendas.

O Estatuto da Cidade (lei nº 10.257/2001), principal marco regulatório da política urbana brasileira, aproxima-se de 20 anos de vigência. Apesar disso, ainda é ponto de diversos debates em torno de suas diretrizes, de seus instrumentos e da sua aplicação pelas gestões locais, quer seja pelas possibilidades de reversão do quadro de exclusão territorial em que se encontram as cidades brasileiras, quer seja por questionamentos em relação à sua efetividade, à eficácia da participação popular e à utilização de seus instrumentos para a legitimação de políticas engendradas por interesses privados. Nesse sentido, cabe refletir sobre até que ponto as diretrizes e os instrumentos prescritos na legislação e aplicados a partir dela estariam, em maior ou menor grau, associados a uma ampliação progressiva de direitos conduzida pela sociedade no plano local ou às necessidades de acumulação e competição, no contexto de uma economia globalizada, conduzidas por uma coalizão de forças mais ampla.

Este artigo trabalha com a hipótese de que há uma disputa entre distintos projetos de cidade pela hegemonia da política urbana, especificamente com o intuito da apropriação, da ocupação e do uso do solo urbano nas cidades, sintetizados aqui em dois tipos ideais, tomando emprestados os termos de Santos Junior (2008): cidade-mercado e cidade-direito.

No primeiro paradigma, situam-se as estratégias de “empreendedorismo” urbano e certos modelos de planejamento estratégico. Essa política transitaria no interior das relações de mercado, em que o poder de coerção econômica tem forte papel no tipo e modo de implementação das ações do poder público. A norma em questão busca sua legitimação por meio de estratégias fundadas nos modelos de planejamento estratégico, importando experiências bem-sucedidas e de modelos acertados de outras cidades.

O segundo paradigma estaria vinculado a certas práxis sociopolíticas. Ele afirma o papel central do poder público no planejamento urbano, em diálogo aberto com a sociedade civil, e o seu compromisso com o enfrentamento dos processos de exclusão decorrentes da prevalência dos interesses privados na lógica de gestão do uso e ocupação do solo urbano.

Desse modo, os paradigmas cidade-direito e cidade-mercado estariam imbricados, como resultado de lutas políticas, econômicas e ideológicas, mas, também, como uma política de compromisso por parte da administração pública, lidando com constrangimentos e os enfrentando para a aplicação de seus projetos, o que tornaria necessária uma série de acordos e concessões.

Isso posto, o objetivo deste artigo é discutir as características dessa disputa no âmbito da política urbana brasileira. Acreditamos que, no caso brasileiro, a política pública demonstra acomodar certos interesses de frações de classe, até mesmo antagônicos, como uma estratégia de proteção de seu interesse geral de longo prazo, isto é, a reprodução das condições para a acumulação.

Afora a presente introdução e as considerações finais, este artigo está dividido em duas partes. Na primeira, são discutidas as características dos dois paradigmas, cidade-mercado e cidade-direito, como categorias generalizantes e sujeitas a perder seu valor explicativo.

As categorias que descrevem uma concepção de planejamento urbano, cidade-mercado e cidade-direito, já apresentadas nesta introdução, possuem um caráter orgânico e conflituoso e são discutidas em separado exclusivamente para ampliar sua capacidade heurística.

A nosso ver, nos aparelhos de Estado, há uma disputa hegemônica na qual coexistem esses dois vieses, com graus variáveis e desiguais de oposição e de força de atuação conforme a época e o lugar, contudo sendo preponderantes aqueles mecanismos que ajudam na reprodução do capital. Nessa luta pela hegemonia estatal, o Estado cumpre seu papel no bloco do poder ao dar um direcionamento à política urbana. Tanto um paradigma como o outro procuram se legitimar diante da sociedade e precisam lidar com processos de acumulação que, por vezes, sofrem constrangimentos na sua aplicação, o que torna necessária uma série de acordos e concessões durante esse processo.

Isto posto, no decorrer deste artigo valemo-nos da tradição teórica marxista, em especial da obra de Gramsci, não só por estar atenta às transformações do Estado capitalista, mas, também, por refletir sobre como a sociedade civil associa-se à disputa hegemônica da política. Acreditamos que esse autor traz um ganho para a compreensão e discernimento dos projetos societários que disputam o Estado como espaço de poder, e por conceber essa disputa não apenas como um processo de dominação de uma classe sobre outra mediante os meios de produção, mas também pela luta das ideias, uma luta pela hegemonia, um desdobramento das formas de luta de classes.

2. ESTADO E HEGEMONIA NEOLIBERAL

A década de 1970, em especial nos países ocidentais do eixo norte, é marcada por um movimento de avanço de uma ideologia política e de um consenso em torno da necessidade de reformas macroeconômicas. O poder político passou a sofrer in-

terferência direta dos credores do Estado no destino da política pública e influência direta das negociações dos mercados. Os mesmos *slogans* econômicos convencionais estavam inseridos no diálogo da administração pública: “é preciso reduzir o déficit, devemos combater a inflação, a economia está superaquecida, é preciso detê-la” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 20).

Nesse período impulsionou-se o processo de reestruturação capitalista nas mais diversas instâncias da vida social. O sistema de contradições oriundas do capitalismo fordista-keynesiano culminou, nesse período, numa

derrota das forças sociais do trabalho e a vitória das forças políticas do neo-conservadorismo neoliberal. O complexo de reestruturações capitalistas [...] é expressão da luta de classes nas mais diversas instâncias da vida social. A derrota das forças sociais, políticas e ideológicas do trabalho conduziu a nova temporalidade histórica do capital: o capitalismo global sob dominância financeira e direção política neoliberal (ALVES, 2012).

Institucionalmente, esse movimento de reformas teve nos organismos multilaterais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Consenso de Washington, de 1989, seus principais expoentes, produzindo profundas alterações na agenda política dos governos dos países, sobretudo aqueles em desenvolvimento.

Conforme descreve Chossudovsky (1999), esses órgãos reguladores são estruturas administrativas, ou melhor, uma burocracia internacional com o objetivo de supervisionar as economias nacionais por meio da deliberada manipulação do mercado, operando dentro do sistema capitalista e respondendo a interesses econômicos e financeiros hegemônicos por meio dos aparelhos do Estado¹:

nos grupos dos países as dívidas públicas aumentaram além dos limites na década de 1980 (ultrapassando US\$ 13 trilhões em 1995) [...]. O acúmulo de grandes dívidas públicas nos países do Ocidente conferiu aos interesses financeiros e bancários não só uma alavancagem política, mas também o poder de ditar a política social e econômica do governo (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 14).

Não podemos deixar de observar que, em meio a esse contexto, no qual se insere o fim da União Soviética, em 1991, deu-se um processo de forte modificação da economia mundial. A política hegemônica neoliberal forjou um “consenso político” em torno de uma política macroeconômica, especialmente nos países da OCDE. Parte significativa das recomendações pode ser sistematizada em três condições:

(i) diminuição do tamanho do governo, através da demissão de funcionários desnecessários/despreparados, da terceirização de funções e privatizações de empresas públicas, das políticas de descentralização; (ii) eliminação dos pro-

1 Chossudovsky (1999) cita o empréstimo de US\$ 2 bilhões concedido pelo FMI ao Brasil em 1991, que comprometeu o governo brasileiro a realizar um ajuste fiscal de 65% de suas despesas correntes para arcar com o serviço da dívida.

gramas e políticas sujeitas ao controle clientelista e ao poder de influência das burocracias, que possam oferecer condições para a prática da corrupção; (iii) submissão de órgãos públicos e seus dirigentes e funcionários à lógica do mercado, de forma a aumentar o seu desempenho, por meio de pressões e incentivos da livre competição, e o controle exercido pelos consumidores (SANTOS JUNIOR, 2001, p. 40).

Esses quesitos caracterizavam um discurso ideológico que, por um lado, disseminava a crítica à ineficiência e obsolescência do Estado no que tange à sua produtividade, no âmbito das novas exigências impostas pela globalização aos Estados, e, por outro, apontava como saída a privatização, desregulamentação e diminuição de impostos. Esse direcionamento hegemônico continha em si, também, a ideia ludibriadora de um desengajamento estatal que liberasse a ação de capitais privados em áreas até então regidas por princípios não mercantis. Segundo Dardot e Laval (2016), trata-se, na realidade, da vontade de impor ao cerne da ação pública os valores, as práticas e o funcionamento da empresa privada, e de instituir uma nova prática de governo em que o Estado seja mais flexível, reativo, fundamentado no mercado e orientado para o consumidor.

Como nos recordam esses autores, o neoliberalismo foi (e ainda é), muitas vezes, tratado como uma “retirada” do Estado e uma ampliação dos domínios de acumulação do capital. Contudo, é mais coerente tratá-lo como uma corrente ideológica que age na transformação da ação pública, tornando-a uma esfera regida por regras de concorrência e submetida a exigências de eficácia semelhantes àquelas a que se sujeitam as empresas privadas.

Nicos Poulantzas, em sua última entrevista em 1979, antes de falecer, já percebia, de maneira perspicaz, a falácia dos enunciados neoliberais que assumem a forma de um

discurso antiestatal disfarçado de liberação do indivíduo de usurpações do Estado. Embora os partidários desse neoliberalismo se apresentem às vezes como ferventes administradores de um anarcocapitalismo [...], o Estado continua desempenhando uma função orgânica na reprodução do capital. O que preconizam é a retirada, de fato já iniciada, das funções sociais do Estado-providência [...], que também foram uma conquista das massas populares (POULANTZAS, 1983, p. 77-78).

No caso brasileiro, carente de uma política de bem-estar social como ocorreu em parte da Europa, o chamado Estado desenvolvimentista, vivenciado entre o final de 1960 e meados dos anos 1970, não foi além da concretização de um processo rápido de industrialização. A rápida transformação do processo produtivo não foi acompanhada por um crescimento dos salários nem por qualquer evolução substancial de garantia de direitos sociais. É sempre importante demarcar que o (frágil) regime

democrático estabelecido depois de 1945 foi interrompido por uma ditadura militar por cerca de 20 anos (1964-1985) e limitou “qualquer avanço social significativo que poderia ter sido alcançado como subproduto do rápido processo de modernização econômica que se desenvolvia no país” (ROLNIK, 2015, p. 267). O modelo desenvolvimentista desprovido de uma perspectiva cidadã resultou em uma das sociedades mais desiguais do mundo, com dificuldade de atendimento de necessidades básicas da população, entre elas o acesso à habitação. Combinado com uma estrutura de regulação fundiária excludente, o modelo de urbanização estabeleceu “as condições de espraiamento de enormes assentamentos autoconstruídos nas franjas urbanas, em que formas ambíguas de segurança de posse e padrões não planejados de uso do solo prevalecem” (ROLNIK, 2015, p. 267).

É relevante mencionar que o marco do início de reversão desse quadro, no campo normativo e social, é o processo constituinte, a partir da reabertura democrática, em 1985, que culmina na Constituição Federal de 1988 e, mais especificamente, nas regulamentações setoriais que se seguiram, tais como a Lei Orgânica da Saúde e o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990; a Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em 1996; e o Estatuto da Cidade, em 2001.

A compreensão do caso brasileiro implica considerar que toda essa normatização ocorreu em um contexto global de avanço dos ideais neoliberais. Ao passo que a cidadania ensaiava tomar corpo ao longo do processo de redemocratização (mobilização das organizações da sociedade civil, iniciativas em políticas públicas, arranjos de participação popular em conselhos e conferências etc.), o quadro internacional do capitalismo caminhava em um sentido oposto, arregimentando Estados para reformas macroeconômicas neoliberais, impondo um desmonte de políticas de bem-estar social, privatizando atividades públicas, fragilizando organizações classistas etc.

No decorrer da década de 1990, as reformas de orientação neoliberal resultaram na adoção de novos arranjos de liberalização do mercado e de políticas de privatização pelos países em desenvolvimento como forma de estabilização e de um esperado crescimento econômico. No entanto, mesmo com certa coerção exógena para manutenção desse processo, havia — e certamente ainda há — uma série de limitações para levar avante essa agenda. Tal como no caso brasileiro, alguns desses governos são historicamente marcados

pelo clientelismo, pelo fisiologismo, pela ausência de sentido público, pela incompetência de seus funcionários, por programas e projetos mal dimensionados, que geram frequentemente serviços públicos de baixa qualidade, práticas de corrupção e suborno, gastos excessivos, entre outras práticas condenadas (SANTOS JUNIOR, 2001, p. 39).

Esse autor sugere que o êxito dessas reformas exigiria, também, a implementação de mudanças institucionais na estrutura do Estado de forma a atender aos no-

Parece haver uma disputa desigual na elaboração de políticas urbanas entre os agentes que produzem o espaço urbano e aqueles que usufruem da cidade como meio de reprodução social. O desenvolvimento da cidade capitalista demarca o próprio espaço como uma mercadoria em disputa e, conseqüentemente, gera diversos impasses para a reprodução social

vos papéis requeridos pelas transformações em curso, entre as quais se destacariam as parcerias público-privadas.

Parece haver uma disputa desigual na elaboração de políticas urbanas entre os agentes que produzem o espaço urbano e aqueles que usufruem da cidade como meio de reprodução social. O desenvolvimento da cidade capitalista demarca o próprio espaço como uma mercadoria em disputa e, conseqüentemente, gera diversos impasses para a reprodução social. No caso das cidades brasileiras, essa questão é expressa na irregularidade fundiária e na degradação ambiental, na habitação inadequada ou inexistente, na precariedade e na deficiência do saneamento ambiental, na baixa mobilidade e pouca qualidade do transporte coletivo, como também nas práticas de gestão urbana. Nessa perspectiva, para Maricato,

as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas — transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo e segurança. [...] A cidade não é apenas redução da força de trabalho. Ela é um produto, ou, em outras palavras, também um grande negócio, especialmente para os capitais que embolsam com sua produção e exploração lucros, juros e rendas. Há uma disputa básica, com um pano de fundo, entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos (MARICATO, 2014, p. 66).

É nessa disputa por modelos e projetos urbanos que as cidades se tornam arena de ambições e interesses distintos. Isso posto, traçamos dois paradigmas que acreditamos representarem essa disputa por um modelo: a cidade-mercado e a cidade-direito, com seus diferentes impactos, hegemônicos e contra-hegemônicos, sobre as políticas urbanas que, ainda que apresentem suas próprias disputas e frações internas, configuram-se em determinados modelos analíticos, seja pelos interesses em comum em bandeiras e plataformas de reivindicação, seja pelas estratégias de governança.

2.1. CIDADE-MERCADO: EMPREENDEDORISMO URBANO E COMPETITIVIDADE ENTRE AS CIDADES

A análise do desenvolvimento urbano exige desassociá-lo do viés exclusivamente (orientado pelo crescimento) econômico e entendê-lo em meio a uma disputa pelo direcionamento necessário de mudanças no uso do solo em razão de interesses da cidade. Isso significa entender a cidade como um *espaço* onde se dá a acumulação do capital, mas que também é um *espaço para se viver*.

Trata-se de um tipo de conflito social e de interesses pelo uso distinto do espaço: em termos marxianos, aquele relacionado ao *valor de uso* (espaço como lugar de se viver, como um bem consumido, ou o que o lugar representa para seus habitantes) e aquele relacionado ao *valor de troca* (espaço como mercadoria capitalista; valor que se apresenta para aqueles interessados em extrair dele um benefício econômico exclusivamente em forma de renda ou lucro).

Na cidade capitalista contemporânea, a dimensão dos valores de troca se sobrepõe aos valores de uso. Logan e Molotch (1987, p. 17), ao analisarem o caso das cidades americanas, descrevem esse fenômeno como uma *máquina de crescimento* em que as “classes rentistas” se organizam em coalizões que tornam as cidades em verdadeiras “empresas devotas ao crescimento da renda agregada através da intensificação do uso do solo urbano”.

Arantes (2013) interpreta a ideia de *máquina do crescimento* como uma coalizão de elites centradas na propriedade imobiliária e seus derivados, mais uma legião de profissionais caudatários de um amplo arco de negócios decorrentes das possibilidades econômicas dos lugares, [que] conformam as políticas urbanas à medida que dão livre curso ao seu propósito de expandir a economia local e aumentar a riqueza [...]. No coração dessas coalizões, a classe rentista de sempre [...]: incorporadores, corretores, banqueiros etc., escorados por um séquito de coadjuvantes igualmente interessados e poderosos, como a mídia, os políticos [...] enfim, nossos dois personagens desse enredo de estratégias: planejadores urbanos e promotores culturais (ARANTES, 2013, p. 27).

Essa *máquina do crescimento* apresenta-se, antes de tudo, como uma força capaz de utilizar fundos e recursos públicos em favor de uma apropriação privada dos ganhos que o espaço propicia.

Para entender essa questão, Brenner (2018) retoma uma linha histórica (sobre a qual nós não teremos espaço para nos aprofundar) que resume o papel das cidades e dos Estados na geografia histórica do capitalismo em longo prazo. Desde o início do chamado Período Moderno até períodos mais recentes, as economias territoriais do Estado-nação, gradativamente, uniram as geografias das cidades e a urbanização. Conforme as cidades passaram a se subordinar ao poder político dos Estados, integraram-se gradativamente aos regimes de acumulação escalonados nacionalmente. O final do século XIX seria marcado pela caracterização das cidades como *máquinas de produção* em massa pelo processo fordista.

É essa configuração do capitalismo mundial centrada no Estado — estabelecido com base em um relacionamento espacialmente isomórfico entre a acumulação de capital, urbanização e regulamentação dos Estados — que vem se revelando desde a crise econômica global do início da década de 1970 [...]. O relacionamento historicamente consolidado de mutualidade entre as cidades e Estados vem se desgastando significativamente, resultando em novas geografias de urbanização global e de acumulação de capital que não mais se sobrepõem equitativamente às geografias do poder territorial do Estado (BRENNER, 2018, p. 65).

Para esse autor, as cidades e os Estados estão sendo reconfigurados, reterritorializados e reescalados, em conjunto com o mais recente ciclo de globalização capitalista, mais competitivo, mas permanecem sendo formas essenciais de organização territorial sobre as quais se baseia a circulação de capital em escala mundial. O capital estaria inerentemente voltado para a eliminação de barreiras ao processo de circulação e, para isso, a transformação espacial é indispensável.

É unicamente por meio de construção de infraestruturas de transporte, de comunicação e de regulamentação institucional relativamente fixas e imóveis — uma “segunda natureza” de configurações de organização territorial socialmente produzidas — que esse acelerado movimento físico das mercadorias através do espaço pode ser obtido (BRENNER, 2018, p. 67).

O papel das cidades como modelo de territorialização do capital tem sido amplamente reconhecido. As cidades *territorializam* o capital pela aglomeração de infraestruturas relativamente fixas e imóveis, tais como sistema de transporte, suprimento de energia, redes de comunicação e outras externalidades que sustentam formas específicas históricas de produção, troca, distribuição e consumo.

Lefebvre observa que “somente o Estado pode assumir a tarefa de administrar o espaço em grande escala” (LEFEBVRE apud BRENNER, 2018, p. 68). Esse movimento seria constante, pois a própria dinâmica de transformação do capital torna suas precondições geográficas obsoletas, exigindo uma nova onda de reestruturação com a finalidade de *reterritorializar* e, assim, reativar o processo de circulação.

As cidades e os Estados estão sendo reconfigurados, reterritorializados e reescalados, em conjunto com o mais recente ciclo de globalização capitalista, mais competitivo, mas permanecem sendo formas essenciais de organização territorial sobre as quais se baseia a circulação de capital em escalamundial

À medida que o capital é reestruturado em período de crises, as configurações escalares em que ele se fundamenta são igualmente reorganizadas, a fim de criar uma nova estrutura geográfica para uma nova onda de crescimento. O Estado teria, assim, um importante papel mediador no desenvolvimento geográfico por meio de estratégias regulatórias específicas e formas institucionais.

É nesse sentido que utilizamos o paradigma cidade-mercado para tratar de novos modelos disseminados do planejamento urbano e das chamadas estratégias de *empresariamento urbano*. Os conceitos e técnicas oriundos desse modelo, segundo seus defensores², devem ser adotados pelos governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e aos mesmos desafios que as empresas.

Borja e Castells (1996), no artigo que ficou conhecido pela defesa e disseminação do planejamento estratégico, partem de uma constatação sobre um novo cenário de cidades no contexto da globalização econômica, política e cultural, diante dos processos de recessão e crise econômica dos anos 1970. As cidades teriam um protagonismo nesse contexto quanto à recuperação do patrimônio, promoção de grandes transformações urbanísticas, criação de empregos, serviços básicos etc., no que diz respeito às relações internacionais, atraindo investimentos, promovendo o turismo e grandes eventos.

Para esses autores, as cidades devem ser compreendidas como um ator político, isto é, capazes de articular administrações públicas, agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social. Em síntese, essa coalizão permitiria: a) a definição

2 Originalmente sistematizados na Harvard Business School (VAINER, 2013).

de produtos em cuja venda ou produção (por exemplo, promoção turística, oferta cultural, sede de um organismo internacional etc.) está interessada; b) campanhas baseadas na cooperação público-privada (por exemplo, campanhas de segurança pública, imagem, reabilitação urbana etc.); c) grandes projetos de desenvolvimento urbano vinculados a um evento ou derivados de um programa cívico-político com ampla base consensual.

De acordo com esse ponto de vista, a coalizão política local não deveria basear-se na “dicotomia Executivo-Legislativo, numa administração centralizada e na separação rígida entre o setor público e o privado” (BORJA; CASTELLS, 1996, p. 78), mas deve promover: a) agilidade e transparência; b) respostas a critérios de eficiência econômica e eficácia social; c) visibilidade da cidade para o exterior, desenvolvendo uma imagem forte e positiva apoiada numa oferta de infraestrutura e de serviços (comunicações, serviços econômicos, ofertas culturais, segurança etc.) que atraiam investidores, visitantes e usuários solventes para a cidade e que facilitem suas “exportações” (de bens e serviços, de seus profissionais etc.).

Em outro texto da mesma época e sobre a mesma perspectiva, Borja e Forn (1996) fazem uma análise das estratégias gerenciais adotadas pelas cidades europeias, entre as quais a de desenvolver políticas urbanas mais diversificadas, isto é, que não levem em conta apenas as situações de pobreza, mas que, principalmente, deem conta dos “altos custos sociais que as cidades pagam devido a seu papel motor (insegurança, falta de moradia para setores médios e baixos, marginalidade, crescimento de periferias subequipadas e alijadas de áreas centrais)” (BORJA; FORN, 1996, p. 32). Esse déficit impediria o desenvolvimento do potencial inovador e difusor das grandes cidades, tais como a promoção da cidade para o exterior e o investimento em pesquisas de desenvolvimento tecnológico e em programas destinados a melhorar a qualidade da gestão das administrações e dos serviços públicos.

Essas estratégias gerenciais seriam impulsionadas pelo contexto das grandes cidades europeias na década de 1990, marcadas pela abertura entre as economias, pela integração europeia e pelo desenvolvimento dos processos de produção e dos sistemas de comunicação, cujo efeito acentuou a competição entre os territórios.

As cidades são descritas por Borja e Forn (1996) e Borja e Castells (1996) como “grandes empresas”, capazes de atrair investimentos, tecnologias e, portanto, empresas multinacionais, mas também por estarem em um processo de competição para aumentar seu poder de atração para manter ou desenvolver sua capacidade de inovação e de difusão. Elas competem para sediar organismos nacionais e internacionais em simpósios, exposições e feiras, parques industriais e tecnológicos; para obter apoio político e financiamento internacional para realizar objetivos anteriores; e para facilitar sua promoção no exterior. Nas palavras desses autores, “a mercadotecnia da cidade, vender a cidade, converteu-se, portanto, em uma das funções básicas dos governos locais e em um dos principais campos de negociação público-privada” (BORJA; FORN, 1996, p. 33).

Para Vainer (2013), tudo isso é um “projeto de cidade” que implica a direta e imediata apropriação do espaço urbano por interesses empresariais globalizados e depende, em grande medida, do banimento da política e da eliminação do conflito e das condições de exercício da cidadania. A cidade afasta-se de uma forma passiva de objeto e assume uma forma ativa de sujeito, ganha uma nova identidade: torna-se uma empresa. Se, durante um longo período, o debate acerca da *questão urbana* remetia a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo etc., a “nova questão urbana”, para esse autor, teria como nexos centrais a problemática da competitividade urbana.

Harvey (2006; 2020) sustenta haver uma relação entre a ascensão do neoliberalismo e a emergência de um novo padrão de governança das cidades, caracterizado pelo autor como “empreendedorismo urbano”. Esse empreendedorismo implicaria algum nível de “concorrência interurbana”.

De fato, à medida que a concorrência interurbana se acirra, ela quase certamente passa a operar como “poder coercitivo externo” sobre cidades individuais, sujeitando-as mais às disciplinas e à lógica do desenvolvimento capitalista. Essa concorrência pode forçar a reprodução repetitiva e serializada de certos padrões de desenvolvimento (como a reprodução em série de *world trade centers* ou novos centros culturais de entretenimentos, ou de projetos de revitalização) (HARVEY, 2020, p. 166).

Para esse autor, estar-se-ia assistindo a uma reorientação das posturas das governanças urbanas nos países capitalistas avançados para formas de ação empreendedora caracterizadas, principalmente, pelo estabelecimento de parcerias público-privadas (PPPs), para a atração de capitais privados para investimentos nas cidades, e por formas alternativas de gestão pública. O contexto dessas modificações na gestão é tratado por Rolnik:

as cidades foram envolvidas por um ambiente geoeconômico marcado por caos monetário, movimentos especulativos do capital financeiro, estratégias globais de localização de corporações multinacionais e intensificação da competição entre localidades. Ao mesmo tempo, o retraimento dos regimes de bem-estar e de transferências intergovernamentais impôs limites ao financiamento das políticas urbanas (ROLNIK, 2015, p. 225).

Em síntese, a “governança empreendedorista” é caracterizada por três elementos centrais: a) a constituição de uma coalizão de poder, que sustenta a governança empreendedorista, conformada em torno da noção de parceria público-privada, em que a iniciativa privada se integra com os poderes governamentais locais; b) a promoção de atividades empreendedoras, por parte da coalizão de poder e da parceria público-privada, subordinadas ao mercado e que, como todas as demais ati-

vidades capitalistas, estão “sujeitas a todos os obstáculos e riscos associados ao desenvolvimento especulativo, ao contrário do desenvolvimento racionalmente planejado e coordenado” (HARVEY, 2006, p. 171); c) a conexão a lugares específicos da cidade, capazes de atrair o capital privado e proporcionar rentabilidade aos investimentos (HARVEY, 2006).

A associação de uma visão empreendedorista à gestão da administração pública estaria associada às dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas a partir da recessão de 1973, que resultaram em desindustrialização, desemprego disseminado e austeridade fiscal. Mas haveria também um forte aspecto ideológico, “uma tendência ascendente de neoconservadorismo e um apelo muito mais forte à racionalidade do mercado e à privatização” (HARVEY, 2006, p. 166). Esses elementos representariam o pano de fundo para entender o aspecto hegemônico, isto é, por que tantos governos urbanos, muitas vezes de crenças políticas diversas e dotados de poderes legais e políticos muito diferentes, adotaram todos uma direção muito parecida.

A política pública urbana transitaria entre as relações de mercado, em que o bloco no poder desempenharia um forte papel econômico no tipo e modo de implementação das ações do poder público. Na coordenação dos distintos interesses em torno da cidade, o Poder Executivo teria um papel fundamental quanto à regulação das condições de produção do espaço, relegando a participação dos atores da sociedade civil a um papel de “clientes-consumidores e portadores de interesses privados, impedindo a conformação de uma esfera pública que seja a expressão do interesse coletivo” (SANTOS JUNIOR, 2008, p. 150).

No caso brasileiro, a recente realização dos megaeventos esportivos da Copa das Confederações em 2013 e da Copa do Mundo de 2014 nas principais metrópoles brasileiras, assim como a realização das Olimpíadas de 2016, no caso do Rio de Janeiro, podem ser entendidas como uma (recente) rodada de mercantilização do solo, acompanhada pela emergência de coalizões de poder que adotaram como padrão de governança o empreendedorismo (SANTOS JUNIOR, 2016).

Cabe entender, no caso brasileiro, em que medida esse viés de uma governança empreendedorista, descrito na literatura internacional, pode ser observado em experiências locais. Isso envolveria apreender, entre outros fatores, os processos de construção de novas obras de infraestrutura e de espaços urbanos e as recentes regulações públicas que se ajustam aos interesses econômicos.

Cabe aqui uma breve, porém importante digressão analítica. Mesmo que a maioria dos analistas aponte para uma predominância do capital privado na gestão da política urbana é necessário estar atento às determinações políticas e conjunturais e suas respectivas contradições. A hegemonia da política, em determinados contextos, pode sofrer alterações dentro de um determinado “bloco no poder”³.

3 Conceito cunhado por Poulantzas (2019) que busca compreender, na estrutura do Estado capitalista, como se dá a coexistência de dominação política de várias classes e frações de classe. O Estado não seria possuidor de poder em si, mas um “campo de lutas” que abriga as posições divergentes de classes e frações.

É possível observar uma fração associada ao capital da construção civil e, conseqüentemente, do capital imobiliário, que obtiveram rendimentos significativos, especialmente, nos governos Lula. Esta mesma fração foi derrotada e, inclusive, criminalizada junto aos atores daquele governo, com a operação “Lava Jato” e o golpe parlamentar de 2016. Em contrapartida, outra fração do capital, associada ao capital financeiro, saiu-se vitoriosa, mas não anuía dos mesmos interesses na continuidade dos projetos urbanos como o Minha Casa Minha Vida ou o PAC

Logo, as noções de frações de classe são cruciais para nos afastarmos de uma análise simplória. É possível observar uma fração associada ao capital da construção civil e, conseqüentemente, do capital imobiliário, que obtiveram rendimentos significativos, especialmente, nos governos Lula. Esta mesma fração foi derrotada e, inclusive, criminalizada junto aos atores daquele governo, com a operação “Lava Jato” e o golpe parlamentar de 2016. Em contrapartida, outra fração do capital, associada ao capital financeiro, saiu-se vitoriosa, mas não anuía dos mesmos interesses na continuidade dos projetos urbanos como o Minha Casa Minha Vida ou o PAC. Somam-se a essas disputas que as forças neoliberais no plano local – e seus órgãos de comunicação – passaram a se colocar contra os grandes eventos, numa oposição ao governo federal. É possível afirmar que é, sobretudo, a partir do golpe de 2016 e do governo Temer que se consolida uma verdadeira inflexão neoliberal.

De modo geral, o urbanismo brasileiro, especialmente nas últimas duas décadas, pode ser compreendido como uma combinação de “processos de inserção seletiva de regiões e áreas competitivas e dinâmicas integradas aos circuitos internacionais de capitais” (SANTOS JUNIOR, 2008, p. 138). Essa dinâmica privilegia e coloca em disputa a venda do uso e da ocupação do solo, sobretudo dos espaços mais bem localizados, e a busca por investidores, o que aguça os processos de desigualdade socioespacial que se intensificam, especialmente, nos territórios metropolitanos. O resultado

seria uma “ordem socioespacial na qual a cidade aparece como a expressão de uma estrutura social dualizada entre ricos e pobres, cidadãos e não cidadãos” (SANTOS JUNIOR, 2008, p. 138).

Contudo, é no âmbito desse conflito que setores da sociedade civil (movimentos sociais urbanos, órgãos de classe, ONGs etc.) emergem e tencionam, numa tentativa de contra-hegemonia, construir uma práxis sociopolítica por uma cidade mais inclusiva e menos desigual e criar estratégias de pressão por um arcabouço sociojurídico, como veremos a seguir.

2.2. Cidade-direito: dilemas de uma contra-hegemonia na agenda urbana brasileira

De maneira mais ampla, o segundo paradigma, cidade-direito, pode ser caracterizado pela atribuição de um papel central ao poder público, em diálogo aberto com a sociedade civil na gestão urbana, e pelo seu compromisso com o enfrentamento dos processos de exclusão decorrentes da prevalência dos interesses privados na lógica de gestão do uso e ocupação do solo urbano.

Esse paradigma, em constante construção apoiada em uma gama de experiências e de práxis sociopolíticas, resultou num amplo (e relativo) campo normativo e institucional no Estado brasileiro num determinado período histórico.

Pode-se destacar como elemento importante da disseminação desse paradigma no Brasil a organização do Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), que se deu no bojo da plataforma de proposições e emendas da reforma urbana, no contexto das discussões públicas que antecederam a Assembleia Nacional Constituinte. A princípio, as reivindicações do movimento, como a moradia, tinham um caráter local. Mas, com o fim do regime militar, em 1985, e com uma série de debates e fóruns realizados em várias partes do país, que aglutinaram entidades de classe, entidades estudantis e outros tipos de organizações civis, o MNRU passou a incorporar a ideia de cidade, de cidade de todos, isto é, de casa além da casa, a casa com asfalto, com serviços públicos, com escola, com transporte, com direito a uma vida social (FONTES, 2010).

Em 1986, em um dos fóruns de discussão promovidos pelo MNRU, foi redefinido o conceito de reforma urbana⁴, conforme Saule Junior e Uzzo (2009),

como uma nova ética social, que condena a cidade como fonte de lucros para poucos em troca da pobreza de muitos. Assume-se, portanto, a crítica e a denúncia do quadro de desigualdade social, considerando a dualidade vivida em uma mesma cidade: a cidade dos ricos e a cidade dos pobres; a cidade legal e a cidade ilegal. Condena a exclusão da maior parte dos habitantes da

4 O que era chamado de reforma urbana até então estava mais próximo do que era chamado de “reforma urbanística”. Diferentemente da bandeira da reforma agrária, tradicionalmente vinculada a movimentos contestatórios da ordem vigente, a expressão *reforma urbana* comumente recobriu, até a década de 1980, intervenções estatais autoritárias de conteúdo antipopular (SOUZA, 2008).

cidade determinada pela lógica da segregação espacial; pela cidade-mercadoria; pela mercantilização do solo urbano e da valorização imobiliária; pela apropriação privada dos investimentos públicos em moradia, em transportes públicos, em equipamentos urbanos e em serviços públicos em geral (SAULE JUNIOR; UZZO, 2009, p. 4).

O MNRU é tido como elemento-chave em algumas transformações na política urbana, tais como as emendas da política urbana na Constituição Federal de 1988, a regulamentação delas pelo Estatuto da Cidade, a regulamentação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e diversas outras conquistas com impactos nas políticas urbanas.

Esse movimento, que se intensifica a partir da Constituinte de 1988, mobilizou-se pela criação de um novo quadro jurídico e institucional de política urbana em torno das questões: uso e ocupação do solo, habitação, saneamento, mobilidade e resíduos sólidos. O Estatuto da Cidade, considerado exemplar por muitos urbanistas brasileiros e de outros países, foi aprovado, após 13 anos de pressões populares no Congresso, em 2001. Seu objetivo geral, expresso em suas diretrizes, é garantir o cumprimento da função social da propriedade urbana por meio de uma gestão democrática participativa (BRASIL, 2001).

O estatuto introduz avanços jurídicos e urbanísticos importantes, que regulamentam, redefinem ou detalham instrumentos como: o imposto sobre a propriedade predial e territorial; a desapropriação e o tombamento de imóveis; a concessão de uso espacial para fins de moradia; o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios do solo; o usucapião espacial e a contribuição de melhoria; o direito de superfície; o direito de preempção; a outorga onerosa do direito de construir e de alteração do uso; a transferência do direito de construir; as operações urbanas consorciadas; a regularização fundiária; a assistência técnica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos; a instituição das unidades de conservação e zonas especiais de interesse social.

Com o Estatuto da Cidade, a regulação urbanística, pelo menos legalmente, passa a ser tratada como um processo, com etapas sucessivas: a formulação de instrumentos urbanísticos que sirvam para realizar e implementar os objetivos e diretrizes estabelecidos pelo plano diretor; sua aprovação na Câmara Municipal; sua fiscalização e revisão periódica pelo cotejamento entre a estratégia proposta e os resultados alcançados.

A criação do Ministério das Cidades, em 2003, ocupou um vazio institucional causado pela ausência de uma política nacional de desenvolvimento urbano. Ele permitiu, ao menos nos seus cinco primeiros anos, uma agenda centrada: a) na institucionalização do sistema de gestão democrática das cidades; b) na municipalização da política urbana, sobretudo pela obrigação de elaboração dos planos diretores; c) na regulação pública do solo urbano com base no princípio da função social da propriedade imobiliária (SANTOS JUNIOR, 2008).



Foto de Johnny Miller para o projeto Unequal Scenes retrata desigualdade na Rocinha, Rio de Janeiro

Contudo, o Ministério das Cidades foi um dos primeiros órgãos sacrificados, em nome da ampliação do apoio ao governo no Congresso Nacional⁵, com a substituição do ministro Olívio Dutra por Márcio Fortes de Almeida, em julho de 2005. Assim, o ministério deixou de contar com a participação de importantes atores de forças progressistas da reforma urbana, em que pese a manutenção de uma parcela da equipe original.

Os 13 anos do governo nacional do Partido dos Trabalhadores, sob Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016), foram marcados por medidas de combate à fome e à pobreza, fortalecimento do mercado interno por meio da industrialização em prol da substituição de importações e criação de programas em outras áreas, tais como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Luz para Todos. Garantiu-se também um aumento real do salário mínimo (de 72%, entre 2003 e 2012), enquanto as pessoas classificadas em “condição de pobreza” diminuíram sua representação na população brasileira de 37,2% para 7,2% nesse mesmo período (MARICATO, 2014; SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

O programa de transferência de renda Bolsa Família alcançou 14,5 milhões de famílias (cerca de 50 milhões de pessoas) em 2011, e o número de famílias aumentou para 24,4 milhões em 2012 (77% dos cidadãos com mais de 60 anos recebiam o benefício). No entanto, os trabalhadores informais permaneceram, em grande medida, excluídos da cobertura de benefícios da seguridade social (SAAD FILHO; MORAIS, 2018).

É a partir de 2007, durante o segundo mandato de Lula, que se intensificam as políticas econômicas neodesenvolvimentistas em uma “variante híbrida” que teve consequências significativas para o crescimento econômico, a distribuição de renda e a

⁵ O aumento e a estabilização da base governista foram em boa medida conquistados graças à prática que ficou conhecida na imprensa como “escândalo do mensalão”.

Foto: Prefeitura de Maringá / Divulgação



Ciclovía em Maringá (PR)

As categorias cidade-mercado e cidade-direito descrevem diferentes concepções de planejamento urbano

implementação de políticas sociais. O Governo Federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para o investimento em obras de infraestrutura urbana. O modelo visava à desoneração fiscal de produtos industriais e buscava alavancar o emprego na indústria da construção. Após a crise financeira internacional de 2008⁶, essa orientação foi aprofundada. Em 2009, foram lançados o PAC II e o programa habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV)⁷.

Os investimentos em habitação e saneamento aumentaram numa escala significativa, após quase 30 anos de estagnação. No Governo Federal, a Casa Civil concentrou a gestão dos grandes investimentos urbanos, PAC e PMCMV, diminuindo o poder do Ministério das Cidades. Todo esse investimento teve uma consequência na geração de empregos.

6 Em 2008, o mundo submergiu em uma profunda crise econômica que teve início nos Estados Unidos a partir dos problemas sistêmicos financeiros provocados pela crise dos mercados secundários de títulos lastreados em hipotecas, envolvendo os chamados *subprimes*. A crise do *subprime* contaminou todo o mercado financeiro, provocando um "efeito cascata", afetando todo o setor financeiro globalizado e, também, por decorrência, toda a economia capitalista, dependente das finanças globais (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

7 O PMCMV pode ser entendido como um programa de crédito tanto ao consumidor quanto ao produtor da construção civil e imobiliário. No caso da produção, o construtor solicita crédito à Caixa Econômica Federal para construção de empreendimentos direcionados ao público, dividido em três faixas de renda: de 0 a 3, de 3 a 6 e de 6 a 10 salários mínimos. Para cada tipo de empreendimento construído, as unidades devem ser comercializadas no valor definido dentro de limites estabelecidos segundo as características da cidade e da região (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Teve então início um *boom* imobiliário de enormes proporções nas grandes cidades. Enquanto em 2009 o PIB brasileiro e da construção civil foram negativos, contrariando a tendência anterior, em 2010 o crescimento nacional foi de 7,5% e o da construção civil, de 11,7%. Em seis regiões metropolitanas, o desemprego, que atingia 12,8% em 2003, caiu para 5,8% em 2012. A taxa de desemprego da construção civil no período diminuiu de 9,8% para 2,7%. O investimento de capitais privados no mercado residencial cresceu 45 vezes, passando de R\$ 1,8 bilhão em 2002 para R\$ 79,9 bilhões em 2011, e os subsídios governamentais (em escala inédita no país) cresceram de R\$ 784.727 para mais de R\$ 5,3 bilhões em 2011 (MARICATO, 2014, p. 54).

Entretanto, a esse processo se seguiu uma série de efeitos colaterais, a começar pelo fato de que a agenda da reforma urbana perdera força no âmbito da política urbana nacional. Sem estabelecer uma regulação sobre o uso do solo urbano, as prefeituras viram a multiplicação de prédios, o adensamento de determinadas regiões e o aumento exponencial do número da venda de automóveis, fenômenos tidos como sinal de progresso e desenvolvimento. Parte da classe média viu as possibilidades de acesso à casa própria aumentarem, especialmente a partir das medidas do PMCMV. No entanto,

Com exceção da oferta de emprego na indústria da construção, para a maioria sobrou o pior dos mundos. Em São Paulo, o preço dos imóveis aumentou 153% entre 2009 e 2012. No Rio de Janeiro, o aumento foi de 184%. A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas [...]. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram para a periferia da periferia. Novas áreas de proteção ambiental acabam sendo invadidas pelos sem alternativas, pois a política habitacional está longe do núcleo central do déficit. Os despejos violentos foram retomados, mesmo contra qualquer leitura da nova legislação conquistada por um Judiciário extremamente conservador. Favelas bem localizadas na malha urbana sofrem incêndios, sobre os quais pesam suspeitas alimentadas por evidências constrangedoras (MARICATO, 2014, p. 56).

Somando a esses efeitos colaterais, Cardoso e Aragão (2013) sintetizam uma série de dimensões que estariam sendo mal equacionadas pelo PMCMV. Dentre elas, é possível citar as que expressam diretamente os interesses do capital: a) a falta de articulação do programa com a política urbana — a localização dos empreendimentos quando implementados em áreas com oferta insuficiente de emprego, infraestrutura e equipamentos, como saneamento, mobilidade urbana, escolas, postos de saúde, espaços culturais etc.; b) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária — os novos empreendimentos subordinam-se à dinâmica de mercado, buscando os terrenos mais baratos, isto é, os mais distantes das centralidades urbanas e com maior precarie-

dade de infraestrutura; c) o excessivo privilégio concedido ao setor privado — 97% do subsídio público disponibilizado, com recursos da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), é destinado à oferta e produção por construtoras privadas, e apenas 3% são concedidos a cooperativas e movimentos sociais.

A inflexão da agenda da reforma urbana seguiria no ano de 2016, com o golpe parlamentar que culmina no impeachment de Dilma Rousseff, e a sua substituição por Michel Temer (PMDB) à Presidência em 2016, bem como na eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República, em 2018. Avritzer (2018) caracteriza esse período histórico da democracia brasileira como um movimento de regresso “pendular”, que se constitui em uma série de disputas societárias por um projeto político e econômico de país.

Os momentos pregressos em relação à democracia na história do Brasil foram diversos e nos permitem estabelecer um padrão analítico. Segundo Avritzer (2018), esses momentos envolveram divisões políticas e controvérsias em relação a projetos econômicos, em especial quanto à escolha entre um projeto mais estatizante ou desenvolvimentista e um projeto um pouco mais liberal. Em ambos os casos, houve regressões democráticas expressas na tentativa de afastamento do ex-presidente Vargas e no golpe de 1964. A dinâmica democrática pós-1988 parecia ter mudado. Com efeito, em 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010 tivemos o mais longo ciclo de eleições sem contestação de resultados na história do Brasil⁸. No entanto, na eleição de 2014, essa tradição se mostrou menos estável do que se supunha. Ao final da eleição, a oposição, encabeçada pelo senador Aécio Neves (PSDB), não reconheceu a derrota e questionou o resultado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Nesse contexto, além dos retrocessos no âmbito democrático, puderam ser observados retrocessos nas políticas públicas. No caso específico da política urbana, como demonstra o dossiê organizado pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana, esta e as cidades brasileiras sofreram graves retrocessos, uma

desconstrução do direito à cidade, expressa no desmonte de conquistas sociais alcançadas ao longo das últimas décadas, no avanço da intolerância e da violação dos direitos humanos e nos retrocessos no campo da democracia e da participação social nas políticas públicas (SANTOS JUNIOR; DINIZ; SAULE JUNIOR, 2020, p. 5).

Em síntese, o dossiê destaca, além de retrocessos na legislação, violações de direitos humanos e sociais na área da política urbana, entre as quais destacamos:

8 Em determinados momentos históricos, elites e massas no Brasil partilham um forte entusiasmo democrático que propicia medidas na direção da ampliação da soberania popular e dos direitos. Para Avritzer (2018), a conjuntura que se abriu em 1946 apresentou elementos nessa direção, no que diz respeito tanto às eleições de 1945 quanto à nova Constituição elaborada no ano seguinte. A conjuntura do período 1985-1988 seguiu a mesma lógica. Foram ampliados os cargos eleitorais e, ao mesmo tempo, as condições do sufrágio, o que permitiu criar a ideia de um novo *continuum* democrático. A aceitação dos resultados eleitorais e uma estrutura de divisão de poderes que parecia mais equilibrada reforçaram tal impressão. “Infelizmente, os eventos que vêm ocorrendo no país desde 2013 apontam que estávamos apenas surfando na crista da onda democratizante, que provavelmente está chegando ao seu final.” (AVRITZER, 2018, p. 275).

a) o fechamento de diversos espaços de participação social na discussão das políticas públicas, incluindo o Conselho Nacional das Cidades, ferindo os princípios da Constituição Brasileira e as determinações do Estatuto da Cidade;

b) o agravamento da perseguição e riscos de criminalização dos movimentos sociais urbanos dos sem-teto, ameaçando a liberdade de organização e manifestação social dos cidadãos, em especial das classes populares;

c) a descontinuidade do programa Minha Casa Minha Vida em seu atendimento às famílias de mais baixa renda, fortalecendo os interesses de grandes setores econômicos que, desde o início desse programa, tiveram protagonismo e hoje ganham ainda mais força. Políticas de urbanização de favelas também saem da agenda nacional, impactando diretamente a condição de moradia de grande parte da população urbana das grandes cidades;

d) o abandono da Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela lei nº 12.587, de janeiro de 2012, com todos os impactos que isso representa em termos do aumento das desigualdades no acesso ao direito à mobilidade, da redução da renda das famílias mais pobres e do crescimento de acidentes de trânsito.

Em suma, ainda que o Estatuto tenha permitido inovações para as políticas urbanas, observa-se uma série de inflexões, pela supressão de políticas públicas e espaços institucionais de participação, nos últimos anos. Em paralelo, observa-se o aumento exponencial de modalidades de parcerias público-privadas — o caso mais ilustre são as operações urbanas consorciadas — e uma investida mais forte do mercado na produção do espaço por meio, inclusive, de instrumentos urbanos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao confrontarmos os paradigmas cidade-mercado e cidade-direito, foi possível constatar elementos de associação e desmembramento entre eles. No espaço urbano, a legitimação e a acumulação do capital não são funções exclusivas do Estado, mas sim produto do conflito entre forças existentes na sociedade e dentro do próprio Estado. Esse elemento relacional e conflituoso se insere numa gama de instituições complexas, sejam elas públicas ou privadas, e de aparelhos que contribuem para disseminar determinada visão de mundo num permanente terreno de disputa de poder, seja ele econômico, político ou ideológico.

Nesse sentido, a governança empreendedorista, descrita no paradigma cidade-mercado, deve ser entendida em uma perspectiva relacional

entre os elementos de sua *base* (isto é, o conjunto das *forças produtivas*⁹ e das *relações sociais de produção*¹⁰ de uma sociedade constitui sua “base”; no caso em tela, podemos pensar na exploração do solo urbano), bem como de sua *superestrutura* (a reprodução social da sociedade, de ordem material, mas também por meio de ideologias políticas, códigos morais e estéticos e sistemas legais e jurídicos como a legislação urbana, que legitima a ação e o uso mercadológicos do solo) (MARX e ENGELS, 2007). Por consequência, ao considerar que se trata de uma perspectiva relacional, é importante estar atento às possibilidades de ações contra-hegemônicas, isto é, por se tratar de uma relação de força, as próprias condições de *base* possibilitariam desenvolver uma *superestrutura política* capaz de enfrentar o campo hegemônico em diversas frentes, como aquelas observadas sob o paradigma da cidade-direito.

Entretanto, ocorre que, para Gramsci (2019), a conversão de uma classe subalterna em uma classe hegemônica não é mecânica, mas exige passar do que o autor chamou de um plano “econômico-corporativo” para um plano “ético-político”. Isso se daria por uma “relação de forças” políticas que, sem se precisar a durabilidade do processo, envolveria uma *guerra de posições*¹¹: “prolongada no tempo, travada num espaço social amplo heterogêneo, que inclui mais de uma frente simultânea, com avanços e retrocessos parciais, numa situação de assédio recíproco” (CAMPIONE, 2003, p. 54), que almejaria alcançar certo “grau de homogeneidade e de autoconsciência” (GRAMSCI, 2019, p. 41).

Gramsci destaca três fases de transição das classes, de modo sumário: a primeira, mais elementar, é a *econômico-corporativa*. Nela, percebe-se uma unidade homogênea do grupo profissional, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. Trata-se da menos progressista e mais estacionária relação social.

A segunda fase é aquela em que se atinge a consciência de *solidariedade de interesses* entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já está presente a questão do Estado, mas apenas no terreno da obtenção de uma igualdade político-jurídica para com os grupos dominantes. O que se reivindica é o direito de participar da legislação e da administração e mesmo de modificá-las, de reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes.

Uma terceira fase é aquela em que se “adquire a consciência de que seus próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se o interesse de outros grupos subordinados” (GRAMSCI, 2019, p. 41). Essa é a fase mais estritamente política,

9 O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. O desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como o desenvolvimento da maquinaria e outras modificações do processo de trabalho, a descoberta e a exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado (BOTTOMORE, 1997).

10 As relações de produção são constituídas pela propriedade econômica das forças produtivas. No capitalismo, a mais fundamental dessas relações é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção, ao passo que o proletariado possui apenas a sua força de trabalho (BOTTOMORE, 1997).

11 A guerra de posição é um conceito gramsciano que trata da preparação dos Estados e das classes sociais para a luta política, em tempo de paz. Essa preparação passa pela acumulação de recursos econômicos, sociais e políticos necessários à conquista, por parte das classes subalternas, das fortalezas ideológicas criadas pelas classes dominantes.

chamada de *plano ético-político*, que assinala a passagem nítida da *estrutura* para a esfera da *superestrutura*; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação até que uma, ou pelo menos uma combinação delas, prevaleça e se imponha determinando não apenas a unicidade dos fins econômicos e políticos, mas também a unicidade intelectual e moral, “criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados” (GRAMSCI, 2019, p. 41). Uma vez que a classe se torna hegemônica, tem no Estado um espaço para expansão das suas ideias como universais. Gramsci (2019) demonstra estar atento às novas determinações do capital na sociedade moderna, em que, quanto mais avançado e sofisticado, tanto mais aparelhos são utilizados como forma de arregimentar a sociedade.

Acreditamos que, no caso brasileiro, uma hipótese é que a hegemonia dos trabalhadores no ciclo de governos de esquerda não chegou a alcançar a terceira fase, ficando apenas na segunda, aquela associada à *solidariedade de interesses*.

Quando tratamos da estrutura do Estado capitalista, há uma série de limites em contragestá-lo. Autores como Offe (1984) e Wright (2019) consideram que há uma importante relação de benefícios entre as políticas públicas e o capital. Os Estados dependem, em larga medida, da riqueza gerada pelo setor privado, na medida em que qualquer queda no nível de investimento e de empregos gera menor arrecadação tributária. E, como a reprodução da sociedade no sistema capitalista depende do processo de acumulação no setor privado — do emprego, da renda e das possibilidades de consumo gerados nesse setor —, a atuação dos governantes pode acabar sendo cerceada por aquelas decisões que sejam capazes de garantir o lucro e o investimento privado (OFFE, 1984). Wright completa seu raciocínio sobre o fato de o Estado obter parte de seus rendimentos por meio da taxação da renda obtida na economia de mercado:

Isso significa que ele é dependente de uma economia capitalista que seja saudável, vibrante e principalmente lucrativa: sem esses lucros, não há investimento; sem investimento, a renda e o emprego caem, a arrecadação tributária cai também [...]. Até mesmo quando as forças políticas das esquerdas estão no poder, elas precisam se preocupar em manter um clima favorável nos negócios (WRIGHT, 2019, p. 129).

O que Wright (2019) aparenta não levar em questão é que a fração do capital financeiro burguês não se limita à questão produtiva, ou seja, a valorização do seu capital está fora dos círculos produtivos. Trata-se, também, da presença de um capital fictício, cuja relação é distinta daquelas funções do capital no âmbito da produção. O capital industrial passa ser subordinado pela lógica especulativa dos mercados financeiros.

Nessa luta entre classes e suas frações, Gramsci está atento às contradições e limites da sua luta contra a hegemonia do Estado capitalista. Para tratar do tema, o autor faz uma analogia dos aparelhos ideológicos e das relações sociais como um terreno de enfrentamento político-militar. O Estado deveria ser compreendido como “uma trincheira avançada” que tem, atrás dela, a sociedade civil, ou seja, “uma robus-

ta cadeia de fortalezas e casamatas” (GRAMSCI, 2019, p. 261). As “superestruturas” da sociedade civil seriam como o sistema das trincheiras na “guerra moderna”, de tal forma que a conquista de cada “trincheira inimiga” significaria, em termos de uma sociedade ocidental sofisticada, avançar, passo a passo, no domínio dos aparelhos culturais. Conquistar exclusivamente a “trincheira mais avançada”, o Estado, envolveria identificar as “trincheiras anteriores”, onde se exprimem as classes dominantes e suas respectivas hegemonias culturais, e disputá-las.

Sumariamente, o Estado seria apenas a “trincheira” mais avançada, mas na sua “retaguarda” articular-se-iam outras trincheiras, expressão da hegemonia cultural das classes dominantes, entre elas, os jornais e outros instrumentos culturais que formam a opinião pública.

Mesmo que a maioria dos analistas aponte para uma predominância da cidade-mercado na política urbana, é necessário distanciar-se de qualquer análise simplória e determinista. Para manter essa hegemonia em determinados contextos e dependendo dos interesses em jogo, pode ser necessário modificá-la ou fazer concessões.

Além disso, entendemos que segmentos e atores podem alterar seu grau de protagonismo ou de passividade dentro de um contexto histórico, influenciando diretamente a forma de uma determinada regulamentação. Consideramos, também, que os capitalistas podem ter seus interesses frustrados, por incapacidade de operá-los e de articulá-los, diante de amarras de processos burocráticos.

A nosso ver, a análise do poder político nas cidades precisa estar atenta a questões associadas a esses fatores. Acreditamos que os conceitos tratados aqui permitem descortinar um profícuo campo de análises para o campo das políticas urbanas, tratando o Estado não como um elemento insólito, neutro ou meramente técnico, no sentido de indiferença em face do todo social, mas entendendo que nele estão imbricadas diversas relações históricas e societárias.

*Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos e Metropolitanos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia “Observatório das Metrôpoles” (Núcleo RMBH). Pós-doutorando em Arquitetura e Urbanismo pelo NPGAU-UFMG. Doutor em Ciências Sociais. Assistente Social. *E-mail*: renatobfontes@gmail.com

O presente artigo foi desenvolvido, parcialmente, com base no segundo e terceiro capítulos da tese “Estado e sua autonomia relativa: a experiência de uma operação urbana consorciada que não se concretizou”, defendida pelo autor em 2020 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas).

► Texto recebido em janeiro de 2021; aprovado em fevereiro de 2021

ALVES, Giovanni. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica**. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>. Acesso em 11/11/2020.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: _____; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia (Org.). **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-74.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 273-289, 2018.

BRASIL. **Lei 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257.html. Acesso em: 22 dez. 2020.

BRENNER, Neil. **Espaços de Urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.

BORJA, Jordi; FORN, Manuel. Políticas da Europa e dos Estados para as cidades. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 45, p. 32-47, jul. 1996.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. São Paulo: Zahar, 1997.

BRENNER, Neil. **Espaços de urbanização: o urbano a partir da teoria crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2018.

CAMPIONE, Daniel. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 51-66

CARDOSO, Adauto; ARAGÃO, Thémis. Do fim do BNH ao programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, Adauto (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-66.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FONTES, Renato Barbosa. **Estatuto da Cidade e planos diretores: possibilidades e limites dos arranjos de participação popular na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FONTES, Renato B. **Estado e sua autonomia relativa: a experiência de uma Operação Urbana Consorciada que não se concretizou**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. v. 3.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Os sentidos do mundo: textos essenciais**. São Paulo: Boitempo, 2020.

LIGUORI, Guido. Estado e sociedade civil: entender Gramsci para entender a realidade In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 173-188.

LOGAN, John; MOLOTCH, Harvey. **Urban fortunes: the political economy of place**. Berkeley: University of California Press, 1987.

MARICATO, Erminia. É a questão urbana, estúpido!. In: _____ (Org.). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram o Brasil. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 32-46.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NUNES, Edson. **A gramática política no Brasil**: clientelismo, corporativismo e insulamento burocrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. Práticas urbanas: o Estado, os movimentos sociais, o partido (última entrevista de Nicos Poulantzas). In: **Espaço & Debates**. São Paulo: Cortez, p. 70-79, maio-ago. 1983.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local**: dilemas da reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan; Ippur-UFRJ, 2001.

_____. Metropolização e megaeventos: proposições gerais em torno da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos; GAFFNEY, Christopher; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). **Brasil**: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 21-40.

_____. Reforma urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora. In: COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de (Org.). **Planejamento urbano no Brasil**: trajetória, avanços e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. p. 133-156.

_____; DINIZ, Tânia M. R. G.; SAULE JUNIOR, Nelson. **Dossiê do desmonte da política urbana federal nos governos Temer e Bolsonaro e seus impactos sobre as cidades**: violações de direitos humanos e os riscos de construção de cidades intolerantes, excludentes, injustas e antidemocráticas. Rio de Janeiro: Ippur-UFRJ, 2020.

SAULE JUNIOR, Nelson; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. **DPH**, Santiago, 2009. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão Urbanos. 5ª edição. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2008.

THEODORE, Nik; PECK, Jamie; BRENNER, Neil. **Urbanismo neoliberal**: la ciudad y el imperio de los mercados. **Temas Sociales**, n. 85, p. 1-12. Santiago, 2009.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Erminia (Org.). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 8. ed. Petrópolis: Vozes: 2013. p. 75-104.

WRIGHT, Erick Olin. **Como ser anticapitalista no século XXI?**. São Paulo: Boitempo, 2019.

Metamorfoses políticas: da social-democracia aos partidos-movimento

Political metamorphoses: from social
democracy to movement parties

theófilo codeço machado rodrigues*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.008>



RESUMO

O presente artigo analisa a trajetória histórica que levou a revolucionária social-democracia do fim do século XIX à moderação exacerbada no século XXI e que teve como consequência política a recente criação daquilo que a literatura especializada convencionou chamar de partidos-movimento. A hipótese apresentada é a de que o sistema de partidos de cartel, como descrito por Katz e Mair, legitimou a emergência de novos partidos políticos no século XXI, como o Podemos na Espanha, o Syriza na Grécia, o Bloco de Esquerda em Portugal, o França Insubmissa na França e Die Linke na Alemanha. Em países de sistema majoritário de um único turno, como Reino Unido e Estados Unidos, a inovação não surgiu com uma nova organização partidária, mas sim com mudanças internas nos seus tradicionais partidos, como o Trabalhista e o Democrata, respetivamente.

Palavras-chave: Partidos-movimento. Social-democracia. Partidos políticos. Partidos de cartel. Terceira via.

ABSTRACT

This article analyses the historical trajectory that led to the revolutionary social democracy of the end of 19th century to the exacerbated moderation in the 21st century that had as political consequence the recent creation of what the specialized literature has conventionally call as movement parties. The hypothesis presented is that the system of cartel parties, as described by Katz and Mair, legitimized the emergence of new political parties in the 21st century, as Podemos in Spain, Syriza in Greece, Bloco de Esquerda in Portugal, La France Insoumise in France and Die Linke in Germany. In countries with a simple-majority single-ballot system, such as England and the United States, that innovation has not emerged with a new party organization, but rather with internal changes in its traditional parties such as Labour and the Democratic.

Keywords: Movement parties. Social democracy. Political parties. Cartel parties. Third way.

1. INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2015, Aléxis Tsípras, jovem líder do Syriza, partido fundado apenas 11 anos antes, tomou posse como primeiro-ministro da Grécia. Em novembro do mesmo ano, o Bloco de Esquerda, fundado em 1999, formou coalizão com o Partido Socialista e o Partido Comunista para dar posse ao socialista António Costa como primeiro-ministro de Portugal. No mês seguinte, dezembro de 2015, o Podemos, fundado no ano anterior, surpreendeu a Espanha ao alcançar a terceira posição nas eleições gerais do país. Com efeito, em junho daquele ano, o Podemos já havia apoiado as candidaturas municipais vitoriosas de Manuela Carmena, em Madri, e Ada Colau, em Barcelona. Além de representarem casos de sucesso eleitoral de partidos fundados recentemente, essas experiências têm uma característica em comum: todas elas caminham ideologicamente à esquerda no espectro político, por um caminho que vai além da moderação programática da atual social-democracia e do isolamento dos partidos comunistas. São os chamados partidos-movimento.

O presente artigo analisa a trajetória histórica que levou a revolucionária social-democracia do fim do século XIX à moderação exacerbada no século XXI e que teve como consequência a recente criação dos partidos-movimento. Nesse percurso, são observadas as metamorfoses da social-democracia desde a fundação do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) em 1875, passando pela II Internacional e pelo histórico Congresso de Bad Godesberg em 1959, quando, afinal, o marxismo foi retirado de seu programa. Essa moderação programática da esquerda dá um salto adiante na década de 1970 com o surgimento do eurocomunismo, *aggiornamento* realizado no interior dos partidos comunistas da Europa Ocidental. Mas não era apenas a esquerda que se atualizava. Partidos conservadores também reorientaram seus programas a partir da década de 1980, sendo os casos mais exemplares o Partido Conservador sob Margaret Thatcher no Reino Unido e o Partido Republicano de Ronald Reagan nos Estados Unidos, ambos implementando a economia política do neoliberalismo. Esse neoliberalismo disputou a hegemonia de fato, e a própria social-democracia, em vez de combatê-lo, como seria o esperado, incorporou-o em seu programa econômico. É isso que na década de 1990 será chamado de terceira via, experiência operada por Bill Clinton, no Partido Democrata dos EUA, Tony Blair, no Partido Trabalhista britânico, e Gerhard Schröder, no SPD da Alemanha, entre tantos outros. A social-democracia, que nasceu do marxismo revolucionário, chegou ao século XXI com um programa neoliberal, resignificado em torno da terceira via. Dessas metamorfoses políticas emergem os partidos-movimento. Entre as experiências investigadas estão não apenas partidos políticos novos, como o Podemos na Espanha, o Syriza na Grécia, o Bloco de Esquerda (BE) em Portugal, a França Insubmissa na França e Die Linke na Alemanha, mas também mudanças internas em partidos tradicionais, como o avanço de Bernie Sanders no Partido Democrata estadunidense e de Jeremy Corbyn no Partido Trabalhista britânico. A hipótese aqui apresentada é a de que, ao moderar o programa e girar para o centro político em busca da ampliação de votos, a social-democracia

A hipótese aqui apresentada é a de que, ao moderar o programa e girar para o centro político em busca da ampliação de votos, a social-democracia tradicional perdeu considerável parcela de um eleitorado com quem mantinha identidade partidária. Esse eleitorado migrou para os chamados partidos-movimento

tradicional perdeu considerável parcela de um eleitorado com quem mantinha identidade partidária. Esse eleitorado migrou para os chamados partidos-movimento.

2. A AFIRMAÇÃO SOCIAL-DEMOCRATA

Embora Marx mencione, tanto no *Manifesto comunista* quanto em *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*, a existência de um partido social-democrata na França de 1848¹, há certo consenso na literatura de que a social-democracia nasceu como partido político na Alemanha em fins do século XIX. No Congresso de Gotha, realizado em 1875, reuniram-se em torno do SPD duas importantes organizações operárias da época: o Partido Operário Social-Democrata, liderado por Bebel e Liebknecht, e a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, influenciada pelas ideias de Lassalle. Como se sabe, Marx e Engels foram críticos da versão original do programa daquele congresso, mas concordavam com a necessidade da fusão dos movimentos em um único partido. Afinal de contas, como diz Marx (2012, p. 20) em sua carta a Wilhelm Bracke, “cada passo do movimento real é mais importante do que uma dúzia de programas”.

A crítica de Marx e Engels era desferida até mesmo contra o nome do novo partido. De acordo com Engels (apud LÊNIN, 2017, p. 105), os dois preferiam a palavra *comunista*, pois a expressão *social-democrata* era “inadequada para um partido cujo programa econômico não é meramente socialista em geral, mas diretamente comunista, e cujo objetivo político final é a superação de todo Estado, portanto, também da democracia”. No entanto, a grande tensão que esteve presente no seio da social-demo-

1 Em nota à edição inglesa de 1888 do *Manifesto comunista*, Engels diz que “o nome *social-democrata* significava, para seus criadores, a parte do Partido Democrático ou Republicano com tendências mais ou menos socialistas” (MARX; ENGELS, 2010, p. 68). Já em *O 18 de brumário...*, Marx sustenta que “para enfrentar a burguesia coligada, formara-se uma coalizão de pequeno-burgueses e trabalhadores, o chamado Partido Social-Democrata” (MARX, 2011, p. 62).

cracia desde sua gênese sempre foi entre reforma e revolução, entre disputar a administração do Estado ou transformá-lo com o objetivo de sua extinção. A crítica ao programa de Gotha, elaborada por Marx, tratava desse tema. Marx era mais próximo do grupo de Bebel e Liebknecht e não aceitava o “estatismo” lassalliano proposto por aquele programa, em que se lia que a subvenção estatal contribuiria para a solução da questão social (MARX, 2012).

A crise interna oriunda desse debate, ainda que sobre outras nuances, teve continuidade a partir de então. Bem antes de sua polêmica com Rosa Luxemburgo, Bernstein e outras lideranças do SPD já haviam publicado, em 1878, um artigo em que defendiam “uma revisão da política do partido, o abandono do caráter estritamente operário, das tendências demasiado revolucionárias” (LÖWY, 2012, p. 203). Em resposta ao artigo, Marx e Engels exigiram da direção do partido — Bebel, Bracke e Liebknecht eram os principais dirigentes — a condenação dessas tendências reformistas. Apesar desse conflito, Marx e Engels permaneceram envolvidos com o SPD, ainda que a distância.

Após a morte de Marx, em 1883, Engels manteve-se como a grande influência teórica por trás do partido, ainda que não diretamente atuante em sua estrutura de direção. Foi de Engels, por exemplo, que partiu a iniciativa de criação da II Internacional, em 1889. Assim como Marx havia feito em 1875 com a *Crítica ao programa de Gotha*, Engels também produziu uma rigorosa crítica ao programa do SPD debatido no Congresso de Erfurt, em 1891. Não obstante a avaliação de que o programa de Erfurt seria um avanço em relação ao de Gotha, já que o “estatismo” lassalliano havia sido deixado para trás, Engels considerava: “as reivindicações políticas do projeto têm um grande defeito. Aquilo que propriamente devia ser dito *não está lá*”, o que *demonstra* “o oportunismo que grassa numa grande parte da imprensa social-democrata” (ENGELS, 1982). Seja como for, Engels foi um entusiasta da experiência eleitoral dos sociais-democratas. Em texto de 1895, ano de sua morte, Engels explicou as razões de seu entusiasmo: “O crescimento espantoso do partido apresenta-se aos olhos do mundo em números incontestáveis. Em 1871: 102 mil; em 1874: 353 mil; em 1877: 493 mil votos social-democratas [...] em 1884: 550 mil; em 1887: 763 mil; em 1890: 1,427 milhão de votos” (ENGELS, 2012, p. 20).

O que Engels percebeu foi que o direito de voto era uma arma da qual os sociais-democratas não deveriam abrir mão. Em sua opinião, o SPD havia mostrado “aos colegas de todos os países uma das suas armas mais afiadas, ensinando-lhes como fazer uso do direito

de voto universal” (ENGELS, 2012, p. 20). Engels observou que as condições de luta haviam se alterado profundamente entre 1848 e 1895. Por diversas razões, as lutas de barricadas nas ruas das cidades tornaram-se antiquadas. A reforma urbana que modificou a estrutura das cidades alargando ruas, o transporte ferroviário capaz de deslocar exércitos com extrema velocidade e os novos armamentos adquiridos pelas tropas são algumas das razões pelas quais Engels considerava inadequada a luta física dos operários contra o Estado naqueles novos tempos, ao menos enquanto não tivesse o Exército ao seu lado. Por outro lado, o direito de voto colocou à disposição dos representantes da social-democracia “uma tribuna no Parlamento, do alto da qual podiam dirigir a palavra tanto a seus adversários no Parlamento como às massas do lado de fora com muito mais autoridade e liberdade do que quando falam para a imprensa ou em reuniões” (ENGELS, 2012, p. 22). Ressalte-se, no entanto, que isso não significava que a via eleitoral deveria se transformar em princípio ou estratégia universalizante para a social-democracia. Em carta endereçada a Lafargue, pouco antes de morrer, Engels criticou o fato de seu texto ter sido desvirtuado e divulgado por Liebknecht num sentido legalista, pacifista e eleitoreiro. Sua proposta não era estratégica, mas sim tática, circunscrita histórica e geograficamente: “essa tática, eu só a preconizo para a Alemanha de hoje e ainda assim com muita reserva. Para a França, a Bélgica, a Itália, a Áustria, essa tática não poderia ser inteiramente seguida e, para a Alemanha, ela poderá amanhã se tornar inaplicável” (ENGELS apud MORAES, 2001, p. 37). A via eleitoral não era um fim em si mesmo, mas uma tática de acumulação de forças para ter o Exército ao seu lado no dia em que a violência revolucionária fosse necessária (STEINBERG, 1982). Apesar do alerta de Engels, o que foi amplamente divulgado pelo SPD foi a versão moderada de Liebknecht. Assim, sob a imprecisão ou má compreensão da influência de um de seus principais líderes teóricos, o movimento social-democrata passou a priorizar a via eleitoral para o socialismo.

Após a morte de Engels, foi Kautsky quem assumiu o papel de principal líder teórico da social-democracia no cenário europeu. Mas sua liderança não foi suficiente para impedir que as divisões no interior da II Internacional se aprofundassem. Nesse período, que vai até o início da Primeira Guerra, ao menos quatro correntes disputavam os rumos socialistas: o marxismo “ortodoxo” de Kautsky e Bebel; o revisionismo de Bernstein; a nova esquerda de Rosa Luxemburgo e Anton Pannekoek; e o sindicalismo revolucionário do socialismo francês e italiano (WALDENBERG, 1982).

Partidos social-democratas surgiam por toda a Europa e, de um modo ou de outro, reproduziam essas divisões. No caso russo, a polarização no interior do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) deu-se entre os reformistas mencheviques e os revolucionários bolcheviques, divisão que ocorreu no Segundo Congresso do partido, em 1903. Lênin, o líder bolchevique dentre os sociais-democratas russos, entendia-se próximo à corrente do marxismo “ortodoxo” — é o que dizia em *Dois táticas da social-democracia na revolução democrática*, texto de 1905. “Onde e quando pretendi eu criar, na social-democracia internacional, uma tendência especial, *não idêntica* à tendência

de Bebel e de Kautsky?”, perguntava Lênin (1980, p. 418) ao ser acusado de radicalismo.

Apesar dos conflitos, até a Primeira Guerra todos participavam do mesmo movimento social-democrata referenciado na II Internacional. Foi com a eclosão da guerra que o contexto se alterou. O SPD e outros partidos social-democratas apoiaram no parlamento a entrada de seus países na guerra, algo que os bolcheviques jamais perdoaram. A guerra paralisou a solidariedade entre os partidos social-democratas, de modo que, em 1916, a II Internacional foi dissolvida. Após a Revolução Russa, no ano seguinte, um novo centro de poder político para o movimento socialista surgiu, e, em 1919, foi organizada a III Internacional, ou Internacional Comunista, sob a direção dos bolcheviques russos. A partir daí o antigo movimento social-democrata passou a oficialmente estar dividido em dois polos: os sociais-democratas da antiga II Internacional, atualmente chamada de Internacional Socialista; e os comunistas da III Internacional, organizados em torno da União Soviética (JOHNSTONE, 1985; AGOSTI, 1985).

O SPD, centro gravitacional incontestável do marxismo europeu e mundial até 1914, também se reorganizou após o fim da guerra (THERBORN, 2012). Kautsky, que nos últimos anos havia caminhado para uma posição centrista e reformista, passou a ser chamado de “renegado” por Lênin (1971). Por discordar da prática do novo partido, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht abandonaram a legenda e fundaram, em dezembro de 1918, o Partido Comunista da Alemanha. Em consequência de suas posições políticas, os dois foram assassinados duas semanas depois, em janeiro de 1919 (HOBSBAWM, 1995). No mesmo ano tem início na Alemanha a República de Weimar, período histórico que durou até a emergência do nazismo no país, em 1933. Seu primeiro presidente foi, inesperadamente, Friedrich Ebert, do SPD, entre 1919 e 1925.

Fotos: Divulgação



Podemos (Espanha), Syriza (Grécia) e Bloco de Esquerda (Portugal): exemplos de partidos-movimento.

Como se pode ver, no mesmo momento histórico, a social-democracia chegava ao poder pela via revolucionária na Rússia e pela via eleitoral na Alemanha. Contudo, o que a história demonstrou foi que não se tratava apenas de táticas distintas para a chegada ao poder. As políticas implementadas pelos dois governos foram diferentes em muitos pontos, como atesta a revolucionária Constituição Soviética de 1918, bem distante da Constituição de Weimar, malgrado esta última ter inaugurado o constitucionalismo social no direito internacional (CURY, 1998). É forte, porém reveladora, a afirmação de Hobsbawm (1985, p. 54) de que na Alemanha o velho regime restaurou-se “com uma social-democracia apaixonada e visceralmente anti-revolucionária e governista”. Mas também havia suas semelhanças teóricas na economia política, ainda que sob diversas nuances. O governo do SPD na Alemanha teve como ministro da Fazenda o economista marxista Rudolf Hilferding, formulador da teoria do “capitalismo organizado”. Para Hilferding, o “capitalismo organizado” possibilitaria a regulação e planificação da economia, o que garantiria a estabilização da sociedade. Leclercq (1981, p. 122) sugere que “através dessa teoria os dirigentes do SPD afirmam-se como homens de governo”. Já a Rússia soviética, após o fracasso do chamado “comunismo de guerra” em 1921, apostou na Nova Política Econômica (NEP), uma espécie de “capitalismo de Estado” formulado por Lênin, em que alguns meios de produção privados poderiam conviver com o Estado socialista (FERNANDES, 2017).

Como bem sabemos, na Rússia os descendentes da social-democracia mantiveram-se no poder de 1917 até o fim da URSS, em 1991. Já na Alemanha, o movimento passou por altos e baixos. Logo após o primeiro governo do SPD, na década de 1920, a Alemanha assistiu à emergência do nazismo e ao declínio da social-democracia. Após o fim da guerra a recuperação do SPD não foi fácil, fato que o levou a se repensar, como ocorreu no histórico Congresso de Bad Godesberg, em 1959, quando o partido abdicou em seu programa de todos os velhos laços com o marxismo. O resultado veio em 1969, com a volta ao poder do SPD, momento em que houve a eleição de Willy Brandt para chanceler, cargo que exerceu até 1974, e, na sequência, de Helmut Schmidt (1974 a 1982) (DUVE, 1989).

Decerto, não foi apenas nesses dois países que a social-democracia se desenvolveu. Na França, um marco para a sua estruturação foi a formação da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO). A SFIO surge em 1905, após um apelo da II Internacional para que os socialistas franceses se unissem. Agrupava o Partido Socialista Francês, o Partido Socialista da França e o Partido Operário Socialista Revolucionário, sob a liderança de Jean Jaurès (JOFFILY, 2012). Jaurès foi assassinado em 1914, e em seu lugar assumiu a direção do partido Léon Blum. Influenciada pela Revolução Russa, uma parcela considerável deixou a SFIO em 1920 para formar o Partido Comunista Francês (PCF). Após a Segunda Guerra, a SFIO conseguiu eleger para presidente do país Vincent Auriol, cujo mandato transcorreu entre 1947 e 1954. Apesar dessa vitória, o PCF superou a SFIO nos anos seguintes, o que obrigou à refundação desta em 1969, como Partido Socialista (PS). Com a eleição de François Mitterrand para líder do partido, em 1971, a social-democracia ultrapassou o

PCF em tamanho. Mais do que isso, Mitterrand deu um passo além ao conseguir algo até então impossível: estabeleceu uma aliança entre o PS e o PCF e formulou um Programa Comum entre os dois partidos (STRAUSS-KAHN, 1989). Assim, com o apoio do PCF, em 1981 Mitterrand foi eleito presidente do país, posto que ocupou até 1995. Com François Hollande, o PS voltou à Presidência, entre 2012 e 2017.

O caso britânico talvez seja o mais importante em que a social-democracia germinou fora do ambiente do marxismo. Fundada em 1884, a Sociedade Fabiana adotou um reformismo socialista de intelectuais de classe média que obteve bastante sucesso no país e foi influência decisiva na formação do Partido Trabalhista, em 1900 (BARKER, 1982). Hobsbawm (1985, p. 112) demonstra como “os reformistas afirmavam, com Bernstein e os fabianos, que não tinha sentido falar de revolução quando o capitalismo parecia durar mais do que se poderia prever”. De fato, os trabalhistas faziam questão de manter distância não apenas do socialismo soviético, mas também do europeu. E foi assim que chegaram ao poder com MacDonald como primeiro-ministro em 1924 e de 1929 a 1935. Mas foi com Clement Attlee, primeiro-ministro entre 1945 e 1951, que o Partido Trabalhista assumiu um programa realmente social-democrata e criou as bases do Estado de bem-estar social no Reino Unido. Attlee criou, com base no Plano Beveridge, o National Health Service Act, “um sistema nacional, universal e gratuito de assistência médica, financiado pelo orçamento fiscal” (FIORI, 1997, p. 133). Foi nesse momento que o *welfare state* surgiu como fenômeno histórico e como principal programa da social-democracia para o século XX (ESPING-ANDERSEN, 1991; LOSURDO, 2016). Do outro lado do Atlântico, também não foi o marxismo que inspirou o desenvolvimento da social-democracia. Nos Estados Unidos, cuja formação social foi bem diferente da europeia, o movimento sindical manteve-se por muito tempo distante da luta política. Foi apenas após a grande crise econômica de 1929 e a ampliação do Estado derivada do New Deal de Roosevelt que o movimento sindical passou a intervir na luta política. Mas a opção não foi a de fundar um novo partido de massas, mas sim a de participar internamente do Partido Democrata, identificado com o New Deal (LOWENTHAL, 1982).

Przeworski foi, provavelmente, o melhor intérprete dessa trajetória da social-democracia ao longo do século XX. O polonês argumenta que o jogo democrático de via eleitoral exige uma regra simples: para governar, o partido político precisa obter 50% mais 1 dos votos disponíveis. A social-democracia teria encontrado aí um problema: pretendia ser um partido da classe trabalhadora urbana, o proletariado, no entanto essa classe nunca representou mais de 50% de nenhuma sociedade. Essa condição concreta impôs aos partidos social-democratas um dilema: “ter um partido homogêneo em termos de apelo a uma classe, mas condenado à perpétua derrota eleitoral ou um partido que luta pelo êxito eleitoral às custas da diluição de seu caráter de classe” (PRZEWORSKI, 1989, p. 39). A decisão foi participar de governos, ainda que de forma minoritária. Como minoritários nas coalizões, os sociais-democratas não conseguiram a aprovação parlamentar necessária para implementar o programa econômico que tinham planejado: a socialização ou nacionalização dos meios de pro-

No decorrer do século XX, a social-democracia, aquela referenciada na II Internacional, abandonou a defesa da nacionalização e socialização dos meios de produção, deixou de ser reformista e retirou de seu programa o marxismo

dução. Estavam, portanto, desarmados de um programa econômico para essa conjuntura política. Foi assim que a teoria keynesiana surgiu na década de 1930 como a salvação da social-democracia. Como sugere Przeworski (1989, p. 53), “o Keynesianismo era não só uma teoria que justificava a participação socialista no governo, mas [...] era também uma teoria que de súbito conferia um caráter universalista aos interesses dos trabalhadores”. Por keynesianismo entende-se uma política estatal de regulação da economia para atenuar os efeitos do livre mercado capitalista, mas sem impedir sua existência. As nacionalizações não seriam necessárias; ao Estado caberia, no máximo, o controle de setores econômicos deficitários. Ao aceitar esse programa econômico, a social-democracia abriu mão até mesmo do reformismo, já que, ao controlar apenas os setores econômicos deficitários, o Estado não teria condições de conduzir novas reformas. Com a teoria keynesiana estavam prontas as bases para a conciliação entre as classes proposta pela social-democracia e em vigor ainda hoje: consente-se no direito de propriedade privada com a esperança de que os lucros do capital sejam poupados, investidos, transformados em capacidade produtiva e parcialmente distribuídos. Esse é o cenário que leva Przeworski (1989, p. 61) a concluir que “os social-democratas não conduzirão as sociedades europeias ao socialismo”.

No decorrer do século XX, a social-democracia, aquela referenciada na II Internacional, abandonou a defesa da nacionalização e socialização dos meios de produção, deixou de ser reformista e retirou de seu programa o marxismo. Mas as mudanças à esquerda no espectro político não ocorriam apenas ali. Entre os comunistas que vinham da III Internacional, algo de novo surgiu na década de 1970: o eurocomunismo.

3. O AGGIORNAMENTO EUROCOMUNISTA

Na década de 1970, uma nova metamorfose política passou a ocorrer no movimento socialista da Europa Ocidental. Enquanto a social-democracia crescia, os partidos comunistas declinavam. Não pretendiam abandonar o marxismo e o comunismo, mas não podiam apenas seguir, no contexto democrático, o modelo soviético e

as orientações da URSS. Uma atualização programática seria necessária se quisessem disputar efetivamente a via eleitoral nesses países. Esse *aggiornamento* ficou conhecido como eurocomunismo.

De certo modo, o eurocomunismo da década de 1970 teve sua gênese no turbulento 1968. Naquele ano, os estudantes clamavam por liberdades individuais em Paris, por direitos civis nos Estados Unidos e pelo fim da ditadura militar no Brasil. E no Leste Europeu não era tão diferente, em particular na Tchecoslováquia. Ali, em janeiro de 1968, teve início o evento que ficou conhecido como Primavera de Praga. Liderado pelo presidente Alexander Dubček, o movimento tinha o objetivo de iniciar reformas democráticas no país socialista, o chamado “socialismo com rosto humano”. Essa democratização do regime gerou insatisfações na URSS, que, autorizada pelo Pacto de Varsóvia, invadiu Praga em agosto e depôs Dubček. Com a invasão do país e o sufocamento da Primavera de Praga, Brejnev, dirigente da URSS, dava início à “Doutrina da soberania limitada”. Por essa doutrina, a URSS permitia-se intervir em qualquer evento compreendido como uma ameaça ao socialismo (PONS, 2014). Se no Leste Europeu praticamente todos concordaram com a invasão, na Europa Ocidental ocorreu o oposto. Partidos comunistas como o francês, o italiano e o espanhol acusaram abertamente a invasão como uma intromissão em assuntos internos de outros partidos. A crise no movimento comunista tinha início. Luigi Longo, secretário-geral do Partido Comunista Italiano (PCI), condenou a invasão e prestou solidariedade à iniciativa de Dubček: “os camaradas tchecoslovacos seguiram uma linha que excluía qualquer retorno aos métodos autoritários, burocráticos, administrativos e repressivos, e que concentrava todos os esforços numa perspectiva do desenvolvimento da democracia no partido” (LONGO, 1970, p. 116). Em intervenção na Conferência Internacional de Moscou, realizada em 1969, o secretário-geral do Partido Comunista Espanhol (PCE), Santiago Carrillo, advogou em defesa de Dubček ao declarar que “não existe Meca do socialismo” e que a unidade do movimento comunista internacional “só pode ser alcançada através da plena independência dos partidos na elaboração de sua linha política, na aplicação dos princípios gerais do marxismo-leninismo às condições concretas de seu país” (CARRILLO, 1970, p. 95). Na França, a situação foi mais contraditória. Embora o PCF tenha publicado uma nota de reprovação da invasão no mesmo dia em que ela ocorreu, o filósofo e dirigente partidário Roger Garaudy acabou expulso do partido no ano seguinte por ter elevado o tom das críticas à URSS.

Em perspectiva histórica, a consequência mais visível da repressão à Primavera de Praga foi o distanciamento político entre os partidos comunistas do Leste Europeu e os da Europa Ocidental. O ápice desse distanciamento foi a realização de uma série de reuniões entre PCI, PCF e PCE ocorridas entre 1975 e 1976 e que deu vida ao fenômeno do eurocomunismo. Conforme Pons (2014, p. 508), “muito mais do que movimento dotado de precisa plataforma, o eurocomunismo se configurava como aliança estabelecida em torno do distanciamento do modelo soviético e do reconhecimento do valor da democracia ocidental”.

O PCI era o partido cuja trajetória ao eurocomunismo parecia ser a mais óbvia. Fundado por Antonio Gramsci, Amadeo Bordiga e Palmiro Togliatti em 1921, o partido tinha no primeiro uma referência no debate sobre as diferenças entre a construção do socialismo no Oriente e no Ocidente. A história é bem conhecida: diferentemente de Gramsci e Togliatti, Bordiga, primeiro secretário-geral do partido, mantinha uma postura muito ríspida contra a participação no parlamento, o que levou ao seu isolamento interno². Gramsci assumiu então a direção do PCI em 1924. Com a prisão dele em 1927, Togliatti tornou-se secretário-geral e lá permaneceu, com uma breve interrupção, até sua morte, em 1964. Parceiro político e intelectual de Gramsci, Togliatti partiu da fundamentação teórica do sardo para formular a chamada “via italiana para o socialismo”, em 1956. Nesse documento, Togliatti (1980, p. 154) explicava: “caminho italiano é um caminho de desenvolvimento para o socialismo [...] que prevê um desenvolvimento no terreno democrático, de fortalecimento da democracia e de sua evolução no sentido de determinadas e profundas reformas sociais”. Com a morte de Togliatti, Luigi Longo torna-se o novo secretário-geral do partido até 1972. É durante o seu mandato que o PCI enfrenta de forma polêmica a questão da Primavera de Praga e passa a se distanciar da URSS. Contudo, é com seu sucessor, Enrico Berlinguer, que a situação atinge sua feição mais radical, tanto na política quanto na teoria. Impressionado pelo assassinato de Allende e a derrota dos socialistas no Chile, em 1973, Berlinguer elaborou a tese que ficou conhecida como “compromisso histórico”, uma aliança entre os comunistas e os conservadores da Democracia Cristã. O argumento de Berlinguer (1976, p. 76) era o de que o projeto comunista na Itália exigiria não apenas “uma política de largas alianças sociais, mas também um determinado sistema de relações políticas, capaz de favorecer uma convergência e uma colaboração entre todas as forças democráticas e populares”. Dito de outra maneira, Berlinguer queria criar as condições para que seu partido não fosse apeado do poder caso vencesse as eleições, tal qual ocorreu no Chile. Já na teoria, a inflexão ocorreu em 1977, quando ele declarou que a democracia seria um “valor universal”, algo impensável para o marxismo até então. Em suas palavras, “a democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é forçado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual se deve fundar uma original sociedade socialista” (BERLINGUER, 2009, p. 116).

Na Espanha, o principal impulsionador do eurocomunismo foi o secretário-geral do PCE, Santiago Carrillo. Pelo menos desde 1969, com a crise da Primavera de Praga, Carrillo já demonstrava pensar nessa necessidade de atualização programática. No já mencionado discurso na Conferência Internacional de Moscou feito naquele ano, Carrillo (1970, p. 92) indicava que os partidos comunistas deveriam ter a “disposição de realizar o que os católicos chamaram de *aggiornamento*, ou seja, de atualizar, com espírito revolucionário criador, a teoria e a ação política marxista-leninista”. Mas foi com a publicação de *Eurocomunismo e Estado*, em 1977, que Carrillo demarcou seu

2 O próprio Lênin (2004) acusou a prática esquerdista de Bordiga em seu clássico *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*.

posicionamento em favor do novo movimento político em direção ao socialismo. Na obra, Carrillo explica que os partidos eurocomunistas concordam que a caminhada ao socialismo exige “democracia, pluralidade partidária, parlamento e instituições representativas, soberania popular exercida regularmente através do sufrágio universal, sindicatos independentes do Estado e dos partidos, liberdade para a oposição, direitos humanos” (CARRILLO, 1978, p. 100).

Havia, claro, quem sugerisse que o eurocomunismo não passaria de uma volta ao passado, de uma transição do partido comunista em direção à social-democracia (SALVADORI, 1978). Diante desse tipo de crítica, Carrillo (1978, p. 94) argumentava que social-democracia e eurocomunismo são projetos distintos, pois “o que se denomina vulgarmente eurocomunismo propõe-se transformar a sociedade capitalista, não administrá-la; elaborar uma alternativa socialista ao sistema do capital monopolista de Estado, não integrar-se neste e ser uma de suas variantes de governo”. Mas, como era de se esperar, o eurocomunismo não foi um movimento político homogêneo. A literatura especializada identifica ao menos duas grandes tendências em seu interior, uma de esquerda e outra de direita. Enquanto os já mencionados Carrillo e Berlinguer constituiriam o que poderia ser chamado de direita eurocomunista, Nicos Poulantzas e Pietro Ingrao comporiam a esquerda eurocomunista (MOTTA, 2014).

Se na década de 1970 o eurocomunismo simbolizou certa vitalidade e renovação teórica do PCI, PCF e PCE, do ponto de vista político o mesmo não poderia ser dito. A partir do fim da década de 1970, esses partidos nunca mais foram os mesmos eleitoralmente: tornaram-se subordinados à social-democracia ou desapareceram. Ao mesmo tempo, do outro lado do espectro político, um *aggiornamento* de outro tipo ocorria: o neoliberalismo.

4. A NEGAÇÃO NEOLIBERAL

Como teoria política, diferentemente do liberalismo clássico, o neoliberalismo surgiu em meados do século XX em resposta à intervenção política na economia derivada do *welfare state* na Europa e do New Deal nos Estados Unidos. Do ponto de vista teórico, tratava-se do contraponto mais radical ao pensamento socialista e ao keynesiano. *O caminho da servidão*, livro do austríaco Friedrich Hayek publicado em 1944, é um marco desse debate na Europa. Ao mesmo tempo, nos Estados Unidos o economista Milton Friedman organizava a famosa escola de economia da Universidade de Chicago. Apesar de a teoria neoliberal ganhar corpo na década de 1940, somente após a crise do *welfare state*, em meados da década de 1970, é que ela terá capacidade real de intervenção política.

A primeira tentativa de entrada do pensamento neoliberal na política veio em 1964 com a participação de Friedman na campanha presidencial de Barry Goldwater, senador conservador do Arizona. Mas o radicalismo econômico de Friedman e Goldwater foi derrotado e o democrata Lyndon Johnson consagrou-se vitorio-

so com larga diferença de votos. A sociedade estadunidense ainda não estava pronta para o avanço neoliberal, para a redução de políticas sociais e de investimentos públicos. Em 1968, o republicano Richard Nixon venceu a eleição e Friedman tornou-se seu conselheiro econômico, mas o próprio Nixon não estava convencido das ideias neoliberais. Em meados da década de 1970 a situação começou a mudar. A crise do petróleo em 1973 criou obstáculos para o financiamento da política intervencionista do Estado, o que levou Hobsbawm (1995) a demarcar ali o término dos anos dourados, o fim dos 30 anos de sucesso do *welfare state*. Nesse registro, fazia sentido a ascensão e consagração daqueles que sempre criticaram a política intervencionista. Em 1974 e em 1976, Hayek e Friedman, respectivamente, venceram o Prêmio Nobel de Economia.

Contudo, não foi nem na Europa nem nos Estados Unidos a primeira aplicação prática da economia política neoliberal, mas sim na América do Sul, mais precisamente no Chile. Após o golpe contra o governo de Salvador Allende em 1973, o general Augusto Pinochet construiu uma ditadura que durou até 1990. Pinochet recrutou uma série de jovens economistas discípulos de Friedman, os chamados *Chicago boys*, para organizarem a política econômica de seu governo. Segundo Anderson (1995, p. 19), “o Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos”. Estabelecido o laboratório neoliberal no Chile, os países do Norte estavam aptos a aplicar a nova política econômica. Margaret Thatcher tornou-se primeira-ministra do Reino Unido em 1979, reeleita ainda em 1983 e 1987. Permaneceu no poder, portanto, por toda a década de 1980. E nesse período aplicou a economia política neoliberal como em nenhum outro lugar do mundo: contraiu a emissão monetária, elevou taxas de juros, baixou impostos sobre rendimentos altos, aboliu controles sobre fluxos financeiros, cortou gastos sociais e impôs uma nova legislação antissindical, além de um amplo programa de privatização das empresas públicas (ANDERSON, 1995, p. 12). O mesmo ocorreu do outro lado do Atlântico com a vitória presidencial de Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos. A mensagem neoliberal se espalhou ainda pela Europa, com os governos, eleitos em 1982, de Helmut Kohl, na Alemanha, e Poul Schlüter, na Dinamarca.

Até aqui, todos esses países que aplicaram o modelo neoliberal eram governados por partidos conservadores, da direita do espectro político. No entanto, o que torna a política neoliberal hegemônica a partir desse momento é o fato de até mesmo países do sul da Europa governados por partidos social-democratas passarem a aplicar certas ideias do modelo de Hayek e Friedman. Foi o que ocorreu na década de 1980 em países como a França, Portugal, Espanha, Itália e Grécia, governados pelos socialistas François Mitterrand, Mário Soares, Felipe González, Bettino Craxi e Andréas Papandréou, respectivamente (ANDERSON, 1995). Mas foi na década de 1990 que a social-democracia assimilou não apenas em sua práxis, mas também em seu programa, a economia política do neoliberalismo (WAINWRIGHT, 1998).

5. A TERCEIRA VIA COMO SÍNTESE

Essa mutação pela qual passou a social-democracia na virada da década de 1980 para a década de 1990 foi mais bem observada e sistematizada pelo sociólogo inglês Anthony Giddens com seu conceito de *terceira via*. O contexto histórico certamente influenciou. O comunismo entrava em colapso, o Muro de Berlim caía em 1989 e a União Soviética chegava ao seu fim após um pouco mais de 70 anos de existência. Um novo momento histórico emergia e a esquerda, intelectual e política, se repensava. Exemplar desse período de debate sobre os novos rumos da social-democracia foi a publicação da coletânea *Reinventando a esquerda*, organizada por David Miliband em 1994. Nas palavras de Miliband (1997, p. 17), na introdução dessa obra, “a fraqueza e o colapso final do comunismo durante a década de 1980 foram concomitantes com o reconhecimento virtualmente universal na esquerda europeia ocidental” de que a social-democracia mantinha uma “base incompleta para enfrentar os desafios sociais, econômicos, ambientais e políticos da década de 1990”.

Os diagnósticos sobre essa transição programática da social-democracia foram os mais variados. Parcela da literatura assegura que as raízes dessa transição estavam presentes desde a década de 1970 (KITSCHOLT, 1994). Mas foi o diagnóstico formulado por Giddens, seguramente, aquele que obteve mais sucesso. Em 1994, com a publicação de *Para além da esquerda e da direita*, o sociólogo britânico deu um primeiro passo na construção teórica do que seria o novo programa social-democrata. A emergência da globalização e da sociedade pós-tradicional contingenciam o novo fazer político. Nesse novo cenário, o *welfare state*, por exemplo, não é mais a política pública protagonista da agenda, tal como foi para a social-democracia até os anos 1980 (GIDDENS, 1996). Esse trabalho, contudo, ainda é demasiadamente teórico ou sociológico. Foi com *A terceira via* que Giddens caminhou mais objetivamente para a intervenção política. Publicado em 1998, o livro parte do pressuposto de que o programa social-democrata precisa ser atualizado, pois o mundo pós-queda do muro teria mostrado que não há mais alternativas ao capitalismo. Sob esse registro, Giddens (2001, p. 7) apresenta algumas das causas que levaram ao debate sobre essa atualização programática: “a dissolução do ‘consenso do *welfare*’ que dominou os países industrializados até o final da década de 1970, o descrédito final do marxismo e as mudanças muito profundas, econômicas e tecnológicas”. Em Giddens, essa atualização programática da social-democracia gera um novo movimento político denominado terceira via. Trata-se de uma “terceira via” na medida em que esse movimento “é uma tentativa de transcender tanto a social-democracia do velho estilo quanto o neoliberalismo” (GIDDENS, 2001, p. 36).

As ideias de Giddens não eram mera abstração teórica. Com efeito, o sociólogo britânico estava conectado com mudanças que efetivamente ocorriam no seio de alguns partidos políticos, em particular no Partido Trabalhista britânico. Numa relação dialética entre teoria e política, Giddens e Tony Blair abriram as portas para a emergência da terceira via como política de Estado em fins da década de 1990. Cabe aqui

Além de Blair no Reino Unido e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, podem ser considerados exemplos de governantes que implementaram a terceira via na transição do século XX para o XXI Bill Clinton, no Partido Democrata dos EUA, Ricardo Lagos, no Partido Socialista do Chile, e Gerhard Schröder, no SPD alemão. O que une todos é a moderação programática em relação à social-democracia do passado e a incorporação da agenda neoliberal em suas políticas econômicas

uma contextualização: os conservadores governaram o Reino Unido com a política econômica neoliberal entre 1979 e 1997, primeiro com Margaret Thatcher, e, em seguida, com John Major. Para retomar o governo, os trabalhistas apostaram em uma renovação. Indicaram Blair, em 1994, como líder da oposição e passaram a construir as bases programáticas do que viria a ser o Novo Trabalhismo. Com a eleição de Blair como primeiro-ministro, em 1997, a agenda do Novo Trabalhismo passou a ser implementada. Esse Novo Trabalhismo representava aquilo que a terceira via de Giddens propugnava.

No entanto, antes de ser identificado como uma clara ruptura com a economia política dos conservadores, ou como uma transcendência para além da esquerda e da direita, o Novo Trabalhismo pode ser entendido como uma adaptação à hegemonia neoliberal. Seguindo por essa mesma trilha, Wainwright (1998, p. 11) observa que “Tony Blair, na Grã-Bretanha, e Fernando Henrique, no Brasil, adaptaram-se quase que acriticamente ao consenso neoliberal”. Uma anedota contada pelo deputado conservador Conor Burns no jornal *The Telegraph* traduz bem essa assimilação neoliberal. Em um jantar em 2002, diz Burns, questionaram Thatcher sobre qual teria sido sua principal conquista. A ex-primeira-ministra respondeu: “Tony Blair e o Novo Trabalhismo. Nós forçamos nossos adversários a mudar” (BURNS, 2013, tradução nossa).

Além de Blair no Reino Unido e Fernando Henrique Cardoso no Brasil, podem ser considerados exemplos de governantes que implementaram a terceira via na transição do século XX para o XXI Bill Clinton, no Partido Democrata dos EUA, Ricardo Lagos, no Partido Socialista do Chile, e Gerhard Schröder, no SPD alemão. O que une todos é a moderação programática em relação à social-democracia do passado e a incorporação da agenda neoliberal em suas políticas econômicas. Em alguns casos, como na Alemanha, partidos supostamente adversários, como a União Democrata-Cristã (CDU) e o SPD, conformam, inclusive, o mesmo governo. Assim, os programas dos conservadores e dos sociais-democratas, das direitas e das esquerdas, tornaram-se exageradamente semelhantes. A esse processo, a ciência política mais recente convencionou chamar de cartelização do sistema partidário (MAIR; KATZ, 1995). Como bem sustenta Mair (2003, p. 288), “agora se torna cada vez mais difícil os eleitores encontrarem diferenças significativas em termos de ideologia ou de objetivos entre os diferentes partidos”.

6. A EMERGÊNCIA DO PARTIDO-MOVIMENTO

Foi sob o registro desse sistema partidário altamente cartelizado que, no início do século XXI, uma nova forma partidária teve emergência: o partido-movimento. Na medida em que os tradicionais partidos políticos de esquerda e de direita passaram a adotar programas muito semelhantes — em alguns casos conformando a mesma coalizão de governo —, uma parcela relevante da sociedade civil pressionou a sociedade política por mudanças. Como veremos, essas mudanças podem ter um caráter interno — quando ocorrem no interior de um partido tradicional — ou externo — quando pressupõem a criação de um novo partido.

Por partido-movimento compreendo algumas novas formas partidárias surgidas nesse início de século XXI na esquerda do espectro político. Essas formas partidárias têm em comum diversos elementos, em graus diferenciados, que podem ser assim listados: estão programaticamente posicionadas entre o programa eurocomunista e o programa social-democrata; possuem como evento mobilizador de origem grandes protestos sociais, em particular aqueles decorrentes da crise financeira de 2008; mantêm estreitas relações com movimentos sociais; e incorporam de forma forte em suas agendas o casamento entre redistribuição econômica e os temas identitários, como gênero, juventude e questão racial. Sobre este último elemento, pode-se dizer

que há nos partidos-movimento um encontro com a teoria política de Fraser (2006) — “redistribuição e reconhecimento” — e com a de Laclau e Mouffe (2015) — “democracia radical”.

Países com sistemas eleitorais majoritários de um único turno tendem a caminhar para bipartidarismos, enquanto países sob a vigência de sistemas eleitorais proporcionais ou majoritários de dois turnos tendem a estabelecer certo multipartidarismo (DUVERGER, 1970). Entre os partidos-movimento constituídos de forma externa, ou seja, construídos como partidos novos, estão o Podemos na Espanha, o Syriza na Grécia, o França Insubmissa na França, o Bloco de Esquerda em Portugal e Die Linke na Alemanha. Todos eles criados em países de sistema de voto proporcional, misto ou majoritário de dois turnos. Já em países bipartidários, como Reino Unido e Estados Unidos, onde a criação de novos partidos é mais complexa, o caminho empreendido foi pela via interna. Entre os partidos tradicionais que internamente passaram a adotar feições de partido-movimento, podemos listar o Partido Democrata dos EUA, em virtude da corrente liderada pelo senador Bernie Sanders, e o Partido Trabalhista britânico, dirigido desde 2015 por Jeremy Corbyn.

O Podemos é, provavelmente, a experiência que reúne mais características desse tipo ideal do partido-movimento. A história é conhecida. Em 2011, abalados pela crise financeira iniciada em 2008 e responsável por enormes índices de desemprego, e críticos do sistema político, muitas vezes denunciado como corrupto, jovens de toda a Espanha iniciaram uma série de protestos. O primeiro ato ocorreu em 15 de maio de 2011, daí a alcunha 15-M. Esses manifestantes ficaram conhecidos como os Indignados. Na exata medida em que os tradicionais partidos políticos da esquerda espanhola, Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) e PCE, não ofereciam respostas para as demandas dos Indignados, não demorou para que a potência daquele movimento se institucionalizasse em um novo partido político. De acordo com um de seus líderes, o Podemos nasce “do movimento 15-M e do esgotamento dos partidos da esquerda socialista e comunista” (FERNÁNDEZ, 2018, p. 163). Em janeiro de 2014, o Podemos foi criado e, no mesmo ano, foi o quarto partido mais votado nas eleições para o Parlamento Europeu. Esse fenômeno de crescimento fez de 2014, na política espanhola, “o ano do Podemos” (BRINGEL, 2015, p. 60). No ano seguinte, Manuela Carmena e Ada Colau foram eleitas prefeitas de Madri e Barcelona, respectivamente, ambas por meio de coligações do Podemos³. Nas eleições parlamentares de 2015 e 2016, o partido se tornou a terceira força do país. Finalmente, em 2018, com o apoio do Podemos, o socialista Pedro Sánchez, do PSOE, tornou-se o primeiro-ministro da Espanha, no lugar do conservador Mariano Rajoy, do Partido Popular (PP), o que impulsionou o posicionamento do governo mais à esquerda no espectro político. O ano de 2019 foi atípico para o Podemos e determinante para uma mudança da tática política do partido. Na eleição de abril, o partido perdeu cadeiras no Legislativo e passou para a quarta posição no quadro geral. O grande

3 Ada Colau mantém relação política forte com a comunista brasileira Manuela d’Ávila (PCdoB). Na eleição municipal de Porto Alegre (RS), em 2020, Colau declarou publicamente apoio a Manuela.

vencedor foi o PSOE de Pedro Sánchez. Mas Sánchez não conseguiu articular uma aliança com o Podemos para que pudesse consolidar o posto de primeiro-ministro. Assim, o impasse obrigou a Espanha a realizar novas eleições em novembro. E mais uma vez o Podemos perdeu cadeiras, passando para a quinta posição. Fragilizado, o Podemos optou por flexibilizar seu programa e apoiar a candidatura de Sánchez como primeiro-ministro. Em troca, o líder do Podemos, Pablo Iglesias, foi nomeado primeiro-ministro do país em janeiro de 2020. Contraditoriamente, foi no declínio eleitoral que o Podemos chegou ao governo do país, ainda que de forma coadjuvante. A tabela 1 mostra esses números.

Tabela 1 — Cadeiras obtidas nas eleições legislativas da Espanha — 2008-2019

Partido	2008	2011	2015	2016	2019 (abr.)	2019 (nov.)
PP	154	186	123	137	66	88
PSOE	169	110	90	85	123	120
Podemos	-	-	69	71	42	35
Ciudadanos	-	-	40	32	57	10
Esquerda Unida ⁴	2	11	2	-	-	-
Esquerda Republicana da Catalunha	3	3	9	9	15	13
Convergência Democrática da Catalunha	10	16	8	8	7	8
Partido Nacionalista Basco	6	5	6	5	6	7
Vox	-	-	0	0	24	52
Mais País	-	-	-	-	-	3
Outros	6	19	3	3	10	14
Total	350	350	350	350	350	350

Fonte: elaboração própria do autor, com base em Espanha (2021).

Em Portugal, movimento semelhante ao espanhol ocorreu. Críticos da ortodoxia do Partido Comunista Português (PCP) e da exacerbada moderação programática do Partido Socialista (PS), mas muito pequenos para influenciar a política nacional, três grupos de esquerda decidiram-se por uma fusão em 1999: surgiu aí o Bloco de Esquerda. Apesar de ter sido criado em 1999, foi no momento do elevado desemprego no país pós-crise internacional de 2008 que ele emergiu com força entre a juventude. “O BE foi pouco a pouco monopolizando a representação de demandas novas, de temas que atraíam um eleitorado jovem, urbano, informado e educado. Tinha grande penetração, por exemplo, entre os estudantes” (MORAES, 2016, p. 44). Se na Espanha

⁴ Em 2016 e em 2019, a Esquerda Unida participou da eleição em coalizão com o Podemos.

foram os Indignados que tomaram as ruas em 2011, em Portugal foi a chamada “geração à rasca”. O Bloco ganha forças nesse contexto de alto desemprego, manifestações sociais e cartelização do sistema partidário entre os socialistas do PS e o conservador Partido Social Democrata (PSD). Como no Podemos, a questão de gênero no partido-movimento português é forte⁵. Basta dizer que entre suas principais lideranças estão quatro jovens mulheres: Catarina Martins, Marisa Matias, e as gêmeas Joana e Mariana Mortágua. Segundo Santos (2016, p. 9), o Bloco é dirigido pelas “três jovens políticas de esquerda mais brilhantes da Europa: Catarina Martins (42 anos), Marisa Matias (40 anos), eurodeputada que nas últimas eleições presidenciais obteve 10,1% dos votos, e Mariana Mortágua (30 anos), deputada no parlamento português”⁶. De modo original, após as eleições parlamentares de 2015, o Bloco ofereceu suporte para que António Costa, do PS, assumisse como primeiro-ministro de Portugal, em aliança que contou ainda com a CDU⁷. Essa coalizão, inédita na esquerda do espectro político português, ficou conhecida como a “Geringonça”, e serviu de inspiração para o apoio do Podemos ao PSOE na Espanha em 2018. Em 2019, António Costa foi reeleito, mas o governo já não contou com a mesma Geringonça do mandato anterior. Embora tenham concordado com a posse de Costa como primeiro-ministro, o PCP e o Bloco optaram não por um acordo escrito, mas sim por apoios caso a caso nas votações mais relevantes. A tabela 2 sistematiza a quantidade de cadeiras obtidas pelos partidos nas eleições legislativas gerais entre 1999 e 2019. Observa-se que o Bloco se tornou a terceira maior força do país nas eleições de 2015.

Tabela 2 — Cadeiras obtidas nas eleições legislativas de Portugal — 1999-2019

Partido	1999	2002	2005	2009	2011	2015	2019
PSD	81	105	75	81	108	89	79
PS	115	96	121	97	74	86	108
Bloco de Esquerda	2	3	8	16	8	19	19
PP	15	14	12	21	24	18	5
CDU (PCP + PEV)	17	12	14	15	16	17	12
Outros	0	0	0	0	0	1	7
Total	230						

Fonte: elaboração própria do autor, com base em Portugal (2021).

- 5 Catarina Martins é a coordenadora do Bloco desde 2016. Ademais, na XI Convenção Nacional do partido, ocorrida em novembro de 2018, uma direção majoritariamente feminina foi eleita. Dos 80 nomes eleitos para a Mesa Nacional do Bloco, constam 41 mulheres e 39 homens.
- 6 Não obstante Boaventura de Sousa Santos mencione apenas as outras três, merece também destaque, por sua atuação, Joana Mortágua. Joana é a liderança do Bloco que melhor conhece a política brasileira. Não apenas tem visitado o país com frequência como tem se utilizado de sua inserção na imprensa portuguesa para prestar solidariedade aos partidos brasileiros de esquerda.
- 7 A Coligação Democrática Unitária (CDU) é a coligação eleitoral formada pelo PCP e pelo Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV).

Na Espanha e em Portugal os partidos-movimento ofereceram apoio parlamentar para que os tradicionais partidos da social-democracia formassem governos. Mas não se pode dizer que os governos surgidos desse processo sejam exatamente dirigidos pelos partidos-movimento. Com efeito, a Grécia consiste no único caso em que uma dessas novas formações partidárias indicou um primeiro-ministro de suas fileiras. Foi o que aconteceu com o Syriza⁸. A gênese do Syriza é semelhante às anteriores. Do encontro entre diversos partidos, organizações políticas e movimentos sociais, o Syriza foi fundado em 2004 como via alternativa à social-democracia grega, representada pelo Pasok, e ao Partido Comunista da Grécia (KKE). Seu crescimento eleitoral não demorou. Em 2014, o partido foi o mais votado nas eleições para o Parlamento Europeu, e em 2015 obteve votação suficiente para eleger Aléxis Tsípras como primeiro-ministro do país. Mas o sucesso durou pouco. Em 2019, Tsípras foi derrotado, e a Nova Democracia, partido conservador, elegeu o novo primeiro-ministro do país, Kyriákos Mitsotákis.

Tabela 3 — Cadeiras obtidas nas eleições legislativas da Grécia — 2009-2019

Partido	2009	2012 (maio)	2012 (jun.)	2015 (jan.)	2015 (set.)	2019
Syriza	13	52	71	149	145	86
Nova Democracia	91	108	129	76	75	158
Aurora Dourada	0	21	18	17	18	0
Pasok	160	41	33	13	17	22
KKE	21	26	12	15	15	15
Gregos Independentes	-	33	20	13	10	0
Solução Grega	-	-	-	-	-	10
Mera 25	-	-	-	-	-	9
Outros	15	19	17	17	20	0
Total	300	300	300	300	300	300

Fonte: elaboração própria do autor, com base em Hellenic Republic (2021).

Diferentemente dos casos anteriores, na França e na Alemanha as experiências dos partidos-movimento ainda não se realizaram plenamente sob a perspectiva eleitoral. Na Alemanha, a origem de Die Linke é complexa. Logo após o fim da Segunda Guerra, foi fundado na Alemanha Oriental o Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), pela fusão entre o Partido Comunista da Alemanha e o Partido Social-Democrata da Alemanha. O SED governou o lado oriental do país até 1989. Com o fim da Guerra Fria e a reunificação do país, o SED foi reformulado como um novo partido nacional: o Partido do Socialismo Democrático (PDS). Mas a década de 1990

⁸ Syriza é a abreviação grega de “Coligação da Esquerda Radical”.

foi cruel com o passado comunista do PDS e levou ao declínio eleitoral do partido. Foi para superar esse declínio que a esquerda alemã organizou um novo partido. Primeiro, em 2005, uma coligação formada pelo PDS com dissidentes da tradicional social-democracia foi formada. Em seguida, em 2007, essa coligação foi reorganizada como um novo e único partido: Die Linke. Nas eleições de 2009 e 2013, Die Linke alcançou a expressiva marca de terceiro maior partido do país. Na eleição de 2017 o partido cresceu novamente, no entanto, foi superado em número de deputados pelo Partido Democrático Liberal (FDP) e pelo partido de extrema-direita Alternativa para a Alemanha (AfD)⁹, o que levou Die Linke para a quinta posição em tamanho parlamentar. Diferentemente do que ocorreu na Espanha e em Portugal, o partido-movimento não conseguiu organizar uma aliança eleitoral com a social-democracia para formar governo. Ao contrário, a social-democracia, ou seja, o SPD, ofereceu apoio parlamentar para que sua adversária, a conservadora Angela Merkel, da CDU, fosse reconduzida como primeira-ministra do país. A Grande Coalizão, como é conhecida a aliança SPD-CDU, consolida de forma mais clara aquilo que a teoria política definiu como cartelização do sistema partidário (MAIR; KATZ, 1995). Em razão da Grande Coalizão, Die Linke encontrou um campo aberto para atuar sem concorrentes na oposição de esquerda ao regime de austeridade fiscal de Merkel (SOLTY, 2008).

Tabela 4 — Cadeiras obtidas nas eleições legislativas da Alemanha — 1990-2017

Partido	1990	1994	1998	2002	2005	2009	2013	2017
CDU	268	244	198	190	180	194	255	200
SPD	239	252	298	251	222	146	193	153
CSU	51	50	47	58	46	45	56	46
Aliança 90 / Os Verdes	8	49	47	55	51	68	63	67
PDS / Die Linke	17	30	36	2	54	76	64	69
FDP	79	47	43	47	61	93	0	80
AfD	-	-	-	-	-	-	0	94
Total ¹⁰	662	672	669	603	614	622	631	709

Fonte: elaboração própria do autor, com base em Germany (2021).

9 O AfD é um partido político de extrema-direita criado em 2013. Na sua primeira eleição, em 2013, não conseguiu superar a cláusula de barreira para ocupar cadeiras no Legislativo. Mas cresceu em votos em 2017 e se tornou o terceiro maior partido no Legislativo.

10 O sistema eleitoral alemão, baseado no chamado voto misto, permite uma variação no total de deputados do Bundestag em cada eleição. Em 2017, essa variação resultou no recorde histórico de 709 deputados nomeados.

No caso francês, o partido-movimento também não conseguiu ainda participar efetivamente de uma aliança de governo. Na França, mais do que em qualquer um dos casos anteriores, o personalismo em torno de uma única liderança é forte: é Jean-Luc Mélenchon quem guia a alternativa francesa por entre o Partido Socialista e o Partido Comunista Francês. Desde o início da Quinta República, em 1958 até a vitória de Emmanuel Macron, em 2017, o país foi governado por um revezamento entre o PS e um partido conservador de centro-direita, em geral referenciado no gaullismo. Mas o programa exageradamente moderado do PS abriu as portas para o crescimento de um novo movimento político de esquerda. Dissidente do PS, Mélenchon organizou em 2008 um novo partido político, o Parti de Gauche (PG). Ao mesmo tempo, em 2008, criou uma aliança entre o PG e o PCF, a Front de Gauche. Candidato presidencial em 2012, obteve 11% dos votos no primeiro turno e a quarta posição, atrás de François Hollande, com 28%, Sarkozy, 27%, e Marine Le Pen, 18%. Em 2016, a Front de Gauche foi substituída por um novo movimento político, o França Insubmissa. Foi por esse partido-movimento que Mélenchon disputou a eleição presidencial de 2017, com o apoio do PCF, e alcançou novamente a quarta posição. A surpresa dessa eleição de 2017, no entanto, veio de um outro dissidente do PS: Emmanuel Macron. Macron foi ministro de François Hollande pelo PS, mas rompeu pela direita com o governo socialista e criou um novo movimento, o Em Marcha!, que o levou à vitória eleitoral. Com efeito, em seu governo, Macron reeditou de forma tardia a terceira via de Giddens. Apesar da quarta posição, o desempenho de Mélenchon foi expressivo: não passou para o 2º turno por menos de 2%.

Tabela 5 — Resultados do 1º turno das eleições presidenciais na França, em % — 2002-2017

Partido	2002	2007	2012	2017
Em Marcha!	-	-	-	24,01
Frente Nacional	16,86	10,44	17,90	21,30
RPR / UMP / Os Republicanos	19,88	31,18	27,18	20,01
Frente de Esquerda / França Insubmissa	-	-	11,10	19,58
Partido Socialista	16,18	25,87	28,63	6,36
Levantar a França	-	-	1,79	4,70
LCR / Novo Partido Anticapitalista	4,25	4,08	1,15	1,09
UDF / MoDem	6,84	18,57	9,13	-
Os Verdes	5,25	1,57	2,31	-
PCF	3,37	1,93	-	-

Fonte: elaboração própria do autor, com base em France (2021).

Dos cinco casos mencionados até aqui, quatro tratam de países com sistemas proporcionais de voto — a exceção é a França, que utiliza um sistema majoritário de dois turnos. Esses modelos eleitorais são mais propícios para o multipartidarismo e para o crescimento de novos partidos políticos. O mesmo não pode ser dito dos países com sistemas majoritários de um único turno, como os EUA e o Reino Unido. Por essa razão, nesses países não houve exatamente a criação de novos partidos políticos que possam ser considerados partidos-movimento. Mas isso não quer dizer que não haja mudanças na esquerda do espectro político desses países.

Entre os britânicos, a mudança se deu no interior do Partido Trabalhista. Já foi dito na seção anterior que em fins da década de 1990 o governo trabalhista de Blair inaugurou na política contemporânea aquilo que ficou conhecido como a terceira via. Essa terceira via trabalhista teve continuidade com o curto governo de Gordon Brown. Mas a crise econômica que assolou o mundo em 2008 também fez suas vítimas em solo britânico. Após 13 anos de governo do Labour, a fórmula se desgastou e, em 2010, os conservadores elegeram David Cameron como primeiro-ministro. Se a fórmula da terceira via não foi capaz de superar a crise econômica internacional e levou o Labour à derrota, um novo programa político precisaria ser proposto para os novos tempos de oposição. Num primeiro momento, a tarefa coube a Ed Miliband, que rompeu com o Novo Trabalhismo de Blair e Gordon e levou o partido mais à esquerda no espectro político. Mas a volta de Miliband ao “velho trabalhismo” não surtiu o efeito esperado e o partido saiu derrotado das eleições parlamentares de 2015. Após a derrota de 2015, Miliband renunciou à liderança do partido e em seu lugar assumiu Jeremy Corbyn, decisão que aprofundou ainda mais a rota do Labour para a esquerda. A eleição de Corbyn representou uma forte mudança interna no partido. Em geral, a liderança do partido era escolhida de acordo com a vontade da maioria parlamentar. Com Corbyn foi diferente. Sua escolha se deu pela votação esmagadora dos militantes do Labour contra o interesse da maior parte da bancada de deputados trabalhistas. Dito de outro modo, a eleição de Corbyn serviu como uma mensagem do Labour da sociedade civil para o Labour da sociedade política. Apesar de ser um veterano parlamentar trabalhista de 66 anos de idade, em 2015, Corbyn representava a agenda da juventude progressista britânica com sua pauta em defesa da Palestina e de posições antiausteridade, antiguerra e antinuclear. Ademais, o Momentum, grupo que oferece sustentação interna para Corbyn no partido, tem uma clara plataforma de partido-movimento, com iniciativas que buscam casar propostas de redistribuição com as de reconhecimento.

No Partido Democrata dos EUA ocorre processo bem semelhante ao britânico. Assim como aconteceu com os governos de Blair e Brown, nos EUA o governo democrata de Bill Clinton, na década de 1990, também abraçou o programa da terceira via. Os democratas perderam as eleições de 2000, quando George W. Bush foi eleito presidente. Para retornar à Presidência nas eleições de 2008, os democratas precisaram optar entre dois nomes em suas primárias: de um lado, com um programa de continuidade da terceira via, a senadora Hillary Clinton; de outro, com um programa de políticas sociais e

um pouco mais interventor na economia, o senador Barack Obama. Obama não apenas foi o escolhido como candidato democrata como foi eleito e reeleito presidente do país. Sua primeira eleição se deu exatamente no momento em que o país enfrentava a grande crise econômica de 2008. Concomitantemente ao governo de Obama, emergia na sociedade civil estadunidense um importante movimento antisistêmico: o Occupy Wall Street. O movimento teve início em 2011, no Zuccotti Park, em Manhattan, com a ocupação do principal centro financeiro do mundo, mas rapidamente se espalhou por todo país (CASTELLS, 2013). Inspirado nas mobilizações da Primavera Árabe, o Occupy consistiu em um protesto duradouro contra o sistema financeiro global, que havia buscado o apoio do Estado para sobreviver à grande crise de 2008 (GOHN, 2014; ŽIŽEK, 2012). De acordo com Chomsky (2013, p. 117), o Occupy demonstrou “uma clara preocupação e um claro compromisso com questões de desigualdade, o poder extraordinário das instituições financeiras, o papel das finanças e do dinheiro em geral na compra e na formatação das eleições”.

Esse movimento saiu da sociedade civil e entrou na disputa da sociedade política em 2015 quando o senador Bernie Sanders, representante de Vermont, foi indicado para disputar as prévias presidenciais do Partido Democrata. Entre abril de 2015 e julho de 2016, Sanders revolveu os meandros do Partido Democrata, envolveu jovens filiados ao partido e demonstrou um vigor militante entre os democratas que estava invisibilizado havia algum tempo. Não obstante toda essa energia, sua pré-candidatura foi derrotada e Hillary Clinton, com um programa de terceira via, foi a selecionada como candidata democrata para disputar a eleição de 2016 contra o *outsider* republicano Donald Trump. Trump foi eleito presidente, mas o vigor dos militantes pró-Occupy dentro do Partido Democrata permaneceu crescente. Essa energia renovadora deu mais um passo nas eleições legislativas de meio de mandato, realizadas em novembro de 2018, quando os democratas superaram os republicanos na Câmara de Representantes. O mais surpreendente des-

Foto: Michael Fleshman (<https://www.flickr.com/photos/fleshmanpix/>)



Movimento Occupy Wall Street: protesto no coração do sistema financeiro global

sa eleição não foi apenas a vitória dos democratas em oposição ao governo Trump, mas sim o fato de diversos jovens referenciados em Sanders terem sido eleitos. Organizados em torno do movimento Socialistas Democráticos da América, esses jovens foram eleitos com uma plataforma que une redistribuição e reconhecimento e estão alterando a correlação de forças internas do partido. Suas campanhas mobilizaram ativistas na sociedade civil e foram financiadas por milhares de pequenas doações, sem o apoio de grandes empresários. O rosto que melhor representa essa mudança é o de Alexandria Ocasio-Cortez, a jovem negra eleita deputada por Nova York, em 2018, contra a vontade do *establishment* democrata.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“O Syriza e o Podemos abriram um espaço político, pois algo novo está acontecendo”, defende o geógrafo David Harvey (HARVEY, 2015). Podemos e Syriza “expressam precisamente a possibilidade de conjugar a consolidação de formas de auto-organização, de luta e de contrapoder em nível social, com um uso inovador dos dispositivos eleitorais e institucionais”, sustentam os filósofos Antonio Negri e Sandro Mezzadra (NEGRI; MEZZADRA, 2014). Com um tom de esperança, o historiador Immanuel Wallerstein sugere que apenas com os partidos-movimento a sociedade civil se reencontrará com a sociedade política e “poderemos ter alguma esperança de chegar à saída que desejamos — um sistema mundial relativamente democrático e igualitário” (WALLERSTEIN, 2015). Será? A teoria dos partidos políticos mais atual sugere que vivemos em uma época na qual os partidos políticos teriam se afastado da sociedade — *party on the ground* — para formar um certo sistema de cartel, com a sua agência voltada completamente para o Estado, para os cargos públicos — *party in public office* (MAIR, 1997). O que esse artigo buscou demonstrar foi que, em resposta ao modelo de partido de cartel, uma nova forma partidária emergiu nesse início de século XXI: o partido-movimento. A dúvida que nos assombra é se o partido-movimento permanecerá por muito mais tempo como um *party on the ground*, o que representaria uma mudança qualitativa no sistema partidário, ou se, com o passar dos anos, transformar-se-á em *party in public office*, o que confirmaria a tese de Mair.

* Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e mestre em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente realiza pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Organizador do livro *Engels 200 anos: ensaios de teoria social e política*.

► Texto recebido em janeiro de 2021; aprovado em fevereiro de 2021

- AGOSTI, Aldo. As correntes constitutivas do movimento comunista internacional. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6, p. 45-82.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- BARKER, Rodney. O trabalhismo inglês: ideias básicas e experiências da “Fabian Society” aos dias atuais. In: SILVA, Maria Rosinda Ramos da (Org.). **A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês**. Brasília: Editora UnB, 1982. p. 79-110.
- BERLINGUER, Enrico. **A questão comunista**. Lisboa: Edições 70, 1976.
- _____. **Democracia, valor universal**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
- BRINGEL, Breno. 15-M, Podemos e os movimentos sociais na Espanha: trajetórias, conjuntura e transições. **Novos Estudos Cebrap**, n. 103, p. 59-77, nov. 2015.
- BURNS, Conor. My fondest farewell to Margaret Thatcher. **The Telegraph**, London, apr. 2013.
- CARRILLO, Santiago. **Eurocomunismo e Estado**. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- _____. Não existe Meca do socialismo. In: GARAUDY, Roger. **Toda a verdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 91-95.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CHOMSKY, Noam. **Sistemas de poder: conversas sobre as revoltas democráticas globais e os novos desafios ao império americano**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A constituição de Weimar: um capítulo para a educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 63, p. 83-104, 1998.
- DAMIANI, Marco; VIVIANI, Lorenzo. The new left in the European democracies: the case of the german radical left. **Partecipazione & Conflitto**, v. 8, n. 1, 2015.
- DÉNIZ ESPINÓS, José. Podemos: ¿una salida española a la crisis?. **Ola financiera**, México, v. 8, n. 22, p. 2-24, 2015.
- DUVE, Freimut. A política social-democrata na República Federal da Alemanha. In: JAGUARIBE, Helio (Org.). **A proposta social-democrata**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. p. 68-87.
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- ENGELS, Friedrich. Para a crítica do projecto de programa social-democrata de 1891. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1982. v. 3, p. 478-489.
- _____. Prefácio. In: MARX, Karl. **As lutas de classes na França**. São Paulo: Boitempo, 2012. p. 9-31.
- ESPAÑA. Ministerio del Interior. **Consulta de resultados electorales**. 2021. Disponível em: <www.infoelectoral.mir.es/min/busquedaAvanzadaAction.html?vuelta=1&codTipoEleccion=2&codPeriodo=200803&codEstado=99&codComunidad=0&codProvincia=0&codMunicipio=0&codDistrito=0&codSeccion=0&codMesa=0>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 85-116, set. 1991.
- FERNANDES, Luis. **A revolução bipolar: a gênese e derrocada do socialismo soviético**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2017.
- FERNÁNDEZ, Juan Carlos Monedero. Política após a derrota da política: pós-democracia, pós-política e populismo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel. (Org.) **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 157-180.
- FIORI, José Luis. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 129-147, 1997.
- FRANCE. Ministère de l'Intérieur. **Résultats de l'élection présidentielle**. 2021. Disponível em: <[www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2017/\(path\)/presidentielle-2017/FE.html](http://www.interieur.gouv.fr/Elections/Les-resultats/Presidentielles/elecresult__presidentielle-2017/(path)/presidentielle-2017/FE.html)>. Acesso em: 23 fev. 2021.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14-15, p. 231-239, 2006.

GERMANY. The Federal Returning Officer. **Bundestag election**. Wiesbaden, 2021. Disponível em: <www.bundeswahlleiter.de/en/bundestagswahlen/2017/ergebnisse/bund-99.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: Unesp, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

HARVEY, David. David Harvey opina sobre renovação da esquerda. [Entrevista cedida a] Myke Watson. **Outras Palavras**, São Paulo, 15 abr. 2015.

HELLENIC REPUBLIC. Ministry of Interior. **Elections**. 2021. Disponível em: <<https://ekloges.yypes.gr/en>>. Acesso em: 23 fev. 2021.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Revolucionários**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

IGLESIAS, Pablo. Entender Podemos. **New Left Review**, n. 93, p. 8-54, jul.-ago. 2015.

JOFFILY, Mariana. **O socialismo na França e no Brasil durante a II Internacional Socialista (1889-1918)**. São Paulo: Alameda, 2012.

JOHNSTONE, Monty. Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda. In: HOBSBAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6., p. 13-43.

KITSCHOLT, Herbert. **The transformation of European social democracy**. New York: Cambridge University Press, 1994.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LECLERCQ, Yves. **Teorias do Estado**. Lisboa: Edições 70, 1981.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **A revolução proletária e o renegado Kautsky**. Nosso Tempo, 1971.

_____. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2004.

_____. **Obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1980. v. 1.

_____. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Boitempo, 2017.

LONGO, Luigi. Socialismo e liberdade. In: GARAUDY, Roger. **Toda a verdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 114-117.

LOPES, João Teixeira. Para a refundação da esquerda. **Revista Vírus**, n. 4, set. 2008.

LOSURDO, Domenico. **A esquerda ausente**: crise, sociedade do espetáculo, guerra. São Paulo: Anita Garibaldi, 2016.

LOWENTHAL, Richard. A social-democracia alemã: da Segunda Internacional aos nossos dias — ideias básicas e experiências. In: SILVA, Maria Rosinda Ramos da (Org.). **A social-democracia alemã e o trabalhismo inglês**. Brasília: Editora UnB, 1982. p. 111-133.

LÖWY, Michael. **A teoria da revolução no jovem Marx**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

_____. **Party system change**: approaches and interpretations. Oxford: OUP, 1997.

_____; KATZ, Richard. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, 1995.

MARX, Karl. **Crítica do programa de Gotha**. São Paulo: Boitempo, 2012.

- _____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MILIBAND, David (Org.). **Reinventando a esquerda**. São Paulo: Unesp, 1997.
- MORAES, João Quartim de. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, n. 12, São Paulo, p. 9-40, 2001.
- MORAES, Reginaldo. **Bloco de Esquerda e Podemos**: dois experimentos de organização na nova esquerda europeia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016.
- MOTTA, Luiz Eduardo. A respeito da questão da democracia no marxismo (a polêmica entre Althusser e Poulantzas). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n.13, p. 19-51, abr. 2014.
- NEGRI, Antonio; MEZZADRA, Sandro. Negri: um caminho para reanimar as lutas europeias. **Outras Palavras**, São Paulo, 25 jun. 2014.
- PONS, Silvio. **A revolução global**: história do comunismo internacional (1917-1991). Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. **Eleições legislativas 2015**. 2021. Disponível em: <www.eleicoes.mai.gov.pt/legislativas2015/index.html>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo. Huw Beynon: marxismo e sociologia. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 13-29, 2016.
- SALVADORI, Massimo. **Eurocomunismo e socialismo soviético**: problemi attuali del PCI e del movimento operaio. Torino: Giulio Einaudi, 1978.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SOLTY, Ingar. The historic significance of the new German Left Party. **Socialism and Democracy**, p. 1-34, 2008.
- STEINBERG, Hans-Josef. O partido e a formação da ortodoxia marxista. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. v. 2., p. 201-221.
- STRAUSS-KAHN, Dominique. Um programa para os socialistas. In: JAGUARIBE, Helio. **A proposta social-democrata**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. p. 104-137.
- THERBORN, Göran. **Do marxismo ao pós-marxismo?**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- TOGLIATTI, Palmiro. **Socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Ilha, 1980.
- WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- WALDENBERG, Marek. A estratégia política da social-democracia alemã. In: HOBBSAWM, Eric (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. v. 2, p. 223-255.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Wallerstein: a hora dos partidos-movimento. **Outras Palavras**, São Paulo, 15 jun. 2015.
- ŽIŽEK, Slavoj. **O ano em que sonhamos perigosamente**. São Paulo: Boitempo, 2012.

Entre golpes brandos e rígidos: uma análise crítica do livro *Guerras híbridas*, de Andrew Korybko

Amid soft and hard coups:
a critical analysis of the book *Hybrid Wars*, by
Andrew Korybko

João Paulo Santos*

Antônia Mara Vieira Loguércio**

Marcio Ortiz Meinberg***

Rodrigo Duarte Maia****

Guilherme da Hora Pereira*****

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.009>



Ilustração da capa da edição brasileira do livro *Guerras híbridas* (Expressão Popular, 2018)

RESUMO

O objetivo deste ensaio é apresentar uma análise crítica da abordagem de Andrew Korybko sobre as “guerras híbridas”. Inicialmente será apresentado o conceito estabelecido por Korybko em sua obra intitulada *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Também serão analisados e articulados outros conceitos utilizados por ele, como *abordagem indireta* (Liddel Hart), *guerra de quarta geração* (William Lind), *cinco anéis* (John Warden), *ciclo OODA* (John Boyd e Robert Greene) e *teoria do caos* (Steve Mann), entre outros. O artigo apresentará a visão de Korybko pela qual a guerra híbrida é composta por duas táticas distintas, a das revoluções coloridas/golpes brandos e a das guerras não convencionais/golpes duros, constituindo ambas uma estratégia geopolítica atualmente utilizada pelo governo dos Estados Unidos da América para desestabilizar governos não alinhados aos seus interesses. Por fim, apresentaremos algumas apreciações críticas sobre a abordagem realizada por Korybko sobre o tema e os conceitos.

Palavras-chave: Guerras híbridas. Revoluções coloridas. Guerras não convencionais. Andrew Korybko.

ABSTRACT

The aim of this essay is to present a critical analysis of Andrew Korybko's approach on “hybrid warfare”. Initially we will introduce the concept as established by Korybko in his book entitled *Hybrid wars: the indirect adaptive approach to regime change*. Other concepts he used will be analyzed and articulated, such as *indirect approach* (Liddel Hart), *fourth generation warfare* (William Lind), *five rings* (John Warden), *OODA loop* (John Boyd and Robert Greene) and *chaos theory* (Steve Mann), among others. The article will present Korybko's view, whereby hybrid warfare is composed by two distinct tactics, colour revolution/soft coup and unconventional warfare/hard coup, being a geopolitical strategy currently used by the government of the United States of America to destabilize governments not aligned with American interests. Finally, we will present a critical analysis of Korybko's approach to the theme and concepts.

Keywords: Hybrid warfare. Colour revolution. Unconventional warfare. Andrew Korybko.

INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva fazer uma análise crítica da obra de Andrew Korybko intitulada *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Trata-se de um tema relevante e atual, que já há algum tempo ocupa papel social e geopolítico relevante. Além de articular os conceitos relacionados às guerras híbridas, Korybko também apresenta uma abordagem bastante original sobre o tema (e, por isso mesmo, um tanto controversa). Este artigo divide a abordagem em quatro etapas sucessivas e dialeticamente relacionadas à obra citada: a primeira consiste em expressar a compreensão de Korybko sobre as táticas militares convencionais “aproveitadas” nos processos contemporâneos de guerra híbrida; a segunda etapa é relacionada à visão de Korybko quanto aos golpes e à inflexão prática da guerra híbrida na desestabilização das estruturas de poder periféricas do planeta; a terceira etapa apresenta as medidas sugeridas por Korybko como possibilidades preventivas e de enfrentamento de tais táticas no campo político, e na quarta parte é feita a análise crítica da abordagem utilizada por Andrew Korybko, incluindo algumas ressalvas ao entendimento do autor.

Vale alertar que, em uma primeira aproximação, o paradigma da guerra híbrida oscila entre a teoria das relações institucionais e o desenvolvimento das ciências militares, firmando um giro estratégico que passa a atribuir centralidade à incessante luta cultural e sua efetiva aplicação para a realização de guerras indiretas, revoluções coloridas, golpes brandos e até mesmo as denominadas guerras não convencionais ou golpes rígidos.

Independentemente de eventuais críticas, portanto, interessa a investigação de Korybko acerca da forma como tal luta cultural desenvolveu-se até o patamar de instrumento fundamental para a guerra híbrida e para a manutenção da hegemonia imperialista, principalmente em favor dos interesses dos Estados Unidos, garantindo-lhes (ou ao menos objetivando garantir-lhes) uma posição privilegiada na organização internacional do capital até os presentes dias.

2. PRINCIPAIS NOVIDADES MILITARES APLICADAS

O contexto bélico da Guerra Fria, em especial a distribuição relativamente equitativa das forças nucleares entre ambos os blocos sociopolíticos, legou aos Estados Unidos lições valiosas no plano tático e estratégico para o enfrentamento de países e povos que desafiem o imperialismo. Nesse sentido, o que, talvez, tenha sido o maior legado geopolítico do período bilateral do globo foi a capacidade de *adaptação* e de emprego de fundamentos, equipamentos e tecnologia tipicamente adjudicados à doutrina militar tradicional em um *esquema*, marcadamente civil, de disputa pelo poder.

Andrew Korybko destaca-se por catalogar e apresentar o rol de teses que, segundo ele, são postas em prática pelos Estados Unidos e poderiam demonstrar em

que grau essa dita *adaptação* da doutrina militar para uma disputa no campo das ideias converteu-se em um processo alinhado ao tradicional conceito gramsciano da *guerra de posição*. Inspirado em Nicolau Maquiavel, Gramsci registrou uma das mais renomadas aplicações da arte militar à ciência política, propondo os conceitos de *guerra de movimento* e *guerra de posição* (que tinham acabado de ser aplicados efetivamente na Primeira Guerra Mundial). Dizia o pensador marxista italiano:

A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais, seja como complexo de associações na vida civil, constitui para a arte política o que são as “trincheiras” e as fortificações permanentes do *front* na guerra de posição: estas fazem apenas “parcial” o elemento do movimento que antes era “toda” a guerra etc. (GRAMSCI, 1977, p. 1567).

Isso significaria que a batalha campal pela hegemonia e pelo controle do aparato estatal (com toda a carga que tal aparato represente, seja no âmbito da divisão internacional do trabalho, da extração mineral, da posição geográfica eventualmente estratégica etc.) estaria cada vez mais entrelaçada à esfera dos valores e da ideologia¹.

Na visão de Korybko, uma potência como os Estados Unidos estaria combinando a ostensiva organização bélica e militar com modelos teóricos e atuações táticas orientadas para a difusão organizada de ideias e paradigmas que, generalizados no âmbito do território-alvo, desestabilizam estruturas e forças contra-hegemônicas que poderiam vir a prejudicar os interesses estadunidenses em determinado rincão global.

Nesse contexto Korybko articulou aspectos da *abordagem indireta* de Liddel Hart, da *guerra de quarta geração* de William Lind, dos *cinco anéis* de John Warden, do *ciclo OODA* de John Boyd e Robert Greene e da *teoria do caos* de Steve Mann com a práxis das relações internacionais estadunidenses, revelando algum grau de interpenetração entre tais modelos teóricos e o emprego contemporâneo das tecnologias e seus habituais difusores (em especial a *internet* e as redes sociais, as universidades, os centros de pesquisa, as organizações não governamentais e os *think tanks*, que abordaremos melhor mais à frente), sempre com o objetivo de transitar entre o *estado da arte* das ciências humanas e exatas e a sua aplicação prática na execução estratégica dos movimentos políticos e globais dos Estados Unidos².

Daí que se observem, ao largo de toda a escala de atuação geopolítica estadunidense, alguns movimentos típicos e familiares, como a inserção de lideranças vela-

1 Indica-se também, sobre o assunto, o excelente trabalho de compilação de Liguori e Voza (2017).

2 Vale observar que outros autores identificam processos similares (inclusive fazendo referência à abordagem de Korybko), porém não necessariamente a partir da liderança direta dos Estados Unidos. Por exemplo, Piero Leirner defende a existência de uma guerra híbrida operada no Brasil, a partir do interior das Forças Armadas, e que levou tal grupo ao centro do poder com a ascensão de Bolsonaro à Presidência da República. Cf. LEIRNER, Piero C. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica*. 1. ed. (edição do Kindle), São Paulo: Alameda, 2020, p. 62.

O que Korybko observou foi, em verdade, uma mudança substancial na própria concepção da guerra: o fim da distinção entre civis e militares, em um processo similar ao que William Lind designou como “guerras de quarta geração”, ou seja, a intensificação da atuação “na guerra” por parte de atores desvinculados do Estado, especialmente no âmbito das campanhas de informação e desinformação direcionadas contra governos contra-hegemônicos por parte de seus próprios cidadãos

das, os chamados procuradores *in situ*³ — oriundos da própria sociedade-alvo e nela criados —, de atuação conhecida desde a guerra soviético-afegã do final dos anos 1970.

No Afeganistão, logo após a eclosão de uma revolução de orientação marxista (denominada Revolução de Saur) e a tomada do poder estatal por um governo socialista, o presidente Jimmy Carter inaugurou a Operação Ciclone. Receoso ante a proximidade geográfica e ideológica entre a recém-fundada República Democrática do Afeganistão e a então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, resolve, por meio dessa operação da CIA, dar apoio e discreto — mas pujante⁴ — suporte aos *mujahidins*, combatentes fundamentalistas islâmicos que se empenhavam na *jihād* orientada

3 O termo *in situ* é oriundo da biologia, e muito bem aplicado a este novo contexto, pois parte do pressuposto de que algumas espécies somente adquirem suas características fenotípicas máximas se conservadas em seu *habitat* (bioma) natural. Ou seja, somente se conseguiria atingir determinados objetivos de relações exteriores por meio de agentes oriundos dos próprios países-alvo e que neles sejam figuras relevantes. A própria Convenção sobre Diversidade Biológica da ONU traz, em seu artigo 2º, um conceito preciso de conservação de espécies *in situ*, em termos biológicos: “Conservação *in situ* significa a conservação de ecossistemas e *habitats* naturais e a manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.” Cf. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre Diversidade Biológica*. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf. Acesso em 19 abr. 2021).

4 Inicialmente os Estados Unidos investiram nos fundamentalistas afegãos cerca de 20 milhões a 30 milhões de dólares, mas, ao final, o montante já tinha chegado a 630 milhões de dólares por ano (BERGEN, 2001, p. 68).

para a inauguração de um Estado teocrático — dentre os quais o mais famoso é, sem dúvida, Osama bin Laden.

São fortes os indícios de que tal técnica de *guerra por procuração* tenha ganhado fôlego na América Latina, especialmente no contexto de ameaça ao modelo unipolar hegemônico pelos Estados Unidos. Não por coincidência, perfil semelhante ao atribuído ao procurador *in situ* pode ser identificado em Juan Guaidó, parlamentar venezuelano que se autodeclarou presidente da República Bolivariana da Venezuela e organizou diversos atos de desestabilização do Estado venezuelano, dentre os quais uma invasão de mercenários a serviço da Silvercorp, empresa de segurança estadunidense, que executariam missões orientadas para a derrubada de Nicolás Maduro (PARDO, 2020).

O que Korybko observou foi, em verdade, uma mudança substancial na própria concepção da guerra: o fim da distinção entre civis e militares, em um processo similar ao que William Lind designou como “guerras de quarta geração”⁵, ou seja, a intensificação da atuação “na guerra” por parte de atores desvinculados do Estado, especialmente no âmbito das campanhas de informação e desinformação direcionadas contra governos contra-hegemônicos por parte de seus próprios cidadãos. Segundo Lind, tais atores são “recrutados” pela atuação de um aparato institucional consistente de centros de pesquisa e formação, universidades, conglomerados de mídia, *think tanks*, organizações não governamentais etc.

Esses atores civis organizados exercendo funções militares a serviço dos Estados Unidos, na prática, não são novidade na América Latina, existindo ostensivamente pelo menos desde a década de 1960. Nosso expoente mais relevante e próximo é o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipês), cuja atuação contribuiu enfaticamente para a consolidação, a difusão dos ideais e da propaganda alinhados aos interesses estadunidenses, que, sabe-se, foram fator-chave para o golpe militar de 1964⁶.

Outro exemplo da apropriação militar-geopolítica do estado da arte científico identificada por Korybko seria o emprego do ciclo OODA — observar, orientar-se, decidir e agir —, que, inicialmente, era uma tese para aviação de pilotos, e, aos poucos, expandiu-se para uso em todos os âmbitos sociais como um modelo prático de criação do chamado *caos administrado*, em que as decisões estratégicas de governos e sociedades poderiam ser rapidamente neutralizadas e desorientadas (ou orientadas para um fim previamente estabelecido). Tais ações são realizadas sempre por meio

5 LEIRNER (2020, p. 100) sistematiza as gerações de William Lind da seguinte forma: “a 1ª Geração é ‘massa’, típica guerra do após paz de Westfalia (1648), com aquelas ‘colunas’ de gente (ex, guerras napoleônicas); a 2ª seria ‘poder de fogo’, rifle, metralhadora, sendo o protótipo a 1ª Guerra; a 3ª seria a já mecanizada, ‘manobra’, cujo eixo estaria no ‘carro de combate’, como na 2ª guerra; a 4ª seria a da computação, dos sistemas conhecidos como C3I (Comando, Controle, Computação e Inteligência)”.

6 “A participação do Ipês na derrubada do governo Goulart, em 31 de março de 1964, pelos militares, foi preferencialmente resultado de um trabalho propagandístico. Todavia, isso não impediu que alguns de seus membros, individualmente, atuassem de maneira mais direta. O reconhecimento dos seus préstimos pelo regime militar ocorreu em 7 de novembro de 1966, quando foi declarado ‘órgão de utilidade pública’ por decreto presidencial.” (PAULA, 2004)

de mensagens rápidas, a exemplo da enviada por Twitter pelo então comandante do Exército Brasileiro, general Villas Bôas⁷, na qual ele sugeria ao Supremo Tribunal Federal a decisão supostamente mais “adequada” a tomar, às vésperas do julgamento de importante matéria criminal que repercutiria na liberdade ou não da maior liderança popular viva do Brasil — o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Korybko ainda cita a tese dos *cinco anéis da sociedade-alvo*⁸, na qual as Forças Armadas seriam tão somente um dos anéis sociais (inclusive, por representarem o anel mais distante do núcleo, seriam, ao menos inicialmente, o menos importante), sendo prioritário o *foco* na população, na infraestrutura institucional e nas bases sistêmicas da sociedade, objetivamente influenciáveis pelas mídias internacionais. Ao se subjugarem as instituições públicas, se subjugaria o governo e a liderança constituída, levando ao triunfo de um “golpe brando”, ou mesmo a um socorro das Forças Armadas ao líder, o que deixaria o caminho aberto a um “golpe rígido”.

3. OS GOLPES BRANDOS

Segundo Andrew Korybko, os *golpes brandos* ou *revoluções coloridas* são essencialmente conceituados como uma difusão de ideias e recrutamento de participantes com ênfase em operação psicológica conforme o público-alvo. Como explica Azevedo (2019, p. 10), os exemplos paradigmáticos de utilização da tática de revoluções coloridas ocorreram entre os anos de 2003 e 2005, quando três ex-repúblicas soviéticas — Geórgia, Ucrânia e Quirguistão — foram “palco de mobilizações de massa aparentemente espontâneas que serviram de cobertura para golpes políticos orquestrados por forças opositoristas de matiz liberal e pró-ocidental”.

No início, a própria noção de golpes brandos e revoluções coloridas confundia-se com a disseminação da informação: a chamada “fabricação do consenso”.

A fabricação do consenso — eufemismo para manipulação deliberada das massas contra seus melhores interesses — vai exigir uma divisão do trabalho e uma segmentação estrutural e institucional nova no campo da dominação simbólica. Seus operadores vão agir numa dimensão menos abstrata que o nível científico, ainda que em estreita relação de influência e cooperação recíprocas com a ciência hegemônica. Eles irão atuar como conselheiros diretos de endinheirados e poderosos nas agências de propaganda e de governo que serão criadas tanto no mercado quanto no aparelho de Estado (SOUZA, 2020, p. 59).

O livro *Propaganda*, de Edward Bernays (1928), citado por Korybko, proclama que um pequeno número de pessoas influencia e orienta a forma de pensar das mas-

7 Em fevereiro de 2021, o general Villas Bôas assumiu que a mensagem em questão divulgada por meio de sua conta pessoal no Twitter foi, na verdade, uma estratégia de guerra pensada por todo o Alto Comando do Exército Brasileiro (CAPETTI, 2021).

8 Os cinco anéis da sociedade são: população, mídia (internacional), elite nacional, Forças Armadas/Polícia e Liderança. Cada um deles é um centro de gravidade a partir da qual os anéis externos orbitam (um golpe contra um anel afetaria os círculos a sua volta).

sas. A abordagem indireta — principal método de Bernays — é desenvolvida mais a fundo em seu livro de 1947, *A fabricação de consenso*, e compreende seis passos: 1) realiza-se uma pesquisa minuciosa muito antes da campanha multifacetada; 2) a propaganda é disseminada para a parcela decisiva da população; 3) as notícias devem ser fabricadas artificialmente; 4) são criados eventos imaginativos (não lineares e múltiplos) com base nessas notícias artificiais⁹; 5) os influenciadores não tomam consciência do papel que representam e são usados como artifício para dar a impressão de apoio unânime; 6) as ideias devem parecer espontâneas, e não forçadas, pois, se as pessoas perceberem que estão sendo manipuladas, as rejeitarão em massa.

Por suas próprias palavras:

O estudo sistemático da psicologia das massas revelou aos alunos as potencialidades do controle invisível da sociedade por manipulação dos motivos que mobilizam o homem em grupo [...], [o qual] tem características mentais diferentes das do indivíduo e é motivado por impulsos e emoções que não podem ser explicados com base no que conhecemos acerca da psicologia individual. Logo, levantou-se *naturalmente* o questionamento: se entendêssemos o mecanismo e os motivos da mente grupal, não seria possível controlar e reger as massas de acordo com nossa própria vontade sem que elas percebessem? (BERNAYS apud KORYBKO, 2018, p. 48, grifos nossos)

Relativamente à fabricação de consensos, conclui:

Palavras, sons e imagens realizam pouco a não ser que sejam as ferramentas de um plano minuciosamente arquitetado e de métodos cuidadosamente organizados. Se os planos são bem formulados e faz-se uso deles corretamente, *as ideias transmitidas pelas palavras tornam-se parte integrante das próprias populações*. Quando o público é convencido da racionalidade de uma ideia, ele entra em ação [...] *sugerida pela própria ideia, seja ela ideológica, política ou social [...], mas esses resultados não acontecem do nada [...], eles podem ser obtidos principalmente pela fabricação de consenso* (BERNAYS apud KORYBKO, 2018, p. 49, grifos originais).

Richard Szafranski, considerado o elo entre Bernays e os autores que futuramente abordariam a temática, propôs a guerra neocortical, que pode ser sintetizada como a ação de “usar técnicas de disseminação para moldar indiretamente o cérebro

9 Um grande exemplo desses eventos fabricados foi o ocorrido na Guatemala, na deposição de Jacobo Arbenz, por ação do próprio Edward Bernays: “A United Fruit, grande multinacional americana de frutas tropicais, era dona de 75% das terras da Guatemala e contratou Edward Bernays para criar uma campanha publicitária contra o governo guatemalteco. Bernays se superou nesse trabalho. Usando uma lista de jornalistas influentes ao redor de todo o país construída nos 40 anos anteriores, ele montou um clima de guerra psicológica no país por meio do que chamava de “media blitz” [...]. A guerra psicológica visava associar, erroneamente, a reforma agrária de Jacobo ao comunismo, se aproveitando do clima de caça às bruxas que havia se instalado no país a partir do fim da Segunda Guerra Mundial. Vários dos jornalistas municiados por Bernays se sentiram depois enganados por notícias falsas e manipuladas. Era tarde demais para os guatemaltecos. Como resultado da campanha difamatória, o governo americano decidiu intervir na Guatemala e apoiar um golpe de Estado com apoio da CIA.” (SOUZA, 2020, p. 71)

coletivo da liderança do inimigo a fim de influenciá-lo a não lutar” (KORYBKO, 2018, p. 51). A guerra neocortical é uma guerra que se esforça para *controlar* ou *moldar* o comportamento dos organismos inimigos sem destruí-los. Para tanto, ela *influencia*, até o ponto de regular a consciência, as percepções e a vontade da liderança do adversário: o sistema neocortical do inimigo. Dito de maneira mais simples, a guerra neocortical tenta penetrar nos ciclos recorrentes e simultâneos de *observação, orientação, decisão e ação* (ciclo OODA) dos adversários. De maneira complexa, ela se esforça por munir os líderes do adversário — seu cérebro coletivo — de percepções, dados sensoriais e dados cognitivos projetados para resultar em uma gama de cálculos e avaliações estreita e controlada (ou predominantemente grande e desorientadora).

O que se coloca no centro, no século XXI, é o seu exato contrário: a *guerra neocortical reversa*, que anima a luta (em vez de a desanimar) para desestabilização do governo da sociedade-alvo, pelos mesmos métodos da guerra neocortical clássica.

Assim, parece evidente que a revolução colorida tenha por base e fundamento a guerra em rede. O *poder* ou *benefício* da computação centrada em rede advêm de interações ricas em informação entre números enormes de nós computacionais heterogêneos na rede. Isso faz com que,

no nível estrutural, a guerra centrada em rede requeira uma arquitetura operacional com três elementos fundamentais: grades de sensor e grades de transação (ou engajamento) hospedadas por uma espinha dorsal da informação de alta qualidade (KORYBKO, 2018, p. 52).

A adaptação desse modelo para o modelo das redes sociais humanas transpõe os nós para os indivíduos que participam da revolução colorida, e seu *poder* agregado para praticar a tentativa de golpe cresce à medida da interação entre tais indivíduos, primeiramente pelas redes sociais, e pessoalmente após a revolução colorida ter início.

A grade de sensor será, pois, o ponto inicial de contato: informações contra o governo transmitidas virtual (por computadores ou celulares) ou pessoalmente.

A formação, por sua vez, se dá em três tipos de rede: 1) em *cadeia*: com um comando centralizado; 2) *estrela*: compartimentada, pode constituir uma célula descentralizada dentro de uma rede maior; e 3) *multicanal*: descentralização tática; não recorre a uma hierarquia porque cada um sabe o que fazer. Essa guerra em rede “tende a desafiar e transcender as fronteiras, jurisdições e distinções padrão entre Estado e sociedade, público e privado, guerra e paz, guerra e crime, civil e militar, polícia e Forças Armadas, e legal e ilegal” (KORYBKO, 2018, p. 54). “Eles [John Arquilla e David Ronfeldt] atribuem isso até certo ponto à guerra neocortical de Szafranski, reconhecendo que ela pode ‘*confundir as crenças fundamentais do povo acerca da natureza de sua cultura, sociedade e governo*, em parte para instigar medo, mas, por que não, principalmente *para desorientar o povo e perturbar suas percepções*’, o que, portanto, dá a ela ‘um forte teor social’.” (KORYBKO, 2018, p. 54)

Afirma Korybko que, na guerra híbrida (especialmente no que diz respeito à revolução colorida), adota-se a mesma concepção, mas propõe-se a conjunção dos três modelos, nas seguintes modulações: a) em cadeia: toma-se a decisão de derrubar um governo não submisso e estrategicamente relevante; b) estrela: quartéis-generais de várias organizações (CIA, Pentágono) fazem um *brainstorm* de métodos para criar os nós ativos (indivíduos) ou para se conectar com eles a fim de cumprir a ordem dada na rede em cadeia; c) multicanal: detectam-se e se examinam as redes existentes que definem o ambiente social do alvo.

Uma vez obtidas as informações e minimamente organizadas as redes, a penetração na sociedade-alvo atinge outro estágio, seja por meio físico (agentes de inteligência reais em campo para montar o movimento), seja por meio virtual, como o Facebook, organizando-se protestos em larga escala e realizando-se operações de influência em todo o mundo.

O Facebook, inclusive, e demais redes sociais, têm sido decisivos para se formar o centro da estratégia de uma revolução colorida: instigar a agitação civil e fomentar uma *mente de colmeia* (um só pensamento) na sociedade-alvo. Em resumo, forma-se um enxame contra o alvo de maneira aparentemente caótica, a fim de abalar o ciclo OODA e levá-lo ao colapso. Para tanto aplica-se a denominada *lei da aglomeração*, um caos organizado e dirigido. Os enxames são aparentemente amorfos, mas na realidade constituem uma forma estruturada, coordenada e estratégica para atacar por todos os lados. A mente de colmeia é também chamada de consciência coletiva e inteligência de enxame. A consciência coletiva foi definida por Anna Piepmeyer, da Universidade de Chicago, como

a condição do sujeito dentro da sociedade como um todo e como qualquer indivíduo vem a se perceber como parte de dado grupo [...] o afeto/efeito em e dentro de qualquer ato público cujos pensamentos e ações são constantemente mediados por pressões externas [...] é um termo muito propício para os teóricos da mídia porque postula um, senão “o” efeito das mídias — cuja função primordial mais ampla consiste em transportar/transmitir/interpretar/reificar mensagens/informações de um lugar a outro (PIEPMAYER apud KORYBKO, 2018, p. 61. Grifo nosso).

William Engdahl (*Dominação de espectro total: democracia totalitária na nova ordem mundial*) igualmente vê a formação de enxame como uma tática-chave usada para provocar com êxito as revoluções coloridas, e as redes e a tecnologia como ingredientes centrais para a formação de enxame. Sobre a Revolução Bulldozer, ocorrida na Sérvia no ano 2000, por exemplo, e que veio a ser reconhecida como precursora do modelo de revoluções coloridas (AZEVEDO, 2019; 2015)¹⁰, Engdahl salientou:

¹⁰ A primeira de muitas, bem sucedidas ou não. Entre elas, relacionamos as mais conhecidas: Revolução Rosa (Geórgia, 2003), Revolução Laranja (Ucrânia, 2004), Revolução das Tulipas (Quirguistão, 2005), Revolução Azul (Kuwait, 2005), Revolução Púrpura (Iraque, 2005), Revolução Branca (Bielorrússia, 2011), Revolução Açafrão (Myanmar, 2007) e Revolução Verde (Irã, 2009).

Toda a lógica da revolução colorida e dos golpes brandos teria por criador o ativista Gene Sharp, o “Maquiavel da Não Violência”, que reestruturou o conceito secular para servir às táticas militares da maior potência do planeta. Sua obra *Da ditadura à democracia* (1994) é considerada o *manifesto* das revoluções coloridas em todo o mundo

As táticas não violentas com que a juventude da Otpor!¹¹ foi treinada, ao que consta, foram baseadas na análise da Rand Corporation sobre os métodos de guerra de Gêngis Khan atualizados para as tecnologias de rede modernas que interconectam as pessoas como abelhas em um enxame. Usando imagens de satélite GPS, agentes especiais puderam direcionar seus líderes, selecionados a dedo e especialmente treinados em solo para dirigir protestos relâmpago “espontâneos”, que sempre fugiam à polícia ou às Forças Armadas. [...] O que o golpe de Belgrado contra Milošević teve de novidade foi o uso da internet — em especial das salas de bate-papo, troca de mensagens instantâneas e *blogs* — junto com telefones móveis ou celulares, incluindo troca de mensagens de texto SMS. Usando esses recursos de alta tecnologia que só surgiram em meados dos anos 1990, um punhado de líderes pôde dirigir com presteza a juventude rebelde e sugestionável da “geração X” para dentro e para fora de protestos de massa a seu bel-prazer (apud KORYBKO, 2018, p. 63).

Para Korybko, toda a lógica da revolução colorida e dos golpes brandos teria por criador o ativista Gene Sharp, o “Maquiavel da Não Violência”, que reestruturou

11 Otpor! significa “Resistência!” em sérvio. Trata-se de uma organização política atuante na Iugoslávia entre 1998 e 2004 e que se opunha ao governo.

o conceito secular para servir às táticas militares da maior potência do planeta. Sua obra *Da ditadura à democracia* (1994) é considerada o *manifesto* das revoluções coloridas em todo o mundo. Ali Sharp define a luta não violenta como aquela que é travada por meio de “armas psicológicas, sociais, econômicas e políticas aplicadas pela população e as instituições da sociedade” (2010, p. 23). Em apêndice a esse trabalho ele elenca 198 métodos específicos de resistência não violenta, muitos deles vistos e identificados na exteriorização das revoluções coloridas: discursos públicos, *slogans* específicos, caricaturas e símbolos, marchas, assembleias de protesto ou de apoio, desobediência social, boicote às eleições, afirmação de dupla soberania ou formação de governo paralelo. E outros mais extravagantes, como protestos nus, gestos obscenos, desacato a autoridades, representação de funerais, “ocupação rezando”, “bombardeios aéreos não violentos” e “teatro de guerrilha”, entre outros (SHARP, 2010, p. 53-60).

Destarte, evidencia-se que a base do processo da revolução colorida é a desestabilização e a transformação da não violência em tática militar, conforme salientado por Gene Sharp. Um dos teóricos mais relevantes a estudar o fenômeno da celebração do Ocidente travestida de não violência foi Domenico Losurdo, em seu livro *A não violência: uma história fora do mito*. Nessa obra, Losurdo busca demonstrar que a palavra de ordem da não violência foi cooptada pelo Ocidente como todas as grandes narrativas do século XX. Ele afirma: “Não há ideal, por mais nobre que seja, que não se possa transformar em ideologia de guerra ou em palavras de ordem para reivindicar a hegemonia” (LOSURDO, 2012, p. 262).

O estudioso italiano demonstra que, em várias revoluções coloridas tentadas ou realizadas mundo afora, a não violência consiste tão somente em uma bandeira utilizada para conquistar as massas, mas está longe da efetiva prática dos “revoltosos”. Aponta como exemplo o ocorrido na primavera de 1989, na China (em Pequim, mas também em outras cidades), como uma espécie de ensaio para todas as outras revoluções coloridas que se espalharam pelo mundo, uma década depois.

No cenário chinês de então, depois de uma longa fase de tratativas e tentativas de se chegar a um acordo, a crise terminou com a proclamação da lei marcial e a intervenção de tanques do Exército chinês na praça da Paz Celestial (Tiananmen), em Pequim. Em 2001 foram publicados e traduzidos para vários idiomas os chamados *Tiananmen papers*, que, de acordo com os curadores estadunidenses, reproduzem relatórios secretos e atas reservadas do processo de decisão que culminou na repressão ao movimento de contestação (LOSURDO, 2012, p. 262-3).

Losurdo chama a atenção para o paradoxo: enquanto as autoridades chinesas negavam a autenticidade do movimento e o Ocidente fazia questão de divulgá-lo, nas próprias páginas do referido relatório sobressai o caráter nada pacífico do protesto. Os próprios organizadores estadunidenses dos *papers* reconhecem que as tropas “entraram em confronto com uma população enfurecida e violenta”. Os nomes adotados pelos grupos principais são significativos, segundo o autor: Tigres Voadores, Brigada da Morte, Exército dos Voluntários. Destacam-se algumas passagens da atuação dos

“pacifistas revoltosos” que queriam erguer uma réplica da Estátua da Liberdade em pleno centro de Pequim¹².

Ao analisar os textos de Gene Sharp, que tiveram quatro traduções na China (para mandarim clássico, mandarim simplificado, tibetano e uigur), Losurdo ressalta a nomenclatura claramente militar das regras emanadas dos manuais, nos quais a luta é classificada por “realisticamente não violenta”. Impõe-se um “desafio político” cujo objetivo é derrubar os opressores lá onde são mais vulneráveis. Recomenda-se evitar o conflito armado com um inimigo em posição de força, embora reconhecendo que em certos casos a violência é inevitável, devendo ser reduzido o número de vítimas. Para Sharp, diz Losurdo (2012, p. 267),

nada é espontâneo e nada se deve deixar ao acaso, “é preciso grande habilidade estratégica, organização e planejamento”, um “cálculo cuidadoso” das forças durante cada uma das etapas a percorrer e uma avaliação atenta das “armas específicas” que devem ser utilizadas em cada momento.

Ele pontua, ainda, um aspecto essencial e imutável: a questão não é forçar os governantes por meio da luta a acabarem com determinadas injustiças: “Ganhos táticos que não facilitem a realização dos objetivos estratégicos podem ser, afinal de contas, desperdício de energia”; *o objetivo não é melhorar as relações políticas e sociais existentes, mas a conquista do poder, e esse objetivo nunca deve ser esquecido*. Por isso, é necessário deixar pronta a estrutura de liderança para dirigir a luta e depois o novo poder (LOSURDO, 2012, p. 268).

Embora as revelações sobre corrupção desacreditem amplamente o poder, não são suficientes para derrubá-lo. “Quais tipos de simbolismo — insiste o manual — podem ser mais eficazes para mobilizar a população?” (LOSURDO, 2012, p. 269). A TV Rustavi 2, nos dias que antecederam a Revolução das Rosas, na Geórgia, exibiu um filme sobre Gandhi em que este é indiretamente comparado a Mikheil Saakasvili, líder do movimento não violento já em plena ascensão, enquanto Eduard Shevardnadze era equiparado aos piores ditadores da Era Contemporânea, sobretudo a Nicolae Ceaușescu, da Romênia.

Antes mesmo das eleições, o instituto de George Soros, apresentado pela oposição como o único confiável, indicava a vitória de Saakasvili.

12 “Mais de 500 caminhões do Exército foram incendiados em dezenas de cruzamentos [...]. Na av. Chang’na um caminhão do Exército parou por uma falha no motor e 200 revoltosos atacaram o motorista, espancando-o até a morte [...] no cruzamento Cuiwei um caminhão que transportava seis soldados diminuiu a velocidade para não atropelar a multidão. Então um grupo de manifestantes começou a atirar pedras, coquetéis molotov e tochas contra o caminhão, que a um certo ponto inclinou-se do lado esquerdo porque um pneu furou por causa dos pregos que os revoltosos tinham jogado. E então os manifestantes incendiaram alguns objetos, arremessando-os contra o veículo, cujo tanque explodiu. Os seis soldados morreram queimados.

[...]

De repente, um jovem chegou correndo, jogou alguma coisa dentro de um carro blindado e fugiu. Depois de alguns segundos, a mesma fumaça verde-amarelada foi vista saindo do veículo, enquanto os soldados se arrastavam para fora e se deitavam na rua com as mãos na garganta, agonizantes. Alguém disse que tinham aspirado gás venenoso. Mas os oficiais e soldados, apesar da raiva, conseguiram manter o autocontrole.” (LOSURDO, 2012, p. 263)

Após a proclamação dos resultados da eleição que dão a vitória a Shevardnadze, tachados de fraudulentos pela oposição, esta decide organizar uma marcha em Tbilisi para proclamar a chegada simbólica à capital, pacificamente, de um país inteiro com raiva. Embora muito divulgada, com muitos meios de propaganda e recursos, a manifestação reuniu entre 5 mil e 10 mil pessoas, o que, para a Geórgia, é muito pouco. Mas, graças a uma direção sofisticada e altamente profissional, o canal de TV mais poderoso do país consegue passar a mensagem de que “a imagem está lá, poderosa, de um povo que segue seu futuro presidente” (LOSURDO, 2012, p. 273).

Na Geórgia o assalto ao poder terminou em 22 de novembro de 2003. Não houve o reconhecimento da derrota pedido pela oposição e pelo Ocidente e também não houve a anulação das eleições. No entanto, a primeira sessão da nova legislatura foi interrompida por milhares de manifestantes liderados por Saakasvili, que, graças à desintegração do aparato estatal, irromperam no parlamento e obrigaram o presidente eleito “de forma fraudulenta”, Shevardnadze, a se demitir e se retirar da vida política.

Losurdo conclui, numa constatação irresponsável:

No manual [de Sharp] está presente a ameaça de “sanções econômicas” e “embargos” contra os países recalcitrantes [...], ou seja, a ameaça de *sanções que, como veremos, têm provocado mais mortes do que todas as destruições em massa durante a história*. E no fundo, vislumbra-se o poderoso aparato militar que está pronto para entrar em ação: é preciso considerar — realça o manual estadunidense — “as armas econômicas e militares”. [...] A não violência, de arma nas mãos dos fracos, transformou-se em mais uma arma dos poderosos e prepotentes que, também fora da ONU, estão determinados a impor a lei do mais forte (LOSURDO, 2012, p. 273, grifo nosso).

Ou seja, o uso da tática da não violência como arma de guerra para insuflar golpes brandos, na verdade, parte do pressuposto de que o Ocidente (e seu país hegemônico, os EUA) seria o guardião da consciência moral da humanidade. É esse pressuposto (racista, inclusive) que autorizaria a desestabilizar qualquer governo no globo. Em poucas palavras, há a virada histórica de um legado, utilizado por abolicionistas ou por Gandhi e até por Martin Luther King (que se opunha à Guerra do Vietnã), de crítica ao expansionismo ocidental e à supremacia branca, agora sendo usado pelo imperialismo, já poderoso, e que busca o poder global absoluto¹³.

4. OS GOLPES RÍGIDOS

Andrew Korybko ressalta que nem toda revolução colorida e nem todo golpe

¹³ Repagina-se a velha ideia de que o imperialismo seria benéfico aos povos submetidos, em “uma reedição moderna”, pautada numa “obrigação dos países mais adiantados de civilizar os mais atrasados para o seu próprio bem, sobretudo combatendo a sua corrupção estrutural” (SOUZA, 2020, p. 54).

brando elaborado pelos Estados Unidos conseguiram o seu intento final de derrubada de um regime e desarticulação completa da sociedade-alvo. Entretanto, mesmo diante de insucessos, haveria uma semente plantada que daria início à segunda fase que encerra o conceito de guerra híbrida: as guerras não convencionais que darão ensejo aos golpes rígidos.

Primeiro, cumpre ressaltar que uma guerra não convencional também é uma técnica ultracontemporânea, de quarta geração, que difere em muito da guerra convencional. Trata-se não da intervenção direta de um exército institucionalmente estabelecido, mas de um movimento de resistência ou insurgência que se apresenta, geralmente, como uma força clandestina e é utilizado para coagir, derrubar ou abalar um governo.

Incluem-se entre suas táticas a guerrilha, a insurreição urbana, a sabotagem e o terrorismo, e sua efetivação se dá com combatentes não tradicionais (na maior parte das vezes, mercenários). A guerra, então, por não ser manejada por exércitos organizados, é sempre não linear e caótica, usando mídias sociais e a técnica de enxames que já analisamos no tópico anterior.

A guerra em si se daria em uma primeira fase latente (focada em derrubar a infraestrutura clandestina), seguida por uma “guerra de guerrilha” e, por fim, uma guerra de movimento, que nem sempre é necessária, tendo em vista que as fases anteriores vão se apropriando das estruturas políticas, militares e sociais preexistentes. Na verdade, se trata da continuação de um conflito já existente, que fora iniciado na fase anterior da revolução colorida e da tentativa de golpe brando.

A guerra não convencional ocorreria sempre que os EUA não conseguem intervir diretamente, como fizeram no Iraque, em 2003. No fundo, suas efetivações, como na Líbia, Síria ou Ucrânia, são mais vantajosas para os Estados Unidos, não somente por ser mais econômicas, mas também por absolvê-los de responsabilidade por crimes de guerra, já que a intervenção é sempre indireta.

O histórico dessas guerras não convencionais, novamente, é longo, e, novamente, pode-se identificar no Brasil (e na América Latina) o seu início. No século XX, os Estados Unidos tentaram derrubar mais de 50 governos legítimos, embora admittam apenas sete; desses sete, três são latino-americanos, entre eles o governo João Goulart, em 1964 (STUSTER, 2013).

Já nos anos 1980, com o governo Ronald Reagan, a guerra não convencional foi elevada a patamares anteriormente desconhecidos, e insurreições foram apoiadas em Angola, na Etiópia, no Afeganistão e na Nicarágua. É dessa época a emulação das táticas aplicadas pela Operação Ciclone no Afeganistão e a intensificação da participação ativa dos evangélicos (direita cristã) nas guerras híbridas, primeiramente sendo utilizados em uma tentativa de desestabilizar a então URSS¹⁴, e, depois, utilizados em larga escala na América Latina.

14 Ainda no início do governo Reagan, em 1981, quando era secretário-geral da URSS Yuri Andropov, evangélicos pentecostais se refugiam na embaixada dos EUA em Moscou, o que só não desencadeou a escalada do conflito devido à concessão de vistos de saída para todos (KEERAN; KENNY, 2010, p. 143).

Como destaca a cientista política Marina Lacerda, a aposta em organizações evangélicas como *think tanks* na América Latina surge ainda no contexto da Guerra Fria:

Reagan e a direita cristã atuaram no contexto da Guerra Fria, em enfrentamento do efeito de ideologias mais à esquerda: a teologia da libertação — surgida no seio da Igreja Católica na década de 1960 e presente sobretudo em El Salvador, México, Equador, Peru, Brasil e Uruguai; revoluções na Guatemala (1944-1954) e na Nicarágua (1979-1990); e governos progressistas na Argentina, no Brasil, no Peru, no Uruguai, no Chile, na República Dominicana (GRANDIN, 2006; STOLL, 1990).

Encorajados pela Casa Branca, esses cristãos usaram suas missões para promover a agenda do governo dos Estados Unidos, tentando dissuadir pessoas de entrarem em movimentos que lutavam por mudança social. Os evangélicos entendiam seu trabalho na América Latina como contribuindo para uma missão bíblica [...]. O esforço missionário na América Latina combinou esse desejo ardente de ganhar o mundo para Cristo com as pretensões de hegemonia norte-americana (STOLL, 1990, p. 71). Stoll (1990) faz várias ressalvas no sentido de que a religião não deve ser reduzida a um campo de disputa de forças políticas e também de que as pessoas acatam a religião evangélica por seus próprios motivos e aspirações individuais. Apesar disso, ele enfatiza que sua pesquisa indicou como a religião serviu a fins políticos e imperialistas, particularmente na América Central. Tanto que, para Grandin (2006, p. 20-22, 155), essa ofensiva promovida por Reagan foi um ensaio geral para o que aconteceu no século XXI no Oriente Médio (LACERDA, 2019, p. 34-39).

O auge desse relacionamento se deu com a efetiva entrega de armamento no Irã e na Nicarágua para movimentos insurgentes, com suporte privado coordenado pela CIA e pelo Conselho de Segurança Nacional dos EUA. Impressionantemente, e novamente como sugerido por Gene Sharp, um movimento que seria pacifista (porque cristão) teria se transformado em uma espécie de guerra santa, como podemos ver nas palavras de um pastor evangélico sobre a intervenção na Guatemala contra o movimento indígena:

O Exército não massacra os indígenas. Ele massacra demônios, e os indígenas são demônios possuídos; eles são comunistas. Nós damos apoio ao irmão Efraín Ríos Montt como o rei David no Velho Testamento. Ele é o rei do Novo Testamento (DIAMOND apud LACERDA, 2019, p. 36).

Novamente, voltando a Losurdo, as técnicas não violentas da revolução colorida, por um lado, nem são tão não violentas assim, e, por outro, só permitem duas saídas, ou o golpe brando e sua vitória ou o início de um conflito que escala até um golpe rígido ou o início de uma guerra civil propriamente dita na sociedade-alvo.

5. MEDIDAS PREVENTIVAS

Com o estudo das guerras não convencionais, Andrew Korybko classifica o método da guerra híbrida como uma estratégia geopolítica de aplicação da teoria do caos nas relações internacionais, imbuída da finalidade de desestabilizar as potências euroasiáticas (nominalmente, Rússia, China e Irã), para prolongar a supremacia mundial do imperialismo estadunidense. Tal método, como visto, pressupõe uma abordagem indireta, sendo que, quanto mais próximo das potências euroasiáticas (Estados-vizinhos, mas os verdadeiros alvos) for o Estado-alvo, menos direto será o ataque a ele. Assim, o Estado-alvo é fragmentado para que se torne um buraco negro e sua atração gravitacional puxe a potência euroasiática vizinha para o centro do conflito.

Portanto, em muitos casos, a escolha de determinado Estado ocorreria independentemente das atitudes desse Estado em si, mas em verdade muito mais pelos prejuízos e ônus que ele poderia causar a países como Rússia, China e Irã. Por outro lado, vê-se também que há preferência histórica dos Estados Unidos pela América Latina, que, desde sempre considerada sua zona de influência obrigatória, tem arrancado vitórias ainda hoje não bem digeridas pelo orgulho estadunidense (especialmente a Revolução Cubana de 1959, ainda não derrotada, 60 anos depois de sua eclosão). Assim, Brasil, Chile, Guatemala, Nicarágua, Venezuela, Equador, entre outros países que aqui vimos, têm sido igualmente alvo de guerras híbridas promovidas pelos Estados Unidos, mesmo fora da zona geopolítica estratégica da Eurásia.

Segundo Andrew Korybko, a guerra híbrida, como vimos, apresentaria duas táticas distintas (mas que podem ser combinadas) e seus respectivos manuais de campo. Para as revoluções coloridas utilizar-se-ia o manual *Da ditadura à democracia*, de Gene Sharp, visando organizar uma rede de ativistas com táticas não violentas de rebelião contra o governo. Para as guerras não convencionais utilizar-se-ia o manual TC 18-01 do Exército estadunidense, direcionado a operações violentas contra o Estado, mas de forma assimétrica.

Na visão de Korybko, as revoluções coloridas e as guerras não convencionais consistem em duas etapas de um único processo de desestabilização. Eventualmente, a revolução colorida poderia já ser suficiente para criar o caos, mas, nas situações em que o governo atacado resistisse, seria necessário passar para a etapa da guerra não convencional (já utilizando o clima favorável estabelecido na primeira etapa). Tanto as revoluções coloridas quanto as guerras não convencionais utilizariam atores por procuração e mirariam os respectivos cinco anéis do alvo, para causar ruptura do ciclo OODA mediante o ataque de enxame.

A dificuldade para a aplicação das guerras híbridas por nações adversárias do poderio norte-americano seria o fato de ser contraproducente para uma potência euroasiática aplicar tal metodologia em sua própria região (pois isso criaria um buraco negro próximo). Desse modo, seria necessário acumular influência para poder gerar tais fenômenos na América, Europa ou África (o que também não seria imediato).

O auge de uma guerra híbrida, especialmente em sua primeira etapa, a revolução colorida, é a noção de *acontecimento*. Em regra, tanto pode ser algo aleatório como também pode ser algo fabricado. É um evento que possui a capacidade de liberar toda a energia acumulada do movimento como gatilho para o início da revolução colorida.

Os acontecimentos seriam escolhidos seletivamente, pois poderiam ser ignorados certos eventos caso se sinta que a infraestrutura necessária não esteja preparada. Por exemplo, são acontecimentos potenciais uma fraude eleitoral, a prisão de algum líder da oposição, a aprovação ou veto de uma lei controversa ou polarizadora. Eles não precisam ser verdadeiros, o mais importante será a narrativa a que a população em geral irá aderir.

Como recomendações, Andrew Kurybko (2018, p. 100) sugere algumas medidas defensivas (“é impossível se proteger por inteiro”) ante essa nova estratégia de guerra do imperialismo. São elas o estabelecimento de: 1) *salvaguardas civilizacionais*: difusão de ideias patrióticas, para gerar uma consciência de colmeia pró-governo e desestimular ideias subversivas de “democracia liberal”, e 2) *redes nacionais de internet*: nacionalização de mídias sociais e da internet, sem necessidade de censura direta, para diminuir a influência da mídia ocidental.

Quanto à primeira delas (salvaguardas civilizacionais), há uma enorme experiência nas lutas sociais nacionalistas na América Latina desde o início do século XX, desde campanhas como “O petróleo é nosso” (lançada em 1948) passando pelas reformas de base dos anos 1960 e, inclusive, se plasmando no desenvolvimentismo nacionalista que se espalhou não só no Brasil, mas em toda a América Latina, pela influência de centros como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Mesmo com um descenso nos últimos anos, as recentes articulações em torno de uma frente ampla em defesa da Constituição brasileira e do Estado democrático de direito apontam para uma possibilidade de retomar essa estratégia de defesa de forma eficaz.

Já em relação à segunda medida defensiva prescrita por Korybko (regulação da internet), as possibilidades são menos promissoras. Mesmo com uma nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (lei nº 13.709, de 2018), a regulamentação da internet e de sua influência social e eleitoral nefasta ainda engatinha no Brasil e em toda a América Latina. A própria vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais, que pode ser vista como clímax da teoria do caos e da desestabilização do cenário brasileiro que começou quase uma década antes, é creditada a uma manipulação da opinião pública por meio de redes sociais como o WhatsApp, ainda mais indisciplinadas (e indisciplináveis) do que o Facebook ou o Twitter.

A novidade, minimamente alvissareira, é que a sociedade-alvo de uma guerra híbrida, que era sempre fora dos Estados Unidos, acabou resultando (assim como Osama bin Laden foi uma criação, com externalidade negativa, das agências de segurança dos EUA) em um ataque às próprias instituições públicas estadunidenses,

Não resta dúvida de que por trás de conceitos como *revoluções coloridas* e *guerras híbridas* há fenômenos reais que precisam ser analisados. Mas esses conceitos vêm sendo usados muitas vezes de forma excessivamente genérica e indiscriminada. Correm o risco, com isso, de acabar servindo menos para conhecer do que para mistificar os fenômenos a que se referem

como se viu desde a eleição de Donald Trump até a tentativa de invasão do Congresso em Washington por manifestantes que não aceitavam os resultados eleitorais. Ali, já na corrida pela reeleição, a candidatura Trump acabou sofrendo algumas pequenas repressões e limitações no uso de redes sociais, que não foram, ao contrário do que aconteceu no mundo todo, entendidas como simples censura à liberdade de expressão e sim como garantia necessária ao regime democrático. Por mais que se saiba da dificuldade de se exportarem tais medidas do centro para a periferia, há alguma esperança de que avance o debate sobre a regulação pública da internet como fator importante para a estabilidade democrática.

6. ALGUMAS CRÍTICAS AO TRABALHO DE ANDREW KORYBKO

O livro de Andrew Korybko possui o mérito de compilar de forma sistemática os principais conceitos relacionados às guerras híbridas e de fazer uma análise apurada da conjuntura internacional (ainda que totalmente baseada em uma visão russa da geopolítica). O livro realmente serve como a terceira parte de um manual para guerras híbridas, como o próprio autor sugere no capítulo 4 da obra.

Apesar disso, a abordagem de Andrew Korybko não deve ser absorvida acriticamente, uma vez que existem diversos pontos passíveis de questionamento em seu raciocínio (o que não significa que não sejam corretos, mas sim que não foram devidamente comprovados ou esclarecidos).

Alguns dos problemas não solucionados por Korybko decorrem do papel central que a geopolítica ocupa em sua teoria.

Na tese apresentada por Korybko, as guerras híbridas são operações intencionalmente orquestradas pelos Estados Unidos contra as potências euroasiáticas (Rússia, China e Irã) (KORYBKO, 2018, p. 93). Tal afirmação, contudo, não é desenvolvida



Crédito: CC BY-SA 3.0

Revolução Laranja (Ucrânia, 2004) e Revolução das Rosas (Geórgia, 2003) estão entre as principais “revoluções coloridas”



Crédito: Zaraza - Zaraza, CC BY-SA 3.0

de modo satisfatório, pois, ainda que os três países sejam anti-imperialistas, o papel de cada um deles na geopolítica mundial é bastante diferente: a Rússia é um país capitalista cuja influência está em declínio, o Irã baseia-se em um capitalismo teocrático e a China é uma potência socialista em ascensão. Provavelmente essa falha de formulação decorre do fato de que Korybko é um crítico da “democracia liberal” (KORYBKO, 2018, p. 117), mas não do capitalismo (há quem o acuse de ser um porta-voz informal de Vladimir Putin) (MEDEIROS, 2020). Enfim, os três países centrais no raciocínio de Korybko são bastante diferentes entre si, de modo que também não parece razoável que todos eles sejam enfrentados pelos EUA com o mesmo método.

Como parte desse raciocínio, afirma Korybko que os Estados Unidos seriam a única nação com condições de realizar operações de guerra híbrida (KORYBKO, 2018, p. 99). Trata-se de uma informação muito relevante, porém feita de maneira categórica e sem qualquer aprofundamento. Um conceito mais robusto de guerras híbridas seria necessário para sustentar a afirmação de que somente os EUA teriam tal potencial.

Ainda sob o aspecto geopolítico, Korybko defende a tese de que as guerras híbridas são realizadas no entorno das potências euroasiáticas para gerar buracos negros em países vizinhos à Rússia, China e Irã, que seriam atraídos pelo caos do “campo gravitacional” vizinho (KORYBKO, 2018, p. 93-94). Assim, seria “contraproducente”

que uma potência testasse a estratégia das guerras híbridas em sua região, pois correria assim o risco de ser absorvida pelo caos do “buraco negro” (KORYBKO, 2018, p. 99). Ora, nesse sentido, não haveria como classificar qualquer ação contra o Brasil como guerra híbrida, a não ser que os EUA estivessem querendo atingir indiretamente os países vizinhos, e ainda correndo o risco de ser absorvidos por um buraco negro em plena América Latina.

Vale sempre destacar a existência de outros autores, que se debruçam sobre o tema das guerras híbridas sob uma perspectiva geopolítica diferente da de Korybko, como LEIRNER (2020, p. 62), que vislumbra uma guerra híbrida operada no Brasil a partir do interior das Forças Armadas (e não como um processo dirigido a partir dos EUA). Essa ressalva é importante para esclarecer que, ainda que eventualmente haja críticas à visão geopolítica de Korybko, há outros autores trabalhando em perspectiva similar, mas com abordagens diferentes.

Por sua vez, o próprio conceito de *revoluções coloridas* também é um problema ainda não solucionado pelas ciências sociais e cuja falta de rigor prejudica a obra de Korybko. Na leitura desse autor, as revoluções coloridas seriam uma etapa da guerra híbrida praticada pelos EUA contra as potências euroasiáticas. Ocorre que, atualmente, *revoluções coloridas* tornou-se um conceito extremamente fluido, podendo ser aplicado aos mais diferentes processos, a gosto do autor da análise. A título de ilustração, basta recordar que a chamada Primavera Árabe — comumente associada a estratégias de revoluções coloridas — atingiu tanto países fortemente alinhados com o imperialismo estadunidense (como no caso do Egito) quanto países adversários dos EUA, como a Síria. Como afirma Azevedo,

No Egito e na Tunísia, levantes com sólidas raízes, e de extração realmente popular – ligados, em primeiro plano, a reivindicações por democracia, e em última instância a pressões sociais, econômicas e demográficas –, derrubaram um conjunto de regimes políticos desgastados, muitos deles até então apoiados pelo próprio imperialismo. Em outros países da região (Síria, Líbia, Irã), a tática das revoluções coloridas foi usada para apresentar movimentos antipopulares como sendo parte da mesma onda de protesto popular, com o objetivo de eliminar governos hostis aos objetivos imperialistas na região (2015, p. 206-207)

Ou seja: em alguns dos países atingidos pela Primavera Árabe não existem evidências de tais movimentos terem sido gestados de forma não espontânea (como no caso da Tunísia), enquanto em outros há comprovada intervenção dos EUA e países europeus (como no caso da Líbia). Adicionalmente, em seguida à Primavera Árabe, diversos protestos com características semelhantes ocorreram em outros continentes, com destaque para a própria Europa (por exemplo, os Indignados, em 2011 na Espanha), para os EUA (Occupy Wall Street) e para a América Latina (como as manifestações chilenas de 2011 e as brasileiras de 2013). Em nenhum momento Korybko apresenta elementos que expliquem por que sua análise não se aplica a essas situações.

7. CONCLUSÃO

Conforme antecipado, o livro *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*, de Andrew Korybko, traz provocações importantes sobre um tema atual e relevante. Tem por mérito sistematizar os conceitos (ainda que com falhas) e apresentar uma abordagem original sobre o tema.

Por outro lado, alguns desses conceitos não são aprofundados de maneira satisfatória, e parte de suas afirmações não são adequadamente comprovadas. Em suma, trata-se de uma leitura relevante, mas que precisa ser absorvida de maneira crítica. Não resta dúvida de que por trás de conceitos como *revoluções coloridas* e *guerras híbridas* há fenômenos reais que precisam ser analisados. Mas esses conceitos vêm sendo usados muitas vezes de forma excessivamente genérica e indiscriminada. Correm o risco, com isso, de acabar servindo menos para conhecer do que para mistificar os fenômenos a que se referem.

* Doutor em Direito Econômico e Economia Política pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Teoria do Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Advogado da União em Brasília (DF). Integrante da Associação de Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania (ADJC). *E-mail*: jpaulo.advocacia@gmail.com

** Juíza do Trabalho aposentada do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 4ª Região. Vice-presidente da Fundação Maurício Grabois (RS) e integrante de grupo de estudos dedicado a analisar o neoliberalismo à luz de *O Capital*, de Karl Marx. Advogada em Porto Alegre (RS). Integrante da ADJC. *E-mail*: amavi-log@gmail.com

*** Doutorando e mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Advogado em São Paulo (SP). Integrante da ADJC. *E-mail*: marcio.meinberg@gmail.com

**** Especialista com MBA em Planejamento Tributário pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP). Advogado em Barra Velha (SC). Integrante da ADJC. *E-mail*: duartemaia.advocacia@gmail.com

***** Mestre em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios pelo Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb). Advogado em Brasília (DF). Integrante da ADJC. *E-mail*: guilhermehora@horaecrispim.com

► Texto recebido em março de 2021; aprovado em março de 2021

AZEVEDO, Fábio Palácio de. 'Colour revolutions' and the concept of civil hegemony. In: 6th World Socialism Forum : discourse power and leadership : colour revolutions and cultural hegemony, 2015, Beijing. **Proceedings** [...]. Beijing: Chinese Academy of Social Sciences, 2015. v. 1. p. 205-215.

_____. Formas de dominação do capitalismo contemporâneo. **Princípios**, São Paulo, v. 1, n° 158, p. 2-28, set./out. 2019.

BERGEN, Peter. **Holy War, Inc.:** inside the secret world of Osama bin Laden. New York: Free Press, 2001.

CAPETTI, Pedro. Em livro, Villas Bôas revela que postagens polêmicas na véspera de julgamento de Lula foram escritas com Alto Comando do Exército. **O Globo**, Rio de Janeiro, 10 fev. 2021. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/em-livro-villas-boas-revela-que-postagens-polemicas-na-vespera-de-julgamento-de-lula-foram-escritascom-alto-comando-do-exercito-1-24877394>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere.** Volume terzo — Quaderni 12-29. Edizione critica dell'Istituto Gramsci — A cura di Valentino Gerratana. 2ª edizione. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977. p. 1507-2362.

KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **El socialismo traicionado:** detrás del colapso de la Unión Soviética (1917-1991). Madrid: El Viejo Topo, 2010.

KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas:** das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro:** de Reagan a Bolsonaro. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LEIRNER, Piero C. *O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica.* 1. ed. (edição do Kindle), São Paulo: Alameda, 2020.

LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (Org.). **Dicionário gramsciano.** São Paulo: Boitempo, 2017.

LOSURDO, Domenico. **A não violência:** uma história fora do mito. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

MEDEIROS, Jonas. *Guerras híbridas*, um panfleto pró-Putin e demofóbico. **Passa Palavra**, 28 jan. 2020. Disponível em: <<https://passapalavra.info/2020/01/129676>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

PARDO, Daniel. O que se sabe sobre a Silvercorp, empresa que organizou tentativa de sequestrar Maduro na Venezuela. **BBC News Mundo**, 2020. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52616101>>. Acesso em 19 abr. 2021.

PAULA, Christiane Jalles de. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). **A trajetória política de João Goulart.** Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2004.

SHARP, Gene. *Da ditadura à democracia – uma estrutura conceitual para a libertação.* 4ª ed. Tradução José A.S. Filardo. São Paulo, Brasil: The Albert Einstein Institution, 2010.

SOUZA, Jessé. **A guerra contra o Brasil.** Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2020.

STUSTER, Dana. Mapped: the 7 governments the U.S. has overthrown. **FP**, august 20, 2013. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2013/08/20/mapped-the-7-governments-the-u-s-has-overthrown>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Contribuições do interacionismo simbólico para uma reflexão sobre educação a distância e ensino remoto emergencial em tempos de pandemia e isolamento social

Contributions of symbolic interaction school to a reflection about distance education and emergency remote teaching in times of pandemic and social isolation

Andréa vettorassi*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.010>



RESUMO

O presente artigo objetiva apresentar reflexões sobre a educação utilizando recursos a distância e sua tentativa de implementação em situação adversa e atípica, durante isolamento social e forçado, vivido no Brasil e boa parte do mundo na primeira metade de 2020, na pandemia causada pela doença covid-19. Como eixo articulador da reflexão sobre os desafios, os prós e os contras da modalidade desde a educação infantil até o ensino superior, serão utilizadas observação participante, pesquisa documental e bibliográfica, sobretudo conceitos próprios do interacionismo simbólico elaborados por Erving Goffman e Peter Berger, tais como máscaras, fachadas, papéis, representação, identidade e socialização formal.

Palavras-chave: Ensino remoto emergencial; pandemia; interacionismo simbólico; Erving Goffman; Peter Berger.

ABSTRACT

This article aims to present reflections about distance education (e-learning) and its attempt to implement it in adverse and atypical situation, during social and forced isolation, lived in Brazil and much of the world in the first half of 2020, in the pandemic crisis caused by the covid-19 disease. As an articulating axis for reflection about challenges, pros and cons of the modality from early childhood education to higher education, participant observation, documentary and bibliographic research will be used especially concepts proper to symbolic interaction school, those elaborated by Erving Goffman and Peter Berger, such as masks, roles, representation, identity and formal socialization.

Key words: Emergency remote teaching; pandemic; symbolic interaction school; Erving Goffman; Peter Berger.

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa objetiva, a partir da observação participante e de investigação documental e bibliográfica, analisar os desafios da aplicação do ensino remoto emergencial, os tipos de socialização e o papel das instituições escolares no contexto atípico e não planejado que o Brasil e o mundo passaram a viver em meados de março de 2020, e que se estende por tempo indeterminado no momento da escrita deste artigo (setembro de 2020). A doença covid-19 se alastrou por todo o planeta e impôs o isolamento social em milhares de cidades, na tentativa de diminuição do contágio acelerado da doença. De acordo com relatórios emitidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em abril de 2020 quatro em cada seis habitantes do mundo estavam em isolamento social total e forçado¹. Dentre as medidas de isolamento, as instituições escolares nos mais diversos níveis (desde o berçário ao ensino superior) suspenderam o calendário acadêmico e/ou buscaram alternativas para manter suas atividades usando, para isso, métodos e recursos próprios da educação a distância. No Brasil, a maioria das instituições de ensino permanece fechada desde março, completando em setembro de 2020 seis meses de suspensão das atividades presenciais e recorrendo a atividades que se convencionou chamar de ensino remoto emergencial (ERE), que buscam os recursos da educação a distância (EaD) mas diferem dela sobretudo pelas limitações estruturais, de formação dos docentes e discentes, bem como pelo caráter emergencial e não planejado. Enquanto sindicatos, associações e docentes questionam e denunciam a opção de algumas escolas pelo adiantamento de férias de julho e janeiro em situação que em nada lembra um momento de descanso e distração que qualquer profissional tem o direito de gozar, os mesmos sindicatos, associações e docentes examinam a eficácia e mesmo a legalidade dos recursos oferecidos pelo ensino remoto emergencial para que o calendário acadêmico prossiga com seu cronograma original. Não só a própria estrutura da socialização formal foi posta em xeque frente ao caos social, como os papéis, máscaras e fachadas dos envolvidos, sejam eles os docentes, os discentes ou os responsáveis pelos discentes em seus primeiros anos escolares.

A partir dessas inquietações, o artigo ora apresentado objetiva refletir sobre a educação a distância, o ensino remoto emergencial e a relação existente entre docentes e discentes no universo dessas modalidades, especialmente no que tange às representações de seus papéis e numa interação que é inovadora, visto que se estabelece com diferentes impressões que máscaras e fachadas são capazes de proporcionar numa interação presencial. Para essa reflexão serão utilizadas experiências pautadas em observação participante, breve pesquisa documental concernente à apresentação de leis, diretrizes e manifestos relacionados à educação formal e publicados durante a pandemia, bem como pesquisa bibliográfica a partir das contribuições do interacionismo simbólico e suas percepções sobre identidade, representação e socialização, incluindo a formal, feita pelas instituições de ensino. Frente a esse eixo articulador, o artigo se divide em duas

1 Dados disponíveis no site <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>. Acesso em 22 de abril de 2020.

O interacionismo simbólico é uma corrente com núcleo teórico comum, mas que recebe desdobramentos diversos ao beber na fonte de áreas como a linguística, a psicanálise e a antropologia cultural

partes: na primeira, apresenta ao leitor os principais conceitos e análises desenvolvidos fundamentalmente por Erving Goffman e Peter Berger, representantes do interacionismo simbólico, mas também outras discussões e perspectivas pautadas no materialismo histórico, que enriquecem a reflexão aqui proposta e apontam para os inúmeros prejuízos sociais, políticos e econômicos que o ERE evidencia. Na segunda parte, apresenta análises sobre a educação a distância a partir de experiências pessoais com essa ferramenta que constantemente lança desafios ao educador e à sua necessidade de “se fazer presente” sem que encontros presenciais, máscaras e fachadas (sob a perspectiva de Goffman) possam lhe amparar. É também o momento de lançar breves contribuições sobre a tentativa de implementação dessa modalidade em tempos de pandemia e isolamento forçado, em que boa parte das instituições escolares e seus discentes não estavam preparados ou mesmo dispostos a representarem seus papéis e instituírem a socialização formal utilizando essas ferramentas e, conseqüentemente, novos tipos de interações, máscaras e papéis.

2. DESENVOLVIMENTO

O interacionismo simbólico começa no início do século XX na escola de Chicago e conta com três gerações de renomados sociólogos que estudam questões como a reforma social, já que estão escrevendo em uma Chicago que passa por intensas transformações causadas pela industrialização, por correntes migratórias que formam grupos étnicos e pelo surgimento do movimento trabalhista. Preocupavam-se com a coesão social frente a interesses específicos, e a pergunta problema da primeira geração de interacionistas foi: como os indivíduos são coagidos pelas instituições sociais e como transcendem a essa coação? Essa primeira geração ainda tinha como pressuposto teórico o evolucionismo.

A mudança social era vista como um processo inevitável e decorrente de indivíduos em busca da sobrevivência. Havia aí um sentido progressista, uma crença de que tais mudanças levariam os indivíduos a uma democracia liberal. Existia também

o desenvolvimento da individualização e uma libertação das instituições tradicionais, numa oposição entre uma espécie de “constrangimento social” e liberdade individual. A criatividade individual levaria à criação de novas instituições, mais condizentes com uma nova realidade. Mas o que há de mais original nessa corrente sociológica é refletir sobre essas mudanças sob a perspectiva de que temos dois tipos de interação: a simbólica e a não simbólica. A dimensão simbólica é mais ampla que a condição humana, que dura apenas o espaço de tempo de uma vida. Símbolo, em sua etimologia, significa “o que rola junto” (Sym é junto, ballos é bola: “algo que rola”). A partir dos símbolos e da consciência que é adquirida ao longo da vida, indivíduos abandonam aqueles valores que lhe formaram ao mesmo tempo em que os carregam como mecanismos de defesa para as novas situações a que se submetem constantemente.

O que mais unia os interacionistas era a plena consciência de que há, invariavelmente, uma mudança social que acontece de forma intensa, e se algo tivesse que ser explicado como exceção, era a estabilidade. Correntes como o estruturalismo e o funcionalismo trouxeram ao interacionismo simbólico a ideia de que não há sociedade sem mudança. A mudança e o conflito são vistos como elementos constitutivos da vida social, que é percebida como processos de interação simbólica e não simbólica. O interacionismo simbólico, portanto, é uma corrente com núcleo teórico comum, mas que recebe desdobramentos diversos ao beber na fonte de áreas como a linguística, a psicanálise e a antropologia cultural. Não à toa ela é fonte de análise de muitas outras áreas, como a sociologia e a educação.

Erving Goffman foi um sociólogo canadense que estudou nas Universidades de Toronto e Chicago nas décadas de 1940 e 1950 e é considerado o representante de uma segunda geração de interacionistas simbólicos. Ao desenvolver o que ele próprio intitulou como “psicologia social” (e daí a correlação do termo com o interacionismo simbólico), Goffman se dedicou ao estudo das interações sociais no cotidiano e em lugares públicos. Também dedicou especial atenção ao que chamou de “instituições totais”, que são os espaços onde indivíduos são isolados da sociedade, tendo todas as suas atividades concentradas e normatizadas. Como exemplo, citou as prisões, os manicômios e os conventos (GOFFMAN, 2007). Seus estudos também enfocam o conceito de identidade e como os estigmas interferem nos desvios e normas de um indivíduo, bem como nos alinhamentos intragrupais e exogrúpicos (GOFFMAN, 1988). Essas análises sem dúvidas influenciam suas percepções sobre as relações e identidades presentes no cotidiano dos indivíduos, tema especialmente estudado uma década mais tarde e que será desenvolvido neste artigo, com o objetivo de analisar como são possíveis as relações entre docentes e discentes no universo do ensino remoto emergencial em tempos de pandemia e isolamento.

Para que essa relação seja possível, é interessante conceituar alguns dos principais termos utilizados por Goffman ao longo de sua obra e que nos levam ao paradigma das relações virtuais que devem conviver com sua ausência. São os termos *máscaras* e *fachadas*. De acordo com Goffman (2002, p. 27), é representando papéis que conhecemos

O conceito de máscaras, utilizado por Goffman, pode contribuir para o entendimento da relação discente-docente e para as mudanças ocorridas nesse relacionamento em decorrência da pandemia



uns aos outros e a nós mesmos. As máscaras, portanto, ao contrário do que pode parecer, são o mais verdadeiro eu, aquilo que gostaríamos de ser. Elas são parte integral de nossa personalidade.

Ou seja, de acordo com Goffman, constantemente os indivíduos usam máscaras, recurso que não é exclusivo às pessoas falsas ou dissimuladas, que frequentemente podem ser chamadas de “mascaradas”. Todo indivíduo usa recursos como gestos, olhares e posturas com o objetivo de apresentar aos outros indivíduos uma ideia de si mesmo. Assim, são utilizadas máscaras diferentes de acordo com as necessidades apresentadas: em um banco, uma padaria, em um passeio no parque, em um almoço com a família e, evidentemente, frente a uma sala de aula, na condição de docente ou discente. As máscaras podem parecer dissimulações, mas em verdade evidenciam aquilo que essencialmente gostaríamos de ser frente a uma determinada situação. Por isso, Goffman diz que elas são parte integral da personalidade.

No prefácio de sua obra, há uma importante analogia que evidencia a essência das máscaras: máscaras são para os seres humanos o que as conchas são para os caracóis. Elas nos protegem do mundo externo porque nos livram de percepções ruins que as pessoas podem ter se nos apresentamos fora das normas e regras estipu-

ladas pelas convenções sociais. Entretanto, caracóis são caracóis sem suas conchas? Os indivíduos também são, em essência, suas máscaras, pois estas foram estipuladas pelas representações sociais com o objetivo de que nos relacionemos de forma harmônica. Palavras, gestos, conchas e máscaras: tudo está igualmente envolvido no ciclo da existência.

Como é possível perceber, a representação teatral é a perspectiva apresentada na obra de Goffman; os princípios são de caráter dramático. Ou seja, Goffman estuda as maneiras pelas quais um indivíduo se apresenta, a si mesmo e as suas atividades, às outras pessoas. Os indivíduos são os atores e as outras pessoas, sua plateia. E constantemente mudamos de papéis: Ora somos atores, ora somos plateia.

Mas não apenas as máscaras evidenciarão os comportamentos de um ator e a maneira como sua plateia o interpretará. As *fachadas* têm importante destaque nessas representações sociais. Goffman define dois tipos diferentes de fachadas que se confluem: a pessoal e a social. As fachadas pessoais são os distintivos de função, como o vestuário, o sexo, a idade, a raça/etnia, a atitude, a linguagem, as expressões faciais. Alguns desses veículos são fixos, como a etnia, por exemplo. Outros mudam constantemente, como o vestuário e as expressões faciais. Todos eles definirão quais papéis um indivíduo representa em dada situação e frente aos grupos sociais. E suas *maneiras*, outro conceito definido por Goffman, ajudam nesse processo de reconhecimento e representação, pois são os estímulos que funcionam para nos informar sobre qual o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima. Como exemplo, é perceptível quando o indivíduo tem uma maneira humilde ou arrogante. É desejável que haja sempre uma compatibilidade entre a *fachada pessoal* e a *maneira*. A fachada social nada mais é que a confluência entre o *cenário*, a *fachada pessoal* e a *maneira*. Um homem pode estar impecável em seu terno bem alinhado, mas certamente sua fachada social estará incondizente se ele estiver vestido dessa forma em uma praia, por exemplo. Ou seja, nem sempre os três aspectos estão perfeitamente ajustados, e isso certamente influenciará o julgamento que uma plateia fará de seu ator.

Outros conceitos foram desenvolvidos ao longo de seu trabalho. Há a *interação face a face*, que é a “influência recíproca dos indivíduos sobre as ações uns dos outros, quando em presença imediata” (GOFFMAN, 2002, p. 23). Há também o *desempenho*, que é a “atividade de um determinado participante que sirva para influenciar qualquer um dos outros participantes” (GOFFMAN, 2002, p. 23). E há em qualquer representação social a *equipe*, um grupo de indivíduos que coopera na encenação de uma rotina particular. Em todas estas ocasiões, o comportamento é geralmente involuntário, o indivíduo deve *expressar* a si mesmo, e os outros devem ser *impressionados* por ele (2002, p. 12).

Para que isto seja possível, duas atividades estão envolvidas: a expressão que ele transmite (como a comunicação, os símbolos verbais), e a expressão que emite (que é a gama de ações). Goffman procura conhecer melhor em especial este último tipo de expressão, que pode ser feito de forma consciente ou inconsciente. A plateia,

ou seja, os outros, está sempre atenta aos dois tipos de ações: aquilo que é expressado verbalmente e as ações em si (2002, p. 16). Goffman comumente usa ricos exemplos para elucidar sua teoria, e para explicar as expressões transmitidas e emitidas, ilustra algo familiar a todas as pessoas: quando alguém *transmite* elogios a uma comida, mas não consegue *emitir* um semblante agradável enquanto come.

Frente a estes conceitos, retomemos as reflexões sobre a EaD e o ERE, suas dificuldades, limitações e possibilidades. É evidente que nem sempre a interação entre o docente e o discente poderá contar com máscaras, maneiras, fachadas pessoais e sociais. Nem mesmo com a transmissão e emissão de expressões. A representação social entre estes atores deve ser constantemente repensada e recriada para que dê certo, pois são geralmente as palavras escritas e interações em espaços e tempos diferenciados que vão integrar seus atores e manter entre eles o elo necessário para que a educação seja efetivada. Isso é certamente um desafio que pode prejudicar o pleno funcionamento dessas modalidades de educação e nem todos os docentes estão preparados e se sentem à vontade em face desses novos recursos. É especialmente curioso observar que, geralmente, as gerações mais novas, compostas pelos discentes, estão mais familiarizadas com essas novas comunicações do que seus docentes e tutores, o que pode trazer tensões à relação hierarquizada. Lopes e Melo (2020/2021, p. 290), em recente publicação sobre o tema, denunciam essa situação. Demonstram com dados quantitativos que as duas últimas gerações conseguem correlacionar múltiplas tecnologias à educação formal, ao contrário dos seus docentes e progenitores, que identificam nesses recursos uma relação mais estreita com a comunicação e o entretenimento do que com as instituições escolares e novas técnicas de ensino. Ainda citam que o isolamento social acelerou essa discussão e, sobretudo, a discrepância entre os atores envolvidos. Mas essas novas interações trazem apenas desvantagens?

De acordo com Bernakouche (2000), não só no Brasil, mas em todo o mundo, a expansão da educação a distância muito antes do início da pandemia tem basicamente três motivos. O primeiro é o aumento da demanda por profissionais com qualificação. O segundo é relativo às inúmeras possibilidades e recursos tecnológicos que atualmente temos à disposição e que são capazes de garantir materialmente a efetivação da educação a distância. O terceiro motivo, e o mais importante para a abordagem deste artigo, é a emergência de uma cultura que não vê com tanto estranhamento o estabelecimento de situações de interação que envolvem relações temporais e espaciais totalmente diferentes daquelas descritas por Goffman na década de 1970 e pensadas pelo interacionismo simbólico no século XX.

A emergência dessa nova cultura, que ganha força especialmente a partir da década de 1990 do século XX, traz novas problematizações para a atuação do docente a distância, que nem sempre está plenamente contextualizado nesse novo universo. Como desconhece o tipo de interação porque não necessariamente o utiliza frequentemente, geralmente se sente acuado ou perdido quando ela é necessária na relação com seu discente, especialmente se esse discente, de diferente geração, tem ampla

familiaridade com as novas representações sociais. Lopes e Melo (2020/2021, p. 292) defendem, inclusive, a urgência de capacitação do corpo docente atual, não só a partir de políticas públicas específicas para essa categoria, como também no processo de construção e atualização das grades curriculares das licenciaturas que tornem possível a experimentação de tecnologias, bem como de novas práticas pedagógicas. O contrário é também possível, e quando é o discente que não está familiarizado com os recursos, há mais um desafio a ser superado: qual representação social, qual máscara, qual fachada esse discente espera de seu docente? Baseado nas *relações tradicionais* existentes na educação, o discente muitas vezes tem dificuldades para confiar em um “professor invisível”, separado por tempos e espaços distintos. Isso é especialmente grave porque, de acordo com Vasconcellos:

O pressuposto fundamental de qualquer trabalho educacional é acreditar na possibilidade de mudança do outro. A verdadeira relação educativa não se faz sem o vínculo recíproco de confiança: o educando confiando na competência do professor e o professor confiando na capacidade de aprender do educando (1994, p. 46).

Como é possível perceber, qualquer prática educativa deve ser pensada a partir de uma ação dialógica, em um relacionamento horizontal e no compartilhamento de ideias ancoradas na prática social, na reflexividade e no pensamento crítico, político e ativo. Para que o discente caminhe nessa direção, é necessário que ele esteja envolvido em uma ação baseada no diálogo com o docente e com os demais envolvidos no processo educacional, inclusive, no caso da educação a distância, com os profissionais técnicos que podem ampará-lo frente às dificuldades operacionais e que envolvem novas interações. Se a transformação desse discente é possível, essa modalidade de ensino poderá fornecer subsídios para auxiliar no processo de ruptura da concepção tradicional de educação, alicerçada na transmissão de conteúdos, centrada na figura do docente, onde a via é de “mão única”, visto que o docente está preparado para falar e o discente apenas para ouvir, fazendo jus à etimologia da palavra *aluno*, que significa “desprovido de luz”. Em contrapartida, a educação a distância, por meio das tecnologias digitais e a partir de novas propostas de representações sociais, pressupõe a construção de um modelo comunicacional numa “via de mão dupla”. A aprendizagem deve ser colaborativa, num processo de coautoria, sendo o docente o mediador e orientador das atividades de aprendizagem desenvolvidas pelo discente.

Essa aprendizagem colaborativa não é simples de se conquistar, sobretudo numa situação de imposição e imprevistos, como as instituições escolares estão vivenciando durante o isolamento social da pandemia da doença covid-19. Além de repensar a educação e as novas interações e representações sociais, é também necessário que todos os atores envolvidos estejam amplamente inseridos em novas configurações possíveis a partir do surgimento de uma cultura virtual, que é o terceiro elemento apresentado por Bernakouche (2000) para justificar o crescimento da educação a distância no Brasil e no mundo.

De acordo com Giddens (1991), a cultura virtual é uma das dimensões atuais do que ele chama de *desencaixe*, que por sua vez é um fenômeno típico da modernidade. O desencaixe é fundamentalmente “o ‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões *indefinidas de tempo e espaço*” (op. cit., p. 29). Ou seja, é a necessidade de deslocamento das “representações teatrais” analisadas por Goffman para contextos em que as interações e sociabilidades acontecem, mas com atalhos diferenciados: as máscaras talvez sejam ainda mais poderosas nas interações virtuais, mas recriar as formas de interação do mundo presencial depende de novos códigos, novas condutas, pois as maneiras, as fachadas pessoais e sociais, bem como as expressões transmitidas e emitidas *não estão* sempre presentes nas representações dessa nova cultura. Sobretudo se os papéis sociais dos envolvidos já estavam previamente estabelecidos num contexto de educação tradicional, na modalidade presencial, antes do isolamento provocado pela pandemia.

Outros sociólogos de primeira grandeza chamaram a atenção para a ascensão dessa nova cultura. Castells (1996) é um dos primeiros a mencionar a “sociedade das redes” e o desenvolvimento de uma cultura que muda significativamente as relações sociais:

Trata-se de uma cultura, sem dúvida, mas de uma cultura do efêmero, uma cultura de cada decisão estratégica, mais uma colagem de experiências e interesses do que um código de direitos e obrigações. Trata-se de uma *cultura virtual, multifacetada*, como nas experiências visuais criadas por computadores no ciberespaço, rearranjando a realidade. Não é uma fantasia, é uma força material, porque informa e reforça poderosas decisões econômicas a todo o momento da vida da rede.” (1996, p. 199, grifos do autor.)

Como é possível observar, Castells não nega a existência e desenvolvimento de uma nova cultura, mas evidencia seus paradoxos. Ao mesmo tempo em que ela tem uma força material, ela é efêmera e se baseia mais em interesses e experiências do que em direitos e obrigações. Nesse sentido, é importante citar que Goffman diz que as representações não são independentes da cultura. “O que deveria ser acentuado (...) é que a própria estrutura do ‘eu’ pode ser considerada segundo o modo como nos arranjamos para executar estas representações na nossa sociedade” (2002, p. 230). Tentando articular a teoria de Castells aos pressupostos da teoria de Goffman, é possível mencionar que

os direitos e obrigações citados como ausentes na cultura virtual foram originalmente criados a partir de representações sociais possíveis nas interações presenciais. São as fachadas, os códigos, as condutas e maneiras que regulamentam nossos direitos e deveres. Entretanto, décadas mais tarde, observa-se que direitos e obrigações são também necessários no mundo virtual, e aos poucos se configuram a partir das novas interações. Essa regulamentação é especialmente importante quando relações formais e legitimadas, como as existentes entre docentes e discentes, são estabelecidas a partir dessa nova cultura virtual.

Ou seja, é inegável que passamos por experiências inovadoras no campo das relações sociais, interações e sociabilidades. Estas inovações criam e também banalizam novas formas de contatos sociais, em que a presença física deixa de ser uma condição indispensável, e aí reside a grande novidade e, evidentemente, o grande desafio, especialmente se há relações formais em jogo, como as entre docentes e discentes, que ainda se pautam em conceitos tradicionais sobre seus papéis. A cada dia se torna mais evidente a emergência do que Lévy (1997, p. 17) denominou como *cibercultura* (mais uma vez uma nova cultura em evidência), isto é, “um conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem paralelamente ao crescimento do ciberespaço” (op. cit., p. 107), este último sendo definido por ele como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e memórias informáticas” (LÉVY, 1997, p. 107).

Frente a esta emergência de uma nova cultura, é inegável a ascensão de uma nova concepção de educação. E se há elementos desfavoráveis, há também inúmeros elementos favoráveis, especialmente quando os estereótipos, conceito que também foi amplamente analisado por Goffman, estão em jogo e influenciam de maneira negativa as expressões transmitidas e emitidas por docentes e discentes. De acordo com Goffman, os indivíduos, quando em presença de outros, desejam transmitir e adquirir informação. Fazem isso a partir da conduta ou aparência do outro, e aí está algo especialmente grave nesse processo: também fazem isso aplicando a este indivíduo estereótipos nem sempre comprovados. Este trecho ilustra bem quais mecanismos perversos podem estar presentes em uma interação face a face:

Para as pessoas presentes, muitas fontes de informações são acessíveis e há muitos portadores (ou “veículos de indícios”) disponíveis para transmitir a informação. Se o indivíduo lhes for desconhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que é mais importante, aplicar-lhe estereótipos não comprovados. Podem também supor, baseados na experiência passada, que somente indivíduos de determinado tipo são provavelmente encontrados em um dado cenário social. Podem confiar no que o indivíduo diz de si mesmo ou em provas documentadas que exhibe, referente a quem é e ao que é. Se conhecem o indivíduo e estão

informados a respeito dele, em virtude de uma experiência anterior à interação, podem confiar nas suposições relativas à persistência e generalidade dos traços psicológicos, como meio de predizer-lhe o comportamento presente e futuro. (GOFFMAN, 2002, p. 11)

Como é possível perceber nesse trecho tão esclarecedor, é muito importante em uma primeira interação que tipo de informação o indivíduo inicialmente possui sobre aquele outro indivíduo ou situação. Nesse sentido, que tipo de informação inicial tem o discente da educação a distância sobre seu docente? Por sua vez, quais impressões e expressões o docente utiliza em uma interação virtual? Essa interação tem grandes chances de começar como uma folha em branco, em que docentes e discentes pintarão suas expressões e impressões essencialmente a partir das palavras escritas. “Independentemente do objetivo particular que o indivíduo tenha em mente, será do interesse dele regular a conduta dos outros, principalmente a maneira como o tratam” (GOFFMAN, 2002, p. 13). Atuamos de forma a transmitir aos outros a impressão que nos interessa, e isso é mais fácil e manipulável pelos indivíduos na interação à distância, visto que os estereótipos, estigmas e preconceitos que as fachadas e maneiras das relações presenciais são capazes de proporcionar podem ser mais facilmente “mascarados” em uma interação virtual. Isso pode ser especialmente interessante na educação a distância, em que, quanto mais despreendida de estereótipos, preconceitos e estigmas for a relação entre o docente e o discente, maiores as chances de sucesso na transmissão e correlação de conhecimento entre os atores envolvidos.

Entretanto, no contexto da pandemia, não estamos tratando especificamente da educação a distância, suas possibilidades e desafios, mas sim de um modelo muito adverso, impositivo, remoto, emergencial e tão controverso que, em dossiê sobre a pandemia, publicado na revista *Princípios* em janeiro de 2021, há três artigos que refletem sobre o modelo e as reflexões de seus autores trilham caminhos diferentes: um deles aqui já citado, de Lopes e Melo (2020/2021), faz um apelo pela qualificação de docentes que devem estar mais afinados com as novas possibilidades tecnológicas e com os anseios das novas gerações, sobretudo no contexto do que as autoras chamaram de “novo normal”, e por isso a necessidade de se reconhecer o acesso às tecnologias como um novo direito humano fundamental e universal. Já os outros dois artigos, com teores bem mais críticos e mais próximos de metodologias próprias do materialismo histórico, denunciam, inclusive, a alcunha do “novo normal”, já que a pandemia traz à tona um “velho anormal”. Reis et al (2020/2021) nos relembram a necessidade de diferenciação entre a aparência (fenômeno) e a essência (verdade) e o quanto a aparência consegue esconder a essência dos fenômenos. É na aparência que ideologias são cristalizadas, e o “novo normal”, junto com novos modelos de educação, fazem coro às velhas ideologias:

A materialidade produzida pela pandemia tem produzido também um conjunto de noções ideológicas que, disseminadas no senso comum, têm se constituído em uma nova linguagem. Porém as pistas decifráveis dessa linguagem

denotam que a aparência vanguardista esconde sua essência extremamente conservadora, além de se apresentar como uma única possibilidade de resposta para a crise. O discurso profético em torno do “novo normal” tem uma dupla função. Por um lado, esconde o caráter contraditório e histórico da crise em que nos encontramos, e por outro, serve para justificar reformas que já estão em curso em menor ou maior velocidade, dependendo do contexto em que se encontram. (REIS et al, 2020/2021, p. 232)

Dessa forma, o “novo normal” acelera a precarização do trabalho docente já em curso muito antes da pandemia: vínculos contratuais obtusos, *home office*, flexibilização forçada, redução de salários, demissões e desmonte das práticas coletivas de reivindicação em trabalhos cada vez mais isolados e individuais. No terceiro artigo sobre ERE no mesmo dossiê, Argollo e Vieira ressaltam:

Nesse contexto, um novo conjunto de ideias começou a ser difundido por diferentes organizações sociais, auxiliando as frações dominantes a “naturalizar” a visão de que estamos diante de um “novo normal” e de uma nova cultura do trabalho, que supostamente alia o aumento da produtividade com a diminuição do tempo de trabalho. (2020/2021, p. 249)

Assim, a aplicação da educação a distância é conflituosa e divide educadores e pesquisadores muito antes da pandemia. Se é complexo entre docentes e discentes dispostos e abertos aos novos modelos de educação, quiçá em situações adversas, impositivas, para docentes e discentes que não fizeram a escolha por esse modelo, que não têm as condições estruturais para essa aplicação e que, no caso da educação infantil, ainda estão reconhecendo as dinâmicas existentes entre uma socialização primária, familiar, e uma socialização formal das instituições escolares. Na socialização primária, a criança interioriza o mundo dos pais como sendo a vida em sua inteireza, ou seja, é o único mundo existente. Já na socialização secundária, o contexto institucional é que deverá ser percebido e avaliado a partir de sua visão particular de mundo:

Assim vive-se no mundo dos pais sem condições de sair dele quando se é criança, mas pode-se “esquecer” o mundo da escola ao sair de férias. Na construção da identidade, estes modelos de socialização desempenham papéis diferentes e, no momento da socialização secundária, o indivíduo deve

ser capaz de estabelecer uma distância entre seu eu total e sua realidade, de um lado, e seu eu parcial específico e a realidade dele, de outro lado. (GOULART & BREGUNCI, 1990, p 56)

Quando essa distância não é abrangida, surge o que Goffman trata como uma psicopatia ao analisar a questão das “instituições totais” e que reflete uma formação deficiente da identidade. Sendo uma abordagem psicossociológica, não reducionista, o interacionismo tem garantido seu espaço em estudos relativos à construção da identidade na transição e correlação existentes entre a socialização primária e secundária.

Abordando os processos de socialização primária e secundária, Berger avalia o papel da linguagem nos processos sociais e analisa a influência da estrutura social no processo de socialização. Faz ainda referências ao processo de institucionalização, considerado o suporte de ações habituais para a construção da socialização. Como tais padrões de conduta estão sujeitos a definições prévias, aí se envolvem as dimensões de historicidade e controle social. É no mundo institucional que se traduz a atividade humana objetivada, e é por isso que a subjetividade, nossas individualidades, são episódio localizado numa história social objetiva. Reflexões como esta embasam a possibilidade de também chamarmos o interacionismo simbólico de psicologia social, como já mencionado neste artigo, visto que é uma tentativa de compreensão dos elementos subjetivos e de biografias pessoais sob uma perspectiva social, cultural e histórica, ou seja, a tentativa de compreensão de como as relações macro se manifestam nas consciências subjetivas. “A realidade é socialmente definida, mas as definições são sempre encarnadas — indivíduos concretos e grupos de indivíduos servem como definidores da realidade” (BERGER & LUCKMAN, 1974, p. 157).

Para o interacionismo, não é possível fazer qualquer separação entre o individual e o social. Todo comportamento, por mais subjetivo, tem um caráter social. “É nesse sentido que o interacionismo simbólico propicia não apenas um arcabouço conceitual ou teórico, mas também uma orientação metodológica para a análise de situações, onde o sujeito humano concreto vive e percebe papéis sociais” (GOULART & BREGUNCI, 1990, p. 52). Os mais diversos contextos e linhas de estudo utilizam o interacionismo em suas análises, mas ele é especialmente vinculado à educação, visto as inúmeras contribuições que pode proporcionar aos estudos sobre socialização e representação de papéis dentro das instituições escolares.

Berger (1983), portanto, destaca que o processo de socialização secundária deve ser ilustrado em seus amplos determinantes históricos, simbólicos e sócio estruturais. Contudo, não se pode perder de vista sua concretização, materializada em indivíduos singulares e em suas interações. O ato pedagógico, nas primeiras noções de socialização secundária, é singular porque se insere em relações de estreita dependência com o papel do docente, papel este decisivo na manifestação ou na inibição do desejo de saber. Ele é singular também porque o sentimento de contar ou não para outrem, repetitivo no cenário institucional e em toda a socialização escolar do indivíduo, é fundamental para

As duas últimas gerações conseguem correlacionar múltiplas tecnologias à educação formal, ao contrário dos seus docentes e progenitores, que identificam nesses recursos uma relação mais estreita com a comunicação e o entretenimento do que com as instituições escolares e novas técnicas de ensino

uma percepção sobre seu lugar existencial e social. É na construção social da realidade que essas definições singulares surgem, como propõe o interacionismo simbólico. Este mesmo referencial pode, assim, redefinir uma realidade e reorientar o papel da escola.

Observar a situação da instituição escolar na perspectiva aqui proposta é tarefa complexa, em função das dimensões simbólicas e inconscientes presentes na socialização secundária, a escolar. Dentre os focos propostos pelo interacionismo simbólico, é extremamente relevante observar, por exemplo, como docentes e discentes definem a situação que irão viver em conjunto, ou seja, os primeiros contatos, onde se dão as primeiras definições e as primeiras impressões, sobretudo na educação infantil, em que o lugar da escola e o papel dos docentes e cuidadores são fundamentais na construção de uma nova socialização que a criança irá experimentar.

Frente a inúmeros erros e acertos que as instituições escolares estão enfrentando em tempos de pandemia, é evidente a necessidade de reconfiguração de máscaras e fachadas, sempre com a finalidade de minimizar no discente sentimentos como o de desamparo ou desafeto, tão próprios deste momento de isolamento social. A seguir, na segunda etapa do artigo, serão apresentadas algumas experiências e dados que vão ao encontro das análises acima e que podem ser úteis para o desenvolvimento de um processo urgente de reconfiguração da socialização formal.

2.1 Desafios e experiências da educação a distância em tempos de pandemia

Docentes e discentes da educação a distância no Brasil devem constantemente lidar com uma característica ameaçadora dessa modalidade que a acompanha desde a sua implementação no país. Enquanto em outros países do mundo a educação a distância é valorizada porque geralmente forma profissionais mais críticos, leitores e autônomos, no Brasil carrega o estigma de “curso vago”, feito para discentes que não têm tempo para os estudos ou mesmo que esperam adquirir de forma mais rápida e simples um diploma. Infelizmente, é sabido que muitos discentes com essa mentalidade, depen-

dendo das escolhas feitas e das instituições em que estão inseridos, conseguirão finalizar seus estudos sem tempo ou dedicação. Os estigmas têm algum fundamento, pois são inúmeras as instituições despreparadas e mal intencionadas, que oferecem educação a distância com intenções puramente mercadológicas, com pouco ou nenhum interesse no tipo de profissional que está formando. Como vimos na primeira parte do artigo, é uma modalidade bastante utilizada para a cristalização de velhas ideologias e para a precarização cada vez mais acelerada e com novas nuances do trabalho docente. Entretanto, muitas instituições vêm de encontro a estas perspectivas e seus discentes percebem rapidamente que, embora o fator temporal seja flexível na educação a distância, evidentemente não é dispensável. Ou seja, educação a distância não é feita para quem não tem tempo, mas sim para indivíduos que precisam de flexibilidade em seu tempo. Além disso, a dedicação não só é necessária como fundamental, afinal, o conhecimento é sempre, em um primeiro momento, desenvolvido pelo discente de forma autônoma. Em um segundo momento, há a busca de esclarecimentos de um conhecimento que já foi previamente construído. Por isso, o discente dessa modalidade deve ser valorizado, pois geralmente é um profissional crítico e muito mais independente.

Os preconceitos e estigmas norteiam as impressões sobre a educação a distância no Brasil porque ela foi instituída ao longo de anos sem o rigoroso controle de órgãos fiscalizadores como o Ministério da Educação. Ademais, até os dias atuais as condições de trabalho do docente da educação a distância, muitas vezes denominado “tutor”, não foram regulamentadas e sofrem as conseqüentes mazelas pela falta de legitimidade, já que muitos profissionais dessa categoria, inclusive em programas de educação a distância implementados pelo Governo Federal a partir do ano de 2005 (como a UAB – Universidade Aberta do Brasil), são bolsistas sem registro em carteira de trabalho, recebem valores menores de horas-aula em comparação aos docentes dos cursos presenciais, precisam atender número muito elevado de discentes em cargas horárias de trabalho ínfimas e não recebem capacitação adequada para a compreensão de que a interação com seu discente deve ser feita de forma bastante diferenciada da tradicional. Aqui ficam evidentes algumas precarizações desse trabalho, denunciadas por Reis et al (2020/2021), como por exemplo a ausência de práticas coletivas de reivindicação porque não há clareza sobre a legitimação da categoria.

Frente à ascensão de uma inovadora cultura virtual, a educação não pode estar deslocada deste novo contexto cultural, político e social que o mundo presencia. Entretanto, para que ela tenha resultados profícuos, deve romper com barreiras de cunho geracional (quando as diferentes gerações de docentes e discentes não se entendem neste novo universo cultural) e, evidentemente, de cunho econômico (quando o profissional da educação a distância é mal remunerado e mal preparado, e quando as instituições não investem em recursos estruturais e tecnológicos que facilitariam os processos de construção de conhecimento). Quando essas barreiras são vencidas, são inúmeros os bons resultados da educação a distância, e entusiastas de uma “pedagogia de alternância” defendem a não separação entre as modalidades de educação, e sim uma conflu-

ência do que há de melhor nos diversos recursos de ambas as modalidades. Entretanto, para que este futuro seja próximo, não só a educação a distância, como também o seu profissional (docentes/tutores, técnicos, coordenadores, etc.) devem ser valorizados e respeitados em suas particularidades, afinal, outro erro comum e preocupante é transpor para a educação a distância os mesmos pressupostos da educação presencial. Foram apresentadas na primeira parte deste artigo as inúmeras diferenças de cunho cultural e social, e elas não podem ser ignoradas.

Represento um pequeno grupo de docentes que primeiro tomou contato com a educação a distância, para só depois conhecer a modalidade presencial. Ao longo dos nove anos de atuação na educação a distância (2006 a 2015) e dos quatro anos (2016 a 2020) em instituição de ensino superior pública e federal que utiliza plataformas virtuais como o SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) em seus cursos presenciais, acompanhei e acompanho suas vantagens e desvantagens em quatro diferentes instituições de ensino privadas e uma instituição de ensino pública federal. Algumas delas usam seus próprios sistemas gerenciadores de aprendizagem virtual, ou seja, elaboraram programas de computador específicos para seus objetivos e necessidades. Outras usam como ambiente virtual de aprendizagem o Moodle, que é uma ferramenta gratuita e disponível especificamente para a educação a distância. A atuação foi feita em cursos de graduação e pós-graduação. Em casos específicos, como em uma instituição privada, a experiência foi feita em cursos presenciais que têm uma porcentagem de suas disciplinas realizada à distância. Na instituição pública, as disciplinas são presenciais e usam as plataformas virtuais apenas como facilitadores de aprendizagem e diálogo com as turmas. Em todos os outros casos, os cursos são totalmente à distância, com encontros presenciais regulares exigidos pelo MEC, especialmente para a realização das avaliações. A faixa etária dos discentes era a mais diversa possível: desde recém inseridos no mundo adulto, com dezesseis anos, até representantes da chamada terceira idade, com setenta e seis anos. Os cursos em que atuei foram: Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Filosofia, Licenciatura em Música, Direito, Administração de Empresas, Serviço Social, Publicidade e Propaganda, Relações Internacionais, Psicopedagogia, dentre outros.

O tipo de relacionamento entre docentes e discentes na educação a distância varia muito e depende fundamentalmente do comportamento do docente para estreitá-lo ou mantê-lo em um nível mais formal. Geralmente, ele se revela surpreendente, especialmente se o docente tiver disponibilidade para estreitá-lo. Para além do contato nos ambientes virtuais de aprendizagem, as relações se estabelecem fundamentalmente via troca de *e-mails*, em redes sociais e por telefone. No caso de minha experiência em cursos presenciais com algumas disciplinas oferecidas à distância, os horários de plantão podiam ser disputados, e nem sempre o discente tinha dúvidas conteudistas, mas de cunho pessoal. Nesses casos, quanto mais disposto estiver o docente a manter próximas suas relações com os discentes, mais os discentes lhe procurarão.

Esse tipo de acompanhamento exige do docente extrema disponibilidade

pessoal, nem sempre fácil de ser conseguida, que muitas vezes não é remunerada ou mesmo valorizada pelo contexto educativo, mas que parece indispensável para o sucesso da educação a distância. De acordo com Belloni (1999, p.7; grifos da autora), “os dois novos atores principais no teatro da educação do futuro [são]: o *professor coletivo* e o *estudante autônomo*”. No entanto, essa autonomia não pode ser entendida como solidão ou isolamento e desamparo. O correio eletrônico, as redes sociais, o telefone e modelos mais interativos presentes nas plataformas virtuais de aprendizagem, como os *chats* e *vídeos*, mostram-se meios bastante satisfatórios para o estabelecimento de relacionamentos cordiais e mais estreitos. Os usos dos chamados *emoticons*, que são símbolos representando expressões faciais, são muito práticos para expressar alguns sentimentos, inclusive para atenuar cobranças feitas aos discentes. Todos esses recursos vêm no sentido de minimizar as dificuldades de uma interação que não pode contar com as máscaras, fachadas e expressões transmitidas e emitidas (GOFFMAN, 2002) na forma que se apresentam em encontros presenciais.

A *netiqueta* é um recurso que regulamenta a maneira que nos comunicamos pela internet com o objetivo de diminuir as dificuldades que a ausência de fachadas e expressões proporciona em algumas das interações virtuais. Ela sugere que o uso da caixa alta (*caps lock*) em um texto, por exemplo, significa que o interlocutor está gritando. Por isso o docente não só deve evitar este tipo de recurso, como deve deixar claro ao discente em que momentos ele pode usá-lo. Em um fórum de dúvidas, a interação pode ser mais informal, com uso da linguagem coloquial. No envio de uma tarefa, por exemplo, as normas gramaticais e da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT) devem ser respeitadas, e é interessante que o docente, independente de qual disciplina lecionar, fique atento à linguagem escrita de seu discente e faça intervenções quando necessário.

Como é perceptível, várias ferramentas estão disponíveis em um ambiente virtual de aprendizagem, e cada uma delas terá uma utilidade específica, sempre com o objetivo de minimizar a distância e as dificuldades de interação entre seus participantes. O fórum é um dos recursos mais interessantes. Ele transpõe para o universo virtual o debate entre os discentes de uma sala de aula; este é um momento muito oportuno para que os participantes conheçam melhor as ideias de seus colegas e juntos construam uma gama de opiniões, exemplos e conceitos sobre determinado assunto ou teoria. Nesse sentido, a intervenção do docente não deve ofuscar a dos demais participantes, e só deve ser feita no intuito de indicar possibilidades, lançar novos desafios e questionamentos, trazer de volta para o debate original aquelas mensagens que se perdem pelo caminho e, evidentemente, elogiar uma mensagem interessante. O docente, nesses casos, jamais deve indicar uma resposta como certa ou errada. Toda contribuição é válida e a participação do discente deve ser incentivada e valorizada. Há fóruns que, por falta de configuração adequada da plataforma virtual ou porque a pergunta não é apropriada para esse tipo de interação, não se desenvolvem plenamente. Esses casos são muito frustrantes tanto para o docente quanto para o discente, porque é durante o fórum que os atores dessa “representação teatral”, *a la* Goffman, se sentem efetivamente parte de

uma “turma”, um grupo eficiente e coeso, como os compositores de uma música que se constrói aos poucos, a partir da contribuição de cada um.

É pertinente aqui demonstrar que a ausência de recursos como fachadas e máscaras, conceitos definidos na primeira parte do artigo, dificulta a construção de estereótipos e preconceitos entre os atores sociais numa interação via educação a distância, criando situações instigantes e, muitas vezes, surpreendentes. As interações não serão necessariamente influenciadas pela idade, etnia, orientações sexuais ou naturalidade dos envolvidos. Por exemplo, em discussão numa sala virtual do curso de Licenciatura em Pedagogia sobre a implementação ou não das cotas raciais em universidades brasileiras, um discente se apresentou veementemente contra essa política pública, e então, numa postura sempre questionadora, apresentei os aspectos favoráveis e o sentido histórico e político do surgimento das cotas raciais. Imediatamente recebi a seguinte mensagem: “Professora, você é negra!!?” (com dois pontos de exclamação e um de interrogação). Houve ali a oportunidade de demonstrá-lo que a etnia de um docente não está necessariamente relacionada ao posicionamento e às alternativas apresentadas por ele. Também ficou claro que, para aquele discente, ter negros entre o corpo docente de um curso superior era algo impensável ou inusitado. Ou mesmo, naquele caso, uma docente branca favorável às cotas raciais.

Esse é apenas um pequeno exemplo, de aspecto social e cunho comportamental, que demonstra que educação a distância tem interações simbólicas muito próprias de sua modalidade, e que portanto não são apenas aulas pela internet. A pandemia vivida pelo mundo, que obrigou milhões de discentes ao isolamento social, é evidentemente uma situação atípica, porém camuflar o momento tentando transformar aulas regulares em “lives”² e chamá-las de educação a distância não apenas desconsidera as especificidades comportamentais da modalidade (especificidades essas que o interacionismo simbólico ajuda a desvendar e construir), como também denuncia a falta de estrutura física e de recursos inovadores para a sua implementação.

Em uma estrutura de educação a distância, as aulas são gravadas com antecedência e envolvem inúmeros profissionais (técnico de filmagem, técnico de som, monitores, técnico de edição, artista visual, equipe de planejamento pedagógico e profissionais de Tecnologia da Informação), de forma que o docente utilize recursos como mapas conceituais, slides e outros auxílios visuais e de áudio inseridos na explicação sem que haja perda de continuidade ou de ritmo. As aulas são depositadas em um servidor ao qual o discente tem acesso. O ideal é que o assunto seja explicado de forma concentrada, com informações disponibilizadas em poucos minutos por semana. É uma aula de intenso conteúdo, pois leva em consideração que o discente poderá assistir o vídeo diversas vezes, fazer anotações e pesquisas sobre aquele conteúdo. Os quinze a vinte minutos de vídeo aula tornam-se facilmente uma a duas horas de estudo com todos os retornos que o discente faz ao mesmo vídeo.

2 Live é uma transmissão ao vivo de **áudio e vídeo** na internet, que é geralmente feita utilizando redes sociais. O Instagram, por exemplo, possui uma ferramenta que possibilita ao usuário fazer uma transmissão de vídeo em tempo real para os seguidores. Outros aplicativos, como YouTube, Twitter e Facebook, têm recursos semelhantes. Usuários podem fazer comentários e deixar curtidas, além de acompanhar as atividades dos demais espectadores. No meio universitário, os aplicativos mais utilizados são o Zoom, Skype, Meet e Google Hangout.

Discentes relatam que a universidade era o local de encontros e trocas, fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem, impossível de serem reproduzidos no ambiente privado de seus lares, em que outros papéis são sobrepostos

Portanto, ao contrário do que vem sendo massivamente implementado no ensino remoto emergencial, o docente não deve dar explicações aos discentes “ao vivo” com todos conectados ao mesmo tempo em um programa como Skype, Google Meet ou Zoom. Quanto mais pessoas acessando um sistema ao mesmo tempo, maior a probabilidade da conexão de alguém cair ou de muitas interferências fazerem com que aquele conteúdo não seja absorvido de forma eficiente, trazendo desconforto e sensação de despreparo ou incapacidade tanto para os docentes quanto para os discentes. Além disso, nem todos os discentes possuem meios para se conectarem no mesmo horário, e este é um pilar básico que sustenta a educação a distância desde seu surgimento: a flexibilidade de tempo, respeitando as subjetividades de seus discentes. O foco nessa modalidade de ensino é dar ao discente uma forma de gerenciar seu próprio tempo e seus recursos de modo que tenha um efetivo aproveitamento. Mais um aspecto importante da educação a distância que vem sendo negligenciado na sua aplicação em tempos de pandemia: leituras complementares em grande volume são recomendadas e disponibilizadas ao discente, que precisa ter responsabilidade e maturidade para organizar seu tempo de modo a conseguir cobrir todo o conteúdo, muitas vezes disponível em formato de apostilas personalizadas para seu curso. Se o discente não lê ou não faz um aproveitamento adequado dos prazos, esse modelo de ensino não é eficiente. Além disso, é importante destacar o óbvio: o discente necessita de recursos básicos para acompanhamento dessas aulas, como um bom computador, boa conexão de internet e tempo para seus estudos. Na pandemia, a educação a distância (ou a ausência dela) está intensificando desigualdades, pois enquanto instituições de ensino superior privadas sobrecarregam seu quadro docente para manter o calendário letivo previsto no início de 2020, instituições de ensino superior públicas suspenderam seus calendários por longos meses por compreenderem que seus discentes não têm recursos e estrutura básicos para o acompanhamento a distância de suas atividades acadêmicas, e só retornaram às atividades após implementação de políticas públicas como “bolsas conectividade” (para contratação de pacotes de internet) e doação de computadores, *tablets* e *smartphones*. Após a retomada, muitos docentes relatam que as maiores limitações não estão relacionadas às condições estruturais para uma aprendizagem remota, como o aces-

so ao computador e à internet, mas sim à adequação, numa perspectiva de Goffman, dos novos atores, palcos e plateias em curso: discentes relatam que a universidade era o local de encontros e trocas, fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem, impossível de serem reproduzidos no ambiente privado de seus lares, em que outros papéis são sobrepostos.

Ainda sobre as vídeo aulas, que é o foco da tentativa de ensino remoto emergencial durante o isolamento social, preparar uma aula na educação a distância demanda muito mais tempo do que preparar uma aula presencial, pois inclui o estudo prévio que o docente deve fazer do assunto e a organização da forma como irá expô-lo, bem como o planejamento a respeito das leituras complementares e dos exercícios. É por isso que um curso ou disciplina na educação a distância com carga horária de sessenta horas, por exemplo, geralmente tem um quinto dessa carga horária composta por vídeo aulas, e o restante da carga horária composta por leituras ou exercícios. Essa carga horária normalmente é distribuída em oito a dezesseis semanas. Esse conteúdo é disponibilizado em plataformas cruzadas, de forma que possa ser acessado em um computador, em um celular ou em um *tablet*. Ou seja, educação a distância exige muito planejamento e uma equipe de profissionais para funcionar, e não apenas um docente com boas intenções e um *notebook*. Não se sabe necessariamente dar uma aula à distância se o profissional não teve treinamento prévio nesse tipo de modalidade de ensino.

Se os desafios de aplicação da modalidade nas universidades, cursos técnicos e ensino médio já é grande, quicá na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental, em que é preciso considerar as nuances da socialização formal e informal, como Berger (1983) instruiu. A implementação da educação a distância em nível básico, inclusive, não está prevista na legislação educacional brasileira vigente. Manifestos como o da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) destacam a ilegalidade da proposta de implementação de atividades escolares remotas para crianças pequenas. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) não prevê a utilização de educação a distância na educação infantil nem em casos emergenciais, recorrendo a essa possibilidade apenas a partir do ensino fundamental:

Ainda que a LDB estabeleça o mínimo de 200 dias letivos e a Medida Provisória nº 934/2020, em caráter de excepcionalidade, dispense a obrigatoriedade de observância a esse mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, desde que cumpridas as 800 horas anuais, não há razão para que sejam implementadas de maneira precipitada iniciativas visando atender esse preceito, tendo em vista que o objetivo principal da Educação Infantil o desenvolvimento integral das crianças, em todos os seus aspectos, de maneira complementar à ação das famílias e da comunidade, conforme a mesma LDB, depende de condições mínimas de qualidade que não podem ser asseguradas por meio da transposição do que deve ser realizado presencialmente, para atividades remotas delegadas às famílias. Outrossim, os princípios que orientam o uso da EaD ou o uso de quaisquer dispositivos de ensino remoto implicam, entre outros, planejamem-

to e gestão compartilhada, domínio, formação e autonomia dos sujeitos, acesso aos recursos disponíveis, acompanhamento e avaliação. (ANPED, 2020)

Nesse trecho, o manifesto enfatiza características importantes da construção da socialização formal, retomando debates propostos pelo interacionismo simbólico e seus interlocutores. Como foi destacado na primeira parte do artigo, Berger, em uma “teoria da identidade”, compreenderá a sociedade como uma realidade subjetiva aos indivíduos. Para a construção de uma identidade e mesmo de uma consciência cidadã, o indivíduo, desde a primeira infância, experimenta uma relação dialética entre subjetividade e história social (GOULART & BREGUNCI, 1990).

Nos primeiros passos dessa construção identitária, a família tem papel primordial, pois dará ao indivíduo seu primeiro contato com a linguagem, com os afetos, as normas e noções subjetivas de mundo. Num segundo passo essencial, uma instituição formal, composta por diversas crianças e indivíduos, lhe apresentarão outras linguagens, afetos e normas que moldarão sua subjetividade e relação com o mundo. Como fazer essa transição quando a socialização formal é delegada à família, muitas vezes sem meios instrumentais para tal tarefa? O trabalho pedagógico é de uma experiência educativa interativa, sem conteúdos previamente definidos. Educação infantil tem dinâmica própria, que perpassa outros saberes, como os feitos pelas brincadeiras e pelas relações de cuidado, numa transição da socialização informal para a formal que apenas um ambiente escolar, bem como adultos e crianças fora da base familiar, são capazes de explorar.

O manifesto da ANPED também destaca que é fundamental identificar onde estão essas crianças, em quais situações se encontram, se seus familiares possuem renda suficiente ou se há uma situação de risco de vida, como a ausência de garantia alimentar (que muitas vezes apenas a escola garante) ou atendimento de saúde, se há abalos quanto ao equilíbrio emocional, dentre outras questões emergentes. “O cenário requer ampla discussão e proposição de políticas que não podem ser improvisadas ou reduzidas a meras atividades conteudistas mediadas pela tecnologia, sob uma máscara de inovação” (ANPED, 2020, p. 4). Curiosamente, analogias teatrais como as de Goffman (2002) foram utilizadas nesse trecho, e há de fato um desequilíbrio nas representações sociais dos envolvidos na socialização primária e secundária da criança, e as consequências podem ser bastante adversas.

É momento de reafirmar e defender um projeto formativo com qualidade social desde uma concepção ampliada de educação, que considere **todas** as crianças como sujeitos de direitos, sem esquecer aquelas que não residem em meio urbano, como as do campo, as quilombolas, as indígenas, com um olhar particular àquelas que recebem Educação Especial, sob o riscos de, neste adverso contexto de pandemia, efetivarmos a exclusão de parcela importante da população e ampliarmos as desigualdades sociais já existentes (ANPED, 2020, p. 4, grifos originais).

No dia 28 de abril de 2020, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por unanimidade, diretrizes para orientar escolas da educação básica e as instituições de ensino superior durante a pandemia do coronavírus³. O CNE listou uma série de atividades não presenciais e autorizou sua utilização em redes de ensino durante a pandemia. Meios digitais, vídeo aulas, plataformas virtuais, redes sociais, programas de televisão ou rádio, material didático impresso e entregue aos pais ou responsáveis foram as alternativas sugeridas. O CNE alega que são soluções que evitam aumento das desigualdades, da evasão e da repetência, e que devem ser ofertadas desde a educação infantil, para que as famílias e as crianças não percam o contato com a escola e não tenham retrocessos no seu desenvolvimento. Ou seja, não há consenso sobre o assunto entre as associações e conselhos de educação do Brasil. Enquanto a ANPED destaca a possibilidade de aumento das desigualdades quando a socialização formal é delegada a famílias com recursos e condições psíquicas e estruturais tão diversificadas, o CNE enfatiza a importância de mobilização dessas famílias na manutenção dos vínculos com as instituições de ensino e o quanto atividades remotas podem ajudar nesse processo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS), juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), publicou em 14 de setembro de 2020 um guia para continuidade das atividades escolares em meio à pandemia. Havia grande preocupação referente aos longos meses de distanciamento da socialização formal sofridos por milhares de estudantes em todo o mundo, algo inesperado no início da pandemia, em que a previsão era o retorno das atividades escolares após poucos meses de interrupção. O guia pressupõe que o ensino remoto emergencial, ainda que com suas inúmeras limitações e ineficácias, é melhor que a ausência total de vínculos com a socialização formal, que compromete o bem-estar geral, a saúde e a segurança das crianças. O número de abandonos das instituições escolares até setembro de 2020 ameaçava importantes avanços aos direitos humanos conquistados em todo o mundo⁴.

De todo modo, como em tantos outros aspectos da vida em sociedade, a pandemia do coronavírus evidencia inúmeras limitações e fraquezas da contemporaneidade, e a socialização formal não ficou alheia a isso. Talvez seja, inclusive, uma das mais afetadas nesse cenário, já que em setembro de 2020 a maior parte dos estados e cidades no Brasil já haviam implementado ações e medidas para a reabertura do comércio e serviços, mas mantinha as instituições escolares fechadas, evidenciando, em alguma medida, as prioridades da nação. Sendo as instituições escolares fundamentais para a construção de novas relações humanas pós pandemia, devem criar junto aos discentes e suas famílias vínculos efetivos e estarem minimamente preparadas para novas modalidades e técnicas de ensino. São, afinal, novos cenários, palcos, plateia, papéis e máscaras, e se educação a distância já era um desafio, agora se torna um desafio em condições emergenciais.

3 ESTRELLA, Bianca; LIMA, Larissa Lima. CNE aprova diretrizes para escolas durante a pandemia. **Portal do MEC**. 28 abr. 2020. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/12-noticias/acoes-programas-e-projetos-637152388/89051-cne-aprova-diretrizes-para-escolas-durante-a-pandemia>. Acesso em 29 de abril de 2020.

4 Disponível em <https://www.unicef.org/coronavirus/covid-19>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

3. CONCLUSÕES

O objetivo deste artigo foi trazer à tona quais são os aspectos positivos e negativos da educação a distância e de suas particularidades, essencialmente em um contexto de surgimento e cristalização de uma nova cultura, a virtual, das novas interações e representações que surgem dela e dos imensos desafios na tentativa de aplicá-la em condições adversas, sem preparo prévio e sem controle de suas consequências em plena pandemia global.

A socialização formal geralmente apresenta mudanças um pouco mais tardiamente que outras instituições sociais. Os planos de ensino, ementas e projetos pedagógicos apenas implementam inovações depois que elas já se apresentaram e se criaram em outras instâncias da vida em sociedade. Isso fica ainda mais evidente num contexto de total imprevisibilidade. Nesse sentido, a educação a distância é parte da socialização formal, mas a melhor maneira de fazê-la ainda é um desafio porque a cultura virtual continua apresentando inovações, transformações e, evidentemente, como em toda relação social e cultural, inúmeros conflitos e evidências das desigualdades econômicas, das aparências e essências e, entre elas, das ideologias. Neste artigo, foi intuito analisar a educação a distância como parte de uma nova cultura em ascensão, com todos os seus novos desdobramentos, interações e limitações, utilizando conceitos e representantes do interacionismo simbólico para o incremento dessa reflexão. O interacionismo simbólico, embora tenha suas limitações e deva ser atrelado a uma reflexão crítica sobre o contexto político e econômico que nos acomete, já que não responde a realidades muito complexas, heterogêneas e desiguais como a do Brasil, demonstra alguma utilidade para o debate proposto por este estudo. Afinal, teatros, máscaras, teorias identitárias e uma psicologia social são oportunos para a compreensão das interações entre docentes e discentes, pois há aí a representação de um papel muito especial e particular. Evidentemente, não depende exclusivamente do docente ou mesmo das instituições escolares a criação de um espetáculo admirável, mas refletir sobre suas próprias representações é fundamental na capacitação e incremento da educação formal em quaisquer circunstâncias, e ainda mais em um contexto de transformações tão abruptas e adversas.

* Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas, é professora adjunta do Programa de Pós-graduação em Sociologia e da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás. Contato: avettorassi@ufg.br

► Texto recebido em fevereiro de 2021; aprovado em fevereiro de 2021

ANPED (Associação Nacional de Pesquisa em Educação). **Manifesto sobre EaD e educação infantil**. Disponível em: http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/manifesto_anped_ead_educacao_infantil_abril_2020.pdf. Acesso em 20 de abril de 2020.

ARGOLLO, Juliana; VIEIRA, Nívea. O “novo normal” da covid-19 — Quando o emergencial se transforma em política educacional. **Princípios** n° 160, nov. 2020 / fev. 2021, p. 246 – 272.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Petrópolis: Vozes, 1983.

BERGER, Peter. LUCKMAN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1974.

BENAKOUCHE, Tamara. “Educação a Distância (EAD): Uma solução ou um problema?”. In: **Anais do XXIV Encontro Anual da ANPOCS**. Petrópolis, RJ. 2000.

CASTELLS, Manuel. **The rise of the network society**. Oxford (UK): Blackwell Publishers, 1996.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Vozes: Petrópolis, 2002.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

GOULART, Iris Barbosa; BREGUNCI, Maria das Graças de Castro. **Interacionismo simbólico: uma perspectiva psicossociológica**. Em Aberto, Brasília, ano 9, n. 48, out./dez. 1990, p. 51-60.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência. O futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. **Cyberculture**. Paris: Ed. Odile Jacob/Ed. Conseil de l’Europe, 1997.

LOPES, Flábia Alves; MELO, Maria do Carmo Barbosa de. Tecnologias computacionais na formação continuada de professores durante a pandemia. **Princípios** n° 160 nov. 2020 / fev. 2021, p. 273 – 295.

REIS, Ana Carolina; SILVA, Eduardo Pinto; MEIRELLES, Catharina Marinho. O “novo normal” no campo da educação: da aparência à essência. **Princípios** n° 160 nov. 2020/ fev. 2021, p. 225 – 245.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Para onde vai o professor : resgate do professor como sujeito de transformação**. São Paulo: Libertad, 1994.

Poder político e ação política do MST por educação do campo no Brasil em tempos de negacionismo dos direitos sociais

Political power and political action of the Landless Rural Workers Movement (MST) for rural education in Brazil in times of negation of social rights

Michelle Sena Rosa de Araújo*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.011>

Foto: Cadu Souza



Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto (Prado - BA)

RESUMO

Esta é uma reflexão crítica, fundamentada no referencial materialista histórico e dialético, acerca da ação política dos movimentos sociais enquanto sujeitos políticos e de políticas públicas, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no processo de lutas e conquistas da classe trabalhadora por Educação do Campo perante o Estado brasileiro contemporâneo, na atual conjuntura política de retrocesso dos direitos sociais.

Palavras-chave: Ação política. Movimentos sociais do campo. MST. Educação do Campo. Brasil.

ABSTRACT

Critical reflection, based on the historical and dialectical materialist framework, about the political action of social movements as political subjects to which public policies are devoted, in particular, the Landless Rural Workers Movement (MST). We analyse the process of struggles and conquests of the working class for rural education in face of contemporary Brazilian state, in the current political situation of regression of social rights.

Keywords: Political action. Rural social movements. MST. Rural education. Brazil.

1. INTRODUÇÃO

A reflexão crítica proposta pelo presente esforço teórico-metodológico, fundamentada no referencial materialista histórico e dialético, refere-se à ação política dos movimentos sociais, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no processo de lutas e conquistas ante o Estado brasileiro contemporâneo, no que diz respeito à Educação do Campo — esta compreendida como práxis pedagógica oriunda dos movimentos sociais —, pondo em evidência o período pós-advento da Lei nº 9.394/1996 até a conjuntura política atual, com destaque ainda aos movimentos sociais do campo enquanto sujeitos políticos e de políticas públicas, bem como às estratégias de busca pela incorporação das suas demandas históricas nessa área à agenda do Estado.

Nesse sentido, cumpre mencionar que a Educação do Campo conquistou espaço considerável nos debates acadêmicos e nas políticas públicas educacionais no Brasil, sobretudo dos anos finais do século XX à primeira década do século XXI. Convém destacar que esse espaço conquistado não emerge do nada, e tampouco se constitui, de forma isolada ou autoexplicativa, uma iniciativa das políticas públicas, materializadas, por sua vez, pela atual gestão pública em programas e projetos governamentais. Antes, esse espaço emerge de um movimento social, de mobilização dos trabalhadores do campo, sendo, portanto, fruto da organização coletiva desses sujeitos diante do acirramento da questão agrária, evidenciado pelo desemprego, pelo êxodo rural forçado, pela desesperança em relação ao campo como *locus* de pertencimento e identidade sociocultural e de garantia de condições materiais de sobrevivência, advindo, assim, das muitas lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores do campo, comprovadas pela historiografia do Brasil.

Assim, nesse contexto de lutas sociais, entende-se a Educação do Campo como práxis pedagógica oriunda dos movimentos sociais, bem como das contribuições do MST nesse processo de construção histórica de luta para que o Estado brasileiro contemporâneo garanta esse direito fundamental aos sujeitos do campo, bem como das estratégias de incorporação das demandas dos movimentos sociais à agenda governamental, às suas respectivas políticas e marcos legais para garantir a esses sujeitos o seu direito a uma educação que supere a equivocada visão urbanocêntrica, historicamente presente no sistema educacional do Brasil, nas suas três esferas administrativas (COUTINHO, 2009; ARAÚJO, MATTOS JR., 2012).

Considerando ainda a riqueza contida num debate sobre essa modalidade de educação e de ensino, repleta de especificidades e com raízes socioculturais diversas, que é a Educação do Campo, ratifica-se a relevância e originalidade da presente reflexão, que se encontra estruturada em três eixos temáticos. O primeiro trará reflexões acerca dos movimentos sociais enquanto sujeitos políticos e de políticas públicas no Brasil, com ênfase para os movimentos sociais do campo. O segundo eixo fará uma abordagem histórica acerca da gênese e historicidade do MST, bem como uma caracterização de sua relação com o Estado. Em seguida, o terceiro eixo abordará os princi-

pais elementos da ação política do MST perante o Estado no que se refere à Educação do Campo no Brasil.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS COMO SUJEITOS POLÍTICOS E DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

A complexa situação política atual no Brasil tem evidenciado a urgência e necessidade de reorganização dos movimentos e organizações sociais e sindicais, bem como de reflexão acerca destes enquanto sujeitos políticos e de políticas públicas. O que traz o destaque de que a origem e fundamento das próprias políticas sociais são oriundos das lutas e conquistas da classe trabalhadora organizada, tanto na cidade quanto no campo, no que se refere a direitos fundamentais de ordem política, social, civil e de pleno exercício da cidadania, as quais estão inseridas no contexto da sempre complexa e contraditória relação entre o Estado capitalista e a sociedade civil. Estado capitalista esse que, conforme análise de Farias (2001), em decorrência de sua natureza e silogismos, assume várias formas históricas que, para efeitos didáticos, encontram-se elencadas como seguem, a saber: o liberal, passando pelo *welfare state* e chegando ao neoliberal, da contemporaneidade.

Isso embora no Brasil tenha-se ciência de que tal linha do tempo nada tem de linear, visto que, a rigor, inexistente aqui um Estado liberal típico ou um Estado de bem-estar com as características europeias, e mesmo o nosso neoliberalismo possui características específicas — situação que decorre da revolução burguesa clássica, no Brasil, a que se refere Florestan Fernandes em seu clássico *A revolução burguesa no Brasil* (1975).

Dentre os direitos fundamentais conquistados pelas lutas sociais da classe trabalhadora diante do Estado capitalista ao longo da história, podem ser citados a educação, a saúde, o emprego, a seguridade social e o direito à terra e à moradia, além de outros que, historicamente, têm sofrido ataques das forças conservadoras que compõem o bloco no poder, tanto no que se refere ao imperialismo do capital internacional quanto à singularidade expressa na forma-Estado brasileira. O que, de acordo com Behring e Boschetti (2007), por sua vez, influencia os rumos tomados pelas políticas públicas em cada um desses momentos históricos.

Ademais, corrobora-se à observação de Silva (2005) de que toda política pública se constitui em uma forma de regulação ou intervenção na sociedade, articulando vários sujeitos com interesses e expectativas diversos, referindo-se ainda a um conjunto de ações ou mesmo a omissões estatais, com base em decisões e não decisões, num jogo de interesses limitado e condicionado pelos processos econômicos, políticos e sociais.

Nesse entendimento, uma política pública se organiza, estrutura e implementa de acordo com interesses sociais, organizados em torno de recursos produzidos socialmente, sendo entendida também como o Estado em ação. E cada momento do processo de produção de políticas públicas é assumido por diversos sujeitos, com

A origem e fundamento das próprias políticas sociais são oriundos das lutas e conquistas da classe trabalhadora organizada, tanto na cidade quanto no campo, no que se refere a direitos fundamentais de ordem política, social, civil e de pleno exercício da cidadania, as quais estão inseridas no contexto da sempre complexa e contraditória relação entre o Estado capitalista e a sociedade civil

racionalidades e lógicas diversas, por vezes antagônicas também. Dentre seus principais sujeitos, têm-se: os chamados grupos de pressão, os movimentos sociais e outras organizações (denominados de potenciais beneficiários dos programas sociais); os partidos políticos, políticos individualmente (propõem e aprovam políticas, sendo responsáveis pela tomada de decisões, fixação de prioridades e maiores objetivos das políticas); os administradores e burocratas (responsáveis pela gestão dos programas sociais e pela aplicação das normas legais); os técnicos, planejadores e avaliadores (responsáveis pela formulação e execução dos programas); o Judiciário (responsável pela garantia de direitos aos cidadãos) e; a mídia (esta última, por sua responsabilidade em dar visibilidade aos problemas sociais, também denominados *issues*, acompanha os momentos das políticas públicas, principalmente a sua formação, que, por sua vez, contribuirão para a constituição da agenda governamental, ou seja, da incorporação desses problemas pelo Estado) (SILVA, 2005).

Dentre tais sujeitos, dar-se-á evidência aos movimentos sociais nesse contexto, especificamente, compreendendo que eles e seus impactos sintetizam a convergência de dois aspectos, a saber: a dinâmica da ação estatal e as bases e os fatores que impulsionam uma ação coletiva em uma determinada conjuntura. O que traz a reflexão sobre esses temas como um desafio de compreender as ambiguidades, contradições e especificidades da relação entre Estado e movimentos sociais, conforme analisa Jacobi (1989).

Torna-se pertinente a definição da concepção de movimento social, dado que não há uma única ou universal, ao se considerarem seus dois principais paradigmas, segundo Gohn (1997): o clássico e o contemporâneo.

Em Gohn (1997), tem-se que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por sujeitos sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Esses sujeitos politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil, de modo que suas ações se estruturam por repertó-

rios criados sobre temas e problemas em situações de conflito, litígio e disputa, além de desenvolverem um processo social e político-cultural que confere uma identidade coletiva ao movimento, fundada em interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída com base no referencial de valores culturais e políticos de que um mesmo grupo compartilha.

Pode-se afirmar, ainda, que os movimentos sociais são expressão do processo de organização da classe trabalhadora, da luta de classes e das lutas sociais, cuja tipologia baseia-se em três princípios: a identidade do movimento, o adversário do movimento e a visão ou modelo social do movimento, denominada de meta societal, que irão indicar as bases e fatores que nortearão a sua ação coletiva (JACOBI, 1989; MONTAÑO; DURIGUETTO, 2010).

Nesse sentido, também é importante destacar que existem diferentes movimentos sociais que, de acordo com os paradigmas citados acima, podem ser caracterizados como conservadores, revolucionários ou reformistas. Para o paradigma clássico, os movimentos sociais são entendidos de acordo com a condição de classe social e, em geral, almejam alterações macroestruturais, principalmente na economia. Já os novos movimentos sociais apresentam-se como uma espécie de contra-hegemonia, agora não mais oriunda de uma luta direta da classe operária, mas de uma problemática específica, por exemplo, os movimentos de mulheres, feministas, antirracistas, ecológicos, pacifistas e outros.

É importante notar que a referida divisão paradigmática dos movimentos sociais em clássicos e contemporâneos, de que fala Gohn (1997) sobre o surgimento de um novo sujeito coletivo (os novos movimentos sociais) para o contexto das lutas sociais, demonstra também uma contradição observada por Santos (2005, p. 174) ao dizer que não estranha que o excesso de regulação social imposto pelas relações capitalistas “tenha convivido nos últimos 20 anos com movimentos de emancipação poderosos, testemunhas do surgimento de novos protagonistas numa renovada onda de inovação e transformação sociais”. Mas a qual contradição se refere Santos (2005)?

A contradição é que a hegemonia do mercado e seus atributos e exigências chegou a tal nível de naturalização social que, mesmo que o cotidiano seja impensável sem ele, não se deve a ele, por isso mesmo, nenhuma lealdade cultural específica. Assim, é socialmente possível viver sem duplicidade e com igual intensidade a hegemonia do mercado e a luta contra ela. A concretização dessa possibilidade está relacionada a muitos fatores. Por exemplo, pode-se dizer com certeza que a difusão social da produção contribuiu para que novas formas de opressão fossem reveladas e que o isolamento político do movimento operário facilitou o surgimento de novos sujeitos sociais e novas práticas de mobilização (SANTOS, 2005, p. 174).

Assim, uma novidade identificada por Santos (2005) acerca dos novos movimentos sociais é que constituem tanto uma crítica à ordem capitalista e à sua regula-

ção social como à emancipação socialista, como foi definida pelo marxismo, lançando mão de bases culturais ao denunciarem o que identificam como novas formas de opressão que, nesse paradigma, afligem não somente uma classe, mas a sociedade na totalidade.

Por outro lado, Houtart (2007) destaca que a própria história da humanidade se caracteriza por uma multiplicidade de sujeitos coletivos, portadores de valores de justiça, de igualdade, de solidariedade, de direitos protagonistas e de lutas que tiveram um salto histórico quando o próprio capitalismo construiu suas bases históricas que manifestam a contradição capital-trabalho. Esta, por sua vez redundou no surgimento do proletariado como sujeito histórico, que se construiu no seio das próprias lutas sociais da classe trabalhadora, passando do estatuto de *classe em si* ao de *classe para si*, sendo também um sujeito social no âmbito da luta pela emancipação humana, em que as lutas trabalhistas antissistêmicas encontram-se organizadas em um movimento cuja natureza é de classe, a classe trabalhadora.

Dito isso, compreende-se que a formação das lutas dos movimentos sociais é complexa e se dá por um efeito contraditório da estrutura e da correlação de forças, que vem de uma causa externa (a ofensiva neoliberal), a qual precisa ser compreendida na contemporaneidade e que, segundo Mouriaux e Bérout (2005), refere-se à própria forma do movimento, das classes ou frações de classes sociais comprometidas com a luta e com o seu conteúdo político, mesmo considerando sua densa diversidade, que se organiza em torno de interesses incompatíveis com a ordem política, social e econômica vigente.

Houtart (2007) destaca, ainda, que os protestos sistemáticos contra os centros de poder global se multiplicaram no início do século XXI, de modo que os fóruns sociais mundiais, continentais, regionais e temáticos se constituíram em lugar de convergência dos movimentos e organizações sociais que lutam contra o neoliberalismo — cuja agenda se impõe ao conjunto das forças sociais, com vistas a submeter a própria humanidade à lei do capital e seus agentes financeiros (FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio etc.). Dentre os temas da agenda neoliberal, cita-se como exemplo a transformação da agricultura camponesa em uma agricultura produtivista, ou seja, voltada para a produção de *commodities* para o agronegócio.

Considerando as lutas sociais no âmbito do Brasil, notadamente na década de 1980, no período denominado por Gohn (1997) a “Era da Participação”, o denominador comum nas análises sobre os novos movimentos sociais foi a abordagem culturalista em contraposição à marxista — esta presente com maior ênfase na análise dos movimentos populares. Contudo, paulatinamente, a análise destes últimos passou a priorizar a questão da construção da identidade coletiva de novos sujeitos políticos, a saber: mulheres, negros, indígenas e povos do campo, entre outros.

Outro elemento a ser considerado na reflexão acerca dos movimentos sociais no Brasil e sua configuração como sujeitos de políticas públicas é apresentado por Paoli e Telles (2000), ao destacarem que na década de 1980 esses movimentos se orga-

nizam, com suas aspirações por uma sociedade justa e igualitária, na luta pela reivindicação de direitos, deixando suas marcas e conquistas registradas sobretudo na Constituição Federal de 1988, e tornando-se reconhecidamente interlocutores válidos do Estado brasileiro. Isto é, houve o desenho de uma nova relação entre Estado e sociedade civil que significou, segundo Oliveira (1994), a criação de uma sociedade política como síntese da relação entre Estado e sociedade não como polaridades absolutas, numa configuração completamente distinta do período político anterior, marcado pela ditadura empresarial-militar.

Ademais, conforme destaca Jacobi (1989), essa dita polarização da relação entre Estado e movimentos sociais traz consigo uma tendência de negação de um dado cada vez mais presente na dinâmica das sociedades capitalistas, qual seja, “o Estado, se bem age para assegurar a reprodução do capital, também se concretiza em domínios de ação funcionalmente vinculados à reprodução da força de trabalho, esfera vinculada à ação dos movimentos sociais” (JACOBI, 1989, p. 4).

Mas, se por um lado houve esse avanço no chamado período da participação no Brasil, a década de 1990 e os anos iniciais do século XXI evidenciarão que o reconhecimento formal de direitos sociais, de garantias civis e prerrogativas cidadãs conviveria com a violência e a violação de direitos humanos, e que não se consegue fazer vigorar a lei, apesar dos direitos políticos democráticos, marcando o início do período neoliberal do Estado brasileiro.

De acordo com Leher (2014), esse período, que correspondeu aos governos Collor e FHC, reconhecidamente neoliberais, foi adverso sob variados aspectos, a começar pela conjuntura econômica internacional, que trouxe consequências para a economia brasileira, evidenciadas por uma crise de governabilidade que atingiu também outros países da América Latina, sobretudo no período de 1995 a 2002.

Dentre as consequências elencadas, Leher (2014) cita a derrocada do valor das principais *commodities* e a redução de medidas assistenciais voltadas aos trabalhadores mais duramente atingidos pela crise, debilitando as condições de governabilidade do governo FHC, o que contribuiu para as condições de elegibilidade de Lula da Silva ao Governo Federal durante o processo eleitoral presidencial de 2002.

Nesse período neoliberal ocorreu um enfraquecimento demasiado dos movimentos sociais, por meio de duas estratégias adotadas pelo Estado: a cooptação das lideranças sindicais, gerando imobilismo das bases em decorrência de políticas sociais compensatórias

vinculadas à lógica do capital; e a criminalização dos movimentos sociais que mantiveram algum nível de combatividade e autonomia (PAOLI; TELLES, 2000; SPOSATI, 2002).

Entretanto, se o século XXI começou com o processo de enfraquecimento dos movimentos sociais como interlocutores do Estado, será nesse mesmo período, com o advento do neodesenvolvimentismo, que as manifestações de resistência social ao Estado neoliberal ressurgirão, em face da crise do modelo capitalista econômico vigente e da emergência de governos progressistas eleitos democraticamente em muitos países latino-americanos, onde as coalizões desses governos foram apoiadas por importantes movimentos sociais.

No Brasil esse processo de coalizão foi evidenciado pela articulação política de uma frente neodesenvolvimentista¹ formada por diferentes frações de classes sociais, por exemplo, setores da burguesia vinculados ao capital industrial, setores sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e outras centrais, além de movimentos sociais populares, em especial o MST – em oposição ao setor mais conservador, defensor das políticas neoliberais, e à nunca explicitada dominância dos setores financeiros que sustentaram essa coalização, pelo menos no período entre 2004 e 2014.

Apesar de contraditória e complexa, a frente ampla, que caracterizou os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, em momentos críticos do processo político nacional agiu de forma conjunta, uma vez que esses governos estiveram sob ataque de movimentos que, tanto à esquerda quanto à direita, demonstraram interesse em desagregá-la, explorando suas contradições internas, as quais, conforme Boito Jr. (2012, p.12), se manifestaram da seguinte maneira:

Há, mais ainda, contradições entre as classes trabalhadoras e as diferentes frações da burguesia: entre as diferentes camadas do campesinato e do agronegócio, entre os assalariados do setor privado e a burguesia, entre os assalariados do setor público e a burguesia que aspira a reduzir o gasto do Estado com pessoal.

Além das contradições mencionadas, esse período foi marcado pela contenção, pelo Estado, das lutas sociais e pelo apassivamento da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade. Se por um lado o governo FHC perseguiu e criminalizou os movimentos sociais populares (a exemplo do MST e da Contag), com a ascensão do governo Lula da Silva esses movimentos tiveram seus direitos de reivindicação por ele reconhecidos.

De acordo com Boito Jr. (2012), os governos Lula da Silva e Dilma Rousseff diminuíram as desapropriações de terra, estabelecendo políticas de financiamento à

1 De acordo com Boito Jr. (2012), essa frente desenvolvimentista que se formou no Brasil no início do século XXI teve um caráter político policlassista e instável, e se tornou a base ampla e heterogênea da política de crescimento econômico e de transferência de renda dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff.

agricultura familiar que, se comparadas às da era FHC, cresceram, e implementando programas de compras governamentais da produção dos trabalhadores do campo. Um exemplo evidente disso estava na determinação de que pelo menos 30% das compras governamentais destinadas à alimentação escolar fossem compostas de gêneros produzidos pela agricultura familiar. Contudo, o governo que financiou a agricultura familiar é o mesmo que, a contrapelo, investiu nas *commodities* do agronegócio, o que mostra o seu caráter contraditório.

De fato, Leher (2014) faz entender que, no período sob égide dos governos Lula da Silva e Dilma Rousseff, os confrontos e conflitos sociais entre capital-trabalho, numerosos durante o governo FHC, pareciam ter sido atenuados pelo Estado, e não ocorriam na forma de um confronto aberto, considerando-se que uma das estratégias do bloco no poder, que Boito Jr. (2012) denominou de neodesenvolvimentista, foi a dispersão de assuntos de interesses dos trabalhadores pelo governo em suas instâncias governamentais.

Tal apassivamento e diluição das lutas sociais, de que trata Leher (2014) e Boito Jr. (2012), não impediu que surgissem manifestações de grandes movimentos sociais, como o MST e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sem, porém, terem um caráter massivo a exemplo das Jornadas Nacionais de Lutas, que tiveram o objetivo de pressionar o governo por Reforma Agrária, denunciar a criminalização dos movimentos sociais e cobrar políticas públicas para o campo, como as políticas educacionais.

Houve também as ditas Jornadas de Junho de 2013, que, embora fossem manifestações massivas originadas na esquerda, por ela não foram convocadas, tampouco organizadas ou dirigidas por suas centrais sindicais e partidos políticos, sendo o motivo de suas convocatórias o protesto contra o aumento abusivo de passagens de ônibus, difundido pelo Movimento Passe Livre (MPL). Essas manifestações de junho motivaram o debate nos sindicatos e movimentos classistas, que, claramente, ocuparam um lugar secundário nelas.

Na atualidade o Brasil passa, novamente, por um retrocesso de conquistas de direitos sociais e trabalhistas, evidenciado pela retomada da ofensiva neoliberal, como consequência do golpe jurídico-parlamentar e midiático de 2016 (SAVIANI, 2018; BOITO JR., 2016), que resultou na deposição da então presidente Dilma Rousseff, forjado pelas forças conservadoras da burguesia, que se uniram em torno do consenso sobre a necessidade de aceleração ou retomada de contrarreformas e de políticas neoliberais em todas as áreas, implementadas pelo governo Temer e agravadas pelo atual governo Bolsonaro. Dentre os objetivos do referido Golpe de 2016 figuram o de recolocar o Estado brasileiro na área de influência da retomada imperialista dos EUA e o de redução dos custos do trabalho, aumentando sua produtividade média, combinando novas formas de exploração da mais-valia e agravando a questão social e suas expressões, como a precarização das relações de trabalho e a questão agrária no campo, com vistas à readequação das políticas sociais a um programa neoliberal mais radical, denominado de ultraneoliberal por Leher (2019).

Sob a égide do governo Bolsonaro, ultraneoliberal, profascista, ultradireitista, negacionista e que segue implementando sua necropolítica (cuja face mais nefasta tem se mostrado durante o período da pandemia de covid-19), o reexame da situação dessas lutas sociais da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade, se faz necessário e urgente, com vistas à reorganização delas, bem como de suas estratégias políticas

Esse quadro restabelece o cenário da década de 1990, pois os movimentos sociais antissistêmicos têm sofrido ofensivas de desmonte e criminalização de suas ações, mas têm buscado sua rearticulação com vistas ao enfrentamento da ofensiva neoliberal sobre os direitos e conquistas sociais e políticas históricas, bem como sua configuração como sujeitos políticos e de políticas públicas.

A propósito da rearticulação dos movimentos sociais e sindicais no âmbito da educação pública, tanto a de nível superior quanto a de nível básico, Leher (2019) ressalta que, mesmo com o êxito das importantes jornadas de luta protagonizadas por estudantes e pelos sindicatos nacionais, como a Confederação Nacional de Trabalhadores da Educação (CNTE) e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), além dos sindicatos estaduais e centrais sindicais, pelo menos até o início de 2019, não houve sistematicidade das referidas lutas em âmbito nacional. Destaca o autor que as imprescindíveis e valorosas iniciativas dos movimentos sociais do campo, a exemplo dos Encontros Nacionais de Educadores da Reforma Agrária (ENERA) realizados em 1997 e 2015 e organizados pelo MST (com referência específica à Educação do Campo), apesar do êxito logrado, obtiveram, em alguns momentos, reduzidas conexões com as demais lutas em favor da educação pública e do enfrentamento da privatização e mercantilização da educação — o que pode ser evidenciado pelo contexto de divisão entre as entidades que sustentavam políticas como o FIES e o PROUNI, de um lado, e, de outro, as que as criticavam, contribuindo para a desarticulação das lutas sociais do período no âmbito da educação, somando-se a isso, também, a extinção, em 2005, do Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública. Esse quadro demonstra que as forças progressistas e democráticas, materializadas nas ações políticas dos movimentos e organizações sociais e sindicais no Brasil, têm tido potencial para a luta social, porém é necessário que haja uma agenda política

estratégica compartilhada e unificada dos movimentos sociais para o enfrentamento dos retrocessos advindos do Golpe de 2016 e que persistem no Brasil do tempo presente.

É nesse sentido que, na atual conjuntura política sob a égide do governo Bolsonaro, ultraneoliberal, profascista, ultradireitista, negacionista e que segue implementando sua necropolítica (cuja face mais nefasta tem se mostrado durante o período da pandemia de covid-19), o reexame da situação dessas lutas sociais da classe trabalhadora, tanto no campo quanto na cidade, se faz necessário e urgente, com vistas à reorganização delas, bem como de suas estratégias políticas. Isso porque, por mais articulado que seja, nenhum movimento social ou sindical é capaz de, sozinho, convocar lutas massivas e expressivas em defesa da educação pública e, sobretudo, no que se refere à Educação do Campo, uma vez que esta, historicamente, tem sido invisibilizada nos documentos oficiais e nas agendas e políticas governamentais do Brasil ao longo de sua história.

Entretanto, faz-se mister destacar que esse quadro de descaso em relação à Educação do Campo mudou no início do século XXI, haja vista a sua incorporação à agenda política educacional federal durante o período de 2004 a 2010, correspondente ao governo neodesenvolvimentista de Lula da Silva. Um exemplo desses progressos foi o Decreto Presidencial nº 7.352/2010, o qual, entre outras medidas, instituiu o PRONERA como política de Estado, porém, não obstante dos avanços significativos, o governo Lula da Silva não rompeu com as conformações do Estado capitalista. O que, corroborando às teses de Poulantzas (2000) e Pastorini (1997), demonstra a característica da forma-Estado capitalista brasileira, que, apesar de histórica e hegemonicamente organizar a classe dominante e desorganizar as classes dominadas (a classe trabalhadora), poderá, não por iniciativa própria, mas por força de contestações organizadas e recorrentes da classe trabalhadora organizada, ser disfuncional aos interesses intransigentes da burguesia e dar respostas por medidas formuladas e implementadas que objetivem a mitigação dos conflitos sociais para manter a própria ordem e hegemonia dentro de uma lógica capitalista.

Ademais, essa característica que resulta da complexa relação entre Estado e sociedade civil levará ambos a uma instância de negociação e outorgamento, em que o Estado, para manter a hegemonia política da classe dominante, dará respostas a uma parcela dessas reivindicações, outorgando serviços, direitos etc., porém, em troca, irá requerer dos sujeitos demandantes que o legitimem e à ordem econômica estabelecida, num processo implícito ou explícito.

Sob esse aspecto, e considerando as especificidades da Educação do Campo, vale destacar a relevância da ação política do MST, que desde sua origem tem se mostrado um movimento antissistêmico ao capital e sua agenda de retrocessos para a educação pública, especificamente a do campo, que tem mantido um nível considerável de articulação com trabalhadores da cidade, ultrapassando os limites do território brasileiro, e se tornou o maior movimento social da América Latina — razão pela qual faz-se uma reflexão de suas contribuições para a reorganização das estratégias das lutas sociais da classe trabalhadora por meio da sua ação política na área da educação do campo.

3. GÊNESE E HISTORICIDADE DO MST E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO

As primeiras lutas sociais pela terra no Brasil foram registradas no período de 1945 a 1964, com a formação das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil e do Movimento de Agricultores Sem Terra (Master), bem como dos sindicatos rurais, demarcando o início do enfrentamento organizado contra a exploração e a dominação capitalista, haja vista a influência do Partido Comunista do Brasil (PCB), evidenciando a organização política desses trabalhadores. Em 1963, foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), representando a junção dos movimentos sindicais ligados à Igreja Católica (movimento da corrente Teologia da Libertação) aos demais movimentos sociais (PUZIOL, 2014).

Tais movimentos defendiam a Reforma Agrária radical, que, inclusive, foi bandeira política do governo João Goulart (1961 a 1964), com vínculos expressos com a esquerda partidária da época, e que foi entendida pela classe dominante conservadora de então como o prenúncio de uma revolução socialista, inviabilizada com o auxílio do Golpe Empresarial-Militar de 1964, que apresentou, na sequência, o Estatuto da Terra. Convém destacar que esse período foi marcado por uma fortíssima repressão e perseguição política a esses movimentos, arrefecendo sua atuação no processo de resistência no campo e chegando a extinguir as Ligas Camponesas na Região Nordeste, mas não logrando o mesmo na Região Sul, o que ocasionou, tempos adiante, o ressurgir dos movimentos de luta pela terra.

Pode-se dizer que o ressurgimento dos movimentos sociais de luta pela terra no Brasil se deu em meados da década de 1970 (STEDILE; FERNANDES, 2012; CALDART, 2012b; PUZIOL, 2014), com um importante papel desempenhado pela Igreja Católica e a CPT, tendo destaque na luta dos sujeitos do campo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o MST, o retorno da Contag e ainda o movimento dos seringueiros no Estado do Acre, que teve em Chico Mendes seu maior líder.

Destarte, os aludidos movimentos sociais no Brasil vão surgindo com objetivos e metas societais claras acerca do enfrentamento da precarização das condições de trabalho e do agravamento da questão social e suas expressões, tanto no campo

quanto na cidade, e seguem reivindicando ações do Estado que respondam às suas demandas, de modo que sua organização e ações coletivas os tornam importantes sujeitos de políticas públicas – o que reflete a presença do antagonismo nessas relações com o Estado, ao expressar a ênfase política no papel desses movimentos como sujeitos de transformação, mas que ao mesmo tempo têm limitações políticas em suas ações reivindicatórias dirigidas ao Estado (JACOBI, 1989).

No bojo desses movimentos de luta pela terra, tem-se o MST, que surgiu em 1984 como um movimento social do campo e cuja pauta central é a luta pela Reforma Agrária, mas que tem também o objetivo de, em parceria com os trabalhadores urbanos, construir uma nova sociedade, a alteração da estrutura de classes e a superação do modelo de desenvolvimento capitalista vigente.

De acordo com Löwy (2010), o MST desde a sua origem tem se mostrado um movimento antissistêmico ao capitalismo e à sua expressão no campo, evidenciada pelo agronegócio, direcionando sua meta societal para o combate ao latifúndio e à implantação da Reforma Agrária e outro modelo de agricultura, a familiar camponesa, em contraposição à patronal. Ademais, o movimento luta pela igualdade, socialização dos bens materiais e culturais, enfim, por um novo projeto de sociedade, que não o capitalista.

Tal postura colocou o MST, diversas vezes, à margem da legalidade, passando por um processo de criminalização pelo conjunto das forças conservadoras da burguesia que atuam no âmbito da superestrutura do Estado capitalista brasileiro, ao combater grandes multinacionais como a Monsanto e a Syngenta Seeds, que têm submetido os sujeitos do campo a um processo sistemático de dominação e humilhação em alguns estados da Federação.

Nessa perspectiva, a abordagem acerca do MST como um movimento social do campo se constitui “uma tarefa tão necessária quanto complexa” (CALDART et al. 2012, p. 32). Isso por se considerar o momento histórico e político pelo qual passa o Brasil e o contexto mundial, além do desafio teórico de tentar compreendê-lo para além da atuação imediata, buscando a historicidade do MST dentro do processo histórico. E, *pari passu*, tendo o cuidado de não o idealizar, reconhecendo suas contradições, uma vez que não surgiu com o objetivo de tornar-se referência, conforme disse Stedile (apud CALDART, 2012b, p 57):

Nunca tivemos a pretensão de ser os primeiros. Nós sabíamos que não era isso e tivemos a consciência de aprender com os outros. Desde o início houve essa vocação de querer saber em que os outros erraram. Fizemos várias conversas com os remanescentes das Ligas Camponesas, da Ultab, do Master, da CPT [...].

De fato, o MST originou-se da articulação das lutas pela terra que foram retomadas a partir do final da década de 1970, especificamente entre o período de 1979 a 1984, de forma mais evidente no centro-sul do Brasil (CALDART, 2012b) com expansão paulatina à outras regiões brasileiras, sendo sua criação formalizada no I Encontro Na-

cional de Trabalhadores Sem Terra, ocorrido em Cascavel (Paraná), do qual participaram trabalhadores do campo, além de entidades diversas que o apoiavam e auxiliavam na articulação das lutas pela terra (STEDILE; FERNANDES, 2012; PUZIOL, 2014).

Assim, o MST foi gestado em um período de efervescência política no Brasil, ou seja, no final da Ditadura Empresarial-Militar e início da chamada Nova República (1985), representando a vontade popular de resistência ao poder — intransigente e subordinado aos interesses do capital —, ao afirmar que “os trabalhadores do campo, cientes da necessidade da luta contra o domínio das elites e dos grandes latifundiários, plantaram as sementes do maior movimento popular da América Latina, o MST, ainda no governo militar” (PUZIOL, 2014, p. 65).

De tal modo, sob os aspectos histórico e socioeconômico, destaca-se que essas sementes germinaram no sul do Brasil em função de um conjunto de fatores cujas raízes repousam nas condições objetivas do desenvolvimento da agricultura sulista, além da histórica concentração de camponeses na região, que perderam a terra e o trabalho por causa da modernização da agricultura, de acordo com Stedile e Fernandes (2012). Esses autores afirmam ser o MST herdeiro e seguidor das Ligas Camponesas, destacando que é do aprendizado da experiência histórica delas que esse movimento surge, com outras estratégias de luta.

Assim, o MST tem sua gênese e raiz no Sul e, ao mesmo tempo, em vários estados brasileiros de outras regiões, como o Maranhão (1986), por outras lutas, com dois elementos importantes em sua origem, quais sejam, o socioeconômico e o ideológico, cuja natureza é camponesa, de resistência pela terra e pelo trabalho (STEDILE; FERNANDES, 2012; CALDART, 2012b).

Logo, depreende-se, com o auxílio de Fernandes (1999 apud PUZIOL, 2014), que a gênese do MST ocorreu em razão dessas lutas e resistências dos trabalhadores do campo contra a expropriação, a expulsão de suas terras e a precarização do trabalho no campo, podendo ser compreendida por um conjunto de momentos e de ações realizadas dentro de um espaço-tempo histórico que contribuíram para o seu processo de organização e de formação.

Atualmente o MST se expandiu por praticamente todo o território brasileiro e está organizado em 23 estados, embora quebre essa divisão territorial, criando, depois, bases territoriais que não obedecem à divisão das unidades federativas, constituindo “uma outra base geográfica”, segundo Stedile e Fernandes (2012, p. 51), pautada pela lógica da luta de classes.

De acordo com Puziol (2014), mesmo com o fim da Ditadura Empresarial-Militar, a Nova República mostra seu posicionamento político em relação à luta pela terra, a escolha pelo grande latifúndio (governo Sarney, na década de 1980, e governos Collor e FHC, entre 1990 e 2002), o que para o MST — e vários movimentos sociais e sindicais do campo — configurou num período de expressiva mobilização em torno da questão agrária, que seguia acirrada, gerando embates e conflitos com a classe dominante, historicamente representada pelos blocos de poder e suas frações de classes.

Para Caldart et. al. (2012), esses embates, como se sabe, são resultantes da correlação de forças de cada conjuntura política e foram construindo as características que vão, paulatinamente, firmando o modo de agir do MST, que atrai ou repele os diferentes setores da sociedade brasileira e, de certo modo, isso se percebe em âmbito internacional. Nesse sentido a ocupação da terra surge como a principal forma de luta do MST, construindo-se em torno dela os princípios organizativos e uma metodologia própria de educação dos seus sujeitos, definindo a existência social do MST. No dizer de Caldart et. al. (2012, p. 125), “a ocupação passou a ser a marca do MST: tanto que, ao se buscar a memória do surgimento do movimento em cada Estado, as lembranças coletivas demarcam com precisão: é considerado criado o MST a partir de uma primeira ocupação de terra”.

Obviamente a ocupação de terras não surge com o MST, já que é tão antiga quanto a existência dos primeiros movimentos de terra no Brasil. E, ladeados pelas ocupações de terra, vieram os acampamentos, de caráter provisório ou permanente, antecedendo ou permeando as ocupações, também se tornando um dos símbolos mais fortes da presença do MST, bem como um dos seus principais espaços formativos (CALDART, 2012b). Sendo a ocupação um traço forte do MST, Fernandes (2012) o classificou em movimento socioterritorial que se reproduz por meio da espacialização e da territorialização da luta pela terra:

As conquistas das frações do território do latifúndio e a sua transformação em assentamento acontecem pela multiplicação de espaços de resistência e de territórios camponeses. Em cada Estado onde [o MST] iniciou a sua organização, o fato que registrou o seu princípio foi a ocupação. Essa ação e sua reprodução materializam a existência do MST, iniciando a construção da sua forma de organização, dimensionando-a (FERNANDES, 2012, p. 498).

Pode-se asseverar também que o MST vai se afirmando enquanto sujeito político que traz em sua gênese diversas experiências de resistência camponesa na terra que foram se fortalecendo em todo o país, prevalecendo seu papel inclusive educativo, enquanto sujeito político na luta pela terra e tendo sua raiz de organicidade e autonomia no Rio Grande do Sul, quando do período da Ditadura Empresarial-Militar. Surgiram também outras experiências na região Sul, em São Paulo e na Bahia.

Ainda, conforme Fernandes (2000 apud EGAS, 2008, p. 134), o processo de constituição do MST envolveu a participação de outras organizações e o amadurecimento político-ideológico:

todo esse processo que levou à constituição do MST representou, sem dúvida, um amadurecimento político-ideológico. Construiu um movimento de trabalhadores rurais com autonomia e heteronomia. Ou melhor, autonomia porque a direção política do movimento não está subordinada a outras instituições, e heteronomia porque, na luta pela reforma agrária, envolveu outras organizações políticas, como sindicatos, igrejas e partidos.

À medida que o MST vai se constituindo como sujeito político, tendo definidos sua natureza e objetivos de luta, combinando a formação de quadros com a luta de massas, também buscará sua autonomia social e política, ao formar em seus sujeitos uma identidade coletiva e uma consciência de classe (trabalhadora) no seio de uma sociedade conservadora, que criminaliza ações de resistência de movimentos sociais

Outro marco temporal importante da identidade política própria do MST é sua luta pela Reforma Agrária, que se oficializou com a realização do seu I Congresso Nacional, em 1985, além das ocupações de terra que representaram uma nova tática de luta radicalizada e recuperada das Ligas Camponesas da década de 1960 e que se tornaram um marco na luta pela terra posteriormente (EGAS, 2008).

Assim, seguiram-se as ocupações de terra na década de 1980, e internamente o MST procurou aprofundar sua concepção de luta pela terra e contra o modelo vigente de desenvolvimento no país, passando os assentamentos a ter espaços de socialização política para solução de problemas internos e debates políticos mais amplos, o que originou as suas instâncias diretivas compostas pelos próprios trabalhadores, militantes e apoiadores, com o objetivo de fortalecer sua estrutura interna, traçar linhas políticas definidas e combater as tentativas de cooptação e repressão pelo Estado.

Ainda em Egas (2008) encontra-se a ação política do MST evidenciada pela tática do enfrentamento direto com os proprietários e governos conservadores por meio das ocupações de terra e da negociação com o Estado pelas desapropriações e pela regularização dos trabalhadores nas áreas de conflito, o que o tornou alvo de polêmicas no seio de setores conservadores e reacionários da sociedade civil e de repressão do Estado.

Outro elemento de sua ação política é que o MST, ao definir o território como base organizativa de vinculação com as famílias, formando núcleos e brigadas, sem uma estrutura burocrática, fortaleceu sua luta, afirmando os trabalhadores do campo como sujeitos de sua própria emancipação.

Outro ponto relevante que define seu método de ação são suas inúmeras influências teóricas, tendo como eixo central o marxismo-leninismo, reafirmando o caráter de classe do movimento e as fortes influências de experiências que se pautaram por esse viés, como Cuba e China. Sendo assim, a visão da história, para o MST, é escrita pela práxis social de seus sujeitos individuais e coletivos, que o situam como sujeito político e movimento social legítimo na luta pela terra, conforme destacou Caldart (2004 apud EGAS, 2008, p. 134):

também como um *novo sujeito sociocultural*, estando nessa condição uma das dimensões importantes de sua força política atual, que extrapola sua influência para além dos limites da questão agrária, ou das questões ligadas ao campo. Talvez seja por isso que o MST esteja sendo considerado por alguns analistas como um movimento social que é hoje uma referência forte na contestação, ou mesmo no combate ao modelo capitalista atual. E isso não porque esteja deixando de lado a sua luta principal, mas sim pela forma como a realiza, e os valores e comportamentos que nela e através dela produz, expressa, socializa, contradiz.

Depreende-se então que, à medida que o MST vai se constituindo como sujeito político, tendo definidos sua natureza e objetivos de luta, combinando a formação de quadros com a luta de massas, também buscará sua autonomia social e política, ao formar em seus sujeitos uma identidade coletiva e uma consciência de classe (trabalhadora) no seio de uma sociedade conservadora, que criminaliza ações de resistência de movimentos sociais como o próprio MST. E essas características, presentes em seus princípios², evidenciarão seu caráter de coesão política que, por sua vez, irá garantir o crescimento de uma base social sólida e duradoura no processo de lutas e resistências às condições adversas do campo brasileiro, minado pelo agronegócio.

É importante notar o caráter político do MST, desde sua gênese, passando pela sua organização e formação de seus militantes e dos sujeitos do campo onde empreendem ação política, que está ligada à luta de classes, ao enfrentamento com os latifundiários e o Estado que lhes dá sustentação, conforme destacam Stedile e Fernandes (2012):

Evidentemente que muita gente, tanto da direita quanto da esquerda, não consegue fazer uma interpretação correta desse caráter político do movimento. Simplificam com facilidade o componente político como se fosse apenas uma vocação partidária. Em vários momentos da nossa história hou-

2 Esses princípios do MST se referem à direção coletiva, à divisão de tarefas, à disciplina consciente, ao estudo e à formação de quadros e à vinculação com a base, associando-se a eles o planejamento e o processo de crítica e autocrítica (EGAS, 2008; STEDILE; FERNANDES, 2012).

Foto: Comunicação MST Alagoas



Turmas da Brigada nacional de alfabetização Nise Silveira

ve quem afirmasse que o MST iria se tornar um partido político. Nunca esteve no horizonte do MST se transformar em partido político. Mas também nunca abrimos mão de participar da vida política do país. (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 38).

O MST, como movimento de luta pela terra, incorpora em sua atuação o elemento político, sem, contudo, ser uma organização partidária, mas criando uma prática política diferenciada dos outros movimentos, que pode ser percebida em seus princípios organizativos.

Hoje, o MST atua em várias frentes, a saber: as lutas por Reforma Agrária, a produção de alimentos, a educação e a melhoria da qualidade da saúde e da vida dos sujeitos sob a sua abrangência organizativa, mantendo o vínculo com os movimentos de massas — sua base social e que permeia toda a forma de atuação e organização do MST.

Pode-se dizer que a ação política do MST extrapola os limites do campo e da luta pela terra, fazendo interconexões com outras reivindicações históricas, sobretudo no que se refere ao dever do Estado em garantir direitos fundamentais, como a educação de qualidade, e que configura outra importante área de atuação do MST, aliado a outros movimentos e organizações sociais do campo, como forma de responder integralmente às demandas da luta pela Reforma Agrária, numa perspectiva de criar condições para a permanência no campo.

4. AÇÃO POLÍTICA DO MST NA EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS LUTAS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA NA ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA DO BRASIL

Em sua luta pelo direito à educação (dever do Estado), o MST constituiu, em sua estrutura organizativa, o Setor Nacional de Educação, iniciado com um grupo pequeno, tendo o I ENERA (1997) representado um salto de qualidade, do ponto de vista orgânico, para o surgimento do referido setor, quanto ao reconhecimento social e importância que o MST dá à educação dentro do movimento:

A frente de batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio ou a de massas. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital. Por outro lado, teve também um papel importante para a sociedade como um todo. De certa forma, já tínhamos recebido um reconhecimento da sociedade quando conquistamos o Prêmio Unicef/Itaú, pelo trabalho de educação que desenvolvemos nas áreas de reforma agrária (STEDILE, FERNANDES, 2012, p. 76).

Assim, o Setor Nacional de Educação do MST³ se constitui em um marco importante para a consolidação da educação e foi criado em 1987, durante o I Encontro Nacional de Educação, em São Mateus, no Estado do Espírito Santo. Nesse encontro foram expostas as preocupações das lideranças estaduais em relação à urgente necessidade de escolas públicas do antigo ensino primário (1ª a 4ª séries) nos assentamentos, bem como da formação de professores para atuarem nessas escolas, dentre outros problemas estruturais na área educacional. Foi assim que o Setor Nacional de Educação se tornou responsável pela organização da prática educativa, sob o seguinte parâmetro: “qual a escola que se quer para os sujeitos do MST e como ela deve estar sistematizada. De acordo com Puziol (2014, p. 87), um dos lemas defendidos pelo MST foi: ‘Ocupar, resistir e produzir também na educação’”.

Pode-se dizer que a proposta educativa do MST, seus fundamentos e objetivos, construída coletivamente entre seus sujeitos, foi tomando amplitude com a vivência nos acampamentos e assentamentos, diante dos desafios encontrados, como a urgência da alfabetização, não somente das crianças, mas dos jovens e adultos do movimento.

Segundo Puziol (2014), a premissa fundamental dessa proposta é a identificação de problemas relativos à realidade do campo, dentre os quais citam-se: ausência de infraestrutura; falta de docentes qualificados; currículo e calendário escolar que não refletem a realidade do campo; professores da zona urbana que ministram aulas nas escolas localizadas no campo e não compreendem essa realidade, enxergando o campo como lugar de atraso e arcaico; proposta de educação urbanocêntrica, ou seja, que nada tem a ver com as necessidades dos trabalhadores do campo; e fechamento de escolas por conta da precariedade da infraestrutura e da falta de transportes escolares, fazendo

3 Os setores estaduais de educação do MST foram criados a partir de 1988, de acordo com Puziol (2014), e em 1990 foi formalizado o Coletivo Nacional de Educação, com o intuito de expandir a luta pela educação, estabelecendo parcerias com a sociedade civil e com o governo.

com que os alunos procurem as escolas urbanas. Esse quadro situacional muitas vezes ocasionou outro problema grave, o da evasão escolar desses alunos por não se identificarem com a materialidade da proposta pedagógica oferecida a eles.

Outro fator relevante na prática educativa do MST é a importância dada ao diálogo com as teorias pedagógicas, como as socialistas, que demonstram a relação trabalho-educação, a organização coletiva, a reflexão sobre a cultura no processo histórico, apropriando-se do pensamento educacional de Moisey Pistrak, Paulo Freire (que, em *Pedagogia do oprimido*, fundamenta e legitima a luta dos sujeitos do campo por emancipação e transformação social) e a Pedagogia do Movimento Sem Terra, em que Roseli Caldart é a principal referência.

No que se refere à Pedagogia do Movimento Sem Terra, Caldart et. al. (2012) dizem que se constitui numa expressão com duplo e articulado sentido, que identifica uma síntese compreensiva de educação do MST, produzida por ele pela sua dinâmica histórica. Tomada como conceito, a pedagogia do movimento toma o processo formativo do seu sujeito como objeto da pedagogia, compreendida como teoria e prática da formação humana, tendo uma questão originária que é “entender como se dá a constituição do ser humano, para nós, como ser social e histórico, processo que tem exatamente no movimento (historicidade) um dos seus componentes essenciais” (CALDART, 2012a, p. 548).

Nesse sentido, a pedagogia do movimento termina por afirmar que os movimentos sociais também são um espaço (específico) de formação de sujeitos sociais e coletivos, tendo presente, conforme já mencionado, a experiência do trabalho educativo do MST, que define a sua pedagogia própria, “o jeito pelo qual historicamente vem formando o sujeito social (coletivo) de nome *sem-terra*, e que, no dia a dia, educa as pessoas que dele fazem parte e pode orientar ações organizadas especificamente para educá-las ou aos seus descendentes” (CALDART, 2012a, p. 248-249).

Segundo Caldart (2012a), o MST, ao trabalhar com uma teoria pedagógica própria (pedagogia do movimento), demonstra outra característica marcante da sua prática educativa, que é a sua intencionalidade formativa, produzida na dinâmica das lutas sociais pela terra, por trabalho (caráter de classe), além de uma organização coletiva e específica de trabalhadores (do campo), o que a torna pensável como um processo educativo, em que sua lógica ensina o *savoir-faire* para a formação humana além dela mesma, mas para outras situações e instituições.

Pode-se assim afirmar que, num processo decisório político, o MST organiza e articula o trabalho da educação das novas gerações no interior de seus órgãos, com base nessa intencionalidade, elaborando uma proposta pedagógica específica para as escolas dos assentamento e acampamentos, bem como valoriza a formação de seus educadores (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002).

Desse modo, pode-se perceber como a educação foi incorporada na agenda de lutas do MST: como um desafio a ser superado e um direito a ser garantido pelo Estado, desde a educação básica (educação infantil e ensinos fundamental e médio) à de nível superior, em um país que não conseguiu sequer garantir a todos o acesso à educação básica.

Apreende-se outra característica da prática educativa do MST, que é fazer a luta por escolas nas áreas de assentamentos e acampamentos e por acesso dos sem-terra, de início, à educação fundamental para crianças e adolescentes, e, na década de 1990, com maior intensidade, à alfabetização de jovens e adultos, vindo logo após o trabalho com a Educação Infantil e, hodiernamente, com a educação de nível universitário. Já as lutas pela oferta de Ensino Médio nas áreas de Reforma Agrária, têm registro no final da década de 1990 e início dos anos 2000 e com maior amplitude, pela Educação Básica, de modo geral, donde se obteve um total aproximado de 1.800 escolas públicas (estaduais e municipais) nas áreas de assentamentos, com a oferta de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, em sua maioria (KOLLING; VARGAS; CALDART, 2012).

Observa-se assim um avanço na luta pelo reconhecimento da educação pública de qualidade como direito aos sujeitos do campo e dever do Estado, garantida também a permanência dos estudantes no seu local de pertencimento, o campo. Entretanto (e contraditoriamente), essa oferta ainda é incipiente e precária em todo o território brasileiro, constituindo-se desafio e bandeira de luta tanto na agenda do MST e demais movimentos sociais como na agenda governamental, o que requer do Movimento a pressão sobre o Estado para que a Educação do Campo venha, de fato, materializar-se, mesmo ao se considerar as limitações de sua oferta pelas conformações do Estado capitalista em sua natureza e papel.

Nesse sentido, buscar-se-á a especificidade do papel desses movimentos sociais enquanto sujeitos de políticas públicas, sua ação política, bem como o seu protagonismo na luta por uma educação cuja concepção venha a contribuir para a construção de uma memória coletiva do homem e da mulher do campo, suas crianças, jovens, adolescentes e idosos, criando um sentimento de pertencimento ao grupo social no qual estejam realmente inseridos. Ou seja, trata-se de uma educação que nasce naquele contexto de lutas sociais pela garantia de qualidade, e estrategicamente ligadas à luta pela reforma agrária, com vistas ao resgate da autoestima desses sujeitos, bem como ao fortalecimento e formação de sua consciência de classe.

Assim, no que concerne à ação política do MST em relação ao Estado, ao longo de sua luta histórica por Reforma Agrária, educação e outras bandeiras, afirma-se que, para a efetivação das políticas públicas de educação desde sua gênese, a luta tem início nos acampamentos e ocupações, estendendo-se aos assentamentos conquistados, de modo que as práticas educativas organizadas pelo MST englobam a diversidade da educação básica, as escolas itinerantes e as inserções na educação superior, além de cursos de formação de educadores do campo (LIMA; NOMA, 2011).

Estrategicamente, nas áreas de assentamento a luta por uma escola integrada à rede pública de ensino amplia, via de regra, a demanda pela garantia de Educação Básica em áreas de Reforma Agrária, sob controle do que Jacobi (1989) chamou de “Estado em ação”, pautado pelo financiamento e orientações previstos pela Constituição Federal de 1988, pela lei 9.394/1996 e pelo Fundeb (Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), logo, um direito limitado, uma vez que o Estado e suas leis exercem um papel coercitivo, agindo para a conformação ao sistema capitalista.

Existem, assim, vários elementos e aspectos sobre a organização interna do MST que poderiam ser abordados por representarem inovações no método de luta e ação política dos movimentos sociais frente ao Estado, contudo foram aqui abordados apenas alguns deles, por possuírem conexão mais direta ao tema específico da ação política do MST no setor da educação.

5. CONCLUSÃO

Ao longo desta reflexão teórico-metodológica, buscou-se evidenciar a ação política e organizada dos movimentos sociais do campo, com enfoque especial para o MST, como importante sujeito político nesse processo ao longo da história brasileira, e indicar como eles dão origem a uma nova Educação do Campo como práxis pedagógica, que tem nesses movimentos sua natureza e destino.

Buscou-se demonstrar como esses movimentos são importantes sujeitos de políticas públicas, em um processo de relações contraditórias com o Estado, caracterizado ora pela reciprocidade, ora pelo antagonismo, bem como pelas estratégias e medidas de ação formuladas e executadas pelos governos para incorporar essas demandas em sua agenda, sobretudo na contemporaneidade, compreendida entre os anos finais do século XX, com o advento da lei 9.394/1996, até a atualidade.

A reflexão indica que, embora haja uma recente política nacional de educação do campo no Brasil, delimitada por um vasto marco legal e um arcabouço teórico-metodológico, fruto das lutas sociais no campo, ainda há uma oferta precária na maioria dos estados brasileiros, por conta da relação contraditória entre este Estado capitalista e os interesses de classes antagônicas, cujos blocos hegemônicos historicamente no poder estão atrelados a uma lógica do capital excludente, cuja expressão no campo se dá pelo agronegócio. Somem-se a isso as decisões políticas de muitos gestores públicos acerca da temática, que lhe destinam espaço secundário, quando não o omitem, em suas agendas políticas.

Por fim, outro ponto que se põe com premência à reflexão crítica ora proposta é a necessidade de reorganização dos movimentos sociais do campo, no que se refere ao seu ressurgimento como sujeitos protagonistas nesse processo de lutas e conquistas sociais, especificamente no âmbito das políticas educacionais do campo, como forma de fortalecimento da própria consciência de classe dos sujeitos e da classe trabalhadora do campo.

* Pedagoga e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Especialista em Educação do Campo e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Pesquisadora do Grupo de Estudo sobre Política, Lutas Sociais e Ideologias (GEPOLIS) da UFMA. Funcionária pública efetiva da rede estadual de ensino do Maranhão. Ex-coordenadora executiva do Comitê Executivo Estadual de Educação do Campo do Maranhão (2016-2018). Orcid: <<https://orcid.org/0000-0002-0207-3487>>. Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6291232931056258>>.

► Texto recebido em fevereiro de 2021; aprovado em fevereiro de 2021

ARAÚJO, Adriana Coelho; MATTOS JR., José. Educação do campo e desenvolvimento territorial: perspectivas e desafios no município de Nina Rodrigues (MA). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **Fórum Econômico da FGV**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16866/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neode-senv%20-%20PAPER.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 2 mar. 2021.

_____. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINS, Ivana; DORIA, Kim; CLETO, Murilo (Org.) **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 23-29.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan.-abr. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.095>>. Acesso em: 3 mar. 2021.

CALDART, Roseli Salete. Pedagogia do movimento. In: _____ et. at. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012a. 788p.

_____. **Pedagogia do movimento sem-terra**. 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012b. _____ et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

COUTINHO, Adelaide Ferreira. Do direito à educação do campo: a luta continua!. **Aurora**, Marília, n. 5, 2009.

EGAS, Heloisa de Almeida Prado Botelho. **Movimentos sociais e Estado: resistência e contra-hegemonia na ação do MST**. 2008. 286 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O Estado capitalista contemporâneo: para a crítica das visões regulacionistas**. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. 496-499pp.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOUTART, François. Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico. In: BORON, Atilio A.; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Clacso, 2007. 459-469pp.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1989.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do campo: identidades e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4.).

KOLLING, Edgard Jorge; VARGAS, Maria Cristina; CALDART, Roseli Salete. MST e educação. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. 502-509 pp.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1 ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

_____. Experiências de lutas em contexto dito pós-neoliberal no Brasil: 2003-2013. **Revista Encuentros Latinoamericanos**, Montevideo, v. 8, n. 2, , p. 99-169, diciembre de 2014.

LIMA, Aparecida do Carmo; NOMA, Amélia Kimimo. O MST e políticas públicas para educação no e do campo: práticas educativas em agroecologia no MST-PR. **Anpae**, 2011. Disponível em: <www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0072.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2021.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. **Margem Esquerda**, n. 14, 2010.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2010.

MOURIAUX, René; BÉROUD, Sophie. Para uma definição do conceito de “movimento social”. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005, 159-192pp.

OLIVEIRA, Francisco de. **Estado, sociedade, movimentos sociais e políticas públicas no limiar do século XXI**. São Paulo: Fase, 1994.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais: conflitos e negociação no Brasil contemporâneo. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (Org.). **Os sentidos da democracia: políticas de dissenso e hegemonia global**. Petrópolis: Vozes, 2000. 103-145pp.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais?: avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Serviço Social & Sociedade**, n. 53, p. 80-101, mar. 1997. POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PUZIOL, Jeinni Kelly Pereira. **Políticas para educação do e no campo e os territórios de resistência do MST no Paraná: forças contra-hegemônicas**. Curitiba: CRV, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos movimentos sociais. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (Org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005. 174-189pp.

SAVIANI, Dermeval. A crise política e o papel da educação na resistência ao golpe de 2016 no Brasil. In: KRAWCZYK, Nora; LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **O golpe de 2016 e a educação no Brasil**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018. 27-45 pp.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: _____. **Avaliação de políticas e programas sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras, 2005. 89-178 pp.

SPOSATI, Aldaíza. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 2002, Lisboa. **Anais [...]**. Lisboa: CLAD, oct. 2002. 8-11pp.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Perseu Abramo, 2012.

Aspectos habitacionais no Brasil: resumo histórico e estudo de caso da cidade de Uberlândia (MG)

Housing aspects in Brazil:
historical summary and case study of the city of
Uberlândia (MG)

Raphaella Karla Portes Beserra *
Pedro Luiz Teixeira de Camargo **
Carmem Lúcia Costa***

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.012>

Prefeitura de Uberlândia / divulgação



Vista aérea de Uberlândia em foto da década de 1940

RESUMO

A falta de habitação para a classe trabalhadora é um problema histórico e estrutural que tem se perpetuado ao longo dos anos. Sua principal causa é a existência da propriedade privada, porém o Estado tenta contornar o problema de maneira errônea. Essa realidade não é diferente em Uberlândia (MG), onde desde a década de 1920 essa questão se tornou latente. O objetivo deste trabalho foi compreender as políticas habitacionais praticadas pelo Estado brasileiro, tendo como estudo de caso o município de Uberlândia. Como resultado foi possível apresentar um breve histórico das políticas públicas de habitação (PPHs) no Brasil desde os anos 1930, quando ocorreram as primeiras PPHs, até os tempos atuais. Para tal, nos utilizamos do levantamento bibliográfico, para fazer uma reconstituição histórica da questão no Brasil e em Uberlândia, e também da pesquisa documental, para entender os marcos legais pertinentes à questão. Diante disso, entendemos que é necessária uma transformação social e política profunda para que o Estado brasileiro garanta políticas habitacionais que atendam ao interesse da classe trabalhadora, sendo necessário, para isso, o rompimento com o Estado burguês, pois a essência do problema de moradia em nosso país ultrapassa a existência da propriedade privada.

Palavras-chave: Habitação. Social-democracia. Políticas públicas. Propriedade privada.

ABSTRACT

The lack of housing for the working class is a historical and structural problem, which has perpetuated itself over the years. Its main cause is the existence of private property, but the State tries to wrongly circumvent the problem. This reality is not different in Uberlândia (MG), where since the 1920s this issue has become latent. The aim of this work was to understand the housing policies practiced by the Brazilian State, taking as a case study the city of Uberlândia. As a result, it was possible to present a brief history of public housing policies (PPHs) in Brazil since the 1930s, when the first PPHs occurred until the current times. We understand that a deep social and political transformation is necessary for Brazilian State to guarantee housing policies that meet the interests of working class, being necessary, for this, a break with the bourgeois State, because the essence of the housing problem in Brazil runs through the existence of private property.

Keywords: Housing. Social democracy. Public policies. Private property.

1. INTRODUÇÃO

O espaço urbano é *locus* do estabelecimento das mais diversas relações sociais — sejam elas políticas, econômicas ou culturais —, ocorrendo tanto em macroescala, passando pelo Estado, como em microescala, configurando o lugar e o cotidiano. Essa diversidade de relações sociais torna a análise do espaço urbano complexa, e por isso partiremos do pressuposto de que todas as relações se fundamentam no modo de produção capitalista, uma vez que é essa a lógica vigente.

A constituição do urbano perpassa diferentes agentes, não se reduzindo aos que têm por objetivo facilitar a reprodução do capital, como os detentores dos meios de produção, os promotores imobiliários, os proprietários fundiários e o Estado, mas abrangendo também os grupos sociais historicamente excluídos; uma vez que o espaço urbano é finito, pode-se afirmar que todos, diariamente, disputam o mesmo espaço.

Ao se analisar a cidade, é importante levar em conta que ela é produto de uma construção humana ao longo da história, que se acumula com o passar das gerações, revelando diferentes possibilidades de uso e ocupação (CARLOS, 2004). A apropriação do espaço se dá justamente nas possibilidades de sua transformação, produzindo, nesse caso, além do urbano, o lugar que se desenvolve no plano da vida cotidiana.

A cidade, no capitalismo, se constitui em um “conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si” (CORRÊA, 2004, p. 7). As diversas utilizações estão inseridas e se organizam no espaço em função de mecanismos que têm como intuito a reprodução do capital (CORRÊA, 2004). A dinâmica no espaço urbano, que podemos entender como a organização espacial da cidade, dá-se de maneira concomitante, articulada e fragmentada, uma vez que cada parte desse todo se organiza estabelecendo relações entre si (CORRÊA, 2004).

Os diversos usos do espaço urbano propiciam uma disputa entre os agentes-detentores dos meios de produção e os grupos sociais excluídos, fazendo com que as transformações do solo urbano sejam processos complexos e dinâmicos, pois se realizam de maneira articulada e fragmentada, refletindo a lógica organizacional da sociedade de classes (CORRÊA, 1989). A disputa dos diversos agentes pelo solo urbano reflete a luta dessas classes, se organiza a partir da lógica do capital, que tem como princípio norteador a propriedade privada (MARX, 1980).

A projeção espacial de uma sociedade dividida em classes pode ser compreendida pela questão habitacional (SOUZA, 2016), e tem a sua concepção atrelada às raízes do capitalismo, pois, a partir do momento em que o trabalho¹ se mercantiliza, “todos os outros aspectos da vida entram também nos circuitos do capital” (SOUZA, 2016, p. 68). A moradia, portanto, além de ser um elemento fundamental para a reprodução social, adentra os circuitos de troca, se tornando um item que é, “antes de mais nada, um objeto, produto, bem durável” (VALENÇA, 2003).

1 Para Marx (2013, p. 326), “o trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza”.

Sob o modo de produção capitalista, ocorre uma crise habitacional de ordem estrutural (SOARES, 1988), uma vez que o capital entende a habitação como mercadoria, ou seja, para uma sociedade que se divide em classes, “o acesso à moradia se confunde com o acesso à propriedade” (LORENZETTI, 2001, p. 3). Assim, a aquisição de uma unidade habitacional limita-se a quem pode pagar pelo seu valor de uso.

Nessa perspectiva, a produção do espaço da cidade se dá de modo desigual e segrega as camadas populares, criando espaços suburbanos que, além de distantes dos centros comerciais e financeiros, apresentam condições insalubres de moradia.

A segregação socioespacial gira, mais uma vez, em torno dos interesses do modo de produção vigente. A existência das favelas e dos subúrbios urbanos só acontece por conta da especulação imobiliária, fazendo com que o especulador acumule um montante financeiro cada vez maior por meio da exploração dos vazios urbanos. A existência de mais unidades habitacionais em situação de vacância do que o chamado “déficit habitacional” continua a se perpetuar (MACIEL; BALTAZAR, 2011), pois é uma relação que favorece a reprodução especulativa. No caso do Brasil são cerca de 6 milhões de imóveis vazios e cerca de 6 milhões de famílias que não têm acesso a moradia, o que mostra como o problema não está relacionado a falta de unidades habitacionais mas a falta de acesso das famílias a habitação, que foi transformada pelo modo de produção capitalista em uma mercadoria (COELHO, 2018).

A relação do aluguel é um bom exemplo de como o capital atua na questão habitacional, uma vez que o locador se apropria de parte do salário do locatário, configurando assim um processo de exploração indireta da mais-valia. Portanto, mesmo não ocorrendo uma relação de trabalho (MARX, 2013), mas de comércio imobiliário, pode-se observar um processo no qual é possível constatar o acúmulo monetário graças à propriedade privada, sem relação direta com a exploração do trabalho (MARX, 2013), mas ainda assim de exploração, evidenciando, dessa forma, como a propriedade privada tem relação direta com o chamado “déficit habitacional”, o que nos faz refletir: será que existe mesmo essa falta de unidades habitacionais? Ou ela só existe pois o capital especulativo a mantém para sua própria sobrevivência e lucro?

As habitações têm um alto preço e valor, despertando assim o interesse de toda a população, principalmente por serem um bem necessário para a sobrevivência no modo de produção capitalista (MONTEIRO; VERAS, 2017). O solo urbano, assim como as moradias, é tratado pelo capital como uma mercadoria, mediante a qual se busca o lucro, limitando-se o acesso a ela a quem pode pagar e excluindo a classe trabalhadora empobrecida (MONTEIRO; VERAS, 2017). Essa conjuntura é uma das inúmeras formas da reprodução do capital, em função do lucro com os altos preços das habitações, o que cria um terreno fértil para a especulação imobiliária (MONTEIRO; VERAS, 2017).

Para entender como esse processo ocorreu em Uberlândia (MG), inicialmente faremos uma compilação histórica com os principais marcos do surgimento e estabelecimento do espaço urbano; em um segundo momento buscaremos entender a questão habitacional da cidade, levantando os marcos legais e os programas de iniciativa local

e nacional, com o objetivo de contextualizar o processo; no terceiro momento daremos ênfase aos programas recentes, a sua concepção ideológica e às novas legislações.

No intuito de cumprir esses objetivos, nos amparamos na pesquisa bibliográfica e documental para entender como foram constituídas as políticas de habitação ao longo da história, como o modelo de cidade se inseriu nesse processo e como isso afeta o acesso à habitação no Brasil e em Uberlândia, base do estudo de caso deste manuscrito.

2. A QUESTÃO HABITACIONAL EM UBERLÂNDIA (MG): UMA PROBLEMÁTICA HISTÓRICA

O Sertão da Farinha Podre — conhecido hoje como Triângulo Mineiro — ganhou destaque na economia nacional em função da expansão da malha ferroviária, com a implantação da Estrada de Ferro Mogiana (1895), atual Ferrovia Centro-Atlântica; da construção da ponte Afonso Pena sobre o rio Paranaíba (1909), e da construção das rodovias pela Companhia Mineira de Autoviação (1912) (SOARES, 1988).

Ao desbravar o Sertão da Farinha Podre, em 1818, o senhor João Pereira da Rocha, juntamente de sua família, acampou (e, posteriormente, tomou posse) nas proximidades do córrego São Pedro, marco do início da construção do que viria a ser Uberlândia. A constituição da cidade se iniciou em 1856 com a implantação dos fundamentos do arraial, que um ano depois ganhou uma freguesia com o nome de Senhora do Carmo de São Sebastião da Barra de São Pedro do Uberabinha. Em 1888, se tornou uma vila, conhecida por São Pedro do Uberabinha, e no ano de 1892 foi emancipada, tornando-se cidade, mas só ganhou o nome de Uberlândia em outubro de 1929 (SOARES, 1988).

Historicamente, é possível observar que no século XX diversas famílias migraram do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, acreditando na promessa de empregos que lhes oferecessem remunerações mais razoáveis, como mostra Soares (1988). Porém, a realidade encontrada era outra, faltavam serviços, os salários eram baixos e as políticas públicas com o intuito de atender a essa população eram praticamente inexistentes. Os locais onde a população de baixa renda conseguia se instalar apresentavam condições insalubres, precarizando ainda mais a vida do operariado.

Em Uberlândia não foi diferente. Com o número de indústrias em crescimento, a economia municipal já se destacava na década de 1920 (SOARES, 1988). Essas circunstâncias atraíam muitas pessoas para a cidade, porém esta já apresentava situações denominadas **insalúferas** (SOARES, 1988), **isto é, não oferecia condições para o pleno desenvolvimento humano.**

O jornal *A Tribuna*, de Uberlândia, noticiava em 1920 como a falta de moradias para a classe trabalhadora local já era um problema, ou seja, o déficit habitacional é uma antiga demanda que vem se arrastando ao longo dos anos (SOARES, 1988), para ser exato, de décadas ou até séculos. As primeiras políticas públicas de habitação que abrangeram todo o território nacional foram implementadas somente no período

da ditadura militar (1964-1985), com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) logo após o golpe militar, em 1964 (BOLAFFI, 1982), ou seja, mais de 40 anos após as primeiras notícias na imprensa uberlandense.

Compreendendo a demanda histórica por moradia, e considerando a habitação como um espaço fundamental para a reprodução social de cada sujeito, pode-se afirmar que o Estado deveria atuar de forma a sanar essa questão, uma vez que é de sua responsabilidade o desenvolvimento de políticas que criem mecanismos para que a classe trabalhadora tenha acesso à moradia digna. Porém, a forma como as políticas são implementadas possibilita ao Estado usá-las como instrumento de controle social das massas operárias, como veremos a seguir.

Portanto, ao observar como os movimentos de luta pela moradia se dão por satisfeitos simplesmente por obter casas para os que não as têm, pode-se afirmar que esses mesmos movimentos não se organizam, efetivamente, por mudanças capazes de romper com a lógica do modo de produção capitalista, configurando-se, portanto, não como críticos da propriedade privada, mas sim como defensores do que se pode chamar de “capitalismo humanizado” ou simplesmente social-democracia².

O motivo ideológico para tamanha limitação de suas pautas de lutas se dá, justamente, pela limitação de seus líderes no entendimento epistemológico do que vem a ser “moradia” no modo de produção capitalista: uma mercadoria com valor de uso e de troca, capaz de servir tanto ao trabalhador como ao capital especulativo. Prova disso, inclusive, é o fato de existirem ferramentas econométricas capazes de precificá-la de acordo com o seu entorno, como o método dos preços hedônicos (CAMARGO, 2018).

Não há dúvidas de que no Brasil exista um alto número de moradias em situação de vacância (como já explicado), porém o problema habitacional acaba sendo analisado e tratado numa perspectiva errônea, beneficiando o capital, pois o real problema não é (e nunca foi) a falta de casas, mas o fato de estas serem tratadas como mercadorias (tem acesso a elas quem pode pagar por seu valor). Em suma, seu déficit é da ordem do acesso e não da de unidades construídas (BOLAFFI, 1982), ou seja, existem diversas propriedades que não estão cumprindo sua função social, desrespeitando assim a legislação específica acerca do tema, algo que, em essência, a maior parte dos movimentos sociais que lutam por moradia não aborda a fundo, configurando-se assim seu ímpeto de não rompimento com a lógica mercadológica do modo de produção vigente.

Ao se tratar a questão habitacional sob a perspectiva desse falso problema, o capital especulativo é beneficiado, pois este “cria” uma demanda de construção de novas moradias, fomentando assim o aumento da renda da terra, a especulação imobiliária e a exploração da mais-valia relativa por intermédio da ligação entre o especulador e a vítima da especulação.

Para compreender historicamente essa complexa simbiose entre esses sujeitos, é interessante observar como se deu a primeira iniciativa de implantar uma política de

2 A política social dos sociais-democratas consiste, geralmente, em mitigar os efeitos da distribuição dos recursos guiando-se pelo critério da eficiência. Essa política não visa transformar o sistema econômico, mas sim corrigir os efeitos de sua operação (PRZEWORSKI, 1988, p. 75).

habitação de abrangência nacional, com a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Sistema Federal de Habitação e Urbanismo pela lei federal nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

Infelizmente, ambos não conseguiram atingir o seu propósito original, que era promover a construção e a distribuição de casas próprias, especialmente para as classes de menor renda (BOLAFFI, 1982). Um dos motivos para que a efetivação dessa política não ocorresse foi que o BNH “terceirizava” as suas atribuições para a iniciativa privada, ficando incumbida esta de arrecadar e transferir os recursos financeiros necessários para a construção (BOLAFFI, 1982).

Essa transferência de responsabilidade acabou por agravar o problema habitacional (em lugar de resolvê-lo, que era o seu objetivo inicial), uma vez que todas as deliberações ficavam à mercê dos interesses do mercado (BOLAFFI, 1982). Por não conseguir atingir os seus objetivos, em 1986 o BNH foi extinto e as suas funções foram transferidas para a Caixa Econômica Federal (vinculada ao Ministério da Fazenda). Já a área de habitação foi atribuída ao Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (BRASIL, 2004).

No principal período das ações do BNH, curiosamente a ditadura militar, difundiu-se a ideia de que a casa própria representava um sonho de consumo, com segurança, estabilidade e condições favoráveis à reprodução social do núcleo familiar, eliminando o gasto com o aluguel que consumia parte significativa da renda das famílias mais pobres. Dessa forma, a questão habitacional era utilizada como instrumento de controle social, fazendo com que o trabalhador passasse de contestador da ordem vigente para seu aliado (AZEVEDO, 1988).

Nesse contexto, podemos observar o processo de espoliação urbana, que é a privação das camadas populares do acesso a bens fundamentais para a sua reprodução social (KOWARICK, 1979), como, por exemplo, a moradia. É importante ressaltar que a partir do momento em que o trabalhador adquire a casa própria, é gerado um processo de rebaixamento do custo de reprodução de sua força de trabalho, diminuindo ainda mais os seus já achatados salários (KOWARICK, 1979).

A conjuntura econômica do Brasil na época áurea do BNH era o que ficou conhecido como “milagre econômico”, no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), sendo que, a partir de 1974, o país entraria em uma profunda crise econômica, tornando a aquisição de moradia uma prioridade, principalmente para a classe trabalhadora, como forma de eliminar a despesa do aluguel (BOLAFFI, 1982).

Os militares agiam de forma a fomentar o mercado imobiliário, pois era o capital especulativo que os financiava, portanto estavam

Uma das maiores críticas atribuídas à atuação do BNH é não ter conseguido atender justamente à parcela da população mais necessitada de moradia. Apesar de ser um dos seus objetivos oficiais, as práticas se davam em outro campo, no caso, o de financiar o empresariado responsável pela sustentação do golpe de 1964

ligados de maneira direta ou indireta às empreiteiras. Um bom exemplo disso é que o BNH tinha inúmeras linhas de crédito para atender especialmente a esse público, impulsionando assim as atividades desses empresários que transacionavam de forma ampla com todas as classes sociais, em particular com as mais abastadas (CAMPOS, 2018).

Nessa perspectiva, é possível observar que a atividade dos especuladores foi fortemente fomentada nesse período e deixou marcas e heranças que são visíveis até hoje nas cidades, em particular nas médias e grandes cidades, como a especulação imobiliária.

Entretanto, uma das maiores críticas atribuídas à atuação do BNH é não ter conseguido atender justamente à parcela da população mais necessitada de moradia. Apesar de ser um dos seus objetivos oficiais, as práticas se davam em outro campo, no caso, o de financiar o empresariado responsável pela sustentação do golpe de 1964, sendo relevante frisar que o objetivo de qualquer empresa sempre é obter lucros e aumentar o seu patrimônio, e não criar e apoiar mecanismos de acesso da classe trabalhadora à moradia — isso é um postulado óbvio no regime burguês (CAMPOS, 2018).

A atuação do BNH em Uberlândia teve início no final da década de 1960, e deve ser compreendida sob diversos aspectos, pois ocorreu de distintas formas, uma vez que existiam diferentes tipos de financiamento e de agentes do mercado. As modalidades de financiamento dividiam-se em popular, econômica e média, representadas respectivamente pela Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab-MG), Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais (Inocoop-MG) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) (SOARES, 1988).

Os conjuntos habitacionais construídos em Uberlândia, fruto da parceria entre a Cohab e o BNH, que foram direcionados para a classe trabalhadora, segundo Isidoro (2006, p. 18)

possuíam características próprias e geralmente encontravam-se a grandes distâncias do centro da cidade. Em sua maioria apresentavam casas padronizadas e construídas com material de baixa qualidade. Na sua maioria, esses conjuntos foram localizados observando a distância permitida pelo BNH, que era de 7 quilômetros do espaço geográfico central. A implantação desses conjuntos deixou imensos espaços vazios entre eles e a “cidade”. Os conjuntos construídos pela Cohab serviram para os interesses políticos-econômicos com o objetivo de angariar votos e também serviram para promover a segregação urbana — espacial e social — na cidade de Uberlândia.

Pelos fatos mencionados por Isidoro (2006), podemos observar como a classe dominante atuava (e atua) no sentido de não resolver a questão habitacional, limitando-se a afastar dos centros urbanos as residências dos trabalhadores na tentativa de esconder a pobreza e a miséria na qual vivia (e vive) o operariado empobrecido.

Na década de 1970, em função do crescimento acelerado da cidade de Uberlândia, houve uma expansão significativa na construção dos conjuntos habitacionais pelo BNH. O *boom* no número de moradias fez com que houvesse um aumento da renda da terra, e conseqüentemente a elevação do custo da edificação de novas moradias em localizações privilegiadas, outro exemplo de como a política do BNH não contemplava a classe trabalhadora (SOARES, 1988).

O Conjunto Liberdade foi o único erguido em Uberlândia que tinha como objetivo alcançar a classe trabalhadora. A obra foi executada pela Cooperativa Cruzeiro do Sul³ em convênio com a Caixa Econômica Federal (CEF) de Minas Gerais e construiu 749 unidades habitacionais. Esse projeto fazia parte de um programa experimental que tinha como intuito deslocar a população de baixa renda, na perspectiva de erradicar as favelas, ou seja, é possível definir essa ação como uma política higienista que tinha como real propósito esconder a população pobre (SOARES, 1988). Essa política, mais uma vez, fracassou, pois o proletariado local não possuía renda capaz de garantir a sua permanência no conjunto, levando à expulsão do público-alvo para os subúrbios urbanos (SOARES, 1988).

A escolha dos locais onde eram construídos os conjuntos habitacionais em Uberlândia foi muito marcante, uma vez que a maioria se situava a mais de 10 quilômetros de distância do centro da cidade, o que corrobora o propósito higienista aqui identificado e expressa a territorialização do capital no espaço urbano. Além disso, a cada novo conjunto, o arranjo espacial se modificava, reservando um vasto número de lotes para a especulação imobiliária (SOARES, 1988).

O isolamento do trabalhador em bolsões de pobreza⁴, que tinham uma infraestrutura mínima — água, energia —, precarizava ainda mais a sua vida, principalmente com as distâncias a serem percorridas diariamente entre a moradia e o trabalho, coibindo o seu direito de acesso à cidade. Esse modelo de política habitacional excludente e rentista tem raízes na importação da política urbana higienista desenvolvida pelo Barão

3 Orientada pelo Inocoop-MG.

4 Locais com grande concentração da massa trabalhadora empobrecida.

Hausmann, que expulsou o operariado francês do centro de Paris e o relegou para os subúrbios e periferias em 1853 (LEFEBVRE, 2001), corroborando a exploração da mais-valia indireta por meio da locação de imóveis na Cidade Luz.

No Brasil, segundo Benchimol (1992), a reforma urbana iniciada em 1903 por Pereira Passos (tratado pelo autor como um Hausmann tropical) no Rio de Janeiro, na época capital da República, reproduz muitos dos aspectos da ideia realizada em Paris. A forma como essa reforma foi desencadeada implicou o aprofundamento das desigualdades e, conseqüentemente, a segregação socioespacial marcada pela divisão centro-periferia (GOMES, 2005).

A reestruturação urbana parisiense (e a carioca também) possui um aspecto estratégico-militar, já que, ao criar avenidas largas, objetivava, além de parecer moderna, inibir as manifestações populares (TOURINHO, 2007), neutralizando a atuação do movimento operário revolucionário francês (BENCHIMOL, 1992), assim como a retirada da população pobre do centro — e isso vale tanto para o momento atual como para o contexto francês — era uma forma de conter a revolta das massas proletárias. De acordo com Harvey (2012, p. 82), comentando a iniciativa do Barão de Hausmann:

Deliberadamente, ele planejou a remoção de grande parte da classe trabalhadora e outros elementos rebeldes do centro da cidade, onde constituíam uma ameaça à ordem pública e ao poder político. Ele criou uma forma urbana onde se acreditava — incorretamente, como se evidenciou em 1871 — que um nível suficiente de vigilância e controle militar poderia assegurar que o movimento revolucionário seria facilmente submetido.

A relação com a cidade era muito importante para os operários franceses, mas foi interrompida de maneira abrupta pela reforma urbana, que inclusive os expropriou de suas moradias. Não por acaso, reestabelecer o convívio com o centro da capital francesa tornou-se um dos objetivos da Comuna de Paris (LEFEBVRE, 2001). Marx, na obra *O 18 brumário de Luis Bonaparte* (2011), ao avaliar ambas as ações, deixa claro como projetos político-sociais burgueses em confronto podem favorecer a implementação de ideias conservadoras, como foi, em essência, a proposta do Barão de Hausmann.

Em ambos os casos (Paris e Rio de Janeiro) podemos observar que as classes dominantes atuaram ao lado do Estado com o discurso de “modernizar” as cidades, quando na verdade o objetivo era expulsar os trabalhadores do centro. Após a “limpeza” das regiões principais, o capital especulativo ganhou força em sua ação, tendo como consequência o aumento da renda da terra e a elevação do preço do solo urbano, por meio de obras de infraestrutura financiadas pelo Estado (CARVALHO, 2013).

Ao ser expulso dos centros urbanos, o operariado continua sendo alvo da exploração da mais-valia indireta em consequência da relação locador-inquilino, ou seja, até para se ter acesso temporário (e extremamente limitado) ao imóvel, é necessário dispor de renda suficiente. Aliás, as condições de moradia da classe trabalhadora pioraram enormemente com a sua expulsão para os espaços suburbanos.

Essa situação mostra como os detentores dos meios de produção (e do capital) fazem disso um jogo de cartas marcadas, utilizando o aparelho do Estado em prol de seus interesses particulares, não tendo compromisso em fomentar e implantar políticas públicas eficientes para melhorar a vida do povo mais humilde, mesmo diante das contradições que esse comportamento suscita, como a eclosão de revoltas populares.

Essas circunstâncias também ocorreram no período histórico no qual o BNH atuou (1964-1986); mesmo apresentando políticas de moradia insuficientes, essa instituição deixou heranças significativas, principalmente na forma como são executadas as políticas habitacionais até hoje. Exemplo disso é a reprodução de modelos de condomínios horizontais nas periferias urbanas, isolando, precarizando e privando a classe trabalhadora do direito à cidade⁵, em uma lógica perversa que, na prática, criou (e segue criando) bolsões de pobreza. A contradição das políticas habitacionais se dá pelo fato de não se achar uma “solução” para a questão habitacional da classe trabalhadora, mas criar novos problemas como o de mobilidade urbana e o de aumento da renda da terra. No caso da cidade de Uberlândia, essa demanda se apresenta desde meados de 1924.

Na segunda metade da década de 1920, quando a cidade (na época conhecida como Uberabinha) já se destacava na economia nacional — tendo como principal atividade a produção das charqueadas, que abastecia o Rio de Janeiro, São Paulo, o Nordeste e outras regiões de Minas Gerais (SOARES, 1988) —, a falta de mecanismos legais para a resolução desse grave problema social se mostrava cada vez mais presente.

Os operários das principais indústrias locais moravam próximo ao frigorífico Ômega, e viviam em condições insalubres. Cabe salientar que esses trabalhadores eram contratados apenas na época de alta na produção, que ia de janeiro a julho, e passavam o restante do ano desempregados (SOARES, 1988), aumentando assim o exército de reserva local, o que barateava, ainda mais, o custo do empregado nas relações de trabalho no município. Isso não se dava por acaso, pois, como Marx (1980) mostra, diminuir o custo da força de trabalho pela criação de empregos em quantidade muito menor que a oferta de mão de obra não é uma estratégia do século XX, já era comum em toda a Europa desde o século XIX.

Na segunda metade da década de 1920, cabe destacar que a indústria foi se expandindo com a acomodação de empresas ligadas ao setor agrícola, que, com o intuito de facilitar o escoamento da produção pela estação ferroviária municipal, se instalaram nas saídas da cidade. A Cia Industrial do Triângulo Mineiro foi o empreendimento que mais cresceu economicamente na época, ofertando emprego e até mesmo um conjunto habitacional, as chamadas vilas operárias, para os seus funcionários (SOARES, 1988).

5 O Estatuto das Cidades é um importante instrumento que oferece mecanismos de acesso, mesmo com as limitações da social-democracia, da classe trabalhadora à cidade. Entendemos que a classe trabalhadora só terá o pleno acesso à cidade em outro modelo de sociedade, em que o modo de produção vigente não seja o capitalismo. Nessa perspectiva, faz-se necessária uma transformação social e política profunda, em decorrência da qual a prioridade passe a ser o ser humano, e não mais a reprodução do capital.

Com o crescimento do setor industrial uberlandense, a busca por melhores empregos atraiu, já nessa época, muitas pessoas para a cidade (como já descrito). Ao se depararem com outra realidade, a da dificuldade em encontrar trabalho, por conta do grande contingente de exército de reserva (MARX, 1980), as famílias acabavam se instalando em locais precários, uma vez que não possuíam renda nem mesmo para o pagamento de aluguéis. Assim, nessa época (segunda metade da década de 1920), Uberlândia já apresentava um significativo déficit de moradia, que inclusive foi tema de matérias do jornal *A Tribuna*, que citava o fato de a classe operária não ter habitação própria (SOARES, 1988).

Ainda nessa década, além da Cia Industrial do Triângulo Mineiro, também a Companhia Ferroviária Centro-Atlântica e as charqueadas construíram casas para serem alugadas a seus trabalhadores. A habitação, nesse caso, não era uma tentativa de resolver o problema habitacional dos operários, mas de controlar a força de trabalho, sendo mais um instrumento de sua expropriação. Essas moradias eram utilizadas como uma maneira eficaz de coibir a organização dos trabalhadores na reivindicação dos seus direitos, pois, em caso de enfrentamento contra os patrões por mais direitos trabalhistas, o operário poderia perder, além do vínculo empregatício, também o seu local de moradia. Na prática, isso era uma estratégia para fazer com que os proletários aceitassem todas as condições que lhes eram impostas (diga-se de passagem, muito precárias), além, evidentemente, dos baixos salários (SOARES, 1988).

A expansão da malha urbana em função da atividade industrial fez com que um novo agente da produção do espaço entrasse em ação, os agentes imobiliários, que passaram a atuar principalmente em torno da especulação financeira. Essa situação fez com que o déficit habitacional fosse se agravando ao longo do tempo.

Uma vez que o capital entende a habitação como mercadoria, ela passa a ter valor de troca. Para Marx (1980, p. 210-211):

O produto, de propriedade privada, é um valor de uso, fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis à marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores. Produz valores de uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor de troca.

Ou seja, uma sociedade que se divide em classes, na qual a classe hegemônica atua para limitar o acesso a um determinado bem de consumo a quem pode pagar por ele, faz com que as moradias passem a ser fatores de choque social, sendo necessárias, assim, políticas públicas de habitação não só para a classe trabalhadora viver, mas para conter possíveis revoltas populares por conta dessa situação.

Portanto, a criação do BNH e da Cohab, na década de 1960, no fundo, servia para acalmar os ânimos do operariado liderado, de maneira geral, por sindicatos que sofriam influência trabalhista ou comunista, ideias em voga entre os operários na época

e contrárias ao regime ditatorial então vigente no país. A iniciativa estatal era similar às reformas de Von Bismarck na Alemanha, com a criação do seguro social para garantir a adesão de parte do proletariado ao seu governo de cunho autoritário (BIHR, 2010).

É importante ressaltar que o Banco Nacional da Habitação foi extinto em 1986, com seus funcionários sendo absorvidos pela recém-criada Caixa Econômica Federal (CEF). A partir desse momento, a política habitacional passou a apresentar um vácuo, uma vez que suas funções foram repartidas entre vários órgãos do Governo Federal (MEDEIROS, 2010).

Após a extinção do BNH, o município de Uberlândia não desenvolveu mais políticas eficientes para atender à demanda habitacional, ficando refém, basicamente, das iniciativas federais até a metade dos anos 2000, fazendo com que os movimentos sociais de luta pela moradia tivessem uma atuação mais fervorosa e, conseqüentemente, que o número de ocupações crescesse nesse período (MACÊDO, 2014).

No contexto nacional, a política de habitação do governo Sarney (1985-1990) é marcada por uma grande confusão institucional em função da frequente reformulação dos órgãos responsáveis. Em 1985, o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente transformou-se em Ministério da Habitação, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e, em seguida, em Ministério da Habitação e Bem-Estar Social, sendo extinto em 1989 e a habitação ficando a cargo do Ministério do Interior. Essas circunstâncias, conseqüentemente, fortaleceram programas alternativos como o Programa Habitacional de Mutirões Comunitários, que tinham como objetivo alcançar famílias com até três salários mínimos, e como meta construir 550 mil unidades habitacionais (NOAL & JANCZURA, 2011). Porém, essa política foi um verdadeiro fracasso, não atingindo nem mesmo um terço das metas estabelecidas (BOTEGA, 2007).

Em 1988, foi aprovada a nova Constituição Federal, conhecida como Constituição Cidadã, que passou a tratar de forma inédita as questões urbanas:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

[...]

§ 2º) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

[...]

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até 250 metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º) O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

Modelo de política habitacional excludente e rentista tem raízes na importação da política urbana higienista desenvolvida pelo Barão Haussmann, que expulsou o operariado francês do centro de Paris e o relegou para os subúrbios e periferias em 1853

Foto: Arquivo Biblioteca Nacional da França



Georges-Eugène Haussmann, o Barão Haussmann (1809-1891)

§ 2º) Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.

§ 3º) Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (BRASIL, 1988, destaques nossos).

Os avanços da Constituição Federal de 1988 são incomparáveis e trazem instrumentos inovadores como a autonomia dos municípios em relação à política urbana. Porém, incluem-se alguns entraves, principalmente em relação à função social da propriedade privada, cabendo ao poder público local observar se tal política está sendo cumprida ou não, sem que se detalhe qual instrumento deve ser utilizado nessa avaliação (BRITO, 2017).

Cronologicamente, o primeiro presidente eleito de forma direta após a ditadura militar foi Fernando Collor de Mello (1990-1992). No seu governo, a pasta de habitação passou do extinto Ministério do Interior para o Ministério da Ação Social, e teve como principal ação o Plano de Ação Imediata para a Habitação (Paih). Esse programa foi lançado em 1990, tendo como meta construir, em caráter de urgência, 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, por intermédio de parcerias público-privadas (PPPs) com empreiteiras. O seu objetivo era reestruturar o setor imobiliário e da construção civil (RIBEIRO, 2007), deixando claro que o propósito não era em nenhum momento criar mecanismos de acesso à moradia para a classe trabalhadora empobrecida.

O Paih se dividia em três linhas de atuação: o Programa de Moradias Populares (unidades acabadas); o Programa de Lotes Urbanizados — com ou sem cesta básica de

materiais —, promovido pelas Cohabs e as cooperativas e entidades de previdência, e o Programa de Ação Municipal para Habitação Popular (unidades acabadas e lotes urbanizados), que era de inteira responsabilidade dos municípios.

O programa tinha como objetivo, também, testar novas matérias-primas e técnicas na construção civil, que passariam pela aprovação da equipe técnica da CEF, que atuava de forma secundária na implementação das linhas dos programas pelos agentes promotores (MOURA; SOARES, 2009).

A principal característica da linha de atuação do governo Collor foi a criação de mecanismos que facilitassem a prática do clientelismo, direcionando a aplicação dos recursos, inclusive no que se refere à habitação (RIBEIRO, 2007). O Paih foi considerado uma política segregacionista e contraditória, pois privilegiava os interesses privados em detrimento dos interesses da classe trabalhadora, que, além de ter de cumprir uma série de exigências legais para com a CEF, recebia um imóvel de 23 m² em péssimas condições de infraestrutura urbana e acabamento, sem saneamento básico e longe do centro da cidade, criando mais uma vez verdadeiros bolsões de pobreza (FERREIRA, 2009; MOURA; SOARES, 2009).

Essa política foi um verdadeiro fracasso, pois o prazo para a entrega das moradias foi aumentado de 6 para 18 meses, enquanto a meta de unidades habitacionais a construir diminuiu de 245 mil para 210 mil. Portanto, o objetivo inicial também não foi alcançado, sendo que um dos empecilhos para tal foi a falta de recursos (FERREIRA, 2009), além, por óbvio, de se evidenciar a incapacidade das políticas habitacionais em atender às famílias com renda de até três salários mínimos — uma herança do extinto BNH.

Em 1992, com o impeachment de Collor, as obras do Paih foram suspensas em função de inúmeras denúncias de irregularidades em relação a sua execução. Ao assumir a presidência, Itamar Franco (1992-1994) suspendeu definitivamente o programa em função dos altos custos financeiros, paralisando a construção de 12 mil casas em todo o país.

Ainda sob a batuta de Itamar Franco, reestruturou-se a gestão pública e foram criadas novas políticas habitacionais, sob comando do então Ministério do Bem-Estar Social, passando a se exigir a participação dos conselhos comunitários, a contrapartida dos governos locais e o financiamento por parte da União, sendo fundamental frisar que essas mudanças aumentaram de forma significativa o controle social e a transparência em relação a essas políticas (ARIMATEIA, 2006).

O mesmo governo criou duas frentes de atuação no que diz respeito à habitação popular, sendo que uma delas foi lançada em 1993, o Programa Habitar Brasil, com o objetivo de enfrentar o problema habitacional das famílias de baixa renda nas médias e grandes cidades, entendidas na época como as que possuíam mais de 50 mil habitantes.

Os principais critérios para participação no programa eram dispor de renda inferior a três salários mínimos, não ter participado de outro programa habitacional,

Em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), havia muitas expectativas com relação à temática que envolvia a produção de moradias populares no novo governo

possuir apenas um imóvel e estar vivendo em locais que não apresentassem condições salubres de habitação (ARIMATEIA, 2006). Com objetivos semelhantes, porém voltados para as pequenas cidades, foi lançado também em 1993 o Programa Morar Município (segunda frente de atuação) (FERREIRA, 2009).

Apesar dos avanços dessas políticas, como o reconhecimento da problemática habitacional e a criação de mecanismos de controle social e transparência, existem muitas divergências na literatura sobre o alcance dos objetivos propostos, principalmente porque houve dificuldade em abarcar os recursos financeiros advindos tanto de verbas orçamentárias como do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) (MOURA; SOARES, 2009).

Outra mudança fundamental nesse período foi o estabelecimento de um novo conceito de déficit habitacional encomendado pelo governo. A Fundação João Pinheiro (FJP) passou a considerar não só o número de unidades habitacionais oferecidas pelo poder público, mas também outras variáveis, como água tratada, esgoto, coleta de lixo, iluminação pública, adensamento e posse precária. Esse conceito é o mesmo usado atualmente, e marcou um novo momento nas políticas habitacionais no Brasil (SOUZA, 2009).

O início do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC, 1995-2003) teve como principal característica, no que tange à política habitacional, a descentralização dos recursos e maiores exigências legais para a realização dos empréstimos federais que tivessem como objetivo a aquisição de moradias (ARRETICHE, 2002). Nesse sentido, ocorreu uma reforma administrativa mais robusta, que teve como consequência uma reestruturação institucional, extinguindo o Ministério do Bem-Estar Social e criando a Secretaria de Política Urbana (Sepurb), alocada no Ministério do Planejamento e Orçamento, que passou a ser o responsável pela estruturação da Política Nacional de Habitação.

Nesse período, houve ainda a elaboração e diversificação dos programas habitacionais: Programa Habitar Brasil, Pró-Moradia, Carta de Crédito Individual Associativo e Apoio à Produção; entretanto, esses programas não dialogavam entre si, tendo

como consequência uma política dispersa em diversas iniciativas. É importante salientar que nenhum desses programas atingiu êxito (MOREIRA; LEME, 2011).

Em 1999, foi lançado o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que se diferenciava dos demais programas pela forma como se dava o financiamento e a alienação fiduciária pela CEF, sendo que a fonte dos recursos destinados ao programa advinha do FGTS e de recursos considerados não onerosos para a União. O programa tinha como público-alvo famílias com renda de até seis salários mínimos, e sua principal ação foi a de reativar a construção dos conjuntos habitacionais na malha urbana já dotada de infraestrutura (BONATES, 2008).

O grande avanço da era FHC ocorreu em 2001, com a aprovação pelo Congresso Nacional e a sanção presidencial do Estatuto das Cidades, projeto que tramitava havia 13 anos e regulamentava a Constituição de 1988 criando possibilidades para que a função social da propriedade privada fosse cumprida, além de ser um importante instrumento para o equacionamento da questão habitacional no Brasil (BONDUKI, 2008). É necessário salientar que o governo FHC não se empenhou para que o projeto de lei do Estatuto das Cidades fosse aprovado, o que contou com a persistência dos movimentos sociais de luta pela moradia e pela reforma urbana (MARICATO, 1998).

Em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), havia muitas expectativas com relação à temática que envolvia a produção de moradias populares no novo governo escolhido pelo povo, uma vez que sua orientação ideológica parecia oposta à visão neoliberal de FHC.

O plano de governo do petista continha uma parte dedicada exclusivamente à moradia, na qual propunha o combate ao déficit habitacional com base no estímulo à construção de novas moradias — o que também aqueceria a indústria da construção civil —, orientando-se pela Constituição de 1988 e suas regulamentações e buscando, assim, que a propriedade privada cumprisse enfim a sua função social (COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE, 2002).

3. REFORMA OU REVOLUÇÃO? A HABITAÇÃO NA ERA DOS GOVERNOS PETISTAS: DESDOBRAMENTOS NACIONAIS E LOCAIS

A maneira como a social-democracia tomou forma no Brasil no pós-1988 é muito curiosa (DEO, 2011). Mesmo cercadas de bastante expectativa por parte do eleitorado que levou o primeiro operário à Presidência da República, as ações petistas, em relação a essa temática das políticas habitacionais, foram similares àsquelas da ditadura militar.

O motivo, obviamente, era o mesmo: mediar a “crise” habitacional e garantir bônus político. Portanto, a lógica dos governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), bem como a de qualquer outro de orientação social-democrata, é muito similar, pois é reformista, melhorando a vida do povo sem romper com a lógica do modo de produção capitalista (DEO, 2011). Para isso, foi criado o Ministério das Cidades.

A constituição desse ministério é fruto de uma ampla luta política acumulada ao longo dos anos pelos movimentos sociais progressistas (também de orientação social-democrata em sua maioria, como visto no início do artigo), e parecia se confirmar como um marco que traria avanços (institucionais) para as cidades brasileiras (MARI-CATO, 2011).

Entre esses avanços, podemos destacar o fato de o ministério possuir em sua estrutura interna uma secretaria específica para tratar somente da habitação, algo não implantado antes pelo ex-presidente neoliberal⁶ FHC, de matriz ideológica oposta à do ex-presidente petista. Cabe destacar ainda que a criação da Secretaria de Habitação surgiu durante a transição entre os governos FHC e Lula “com base nos principais problemas sociais que afetavam as populações urbanas” (MARI-CATO, 2011, p. 26).

Os diversos estudos realizados pelo “novo” Ministério das Cidades, apoiados nos dados do Censo Demográfico de 2000 e da Pesquisa de Informações Municipais de 2001 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostraram que o déficit habitacional na área urbana das cidades brasileiras correspondia, naquele momento, a cerca de 5,5 milhões de moradias (BRASIL, 2004).

Com base nesse diagnóstico, foi proposta a Política Nacional de Habitação (PNH), em sincronia com a Constituição Federal, que trata a moradia como direito fundamental de cada cidadão no seu artigo 6º:

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1988).

Assim o Estatuto das Cidades estabelece a função social da propriedade, no art. 182, § 2º: “A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.” Dentre os objetivos da PNH, cabe destacar a provisão da habitação, uma vez que o oferecimento de moradia digna para a população de baixa renda era o principal intuito dessa política (BRASIL, 2004).

Em 2005, em continuidade com a visão progressista de que a moradia é um direito fundamental do cidadão, e como forma de dar prosseguimento à PNH, criou-se o Sistema Nacional da Habitação de Interesse Social (SNHIS) e instituiu-se o Fundo Nacional da Habitação de Interesse Social (FNHIS), através da lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

A principal meta do SNHIS era criar mecanismos para que as populações de baixa renda tivessem acesso à moradia digna por meio de programas de investimentos

6 Segundo Moraes (2001), o termo *neoliberalismo* carrega ao menos três significados: 1) uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; 2) um movimento intelectual organizado que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think tanks*; 3) um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970 e propagadas pelo mundo por organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945).

e subsídios, assim como ocorria com as Cohabs, sendo que, neste caso, as unidades habitacionais direcionadas à população trabalhadora de renda baixa — compreendida entre 1 e 3 salários mínimos — acabavam por ser vendidas a quem tinha renda maior que o teto determinado, ou seja, de modo similar ao praticado na ditadura, também não alcançavam o público-alvo.

Um dos princípios orientadores do SNHIS era garantir que a moradia passasse a ser tratada como um direito:

Art. 20º. Fica instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social — SNHIS, com o objetivo de:

I — **viabilizar para a população de menor renda o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável;**

II — implementar políticas e programas de investimentos e subsídios, promovendo e viabilizando o acesso à habitação voltada à população de menor renda; e

III — articular, compatibilizar, acompanhar e apoiar a atuação das instituições e órgãos que desempenham funções no setor da habitação (BRASIL, 2005, destaques nossos).

Esses mecanismos podem ser entendidos por meio dos marcos legais que foram firmados para dar sustentação às possíveis políticas e/ou programas habitacionais, como foi colocado em prática a partir de 2009.

A moradia já tinha sido incluída na Constituição Federal como direito fundamental cinco anos antes, no artigo 6º da Constituição de 1988, pela emenda constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000, como um mecanismo potencializador de inclusão social, visto que o não acesso excluía milhares de brasileiros de viver em circunstâncias salubres, ou seja, de obter plenas condições para o seu desenvolvimento humano e social. Mesmo com esse avanço, é preciso observar que a social-democracia procura “resolver” a questão habitacional de maneira equivocada, pois não ataca o problema em sua essência, que é a existência da propriedade privada, buscando assim formas de “reformular” ou “revisar” o capitalismo.

Talvez o primeiro ideólogo dessa ideia tenha sido Bernstein, um dos líderes da II Internacional e defensor dos avanços dos direitos dos trabalhadores através de reformas sociais e da democratização política do Estado. Obviamente, essas ideias (similares às implantadas por Lula e Dilma) não levam em conta o próprio movimento histórico do capitalismo, contribuindo assim para a manutenção da sua dominação. Para Luxemburgo (2003, p. 69), “a tese revisionista é apenas uma adaptação ao capitalismo e representa o enterro do socialismo, baseado numa concepção vulgar da economia”. Tal observação desnuda a concepção petista de apenas reformar, e não de subverter a lógica da exploração de classes.

Esses processos se reproduzem, no âmbito municipal, e em consonância com a política nacional então em voga, na Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU). O

governo da cidade criou a lei nº 9.080, de 25 de outubro de 2005, que instituiu o Plano Municipal de Habitação (PMH) Tchau Aluguel. Esse plano tinha como objetivo facilitar o acesso do povo a melhores condições habitacionais (UBERLÂNDIA, 2005), algo que, como será possível observar, não aconteceu.

O Tchau Aluguel tinha como público-alvo as famílias com renda de até três salários mínimos⁷, principalmente residentes em Uberlândia durante pelo menos três anos, e que não tivessem imóveis registrados em seu nome — condição a se comprovar pela apresentação de certidão negativa de propriedade de imóveis (UBERLÂNDIA, 2005).

A execução dessa política se deu, em especial, através de convênios entre entidades públicas, como a CEF, privadas ou na forma de mutirões para autoconstruções (UBERLÂNDIA, 2005). As formas de financiamento e execução foram muito semelhantes às do BNH, que operava na ditadura militar. Em ambos os casos, havia como real objetivo a reprodução do modo capitalista como consequência da atuação em favor dos especuladores e empresários da construção civil e pela relação estabelecida na contratação das empreiteiras, ainda que por meio das licitações conforme a Constituição de 1988 — no caso do BNH, era favorecida a empreiteira que tivesse relação com os militares. Algo também bastante semelhante à atuação do BNH, que favoreceu a elite nacional, aliás a mesma que havia financiado o golpe militar de 1964 (CAMPOS, 2018), assim como as construtoras financiaram a campanha eleitoral do então prefeito, Odelmo Leão Carneiro, que tinha como vice o senhor Aristides Antônio de Freitas Borges, curiosamente o dono da maior imobiliária da cidade.

Estabelecendo parcerias com o mercado especulativo local, o PMH Tchau Aluguel teve um início extremamente tímido, com a edificação e entrega de 183 casas em 2008 (tabela 1).

Tabela 1 — Moradias construídas e entregues pelo Programa Tchau Aluguel - Uberlândia (MG), 2008

Programa	Bairro/local	Tipologia	Unidades
Tchau Aluguel	Campo Alegre	Casas	158
Tchau Aluguel	Distrito de Tapuirama	Casas	25
Total			183

Fonte: Banco de Dados Integrado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (UBERLÂNDIA, 2009).

A lei que institui o PMH foi sancionada em 25 de outubro de 2005, portanto três anos antes da entrega das primeiras unidades. É importante ressaltar que o BDI da PMU não informa se o financiamento era de ordem local e/ou federal, deixando um vazio acerca dessa questão e demonstrando falta de transparência por parte da gestão pública da época.

7 Na época que a lei foi sancionada, no ano de 2005, o salário mínimo era de R\$ 300.

O auge do PMH se deu no ano de 2010, quando, na prática, em um único conjunto habitacional foram entregues 1.361 moradias, sendo 1.136 unidades habitacionais no bairro Jardim Célia (tabela 2). Ainda em 2010, foram entregues mais 225 unidades, com destaque para os 176 apartamentos construídos no Bairro São Jorge⁸.

Tabela 2 — Moradias construídas e entregues pelo Programa Tchau Aluguel - Uberlândia (MG), 2010

Programa	Bairro/local	Tipologia	Unidades
Tchau Aluguel	São Jorge	Apartamento	176
Tchau Aluguel	Jardim Célia	Casas	1.136
Tchau Aluguel	Jardim Europa	Casas	10
Tchau Aluguel	Campo Alegre	Casas	39
Total			1.361

Fonte: Banco de Dados Integrado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (UBERLÂNDIA, 2011).

Por último, foram entregues 106 unidades habitacionais em 2011 (tabela 3). Destaca-se aqui um declínio considerável em relação ao ano anterior, que possivelmente se dá por conta do lançamento, em 2009, do programa habitacional de abrangência nacional Minha Casa Minha Vida, fazendo com que as iniciativas municipais se estagassem.

Tabela 3 — Moradias construídas e entregues pelo Programa Tchau Aluguel - Uberlândia (MG), 2011

Programa	Bairro/local	Tipologia	Unidades
Tchau Aluguel	Jardim Veneza	Casas	18
Tchau Aluguel	Distrito de Tapuirama	Casas	51
Tchau Aluguel	Maravilha	Casas	37
Total			106

Fonte: Banco de Dados Integrado da Prefeitura Municipal de Uberlândia (UBERLÂNDIA, 2012).

O poder público municipal, ao paralisar o programa local para se utilizar do federal, não considerou que o déficit de moradia continuava em escala crescente, dado que, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, saltou de 5,5 milhões para 6,49 milhões de unidades habitacionais. Por outro lado, essa circunstância mostra como o programa objetivou, também, atender aos interesses dos especuladores fundiários locais com o aumento da renda da terra e do território a ser especulado, fortalecendo as elites da região e mostrando, mais

⁸ Observou-se que esse foi o único bairro que recebeu o conjunto habitacional em forma vertical.

uma vez, o descompromisso em resolver de fato o problema, algo típico dos regimes de orientação social-democrata⁹.

Nesse sentido, pode-se perceber como ambos os planos, bem como as suas respectivas execuções, assemelham-se ao modelo desenvolvido pelo BNH, já que as construções foram financiadas por um banco — entendendo-se que o capital especulativo atuou por essa via no processo —, assim como as empreiteiras que foram contratadas para realizar as obras dos conjuntos habitacionais. Esse exemplo mostra de maneira muito evidente a forma como são tratados os programas de moradia, demonstrando como esses modelos são estratégias do capital para se reproduzir, enriquecendo cada vez mais quem o detém, e oferecendo migalhas à massa proletária.

A definição da localidade onde foram construídos os conjuntos habitacionais reproduz a mesma lógica utilizada pelo BNH, uma vez que todos são em locais distantes do centro da cidade — muitas vezes no limite legal da malha urbana —, ou seja, criam-se bolsões de pobreza, isolam-se os trabalhadores e limita-se o seu acesso à cidade.

A distância da casa para o centro comercial muitas vezes cerceia o deslocamento do operário para um espaço de lazer, sendo que esse também é um direito social garantido pela Constituição Federal em seu artigo 6º, bem como pelo Estatuto das Cidades. Essa escolha dos locais fomenta também a especulação imobiliária, que, aliás, deveria ser combatida (mas não é) como propõe o Estatuto das Cidades e também o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), em seus princípios:

Art. 4º. A estruturação, a organização e a atuação do SNHIS devem observar:

I — os seguintes princípios:

- a) compatibilidade e integração das políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;
- b) moradia digna como direito e vetor de inclusão social;
- c) democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;
- d) **função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade** (Brasil, 2005, destaques nossos).

A especulação imobiliária é um processo em que o valor do solo urbano está associado não ao seu uso, mas ao valor que pode conferir ao seu proprietário (OLIVEIRA, 1978). No modo de produção capitalista, quem regula o uso do solo é o mercado; nesse caso a “mercadoria” possui um valor de uso e o de troca (MARX, 1980; SINGER, 1982).

A potencialização desse processo especulativo ocorre justamente quando, em

⁹ A social-democracia trata o problema habitacional sob a falsa proposição de que faltam unidades habitacionais no Brasil, portanto não conseguem resolver essa situação, algo errôneo, pois na verdade não existe um real compromisso dos gestores orientados por essa matriz ideológica em apontar para o fim à propriedade privada, raiz maior do déficit de moradias.

O Estatuto das Cidades é um instrumento inovador por regulamentar a função social da propriedade no espaço urbano. Ele também traz à luz os conflitos cotidianos que ocorrem na cidade, fruto da lógica organizacional da sociedade no modo de produção capitalista

vez de se utilizarem as propriedades que não estão cumprindo a sua função social na malha urbana para resolver o déficit habitacional, os chamados vazios urbanos (BRITO, 2017), se faz opção por lotes que estão fora do perímetro urbano da cidade para alocar as moradias advindas de programas de moradia, uma opção claramente excludente.

Ao ignorar esses vazios urbanos, que poderiam ser aproveitados para construção dessas habitações, foi possível observar que tanto o Governo Federal como o municipal estão descumprindo a obrigação de zelar pela função social da propriedade, e, por consequência, de executar o Estatuto das Cidades (lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001):

Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas [...].

O Estatuto das Cidades é um instrumento inovador por regulamentar a função social da propriedade no espaço urbano. Ele também traz à luz os conflitos cotidianos que ocorrem na cidade, fruto da lógica organizacional da sociedade no modo de produção capitalista (RODRIGUES, 2004). Contudo, por vezes tem sido deixado de lado pela própria administração pública. Isso porque ele oferece mecanismos para se combater a especulação imobiliária, contrariando, mesmo que de forma parcial, os interesses do capital especulativo. Além disso, é importante frisar que os proprietários fundiários, também conhecidos como especuladores imobiliários, possuem diversos representantes nos poderes Legislativo e Executivo, e usam da “política da troca de favores”, legislando e executando em causa própria e não em benefício do proletariado.

O Estatuto das Cidades, apesar de não garantir de modo completo o direito do acesso à cidade, como demonstramos no caso específico de Uberlândia, é um instru-

mento fundamental na luta para que esse direito seja de fato efetivado (RODRIGUES, 2004). Porém, ao analisar o PMH de Uberlândia, é possível observar que esse instrumento foi ignorado em sua execução, reproduzindo práticas que o estatuto visa coibir. Ao criar áreas urbanizadas, os “vazios” se tornam locais onde a especulação imobiliária é fomentada.

A regulação do uso do solo urbano se dá pelo mecanismo do mercado, principalmente em torno da especulação gerada pelos agentes imobiliários (SINGER, 1982), e os investimentos do Estado corroboram o aumento (ou a diminuição) da renda da terra. Nesse sentido, a intervenção, mesmo conflitiva, é necessária para a contenção do mercado especulativo imobiliário.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar um levantamento histórico das políticas habitacionais conduzidas pelo Estado brasileiro, com base nos marcos legais e observando os seus desdobramentos na cidade de Uberlândia, foi possível perceber que a falta de acesso da classe trabalhadora empobrecida à moradia é um problema histórico, não só daquela localidade, mas que abrange todo o território nacional.

Essa falta de acesso não tem a ver em si só com a maneira pela qual as políticas habitacionais se dão, mas com as bases estruturantes do modo de produção vigente, o capitalismo. Essa organização faz com que a elite nacional — e isso também se reflete nos municípios — sempre esteja na gestão do Estado, garantindo que os seus interesses sejam prontamente atendidos.

Em Uberlândia essa realidade não é diferente: em todas as vezes em que foram construídos conjuntos habitacionais que visavam atender aos trabalhadores empobrecidos, os interesses da elite também foram atendidos, mesmo que isso se referisse ao local onde foram construídas as habitações, que sempre ficou a cargo do poder público local escolher, e em todas as experiências que observamos fica óbvio o isolamento da massa trabalhadora e o fomento da especulação imobiliária, que fez com que o valor do solo urbano subisse substancialmente.

E chegamos a algumas considerações que entendemos serem importantes nesta reflexão. Dentro do campo do ideal, diríamos que a solução é o fim do capitalismo e, por consequência, da propriedade privada, entretanto, temos clareza de que essa não é a realidade. No campo do possível, da nossa realidade concreta, também é possível pensar em outro modelo de política habitacional, que, além de levar em consideração as necessidades da população de ter acesso a uma habitação digna, considere, de forma real, a função social dos imóveis em situação de vacância e os instrumentos legalmente constituídos, como o Estatuto das Cidades.

Entendemos que essas práticas podem mudar a realidade de Uberlândia, uma cidade construída em retalhos para favorecer a especulação imobiliária. Os marcos legais, como o Estatuto das Cidades, foram ignorados pelo poder público, e isso interfere

cotidianamente na realidade dos trabalhadores e trabalhadoras que passam muitas horas do seu dia se deslocando entre o lar — em locais distantes da região central da cidade, que é onde conseguem pagar um aluguel, ou mesmo por terem sido contemplados com o acesso facilitado ao domicílio por uma política habitacional — e o local de trabalho, o que precariza ainda mais a rotina desses trabalhadores. E é **por considerar a condição dos milhares de trabalhadores e trabalhadoras que se encontram nessa situação que devemos pensar uma política de habitação que rompa com esses este-reótipos e sirva de fato a essa parte da população.**

Nessa perspectiva, é necessário ressaltar que, para que isso ocorra, devemos atravessar uma profunda transformação social e política visando à implantação de um novo projeto nacional de desenvolvimento, que tenha como pilar a solução dos problemas enfrentados pela população brasileira, entre eles o déficit de acesso à habitação.

* Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão (UFG-RC) e doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). *E-mail*: raphaella.udi@gmail.com

** Graduado em Geografia e Ciências Biológicas, mestre em Sustentabilidade e doutor em Ciências Naturais pela Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Docente do Instituto Federal de Minas Gerais – *campus* avançado Piumhi. *E-mail*: pedro0peixe@yahoo.com.br

*** Graduada e mestre em Geografia pela UFG e doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal de Catalão (Ufcat). *E-mail*: clcgeo@gmail.com

► Texto recebido em novembro de 2020; aprovado em fevereiro de 2021

ARIMATEIA, Emmanuela Wanderly Campos. **O descompasso de uma experiência**: avaliação do Programa Habitar Brasil na Comunidade África — Natal-RN. 2006. 162 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma dos programas sociais. **Dados**, v. 45, n. 3, p. 431-457, 2002.

AZEVEDO, Sergio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-86): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, v. 22, n. 4, p. 107-199, 1988.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann tropical — a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 2010.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 37-70.

BONATES, Mariana Fialho. O Programa de Arrendamento Residencial — PAR: acesso diferenciado à moradia e à cidade. **Risco**, São Carlos, v. 7, p. 147-164, 2008.

BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista Eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em: < <https://revistaarqurb.com.br/arqurb/article/view/81/75>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. De Vargas a Collor: urbanização e política habitacional no Brasil. **Espaço Plural**, n. 17, p. 66-72, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade e legislação correlata. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2002.

_____. **Lei nº 11.124, de 16 de Junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social — SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social — FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm>. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. Política nacional de habitação. **Cadernos MCidades**, n. 4. Brasília: Ministério das Cidades, 2004.

BRITO, Paula Santos. **Função social da propriedade, vazios urbanos e desdobramentos na política de habitação de interesse social no município de Feira de Santana**. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial) — Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2017.

CAMARGO, Pedro Luiz Teixeira. **Valor ambiental da cachoeira da Serrinha, Mariana-MG**. Curitiba: Appris, 2018.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. Empresariado e ditadura no Brasil: o estado atual da questão e o caso dos empreiteiros de obras públicas. **Transversos**, n. 12, p. 335-358, 2018.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Capital imobiliário e desenvolvimento urbano. **Caderno CRH**, v. 26, n. 69, p.545-562, 2013.

COELHO, André. **Mais casa sem gente do que gente sem casa. 2018.** Disponível: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/513614/noticia.html?sequence=1> > . Acesso em: 8 fev. 2019.

COLIGAÇÃO LULA PRESIDENTE. **Programa de governo 2002.** Disponível em: < www1.uol.com.br/fernandorodrigues/arquivos/eleicoes02/plano2002-lula.pdf > . Acesso em: 10 fev. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 2004.

DEO, Anderson. **A consolidação da social-democracia no Brasil.** 303 f. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2011.

FERREIRA, Andressa Rosa. **Programas de combate ao déficit habitacional brasileiro.** 72 f. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) — Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

GOMES, Maria Fátima Cabral Marques. Habitação e questão social: análise do caso brasileiro. **Scripta Nova**, v. 4, n. 194, p.1-2, ago. 2005.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul.-dez. 2012.

IBGE. **Censo 2010.** Disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html> > . Acesso em: 10 fev. 2021.

ISIDORO, Marcos Paulo. **A dinâmica comercial no bairro Luizote de Freitas: avenida José Fonseca e Silva.** 2006. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) — Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LORENZETTI, Maria Sílvia Barros. **A questão habitacional no Brasil.** Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução?.** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MACÊDO, Paulo César. **Jardim Célia: sonho dourado ou martírio? Segregação e exílio social “que nasceu no meio do cerrado”** — Uberlândia, 2009-2014. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em História) — Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MACIEL, Ana Paula; BALTAZAR, Ana Paula. Família sem casa e casas sem família: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Cadernos Metrôpole**, v. 13, n. 26, p. 523-547, 2011.

MARICATO, Ermínia. Política urbana e de habitação social: um assunto pouco importante para o governo FHC. **Revista Praga**, v. 1, n. 6, p. 67-78, 1998.

_____. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** 30. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. 574p. [Livro 1]

_____. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** 1.ed.São Paulo: Boitempo, 2011. 176p.

_____. **O Capital: crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 894p. [Livro 1]

MEDEIROS, Sara Raquel Fernandes Queiroz. BNH: outras perspectivas. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. **Anais [...].** Natal: UFRN, 2010. p. 1-15.

MONTEIRO, Adriana Roseno; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. A questão habitacional no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 16, p.1-12 2017.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?.** São Paulo: Editora Senac, 2001.

MOREIRA, Camila Fernandes; LEME, Alessandro André. Direito à moradia: políticas públicas nos governos FHC e Lula. **Horizonte Científico**, Uberlândia, v. 5, p. 1-22, 2011.

- MOURA, Gerusa Gonçalves; SOARES, Beatriz Ribeiro. A periferia de Uberlândia: da sua origem até a sua expansão nos anos 1990. **Caminhos de Geografia**, v. 10, p. 22-40, 2009.
- NOAL, Ednilson Bolson; JANCZURA, Rosane. A política nacional de habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 157-169, jan.-jul. 2011.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. A lógica da especulação imobiliária. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 55, p.75-92,1978.
- PRZEWORSKI, Adam. A social-democracia como fenômeno histórico. **Lua Nova**, Revista de Cultura e Política, v. 4, n. 15, p. 41-81, 1988.
- RIBEIRO, Edaléa Maria. A política de habitação no Brasil em tempos de globalização neoliberal. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2007.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Estatuto da Cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. **Cadernos Metrôpole**, n. 12, p. 9-25, 2004.
- SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 21-36.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. **Habitação e produção do espaço em Uberlândia**. 1988. 225 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- SOUSA, Milena Abadia de. **A ONG Ação Moradia e a zona leste do município de Uberlândia-MG: os impactos do terceiro setor na periferia**. 2016. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.
- SOUZA, Amanda Paulista de. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Revista Humanidades em Diálogo**, v. 5, p. 93-108, 2013.
- SOUZA, Bárbara Cecília Machado Fontes de. **Desenvolvimento regional e gestão metropolitana: reflexões a partir da política habitacional na região metropolitana de Aracaju**. 2009. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) — Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.
- SOUZA, Lilian Aparecida. Considerações acerca da mercadoria moradia: a questão habitacional. **Espaço em Revista**, v.18, n.2, p.67-84, 2016.
- TOURINHO, Adriana de Oliveira. A influência das reformas urbanas parisienses no Rio de Janeiro dos anos 20. In: JORNADAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA UFRJ, 1., 2007. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- UBERLÂNDIA. **Lei nº 9.080, de 25 de outubro de 2005**. Dispõe sobre o Plano Municipal de Habitação “Tchau Aluguel” e dá outras providências. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/mg/u/uberlandia/lei-ordinaria/2005/908/9080/lei-ordinaria-n-9080-2005-dispoe-sobre-o-plano-municipal-de-habitacao-tchau-aluguel-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- UBERLÂNDIA. **Banco de Dados Integrados** – Ano base 2008. Uberlândia: Secretária de Planejamento Urbano, 2009. 397p.
- UBERLÂNDIA. **Banco de Dados Integrados** – Ano base 2010. Uberlândia: Secretária de Planejamento Urbano, 2011. 385p.
- UBERLÂNDIA. **Banco de Dados Integrados** – Ano base 2011. Uberlândia: Secretária de Planejamento Urbano, 2012. 402p.
- VALENÇA, Márcio Moraes. Habitação: notas sobre a natureza de uma mercadoria peculiar. **Cadernos Metrôpole**, n. 9, p. 165-171, 2003.

Os impactos da covid-19 nas pequenas pousadas do litoral do Paraná: reflexões, desafios e oportunidades pós-pandemia

The impacts of covid-19 in small inns on the coast of Paraná: post-pandemic reflections, challenges and opportunities

Luciane scheuer*

Adilson Anacleto**

Juliane Rodrigues Xavier***

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.013>

Divulgação



Pousada na Ilha do Mel

RESUMO

O litoral do Paraná é uma região que depende da atividade turística, tendo um forte apelo para o turismo de sol e praia, histórico-cultural e gastronômico, e, por conta disso, apresenta um grande número de pousadas, sendo este um segmento de grande relevância no setor de meios de hospedagem. Assim, buscou-se apresentar o resultado de uma pesquisa que analisou os impactos da crise econômica gerada pela covid-19 nos gestores e nas pousadas do litoral do Paraná. Foi realizada pesquisa exploratória descritiva com 30 gestores entre maio e junho de 2020. O estudo revelou que os estabelecimentos existiam, em média, havia 23,6 anos, portanto eram negócios consolidados no mercado. Os impactos mais sentidos pelos gestores foram os econômicos, já que 83% das pousadas ficaram fechadas em média 118 dias, e os principais problemas psicológicos apresentados pelos gestores foram a insônia, o medo de falência e o nervosismo. Atualmente a taxa média de ocupação das acomodações é de 12,4%, mostrando-se muito abaixo da ocupação mínima ideal, de 42,8%, relatada pelos entrevistados. Os maiores problemas descritos foram a queda brusca da taxa de ocupação, a dificuldade em manter funcionários e o acesso não facilitado ao crédito emergencial. A adoção de estratégias prospectivas direcionadas ao público de maior poder aquisitivo e a participação dos gestores no Sistema Regional de Inovação (SRI) podem representar importantes direcionamentos no enfrentamento da crise causada pelo novo coronavírus.

Palavras-chave: Turismo. Cooperação. Hospitalidade. Sistema Regional de Inovação.

ABSTRACT

The Paraná Coast is a region which depends on tourist activity, having a strong appeal for sun and beach, historical-cultural and gastronomic tourism. It presents a large number of inns, being a segment of great relevance in the hosting sector. The aim of this article is to present the results of a research that analyzed the impacts of the economic crisis generated by the new coronavirus (covid-19) pandemic on managers and inns in Paraná Coast. In this context a descriptive exploratory research was carried out with 30 managers between May and June 2020. The study revealed that the establishments existed on average for 23.6 years, therefore they are consolidated businesses in the market. The most felt impacts by the managers were the economic ones, since 83% of the inns were closed on average 118 days and the main psychological problems presented by the managers were insomnia, fear of bankruptcy and nervousness. Currently, the occupancy rate average is 12.4%, which is below the minimum ideal occupation of 42.8% reported by the interviewees. The major problems described by them were the sharp drop in the occupancy rate, the difficulty in retaining employees and the difficulty in accessing emergency credit. The adoption of prospective strategies towards tourists with greater purchasing power, and the participation of managers in the Regional Innovation System (SRI) could represent important directions in order to face the crisis of the new coronavirus pandemic.

Keywords: Tourism. Cooperation. Hospitality. Regional Innovation System

1. INTRODUÇÃO

O litoral do estado do Paraná sempre teve no turismo uma das suas principais atividades geradoras de emprego e renda, sendo que em alguns municípios esse setor representa mais de 50% das fontes de arrecadação. A população flutuante na região gira em torno de 2 milhões de turistas de veraneio ao ano (ANACLETO et al., 2017), além de mais de 50 mil casas de segunda residência (ABRAHÃO; TOMAZZONI, 2018).

O turismo do litoral paranaense é segmentado em várias áreas, e explora os elementos naturais da região, como a Floresta Atlântica e sua fauna e flora, montanhas para escalada, rios, praias, baías de água salgada e complexos insulares, destacando-se a Ilha do Mel, um dos destinos indutores do estado (BRASIL, 2011). Adiciona-se ainda o turismo religioso, o gastronômico e o destinado às cidades históricas da época do Império, que conservam suas características em várias comunidades.

Por ser uma região com muitas casas de segunda residência, o setor hoteleiro no litoral apresenta-se como sazonal, ou seja, com a concentração dos fluxos turísticos em períodos curtos do ano, promovendo, por um lado, picos de atividades de prestação de serviços gerais e aos turistas, e, por outro, épocas de pouca procura, que geram ineficiência na atividade turística local e regional (SCHEUER, 2010). Segundo Anacleto et al. (2015), uma das principais características do turismo no litoral do Paraná é a oferta de acomodações nas pousadas, que são um dos maiores segmentos de hospedagem turística e oferecem importante estrutura a menor custo.

As pousadas são uma das alternativas de hospedagem mais buscadas, o que resultou ao longo dos tempos em um modelo de negócio estável, no qual os resultados financeiros, além de satisfatórios para os gestores de pousadas, não exigiam grandes esforços e investimentos em *marketing* e divulgação, especialmente no período de veraneio, quando a demanda sempre foi elevada (ANACLETO et al., 2015). Assim, nesse cenário, durante décadas, os gestores de pousadas não tinham tanta preocupação com a manutenção da estrutura de hospedagem, nem com a criação de mecanismos para elevar o tempo de permanência do turista nas cidades (BENI, 2020).

No entanto, ao final de 2019 ocorreu uma alteração na ordem mundial, em que todos os setores da humanidade sofreram nefastas consequências, e o setor turístico foi um dos mais afetados. Nesse período foi identificado um novo tipo de doença virótica, de alta letalidade, a covid-19, causada pelo novo coronavírus denominado Sars-CoV-2 (WHO, 2020).

A covid-19 pode evoluir rapidamente para uma pneumonia severa, potencialmente fatal, e sua disseminação ocorre principalmente pelo trato respiratório, por meio de gotículas da tosse, de secreções respiratórias ou por contato direto. Esse tipo de vírus é altamente transmissível entre seres humanos, e ainda não existe tratamento eficaz contra a moléstia que ele origina (THULER; MELO, 2020). O caráter progressivo do contágio e a letalidade fez com que a OMS (WHO, 2020) declarasse estágio de pandemia mundial, e, diante da inexistência de tratamentos efetivos, a principal profilaxia se constituiu no isolamento das pessoas por meio de um regime de quarentena.

Segundo Anacleto e Prazeres (2020), houve forte adesão ao sistema de quarentena no litoral do estado do Paraná, onde, apesar da contenção inicial do vírus, houve fortes efeitos colaterais para a economia regional, em especial nas pequenas empresas, que tiveram forte redução da renda comercial, colocando-se em risco a perenidade de seus empreendimentos

O Brasil registrou o primeiro caso de covid-19 no dia 29 de fevereiro de 2020 (BRASIL, 2020), e no litoral do Paraná a Secretaria de Estado da Saúde (PARANÁ, 2020) registrou o primeiro caso no dia 30 de março de 2020, sendo que durante esse período as medidas de isolamento social e quarentena foram aplicadas a todos os setores da região, o que, similarmente a outras regiões do Brasil e do mundo, gerou uma grave crise econômica, social e psicológica (WHO, 2020).

Segundo Anacleto e Prazeres (2020), houve forte adesão ao sistema de quarentena no litoral do estado do Paraná, onde, apesar da contenção inicial do vírus, houve fortes efeitos colaterais para a economia regional, em especial nas pequenas empresas, que tiveram forte redução da renda comercial, colocando-se em risco a perenidade de seus empreendimentos. Ainda de acordo com Anacleto e Prazeres (2020), é urgente a realização de estudos para que possamos compreender os impactos ocorridos e, a partir da análise do cenário, seja possível definir as possibilidades de enfrentamento da crise gerada pela pandemia, já que essa é uma região que historicamente demonstra situações de vulnerabilidade no contexto econômico e social.

Assim, diante da escassez de informações sobre o setor e visando a subsidiar uma melhor compreensão do cenário atual, apresenta-se o resultado de uma pesquisa que buscou analisar os impactos da crise gerada pela covid-19 nos aspectos sociais, psicológicos e econômicos sobre os gestores de pousadas no litoral do Paraná, região que já sofre usualmente com os impactos negativos da sazonalidade do turismo.

2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DO ESTUDO

A população local, segundo o IBGE (2020), é superior a 250 mil habitantes, a renda per capita média é de R\$ 765,85, e a região recebe anualmente 2 milhões de turistas de veraneio (ANACLETO et al., 2017).

Do ponto de vista administrativo, o litoral paranaense é formado por sete municípios: Guaraqueçaba, Antonina, Morretes, Paranaguá, Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba (IPARDES, 2020a). Até meados do século XVII, a área total do litoral paranaense pertencia ao estado de São Paulo, tendo Paranaguá se desmembrado em 1853, juntamente com o estado do Paraná, sendo o Pontal do Paraná o último município a ser criado no litoral paranaense, em 1997 (PARANAGUÁ, 2020). São municípios próximos a Curitiba, capital do estado, sendo Antonina o mais próximo, a 63 km, e o mais distante, Guaraqueçaba, a 158 km (IPARDES, 2020a). Antonina e Morretes, localizados ao fundo da Baía de Paranaguá, não alcançam o mar aberto, e, junto com Paranaguá, são caracterizados como cidades históricas. Já Matinhos é o único que tem costa exclusivamente limitada pelo mar, e, juntamente com os outros três, forma o conjunto de municípios vinculados ao turismo de sol e praia e com exploração de atrativos naturais.

Percebe-se que o espaço e a população permanente estão distribuídos de forma desigual, apresentando densidades municipais bem diferentes. Paranaguá, com apenas 11% da superfície total, concentra 54% dos habitantes da região, em torno de 156 mil, de acordo com o IparDES (2020b), e Guaraqueçaba, com 35% da superfície total, tem apenas 4% da população, 7.564 habitantes (IPARDES, 2020a). Além disso, é uma região caracterizada por grandes diferenças de oferta de emprego e renda e que apresenta problemas de cunho social bem aparentes.

A principal cidade do litoral do Paraná é Paranaguá, que tem forte relação com os negócios portuários, o que resultou nas últimas décadas no fortalecimento do turismo de negócios (LEÃO; JORGE, 2013). Atualmente possui a sétima maior arrecadação financeira do estado, e é classificada como região de médio porte por apresentar condições per capita similares a outras 160 regiões brasileiras (ANACLETO et al., 2017).

Além de ser cidades históricas, Paranaguá, Antonina, Guaraqueçaba e Morretes constituem um dos principais centros gastronômicos do estado, oferecendo barreado e frutos do mar. Já Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba se desenvolveram pelo turismo de sol e praia, e a Ilha do Mel (pertencente a Paranaguá), conhecida mundialmente, é um dos maiores pontos de visitação do Paraná (ANACLETO et al., 2015). O litoral paranaense sofre forte influência da sazonalidade e da temporada de veraneio, e as pousadas têm significativa contribuição quando se considera o setor de hospedagem (LEÃO; JORGE, 2013). Nesse contexto de sazonalidade, pode-se dizer que grande parte do litoral do Paraná sofre com as altas demandas no decorrer da temporada de verão e com a ociosidade durante todo o resto do ano, o que gerava graves problemas de ordem social, ambiental, cultural, econômica e administrativa (SCHEUER, 2010), mesmo antes da situação de pandemia.

3. METODOLOGIA

A metodologia, de tipo levantamento, foi realizada com base em pesquisa exploratória descritiva. Quanto à natureza, similarmente ao proposto por Anacleto e Prazeres (2020), a pesquisa é quantitativa e qualitativa, pois foi utilizada uma coleta de dados com base na autopercepção dos gestores de pousadas, sem preocupação com o uso de técnicas estatísticas.

O estudo, então, visou organizar um diagnóstico acerca da situação atualmente vivida diante da pandemia de covid-19 por 30 proprietários ou gestores de pousadas entre maio e junho de 2020, responsáveis por 18% do total de meios de hospedagem do litoral do estado, que envolve 161 estabelecimentos, entre pousadas, hotéis e hospedarias, entre outros registrados pelo Ipardes (2020c).

No setor de pousadas, foram identificados 109 estabelecimentos nos sete municípios da região litorânea do estado do Paraná; no entanto, apenas 30 gestores se predispuseram a colaborar com a pesquisa.

De acordo com o proposto por Vergara (2015), a coleta de dados ocorreu com entrevista semiestruturada, com um roteiro de perguntas pré-elaborado. A entrevista em questão foi realizada por intermédio de ferramentas digitais e também por telefone ou Skype, após contato prévio por *e-mail*.

Inicialmente, os entrevistados responderam a perguntas acerca do perfil socioeconômico, e posteriormente os gestores responderam a questões acerca dos impactos da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus nos aspectos sociais e psicológicos, sendo a última fase de coleta de dados relativa aos aspectos econômicos e sobre as ações de enfrentamento da pandemia.

As implicações sociais e psicológicas foram aferidas considerando-se a autopercepção dos entrevistados sobre as implicações em si e utilizando-se a escala somatória ou escala de Likert, com 10 pontos para a avaliação do grau atribuído pelos entrevistados, que promoveram uma categorização hierárquica, sendo o equivalente a nenhum impacto, e 10, ao maior nível de impacto sofrido pela pandemia.

As implicações econômicas foram aferidas com o uso de respostas similares e percentuais e também com a organização de uma matriz de impacto cruzado.

A matriz de impacto cruzado foi realizada similarmente ao proposto por Anacleto e Prazeres (2020), que descrevem a matriz como o cruzamento das implicações entre si mediante o relato da autopercepção dos entrevistados. A matriz atribui valores percentuais de 0 a 100 a cada opinião exposta pelos entrevistados em relação às demais opiniões expressadas, comparando-se cada item analisado com base na influência exercida e na influência sofrida pelas práticas cotidianas da gestão das pousadas.

Assim, quanto maior o índice, maior a relevância e a atenção a ser dada aos problemas vivenciados pelos gestores.

A matriz de impacto gera um índice de relevância e importância na percepção da gestão para o melhor desempenho do trabalho, e, segundo Anacleto e Prazeres (2020), pode ser obtido pela equação:

$$IR = \frac{FA \times FB \times 100}{\sum SF}$$

IR = índice de relevância da situação avaliada;

FA = índice de influência recebida;

FB = índice de influência provocada;

$\sum SF$ = somatório dos índices (FA \times FB) de todas as questões analisadas.

Finalmente, de acordo com o proposto por Vergara (2015), foi adotada a análise interpretativa, realizada por meio da técnica de triangulação de dados com agrupamentos similares, sendo o foco classificar elementos que pudessem ser percebidos como similares ou relativamente homogêneos com base no conjunto de questões pesquisadas. Assim, buscou-se homogeneizar os objetos possíveis em grupos e simultaneamente maximizar a heterogeneidade entre os grupos investigados.

4. RESULTADOS

O estudo revelou que entre os entrevistados havia igualdade entre os gêneros na gestão das pousadas, sendo que os estabelecimentos existiam, em média, havia 23,6 anos; portanto, eram pousadas consolidadas no mercado turístico, tendo sido relatado por 5 entrevistados que o estabelecimento era uma tradição de família já na segunda geração.

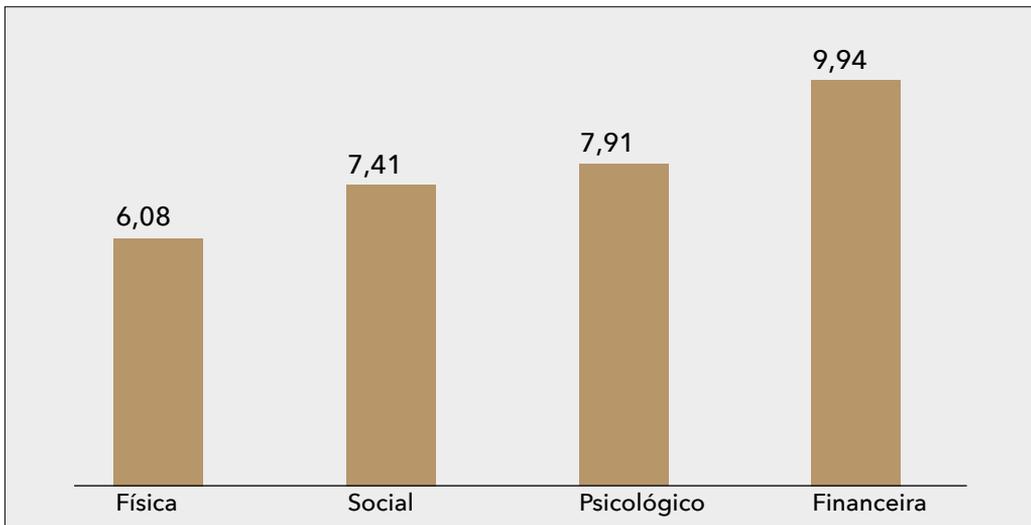
Relativamente ao estado civil, as pessoas casadas foram a ampla maioria (66,6%), seguidas por gestores solteiros (25%) e posteriormente pelas pessoas que formalmente se encontravam em regime de união estável (4,2%) ou eram divorciadas (4,2%).

A idade média dos entrevistados foi de 50,3 anos, e, relativamente à escolaridade, eles dividiam-se em três grupos, sendo 76,6% graduados, 25% com ensino médio e 8,35% pós-graduados.

Com relação à mão de obra, as atividades laborais eram realizadas em média por 5,58 pessoas por pousada, sendo a maioria da mão de obra da própria família. No que tange à classificação das empresas, a maioria das pousadas eram classificadas como microempresas (58,3%), seguidas por aquelas classificadas como pertencentes a microempreendedores individuais (33,3%) e como pequenas empresas (8,4%).

A pandemia provocou impactos em múltiplos aspectos entre os gestores entrevistados, no entanto a maioria (83,3%) relatou que o esvaziamento das pousadas e a drástica redução da renda eram os problemas mais relevantes, e que outras implicações, especialmente a questão psicológica, também estavam associadas a esse fator (gráfico 1).

Gráfico 1 – Principais impactos da pandemia nos gestores de pousadas após o início da crise econômica do novo coronavírus (% sobre o total de entrevistados: 30)



Fonte: Scheuer et al. (2020).

Os entrevistados relataram que foram afetados no aspecto físico na medida em que as atividades laborais do dia a dia exigiram movimentos e esforços corporais, que não foi mais possível frequentar academias e que as praias foram interditadas para atividades físicas — no entanto este quesito foi classificado como de baixo impacto pelos gestores. A ausência de pessoas no dia a dia das pousadas, o atendimento a clientes e fornecedores e a interação com o comércio local foram as principais citações dos entrevistados relacionadas aos aspectos de interação social.

Os aspectos psicológicos foram relatados pela totalidade dos entrevistados, e entre as questões mais citadas foram descritas a insônia, o medo de falência, o nervosismo, o estresse, a irritabilidade e o medo da pandemia. No entanto, a maior parte dos entrevistados (83,3%) relataram que os problemas psicológicos, além da preocupação com a saúde em si, estavam fortemente atrelados à preocupação com os aspectos da sobrevivência econômica dos negócios da família.

Os aspectos econômicos foram os que mais impactos provocaram: segundo relato dos entrevistados, 83% das pousadas ficaram fechadas em média 118 dias. Atualmente as pousadas estão abertas, na medida em que decretos do poder público permitem, embora com restrições, o seu funcionamento, porém a taxa de ocupação média, de 12,4% dos leitos, se mostra muito abaixo da ocupação mínima ideal, de 42,8%, relatada pelos entrevistados no estudo.

A pandemia provocou uma alteração dos problemas mais recorrentes na gestão das pousadas: anteriormente à pandemia, as implicações estavam mais relacionadas ao cenário externo, ao turista em si e às alternativas de captação de clientes;

porém, após a pandemia, é possível observar a quase padronização dos problemas relacionados à questão econômica, que colocou em risco a sobrevivência dos estabelecimentos, como a forte redução da taxa de ocupação e, por consequência, a redução no faturamento (tabela 1).

Tabela 1 – Principais problemas na autopercepção de gestores de pousadas antes e depois do início da crise econômica gerada pela covid-19 (total de entrevistados: 30)

	Principais problemas Pré-pandemia	Índice	Principais problemas Pós-pandemia	Índice
1	Sazonalidade do turismo	32,3	Queda brusca da taxa de ocupação	14,2
2	Falta de eventos, fraca temporada de veraneio	23,1	Falta de recursos financeiros	12,9
3	Falta de mão de obra qualificada	11,2	Dificuldade de manter funcionários	12,9
4	Concorrência regional e com pousadas de Santa Catarina	7,80	Dificuldade de acesso a crédito emergencial	11,3
5	Marketing de baixo impacto	6,50	Dívida com fornecedores	10,3
6	Estadias de curto período	5,50	Dificuldade de captar clientes no novo cenário	10,3
7	Baixa profissionalização da gestão	5,50	Dificuldade de adaptação às recomendações da OMS	10,3
8	Baixo capital de giro	3,90	Perda de produtos em estoque	7,20
9	Custos com operadoras de turismo	3,10	Custos com manutenção de equipamentos	6,40
10	Estrutura regional de turismo deficitária	1,10	Desconhecimento sobre gestão de crise	4,20

Fonte: matriz de impacto cruzado elaborada pelos autores.

A maioria dos entrevistados (58%) já teve de tomar empréstimos ou usar limites bancários para manter as atividades, assim como a quase totalidade dos entrevistados já demitiu ou pretende demitir, em média, 2 trabalhadores. Apenas em 2 casos, em que a mão de obra era totalmente familiar, não foi registrada demissão de funcionários.

No que se refere ao preparo para o enfrentamento no período da pandemia, significativa parte dos entrevistados (83,3%) fez curso de qualificação profissional *on-line*, e entre os cursos mais acessados destaca-se o curso sobre protocolos e profilaxia de atendimento a hospedagens diante da situação de pandemia.

Relativamente ao estabelecimento de ações para a retomada comercial, a totalidade dos entrevistados adotou o uso das mídias sociais e a oferta em *sites* especializados em turismo (tabela 2); no entanto, também foram adotados como expedientes o desconto acentuado para clientes e a transformação de pousadas em pensionatos com aluguel mensal das acomodações.

O que se percebe é que os impactos econômicos do isolamento talvez não tenham sido maiores do que os seus benefícios em termos de saúde, e, sem nenhum apoio do poder público, o debate sobre as medidas de ajustamento e conciliação para que as pousadas possam funcionar com capacidade mínima para manter os custos de sobrevivência parece ser a única solução viável

Tabela 2 — Principais canais de divulgação das pousadas usados na retomada comercial durante a crise econômica gerada pela covid-19 (total de entrevistados: 30)

	Sites especializados em turismo	%	Redes sociais	%
1	Hotel Urbano	50,0	Facebook	100,0
2	Booking.com	50,0	WhatsApp	100,0
3	TripAdvisor	41,6	Instagram	100,0
4	Expedia	33,3	Sites próprios	66,6
5	Hoteis.com	25,0	YouTube	33,3

Nota: questões de múltipla resposta.

Apesar de os gestores de pousadas estarem promovendo ações direcionadas à retomada dos negócios, a totalidade dos entrevistados julgava haver uma necessidade urgente de apoio político nas esferas municipais, estadual e federal, e, diante das dificuldades, se sentia abandonada e temia pela continuidade de seus empreendimentos.

5. DISCUSSÃO

O cenário da pandemia se mostra perturbador, pois aparentemente não será fácil descobrir a vacina ou um medicamento eficaz contra o novo coronavírus em cur-

to espaço de tempo. Assim, os gestores das pousadas ainda terão de conviver com esse cenário durante longo tempo.

A proposição do isolamento social, apesar de ser a principal alternativa de profilaxia contra o novo coronavírus, é criticada pelos donos das pousadas, que ressaltam que a preservação da vida humana é prioritária, julgando, porém, que o modelo de isolamento adotado não tem se mostrado efetivo, na medida em que não teria diminuído a taxa de contágio e tampouco os impactos econômicos da pandemia.

O temor pela extinção de seus estabelecimentos acompanha o prognóstico de que, se o isolamento não resultar em benefícios concretos para toda a população, incluindo pessoas em risco ou portadoras de doenças crônicas, o turismo não será retomado; por consequência, ocorrerá a falência de centenas de estabelecimentos turísticos, e a demissão de milhares de pessoas será inevitável.

O que se percebe é que os impactos econômicos do isolamento talvez não tenham sido maiores do que os seus benefícios em termos de saúde, e, sem nenhum apoio do poder público, o debate sobre as medidas de ajustamento e conciliação para que as pousadas possam funcionar com capacidade mínima para manter os custos de sobrevivência parece ser a única solução viável.

Cumprе ressaltar que, na avaliação dos gestores entrevistados, não se trata da defesa do “retorno à normalidade absoluta”: existe a consciência que a propagação do vírus colocaria em risco os trabalhadores, os turistas e a própria família. No entanto, no verão europeu a retomada do turismo já se fez com medidas de segurança, principalmente com a testagem de contágio na entrada das pousadas, a seleção de espaço nas áreas sociais, com divisão familiar para manutenção de distanciamento, a profilaxia continuada nos aposentos, a prioridade para visitantes cujo deslocamento tenha se dado em um raio de até 300 km, o serviço ofertado diretamente nas mesas, o uso obrigatório de máscaras em todos os locais e a medição de temperatura como prática cotidiana (TIEGHI, 2020).

Assim, diante de um grave abalo, o setor de pousadas não pode ficar à mercê da crise instalada, e apesar das dificuldades urge que algumas medidas no direcionamento de manter as atividades mínimas e em segurança possam ser consideradas. Deve ser considerada como orientação uma forma similar ao modelo instalado na Europa, com ampliação das medidas de higiene e profilaxia para garantir condições sanitárias que mitiguem a disseminação do vírus. Nesse contexto, um exemplo das possibilidades da hospedagem no Brasil aconteceu em pleno pico da pandemia, quando diversos hotéis receberam profissionais da saúde e idosos, amparados por um conjunto de normas profiláticas para não haver contaminação desses ambientes. Segundo Scheller e Wolf (2020), as alternativas para que o setor retome as hospedagens no Brasil incluem intervalos de 48 horas para a ocupação dos quartos, *check-ins* e *check-outs* eletrônicos e o uso controlado de espaços coletivos como academias e salões de jogos.

No entanto, Anacleto e Prazeres (2020) destacam que as crises representam períodos de muitas incertezas, mas também representam períodos de profunda refle-

xão, e nos períodos de dificuldade é necessário que as pessoas reajam e pensem em soluções instigadoras e factíveis, e que também sejam repensadas as formas de gestão adotadas e as competências prioritárias que devem ser desenvolvidas para se poder vencer o período de crise.

A tendência para os próximos anos para a hospedagem no setor turístico, mais especificamente nas pousadas, é que haja uma descentralização do turismo, com a procura por locais e cenários diferentes dos tradicionais e distantes de possíveis centros de contaminação. Para encarar esses desafios, os gestores terão de orientar seus negócios para essa nova realidade, em que as condições e exigências do turista em relação à segurança agregarão de forma significativa valor aos seus serviços. Nesse sentido, investir na profilaxia e em ações de *marketing* com o objetivo de evidenciar esse nível de comprometimento e focar a satisfação dos clientes, antecipando seus desejos e necessidades em relação à saúde e segurança de sua família, se faz prioritário.

Os autores Anacleto e Prazeres (2020) acrescentam que os pequenos empreendimentos, como é o caso das pousadas no litoral do Paraná, além das ações associadas à profilaxia e ao *marketing* na retomada, também devem considerar outras questões no direcionamento do enfrentamento da crise gerada pelo novo coronavírus, sendo uma das mais relevantes a criação de uma conexão entre os vários atores do setor para fortalecer a cultura de cooperar entre si, o que pode trazer benefícios mútuos e contribuir para tornar mais efetivas as ações de enfrentamento, especialmente na redução de custos e ampliação da divulgação.

No entanto, Leão e Jorge (2013) e Anacleto et al. (2015) chamam a atenção para a dificuldade dessa empreitada, dado que, se o cenário do turismo no litoral do Paraná sempre foi favorável aos gestores de pousadas devido à elevada demanda, com a crise instalada fatores como desempenho, qualidade, inovação, eficiência e competitividade, que antes não eram tão fortemente evidenciados, neste momento podem atuar como limitadores da sobrevivência e do bom desempenho dos negócios.

O bom desempenho de um empreendimento está sempre atrelado às ações e decisões do gestor, que deve buscar alternativas para se manter atento ao mercado e às necessidades dos clientes. Assim, torna-se necessário que o gestor de pousada desenvolva competências que possam reduzir o imprevisto, e nesse contexto se destaca a importância do planejamento estratégico para a geração de vantagem competitiva em um período de difícil previsibilidade.

O planejamento estratégico orienta o gestor e permite a ele se valer da análise de um ciclo adaptativo durante o qual as escolhas estratégicas feitas pela gestão da empresa dão forma à estrutura e aos processos organizacionais que devem ser adaptados às reais condições do ambiente vivenciado pela gestão. Assim, a efetividade da adaptação organizacional depende das percepções do gestor sobre o seu empreendimento e também das coalizões dos fatores externos à empresa em relação aos fatores internos e ao modo como a organização lidará com essas condições.

O processo de construção no ambiente se materializa mediante uma série de escolhas que dizem respeito aos segmentos de mercado escolhidos na nova realidade, aos produtos que serão ofertados, à tecnologia disponível para a segurança e à escala de hóspedes que se implementará. Esse conjunto de operações e serviços ofertados leva à construção de um ambiente específico para cada pousada e poderá ser um diferencial na retomada das ações do turismo regional. Nesse contexto, duas proposições estratégicas podem ser consideradas pelos gestores.

A primeira proposição estratégica, recomendada por Miles e Snow (1978), é a “estratégia prospectora”. Nesse tipo de procedimento, o gestor busca ofertar inovações que outros concorrentes ainda não ofertam e que, no caso das pousadas, sejam preferencialmente inovações de baixo custo. O lançamento de uma nova modalidade de serviço, um serviço adicional, o uso de um recurso regional, ou ainda a forma de comportamento diferenciada da equipe no que tange a saúde e segurança em tempos de pandemia podem configurar diante dos olhos dos clientes um serviço único e ainda não percebido pela concorrência. Esse tipo de atitude prospectora pode ser fator de elevação na taxa de ocupação de leitos e na quantidade de dias de permanência dos turistas.

A segunda proposição estratégica a ser considerada é de Porter (2008), denominada de “estratégia de enfoque”, que orienta sobre o público-alvo a ser considerado nas ações de *marketing* e na oferta de serviços no processo de retomada, devendo ser ressaltado que é complementar à proposição de Miles e Snow (1978).

A estratégia de enfoque é aquela que oferta serviços para consumidores específicos e de maior poder aquisitivo, segundo Anacleto et al. (2020). Essa estratégia permite que a empresa seja capaz de manter o padrão de qualidade ofertado com bons índices de lucratividade, e no caso das pousadas essa condição será essencial, dada a taxa de ocupação reduzida. A justificativa para a adoção desse modelo entre os gestores de pousadas reside no fato de que, segundo Anacleto et al. (2015), os principais entraves do segmento de pousadas no litoral do Paraná antes do início da pandemia eram justamente a oferta de serviços de hospedagem classificados como triviais, pouco inovadores e pouco criativos, sendo possível encontrar os mesmos serviços ofertados em quase todas as pousadas na região. Assim, a oferta de produtos únicos, diferenciados e de maior valor agregado poderia despertar a atenção dos clientes na retomada.

Dois fatores coadunam com as duas proposições estratégicas descritas anteriormente. O primeiro é que o mercado já sinaliza uma tendência de mudança de comportamento na busca por serviços especializados e diferenciados, mas que também apresentem condições de saúde e segurança nos estabelecimentos, conforme descrito por Tieghi (2020). O segundo fator é a redução do volume comercial no turismo, resultante da queda do poder aquisitivo da população brasileira e também da rejeição por parte de turistas estrangeiros ao Brasil e a outros países que não conseguiram controlar a pandemia (FMI..., 2020; MECCA; GEDOZ, 2020; GULLO, 2020).

A crise instalada pelo novo coronavírus no que tange à gestão das pousadas exige por parte dos empresários profundas reflexões, cuidadosa análise de cenários e uma mudança comportamental no sentido de que se estabeleçam ações estratégicas a curto, médio e longo prazo para que a retomada efetiva possa de fato ocorrer

Além da mudança de comportamento na gestão interna das pousadas, é possível considerar que os gestores também terão de apresentar mudanças comportamentais no que tange aos fatores externos. Assim, a capacidade de organização do setor após a definição de um protocolo de saúde que permita a hospedagem com menor risco de contágio se constitui sequencialmente em um grande desafio a ser vencido pelo grupo de gestores de pousadas no litoral do Paraná.

A baixa capacidade de organização coletiva também é um fator que, no processo de retomada, deverá ser reavaliado. Leão e Jorge (2013), assim como Anacleto et al. (2015), atestam que historicamente o litoral do Paraná teve poucas experiências satisfatórias relacionadas à atuação coletiva desse grupo de empresários. No novo cenário, torna-se necessário que a organização coletiva seja fortalecida, primeiramente porque as soluções advindas do poder público não conseguem dar respostas às necessidades dos gestores no contexto regional, e também porque a negociação coletiva com as esferas governamentais pode facilitar as formas de acesso tanto ao crédito emergencial disponível para o setor de turismo como ao apoio público no momento da retomada.

A crise instalada pelo novo coronavírus no que tange à gestão das pousadas exige por parte dos empresários profundas reflexões, cuidadosa análise de cenários e uma mudança comportamental no sentido de que se estabeleçam ações estratégicas a curto, médio e longo prazo para que a retomada efetiva possa de fato ocorrer. No entanto, é importante que de fato ocorra a organização da classe, pois, de forma individualizada, os empresários do setor turístico no litoral do Paraná, em curto espaço de tempo, terão dificuldade de dar respostas a suas demandas diante da reduzida disponibilidade de recursos e da escassez de clientes.

Aparentemente, um dos caminhos possíveis para o apoio dos gestores das pousadas na retomada pode residir no SRI, o Sistema Regional de Inovação, que, segundo Labiak Jr. e Gauthier (2012) pode ser compreendido como uma série de ações

A base desse processo ocorre com a integração de atores de suporte à inovação e competitividade empresarial vinculados aos arranjos produtivos locais, como é o caso do turismo, estimulando e organizando o trabalho em rede

organizadas em uma região que alavancam a inovação e a competitividade econômica e social nos mais distintos setores e vocações regionais. A base desse processo ocorre com a integração de atores de suporte à inovação e competitividade empresarial vinculados aos arranjos produtivos locais, como é o caso do turismo, estimulando e organizando o trabalho em rede.

O litoral do Paraná possui um sistema regional de inovação estruturado em parceria com universidades públicas, instituições de qualificação profissional, o Núcleo de Inovação Tecnológica do litoral do Paraná (NIT) e representantes da indústria, comércio e serviços em geral. No entanto, ainda é tímida a participação dos gestores de pousadas nesse processo. A participação desse grupo de empresários no SRI poderia ser a mola propulsora do processo de organização do setor, dado que é premissa do sistema de desenvolvimento o conhecimento da realidade das condições regionais, do relacionamento entre os atores, das características culturais e do histórico do perfil empreendedor e inovador.

Ainda segundo Labiak Jr. e Gauthier (2012), é a partir dessa interação que ocorre a geração e compartilhamento de conhecimento nos diversos níveis e escalas de cada ator no fluxo, criando vínculos consistentes que possam resultar em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena. Assim, torna-se importante ressaltar que o conjunto de forças promove a pressão no sentido de criar políticas públicas estratégicas e relevantes para o desenvolvimento de uma região que já era de certa forma fragilizada, mesmo antes da situação de pandemia, e atualmente se vê num contexto de reconstrução das atividades e da autoestima da população local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O litoral do Paraná é uma região que apresenta muita dependência do turismo, na maioria das vezes sazonal e que oferece como principal meio de hospedagem as pousadas, que se estendem pelos sete municípios da região. O que se percebeu com

esta pesquisa é que os estabelecimentos entrevistados eram consolidados no segmento, pois em média tinham 23,6 anos.

Diante da escassez de informações sobre o setor e visando a subsidiar uma melhor compreensão do cenário atual, o estudou buscou analisar os impactos da crise gerada pela covid-19 nos aspectos sociais, psicológicos e econômicos dos gestores de pousadas no litoral do Paraná, objetivo que foi alcançado com sucesso, já que se conseguiu entrevistar 30 gestores e levantar dados relevantes para as análises apresentadas.

Assim, quanto aos aspectos econômicos, 83% deles informaram que as pousadas ficaram fechadas em média 118 dias, e que atualmente a taxa de ocupação média é de 12,4% dos leitos, o que se mostra muito abaixo da ocupação mínima ideal, de 42,8%, conforme relatado pelos entrevistados; e, com certeza, falta capital e lucratividade.

Com relação aos aspectos psicológicos, os mais citados foram a insônia, o medo de falência e o nervosismo, atribuídos também à questão econômica. E quanto aos maiores problemas descritos, pode-se apresentar a queda brusca da taxa de ocupação, a dificuldade de manter funcionários e a dificuldade de acesso a crédito emergencial.

Com base na pesquisa realizada, observou-se que não há união no segmento nem estratégias conjuntas para mitigar os problemas causados pela pandemia. Muitos empresários estão agindo sozinhos a fim de abrir os seus negócios para ao menos poder arcar com as despesas. Nesse sentido, seria interessante o auxílio do poder público para ações de qualificação e união do setor.

Após as análises, percebeu-se a importância da participação desse grupo de gestores no Sistema Regional de Inovação (SRI), que pode ser a mola propulsora do processo de organização do setor e da criação de vantagem competitiva, dado que é premissa desse sistema de desenvolvimento o conhecimento da realidade regional, do relacionamento entre os atores, das características culturais e do histórico do perfil empreendedor e inovador. Pois se entende que esse movimento em rede historicamente cria vínculos consistentes que resultam em interação, cooperação e aprendizagem, com potencial de gerar o incremento da capacidade inovativa endógena e promover pressão no sentido de se criarem políticas públicas estratégicas e relevantes para o desenvolvimento local.

* Professora associada do Colegiado de Administração da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranaguá. E-mail: luciane.scheuer@unespar.edu.br

** Professor associado do Colegiado de Administração da Unespar, *campus* de Paranaguá. Professor permanente do Programa de Mestrado em Ambientes Litorâneos e Insulares (PPG-ALI) e do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD), na mesma universidade.

*** Pesquisadora de iniciação científica do Colegiado de Administração da Unespar, *campus* de Paranaguá.

► Texto recebido em outubro de 2020; aprovado em novembro de 2020

ABRAHÃO, Cinthia Sena; TOMAZZONI, Edegar Luis Turismo de segundas residências no litoral sul do Brasil: uma discussão sobre seu dimensionamento e relevância para a atividade turística contemporânea. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 12, n. 1, p. 80-101, 2018.

ANACLETO, Adilson et al. As estratégias de prestação de serviços adotadas no setor de hospedagem no município de Morretes — Paraná. **Revista Sodebras**, v. 10, n. 111, p. 213-217, mar. 2015.

ANACLETO, Adilson et al. Flowers retail trade market: an application of Porter's strategic taxonomy. **Ornamental Horticulture**, v. 26, n. 2, p. 236-243, 2020.

ANACLETO, Adilson et al. Profile and behavior of flower consumer: subsidies for marketing actions. **Revista Ceres**, v. 64, n. 6, p. 557-566, nov.-dez. 2017.

ANACLETO, Adilson; PRAZERES, Allan Santos Greim. Novo coronavírus (covid-19) e a crise econômica: impactos nas pequenas empresas no litoral do Paraná. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 43, p. 169-175, 2020.

BENI, Mario Carlos. Turismo e covid-19: algumas reflexões. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 3, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Painel Coronavírus**. 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2020.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional**: 65 destinos indutores do desenvolvimento regional — Paranaguá. Brasília, 2011. Disponível em: <www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2011/Paranagua_relatorioanalitico2011.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

FMI prevê encolhimento ainda maior do PIB brasileiro. **DW**, 24 jun. 2020. Disponível em: <www.dw.com/pt-br/fmi-prev%C3%AA-encolhimento-ainda-maior-do-pib-brasileiro/a-53931859>. Acesso em: 22 jul. 2020.

GULLO, Maria Carolina. A economia na pandemia covid-19: algumas considerações. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 3, 2020.

IBGE. **Cidades@**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=411820&r=2>>. Acesso em: 11 jul. 2020.

IPARDES. **Caderno Estatístico Município de Guaraqueçaba**. Ipardes, nov. 2020a. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83390&btOk=ok>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Caderno Estatístico Município de Paranaguá**. Ipardes, nov. 2020b. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83200&btOk>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Perfil avançado das regiões turísticas**. 2020c. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=85>. Acesso em: 30 set. 2020.

LABIAK JR., Silvestre; GAUTHIER, Fernando Ostuni. Modelo de abertura do funil do fluxo de conhecimento em um SRI brasileiro. **Locus Científico**, v. 5, n. 1, p. 36-47, 2012.

LEÃO, Agatha Sabrina de; JORGE, Luana de França. O turismo de negócios no litoral do Paraná. **Revista Eletrônica de Administração e Turismo**, v. 3, n. 2, p. 185-199, 2013.

MECCA, Marlei Salete; GEDOZ, Maria Gorete do Amaral. Covid-19: reflexos no turismo. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 3, p. 1-5, 2020.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. **Organizational strategy, structure, and process**. New York: McGraw-Hill, 1978.

PARANÁ. Secretaria da Saúde. **Informe epidemiológico coronavírus (covid-19)**. Disponível em: <www.saude.pr.gov.br/Pagina/Coronavirus-covid-19>. Acesso em: 11 jun. 2020.

PARANAGUÁ. Prefeitura Municipal. **Paranaguá**. Disponível em: <<https://www.paranagua.pr.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2020.

PORTER, Michael E. **Competitive strategy: techniques for analyzing industries and competitors**. New York: Free Press, 2008.

SHELLER, Fernando; WOLF, Giovanna. Hotéis preparam reabertura. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30 maio 2020. Disponível em: <www.estadao.com.br/infograficos/brasil,hotéis-preparam-reabertura-em-meio-a-cenario-desolador,1097699>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SCHEUER, Luciane. **Sazonalidade do turismo no município de Guaratuba-PR**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

THULER, Luiz Claudio Santos; MELO, Andreia Cristina de. Sars-CoV-2/covid-19 em pacientes com câncer. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 66, n. 2, p. 1-2, abr.-jun. 2020.

TIEGHI, Ana Luiza. Destinos turísticos do Brasil e do mundo voltam a abrir hotéis, museus e parques. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 maio 2020. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/turismo/2020/05/destinos-turisticos-do-brasil-e-do-mundo-voltam-a-abrir-hotéis-museus-e-parques.shtm>. Acesso em: 22 jul. 2020.

VERGARA, Sylvia Constant. **Metodologia de pesquisa em Administração**. Rio de Janeiro: Atlas, 2015.

WHO. **Coronavirus disease (covid-19) pandemic**. World Health Organization, 2020. Disponível em: <www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: jun. 2020.

Do golpe à atualidade: o antipetismo de esquerda e de direita e a correlação de forças políticas

From the coup to the current times: left-wing
and right-wing opposition to Worker's Party and
the relation of political forces

césar mangolin*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.014>

Esquerda Diário/Reprodução



Cartazes do PSTU e de movimentos de direita juntos na porta da Fiesp, em São Paulo, onde foi montado um acampamento pelo impeachment da presidenta Dilma. Abril de 2016

RESUMO

O objetivo do ensaio é refletir sobre o campo próprio da luta política e como parecem estar compostas atualmente as forças e sua correlação. Passa em revista o processo desde o golpe de 2016, dando maior atenção às forças que, à direita e à esquerda, atuaram em favor do golpe, destacando o papel da pequena burguesia nesse processo. Por fim, o texto reflete brevemente sobre o problema da tática na atual conjuntura.

Palavras-chave: Esquerdismo. Direita. Tática.

ABSTRACT

The aim of this essay is to reflect on the field of political struggle and how forces and their relation seem to be disposed today. The process has been reviewed since the coup against Dilma Rousseff's government, paying greater attention to the forces on the right-wing and the left-wing which were acting in favor of the coup, highlighting the role of petty bourgeoisie in this process. Finally, the essay briefly reflects on the problem of tactics in the current conjuncture.

Keywords: "Leftism". Right. Tactics.

Gritamos que não haveria golpe, mas o golpe veio. Gritamos “Fora Temer” e ele continuou firme até o fim. Denunciamos a armação para prender Lula, mas ele foi preso. Propagandeamos o “Ele não”, mas Bolsonaro foi eleito. Dissemos que a reforma da previdência não seria aprovada: já está em pleno vigor. Defendemos as conquistas dos trabalhadores, mas elas estão sendo destruídas uma a uma. Em uma única frase, afirmamos que os fascistas não passariam: passaram. Que fazer?

Cada conjuntura apresenta desafios diversos para a ação política da esquerda e saber compreendê-la sem perder de vista os objetivos estratégicos é o ponto fundamental para definir como agir taticamente em cada momento. Não pretendemos avançar em detalhes da análise da conjuntura, contentando-nos aqui com a síntese feita no primeiro parágrafo, que parece servir para demonstrar que vivemos um período adverso para nosso campo.

Insistiremos em pensar sobre o campo próprio da luta política e como parecem estar compostas as forças e sua correlação. Em particular, nosso objetivo é dar maior atenção ao papel da pequena burguesia (ou das “classes médias”) nesse processo. Isso somente é possível refletindo sobre trajetórias, partidos e movimentos, pelo menos desde 2013, ano em que a escalada do que ficou conhecido como nova direita ganhou força, isto é, conquistou base social e apoio em setores os mais diversos. Sabemos que essa escalada teve bom impulso financeiro e midiático e apoio político de partidos da direita e de grupos que utilizaram as instituições a serviço do golpe de 2016, particularmente, o Judiciário e o Parlamento Federal, além das ações de governadores e prefeitos.

O consórcio golpista que reuniu setores tão amplos foi, sem dúvida, aos poucos demonstrando a qual fração da burguesia interessava a interrupção do ciclo de governos do PT. Ainda que tendo o PSDB como seu operador político de confiança, o grande capital financeiro aceita muito bem qualquer governo que tenha como política econômica esfolar trabalhadores e ampliar os próprios lucros. O tucanato foi cuspidor nas eleições de 2018, depois de duas décadas de polarização com o PT e quatro derrotas eleitorais sucessivas. Em seu lugar entrou a figura grotesca de um presidente ignorante e violento, que carregou consigo os agentes do plano de destruição de qualquer projeto de desenvolvimento social e crescimento econômico para o Brasil.

Parte do consórcio golpista já se desfez. Historicamente, o tempo vai fazendo com que aquela classe ou fração de classe que conquista a hegemonia do processo político vá se desvencilhando dos aliados de primeira hora à medida que alcança seus objetivos ou, ainda, à medida que demonstra que seus objetivos podem ter pontos inconciliáveis no conjunto. Utilizemos como exemplo a revolução de 1789, na França, reservadas todas as enormes diferenças e a importância de cada evento: a ampla frente composta para derrotar o absolutismo se desfez na medida em que a burguesia afirmou sua hegemonia e a capacidade de reestruturação da França de acordo com seus interesses e valores.

O tucanato foi cuspidado nas eleições de 2018, depois de duas décadas de polarização com o PT e quatro derrotas eleitorais sucessivas. Em seu lugar entrou a figura grotesca de um presidente ignorante e violento, que carregou consigo os agentes do plano de destruição de qualquer projeto de desenvolvimento social e crescimento econômico para o Brasil

Mas, no caso brasileiro e do golpe de 2016, esse bloco não se desfaz tão facilmente. Percebemos que parte considerável e importante das grandes empresas de comunicação, empresários, partidos e movimentos da direita estão se colocando abertamente na oposição ao atual governo, mas não se colocam na oposição ao projeto que ele representa. Há uma importante condenação política do governo, que beira apenas o limite do que pode ser tolerado em termos de estupidez vinda da Presidência da República. Mas ainda resta uma concordância com o projeto político e econômico que levou ao golpe, ainda que seja por razões diversas, ou seja, as motivações do capital financeiro são, obviamente, distintas daquelas da parcela da pequena burguesia que ainda sustenta esse projeto, permanecendo ou não ao lado do governo. Ora, para uma parcela da pequena burguesia que serviu de base para o golpe, o “Mito” já não representa mais nada: essa parcela mesma se apressa em desvencilhar sua imagem do genocida troglodita. Mas esses indivíduos o fazem reafirmando o projeto econômico, por exemplo, ao declararem ter votado em outro candidato (do Novo ou do PSDB) no primeiro turno.

Temos, portanto, uma situação em que o governo passa pelo desgaste gerado pelos desmandos do chefe do Executivo e seus ministros. Seu projeto econômico, porém, continua a atender a interesses do capital financeiro e a sustentar ilusões de setores da pequena burguesia e de considerável parte de trabalhadores que, mesmo em situação mais precária, foram ideologicamente ganhos pelo discurso embusteiro do livre mercado e de suas possibilidades individuais. Outras frações, como a agroindústria, são beneficiadas pela indiscriminada liberação dos agrotóxicos e pela ampliação ilegal das terras para pasto ou cultiváveis por via das queimadas.

Temos, nas contradições presentes no processo, um governo que se desgasta a si próprio, mas não ao projeto que o sustenta, o que parece indicar as dificuldades de uma saída mais à esquerda no curto prazo. Fora isso, temos o problema de uma crise institucional.

Vamos concentrar nosso texto em três pontos essenciais: primeiro, pensaremos nas disposições da pequena burguesia (de esquerda e de direita) e como esta se comportou durante o golpe. Depois, vale refletir sobre seu papel na eleição do atual presidente. Por fim, buscaremos esclarecer o que chamamos de problema institucional.

1. AS CONFLUÊNCIAS POLÍTICAS DA PEQUENA BURGUESIA E A OPOSIÇÃO AO GOVERNO DILMA

É possível perceber que, num dado momento, as posições políticas da pequena burguesia de esquerda e de direita confluíram para a oposição ao governo de Dilma e o apoio ao golpe. O que permite pensar uma unidade, ainda que manifestamente esses grupos sejam contrários entre si em termos de princípios e objetivos estratégicos? Lembremos que há nos dois extremos desde grupos que se assumem neonazistas a, de outro lado, a autointitulada esquerda revolucionária, dispersa em pequenos partidos, coletivos etc. A unidade de grupos aparentemente tão distintos pode ser verificada em pelo menos dois aspectos: primeiro, a oposição radical aos governos encabeçados pelo PT e a avaliação negativa sobre esse ciclo; segundo, explicações similares sobre o golpe presentes nas duas posições, quais sejam: a) o governo caiu porque é corrupto; b) o governo caiu porque fez alianças com a direita ou com a esquerda; c) Michel Temer foi o vice-presidente eleito na chapa do PT, portanto, a “culpa” é do PT mesmo e de seus aliados, mesmo os do campo da esquerda, como o PCdoB.

Um rápido e sumário comentário sobre cada uma dessas posições é necessário para tentar demonstrar como são explicações presentes nos dois grupos e, ao mesmo tempo, falaciosas ou que não correspondem plenamente à realidade objetiva.

A primeira posição é mais frouxa, como bem sabemos, embora seja recorrente e importante principalmente para a pirotecnia midiática. Não porque a corrupção não seja um problema — inclusive um problema teórico que deve ser corretamente tratado, como podemos ver em Boito Jr. (2017) —, mas porque foi apenas o pretexto e jamais a questão central em todo o processo. Quanto mais nos distanciamos no tempo do momento da queda da presidenta eleita e da ascensão do governo golpista e ilegítimo de Michel Temer, mais fica claro o aspecto mais notável no discurso moralista sobre a corrupção e que demonstra bem sua utilização para fins apenas políticos e para os objetivos do golpe. O discurso, porém, motivou as movimentações da direita e foi também defendido por setores do esquerdismo¹ (PSTU, PSOL, PCO) e correntes do próprio PT, inclusive com o apoio à operação Lava Jato.

Já o argumento sobre as alianças do governo, à direita ou à esquerda, até tentou parecer como produto de análise política, mas não deixou de ser apenas mais uma miopia distante da realidade objetiva. Os grupos de direita reproduziram historicamente a ideia da existência de um grande complô da esquerda, à semelhança daquelas peças de propaganda baseadas em fantasiosas teorias da conspiração dos tempos da Guerra Fria. Um bom exemplo e de ampla divulgação foi a mulher que identificava,

1 Uso esquerdista e esquerdismo no sentido dado por Lênin (1980) aos termos.

A trajetória política do PT ao longo de duas décadas pode ser compreendida como o processo em que sua linha política e seu programa se ajustam coerentemente ao perfil social-democrata das suas tendências hegemônicas, em particular a Unidade na Luta, atual Construindo um Novo Brasil, o que não torna a referida *Carta aos brasileiros* apenas um amontoado de concessões, mas também um esclarecimento

no Congresso Nacional, o vermelho da bandeira japonesa como a prova da dominação cultural dos comunistas. O governo atual ainda insiste na paranoia da conspiração comunista. Mas atribuir os problemas e a queda do governo Dilma à sua composição política também aparece no discurso das organizações de esquerda. Claro que temos nesse campo abordagens um tanto mais sérias ou, pelo menos, mais comedidas e, inclusive, há elementos da crítica à conciliação de classes que devem ser levados em consideração e refletidos, principalmente quando pensamos em momentos de altos índices de aprovação dos governos de Lula. Mas afirmar insistentemente que o problema do ciclo de governos do PT foi o arco de alianças e a conciliação de classes pode bem satisfazer àqueles que estão acostumados a ficar pelo meio do caminho ou estão mal intencionados e apenas adicionando elementos aos seus discursos moralistas, deixando sem explicação, objetivamente, a pergunta que deve ser feita: por qual razão ocorreu ou foi necessário esse arco de alianças e não outro? Ora, as alianças são estabelecidas ao gosto das forças políticas ou é a conjuntura que abre um determinado leque de possibilidades e opções, diante do qual são tomadas as decisões?

Nossa posição é que a conjuntura de crise das políticas neoliberais do final da década de 1990 e começo dos anos 2000 possibilitou a eleição de governos progressistas, de esquerda e centro-esquerda, por toda a América Latina e também na Europa. Mas essa possibilidade aberta pela crise econômica foi contingenciada pela conjuntura interna de cada país, ou seja, as possibilidades de essas experiências serem mais ou menos avançadas dependeram, também, do nível de acirramento interno da luta de classes. Isso, sem dúvida, explica a capacidade de tomar medidas mais ou menos progressistas por esses novos governos, mas antes disso e fundamentalmente explica o caminho para a chegada ao governo de forças políticas progressistas e o espaço real

de autonomia relativa: situações mais amparadas em movimentos populares mobilizados e com histórico recente de grandes lutas nacionais resultaram, por exemplo, na maior radicalidade de experiências como as da Bolívia, do Equador e da Venezuela; em sentido oposto o menor acirramento interno da luta de classes pode explicar a necessidade de atribuir maior peso ao processo institucional e de buscar alianças para além do campo popular e de esquerda para viabilizar vitórias eleitorais. Isso não ocorreu somente no Brasil, mas também na Argentina, no Chile, no Paraguai, no Uruguai, na Nicarágua etc. Após um breve ciclo de crescimento econômico, mas, principalmente, de desenvolvimento social, algumas dessas experiências (as mais e as menos avançadas) passaram a sofrer reveses com a persistência da crise internacional do sistema capitalista associada às condições políticas internas. Esses reveses ocorreram por via eleitoral e por via de golpes, após processos de desestabilização política, mais do que de crise econômica. Exemplos de viradas eleitorais são os casos do Chile, da Argentina com a eleição de Macri, de vários países da Europa e da ascensão de partidos e candidatos associados diretamente a posições desde o centro até a extrema-direita. Noutros casos, diante da impossibilidade ou incapacidade de vitória eleitoral dos setores reacionários, o caminho foi o golpe, como ocorreu em Honduras, no Paraguai, no Brasil, na Bolívia e está em curso na Venezuela.

A sempre recordada *Carta aos brasileiros*, de Lula e do PT, na campanha de 2002, materializava a opção feita entre a possibilidade de ganhar as eleições fazendo concessões ou perder novamente as eleições, mantendo princípios que, no caso do PT, não estavam muito distantes daquilo que concedia essa força. Para deixar mais claro o que pretendo afirmar: a trajetória política do PT ao longo de duas décadas pode ser compreendida como o processo em que sua linha política e seu programa se ajustam coerentemente ao perfil social-democrata das suas tendências hegemônicas, em particular a Unidade na Luta, atual Construindo um Novo Brasil, o que não torna a referida *Carta aos brasileiros* apenas um amontoado de concessões, mas também um esclarecimento.

Somente quem tinha ou tem ilusões com supostas disposições revolucionárias do PT é capaz de compreender a *Carta* e o programa dos governos do partido como sendo uma concessão ou uma traição a princípios. E, mesmo assim, estávamos diante do ciclo de governos mais progressistas que tivemos na história brasileira.

Foi necessária uma ampla e heterogênea frente de partidos e movimentos populares para tornar possível a eleição de Lula, cujo

governo teve como vice-presidente um empresário do extinto Partido Liberal. A composição do governo refletiu essa frente, sem dúvida. Não temos condições de afirmar que sem essa aliança Lula seria derrotado nas eleições, mas resta o dado objetivo: ela garantiu a vitória eleitoral de 2002 e serviu de base para as três seguintes.

Há dois pontos importantes ainda aqui: um se refere a algo que não ocorreu na relação entre o governo e os movimentos populares; outro, ao que ocorreu e tem relação com as condições de vida de trabalhadores mais empobrecidos e dos setores médios, sendo desprezado pura e simplesmente pela maior parte dos grupos à direita e à esquerda. No primeiro caso, não é raro ouvir que a sequência de governos petistas poderia ter criado bases sociais para saídas mais avançadas, ou seja, estimulado os movimentos populares a assumirem um protagonismo maior nas lutas políticas. Mas tal perspectiva apenas revela duas coisas: de um lado, a incapacidade dessas organizações de perceber que a experiência do ciclo petista era a do Estado burguês e não de uma estrutura jurídico-política de transição socialista. Aliás, o PT jamais deu a entender a menor possibilidade de ocorrer o contrário. Há aí, sem dúvida, uma compreensão ingênua do processo histórico e uma visão paternalista e ilusória com relação ao Estado burguês, que em casos similares tende sempre a cooptar movimentos e lideranças populares, não o contrário; de outro lado, essa lamúria em forma de crítica apenas revela as dificuldades próprias do trabalho de organização política de base de partidos e organizações consequentes do campo da esquerda e a incapacidade dos partidos e movimentos esquerdistas de sequer dialogar com setores de fora do universo pequeno-burguês. A inserção nos movimentos populares e a capacidade de formação de trabalho de base são fundamentais para que qualquer possibilidade mais progressista possa se concretizar. É da capacidade de luta, de mobilização e de organização dos trabalhadores que depende qualquer saída revolucionária, não da máquina do Estado burguês. No segundo caso, tanto organizações esquerdistas quanto as da nova direita vão tratar os governos com o perfil do ciclo petista como se não fossem fundamentais para conquistas, por parte dos trabalhadores, de condições e “direitos” que secularmente lhes foram negados. Ainda que considerando as contradições e necessidades de ceder ao grande capital e, ao mesmo tempo, realizar avanços sociais, ninguém pode negar que as condições de vida dos trabalhadores por todo o país foram melhoradas e que jamais se fez tanto pela redução ou eliminação da miséria e das desigualdades sociais gritantes. Esses dados positivos para os trabalhadores, beneficiando também os setores médios, tornam esse ciclo de governos mais que apenas um amontoado de erros como querem fazer crer, à direita e à esquerda, os referidos grupos. Somente aqueles que estão inseridos ideologicamente no individualismo radical pequeno burguês raciocinam assim.

Quando Michel Temer assume, depois do golpe, a frase “A culpa é do PT” pôde ser encontrada nos dois campos também. Por mais óbvia que seja a situação, parece necessário ainda insistir no tema. Michel Temer foi parte de um governo eleito por uma frente heterogênea de partidos, mas com compromissos sociais claros, com

os trabalhadores e com determinadas frações do capital que tinham seus interesses atendidos prioritariamente porque faziam parte do projeto neodesenvolvimentista que estava na base desse governo e era seu programa. As demais frações do grande capital participavam, sem dúvida, secundariamente. É necessário compreender as contradições internas da própria burguesia, porque é uma parte dela e não seu conjunto que está por detrás do golpe. Não se deve esquecer que uma parcela da burguesia foi, inclusive, para a cadeia com o golpe: executivos de grandes empresas responsáveis pela construção pesada, pela construção civil, pela indústria naval, de segurança territorial etc. — aliás, exatamente aquela fração privilegiada pelo programa desse ciclo de governos (BOITO JR., 2016). Michel Temer não foi eleito para fazer parte de um golpe de Estado: foi eleito dentro das regras e da ordem constitucional para ser o vice-presidente em um governo que tinha programa já aplicado e em andamento. Reduzir o golpe a questões pessoais, à busca de culpados ou personalizar o golpe como uma armação de Temer e uma vingança de Eduardo Cunha é reduzir o problema a uma intriga palaciana e perder sua dimensão política e de classe — dimensão esta que começou a mostrar bem seus contornos desde as manifestações de junho de 2013, que foram tomadas pela pequena burguesia por todo o país, contando, curiosamente, nas suas grandes mobilizações com os novos e velhos militantes da direita e também com as organizações esquerdistas, que tinham seus símbolos e bandeiras rasgados, militantes agredidos etc. Ficava claro que havia uma articulação diferente da direita em andamento e que havia a ameaça de golpe.

Com o início do processo eleitoral, em 2014, ficou bastante evidente que não teríamos uma eleição qualquer: tínhamos dois projetos de dentro da ordem burguesa, sem dúvida, mas dois projetos em disputa, sendo que o que vinha da direita ganhava força, o que ficou expresso na campanha (mais violenta do que de costume) e na vitória apertada.

Era necessário a partir dali defender o governo de Dilma, mesmo para os que faziam uma crítica do ciclo petista pela esquerda. Era necessário não porque o caminho fosse a posição política do “governismo acrítico”, mas porque estava claro que o que viria em seu lugar significaria um forte retrocesso. Mas pelas características dos grupos de direita e de esquerda, esse raciocínio simples e óbvio aparecia, para os primeiros, como uma conspiração política de *petralhas esquerdopatas que destruíram o Brasil* e, para os segundos, como posição de *conciliadores de classe e renegados da revolução*. Nessas posições distintas, ambos os lados deram os braços e operaram, com pesos políticos distintos, em favor da derrubada da presidenta Dilma Rousseff e do golpe.

2. A CORRELAÇÃO DE FORÇAS E O CAMPO DE LUTA

Vale insistir na análise mais aproximada dos campos, embora internamente heterogêneos, para pensar taticamente nossa encruzilhada histórica. Particularmente, ainda parece razoável fazer uma caracterização do antipetismo e das posições do

esquerdismo. Isso porque o discurso moralista e que se resume a encontrar culpados e declarar a própria pureza cativa a pequena burguesia radicalizada.

2.1. As esquerdas e o esquerdismo

Dilma concorreu nas eleições de 2014 com outros dez candidatos. Seis deles eram ex-petistas: Eduardo Jorge (PV), Marina Silva (PSB), Luciana Genro (PSOL), José Maria (PSTU), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO). Nenhum deles apoiou o PT no segundo turno. Os dois primeiros já estavam no colo da direita e se juntaram ao PSDB. O PSOL, que teve o mérito de pelo menos perceber as contradições do processo, liberou a militância para o voto, desde que não fosse em Aécio (PSDB), restando, portanto, o voto em Dilma ou a anulação, o voto em branco ou a abstenção. Os dois partidos trotskistas e o PCB declararam voto nulo.

Ainda que nos pareça equivocada, avaliamos a posição desses partidos como produto de tentativa de análise política. Mas não deixa de chamar atenção a possibilidade da formação de um antipetismo de esquerda, que para além dos rancores de alguns dos seus dirigentes pela militância pregressa no próprio PT (que podem ser minimizados em contextos não eleitorais, mas não desprezados), descambou para os desvios de esquerda — o chamado *esquerdismo*. É notável que o campo do esquerdismo é composto por partidos que saíram de dentro do PT (PSOL, PSTU e PCO) ou que recebeu militantes oriundos do PT (caso do PCB) na metade do primeiro mandato de Lula e que passaram a cumprir importantes papéis de direção e participaram de mudanças qualitativas na linha política e na organização. As referidas organizações mantêm o objetivo socialista em seus programas e a compreensão, cada qual à sua maneira, da necessidade do processo revolucionário, mas (e por razões diversas) não conseguem participar das lutas concretas e das contradições realmente existentes em nossa conjuntura e acabam por atuar negativamente com relação à própria possibilidade de avanço desse processo, embora haja exceções em determinados momentos, envolvendo, por exemplo, setores do PSOL e até o PCO.

Além de PCB, PCO, PSOL e PSTU, há ainda uma porção de “coletivos”, “agrupamentos”, “ligas” e outras organizações que possuem, cada qual à sua maneira e de forma cada vez mais isolada, um belo discurso revolucionário e “vanguardeiro”. Quanto menores e mais distantes da realidade, mais esses pequenos grupos se apresentam como os portadores da verdade revolucionária. Confundindo a realidade objetiva com a própria vontade, confundem o objetivo revolucionário (estratégico) com as mediações necessárias e cambiantes de cada conjuntura (a tática): ao afirmar a necessidade da revolução, afirmam também que as condições para que ela ocorra já estão presentes, atribuindo aos “traidores da classe” (como é próprio do trotskismo) ou a pequenos ajustes conjunturais a razão do seu atraso.

Não raro dirigentes dessas organizações veem o “proletariado revolucionário” em ação nas ruas, mesmo quando temos apenas uma manifestação maciça e plena

de contradições com tendências majoritárias à direita, como foram as tais “jornadas de junho” de 2013. Essas organizações, no conjunto, representam a outra face ou possibilidade da manifestação política da pequena burguesia: o revolucionarismo pequeno-burguês.

Mesmo que tenham participado daqueles eventos de 2013, por exemplo, a reboque de agrupamentos da direita e a duras penas com seu reduzido número de militantes, essas organizações e militantes tendem a ver-se como a essência cristalina e pura da transformação revolucionária e a própria revolução como mero ato subjetivo da vontade. Não conseguiram explicar até hoje como o “proletariado revolucionário” das ruas de junho apareceu depois, nas urnas, como eleitor de Aécio Neves e de Marina Silva, depois, como a base social que pediu o impeachment de Dilma e até a ditadura militar e, por fim, elegeu Bolsonaro. Insistem apenas em proclamar-se os fiéis representantes da “rebeldia das ruas”, ainda que ela não tenha ocorrido em canto algum ou ainda que a “rebeldia” seja politicamente de direita.

O inimigo comum — o ciclo de governos petistas — fez com que a pequena burguesia se unificasse nas suas manifestações políticas mais extremadas: o revolucionarismo esquerdista e o fascismo, o primeiro a reboque do segundo. A letargia dessas organizações esquerdistas com relação à escalada de direita e seu apoio prático ao golpe são os sintomas de sua ausência de realidade, de sua incapacidade de análise concreta da situação concreta, de posições moralistas e de um ranço que pode ser compreendido também como subjetivo e que cega parte de seus dirigentes.

Há dois argumentos rápidos contra o esquerdismo. Um deles é socioeconômico, mais óbvio e já mencionado; o outro é somente político.

No primeiro caso, retomemos o argumento de que o governo de Dilma e os governos do PT tiveram problemas que precisam ser bem criticados. O partido ajustou-se perfeitamente à lógica do jogo capitalista, assim como todo e qualquer governo anterior, assim como todas as instâncias pelo país afora, assim como quase todos os partidos. Mas foram governos que jamais pretenderam ou prometeram fazer além do que fizeram: gerenciar o capitalismo brasileiro concedendo aos trabalhadores e à população mais empobrecida alguns direitos, ou os reconhecendo. Nisso todos os que são do campo da esquerda estão plenamente de acordo. Isso não é pouco e, muito menos, desprezível. Aí está o problema! Um documento do PCB, por exemplo, que defendia o voto nulo no segundo turno da eleição presidencial de 2014, afirmava que Aécio e Dilma eram iguais: Dilma era

capitalismo com mais Estado, Aécio com menos. O que chamaram de maneira imprecisa de “mais ou menos Estado”, nas nossas condições objetivas, significou retirar da miséria absoluta ou a ela lançar muita gente e isso deveria interessar bastante aos que lutam ao lado dos trabalhadores.

Constatar que os governos de Lula e Dilma serviram ao grande capital é como afirmar com tom de descoberta científica que fogo queima e água molha. Não apenas os de Dilma e de Lula, mas também os de FHC, de Collor, de Sarney, os dos generais da ditadura. O que falta aqui é perceber, a partir da análise da nossa conjuntura e não da que a vontade desejaria que existisse, que a ordem burguesa, assim como o processo revolucionário, não são estáticos, portanto, são plenos de movimento e de contradições.

É tendo como referência o objetivo estratégico que as mediações com a vida real precisam ser construídas. Isso significa participar da vida e das lutas do cotidiano dos trabalhadores, das condições severas e adversas que abrem as possibilidades de avançar um passo aqui e recuar outros ali. Significa atuar em todas as contradições possíveis dentro da ordem burguesa, no sentido de aguçá-las ou, no mínimo, de torná-las de alguma maneira movimentos com resultados favoráveis aos trabalhadores. Não podemos afirmar que os governos Lula e Dilma foram iguais aos governos de FHC. O esquerdismo é leviano e irresponsável quando diz isso. Há, sem dúvida, uma melhora nas condições de vida dos trabalhadores. Ocorreram mudanças qualitativas, que abriram novas contradições, tanto entre frações do capital como para a atuação dos setores mais avançados da esquerda, com possível acesso a áreas e a contingentes de trabalhadores que, tendo necessidades básicas sanadas, se abrem também para a possibilidade de outras soluções. Apenas com forte trabalho e a partir dessas novas possibilidades há construção efetiva de organizações revolucionárias e a possibilidade, no longo prazo, da retomada concreta da perspectiva socialista.

Mas se essas novas e as antigas possibilidades abertas não bastaram para que a tomada de posição em defesa desses governos e contra o golpe ocorresse, pelo menos seria razoável considerar a situação daqueles que estão mais fragilizados pela pobreza extrema. Embora sejamos ainda um país de pobres, esse período recente conseguiu retirar da fome milhões de pessoas. Isso é um dado secundário somente para a pequena burguesia (de direita e de esquerda). A preservação de programas sociais e a luta popular para que avançassem deveria ser uma bandeira das organizações mais avançadas.

Isso nos remete ao segundo argumento, que esclarece o esquerdismo e o antipetismo de esquerda, que serviu de base ao golpe. Há confusão entre elementos teóricos que utilizamos para pensar o modo de produção capitalista e a conjuntura política, que é cambiante. Exemplo para ir ao cerne da questão: o Estado, segundo Marx e Lênin, é sempre um Estado de classe. De alguma forma, a existência do Estado sempre será a ditadura de uma classe sobre outras, o comitê executivo da dominação de classe. Isso vale também para as formações sociais capitalistas. Mas essa que é uma ditadura de classe pode ser velada pela forma da democracia burguesa em períodos

mais ou menos longos, sem perder, obviamente, suas características essenciais. O elemento fundamental que faz com que essa ditadura de classe seja obrigada a conviver com maiores ou menores liberdades democráticas é a luta de classes. Objetivamente, é a capacidade de organização política dos trabalhadores que força, alterando a correlação política de forças, conquistas sociais e também espaços de ação política.

Somente aqueles que parecem estar alheios às nossas condições objetivas podem acreditar que uma ditadura capitalista escancarada pode ser mais favorável à organização dos trabalhadores do que as possibilidades de ação “abertas” pela democracia burguesa. É com a compreensão desse cenário que deveriam atuar com todas as forças contra o golpe todas as organizações dos trabalhadores. Isso não fez e não faria ninguém virar petista (ou retornar ao PT) e nem se tornar “governista”: seria apenas atuar na nossa conjuntura politicamente e não de forma moralista, tendo clareza da nossa realidade concreta, atuando diante de suas contradições e as aguçando.

Engrossar o cordão da direita fazendo oposição pela esquerda é sempre um suicídio político. O antipetismo de direita e o de esquerda falam línguas diferentes, mas falam e falaram a mesma coisa: a deposição da presidenta representou um grande retrocesso para os trabalhadores brasileiros e é apenas um esforço bastante estúpido e infantil tratar disso analisando “culpas” ou afirmando que esse problema não é dos revolucionários.

Claro que essas organizações não possuem força política que poderia ser decisiva para impedir o golpe, o que não diminui sua responsabilidade como organização política. Essa fraqueza orgânica apenas revela que o esquerdismo não consegue adesão fora dos círculos pequeno-burgueses. Essas organizações são compostas majoritariamente por professores, estudantes e funcionários públicos. Repensar a tática, atuar na conjuntura concreta, sem a postura moralista e infantil que tem marcado suas resoluções, é o único caminho e possibilidade de terem alguma relevância política. Os partidos trotskistas jamais compreenderão isso.

Mas o esquerdismo é implacável. A ausência de estrutura material e o desigual acesso aos meios de comunicação de massa justificam parcialmente a parca votação das candidaturas das organizações esquerdistas nas eleições e sua baixa inserção nos movimentos populares. Mas devemos também considerar suas dificuldades em dialogar com os trabalhadores e participar dos problemas e das lutas cotidianas. Ao apresentar apenas o horizonte estratégico (socialista), sem as devidas mediações, essas organizações acabaram por se fechar ainda mais no universo pequeno-burguês, cujo radicalismo combina bem com sua linha política escatológica. Orgulham-se de não fazer política porque assumem o dever (moralista) de não lidar com nada que não seja diretamente a revolução. Como ela não chega logo, da mesma maneira que para os cristãos Jesus demora em voltar, vivem de apontar os dedos para os que se maculam nas fétidas águas da realidade objetiva. E tocam a vida satisfeitos e plenos de razão. Portam-se como quem chega virgem aos 100 anos e nada mais lhe resta a não ser autovalorizar a própria pureza, ainda que ninguém se importe com isso.

Foto: Pedro Ladeira/Folhapress



Foto: Anderson Riedel/PR



Bolsonaro com apoiadores em manifestação em Brasília e rezando com militares em cerimônia no Planalto

2.2. As direitas e a base social do governo

Os neomilitantes de direita tomaram problemas seculares do Brasil como se fossem obras dos governos do PT. O bordão “A culpa é da Dilma” se tornou a chave para expor todo tipo de preconceito e dar vazão a discursos violentos contra os mais vulneráveis socialmente. Há um nível muito alto de agressividade entre esses militantes, o que torna a tentativa de argumentar e tratar desses temas um esforço quase inútil. A movimentação da grande mídia, de partidos e políticos tradicionais, do Judiciário e de uma massa de manobra histórica pareceu ser a de gente que só recentemente começou a viver e perceber as mazelas do tipo de capitalismo que se desenvolveu no Brasil.

Embora falem em nome de algum Brasil, fica claro pelo que defendem que não incluem o Brasil da população que mais sofreu, pela marginalização e empobrecimento contínuos, com a dragagem das nossas riquezas naturais e com a concentração de riqueza gritante e secular.

Essa massa de manobra essencialmente pequeno-burguesa não faz parte do reduzido grupo que concentra em suas mãos o grosso da riqueza social produzida. Mas seus militantes de direita repetiram chavões e palavras de ordem sem sentido e serviram de base para a crise política que interessava apenas a determinados setores do grande capital. Foram e são apenas marionetes dele. Como disse João Quartim de Moraes,

É evidente que os empreiteiros do golpe só prosperaram porque conseguiram manipular com êxito frustrações, ressentimentos e ódios do reacionarismo latente nos setores mais obscurantistas e empedernidos da pequena burguesia (ou “classe média”, como dizem muitos) (MORAES, 2016).

Os que apoiaram o golpe pela direita não sofreram apenas de uma dificuldade de compreensão da realidade: esses limites estão postos também para boa parte dos que lutaram contra o golpe. Em síntese, o antipetista de direita sabia que o processo não tinha nenhuma relação com a luta contra a corrupção. Ele saiu às ruas com a camisa da CBF, tirou fotos com a polícia sorridente, gritou “Somos todos Cunha” e dançou em volta do pato da Fiesp. Os golpistas apoiaram a perseguição a lideranças do PT porque

eram do PT, porque odeiam qualquer coisa que cheire a trabalhador, ainda que eles mesmos sejam, no geral, trabalhadores. Odeiam a melhoria das condições de vida dos mais pobres porque isso lhes ameaça os canais tradicionais de manutenção como pequena burguesia, mas a odeiam também porque perdem aquela parcela da população que pode lhes servir em troca de um prato de comida ou de qualquer punhado de moedas, como bem mostrou a reação das “madames” quando direitos trabalhistas básicos passaram a vigorar para o trabalho doméstico.

O problema é que a pequena burguesia possui um sonho e um medo: o sonho é o do aburguesamento individual; o medo é o da proletarização. Tudo o que ocorre para esse insano grupo de pessoas é creditado apenas e tão somente ao seu mérito pessoal, não podendo reconhecer, portanto, que as mudanças que ocorreram nos últimos anos no Brasil melhoraram também sua vida. Mas o sonho de ser burguês e o medo de se proletarizar envolvem o que é individual e o que é coletivo: enriquecer deve ser algo individual, porque os ideais de sucesso gestados na ordem capitalista não passam apenas pela aquisição de bens materiais, mas necessariamente por algum grau de distinção, para que a riqueza seja ostentada e reconhecida. A proletarização é coletiva e nesse caso não significa empobrecimento. Para a pequena burguesia, o acesso de camadas empobrecidas da população a condições mais razoáveis de vida, o acesso a espaços que lhes foram sempre bloqueados, a determinadas carreiras, determinados serviços, enfim, a proximidade dos “pobres” que já não vão aparecer tão pobres assim joga areia no seu projeto individual, amplia a concorrência, faz com que se percam os canais tradicionais de sua manutenção e justificação em determinados postos e carreiras (particularmente aqueles justificados pela certificação escolar). Por isso, no momento em que sentiram os primeiros efeitos da crise econômica batendo em suas portas, reagiram com tanta raiva aos programas sociais, com tanta raiva contra as cotas sociais, com tanta raiva contra o governo, sendo facilmente arregimentados por partidos e organizações de direita, ainda que os interesses da pequena burguesia e os do grande capital não sejam coincidentes.

Mas ainda é preciso separar em grupos aqueles que persistiram do apoio ao golpe à eleição de Bolsonaro e procurar identificar qual seu peso político efetivo e como está dividida essa base social.

Antes, porém, convém partir da avaliação de que não houve gente enganada nesse processo. Muitos têm se dedicado a analisar o comportamento dos eleitores de Bolsonaro e, dentre estes, uma parcela que se tornou militante de fato, aderindo ao PSL e, depois, disposta a migrar para o fascistoide Aliança pelo Brasil. Tanto naquele momento,

quanto agora, me parece necessário não cairmos no erro de subestimar esse eleitorado. É bem verdade que parte dele votou em Lula e Dilma nas eleições anteriores, mas não é verdade que os quase 60 milhões de votos em Bolsonaro tenham procedido de gente que foi enganada por notícias falsas. Sem deixar de lado o consórcio golpista mencionado acima que, de fato, cumpriu um papel fundamental, onde estaria o engodo que traiçoeiramente convenceu esses milhões de eleitores?

Podemos falar de engano quando fazemos algo com um objetivo e, depois, vemos que fomos iludidos, ou que as promessas nas quais acreditávamos não foram cumpridas, ou que as cartas do jogo não estavam na mesa claramente. Mas também não foi esse o caso, ainda que as esperanças frustradas mudem a posição de uma porção desses eleitores.

Repetido como uma ladainha, o discurso moralista que justificou a opção dos eleitores possui como pontos-chave a defesa da “família tradicional”, as referências ao cristianismo, o combate à corrupção e à criminalidade e o patriotismo, e erigiu um grande inimigo: o PT e uma dada concepção pejorativa sobre a esquerda e outros grupos específicos que teriam “destruído o Brasil”, tratados homoganeamente, ou seja, como se fossem todos a mesma coisa e uma ameaça a ser destruída. A ideia de que a candidatura do nosso tosco fascistoide representava a “mudança” foi calcada nessas bases.

Mas é necessário fazermos a devida separação entre o discurso — o que se afirma — e as intenções e objetivos subjacentes à forma do discurso, ou seja, o que de fato explica o evento desse apoio maciço.

Os eleitores de Bolsonaro e de figuras similares nos estados sabiam e sabem que os elementos centrais do discurso são falsos. Em outras palavras: esse discurso apenas esconde velhos preconceitos e velhas disposições de classe da formação social brasileira, que voltam à tona sempre que temos alguns avanços e em momentos de crise (na nossa conjuntura, uma crise econômica, mas fundamentalmente uma crise política e institucional, forjada para impedir novas e sucessivas derrotas). Que temas sensíveis (como o da segurança pública) expandam para além das camadas mais abastadas da pequena burguesia o apoio à guinada à direita, não há dúvida, somando-se a isso certa disposição à subserviência e a um discurso que vai contra sua própria condição. Mas, ainda assim, não havia e não há ninguém enganado aí.

Que podemos até operar com a ideia de que isso não aparecia de maneira racionalizada ou refletida para toda a massa de eleitores, não tenho dúvida. Mas como alegar que qualquer um deles não sabia que fazia apenas um discurso parcial, ou fazia “vista grossa”, estando todas as peças expostas amplamente? Como não reconhecer que a defesa violenta e visceral do candidato e agora presidente da suposta “mudança” esconde inconfessáveis (mas claros) e questionáveis valores?

Deixando mais claro: há profunda incoerência entre o discurso e os objetivos práticos, ou melhor: o discurso serve apenas para velar as rebaixadas intenções de fato daqueles que viram no fim do “politicamente correto” e do “socialismo” a oportunidade para suas aspirações mais egoístas. Exemplos da incoerência entre esse discurso e os

objetivos reais não faltam: o moralismo, o cristianismo conservador, a defesa da família tradicional não foram afetados pelo candidato que apareceu dizendo que utilizava apartamento funcional em Brasília para “comer gente”; os eleitores da “moral e dos bons costumes” comemoraram meses antes a injusta prisão de Lula bebendo cerveja paga por um cafetão e em frente a um conhecido prostíbulo paulistano de elite; Alexandre Frota, um ator de filmes pornográficos e que confessou e relatou em cadeia nacional um estupro esteve por ali o tempo todo e foi eleito deputado federal; pastores investigados por corrupção e até por estupro “oraram” pelo candidato; o candidato ganhou fama por um discurso rasteiro e cheio de violência; há diversos vídeos em que Bolsonaro aparece proferindo frases como o “Não te estupro porque não merece!”, “Vamos fuzilar a petralhada!”, “Vamos banir e prender os vermelhos!”. Fora as manifestações explícitas de racismo, homofobia e machismo em vídeos incontáveis do próprio candidato, dos seus parentes e dos seus seguidores. Ora, como o discurso moralista e supostamente cristão pode se compatibilizar com todas essas manifestações? A pregação pelo combate à corrupção e ao crime é para fazer rir ou chorar, mas jamais para ser levada a sério por ninguém. Todos sabem da utilização do Judiciário para punir seletivamente aqueles que estavam no caminho dos interesses golpistas e, de outro lado, para liberar aqueles que os apoiaram. Mesmo com a divulgação (portanto, com as provas materiais) do conluio criminoso chamado de operação Lava Jato, mesmo com as evidências da participação da família do presidente no assassinato de Marielle Franco, mesmo com as evidências da participação direta do governo na invasão à Embaixada da Venezuela, mesmo com o envolvimento da família Bolsonaro com o crime organizado, com a milícia no Rio de Janeiro, enfim, mesmo com todas as evidências de práticas criminosas, ainda assim, o Executivo conta com uma ampla base social de apoio, que auxilia na negação ou na justificativa desses eventos ou, o que é mais grave, tem esses crimes como méritos.

Alguém duvida de que os seguidores do “Mito” terão orgulho ao saber que seus filhos e ele mesmo têm envolvimento na morte de Marielle? Eles quebraram a placa da rua com seu nome, festejaram a foto do filho do presidente com rosas e uma arma na mão no dia do assassinato, falam abertamente na eliminação dos “esquerdistas”.

Há alguns anos, Caetano Veloso e Gilberto Gil cantavam o “silêncio sorridente de São Paulo diante da chacina” (se referiam ao massacre do Carandiru). O riso hoje é livre e escancarado diante da violência seletiva e do assassinato puro e simples. Lembremos que o filme *Tropa de elite* (2007) foi um grande sucesso pelas avessas: Capitão Nascimento se tornou um grande herói popular. O sinal de alerta deveria estar aceso desde então... O discurso patriótico e o “Brasil acima de tudo” persistem, ainda que, na prática, tenhamos a destruição e entrega da Amazônia e das riquezas nacionais e um processo de desindustrialização levado adiante por um sujeito que presta continência para estadunidenses e lambeu as botas de Trump. Enfim, acrescentemos a isso a demonização da esquerda, da ciência, o ataque a negros, *gays*, mulheres, pobres e indígenas, a xenofobia: isso tudo ocorre sistematicamente, o tempo todo e desde a campanha. Em lugar de, pelo menos, preocupar, empolgou as multidões.

Para Sodré, a ideologia do colonialismo penetra na cultura brasileira pela “transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos no campo político como no campo artístico”

Como alguém poderia levar a sério que esse sujeito representaria alguma mudança positiva? Ele, desprovido de conhecimentos básicos, não conhece além de algumas frases violentas e do senso comum, não é capaz de debater suas propostas e, fundamentalmente, é um sujeito que esteve quase três décadas como um parasita no Congresso Nacional, votando em tudo que contraria os interesses dos trabalhadores e as melhorias de condição de vida dos brasileiros. Ao longo da campanha disse abertamente que acabaria com conquistas dos trabalhadores; seu vice afirmou mais de uma vez que acabaria com o 13º salário e com as férias; prometeu aprovar a reforma da previdência que penaliza trabalhadores; defendeu a posição de que mulheres devem ganhar menos que os homens; defendeu abertamente a tortura e a ditadura, o assassinato, a prisão arbitrária. Está cumprindo o prometido.

Como algo tão velho e rançoso pôde aparecer para alguém como símbolo da mudança? Não, todos sabiam e sabem que não era disso que se tratava. Não parece ser possível que alguém tenha sido enganado com tantos dados escancarados. Quem votou no sujeito sabia o que estava fazendo e comemorou a eleição. Muitos descarregando suas armas para o alto.

Ora, se está tudo tão escancarado, se é perceptível a todos, o que ocorre então? Penso que uma das respostas está nos preconceitos historicamente enraizados no imaginário geral e que fazem parte da formação social brasileira. Uma ideologia do colonialismo, como chamava Nelson Werneck Sodré, que trata parcelas da população como desiguais ou que percebe desigualdades perigosas nas diferenças. Não acredito que todos os eleitores do sujeito estejam decididos a praticar violência direta contra qualquer grupo, mas eles querem que esses grupos tomados como inferiores retornem aos seus lugares sociais e ao silêncio. Para Sodré, a ideologia do colonialismo penetra na cultura brasileira pela “transplantação cultural, isto é, a imitação, a cópia, a adoção servil de modelos externos no campo político como no campo artístico” e, ainda que justifique relações internas, tal ideologia tende a sofrer oposição na medida em que “transformações estruturais no campo da produção interna” acarretam o questionamento da

posição da classe ou classes predominantes associadas aos interesses externos: “quando as forças econômicas internas passam a exigir um lugar ao sol, passam a disputar uma posição” (SODRÉ, 1965, p.13).

Entendo nossa virada à direita, para além dos estímulos externos, como uma reação a avanços que tivemos no ciclo petista e que deram lugar e voz a grupos historicamente postos à margem e condenados à clandestinidade.

Nossos setores dominantes sabem compatibilizar caridade com chacina muito tranquilamente. Uma ajudazinha aqui para ganhar pontos no céu e manter os pobres submissos e agradecidos, uns tiros ali para não perder o controle da situação. A pequena burguesia é seu cão de guarda e rosna primeiro porque se sente ameaçada nos seus lugares sociais e é mais sensível à aproximação desses setores que podem alçar posições sociais equivalentes às dela. Em momentos de avanço como esse que antecedeu o golpe, de conquistas sociais, se acirram as disputas pelos espaços, ainda mais quando uma crise econômica auxilia ampliando seus efeitos. Chega a hora de recolocar os pobres “no seu lugar”.

O que põe parte da pequena burguesia em movimento reativo mais explícito é o risco que representa a possibilidade do acesso proletário aos seus canais de manutenção e ascensão, como a existência de políticas públicas que dão incentivos e subsidiam atividades de pequenos e médios produtores; as políticas afirmativas e compensatórias, como cotas sociais e étnicas; o acesso ao crédito e ao consumo; a ampliação das conquistas e direitos dos trabalhadores que ainda viviam os resquícios da senzala, como o caso do trabalho doméstico; a elevação do número de certificações do ensino regular e superior nos últimos anos, e a maior disponibilidade de trabalhadores para as atividades não manuais. Nesse caso, a pequena burguesia, que se justifica pela ideologia do mérito pessoal e pela certificação escolar, se sente ameaçada pelos efeitos tendenciais do que chamamos de sobrecertificação: quanto mais temos concentração urbana com certificação da educação básica e também do ensino superior, mais as empresas podem elevar os requisitos para contratação de pessoal, inclusive com salários menores e maiores atribuições. O problema da certificação escolar não é o da qualificação do pessoal, mas o de agregar um grande número de novos concorrentes em condições legalmente ou formalmente iguais (a posse do diploma), quebrando o principal instrumento de justificativa da manutenção da pequena burguesia urbana desde o final dos anos 1960 no Brasil.

Um olhar um pouco mais atento pode ajudar a compreender nossa conjuntura como uma reação a esses avanços sociais, respaldada pelos preconceitos construídos historicamente que alocam, como desi-

Nossos setores dominantes sabem compatibilizar caridade com chacina muito tranquilamente. Uma ajudazinha aqui para ganhar pontos no céu e manter os pobres submissos e agradecidos, uns tiros ali para não perder o controle da situação. A pequena burguesia é seu cão de guarda e rosna primeiro porque se sente ameaçada nos seus lugares sociais e é mais sensível à aproximação desses setores que podem alçar posições sociais equivalentes às dela

guais, grupos diferentes da população brasileira. Eles votaram em Lula duas vezes e muitos elegeram Dilma. Eles votaram em Lula em vista da grave crise do começo dos anos 2000 e depois dos governos de Collor-Itamar e FHC, de aplicação da cartilha do neoliberalismo. A reação se expressou nos movimentos de 2013 e na apertada vitória de Dilma contra Aécio em 2014. Depois, com as sucessivas derrotas nas urnas e a expectativa de uma nova eleição petista em 2018, novamente com Lula à frente, a reação veio na forma do golpe de 2016. A ideia era passar o comando da nação para as mãos do PSDB (o operador político de confiança do grande capital), uma vez que não conseguia fazê-lo pela via eleitoral.

Mas o golpe saiu pela culatra: o grande derrotado dessas eleições foi o próprio PSDB. O aguçamento do discurso moralista e sabidamente falso levou à Presidência um efeito colateral do golpe: Bolsonaro, representante puro do humano médio brasileiro. Ignorante, preconceituoso, agressivo. Nem ele mesmo deve conseguir entender até agora como, de um militar equivocado e de um parlamentar medíocre, pôde sair um presidente da República.

Mas voltemos a pensar na base social do governo, uma vez que deixamos de lado a ideia do simples engano ou da manipulação como chave explicativa para esse fenômeno.

Embora perca parcialmente o apoio de algumas parcelas da população, que vão se tornando mais sensíveis a determinados assuntos muito práticos, como a elevação dos preços e a eliminação de conquistas de alguns setores, o governo continua a ter ampla base social. A pergunta fundamental é: como se comporta essa base social politicamente?

Não tenho dúvida de que temos aí disposições políticas diferentes, mas podemos separar essa base em dois grandes grupos. A maioria da base social do governo ou desse projeto não tem compromissos teóricos ou políticos, mas uma veia pragmática que espera. Há um mínimo de militantes em agrupamentos confusos e fragmentados, que vão de declarados neonazistas a tolos defensores de políticas liberais, unificados pelos preconceitos mencionados acima e pelo ódio à esquerda. Esse grupo menor tende a sair às ruas e defender o governo caso se veja ameaçado. O primeiro grupo, muito maior, não.

Isso significa que não há sinais de que haja uma base social de massa disposta a sair às ruas e sustentar o governo no caso de alguma crise maior.

Nesse caso, de ausência de bases sociais com compromissos políticos mais ou menos articulados e com disposição para sair às ruas em sua defesa, lançamos as resoluções fundamentais para o campo institucional. Eis outro problema.

2.3. O papel das instituições

A sempre lembrada frase de Romero Jucá, que afirmava que o golpe seria dado, com “o Congresso, com o Supremo, com tudo”, exemplifica bem o problema institucional.

Novamente, insisto que ninguém foi enganado nesse processo. Também ninguém deixou de perceber como foram utilizadas as instituições e usurpadas as bases da própria ordem burguesa, baseada na Constituição de 1988, que passou a ser insistentemente questionada.

Todos sabiam da farsa armada no Congresso no processo de impeachment da presidenta Dilma. Todos perceberam a seletividade com que a Justiça em todas as suas instâncias julgou pessoas ligadas ao ciclo petista e deixou de lado casos escandalosos envolvendo membros do consórcio golpista. Todos assistem à fragilidade dos partidos políticos brasileiros, das representações parlamentares, do Judiciário. Ainda que a abnegada luta de parlamentares dos partidos de esquerda se veja na condição de limitar-se à defesa do chamado Estado democrático de direito e da Constituição em vigor, a derrocada escancarada das instituições e da sua confiabilidade levou também a Constituição mesma a ser tratada com desdém.

O alto índice de abstenção eleitoral não revela simplesmente um descontentamento com a “política”: revela desesperança e desprezo por um processo institucional amplamente despojado de esperança e apreço na farsa do impeachment da presidenta Dilma. Como levar eleições a sério depois de tamanha carga propagandística que desqualificou por pelo menos dois anos o universo político institucional? Isso explica a eleição de excrescências como João Doria, em São Paulo, fazendo o discurso de que não é político. Curioso ver que candidatos de uma esquerda que se propõe como alternativa ao eleitorado próprio do PT tenderam a embarcar na mesma conversa, mas ali o resultado foi outro. Isso porque a política institucional foi arranhada, mas a esquerda foi, em conjunto, demonizada.

Não tenho dúvida de que grande parte dessa massa da população que se absteve eleitoralmente em 2016, 2018 e 2020 deve, inclusive, desaprovar o governo e todas as medidas tomadas contra os trabalhadores. Há uma crise de credibilidade envolvendo os três poderes. Mas não tenho dúvida de que essa massa descontente não tende para a esquerda: ela parece sujeita a aderir mais facilmente a saídas mais à direita, como outro golpe ou uma ditadura escancarada, desde que haja instituições ou líderes carismáticos capazes de conquistar sua confiança.

Ora, de todo o processo, o único poder que não saiu arranhado, mesmo porque tem forte viés pessoal, foi o Executivo Federal. A figura do presidente saiu fortalecida desse processo e pode ser encarada como uma solução caso se ampare em instituições que não passaram pelo mesmo desgaste das demais. As que saíram mais ou menos incólumes desse processo foram as Forças Armadas e as polícias militares estaduais. Nestas o atual presidente deve depositar as esperanças dos seus devaneios golpistas, cada vez mais distantes.

Não penso que existe um setor nacionalista nas FFAA: a ditadura militar eliminou de vez essa possibilidade. Ficaram para a história aqueles círculos militares nacionalistas e anti-imperialistas, que estavam empenhados no desenvolvimento nacional e autônomo, se identificavam com o trabalhismo e, parte deles, também com bandeiras da esquerda brasileira.

A crise institucional aumenta os problemas postos à esquerda, por essas ironias da história: não tendo força política suficiente para uma ruptura com a ordem burguesa, a tendência é que esta se rearticule, num processo em que as “liberdades democráticas” respaldadas pela legislação e por limites institucionais para o uso da força estarão, necessariamente, ausentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PROBLEMA DA TÁTICA NESTA QUADRA DA HISTÓRIA

Acumulamos derrotas desde 2016. Embora haja a disposição de luta por parte de alguns partidos e organizações do campo da esquerda, o fato objetivo é que nada indica que tenhamos base social suficiente para uma saída pela esquerda no curto prazo. Nem mesmo há sinal de que tenhamos uma base social grande em número e também com o fôlego necessário para jornadas extensas de luta. A agenda neoliberal, com ou sem Bolsonaro, deve persistir como projeto majoritário.

Embora tenhamos uma crise de crédito nas instituições, ainda parece que o jogo político seguirá decisivo nessas instâncias, mais do que nas ruas. Isso parece indicar que, taticamente, o caminho da esquerda seja a atuação nas contradições do amplo espectro da direita política, tendo em vista a derrota dessa sua versão mais nefasta, representada pelo bolsonarismo.

Mas vale refletir que, ainda que por motivações distintas, as organizações da esquerda engoliram o golpe de 2016 com alguma facilidade e com maior facilidade ainda renegaram a presidenta Dilma e a legitimidade do seu mandato. Isso serve tanto para as organizações que estavam na base do governo (inclusive o próprio PT),

Pensar a tática, de acordo com a proposta de uma análise pragmática politicamente, implica levar em consideração a correlação de forças e as disposições políticas dos campos em disputa. Derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo são as tarefas imediatas do momento, em todos os espaços, de todas as maneiras. Os aliados neste momento são todos aqueles que se dispõem, por razões distintas, à mesma tarefa. Ainda que a avaliação pareça pessimista, mas sem correr o risco de perder a objetividade, essa é condição essencial para a retomada de posições mais avançadas

quanto para quaisquer outras que sejam do campo da esquerda e não foram capazes de perceber o que se avizinhava.

Tivemos partidos que assumiram uma posição crítica e combativa, como é o caso do PCdoB, mas as expectativas e as necessidades da batalha eleitoral ainda em 2016 atenuaram ou alteraram a rota da resistência: muitos se viram, já ali, ao lado dos golpistas em diversos palanques, no primeiro e no segundo turno, acentuando a tendência de um pragmatismo que, em determinados casos, aparece apenas como oportunismo puro. Talvez tenha ajudado nesse processo a compreensão de que o golpe era uma derrota momentânea e que poderia ser resolvida com as eleições de 2018. Apesar do notável resultado obtido pela chapa Haddad/Manuela e da considerável perda de força do bolsonarismo nas eleições de 2020, o campo da esquerda acumulou também derrotas eleitorais. É claro que sentimos ainda o reflexo da bem-sucedida ação do consórcio golpista montado a partir de 2013.

Ao lado das dificuldades internas, não podemos deixar de considerar as derrotas e a ofensiva conservadora em toda a América Latina. Ainda que tenhamos como exemplos positivos a vitória da chapa peronista na Argentina e a tenaz luta dos chilenos, bem como de haitianos e colombianos, o fato objetivo é que o placar segue bastante desfavorável, com a Venezuela em constante ameaça, a eleição do candidato da direita no

Uruguai, o golpe na Bolívia, revertido pelo recente processo eleitoral, mas ainda num ambiente instável.

No campo persiste a violência e assassinato de lideranças camponesas e da população nativa. Ainda que tenha ocorrido grande movimentação em torno dos cortes na educação e por ocasião da reforma da previdência, as mobilizações perderam o fôlego e não houve mais capacidade de organização, para além das movimentações em torno da libertação de Lula. A violência aparece como marca nas relações entre opositores e governo, com medidas legais que procuram ampliar a liberdade com que o aparato repressivo pode “resolver o problema” de manifestações e posicionamentos contrários. As prisões arbitrárias e o assassinato por parte das forças do Estado já batem recordes e tendem a crescer, à medida que ganham respaldo do governo e de uma parte considerável da população.

Pensar a tática, de acordo com a proposta de uma análise pragmática politicamente, implica levar em consideração a correlação de forças e as disposições políticas dos campos em disputa. Derrotar Bolsonaro e o bolsonarismo são as tarefas imediatas do momento, em todos os espaços, de todas as maneiras. Os aliados neste momento são todos aqueles que se dispõem, por razões distintas, à mesma tarefa. Ainda que a avaliação pareça pessimista, mas sem correr o risco de perder a objetividade, essa é condição essencial para a retomada de posições mais avançadas.

* Doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor da Universidade Metropolitana de Santos (Unimes).

► Texto recebido em janeiro de 2021; aprovado em fevereiro de 2021

Referências bibliográficas

BOITO Jr., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**. Campinas, n.42, jun., 2016. pp.155-162

_____. A corrupção como ideologia. **Crítica Marxista**. Campinas, n.44, jun., 2017. pp.09-19.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. A doença infantil do ‘esquerdismo’ no comunismo. In: **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980, v.3, p. 275-349.

MORAES, João Quartim de. **Base de massas e tropas de choque do golpismo**. Vermelho, São Paulo, 11 abr. 2016. Disponível em: <https://vermelho.org.br/coluna/base-de-massas-e-tropas-de-choque-do-golpismo/>. Acesso: 20 de fevereiro de 2021.

POULANTZAS, Nicos. **Pouvoir politique et classes sociales**. Paris: François Maspero, 1968.

_____. **Fascismo e ditadura**. Porto: Portucalense, 1972, 02 volumes.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo: seus reflexos no pensamento brasileiro**. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.



Editora: Anita Garibaldi
 Formato: 15,5 x 23 cm
 1ª edição: 2021
 Preço: R\$ 72
 616 páginas

ARAÚJO, Nilson; CAMPOS, Rosanita (Org.).

Pensamento nacional-desenvolvimentista.

São Paulo: Fundação Maurício Grabois/Cátedra

Cláudio Campos; ed. Anita Garibaldi, 2021.

A atualidade do nacional-desenvolvimentismo

On the topicality of national-developmentalism

Fernando Garcia*

DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2021.161.015>

Diante da crise política, econômica e sanitária por que passa o Brasil, agravada pela condução de Bolsonaro e sob os ecos da crise estrutural iniciada em 2007-2008, abre-se a necessidade de elaborar e pactuar um novo projeto nacional de desenvolvimento. Essa projeção de soluções para o país deve levar em consideração as profundas transformações pelas quais o Brasil e o mundo estão passando na atualidade e ter como referência a elaboração feita no Brasil, no último século, sobre a democracia, a valorização do trabalho e a soberania nacional.

Nesse quesito, o livro *Pensamento nacional-desenvolvimentista*, organizado por Nilson Araújo e Rosanita Campos, ora lançada pela Fundação Maurício Grabois e pela editora Anita Garibaldi, com o selo da Cátedra Cláudio Campos, chega em boa

hora e revela os cumes dessa vertente das ideias sobre o desenvolvimento. Com prefácio de Renato Rabelo, presidente da Fundação Getúlio Vargas, e apresentação do organizador, a coletânea contém 31 textos, entre discursos, artigos, aulas, entrevista, documentos, mensagens de 16 autores que tratam do nacional-desenvolvimentismo desde apenas alguns meses após a chegada de Vargas ao Rio de Janeiro (1931) até as vésperas do mais recente grande confronto político brasileiro: as eleições de 2018.

Durante a Primeira República (1889-1930), acirrou-se o embate entre projetos conservadores, retrógrados, e os que ensaiavam caminhos para a modernização do Brasil. Com o fim desse primeiro período republicano — após o movimento liderado por Getúlio Vargas em 1930 —, as arenas política, econômica e cultural do país acolheram um espírito estratégico de construção da nação por meio de um projeto soberano de inserção do Brasil no século XX. Esse projeto de elevação do Brasil de um “fazendão” para um país estruturalmente forte e que viesse a cumprir um papel relevante em âmbito global, com bem-estar e participação do povo, recebeu o nome genérico de *nacional-desenvolvimentismo*.

O livro está dividido em quatro grandes partes, que elencam os textos por critérios temáticos. Sua primeira parte é composta de textos elaborados por autores que têm relações diretas ou indiretas com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros — “Iseb: oficina do pensamento nacional-desenvolvimentista”. Nela se encontram os textos “O problema do negro na sociologia brasileira” (1954) e “Sociologia enlatada e sociologia dinâmica” (1953), de Alberto Guerreiro Ramos, nos quais são tratadas, de forma original, as questões da cultura nacional e do negro brasileiro.

Logo após, os textos de Álvaro Vieira Pinto “A defesa da indústria nacional autêntica” (1960) e “Ideologia e desenvolvimento nacional” (1956) mostram o gigantismo do autor para tratar tanto das características que a industrialização no país precisa ter para ser considerada uma alavanca para o desenvolvimento como da necessidade de a ideia de desenvolvimento ganhar as massas para ter êxito. Anísio Teixeira comparece com “A nova Lei de Diretrizes e Bases: um anacronismo educacional?” (1960), para enfatizar que a educação é responsabilidade pública e só assim se desenvolve uma sociedade democrática.

O depoimento “A derrota dos entreguistas na luta pela criação da Petrobras”, de Euzébio Rocha, concedido em 1987 para o CPDOC da FGV, traz os bastidores de alguns capítulos da luta pela soberania brasileira, sobretudo da saga que foi a nacionalização do petróleo. Já a questão regional se apresenta com “O caminho para o Nordeste e para o Brasil” (1965), de Miguel Arraes. Nele, o governador cassado apresenta o Nordeste como uma realidade — com problemas e potencialidades —, e não uma abstração, como era comum entre políticos e intelectuais.

De Nelson Werneck Sodré são apresentados dois primorosos textos. O primeiro é a aula inaugural do curso regular do Iseb no ano de 1959, “Raízes históricas do nacionalismo brasileiro”. Nele o general nacionalista e marxista recompõe os traços que constituem a ideia de nação brasileira nucleados na luta contra o colonialismo e

A coletânea contém 31 textos, entre discursos, artigos, aulas, entrevista, documentos, mensagens de 16 autores que tratam do nacional-desenvolvimentismo desde apenas alguns meses após a chegada de Vargas ao Rio de Janeiro (1931) até as vésperas do mais recente grande confronto político brasileiro: as eleições de 2018

afirma a necessidade de “harmonizar forças interessadas no desenvolvimento nacional”, “para o Brasil superar o que nele existe de colonial”. O segundo texto de Sodré são as conclusões do livro *Brasil: radiografia de um modelo* (1974). Ali o autor deslinda as tendências antipatrióticas do regime adotado a partir de abril de 1964.

O texto “Roberto Simonsen: a indústria e o desenvolvimento do Brasil” contém parecer de Simonsen apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) em 16 de agosto de 1944, com comentário de Carlos Lopes. Nele é exposta parte da controvérsia entre Simonsen e Eugênio Gudín sobre os caminhos do desenvolvimento brasileiro.

A segunda parte do livro, denominada “Getúlio Vargas: símbolo da emancipação nacional e dos direitos dos trabalhadores”, conta com oito mensagens, pronunciamentos e discursos de Getúlio, mais a sua “Carta-testamento”. Os textos abrangem toda a era Vargas e tratam de variados temas. “As riquezas naturais do Brasil e a industrialização” (1931) traz preocupações que Vargas tinha já quando governador do Rio Grande do Sul, sobre a relação entre indústria e desenvolvimento. E em “Industrialização e petróleo” (1940) o discurso de Vargas mostra como era incorreta a tese em voga do “agrarismo como fatalidade geográfica” e que os êxitos da vida econômica do país passavam pela indústria e o petróleo.

Seu último discurso como parlamentar, antes de voltar à Presidência, “Escritos e pronunciamentos no Senado” (1947), é um verdadeiro programa político de cunho nacionalista e com ênfase no desenvolvimento econômico e na salvaguarda da soberania. Já com sua volta à Presidência, agora por meio do voto popular, os textos escolhidos para a coletânea apontam grande preocupação de Vargas com o petróleo e a soberania, como é possível ver em “Enfrentamento da espoliação do Brasil pelas remessas de lucros” (1951), “No petróleo, o controle nacional é imprescindível” (1951), “Ser nacionalista é ser a favor da nação” (1952) e “A emancipação nacional” (1954).

Com a ofensiva golpista da UDN e de setores antinacionais e estrangeiros, a questão democrática ganhou novo vulto. E em pleno ano de 1954, seu discurso de

1º de maio “Hoje estais com o governo, amanhã sereis governo”, está focado no problema das urnas. Para Vargas o direito ao voto tem importância inviolável. Deixa nas entrelinhas que seu governo é oposição às “influências ocultas que movem os grandes interesses” e que nada “poderá deter” o povo. Depois de apresentar um balanço de seu governo, diz que será do povo, num futuro próximo, a condução do Brasil — como inscrito na frase-título do discurso.

Ao final dessa parte, o documento que entra para a antologia da história republicana brasileira: sua “Carta-testamento” (1954). O intuito da carta é a despedida imediata e consciente. Mas além de falar de seus feitos, dificuldades e de sua relação com o povo, Getúlio faz um alerta e denuncia os que foram contra a “revisão do salário mínimo”, o ódio à nação e ao povo; a “pressão constante, incessante” contra as benfeitorias, os direitos trabalhistas, a Petrobras, a Eletrobras etc. Sai da vida e entra na história.

A terceira parte do livro segue cronologicamente o trajeto do pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro e se chama “João Goulart e as reformas de base”. O conjunto de três textos se divide em dois discursos e uma mensagem. O discurso “Criação da Eletrobras” (1962) coroa uma luta de mais de uma década de tramitação nas casas legislativas, no Judiciário e no Executivo, sofrendo toda ordem de golpes por parte da imprensa atrelada aos interesses internacionais e de outros entes antipatrióticos.

No “Discurso na Central do Brasil”, de 13 de março de 1964, Jango usou um tom firme e enfatizou a questão democrática. Mencionou o “terror ideológico e a sabotagem” patrocinada por aqueles que defendiam uma “democracia” da ação antipopular, “dos monopólios nacionais e internacionais”. A marcha para o golpe estava nas ruas e a reação do governo foi apresentar as suas principais pautas num gigantesco comício organizado pelas principais entidades do movimento social. Dias após o discurso da Central, foi levada ao Congresso uma mensagem, intitulada “Caminho brasileiro: as reformas de base”. Nesse texto, já temperado com o calor popular do grande comício, Jango expõe de forma irretocável os problemas do país e, como solução, as reformas. Uma a uma, e todas como um só corpo programático, selam uma proposta de avanço civilizacional para o Brasil.

A quarta parte do livro é intitulada “Recuperando o nacional-desenvolvimentismo para a revolução brasileira” e se dedica ao momento atual do pensamento nacional-desenvolvimentista. Abre com dois textos de Cláudio Campos: o informe “Unir a nação e romper com a dependência” (1982) e “Programa de emancipação do Brasil” (1995). Ambos mostram que tanto nos estertores da ditadura militar como no início da era FHC padecia-se do mesmo problema: o rebaixamento da questão nacional e a elevação dos perigos para a soberania.

O excepcional “Informe especial sobre a desnacionalização” (2001), de Haroldo Lima, para o 10º Congresso do PCdoB, faz histórico e diagnóstico das empresas estatais brasileiras nas bancas do mercado financeiro internacional. Mostra como se especulou com o patrimônio nacional usando o discurso falacioso de modernização neoliberal. No “Novo projeto nacional, caminho brasileiro para o socialismo” (Progra-

ma do Partido Comunista do Brasil, aprovado em seu 12º Congresso, de 2009), cria-se um lema: *O socialismo é o rumo, a construção da nação, o caminho*. Um programa viável e arrojado para o país, que visa à “remoção de obstáculos acumulados” mediante um novo projeto nacional de desenvolvimento.

Dentre as principais personalidades do pensamento nacional-desenvolvimentista, a coletânea destaca, em dois textos, dois homens que pensaram o desenvolvimento apoiando-se em suas experiências na máquina estatal. O primeiro é “Celso Furtado: criatividade e dependência na periferia”, de Rubens R. Sawaya, que, em resenha ao livro *Criatividade e dependência da civilização industrial*, mostra como Furtado entende o papel do Estado no desenvolvimento econômico. E o outro intelectual abordado está no excelente artigo “O pensamento de Rômulo de Almeida: o intelectual orgânico do Estado e o Brasil desenvolvimentista”, de Alexandre de Freitas Barbosa, professor do Instituto de Estudos Brasileiros da USP. Com base em um completo panorama da vida intelectual, burocrática e política, o autor mostra o amadurecimento dos três substantivos caros a Rômulo: reflexão, planejamento e execução.

O ideário do tema que perpassa por todo o livro é destrinchado por Nilson Araújo no notável capítulo “O nacional-desenvolvimento e a industrialização” (2007). O autor traça um panorama do período de maior crescimento econômico do país, relacionando-o à industrialização característica do período. A mesma preocupação com a soberania e as transformações mais necessárias no Brasil de 2015 se apresenta no texto de Sérgio Rubens de Araújo Torres, “Construir uma alternativa comprometida com o interesse nacional” (2015). Num momento de aprofundamento da crise, o então presidente do Partido Pátria Livre (PPL) fez esse informe no terceiro congresso da sigla.

O texto que aborda o período mais recente dessa miríade do pensamento nacional brasileiro é “João Goulart e a atualidade das reformas de base” (2018), de Nilson Araújo. Às vésperas da eleição que levou o que há de mais atrasado à condução do país, as reflexões do autor se voltaram a João Goulart e seu programa de reformas para trazer à tona as soluções mais urgentes naquele momento.

O conjunto da coletânea — a própria trajetória do pensamento nacional-desenvolvimentista brasileiro — apresenta um pilar destacado da construção de um projeto de desenvolvimento. A obra se apresenta como necessária, pois é composta de elaborações teóricas e aplicações de políticas que fizeram maiores a nação e o povo brasileiros. É o pensamento do nacionalismo avançado, em que a democracia, a soberania e o bem-estar do povo brasileiro — os três elementos imbricados — compõem o nacional-desenvolvimentismo.

* Historiador, mestrando em História Econômica na USP, coordenador do Centro de Documentação e Memória (CDM) da Fundação Maurício Grabois, membro do Conselho Editorial da editora Anita Garibaldi e do Conselho Consultivo da revista *Princípios*.

LIVROS QUE RECOMENDAMOS



Vida militante: Dynéas Aguiar — Nos subterrâneos da liberdade

Augusto Buonicore

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 15,5 x 23 cm

1ª edição: abril de 2021

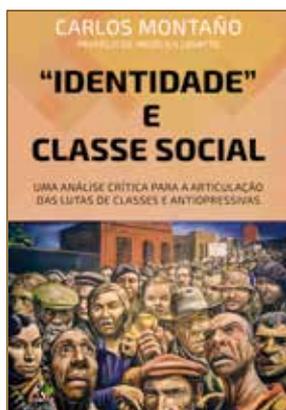
Preço: R\$ 54

400 páginas

O historiador Augusto Buonicore partiu em março de 2020, vitimado pelo câncer, antes de ver este seu último livro publicado. A obra, que agora chega ao público, traz um rico apanhado histórico, bem documentado, do ambiente político, econômico e social em que o biografado, Dynéas Aguiar (1932-2013), desenvolveu sua vida, seja na dimensão pessoal e familiar, seja no plano político.

Em seus bem vividos 81 anos, Dynéas, sendo causa e consequência das condições circundantes de seu tempo, exerceu sua militância política como líder estudantil, organizador partidário e de massas, educador e formador das novas gerações de comunistas, sendo um destacado dirigente do Partido Comunista do Brasil.

Para o dirigente comunista Ronald Freitas, que conviveu com Dynéas na direção do partido e assina o prefácio do livro, “esta biografia é um importante manual de teoria política aplicada, em suas dimensões tanto estratégicas como táticas. Ela percorre o longo período histórico de meados do século XX até a primeira década do XXI, e nos conduz, através da rica, abnegada e, em certo sentido, heroica vida de Dynéas, às várias formas em que a luta política e ideológica se apresentou naqueles períodos. Como os comunistas evoluíram diante das transformações objetivas e subjetivas pelas quais passaram o mundo e o Brasil: este é o tema de fundo dessa rica biografia, que nos ajuda a entender os porquês da atuação partidária hoje. Nesse rico processo de aprendizagem, as contribuições de Dynéas foram significativas”.



“Identidade” e classe social — Uma análise crítica para a articulação das lutas de classes e antiopressivas

Carlos Montaña

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 15,5 x 23 cm

1ª edição: maio de 2021

Preço: R\$ 56

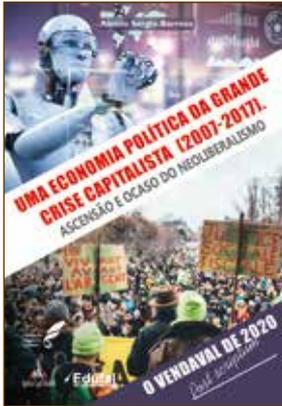
408 páginas

O livro de Carlos Montaña trabalha numa trincheira ideológica de suma importância para a esquerda, mexendo em nervo central da luta pela emancipação da classe trabalhadora na atualidade. O rigor intelectual e a fundamentação teórica apurada marcam o texto do autor no enfrentamento de um tema polêmico e, acima de tudo, necessário.

Tratando de uma das principais dimensões do irracionalismo contemporâneo, a crítica geral do autor concentra-se na pós-modernidade, detalhando as diferenças entre identidade e sua transmutação em identitarismo, o segundo correspondendo a uma redução, fragmentação (e isolamento) da identidade e diminuindo — ou, na maioria das vezes, anulando — sua articulação com e, portanto, sua importância para as lutas de classes.

O livro contribui decisivamente para esse movimento crítico, consolidando uma análise na contracorrente da “lógica” pós-moderna e compondo uma (ainda insuficiente) safra de trabalhos que dão combate ao irracionalismo contemporâneo, ao invés de somar-se a autores que promovem uma adesão acrítica ao movimento hegemônico pós-moderno, propagado entre as esquerdas há, no mínimo, cinco décadas.

Dividido em duas partes, o livro anuncia no próprio título sua hipótese principal: articular lutas de classes e lutas antiopressivas, por meio de uma análise crítica: as lutas de classes trazendo a discussão sobre a exploração na sociedade capitalista, e a identidade fundamentando o debate sobre as opressões, no sentido de lutas que têm sua particularidade, mas não podem deixar de ser consideradas no contexto mais amplo da luta de classes.



Uma economia política da grande crise capitalista (2007-2017) — Ascensão e ocaso do neoliberalismo

Aloisio Sérgio Barroso

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 15,5 x 23 cm

1ª edição: maio de 2021

Preço: R\$ 54

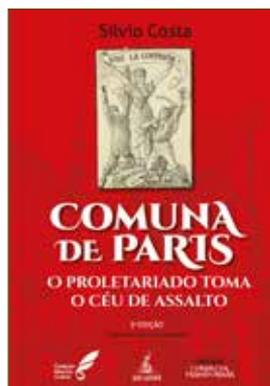
284 páginas

Linguagem clara e precisa, densidade analítica, argumentação bem articulada, rigor teórico com abertura de espírito, debate crítico lúcido e equilibrado, amplo domínio da bibliografia pertinente são algumas das qualidades da tese de doutorado de Aloisio Sérgio Barroso que agora assume forma de livro.

As crises estão intrinsecamente vinculadas ao modo de produção da riqueza social. Não se pode compreender a dinâmica da crise geral do capitalismo desencadeada nos Estados Unidos em 2007-2008 sem inscrevê-la na lógica objetiva da valorização do capital na época do imperialismo, dos monopólios e do capital financeiro, em que a tendência à superacumulação torna-se crônica. É a busca de aplicações rentáveis para a massa de dinheiro circulando fora da esfera produtiva que explica as hipotecas podres, a especulação desenfreada, as “alavancagens” mirabolantes e o desfecho desastroso a que conduzem.

Barroso, contudo, não perde de vista a categoria da totalidade. Para o professor Luiz Gonzaga Belluzzo, que assina o prefácio, “o autor deste precioso livro demonstra cabalmente que a crise financeira se esgueirou silenciosa nos subterrâneos da economia globalizada, enquanto os acólitos midiáticos e acadêmicos evangelizavam o público com as crendices sobre os mercados eficientes e ‘competitivos’ povoados por agentes racionais e otimizadores”.

Além do texto principal, fruto da tese, o livro inclui uma coletânea de 110 pequenos textos e declarações selecionados de autores que discutem a crise e temas conexos, oferecendo ao leitor uma documentação ampla e relevante.



Comuna de Paris — O proletariado toma o céu de assalto

Sílvio Costa

Editora: Anita Garibaldi

Formato: 15,5 x 23 cm

3ª edição - Atualizada, ampliada e ilustrada: 2021

Preço: R\$ 49

260 páginas

Os 150 anos da tentativa insurrecional do proletariado de Paris — que, segundo Marx, tentou tomar “o céu de assalto” — é oportunidade de retomar o exame e extrair ensinamentos dessa importante experiência revolucionária. Para contribuir com esse esforço, a editora Anita Garibaldi lança a terceira edição do livro Comuna de Paris — o proletariado toma o céu de assalto, do professor de História da PUC-GO Sílvio Costa. A edição foi atualizada, ampliada e ricamente ilustrada.

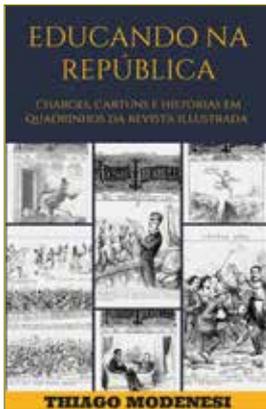
Para o autor do livro, “no atual contexto, estudar e conhecer, de forma mais sistemática e aprofundada, as experiências revolucionárias que marcam o processo de emancipação dos povos oprimidos, assume grande atualidade, importância e urgência, principalmente neste momento, de ofensiva de posicionamentos retrógrados, identificados com o fundamentalismo e a barbárie”.

O livro mostra como, a partir de 18 de março de 1871, em condições extremamente adversas, é iniciado o processo insurrecional em reação às tentativas das tropas militares do governo fantoche francês de desarmar Paris. Imediatamente, é eleito democraticamente, através do sufrágio universal, o governo da Comuna que frente a necessidades impositivas, aprova importantes decisões político-administrativas, configurando assim um novo tipo de organização estatal.

Costa salienta ainda que, “do ponto de vista teórico, por ser a primeira revolução proletária, ela contribuiu decisivamente, com suas experiências econômicas, políticas, sociais e organizativas, para formular a teoria da revolução socialista e do Estado proletário”.

Para a professora Madalena Guasco, da PUC-SP, que assina a apresentação da segunda edição do livro, “o trabalho de Sílvio Costa situa o leitor, levando-o a entender o panorama histórico e os importantes fatos nele contidos, bem como as correlações entre os acontecimentos, possibilitando ao leitor tirar conclusões do exame dessas ocorrências. Essa é uma preocupação contida no corpo desta obra. Contudo, ela se expressa mais fortemente nos anexos, apresentados em destaque ao final de sua edição”.

O prefácio desta terceira edição é assinado pelo jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap Antônio Augusto Queiroz.



Educando na república: charges, cartuns e histórias em quadrinhos da revista *Illustrada*

Thiago Modenesi

Editora: Quadriculando

Formato: 15 x 22 cm

1ª edição: 2019

Preço: R\$ 35

178 páginas

Esse livro é a adaptação, para um novo formato, da tese de doutorado de Thiago Modenesi, editor do selo Quadriculando. Nela, o autor segue o caminho das pesquisas que já havia feito no mestrado sobre a Revista *Illustrada*, de Angelo Agostini, precursora das charges histórias em quadrinhos no Brasil.

O livro foi publicado em primeira edição pela UFPE e, nesta segunda edição pela UNIFG, foi revisado e ampliado. A publicação analisa a mudança de posição da Revista *Illustrada*, a partir do momento em que se transforma em publicação pró-república, com farta reprodução das charges, cartuns e histórias em quadrinhos publicadas.

Ao final é reproduzida, de maneira integral, a última edição da Revista *Illustrada* publicada no Brasil. O livro conta com introdução do professor Gilberto Maringoni, da UFABC. Maringoni é reconhecido pesquisador sobre Angelo Agostini e um destacado chargista e quadrinista.



A Situação Juvenil na Agricultura Familiar

Nilson Weisheimer

Editora: CRV

Formato: 16x23 cm

1ª edição

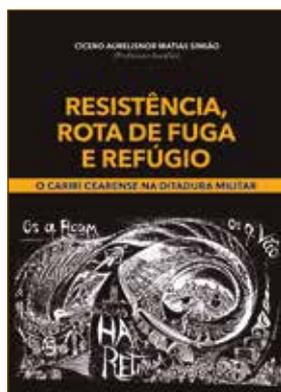
Preço R\$ 62

324 páginas

De todos os segmentos subalternos da sociedade brasileira, os jovens dos territórios rurais figuram entre os mais vulneráveis. Persiste sobre eles certa invisibilidade social, política e acadêmica, expressão cruel da exclusão social. Sem reconhecimento social eles não figuram como sujeitos de direitos nas políticas públicas. Em

A *situação juvenil na agricultura familiar*, Nilson Weisheimer rompe com a invisibilidade desses jovens agricultores. De modo original, descreve a situação juvenil em suas dimensões objetivas e subjetivas — presentes nas condições de autonomia material, nos processos de socialização, nas representações sociais e nos projetos juvenis —, revelando tanto a singularidade desses jovens quanto as relações entre a situação juvenil e os impasses sucessórios na agricultura familiar.

O autor destaca as diferenciações de gênero e geração presentes no processo de trabalho familiar agrícola e na incorporação das disposições necessárias à sua reprodução. Por esse estudo, o autor recebeu o Prêmio Capes de Teses de Sociologia em 2010. É uma obra de referência para todos os que se interessam pelas temáticas da juventude e da agricultura familiar contemporânea.



Resistência, rota de fuga e refúgio — O Cariri cearense na Ditadura Militar

Cícero Aurelisnor Matias Simião (Prof. Aurélio Matias)

Editora: Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp) da Assembleia Legislativa do Ceará

Formato: 15 x 21 cm

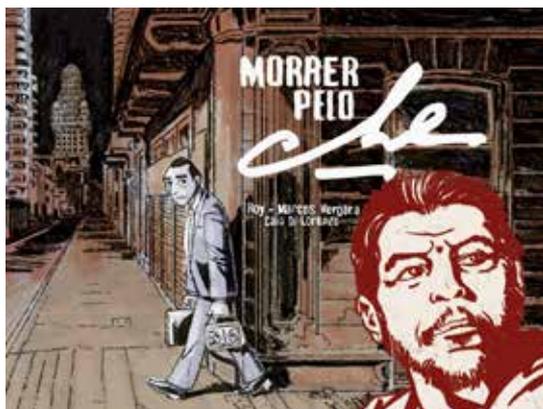
1ª edição: 2019

Preço: R\$ 30,00

188 páginas

Este livro do historiador cearense e professor Aurélio Matias é resultado da dissertação de mestrado desenvolvida e publicada durante o curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. É um estudo acerca do Cariri cearense nos “anos de chumbo”, período em que o Brasil esteve submetido aos horrores da Ditadura Militar. Além de recuperar o cenário econômico, social e político da região, tomando por referência o golpe de 1964, analisa como se deu a resistência política antes e, particularmente, após a adoção do Ato Institucional nº 5, o AI-5.

No Cariri, não somente se conformou uma área de refúgio político, mas, do mesmo modo, instalou-se uma rota pela qual, afluente, militantes políticos de esquerda buscaram meios de defrontar o autoritarismo vigente. Assentado no diálogo com autores que versam sobre o tema e em depoimentos, alguns inéditos, este trabalho busca interpretar como se deu a ação desses grupos que resistiram ao arbítrio. O trabalho amplia o repertório de diligências sócio-históricas a respeito da ditadura e das modalidades de resistência específicas que irrompem nos chamados “anos de chumbo”.



Morrer pelo Che

Pablo Roy Leguisano (roteiro),
Marcos Vergara (desenhos) e
Caio Di Lorenzo (cores)

Editora: Quadriculando / Anita
Garibaldi

Formato: 25 x 19 cm

1ª edição em português: 2021

Preço: R\$ 60,00

100 páginas

Morrer pelo Che, novo lançamento do selo Quadriculando, em co-edição com a editora Anita Garibaldi, é uma história em quadrinhos no formato *graphic novel* que reproduz a histórica viagem do comandante Ernesto “Che” Guevara ao Uruguai e toda a sua repercussão na sociedade e na mídia local, mesclando aspectos reais e fictícios, num trabalho primoroso de Pablo Roy Leguisano, Marcos Vergara e Caio Di Lorenzo.

A obra venceu os Fundos Concursáveis para Cultura do Ministério da Educação e Cultura do Uruguai em 2012 e faz um trabalho minucioso de resgate histórico. O discurso de “Che”, por exemplo, é real: reproduz palavra por palavra o dito pelo líder cubano em sua passagem pelo país.

Roy e Vergara apresentam a história de maneira sutil e precisa. O roteiro parte de fatos históricos ocorridos durante a visita de Guevara ao Uruguai. Enquanto discursava na Universidade foi assassinado o professor Arbelio Ramirez em circunstâncias misteriosas — tão misteriosas que se criaram múltiplas teorias, se escreveram livros, se fizeram filmes e agora vem à luz também essa HQ.

Princípios é uma publicação quadrimestral da Editora e Livraria Anita Ltda.

Registrada no ISSN sob o nº 1415-7888 e no E-ISSN 2675-6609

URL: www.revistaprincipios.com.br

Open Journal System (OJS):

<https://revistaprincipios.emnuvens.com.br>

Email: principios@revistaprincipios.com.br

Jornalista responsável: Fábio Palácio

Gestão do portal Open Journal System: Nilson Weisheimer

Preparação e revisão de originais: Ramiro Torres

Projeto gráfico: Vandrê Fernandes e Cláudio Gonzalez

Diagramação: Cláudio Gonzalez e Laércio D'Ángelo Ribeiro

Editora e Livraria Anita Ltda.

CNPJ: 96.337.019/0001-05

End. Adm.: Rua Rego Freitas, 249 - República

São Paulo - SP - CEP: 01220-010

Tel.: (11) 3129-4586 WhatsApp: (11) 92012-3581

E-mail: livraria@anitagaribaldi.com.br

www.anitagaribaldi.com.br

Vendas: www.livrariaanita.com.br



Fundador

► João Amazonas (1912-2002)

Editores

► Júlio Vellozo e Fábio Palácio

Editor executivo

► Nilson Weisheimer

Comissão Editorial

► Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes e Cláudio Gonzalez

Conselho Editorial

Analúcia Danilevitz Pereira (História e RRII/UFRGS); Andréia Galvão (Ciência Política/Unicamp); Antonio Liberac C. Simões Pires (História/UFRB); Armen Mamigonian (Geografia/UFSC); Atilio Boron (Ciência Política e RRII/Universidades de Buenos Aires e Avellaneda); Boaventura de Sousa Santos (Economia e Ciências Sociais/Universidades de Coimbra e Wisconsin-Madison); Carol Proner (Direito/UFRJ); Celso Frederico (Comunicação/USP); Cícero Pérciles de Carvalho (Geografia e Economia/UFAL/Unifesp); Dermeval Saviani (Educação/Unicamp); Elias Jabbour (Economia/UERJ); Enzo Bello (Direito/UFRJ); Fábio Guedes Gomes (Economia/UFAL); Fábio Palácio (Comunicação/UFMA); Frederico Mazzucchelli (Economia e História/Unicamp); Gabriel Becerra Yañez (Ciências Sociais/Universidad Cooperativa de Colombia); Gilberto Bercovici (Direito/USP); Gilberto Maringoni (RRII/UFABC); Ilka Bichara (Psicologia/UFBA); João Quartim de Moraes (Filosofia/Unicamp); José Carlos Braga (Economia/Unicamp); José Claudinei Lombardi (Educação/Unicamp); José Luís Fiori (Economia/UFRJ); Júlio Vellozo (Direito/Fadisp); Luís Fernandes (RRII e Ciência Política/PUC-RJ/UFRJ); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Luiz Fernando de Paula (Economia/UFRJ); Luiz Gonzaga Belluzzo (Economia/Unicamp); Madalena Guasco (Filosofia/PUC-SP); Manuel Domingos Neto (História/Casa de Rui Barbosa e UFC); Marcos Dantas (Comunicação/UFRJ); Maria Lygia Quartim de Moraes (Sociologia e Serv. Social/Unicamp e Unifesp); Marly Vianna (História/UFScar); Mary Garcia Castro (Sociologia/UFBA/UFRJ); Maryse Farhi (Economia/Unicamp); Miguel Bruno (Economia/Ence-IBGE/UERJ); Nereide Saviani (Educação/Unisantos); Nilson Araújo (Unila); Olival Freire Junior (Hist. das Ciências/UFBA); Sergio Schneider (Sociologia e Economia/UFRGS); Sidarta Ribeiro (Neurociências/UFRN); Sílvio Almeida (Administração/FGV); Volnei Garrafa (Bioética/UnB).

Conselho Consultivo

Júlio Vellozo, Fábio Palácio, Nilson Weisheimer, Ana Maria Prestes, Cláudio Gonzalez, Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aloísio Sérgio Barroso, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Augusto César Buonicore (*in memoriam*), Bernardo Joffily, Dilermando Toni, Edvar Bonotto (*in memoriam*), Fernando Garcia de Faria, Flávio Dino, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Reinaldo Carvalho, José Carlos Ruy, Lécio Moraes, Leocir Costa Rosa, Luciana Santos, Manuela D'Ávila, Mariana de Rossi Venturini, Nádia Campeão, Nilson Araújo, Olívia Rangel, Orlando Silva, Osvaldo Bertolino, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Renato Rabelo, Ricardo Abreu de Melo, Rita Coitinho, Rosanita Campos, Rubens Diniz, Sérgio Rubens, Walter Sorrentino.

Corpo de pareceristas

Alexandre Pilati (Literatura/UnB); Allan Kardec Barros (Eng. Elétrica/UFMA); Américo Alves de Lyra Junior (RRII/UFRR); Antônio Guedes Rangel Júnior (Educação e Psicologia/UEPB); Antonio Luiz Caldas Junior (Saúde Coletiva/Unesp); Caio Bugiato (Ciência Política e RRII/UFRRJ); Cássia Damiani (Políticas Públicas e Educação/UFC); Cesar Alessandro Sagrillo Figueiredo (Ciência Política/UFT); Cristiano Capovilla (Filosofia/UFMA); Dalton José Alves (Educação/Unirio); Dalton Macambira (História/UFPI); Daniela Borges Pavani (Astronomia/UF-UFRGS); Diego Pautasso (Geografia/Colégio Militar de P. Alegre); Dimitri Toledo (Administração Pública/Unifal-MG); Edileusa Pena da Silva (Biblioteconomia/UFMT); Edsaura Maria Pereira (Saúde Coletiva/UFG); Eduardo Corrêa (Matemática/UERJ); Edwiges C. Carvalho Corrêa (Direito/PUC-GO); Elisângela Lizardo de Oliveira (Educação/IFSP); Ernesto Valença (Teatro/UFOP); Francisco Wellington Duarte (Economia/UFRN); Gianni Fresu (Filosofia/UFU); Haroldo de Mayo Bernardes (Engenharia Civil/Unesp); Hélio de Mattos Alves (Farmácia/UFRJ); Hugo Valadares (Eng. Elétrica e Computação/UTFPR); José Ricardo Moreno Pinho (História/Uneb); José Luiz Alves (Economia/UPE); Júlia Lemos Vieira (PhD Ciências Sociais/UERJ); Juliana Alves de Araújo Bottechia (Química e Educação/UnB); Lígia Maria Ávila Chiarelli (PG Arquitetura/UFPE); Luciano Moreira Rezende (Ciências Agrárias/IFDF); Luiz Eduardo Motta (Ciência Política/UFRJ); Maelda Barros (Geografia/UFPE); Mara Franco de Sá (Ciências Sociais e Educação/UFPI); Marcelo Pereira Fernandes (Economia/UFRJ); Marcio Florentino Pereira (B.I. Saúde/UFESB); Maria das Graças de Oliveira (Ciência da Informação/IFMG); Maria do Carmo L. C. Leite (Educação/Unisantos); Maria Luiza Nogueira Rangel (Educação, Políticas Públicas e Filosofia/UEG/UCB); Máximo Augusto Campos Masson (Sociologia e Educação/UFRJ/UFRRJ); Meire Rose dos Anjos Oliveira (Geografia/UFMT); Neusa Valadares (Direito/PUC-GO); Nilson Weisheimer (Sociologia/UFRB); Olgamir Amancia Ferreira (Educação/UnB); Patrícia Simone Nogueira (Nutrição e Educação/UFMT); Paulo Bretas Vilarinho Junior (Psicologia/Faeterj Duque de Caxias); Pedro Luiz Teixeira de Camargo (Ciências Ambientais/IFMG); Reinaldo de Lima Reis Jr. (Educação/IFG); Renildo Sousa (Economia e RRII/UFBA); Robson Câmara (EAP/SEEDF); Romualdo Pessoa Campos Filho (Geografia/Iesa-UFG); Sérgio Mário Lins Galdino (Ciência da Computação/UPE); Sheler Martins de Souza (Ciências Biológicas/IFF); Sílvio Costa (História/PUC-GO); Socorro Rangel (Matemática Aplicada/Unesp S. J. do Rio Preto); Tanara Lauschner (Computação/UFAM); Theófilo Rodrigues (PhD Ciências Sociais/UERJ); Thiago Modenesi (Educação e Políticas e Gestão Pública/UNIFG-PE); Wellington Pinheiro dos Santos (Engenharia Biomédica/UFPE); Wladimir Vinycius de Moraes Camargos (Direito/UFG).

princípios

40

ANOS

1981

2021

Nascida em 1981, *Princípios* ocupa espaço insubstituível na cena editorial, constituindo-se na mais longa publicação marxista do Brasil. São 40 anos de publicações ininterruptas, ao longo dos quais 161 edições foram lançadas.

A revista, com circulação nacional e prestigiado leque de colaboradores, sempre privilegiou o debate sobre nosso país e os temas candentes da atualidade, com especial atenção às reflexões sobre a renovação do marxismo e da perspectiva socialista.

Ao completar sua quarta década de existência, *Princípios* renova-se para enfrentar um novo cenário político e ideológico, buscando respostas inovadoras aos desafios teóricos e políticos do tempo presente.



COMUNA DE PARIS

150 ANOS

Em 1871 o proletariado de Paris atreveu-se a tomar “o céu de assalto”, nas palavras de Marx. Iniciava-se a primeira tentativa de construção de um poder político sob a égide dos trabalhadores. Com seus ensaios econômicos, políticos, sociais e administrativos, a Comuna de Paris legou importantes ensinamentos. Estudar e conhecer essa rica experiência, por ocasião da passagem de seus 150 anos, é a melhor forma de celebrar esse destacado episódio da luta transformadora.



Barricada na rua Charonne, em Paris, no dia 18 de março de 1871